

# HIS

**PRÉ-VESTIBULAR**  
HISTÓRIA

# 1



Avenida Dr Nelson D'Ávila, 811  
Jardim São Dimas CEP 12245-030  
São José dos Campos SP  
Telefone: (12) 3924 1616  
www.sistemapoliedro.com.br

#### **Coleção PV**

Copyright © Editora Poliedro, 2021.

Todos os direitos de edição reservados à Editora Poliedro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal, Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ISBN 978-65-5613-073-6

**Autoria:** Gilberto Elias Salomão

**Direção-geral:** Nicolau Arbex Sarkis

**Gerência editorial:** Wagner Nicaretta

**Coordenação de projeto editorial:** Brunna Mayra Vieira da Conceição

**Edição de conteúdo:** Camila Caldas Petroni e Amanda Chaves Raposo

**Analista editorial:** Débora Cristina Guedes

**Assistente editorial:** Grazielle Baltar Ferreira Antonio

**Gerência de design e produção editorial:** Ricardo de Gan Braga

**Coordenação de revisão:** Rogério Salles

**Revisão:** Amanda Andrade Santos, Ana Rosa Barbosa Ancosqui, Mait Paredes Antunes, Ellen Barros de Souza, Rafaella de A. Vasconcellos e Sonia Galindo Melo

**Coordenação de arte:** Fabricio dos Santos Reis

**Diagramação:** Daniela Capezzuti e Vivian dos Santos

**Projeto gráfico e capa:** Aurélio Camilo

**Cartografia:** Alexandre Bueno e Suellem Sílvia Machado

**Coordenação de licenciamento e iconografia:** Leticia Palaria de Castro Rocha

**Pesquisa iconográfica:** Fernanda Vilella Bitencourt e Jessica Clifton Riley

**Planejamento editorial:** Maria Carolina das Neves Ramos

**Coordenação de multimídia:** Kleber S. Portela

**Gerência de produção gráfica:** Guilherme Brito Silva

**Coordenação de produção gráfica:** Rodolfo da Silva Alves

**Produção gráfica:** Anderson Flávio Correia, Fernando Antônio Oliveira Arruda, Matheus Luiz Quinhonhes Godoy Soares e Vandrê Luis Soares

**Colaboração externa:** Pedro Cunha Junior, Madrigais Produção Editorial e Flávio Marcelo Vianna de Oliveira ME (Revisão), JS Design e Lima Estúdio Gráfico (Diagramação)

**Impressão e acabamento:** PifferPrint

**Foto de capa:** Kenneth Dedeu/Shutterstock com

A Editora Poliedro pesquisou junto às fontes apropriadas a existência de eventuais detentores dos direitos de todos os textos e de todas as imagens presentes nesta obra didática. Em caso de omissão, involuntária, de quaisquer créditos, colocamo-nos à disposição para avaliação e consequente correção e inserção nas futuras edições, estando, ainda, reservados os direitos referidos no Art. 28 da lei 9.610/98.

# Sumário

## Frente 1

<b>1 As origens da presença europeia no Brasil</b> .....	<b>5</b>
As transformações europeias na Baixa Idade Média, 6	Exercícios propostos, 13
A formação do Reino de Portugal, 7	Textos complementares, 23
A expansão comercial e marítima, 8	Resumindo, 24
O período pré-colonial, 12	Quer saber mais?, 24
Revisando, 13	Exercícios complementares, 25
<b>2 Mecanismos econômicos da colonização portuguesa no Brasil nos séculos XVI e XVII</b> .....	<b>31</b>
As monarquias europeias na Idade Moderna, 32	Texto complementar, 48
Economia açucareira no Brasil, 33	Resumindo, 49
Demais atividades econômicas nos séculos XVI e XVII, 35	Quer saber mais?, 49
Revisando, 37	Exercícios complementares, 49
Exercícios propostos, 37	
<b>3 Aspectos políticos da colonização</b> .....	<b>57</b>
A administração colonial portuguesa, 58	Texto complementar, 76
A expansão territorial, 59	Resumindo, 76
Ataques e invasões, 63	Quer saber mais?, 76
Revisando, 66	Exercícios complementares, 77
Exercícios propostos, 67	
<b>4 O século XVIII</b> .....	<b>83</b>
A economia mineradora, 84	Textos complementares, 102
Transformações a partir da segunda metade do século XVII, 86	Resumindo, 103
A crise do Sistema Colonial, 90	Quer saber mais?, 103
Revisando, 93	Exercícios complementares, 103
Exercícios propostos, 94	

## Frente 2

<b>1 Introdução ao estudo da História</b> .....	<b>109</b>
Introdução, 110	Exercícios propostos, 118
Divisão dos períodos históricos, 110	Textos complementares, 119
Expressões e conceitos glossário, 111	Resumindo, 120
A Pré-história, 112	Quer saber mais?, 121
Revisando, 117	Exercícios complementares, 121
<b>2 A Antiguidade Oriental</b> .....	<b>123</b>
O começo das civilizações, 124	Os persas, 134
O Egito, 124	Revisando, 135
As civilizações mesopotâmicas, 126	Exercícios propostos, 136
Economia, sociedade e aspectos culturais na Mesopotâmia, 129	Textos complementares, 141
A Palestina e os hebreus, 130	Resumindo, 143
Os fenícios, 132	Quer saber mais?, 144
	Exercícios complementares, 144

### **3** A Antiguidade Clássica: o mundo greco-romano ..... 147

O mundo grego, 148

Roma e seu Império, 158

Revisando, 169

Exercícios propostos, 170

Textos complementares, 181

Resumindo, 184

Quer saber mais?, 185

Exercícios complementares, 185

### **4** A Idade Média ..... 191

A Idade Média: nomenclatura e divisões, 192

O Império Bizantino, 192

O islamismo, 194

Os reinos bárbaros, 196

O feudalismo, 200

A Igreja e as monarquias feudais, 202

A Baixa Idade Média: as origens da crise feudal, 203

A Baixa Idade Média: a formação  
das monarquias nacionais, 208

A Baixa Idade Média: as crises dos séculos XIV e XV, 209

O Renascimento cultural, 212

Revisando, 215

Exercícios propostos, 217

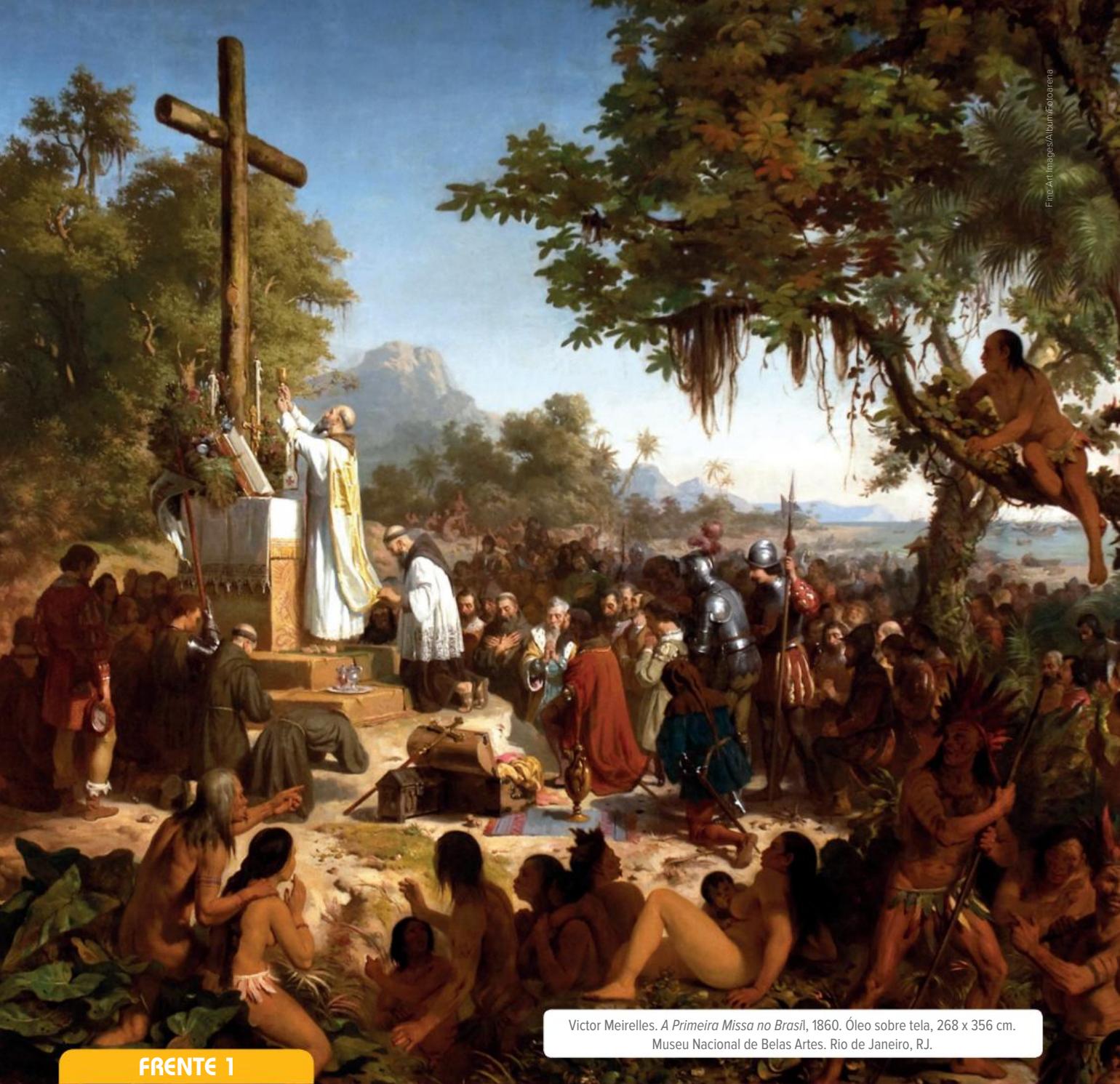
Textos complementares, 232

Resumindo, 235

Quer saber mais?, 235

Exercícios complementares, 236

### **Gabarito**..... 245



Victor Meirelles. *A Primeira Missa no Brasil*, 1860. Óleo sobre tela, 268 x 356 cm. Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, RJ.

## FRENTE 1

### CAPÍTULO

# 1

## As origens da presença europeia no Brasil

Alguns pressupostos são decisivos para a compreensão das características que moldaram a identidade brasileira: nosso passado colonial, à mercê dos interesses europeus; nossa estrutura latifundiária; nossa dependência econômica em relação às potências mundiais em diversos períodos; e também a miscigenação, decisiva na formação da nação.

Para entender o processo de Expansão Marítima europeia e como ele atingiu o Brasil, é preciso abordar alguns fenômenos europeus, inclusive anteriores a esse processo de expansão.

## As transformações europeias na Baixa Idade Média

### A crise do feudalismo

A Baixa Idade Média (nome usualmente dado ao período que se abre a partir do final do século XI e início do século XII, e estende-se até o século XV) europeia teve como característica marcante o aprofundamento da crise feudal e o início de um processo que levaria, ao longo de séculos, ao desenvolvimento do capitalismo.

Vários são os fatores e as possibilidades de explicação para a crise do modo de produção feudal. Antes de mais nada, entretanto, é importante conhecer as principais características desse sistema de produção.

Entende-se por **feudalismo** um conjunto de características econômicas, sociais, políticas e culturais, bem como a forma como elas se inter-relacionam, que predominou na Europa ao longo de toda a Idade Média, e cujos últimos rudimentos só vão ser abolidos a partir das revoluções burguesas do final do século XVIII. Entre essas características, há a predominância de uma economia agrária, voltada fundamentalmente para subsistência, a qual buscava a autossuficiência de unidades produtivas designadas comumente por **feudos**.

Tais unidades encontravam-se nas mãos de nobres, os quais impunham uma autoridade quase ilimitada sobre a terra. Em uma estrutura como essa, várias foram as decorrências inevitáveis: ocorreu a submissão da massa camponesa (**servos**) aos senhores da terra, devendo-lhes uma série de obrigações, bem como obediência; houve o esfacelamento do próprio poder, com a autoridade real sendo principalmente simbólica, reservada à liderança militar em tempos de guerra; o comércio entrou em declínio, deixando de fazer parte do cotidiano. Ao mesmo tempo, o poder da Igreja Católica ampliou-se consideravelmente, tornando-se a principal instituição medieval, seja no plano político, seja no econômico ou cultural.

Essa estrutura começa a sofrer transformações a partir de meados da Idade Média. O caráter estático da produção, realizada num nível técnico baixíssimo, choca-se com o esgotamento das terras produtivas e com a própria ampliação da população, gerando um quadro de expansão que, ao mesmo tempo, indicava os primeiros sintomas da crise feudal.

Essa dicotomia entre expansão e crise fica clara ao analisarmos o processo das **Cruzadas**. Vistas usualmente como uma expansão política europeia, e um processo de conquistas e de expansão da fé, as Cruzadas, na verdade, apresentam uma série de outros componentes e efeitos. O simples fato de haver uma grande massa de camponeses e de setores da nobreza participando de expedições em direção ao Oriente já evidenciava o esgotamento das terras e das estruturas produtivas feudais, e por meio das Cruzadas tem-se uma retomada dos contatos com o Oriente e a “reabertura” do Mediterrâneo à navegação europeia, além de um enorme afluxo de riquezas orientais para a Europa. Todos esses elementos contribuíram para a intensificação das práticas comerciais na Europa a partir do século XII.

## O renascimento comercial e urbano

Os efeitos das Cruzadas, o processo de crise feudal e, conseqüentemente, a fuga de servos e a escassez de alimentos, contribuíram para o revigoramento do comércio europeu, dando origem a um processo que é usualmente conhecido como **renascimento comercial e urbano**. Trata-se, a rigor, de um termo incorreto, dado o fato de que o comércio não havia desaparecido ao longo da Idade Média. Entretanto, o termo é consagrado pelo uso, devendo-se entender por ele o recrudescimento que se verifica nas práticas comerciais, acompanhando e, ao mesmo tempo, acentuando o processo de desagregação da ordem feudal.

Com o revigoramento do comércio, surgiram as **rotas comerciais** e as **feiras**, dando origem a novas cidades ou ânimo à vida de núcleos urbanos já existentes. Nessas cidades, usualmente tratadas pela designação de **burgos**, desenvolve-se uma nova camada de comerciantes, artesãos e banqueiros, a qual dará origem à **burguesia**.

Ao mesmo tempo, o Mediterrâneo firmava-se como o grande eixo de comércio entre a Europa e Oriente. Com isso, por razões inclusive geográficas, as cidades do norte da Itália, particularmente **Gênova** e **Veneza**, passaram a monopolizar o comércio de produtos orientais, principalmente o das tão cobiçadas **especiarias**.

Outras regiões europeias firmaram-se como importantes polos mercantis. Entre elas, podemos citar a região de Flandres (correspondendo basicamente à costa europeia do Mar do Norte, atuais Bélgica, Países Baixos e nordeste da França), a costa do mar Báltico e as próprias costas portuguesas.

## As monarquias nacionais

Paralelamente a esse processo de desenvolvimento comercial, uma série de transformações começava a surgir na vida social e política na Europa. Em primeiro lugar, é importante lembrar que a crise feudal gerou uma grande instabilidade social, a qual se manifestava em revoltas e fugas de servos. Ao mesmo tempo, o surgimento e ascensão dessa nova camada social, a burguesia, representou um polo de contraposição ao poder social e político da nobreza.

Essa nobreza, enfraquecida pela própria crise feudal, passa a necessitar de um poder forte para garantir suas terras e seu poder, contendo a ascensão da burguesia e as revoltas populares. Assim, ela abre mão de sua autonomia em favor de um Estado capaz de lhe garantir tudo isso.

O comércio crescente também passa a impor uma série de novas condições. A antiga fragmentação política feudal mostrava-se incompatível com uma realidade na qual eram necessárias a existência de uma moeda única; de unidades padronizadas de peso e medida; a eliminação dos impostos feudais (cobrados pelos senhores pela passagem de mercadorias por suas terras) etc. A esses elementos, soma-se o fato de o comércio, atividade que escapava ao domínio da nobreza, possibilitar ao rei estabelecer diretamente impostos que ampliavam sua arrecadação, o que permitiu a criação de um exército e de uma administração diretamente centralizados em suas mãos, independentemente do apoio e da submissão da nobreza.

## Rotas comerciais europeias na Baixa Idade Média – século XIII



Todos esses elementos, portanto, conjunaram no sentido de gerar as necessidades e a possibilidade de uma centralização efetiva do poder nas mãos dos reis. Uma monarquia centralizada significou a oportunidade concreta de abolir as fronteiras feudais, unificar os mercados internos e centralizar a atividade econômica, permitindo a concentração de recursos em grandes investimentos mercantis, tais como a própria **Expansão Marítima**.

## A formação do Reino de Portugal

### Origens de Portugal

A formação de Portugal na Idade Média está diretamente vinculada às lutas das populações cristãs da Península Ibérica contra o domínio árabe, conhecidas como **Guerra de Reconquista**.

Em seu processo expansionista, insuflado pela religião, os árabes penetraram na Península Ibérica no início do século VIII, após a conquista de vastas regiões do Oriente e do norte da África, e, aprofundando-se em direção ao norte, atravessaram os Pirineus em direção ao reino da França, até serem detidos na **Batalha de Poitiers**, em 732.

Derrotados, entretanto, mantiveram seus antigos domínios, consideravelmente mais fortes ao sul da Península Ibérica. Assim, as populações cristãs tenderam a se concentrar no norte da Península, região conhecida como **Astúrias**, mais tarde **Reino de Leão**, de onde partiu a luta pela expulsão dos árabes a partir da Baixa Idade Média

Um nobre de origem francesa, chamado Henrique de Borgonha, recebeu das mãos do rei de Leão, Afonso VI, o comando das terras situadas na costa Atlântica da península, ao sul do rio Minho, bem como a mão da filha do rei, D. Teresa, em recompensa aos serviços prestados na luta contra os mouros (designação dada aos árabes muçulmanos na Península Ibérica). São essas terras que formaram o **Condado Portucalense**, origem do Reino de Portugal.

Foi um filho de Henrique de Borgonha, D. Afonso Henriques, quem, em 1139, proclamou a independência de Portugal em relação ao Reino de Leão. Essa independência foi reconhecida pelo Reino de Leão e pelo papa, sendo D. Afonso Henriques sagrado D. Afonso I, fundador da Dinastia de Borgonha.

### Península Ibérica – século XI



## A Dinastia de Borgonha

Algumas peculiaridades que cercam a Dinastia de Borgonha a distinguem e, ao mesmo tempo, aproximam-na das demais monarquias medievais europeias.

Em primeiro lugar, não podemos deixar de ter em mente o fato de o reino de Portugal ter nascido sob o signo da guerra. Assim, tornava-se sempre presente a figura do rei como **suserano** máximo, comandante da luta que se estendeu até o século XIV pela expulsão dos árabes de toda a região costeira da península (cabe lembrar que as relações de suserania e vassalagem foram típicas da Idade Média europeia e ligam-se às tradições dos povos germânicos. São laços fundamentalmente militares, nos quais o suserano é um superior hierárquico, tendo do vassalo a obediência e a fidelidade). Dessa forma, a descentralização política, que caracterizou os demais países europeus na Idade Média, não esteve presente em Portugal

Da mesma forma, a luta fez com que a monarquia apoiasse a libertação de servos, para que se engajassem no Exército e para que ocupassem as regiões tomadas pelos árabes. Além disso, a necessidade constante de recursos para custear a guerra levou os reis da Dinastia de Borgonha a terem sempre os olhos voltados para a atividade mercantil que se desenvolvia lentamente na costa, bem como para a produção agrícola e a pesca.

Assim, muito antes que em qualquer outro país europeu, Portugal já contava com uma monarquia centralizada politicamente, e com forte controle sobre a economia.

Em segundo lugar, é importante destacar as óbvias origens feudais da Dinastia de Borgonha, de sua vinculação com a nobreza guerreira e de seus laços com os reinos que, no restante da península, dariam origem à Espanha

De qualquer forma, à medida que a guerra contra os árabes aproximava-se do final, cada vez mais o Estado português fortalecia-se, concentrando enormes recursos, ao mesmo tempo que as cidades ao longo da costa cresciam como produto do comércio, da pesca e dos resultados da atividade agrícola.

## A Revolução de Avis

É impossível dissociar a evolução de Portugal de um quadro mais amplo que caracterizava a Europa de um modo geral. O intenso crescimento do comércio e das cidades, que vinha se verificando desde o século XII, esbarrou em uma intensa crise. Essa crise tem como componentes fundamentais a Guerra dos Cem Anos, a Peste Negra, as revoltas camponesas e a fome que se estendeu pelo continente.

Com a crise, o perigo das revoltas levou os mercados a abandonarem, em grande parte, as rotas terrestres, passando a priorizar o comércio marítimo. Assim, algumas regiões, entre elas Portugal, ganham maior importância como polos do intenso comércio que ligava a região de Flandres ao norte da Itália. Fortaleceu-se, dessa maneira, a camada mercantil que se desenvolvia nas cidades portuguesas, tornando-se mais apta a lutar pelo poder.

Essa condição é particularmente importante ao analisarmos os acontecimentos que se estendem a partir da morte do rei D. Fernando, o Formoso, em 1383. Essa morte gerou uma crise sucessória da qual o Reino de Castela (já então o

mais forte dos reinos cristãos da península e base fundamental do que seria mais tarde a Espanha) procurou se beneficiar, de modo a conseguir incorporar Portugal aos seus domínios. Ocorre que D. Fernando morrera sem filhos homens e sua única filha mulher era casada com D. João I, rei de Castela.

Essa pretensão de Castela era apoiada pela nobreza portuguesa, porém diretamente rejeitada pela camada mercantil, a qual teria sua autonomia reduzida, e pelos setores populares, a chamada "arraia miúda", que temia o fortalecimento da nobreza e, conseqüentemente, uma maior opressão.

Foi o enriquecido grupo mercantil, apoiado pela "arraia miúda", quem sustentou por quase dois anos uma luta contra a nobreza e contra Castela, impondo o mestre da ordem militar de Avis, D. João, irmão bastardo de D. Fernando, como Regedor e Defensor do Reino e, em 1385, como rei de Portugal.

Esse episódio, conhecido como **Revolução de Avis**, significou, na prática, a aproximação entre a Monarquia Portuguesa e o grupo mercantil, o qual passa a ter direta participação nos interesses do Estado, o que permite direcioná-lo para o desenvolvimento das práticas mercantis que, cada vez mais, tornavam-se indissociáveis da navegação.

Não é por acaso que, já no início do século XV, alguns anos após a Revolução, o Estado português estava diretamente comprometido com empreendimentos marítimos, como atesta a tomada de Ceuta no norte da África, em 1415, considerada usualmente o marco inicial da expansão marítima portuguesa

## A expansão comercial e marítima

### A expansão portuguesa

Conforme visto, o processo de desenvolvimento do comércio, a partir do século XIV, passou a ter na navegação um elemento prioritário. Mas o século XV traria outros elementos que acentuariam a necessidade de um crescimento ainda maior dessa atividade

A recuperação econômica que se seguiu à crise do século XIV esbarrava em alguns problemas dificilmente solucionáveis no âmbito das práticas econômicas tais como vinham sendo realizadas até ali. Em primeiro lugar, o comércio oriental através do Mediterrâneo encontrava um ponto de estrangulamento no monopólio exercido pelos italianos sobre a navegação neste mar. Tal monopólio encarecia sobremaneira as mercadorias orientais, já de custo alto pelas dificuldades do transporte entre as Índias e Constantinopla, onde eram adquiridas pelos italianos. Além disso, esse comércio canalizava grande parte do ouro existente na Europa para o Oriente, gerando escassez de moedas e alta dos preços na Europa.

Lentamente, ampliava-se a necessidade da obtenção de novas fontes de metais preciosos e de riquezas em geral, bem como a de uma rota para as Índias que não passasse pelo Mediterrâneo. São essas as principais motivações para as grandes navegações que se estendem a partir do século XV.

De modo geral, essas necessidades são europeias, não apenas portuguesas. Quais são então os fatores que explicam o fato de Portugal ter sido o primeiro país a se aventurar em empreendimentos marítimos, a ponto de, muito antes de qualquer outro país europeu, deter um considerável império colonial?

Em primeiro lugar, a **precoce centralização política** contribuiu para isso, pois permitiu a concentração de recursos em um grande empreendimento. Além disso, a **Revolução de Avis**, como visto, significou uma aproximação entre este Estado centralizado e o grupo mercantil, interessado no desenvolvimento do comércio. A própria **localização e a configuração geográfica** de Portugal representam um fator importante, dada a localização entre as principais rotas marítimas do Atlântico e do Mediterrâneo e o fato de, sendo um país essencialmente litorâneo, já ter na navegação um importante meio de vida. Por fim, havia os **estímulos dados pelo Estado aos empreendimentos náuticos**, que permitiram o desenvolvimento intenso de **novas técnicas de navegação**. Quanto a este último elemento, convém lembrar o papel desempenhado pelo Infante D. Henrique, que agrupou os conhecimentos náuticos oriundos das trocas culturais realizadas na vila de Sagres, um importante entreposto comercial e marítimo – situado na costa sul de Portugal –, além de um centro que reunia navegadores. Esse conhecimento levou, entre outras coisas, ao aperfeiçoamento das caravelas e à disseminação do uso da bússola e do astrolábio.

Assim, em 1415, Portugal inicia sua expansão com a **Tomada de Ceuta**, um importante entreposto comercial muçulmano no norte da África. Havia, ao lado dos interesses mercantis, outros interesses nessa conquista: não apenas Ceuta era um reduto do Império Árabe, cujo poder ameaçava a fé cristã na Europa, como também de lá partiam os ataques árabes ao Mediterrâneo.

A partir daí, as conquistas portuguesas intensificaram-se no litoral da África. Em 1419, era tomada a **Ilha da Madeira**; em 1427, **Açores**; em 1434, o **Cabo Bojador**; e em 1436, o início da conquista da **Guiné**, a qual se consolidaria em 1453 (ver mapa ao lado)

Essa última data constitui-se num importante marco no processo expansionista. Esse é o ano em que Constantinopla foi tomada pelos muçulmanos. A importância desse evento está no fato de que Constantinopla era o principal entreposto onde eram obtidas as mercadorias do Oriente pelos italianos. A conquista pelos muçulmanos significou o fim do comércio entre essa cidade e a Europa. Com isso, a busca de um caminho para as Índias através do Atlântico significava a possibilidade de obter o monopólio do comércio oriental.

Não por acaso, a partir da segunda metade do século XV, a atividade marítima portuguesa concentrou-se na busca desse caminho. Essa busca encontrava como obstáculo maior o quase total desconhecimento geográfico que caracterizou a vida europeia na Idade Média. O isolamento feudal havia gerado o abandono dos conhecimentos geográficos da Antiguidade, gerando a visão de um mundo estático, imóvel, plano, do qual apenas se conhecia a Europa, o norte da África e as regiões menos remotas do Oriente. Essa visão geocêntrica e estática, diretamente disseminada pela Igreja Católica, só começa a ser questionada ao final da Idade Média, por cientistas ligados ao Renascimento Cultural. Porém, o predomínio ideológico e político da Igreja ainda era um entrave à difusão das novas ideias, assim como contribuía para gerar toda uma série de lendas que se constituíam em obstáculos aos empreendimentos náuticos.

Assim, não se sabia sequer da possibilidade real de contornar o continente africano em direção ao Oriente. É por isso que a chegada de **Bartolomeu Dias ao Cabo das Tormentas** (rebatizado com o nome de **Cabo da Boa Esperança**), em 1488, assumiu uma importância capital. Trata-se, ou ao menos se acreditava tratar, do ponto mais ao sul do continente africano. Contorná-lo significou, na época, a prova de que o obstáculo representado pela África podia ser vencido e que a chegada ao Oriente seria, a partir dali, uma simples questão de tempo. Mais que isso, a prova de que era possível vencer as dificuldades de navegação na região, dificuldades essas que justificavam o próprio nome original dado ao Cabo pelos portugueses.

Com efeito, dez anos depois, **Vasco da Gama funda as primeiras feitorias portuguesas nas Índias**, em Calicute, consolidando os objetivos fundamentais do expansionismo português. Era a rota para as Índias que estava conquistada, restando agora apenas assegurar o monopólio sobre ela.

## Conquistas portuguesas e viagem de Vasco da Gama



## A expansão espanhola

A primeira navegação espanhola importante foi justamente a viagem de Colombo, em 1492, durante a qual o navegador genovês alcançou a América Central, em 12 de outubro, data reconhecida como a da chegada dos europeus à América.

Se comparada à expansão portuguesa, veremos que a Espanha apresenta um “atraso” de mais de três quartos de século em se lançar aos empreendimentos náuticos. Duas razões fundamentais explicam esse fato. Em primeiro lugar, ao contrário da região da costa do Atlântico, na qual a luta contra os árabes deu origem à precoce formação de um reino centralizado (Portugal), o restante da Península Ibérica havia se fragmentado em quatro reinos com interesses próprios e,

por vezes, conflitantes, os reinos de **Castela, Leão, Navarra** e **Aragão**. É somente em 1469, com o casamento entre Fernando, rei de Aragão, e Isabel, rainha de Castela, que houve uma relativa unidade política na região. Mesmo assim, uma questão continuava concentrando prioritariamente os esforços da nova monarquia espanhola: a continuidade da luta contra os árabes, conflito que se estendeu até o ano de 1492, quando o último reduto da presença árabe na península, a região de Granada, foi tomado pela Espanha.

Em segundo lugar, mesmo a paz interna e a unidade política não garantiam à Espanha a possibilidade de se aventurar em busca de uma rota para as Índias. A razão para isso encontra-se na assinatura do **Tratado de Toledo**, em 1480, entre Portugal e Espanha. Tal tratado assegurava aos espanhóis a posse de todas as terras descobertas ou a descobrir ao norte das Canárias, e aos portugueses as terras ao sul. Com isso, as ilhas Canárias passavam para o domínio espanhol, mas, em contrapartida, dava-se aos portugueses, na prática, o monopólio da única rota possível, até ali, para as Índias.

Essa razão explica o fato de a monarquia espanhola ter depositado um investimento nas ideias defendidas pelo navegador genovês Cristóvão Colombo. Italiano de nascimento, muito mais próximo, portanto, da tradição e dos novos conhecimentos renascentistas, entre eles as concepções heliocêntricas de Galileu, Colombo sustentava que a Terra era esférica e que, portanto, navegando-se em linha reta acabar-se-ia retornando ao ponto de partida. Assim, seria possível atingir as Índias navegando-se em direção oposta, ou seja, em direção ao Ocidente.

Colombo já havia oferecido seus serviços ao Reino de Portugal. A recusa portuguesa pode ser facilmente entendida quando lembramos que, a esta época, Bartolomeu Dias já havia comprovado a possibilidade do périplo africano.

Mesmo o governo espanhol não parece ter depositado grande fé nas ideias de Colombo, como atesta o fato de terem sido dadas a ele apenas três caravelas (a título de comparação, lembramos que, oito anos depois, a expedição comandada

por Cabral deixou Portugal com 13 caravelas, todas muito maiores e muito mais bem equipadas que as naus de Colombo).

De qualquer forma, em 12 de outubro de 1492, Colombo chegava à **Ilha de Guanaani**, hoje San Salvador. Somente mais tarde descobriu-se que tal feito significava, na verdade, a descoberta de um continente desconhecido pelos europeus, mas, de imediato, deu origem a uma acirrada disputa entre Portugal e Espanha pela posse das terras a serem descobertas

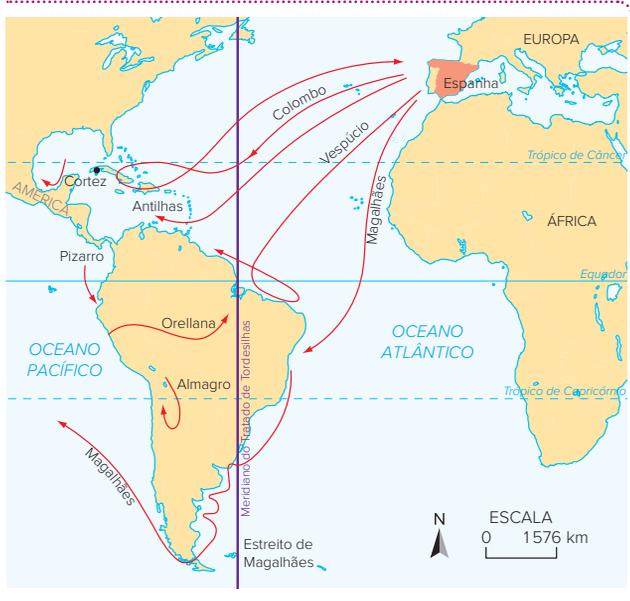
## Os tratados ibéricos

A chegada de Colombo à América invalidou o Tratado de Toledo. Fazia-se necessário o estabelecimento de novos limites entre as posses espanholas e portuguesas. Assim, em 1493, os reis da Espanha obtinham o apoio do papa Alexandre VI, espanhol de nascimento, na edição da **Bula Inter Coetera**. A Bula determinava uma divisão do mundo ultramarino, tomando-se por base um limite a 100 léguas a oeste de Cabo Verde. As terras situadas a oeste dessa linha imaginária caberiam à Espanha, ficando Portugal com as terras a leste.

A oposição portuguesa a essa Bula levou à sua revogação e à assinatura, em 1494, do **Tratado de Tordesilhas**. Pelos termos do novo Tratado, deslocava-se para 370 léguas a oeste de Cabo Verde o limite entre os domínios portugueses e espanhóis.

Pode-se estabelecer uma discussão acerca das razões que levaram os portugueses a lutar pela revogação da Bula e para a ampliação do espaço Atlântico que a eles caberia. Argumenta-se quanto ao conhecimento ou não, por parte dos portugueses, da existência de terras a oeste. Há argumentos que justificam qualquer uma das posições. Entrementes, uma questão parece evidente. A atitude portuguesa liga-se muito mais à necessidade de salvaguardar o domínio da rota atlântica para as Índias do que ao interesse por novas terras. A própria conduta portuguesa de, mesmo após a posse das terras brasileiras, ter praticamente deixado de lado a exploração do Brasil em benefício das Índias (como veremos logo à frente) mostra claramente quais eram as prioridades portuguesas naquele momento

## Viagens europeias – séculos XV e XVI



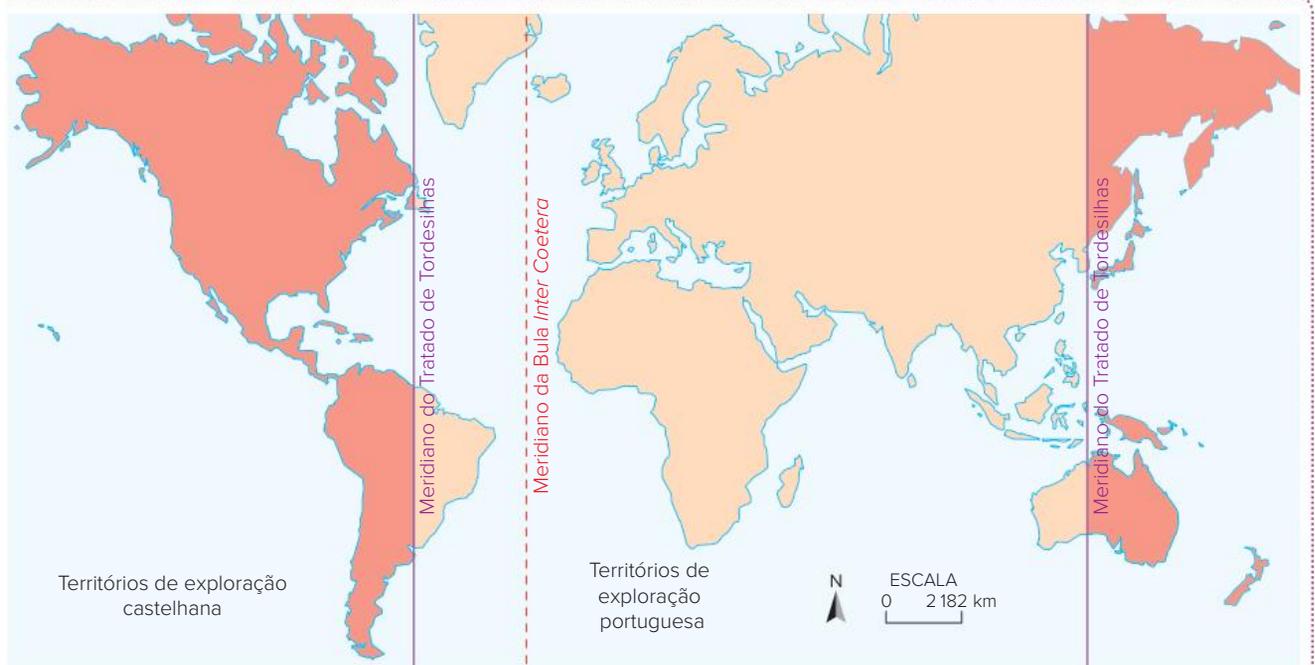
## Cabral e o Brasil

Em 9 de março de 1500, uma frota deixou o porto de Lisboa. Trata-se da maior e mais equipada frota que já fora montada pelos portugueses. Contava com 13 caravelas, todas construídas especialmente para essa empreitada, fortemente armadas e equipadas com o que havia de mais recente em termos de instrumentos náuticos. Reunia a nata dos navegadores portugueses e seu comando havia sido entregue a um chefe militar de origem nobre, chamado Pedro Álvares Cabral

Ostensivamente, essa expedição tinha por objetivo estabelecer o total domínio português nas costas da Índia, assegurando o monopólio na obtenção e no comércio de especiarias. Assim, sua rota deveria ser, em tese, a mesma seguida dois anos antes por Vasco da Gama.

Entretanto, na altura da região de Açores, a expedição desviou-se cada vez mais em direção a Oeste, até que, em 22 de abril do mesmo ano, aportava onde hoje é o litoral da Bahia. Sintomaticamente, vemos que essa chegada deu-se

## Tratado de Tordesilhas



## Viagem de Pedro Álvares Cabral



em terras que, uma vez descobertas, pertenceriam a Portugal, segundo o Tratado de Tordesilhas.

Em decorrência disso, toda uma controvérsia mantém-se até hoje quanto à **intencionalidade** ou **casualidade** da chegada dos portugueses às terras que viriam a ser o Brasil. Por um lado, argumenta-se que a razão para o desvio de rota deveu-se à tentativa de Cabral de evitar uma região de calmarias (sem ventos) na altura do Golfo da Guiné. Por outro lado, afirma-se que vários indícios mostram que os portugueses já conheciam ou intuam a existência de terras e que a chegada de Cabral ao Brasil era um segundo objetivo, não declarado da expedição.

O que se sabe, de concreto, é que, após a posse das novas terras em nome de Portugal e de um rápido

reconhecimento de suas potencialidades econômicas (reunido em um “inventário”, a célebre carta de Pero Vaz de Caminha), Cabral enviou uma única caravela a Portugal, para dar ao rei a notícia da posse, e rumou com as onze restantes (uma havia se perdido no trajeto até o Brasil) para as Índias, cumprindo seu objetivo inicial e declarado

## França, Inglaterra e Holanda

Várias são as razões que justificam a demora dos demais países europeus em entrar na luta pela posse de domínios coloniais. No caso de França e Inglaterra, a razão fundamental encontra-se no desgaste provocado pela Guerra dos Cem Anos, a qual, encerrada em 1453, enfraqueceu economicamente ambos os países.

A Holanda, por sua vez, era parte do Império Espanhol, colhendo indiretamente os frutos das conquistas por meio da intensificação do seu próprio comércio.

Entretanto, seria impossível a esses países manterem-se por muito tempo à margem das fantásticas possibilidades e efeitos abertos pelas expedições ultramarinas. A partir de 1515, o rei francês Francisco I contestava duramente a partilha do mundo ultramarino entre Portugal e Espanha. A França passou a enviar expedições que, além do saque de riquezas americanas, acabaram por possibilitar-lhe o domínio de vastas extensões da América do Norte, embora suas tentativas no Brasil tenham sido frustradas. A Inglaterra, por sua vez, concentrou sua iniciativa no incentivo à atividade de corsários (piratas a serviço do Estado), a partir do século XVI, e no reinado de Elizabeth I voltou à consolição de seu domínio sobre a costa sudeste da América do Norte, dando origem aos Estados Unidos.

## Colônias portuguesas e espanholas



Fonte: *Atlas da História do Mundo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1995. p. 155. (Adapt.)

## O período pré-colonial

### O Império Colonial Português nas Índias

Os primeiros anos que se seguem ao “descobrimento” são marcados por um relativo desinteresse português em relação ao Brasil, ao mesmo tempo que grande parte da iniciativa portuguesa concentrava-se no Oriente.

A explicação para tal fato é simples, se levarmos em consideração os objetivos mercantis dos Estados europeus em geral e de Portugal em particular.

Antes de mais nada, é interessante lembrar que, considerados seus objetivos iniciais, a própria viagem de Colombo fracassou. O objetivo econômico (atingir as Índias) não foi alcançado. E o possível objetivo científico (provar a esfericidade da Terra) também não foi alcançado. Ao mesmo tempo, os portugueses centravam todos os esforços naquilo que realmente poderia ser compensador a curto prazo, o estabelecimento de um monopólio no comércio com as Índias.

Em oposição a um solo e clima desconhecidos; uma população nativa hostil; o isolamento em relação às principais rotas de navegação; todos esses elementos presentes em qualquer análise que se referisse às terras da América, as Índias apresentavam uma produção já estabelecida e produtos de larga aceitação no mercado europeu, o que impunha aos portugueses unicamente o trabalho de compra e revenda dos produtos e de manutenção militar desse monopólio.

Não é um acaso, portanto, que, ao mesmo tempo que Portugal investe em uma série de ações em relação ao Oriente (como o estabelecimento de feitorias ao longo de toda a costa indiana), as iniciativas em relação ao Brasil limitam-se a algumas expedições de reconhecimento e guarda-costas e à exploração do pau-brasil, única que despertou interesse imediato dos portugueses e que não traria custos para a Coroa.

### O extrativismo do pau-brasil

A extração do pau-brasil constituiu-se, de modo geral, na única forma de exploração econômica portuguesa sobre o Brasil durante os trinta primeiros anos após a chegada dos europeus.

A atividade era feita de forma rudimentar, utilizando-se a **mão de obra indígena livre**, em um regime conhecido com o nome de **escambo** (a troca não monetária). Os indígenas extraíam o pau-brasil e o transportavam até feitorias estabelecidas pelos portugueses na costa, onde trocavam por mercadorias europeias (como espelhos, colares e roupas).

A exploração do pau-brasil constituía-se em **estanco régio**, ou seja, monopólio da Coroa, que cedia os direitos de exploração a particulares por meio de um pagamento inicial e de participação nos lucros do negócio.

É importante notar o caráter **predatório** de tal atividade, a qual se concentra unicamente na exploração, sem implantação de novos recursos e sem qualquer caráter colonizador efetivo, não gerando, portanto, povoamento do território ou quaisquer iniciativas administrativas mais sérias por parte dos portugueses.

Entretanto, novos elementos levariam à mudança da atitude portuguesa. Em primeiro lugar estão os ataques árabes ao Índico, que tornavam o custo da manutenção do Império colonial nas Índias extremamente alto e elevaram o preço das especiarias. Em segundo, há a própria recuperação econômica da Europa, com o estabelecimento de atividades produtivas em várias regiões, o que tornava os produtos orientais não mais tão atraentes ao mercado europeu.

Há, ainda, as iniciativas dos países aliados da partilha colonial pelo Tratado de Tordesilhas, que se ampliavam cada vez mais. Ataques de piratas e corsários, sobretudo franceses, eram frequentes, ameaçando o próprio domínio português sobre o território. A defesa contra esses ataques era dificultada pela extensão da costa, e as expedições realizadas para tal finalidade, como a de **Cristóvão Jacques**, embora eficientes no trato com os piratas aprisionados, eram insuficientes para deter tal ameaça.

Assim, à necessidade de defender e assegurar a posse do território, somava-se a necessidade portuguesa de obter uma fonte de lucros que substituísse o decadente comércio oriental. São essas as razões que explicam a mudança na política portuguesa, ao decidir iniciar a colonização efetiva do território brasileiro. Entenda-se por colonização a ocupação e exploração efetiva do território, com fixação dos colonos nas terras, criação de povoados e de fortificações que se estenderiam por toda a costa etc. São esses os objetivos de D. João III ao enviar a expedição comandada por **Martim Afonso de Souza**, em 1530, a qual, não por acaso, é chamada de **primeira expedição colonizadora**.

#### Saiba mais

O pau-brasil, de nome científico *Caesalpinia echinata*, é uma árvore típica da Mata Atlântica e que hoje é considerada ameaçada de extinção. Na Idade Moderna, possuía alto valor comercial, pois do interior de seu tronco era extraído um corante apropriado para tecidos. Além disso, sua madeira – dura, pesada e bastante resistente ao ataque de insetos e fungos – era utilizada na construção de casas e móveis.

## Revisando

1 Quais relações podemos estabelecer entre o crescimento do comércio que se verificou na Europa a partir da Baixa Idade Média e a Expansão Marítima europeia?

---

---

---

---

2 Qual o papel exercido pelas monarquias nacionais europeias no processo de Expansão Marítima?

---

---

---

---

3 Qual o papel da Revolução de Avis para o desenvolvimento comercial em Portugal?

---

---

---

---

4 Quais razões explicam a pressão portuguesa para a revogação da Bula *Inter Coetera* e sua substituição pelo Tratado de Tordesilhas?

---

---

---

---

5 Qual a forma de mão de obra utilizada nas terras que viriam a ser o Brasil para a extração do pau-brasil durante as primeiras décadas da presença portuguesa?

---

---

---

---

## Exercícios propostos

1 Por que afirmamos que as Cruzadas são, ao mesmo tempo, um processo de expansão e um reflexo da crise feudal?

2 **FGV** Leia o texto a seguir.

Durante o século XII, toda a extensão da Flandres converteu-se em um país de tecelões e batedores. O trabalho de lã, que até então se havia praticado somente nos campos, concentra-se nas aglomerações mercantis que se fundam por toda parte e anima um comércio cujo progresso é incessante. Formam-se assim as incipientes manufaturas de Bruges, Ypres, Lille, Douai e Arras [ ]

Henri Pirenne.

Podemos relacionar o conteúdo desse texto com:

- A as invasões bárbaras, que aceleraram a formação das vilas durante o Baixo Império Romano.
- B o Renascimento Comercial que atingiu a Europa a partir do século XI.
- C a mudança nos eixos fundamentais da atividade urbana europeia como decorrência da Peste Negra.
- D as mudanças na economia europeia que exigiram mudança na estrutura feudal.
- E as ligas de mercadores que se formam a partir das Cruzadas.

- 3** As cidades medievais desenvolveram-se ao longo dos séculos XI e XII em razão:
- A da ampliação do comércio interno e externo europeu.
  - B da necessidade dos senhores feudais de se livrarem de parte das suas terras.
  - C do amparo dado pela Igreja aos burgueses.
  - D da compra de sua liberdade pelos vilões.
  - E dos efeitos da nova cultura renascentista.

**4 UTFPR 2018** Entre o final do século XII e início do próximo, com o fortalecimento do comércio e o crescimento dos centros urbanos, os europeus começaram a estreitar contatos com o Oriente. Através de rotas comerciais, vinham especiarias e tecidos, como a seda, que chegavam ao Mar Mediterrâneo pelo Mar Vermelho, costeando o Egito, ou pelo Mar Negro, atravessando os Estreitos de Bósforo e Dardanelos. Esse período foi próspero na Península Itálica, especialmente para os mercadores de:

- A Nova Déli e Calicute.
- B Pequim e Xangai.
- C Londres e Manchester.
- D Gênova e Veneza.
- E Paris e Lyon.

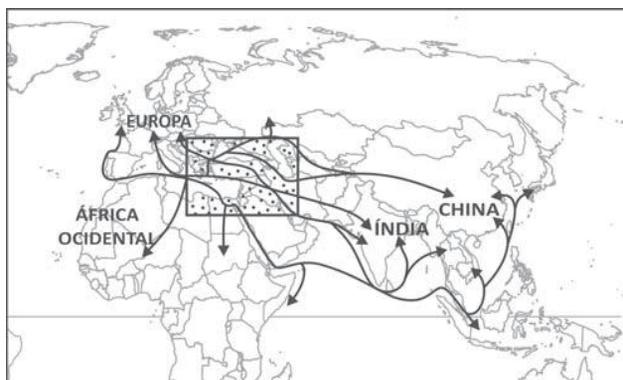
**5 UFU 2015** Tem-se muitas vezes a impressão de que o clero detém o monopólio da cultura na Idade Média. O ensino, o pensamento, as ciências, as artes seriam feitas por ele, para ele ou pelo menos sob sua inspiração e controle. Trata-se de uma imagem falsa e que exige profunda correção. A partir da revolução comercial e do desenvolvimento urbano, grupos sociais antigos ou novos descobrem outras preocupações, têm sede de outros conhecimentos práticos ou teóricos diferentes dos religiosos, criam instrumentos de saber e meios de expressão próprios.

LE GOFF, Jacques *Mercadores e banqueiros na Idade Média* Lisboa: Gradiva, s.d, p. 77. (Adaptado).

A historiografia costuma associar as transformações econômicas ocorridas na crise do feudalismo na Europa Ocidental ao surgimento do mundo moderno. A citação do historiador medievalista Jacques Le Goff reforça essa ligação, uma vez que a revolução comercial

- A arrefeceu a atividade evangelizadora da Igreja nas terras do Novo Mundo, uma vez que os comerciantes que financiavam os jesuítas preferiram concentrar seus negócios nas fronteiras da Europa e no norte da África.
- B transformou a Igreja em uma das principais apoiadoras da expansão comercial em curso, reforçando os laços com a burguesia ascendente na luta contra os privilégios feudais da nobreza.
- C acelerou o processo de reforma interna da Igreja Católica, que passou a admitir que a busca pelos lucros e pela acumulação de capital não eram atividades que contrariavam a fé religiosa, conforme acreditava a nobreza.
- D traduziu-se na aceleração do processo de secularização do mundo, em que os poderes religiosos passaram a ser confrontados, sem desaparecerem por completo, com novas interpretações sobre o mundo e a realidade dos homens.

## 6 Fuvest 2017



NIEVAS, Alexander; NISANCIOGLU, Kerem *How the West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism*. Londres: Pluto Press, 2015. (Adapt.).

Encontram-se assinaladas no mapa, sobre as fronteiras dos países atuais, as rotas eurásianas de comércio a longa distância que, no início da Idade Moderna, cruzavam o Império Otomano, demarcado pelo quadro.

A respeito dessas rotas, das regiões que elas atravessavam e das relações de poder que elas envolviam, é correto afirmar que

- A a China, com baixo grau de desenvolvimento político e econômico, era exportadora de produtos primários para a Europa.
  - B a Índia era uma economia fracamente vinculada ao comércio a longa distância, em vista da pouca demanda por seus produtos.
  - C a Europa, a despeito do poder otomano, exercia domínio incontestável sobre o conjunto das atividades comerciais eurásianas.
  - D a África Ocidental se encontrava em posição subordinada ao poderio otomano, funcionando como sua principal fonte de escravos.
  - E o Império Otomano, ao intermediar as trocas a longa distância, forçou os europeus a buscar rotas alternativas de acesso ao Oriente.
- 7** A Baixa Idade Média é o período em que já se começava a observar os primeiros sintomas de crise do feudalismo e em que o comércio começava a despontar como atividade econômica importante. Entre as características desse período seria incorreto incluir:
- A as Cruzadas, ao mesmo tempo um sintoma e um agravante da crise feudal.
  - B o surgimento das feiras e das rotas comerciais como um importante agente propulsor do comércio
  - C o predomínio econômico das cidades italianas por causa da importância do Mediterrâneo como via de comércio entre Europa e Oriente
  - D o fortalecimento do poder político dos senhores feudais, dada à necessidade de impor uma resistência ao avanço da camada mercantil
  - E a organização da produção urbana através das corporações de ofício, oficinas e guildas.

**8 UEPG 2018** Por volta do século X, os historiadores identificam o aparecimento de uma grave crise econômica, social, religiosa, cultural e ideológica no feudalismo que se estendeu pelos séculos seguintes até a superação desse sistema no século XV. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- 01 As Cruzadas, guerras religiosas que envolveram um grande número de pessoas, fizeram com que o comércio entre a Europa e o Oriente entrasse em declínio.
- 02 As corporações de ofício foram criadas pelos senhores feudais, no sentido de garantir o monopólio da produção agrícola e evitar a expansão das atividades comerciais.
- 04 O surgimento da burguesia, classe social voltada para as práticas comerciais, pode ser considerada uma das razões que deflagraram a crise.
- 08 A grande mortandade causada pela peste negra gerou uma diminuição considerável na mão de obra que mantinha a atividade agrícola nos feudos e contribuiu para uma crise de produção

Soma:

**9** Leia.

Durante os cem anos que se seguiram, uma crise geral iria abalar todo o continente europeu. Veremos que esta crise, retrospectivamente, apareceu como linha divisória dos destinos da Europa. As suas causas estão ainda por estudar e analisar de modo sistemático, embora os elementos do fenômeno estejam já bem determinados. O fator mais profundo desta crise geral reside, provavelmente, no colapso dos mecanismos de reprodução do sistema num ponto limite das suas capacidades últimas. Parece particularmente claro que o motor básico que impulsionara durante três séculos toda a economia feudal, a recuperação das terras incultas, acabou por levá-lo para além dos limites objetivos da estrutura do terreno e da sociedade. A população continuava a aumentar, enquanto era cada vez menor a rentabilidade das terras marginais, ainda suscetíveis de conversão em função do nível técnico existente, e os solos deterioravam-se devido aos erros de exploração e ao caráter febril dessas atividades.

Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*.

A leitura do texto nos permite concluir que:

- A as causas mais profundas da crise feudal devem ser encontradas em elementos que fogem totalmente da estrutura feudal, tais como o esgotamento das terras.
- B a crise feudal deve ser compreendida à luz do próprio esgotamento do sistema, que havia chegado ao seu limite máximo de capacidade produtiva
- C o principal elemento gerador da crise é a expansão demográfica que a Europa conheceu a partir do século X.
- D não há relação entre o baixo nível técnico e a crise do feudalismo.
- E a crise feudal é um dos elementos que vai impedir o processo de expansão comercial.

**10** As feiras da Idade Média constituíam-se em:

- A um instrumento de comércio local das cidades para o abastecimento cotidiano de seus habitantes.
- B áreas exclusivas de câmbio das diversas moedas europeias.
- C centros de comércio de amplitude continental que dinamizaram a economia da época.
- D locais fixos de comercialização de produtos dos feudos
- E instituições carolíngias para renascimento do comércio abalado pelo domínio árabe no Mediterrâneo.

**11** Não pode ser considerado como um fator do Renascimento Comercial que ocorre na Europa a partir do século XI:

- A a crise do modo de produção feudal, motivada pela superexploração dos trabalhadores, através das relações servis de produção.
- B uma maior disponibilidade de mão de obra em virtude do aumento populacional e da estagnação da produção servil.
- C a predominância cultural e ideológica da Igreja, com a valorização da vida extraterrena, a condenação da usura e sua posição em relação ao “justo preço” das mercadorias.
- D o movimento cruzadista que se estendeu até meados do século XIII.
- E a aquisição das “Cartas de Franquia”, o que fortalecia as cidades e libertava a nascente burguesia das obrigações e tributos feudais.

**12** Entre as causas da desagregação da ordem econômica feudal é possível mencionar:

- A a intensa capitalização realizada pelos artesãos medievais e a criação de grandes unidades industriais, as quais acabaram subvertendo a economia feudal.
- B o desinteresse da nobreza e do clero pela manutenção do feudalismo, pois esses setores acabaram beneficiando-se com o advento de uma sociedade baseada no lucro.
- C o surgimento de corporações de ofício e a substituição do “justo preço”, que restringia as possibilidades de lucro, pelo preço de mercado.
- D a substituição gradativa do trabalho escravo pelo trabalho assalariado dentro do feudo.
- E o revivescimento do comércio e a consequente circulação monetária que abalaram a autossuficiência da economia feudal.

**13** As transformações econômicas ocorridas na Europa na Baixa Idade Média tiveram como consequência:

- A o crescimento demográfico e a formação de centros urbanos.
- B a decadência dos serviços especializados e a crise das corporações de ofício.
- C o aumento da migração para o campo e a decadência das cidades

- D o fortalecimento das reservas senhoriais e a cobrança de impostos em serviços e produtos.
- E a manutenção das técnicas de exploração agrícola e o abandono definitivo das obrigações servis.

**14 UPF 2019** Desde as últimas décadas do século XIII, assistia-se a uma perda da vitalidade que caracterizara o Feudalismo... vinham ocorrendo profundas transformações, que se revelaram com toda a força a partir de princípios do século XIV. Esta crise foi global, com todas as estruturas feudais sendo fortemente atingidas

FRANCO JR, Hilário. *O Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 78.

Das alternativas a seguir, apenas uma não explica as razões fundamentais da crise apontada no texto. Qual?

- A A exagerada exploração pelos nobres da mão de obra dos servos, exigindo destes cada vez mais um maior tempo de trabalho.
- B O descobrimento de novas minas de ouro e prata em territórios poloneses, o que gerou uma violenta disputa entre várias nações pela sua exploração.
- C As revoltas camponesas e urbanas decorrentes da miséria que passou a caracterizar a vida dessa parcela da população
- D O esgotamento das forças de produção acentuado pela crise demográfica, resultado da Peste Negra
- E A falência do modelo de produção baseado no campo e nas grandes áreas de terras controladas por senhores feudais

**15** A partir do século XI, na Europa, os poderes monárquicos foram lentamente se reconstituindo e em torno deles surgiram os modernos Estados Nacionais. Explique as razões desse processo de centralização política.

**16** Quais razões explicam a precoce centralização política que se verifica em Portugal, durante a Idade Média?

**17** O que foi a Revolução de Avis e qual sua importância para o desenvolvimento posterior de Portugal?

**18** Dê exemplos concretos da participação do Estado enquanto instrumento do desenvolvimento econômico e, particularmente comercial, em Portugal.

**19 Uefs 2016** No Mediterrâneo, “os cristãos não conseguem fazer flutuar sequer uma tábua”. Afirmativa de Ibn Khaldun, historiador muçulmano (1332-1406), autor da História dos Árabes e dos Berberes.

AQUINO, Rubim Santos Leão de et al. *História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980. v. 1, p. 343.

A análise do historiador árabe do século XIV diz respeito

- A à parceria estabelecida entre muçulmanos e judeus para o estabelecimento do monopólio no comércio marítimo mediterrâneo
- B à autossuficiência da economia feudal europeia na Baixa Idade Média, o que desestimulava o acesso às rotas marítimas comerciais do Mediterrâneo.

- C ao controle da navegação comercial no contexto do mar Mediterrâneo, estabelecido pelos árabes, excluindo os reinos europeus da circulação comercial
- D ao atraso no conhecimento da navegação comercial pelos reinos europeus, especialmente os localizados na península itálica.
- E à ausência de portos marítimos no sul da Europa, o que dificultava a ancoragem de embarcações nas atividades comerciais.

- 20** A Revolução de Avis possibilitou que Portugal tivesse uma posição pioneira na Expansão Marítima em virtude:
- A do domínio lusitano sobre as rotas que ligavam o Mediterrâneo aos centros comerciais do Mar do Norte.
  - B da política seguida por d Fernando, o Formoso, apoiando as expedições marítimas
  - C da influência que a camada mercantil passou a ter junto ao poder central.
  - D da liberalização do processo político como forma de superar a crise feudal
  - E da perda de controle pelo Estado sobre as práticas capitalistas.

**21 Fuvest 2016** Assim como o camponês, o mercador está a princípio submetido, na sua atividade profissional, ao tempo meteorológico, ao ciclo das estações, à imprevisibilidade das intempéries e dos cataclismos naturais. Como, durante muito tempo, não houve nesse domínio senão necessidade de submissão à ordem da natureza e de Deus, o mercador só teve como meio de ação as preces e as práticas supersticiosas. Mas, quando se organiza uma rede comercial, o tempo se torna objeto de medida. A duração de uma viagem por mar ou por terra, ou de um lugar para outro, o problema dos preços que, no curso de uma mesma operação comercial, mais ainda quando o circuito se complica, sobem ou descem tudo isso se impõe cada vez mais à sua atenção. Mudança também importante: o mercador descobre o preço do tempo no mesmo momento em que ele explora o espaço, pois para ele a duração essencial é aquela de um trajeto

LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2013. (Adapt.).

O texto associa a mudança da percepção do tempo pelos mercadores medievais ao

- A respeito estrito aos princípios do livre comércio, que determinavam a obediência às regras internacionais de circulação de mercadorias.
- B crescimento das relações mercantis, que passaram a envolver territórios mais amplos e distâncias mais longas
- C aumento da navegação oceânica, que permitiu o estabelecimento de relações comerciais regulares com a América.
- D avanço das superstições na Europa ocidental, que se difundiram a partir de contatos com povos do leste desse continente e da Ásia.
- E aparecimento dos relógios, que foram inventados para calcular a duração das viagens ultramarinas

**22** De que forma a crise geral do século XIV contribuiu para o desenvolvimento econômico de Portugal?

**23** Sobre a Revolução de Avis, responda:  
Quais as razões que explicam o fato de a camada mercantil portuguesa ter se colocado violentamente contra as pretensões de Castela e da nobreza portuguesa de incorporar Portugal aos domínios castelhanos?

**24 Unesp 2016** Entre os motivos do pioneirismo português nas navegações oceânicas dos séculos XV e XVI, podem-se citar

- A a influência árabe na Península Ibérica e a parceria com os comerciantes genoveses e venezianos
- B a centralização monárquica e o desenvolvimento de conhecimentos cartográficos e astronômicos.
- C a superação do mito do abismo do mar e o apoio financeiro e tecnológico britânico.
- D o avanço das ideias iluministas e a defesa do livre-comércio entre as nações.
- E o fim do interesse europeu pelas especiarias e a busca de formas de conservação dos alimentos.

**25 Fuvest** Antigamente a Lusitânia e a Andaluzia eram o fim do mundo, mas agora, com a descoberta das Índias, tornaram-se o centro dele.

Essa frase, de Tomás de Mercado, escritor espanhol do século 16, referia-se:

- A ao poderio das monarquias francesa e inglesa, que se tornaram centrais desde então.
- B à alteração do centro de gravidade econômica da Europa e à importância crescente dos novos mercados.
- C ao papel que os portos de Lisboa e Sevilha assumiram no comércio com os marajás indianos.
- D ao fato de a América ter passado a absorver, desde então, todo o comércio europeu
- E ao desenvolvimento da navegação a vapor, que encurtava distâncias.

**26** Sobre o Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, pode se afirmar que o objetivo era:

- A demarcar os direitos de exploração dos países ibéricos, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão comercial marítima.
- B estimular a consolidação do reino português, por meio da exploração das especiarias africanas e da formação do exército nacional
- C impor a reserva de mercado metropolitano, por meio da criação de um sistema de monopólios que atingia todas as riquezas coloniais.
- D reconhecer a transferência do eixo do comércio mundial do Mediterrâneo para o Atlântico, depois das expedições de Vasco da Gama às Índias.
- E reconhecer a hegemonia anglo-francesa sobre a exploração colonial, após a destruição da Invencível Armada de Felipe II, da Espanha

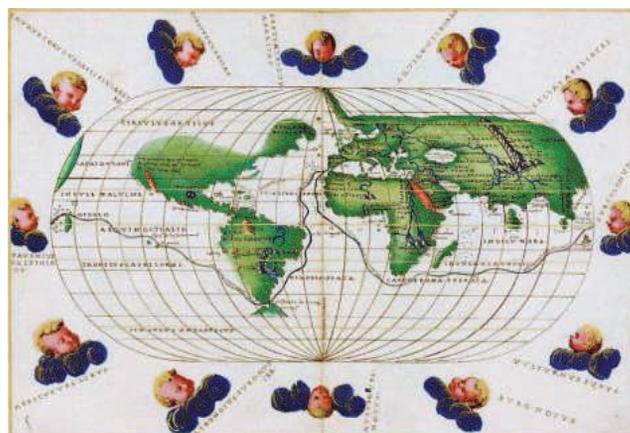
**27 PUC-SP** Numa época em que ouvir valia mais do que ver, os olhos enxergavam primeiro o que se ouvia dizer; tudo quanto se via era filtrado pelos relatos de viagens fantásticas, de terras longínquas, de homens monstruosos que habitavam os confins do mundo conhecido

Laura de Mello e Souza. *O diabo na Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1986 p. 21-2

O fragmento anterior refere-se à chegada dos europeus à América. É possível identificar a tendência a que a autora se refere:

- A na divisão político-administrativa em capitanias hereditárias e na proposta posterior de governos gerais
- B em documentos e cartas que detalhavam as ações e interesses na produção açucareira do nordeste brasileiro.
- C na negociação que definiu o limite entre as áreas de colonizações portuguesa e espanhola na América do Sul.
- D em desenhos, pinturas e relatos de viajantes que mostravam animais e plantas inexistentes no Brasil.
- E em inúmeras tentativas de invasão do Brasil colonial por outros países europeus, especialmente a França

**28 Fuvest 2020** A representação cartográfica a seguir refere-se à viagem de circunavegação, iniciada em Sanlúcar de Barrameda, na Andaluzia, em 20 de setembro de 1519, e comandada pelo português Fernão de Magalhães, a serviço da monarquia da Espanha. A despeito da repercussão da viagem para o desenvolvimento dos conhecimentos náuticos e para a exploração do Oceano Pacífico, Battista Agnese foi um dos poucos cartógrafos a registrar a empreitada de Magalhães



Battista Agnese, *Atlas Portulano*, 1545. Biblioteca Digital Mundial. Disponível em <https://www.wdl.org/pt/>.

- A representação cartográfica de Battista Agnese
- A revelava a permanência das técnicas e sentidos simbólicos da cosmografia medieval, que orientaram os navegadores ibéricos na época da expansão ultramarina.
  - B estava vinculada aos dogmas cristãos e procurava conciliar o registro da viagem de Fernão de Magalhães com a perspectiva de Terra Plana ainda presente entre letrados cristãos

- C estava baseada nos relatos dos navegadores, no acúmulo de conhecimentos acerca das rotas marítimas e em estimativas de distâncias a partir de cálculos matemáticos e da planificação do globo terrestre.
- D apresentava o Oceano Pacífico em suas reais dimensões de acordo com o entendimento de Fernão de Magalhães e de Cristóvão Colombo e em desacordo com as perspectivas cristãs.
- E estava assentada nos conhecimentos e detalhes geográficos bíblicos e nas formulações cosmológicas de Ptolomeu, fundamentais para o sucesso da viagem de Fernão de Magalhães.

## 29 PUC SP

Quem quer passar além do Bojador,  
Tem que passar além da dor  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu.

Fernando Pessoa. "Mar Português". In: *Obra poética*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960. p. 19.

O trecho de Fernando Pessoa fala da expansão marítima portuguesa. Para entendê-lo, devemos saber que:

- A "Bojador" é o ponto ao extremo sul da África e que atravessá-lo significava encontrar o caminho para o Oriente.
- B a "dor" representa as doenças, desconhecidas dos europeus, mas existentes nas terras a serem conquistadas pelas expedições.
- C o "abismo" refere-se à crença, então generalizada, de que a Terra era plana e que, em um determinado ponto, acabaria fazendo cair os navios
- D menção a "Deus" indica a suposição, à época, e que o Criador era contrário ao desbravamento dos mares e que puniria os navegadores.
- E o "mar" citado é o oceano Índico, onde estão localizadas as Índias, objetivo principal dos navegadores.

- 30 Uerj** Ao chegar a Calicute, em 1498, o navegador português Vasco da Gama aguardou que embarcações locais se aproximassem das naus e mandou um membro da tripulação para terra, o degredado João Nunes. Este encontrou no porto dois comerciantes tunisinos, que sabiam falar castelhano e genovês, travando o seguinte diálogo, registrado por um português anônimo:

Ao diabo que te dou; quem te trouxe cá?

E perguntaram-lhe o que vínhamos buscar tão longe

E ele respondeu:

Vimos buscar cristãos e especiaria

John Villiers. "Vasco da Gama, o Preste João das Índias e os cristãos de São Tomé." In: *Oceanos*, Vasco da Gama. Lisboa, 1998. (Adapt.).

- a) Justifique por que "buscar especiaria" foi uma importante motivação econômica da Expansão Marítima portuguesa.
- b) Identifique duas ações voltadas para a expansão da fé cristã, que tenham sido empreendidas pelos portugueses nos seus domínios coloniais

- 31 Unifesp** Se como conluo que acontecerá, persistir esta viagem de Lisboa para Calicute, que já se iniciou, deverão faltar as especiarias às galés venezianas e aos seus mercadores.

Diário de Girolamo Priuli, jul. 1501.

Essa afirmação evidencia que Veneza estava:

- A tomada de surpresa pela chegada dos portugueses à Índia, razão pela qual entrou em rápida e acentuada decadência econômica
- B acompanhando atentamente as navegações portuguesas no Oriente, as quais iriam trazer prejuízos ao seu comércio.
- C despreocupada com a abertura de uma nova rota pelos portugueses, pois isto não iria afetar seu comércio e suas manufaturas.
- D impotente para resistir ao monopólio que os portugueses iriam estabelecer no comércio de especiarias pelo Mediterrâneo.
- E articulando uma aliança com outros estados italianos para anular os eventuais prejuízos decorrentes das navegações portuguesas.

- 32 Uece 2019 (Adapt.)** A chegada de uma frota portuguesa liderada pelo fidalgo Pedro Álvares Cabral em 21 de abril de 1500 no litoral do atual estado da Bahia foi precedida por outro grande evento das navegações lusitanas que estimulou o rei D. Manuel I, o venturoso, a investir nesse importante empreendimento marítimo e comercial para o Estado português. Esse evento da expansão marítima portuguesa que precedeu a viagem cabralina foi

- A a viagem comandada por Vasco da Gama, que contornou a África e alcançou a Índia e suas especiarias, depois regressando a Lisboa em 1498.
- B a chegada de Cristóvão Colombo às Antilhas em outubro de 1492, o que se configurou como "Descobrimento" da América.
- C a realização da primeira viagem de circunavegação do globo iniciada sob o comando de Fernão de Magalhães e concluída por Sebastião Del Cano
- D a chegada de Gaspar Corte Real à Terra Nova, na América do Norte, em 1500, comprovando ser possível uma viagem da Europa à América.

- 33** Qual a importância, para Portugal, da assinatura do Tratado de Toledo e da própria luta para que o limite divisório entre os domínios ultramarinos portugueses e espanhóis fosse estendido de 100 léguas a oeste de Cabo Verde (segundo a Bula *Inter Coetera*) para 370 léguas, como ficou estabelecido no Tratado de Tordesilhas?

- 34** Como se explica o atraso de França, Holanda e Inglaterra no processo de Expansão Marítima europeia?

- 35 UPF 2016** Luís Vaz de Camões, um dos maiores nomes do Renascimento Cultural português, imortalizou, em sua principal obra, a viagem de Vasco da Gama às Índias

Já no largo Oceano navegavam,  
As inquietas ondas apartando;  
Os ventos brandamente respiravam,  
Das naus as velas côncavas inchando;  
Da branca espuma os mares se mostravam  
Cobertos, onde as proas vão cortando  
As marítimas águas consagradas,  
Que do gado de Próteo são cortadas.

CAMÕES. *Os Lusíadas* Verso 19.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente elementos relativos à participação de Portugal na expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI

- A O total apoio da Igreja Católica, desde a aclamação do primeiro rei português, visando à expansão econômica e religiosa que a expansão marítima iria concretizar.
- B Para o grupo mercantil, a expansão marítima era comercial e aumentava os negócios, superando a crise do século XV; para o Estado, trazia maiores rendas; para a nobreza, trazia cargos e pensões; e para a Igreja Católica, representava maior cristianização dos “povos bárbaros”.
- C O pioneirismo português se deveu mais ao atraso dos seus rivais, envolvidos em disputas dinásticas, do que a fatores próprios do processo histórico, econômico, político e social de Portugal
- D A expansão marítima, embora contasse com o apoio entusiasmado do grupo mercantil, recebeu o combate dos proprietários agrícolas, para quem os dispêndios com o comércio eram perdulários.
- E A burguesia, ao liderar a arraia-miúda na Revolução de Avis, conseguiu manter a independência de Portugal, centralizou o poder e impôs ao Estado o seu interesse específico na expansão

- 36 UFJF-Pism 2017** Leia com atenção o texto a seguir sobre o fim do período medieval.

[...] o final do milênio medieval costuma ser visto sob a forma de uma crise profunda e generalizada. Brutal, a mortalidade provocada pelo bacilo da peste espalha-se rápida e maciçamente. Os doentes sucumbem em alguns dias, sem remédio nem alívio possíveis. No dizer das testemunhas, toda organização social, até os laços familiares, foi violentamente perturbada por isso.

BASCHE, J. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006. p. 247-248 (Adapt).

Acerca da chamada “Crise do século XIV”, assinale a alternativa CORRETA:

- A a expansão agrícola que precedeu a crise do século XIV foi realizada à custa de arroteamentos, o que contribuiu para minimizar o impacto ambiental e conter o processo inflacionário.
- B a diminuição da produtividade levou a uma maior exploração da mão de obra camponesa. Nesse momento a teoria das três ordens foi responsável pela aceitação do aumento da tributação, evitando, assim, as revoltas camponesas.
- C os deslocamentos de camponeses que fugiam para as cidades ajudaram na eliminação da epidemia

nas zonas rurais, já que a peste apenas atingia as populações mais pobres e desnutridas.

- D tentando fazer frente à crise do século XIV, a Igreja transferiu sua sede de Roma para Avignon, na França. Essa medida contribuiu para manter a unidade da cristandade, a autonomia e o caráter universalista da Igreja
- E nesse contexto, a fome e as epidemias contribuíram para o processo de desintegração do feudalismo e o fortalecimento do poder dos reis, que aos poucos foram tomando para si a autoridade administrativa e militar até então em mãos senhoriais.

- 37** Podemos afirmar que a expansão comercial e marítima europeia e a formação das monarquias nacionais são processos que mantêm íntima conexão porque:

- A a constituição dos modernos Estados consolidou a aliança entre a Coroa e a burguesia mercantil.
- B ao mesmo tempo que a formação dos Estados centralizados constituiu-se em um pré-requisito à expansão, o Estado fortaleceu-se ao incorporar regiões de ultramar
- C a adoção de práticas mercantilistas, regulando as atividades mercantis, atendia simultaneamente aos interesses dos comerciantes e do Estado
- D tanto a Coroa quanto os comerciantes viam a expansão como uma forma de ampliação de riquezas.
- E todas as afirmações anteriores estão corretas.

- 38 UFRGS 2020** Leia o enunciado abaixo.

No contexto das grandes navegações, iniciou-se um processo de deslocamento do eixo comercial e econômico europeu do para o Em função da do comércio, desenvolveram-se concepções econômicas na Europa, no século XVI, que ficaram conhecidas como \_.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do enunciado acima, na ordem em que aparecem

- A Mar Mediterrâneo Oceano Índico expansão industrialismo
- B Oceano Índico Oceano Atlântico retração imperialismo
- C Oceano Atlântico – Mar Mediterrâneo – expansão – mercantilismo
- D Mar Mediterrâneo – Oceano Atlântico – expansão – mercantilismo
- E Oceano Atlântico – Mar Mediterrâneo – retração – industrialismo

- 39** Leia atentamente o texto a seguir:

1505 – Nomeação do primeiro Vice-rei da Índia.

“Toda a nossa força seja no mar. Desistamos de nos apropriar da terra. As tradições antigas de conquista, o Império sobre reinos tão distantes não convém [...] Com as nossas esquadras teremos seguro o mar e protegidos os indígenas, em cujo nome reinaremos de facto sobre a Índia. Se o que queremos são os produtos dela, o nosso Império marítimo assegurará o monopólio português

contra o turco e o veneziano. Impunhamos pesados tributos, exageremos os preços das licenças para as naus dos mouros navegarem nos mares da Índia e isso os expulsará [...] não é mal decerto, que tenhamos algumas fortalezas ao longo das costas, mas somente para proteger as feitorias.[...]"

Carta de d. Francisco de Almeida a d. Manuel – 1508, <www.ribatejo.com>. (Adapt.).

Com base nos seus conhecimentos, elabore uma reflexão sobre o texto, abordando ao menos três aspectos fundamentais que ele apresenta.

- 40** Caracterize o modo de vida dos povos indígenas antes do contato com os europeus.
- 41** Quais razões explicam o uso pelos portugueses da mão de obra indígena livre, e não escravizada, na exploração do pau brasil?
- 42 PUC-RS 2016** Sobre o período pré colonial na História do Brasil, é correto afirmar que
- A foi estabelecida a escravidão indígena como forma de exploração do trabalho, devido à ausência de uma atividade econômica que financiasse o tráfico de escravos africanos para o Brasil.
  - B a economia baseou-se na exploração de produtos naturais da terra, que não exigiam o estabelecimento da agricultura para serem extraídos, como o pau-brasil, o cacau e o látex
  - C promoveu-se a doação de porções da terra recém-descoberta para a aristocracia portuguesa, cujos membros ocupavam os principais cargos na administração pública reinol.
  - D havia desinteresse na colonização imediata do território, tendo em vista que os principais recursos humanos e materiais portugueses estavam voltados para a exploração do rendoso comércio com as Índias.
  - E foram enviadas ao litoral brasileiro as chamadas “expedições guarda costas”, que visavam vigiar a nova descoberta portuguesa diante da possível invasão holandesa na região.
- 43 UEPG 2019 (Adapt.)** O movimento das grandes navegações, ocorrido a partir do século XV, mudou o cenário político e econômico mundial e produziu consequências que são sentidas até os dias atuais. A respeito desse tema, assinale o que for correto.
- 01 A Escola de Sagres, o maior centro de estudos náuticos do período das grandes navegações, foi essencial para que os espanhóis adquirissem conhecimento científico e impulsionassem sua expansão marítima.
  - 02 O catolicismo acompanhou o processo de colonização da América, em especial nas regiões colonizadas por espanhóis e portugueses.
  - 04 O tráfico negreiro entre África e América foi decisivo para impulsionar o processo de escravização africana durante o período das grandes navegações.

08 O Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha, dividiu o território americano – sentido norte e sul – entre essas duas potências marítimas

Soma:

- 44 Fuvest** Os portugueses chegaram ao território, depois denominado Brasil, em 1500, mas a administração da terra só foi organizada em 1549. Isso ocorreu porque, até então:
- A os índios ferozes trucidavam os portugueses que se aventurassem a desembarcar no litoral, impedindo assim a criação de núcleos de povoamento.
  - B a Espanha, com base no Tratado de Tordesilhas, impedia a presença portuguesa nas Américas, políciando a costa com expedições bélicas.
  - C as forças e atenções dos portugueses convergiam para o Oriente, onde vitórias militares garantiam relações comerciais lucrativas
  - D os franceses, aliados dos espanhóis, controlavam as tribos indígenas ao longo do litoral bem como as feitorias da costa sul-atlântica.
  - E a população de Portugal era pouco numerosa, impossibilitando o recrutamento de funcionários administrativos.
- 45 UEPB 2014 (Adapt.)** Considerando a realidade da América Portuguesa nas três primeiras décadas do século XVI, é correto afirmar:
- A A expedição exploradora de Gaspar de Lemos, em 1501, implantou o sistema de Capitânicas Hereditárias para garantir o desenvolvimento da cana-de açúcar
  - B A Coroa Portuguesa proibiu o estanco do pau-brasil, já que a madeira era contrabandeada por franceses e ingleses.
  - C As expedições de Cristovão Jackes, em 1516 e 1526, não tinham caráter militar, nem combateram estrangeiros. Tinham a função específica de reconhecer o território e implantar as feitorias.
  - D A atividade desenvolvida com autorização da Coroa Portuguesa foi a extração de pau brasil, uma atividade nômade e predatória, que não tinha a finalidade de promover o povoamento.
  - E A mão de obra indígena foi pouco explorada e bastante valorizada pelos portugueses, que presenteavam os nativos com objetos de grande valor no mercado europeu.
- 46 Uece 2019** Antes da chegada dos portugueses às terras americanas,
- A havia dois grupos étnicos habitando a região hoje chamada Brasil: os Tupis e os Tapuias.
  - B uma variedade de comunidades nativas, etnicamente diferentes, espalhava-se pelo território da futura América portuguesa.
  - C falavam-se alguns poucos dialetos, variantes de uma mesma língua geral, o Nheengatu, apesar de existir um grande número de grupos indígenas

D havia uma só sociedade indígena vivendo em harmonia, igualitarismo e paz; desconhecia-se a violência da guerra, trazida para cá pelos europeus.

**47** O que significa afirmar que a economia do pau-brasil não levou a uma colonização efetiva pelos portugueses sobre o Brasil?

**48 Udesc 2015** Leia com atenção o fragmento retirado da Carta de Pero Vaz de Caminha.

E quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles [os índios] se levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim, até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção.

Pero Vaz de Caminha In: OLIVIERI, A. C. e VILLA, M. A. *Crônicas do descobrimento*. São Paulo: Ática, 1999, p. 23.

Em relação à Carta de Caminha para o Rei de Portugal, pode-se dizer que é:

- A uma narrativa que projeta sobre as populações nativas uma visão de mundo cristão, como se o Brasil fosse uma espécie de paraíso edênico.
- B um relato imparcial sobre as populações indígenas, porque o autor narra exatamente o que viu e viveu no Brasil.
- C uma narrativa capaz de identificar a verdadeira essência das populações indígenas brasileiras que já conheciam o cristianismo, e traziam no seu íntimo um conhecimento prévio dos ensinamentos pregados por Cristo a seus discípulos.
- D um relato que expressa total ignorância e despreparo do cronista sobre o caráter dissimulado e estratégico das populações indígenas, que desejavam tão somente ganhar a confiança dos viajantes europeus para obter lucros e fazer alianças políticas para derrotar seus inimigos.
- E um relato sem valor histórico, pois está marcado por uma perspectiva eurocêntrica e preconceituosa sobre os habitantes nativos do Brasil

**49** A expedição de Martim Afonso de Souza foi enviada em 1530, por D. João III, com a principal finalidade de:

- A criar uma feitoria em São Paulo, dada à descoberta de pau-brasil no litoral sul da colônia.
- B dar combate aos piratas franceses que ameaçavam as costas brasileiras.
- C trazer para o Brasil os primeiros contingentes de desterrados portugueses, condenados ao exílio no Brasil.
- D aprofundar o trabalho de defesa do litoral e de reconhecimento do território, únicas atividades desenvolvidas pela Coroa durante esse período em relação ao Brasil.
- E dar início à colonização efetiva do território brasileiro

**50 PUC-PR 2017** Leia o texto a seguir.

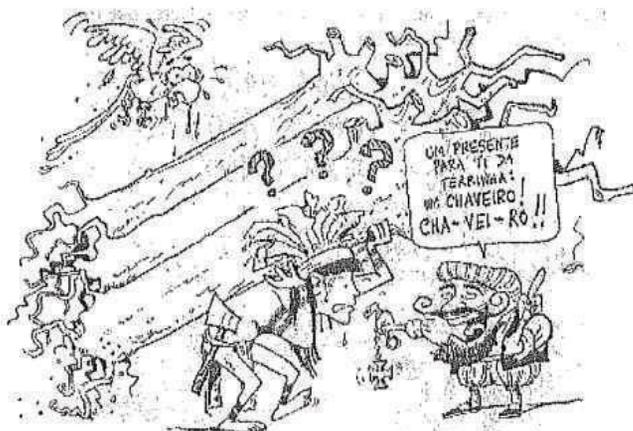


Victor Meirelles. *A primeira missa no Brasil*. 1860. Óleo sobre tela. 268 × 356 cm. Museu Nacional de Belas-Artes, Rio de Janeiro.

A primeira missa no Brasil é um momento emblemático do início da colonização portuguesa na América, celebrada poucos dias após a chegada e desembarque dos portugueses na costa brasileira, imortalizada pela narrativa na Carta de Pero Vaz de Caminha e no óleo sobre tela de Victor Meirelles. A ocupação de fato demorou um pouco mais a acontecer, dentre as razões para seu início, temos

- A o aumento do comércio de especiarias com o Oriente, levando à maior necessidade de mercados consumidores.
- B a descoberta de metais preciosos na colônia portuguesa, acelerando o interesse da metrópole na exploração de sua colônia.
- C a probabilidade da tomada das terras por corsários ingleses que vinham atrás do contrabando de especiarias indígenas para outras colônias.
- D a necessidade de tomar posse e defender suas terras para evitar a vinda de exploradores sem o conhecimento da coroa portuguesa.
- E a construção das feitorias para armazenar pau-brasil e carregar navios, promovendo a migração de um grande contingente de portugueses para povoar e cuidar das novas vilas.

**51 Col. Naval 2016** Observe a charge a seguir:



História do Brasil para Principiantes De Cabral a Cardoso, 500 anos de Novela Carlos Eduardo Novaes e César Lobo

A charge anterior representa os primeiros anos logo após a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil.

É correto afirmar que entre as principais características desse período temos a

- A extração do Pau-Brasil por meio do estanco (troca), onde os indígenas realizavam o corte da madeira e recebiam em troca objetos vistosos, mas de estimado valor, como espelhos, armamentos e tecidos diversos
- B extração das drogas do sertão por meio de trabalho escravo, pelo qual os exploradores aproveitaram para iniciar o processo de ocupação territorial do Brasil a partir da construção de feitorias
- C construção das primeiras feitorias com a finalidade de estimular a vinda de colonos para a produção de riquezas, como a cana-de-açúcar, e consequentemente efetivar a ocupação do território brasileiro garantindo a presença portuguesa.
- D extração do Pau Brasil por meio do escambo (troca), onde os indígenas realizavam o corte e o transporte da madeira recebendo em troca objetos de pouco valor, como espelhos, miçangas e instrumentos de ferro
- E distribuição das primeiras sesmarias, por meio de Estanco, aos donatários que estavam se instalando no Brasil, destacando-se, nesse processo, o arrendatário Fernando de Noronha, que se notabilizou na extração do Pau-Brasil

## 52 Enem 2016

### Texto I

Documentos do século XVI algumas vezes se referem aos habitantes indígenas como “os brasis”, ou “gente brasileira” e, ocasionalmente no século XVII, o termo “brasileiro” era a eles aplicado, mas as referências ao *status* econômico e jurídico desses eram muito mais populares. Assim, os termos “negro da terra” e “índios” eram utilizados com mais frequência do que qualquer outro

SCHWARTZ, S. B. “Gente da terra brasileira da nação. Pensando o Brasil: a construção de um povo”. In: MOTA, C. G. (Org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000. (Adapt.).

### Texto II

Índio é um conceito construído no processo de conquista da América pelos europeus. Desinteressados pela

diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o outro, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão díspares quanto os tupinambás e os astecas

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

Ao comparar os textos, as formas de designação dos grupos nativos pelos europeus, durante o período analisado, são reveladoras da

- A concepção idealizada do território, entendido como geograficamente indiferenciado.
  - B percepção corrente de uma ancestralidade comum às populações ameríndias
  - C compreensão etnocêntrica acerca das populações dos territórios conquistados
  - D transposição direta das categorias originadas no imaginário medieval.
  - E visão utópica configurada a partir de fantasias de riqueza.
- 53 Unesp 2016** Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até a outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Traz, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas e delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa. [...]

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal nem de ferro; nem lho vimos

Porém a terra em si é de muito bons ares [ ]

Águas são muitas; infindas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar.

Carta de Pero Vaz de Caminha, 1500  
Disponível em: <<http://objdigital.bn.br>>.

Identifique duas das motivações da colonização portuguesa do Brasil citadas na Carta, indicando os trechos do documento que as mencionam.

### Sagração de D. João I pelas Cortes de Coimbra

Neste texto pode-se perceber como o povo português compreendeu a necessidade de salvaguardar sua autonomia por meio da vitória sobre as forças de Castela, durante a Revolução de Avis (1383-1385). Note-se a edificação dos princípios do sentimento nacional português.

[...] em Coimbra, prelados e fidalgos e alguns procuradores de certas vilas e cidades do reino, começaram a falar uns com os outros do governo da terra e de quem a devia governar. Os que eram afeiçoados ao infante D. João, que estava preso em Castela, davam-lhe o reino por direita linha de herança [...] O maior número de outros fidalgos e o povo miúdo eram contra este propósito dando muitas razões: que um dos infantes estava preso e nunca o soltariam, além de que fizera guerra ao reino e o outro também o fizera [...] Falou então nas Cortes o Dr. João das Regras, homem muito letrado em leis: [ ] Senhores fidalgos e ilustres pessoas, bem sabeis como nestas Cortes foram por mim expostas algumas razões a mostrar que estes reinos estão de todo vagos e ninguém há que possa herdá-los por linhagem, nem a quem pertençam de direito [...] Mas como sempre estes reinos foram defendidos e mantidos por rei [ ] convém-nos eleger rei que faça tudo [ ] para não cairmos na sujeição de nossos inimigos [...] E pois é de considerar a pessoa que deve ser eleita [...] vejamos que condições se requerem nela [ ] [ ] deve ser de boa linhagem e de grande coragem para defender a terra; depois ter amor aos súditos, e com isto perfeição e devoção. Ora que todas estas condições se acham no Mestre [ ] que tanto trabalhou e trabalha por honra e defesa destes reinos [...] e merece esta honra e estado de rei. [...] por acordo unânime de todos os grandes e do povo comum, responderam que elevassem o Mestre à alta dignidade e estado de rei, e que não se consentisse que ninguém mais falasse contra isto.

1385 – Cortes de Coimbra. Disponível em: <[http://ccttic.es.ipsantarem.pt/red/hist/ficha\\_documento.php?cod=63](http://ccttic.es.ipsantarem.pt/red/hist/ficha_documento.php?cod=63)>. Acesso em: 14 jul. 2020.

### O Tratado de Tordesilhas

[...] E logo os ditos procuradores dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada etc., e do dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., disseram: que visto como entre os ditos senhores seus constituintes há certa divergência sobre o que a cada uma das ditas partes pertence do que até hoje, dia da conclusão deste tratado, está por descobrir no mar Oceano; que eles, portanto, para o bem da paz e da concórdia e pela conservação da afinidade e amor que o dito senhor rei de Portugal tem pelos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Aragão etc., praz a suas altezas, e os seus ditos procuradores em seu nome, e em virtude dos ditos seus poderes, outorgaram e consentiram que se trace e assinale pelo dito mar Oceano uma raia ou linha direta de polo a polo; convém a saber, do polo Ártico ao polo Antártico, que é de norte a sul, a qual raia ou linha e sinal se tenha de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, por graus ou por outra maneira, que melhor e mais rapidamente se possa efetuar contanto que não seja dado mais. E que tudo o que até aqui tenha achado e descoberto, e daqui em diante se

achar e descobrir pelo dito senhor rei de Portugal e por seus navios, tanto ilhas como terra firme desde a dita raia e linha dada na forma supracitada indo pela dita parte do levante dentro da dita raia para a parte do levante ou do norte ou do sul dele, contanto que não seja atravessando a dita raia, que tudo seja, e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e aos seus sucessores, para sempre. E que todo o mais, assim ilhas como terra firme, conhecidas e por conhecer, descobertas e por descobrir, que estão ou forem encontrados pelos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Aragão etc., e por seus navios, desde a dita raia dada na forma supra indicada indo pela dita parte de poente, depois de passada a dita raia em direção ao poente ou ao norte-sul dela, que tudo seja e fique, e pertença, aos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc. e aos seus sucessores, para sempre.



Fig 1 Batalha de Aljubarrota. A infantaria portuguesa venceu a cavalaria castelhana e deu início a uma nova era em Portugal que, a partir de então, caminhou rapidamente para o absolutismo.

Item: os ditos procuradores prometem e asseguram, em virtude dos ditos poderes, que de hoje em diante não enviarão navios alguns, convém a saber, os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Leão, e de Aragão etc., por esta parte da raia para as partes de levante, aquém da dita raia, que fica para o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., nem o dito senhor rei de Portugal à outra parte da dita raia, que fica para os ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc., a descobrir e achar terra nem ilhas algumas, nem a contratar, nem resgatar, nem conquistar de maneira alguma; porém que se acontecesse que caminhando assim aquém da dita raia os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc., achassem quaisquer ilhas ou terras dentro do que assim fica para o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves, que assim seja e fique para o dito senhor rei de Portugal e para seus herdeiros para todo o sempre, que suas altezas o hajam de mandar logo dar e entregar. E se os navios do dito senhor de Portugal acharem quaisquer ilhas e terras na parte dos ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Leão, e de Aragão etc., que tudo tal seja e fique para os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Leão etc., e para seus herdeiros para todo o sempre, e que o dito senhor rei de Portugal o haja logo de mandar, dar e entregar.

Item: para que a dita linha ou raia da dita partilha se haja de traçar e trace direita e a mais certa que possa ser

Reprodução

pelas ditas trezentas e setenta léguas das ditas ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, como dito é, fica assentado e concordado pelos ditos procuradores de ambas as ditas partes, que dentro dos dez primeiros meses seguintes, a contar do dia da conclusão deste tratado, hajam os ditos senhores seus constituintes de enviar duas ou quatro caravelas, isto é, uma ou duas de cada parte, mais ou menos, segundo acordarem as ditas partes serem necessárias, as quais para o dito tempo se achem juntas na ilha da grande Canária; e enviem nelas, cada uma das ditas partes, pessoas, tanto pilotos como astrólogos, e marinheiros e quaisquer outras pessoas que convenham, mas que sejam tantas de uma parte como de outra e que algumas pessoas dos ditos pilotos, e astrólogos, e marinheiros, e pessoas que sejam dos que enviarem os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Aragão etc., vão no navio ou navios que enviar o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., e da mesma forma algumas das ditas pessoas que enviar o referido senhor rei de Portugal vão no navio ou navios que mandarem os ditos senhores rei e rainha de Castela, e de Aragão, tanto de uma parte como de outra, para que juntamente possam melhor ver e reconhecer o mar e os rumos e ventos e graus de sul e norte, e assinalar as léguas supraditas; tanto que para fazer a demarcação e limites concorrerão todos juntos os que forem nos ditos navios, que enviarem ambas as ditas partes, e levarem os seus poderes, que os ditos navios, todos juntamente, constituem seu caminho para as ditas ilhas de Cabo Verde e daí tomarão sua rota direita ao poente até às ditas trezentas e setenta léguas, medidas pelas ditas pessoas que assim forem, acordarem que devem ser medidas sem prejuízo das ditas partes e ali onde se acabarem se marque o ponto, e sinal que convenha por graus de sul e de norte, ou por singradura de léguas, ou como melhor puderem concordar: a qual dita raia assinalem desde o dito polo Ártico ao dito polo Antártico, isto é, de norte a sul, como fica dito: e aquilo que demarcarem o escrevam e firmem como os próprios as ditas pessoas que assim forem enviadas por ambas as ditas partes, as quais não de levar facultades e poderes das respectivas partes, cada

um da sua, para fazer o referido sinal e delimitação feita por eles, estando todos conformes, que seja tida por sinal e limitação perpetuamente para todo o sempre para que nem as ditas partes, nem algumas delas, nem seus sucessores jamais a possam contradizer, nem tirá-la, nem removê-la em tempo algum, por qualquer maneira que seja possível ou que possível possa ser. E se por acaso acontecer que a dita raia e limite de polo a polo, como está declarado, topem em alguma ilha ou terra firme, que no começo de tal ilha ou terra que assim for encontrada onde tocar a dita linha se faça alguma marca ou torre: e que a direito do dito sinal ou torre se sigam daí para diante outros sinais pela tal ilha ou terra na direção da citada raia os quais partam o que a cada uma das partes pertencer dela e que os súditos das ditas partes não ousem passar uns à porção dos outros, nem estes à daqueles, passando o dito sinal ou limite na tal ilha e terra.

Item: porquanto para irem os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão etc., dos reinos e senhorios até sua dita porção além da dita raia, na maneira que ficou dito, é forçoso que tenham de passar pelos mares desta banda da raia que fica para o dito senhor rei de Portugal, fica por isso concordado e assentado que os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão etc., possam ir e vir e vão e venham livre, segura e pacificamente sem contratempo algum pelos ditos mares que ficam para o dito senhor rei de Portugal, dentro da dita raia em todo o tempo e cada vez e quando suas altezas e seus sucessores quiserem, e por bem tiverem, os quais vão por seus caminhos direitos e rotas, desde seus reinos para qualquer parte do que esteja dentro da raia e limite, onde quiserem enviar para descobrir, e conquistar e contratar, e que sigam seus caminhos direito por onde eles acordarem de ir para qualquer ponto da sua dita parte, e daqueles não se possam apartar, salvo se o tempo adverso os fizer afastar, contanto que não tomem nem ocupem, antes de passar a dita raia, coisa alguma do que for achado pelo dito senhor rei de Portugal [...].

José Carlos de Macedo Soares. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 65-77

## Resumindo

- As origens do processo de Expansão Marítima europeia
- Como o processo de Expansão Marítima se articulou ao contexto mais amplo das transformações que a Europa conheceu a partir da Baixa Idade Média.
- Razões que levaram Portugal a se tornar o pioneiro no processo de Grandes Navegações.
- Principais características que nortearam o processo de Grandes Navegações, tanto por parte de Portugal quanto da Espanha e de demais países europeus

## Quer saber mais?



### Site

- **Base de Dados de História de Portugal.** Centro de Competência TIC da Escola Superior de Educação de Santarém. Disponível em: <<http://cttic.ese.ipsantarem.pt/red/base-de-dados-de-historia-de-portugal/>>.

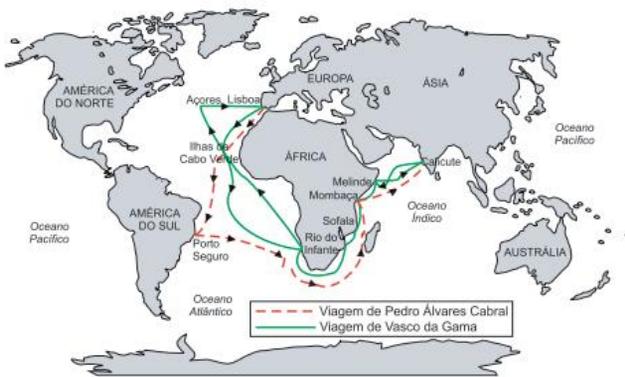


### Filme

- **1492: A conquista do paraíso.** Direção: Ridley Scott, 1992. Classificação indicativa: 14 anos. A narrativa gira em torno da expedição comandada por Cristóvão Colombo, que chegou à América em 1492, e dos primeiros momentos da ocupação da América espanhola pelos europeus.

## Exercícios complementares

### 1 Famerp 2017



GRUZINSKI, Serge. *1480-1520: a passagem do século*, 2008. (Adapt.)

Considerando o mapa e o contexto histórico, é correto constatar que essas viagens

- A estabeleceram as bases de uma economia planetária, com plena integração comercial entre as diversas partes do mundo.
- B contribuíram para a globalização, ao conectar partes do mundo que até então se ignoravam ou não se ligavam diretamente.
- C resultaram de equívocos e erros de navegação, mais do que de cálculos ou de um projeto expansionista organizado
- D representaram a ampliação da hegemonia romana sobre o planeta, iniciada na Antiguidade Clássica.
- E tiveram por objetivo a aquisição de escravos, daí privilegiarem rotas na direção da África e da Ásia

- 2 UEL Durante os séculos XI a XIII verificou-se nas atividades agrícolas e artesanais da Europa Centro-Occidental um conjunto de transformações (...) que repercutiram no crescimento das trocas mercantis. Situa-se aí historicamente o chamado renascimento urbano medieval

A. E. Rodrigues e F. A. Falcon. *A formação do mundo moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 p. 9.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que tais mudanças econômicas:

- A caracterizaram-se pelo desenvolvimento das técnicas de produção e amplo emprego de recursos energéticos, tais como carvão e petróleo.
- B implicaram no capitalismo mercantil incrementado pelo amplo comércio atlântico, fomentado por negociantes italianos e príncipes alemães.
- C aumentaram a produção no campo e na cidade e fomentaram a circulação de bens e moedas, viabilizados por novos instrumentos de crédito a governantes e comerciantes.
- D privatizaram as terras e introduziram um modelo de produção fabril, promovido pelo governo britânico.
- E reforçaram o predomínio político e comercial dos senhores feudais sobre os governos citadinos

- 3 UFJF Sobre o contexto social e econômico do século XIV na Europa medieval, marque a alternativa incorreta.

- A A mão de obra disponível para atuar no campo foi reduzida devido às epidemias e guerras existentes no período
- B As revoltas camponesas, como a jacquerie, acabaram por ocasionar alterações nas obrigações típicas do sistema feudal.
- C A reduzida oferta de metais preciosos, como a prata, contribuiu para a expansão do processo inflacionário
- D A burguesia teve seu prestígio econômico reduzido pela crise das atividades urbanas o que fortaleceu o poderio dos senhores feudais.
- E A instabilidade climática, com chuvas constantes, levou a uma grande retração nas colheitas, diminuindo fortemente a produção agrícola

- 4 UFSC Na Idade Média, entre os séculos XII e XV, verificou-se uma ascensão da economia europeia. No entanto, dentro desse período, em meados do século XIV, ocorreu uma significativa retração econômica.

Em relação a este assunto, é correto afirmar que:

- 01 a crise econômica verificada em meados do século XIV se deveu às Cruzadas, movimento religioso que deslocou milhares de homens em idade produtiva rumo ao Oriente Médio.
- 02 a Peste Negra acarretou uma drástica diminuição da população, com reflexos diretos na economia
- 04 tudo indica que a Peste Negra originou-se no Oriente, matando mais de um terço da população europeia.
- 08 a crise econômica gerada pela Peste Negra foi o marco decisivo para o fim do sistema feudal
- 16 como forma de fugir da Europa infectada pela Peste Negra, milhares de europeus se dispuseram a seguir as Cruzadas para libertar Jerusalém sitiada.
- 32 a ascensão econômica entre os séculos XII e XV foi uma realidade exclusiva dos países ibéricos, em função das grandes navegações lá iniciadas.

Soma:

- 5 Unesp A respeito da formação das Monarquias Nacionais europeias na passagem da Idade Média para a Época Moderna, é correto afirmar que:

- A o poder político dos monarcas firmou-se graças ao apoio da nobreza, ameaçada pela força crescente da burguesia
- B a expansão muçulmana e o domínio do mar Mediterrâneo pelos árabes favoreceram a centralização.
- C uma das limitações mais sérias dos soberanos era a proibição de organizarem exércitos profissionais.
- D o poder real firmou-se contra a influência do Papa e o ideal de unidade cristã, dominante no período medieval
- E a ação efetiva dos monarcas dependia da concordância dos principais suseranos do reino.

**6 UEM 2017** No contexto da Baixa Idade Média, a Europa Ocidental passou por significativas transformações sociais, políticas e religiosas. Sobre essas transformações, assinale o que for correto.

- 01 O pensamento escolástico entrou em declínio, e aumentou a laicização da religião.
- 02 Ocorreu um aumento de trocas de produtos em espécie, em detrimento do uso e da circulação de moedas
- 04 No reino da França, as relações feudo-vassálicas foram, paulatinamente, substituídas pela centralização do poder monárquico.
- 08 Com o declínio da aristocracia rural e com a ascensão da burguesia urbana, a dinâmica da vida social passou do campo para a cidade.
- 16 Com a Guerra dos Cem Anos, houve o enfraquecimento dos exércitos profissionais e nacionais e, em seu lugar, desenvolveram-se a ética e a tática de guerra dos cavaleiros feudais

Soma:

**7 Unifesp** Durante a Baixa Idade Média (séculos XI a XIV), o Ocidente importou, com regularidade e intensidade crescentes, especiarias de áreas e civilizações não cristãs. Essas mercadorias eram:

- A adquiridas por meio de escambo (trocadas por quinilharias) ou por roubo dos povos produtores, como na costa ocidental da África.
- B compradas com moedas nos portos do Mediterrâneo oriental, ou trocadas por tecidos de lã, provenientes de Flandres e das cidades do norte da Itália.
- C obtidas com exclusividade pelos bizantinos, os quais as revendiam, igualmente com exclusividade, aos mercados venezianos.
- D vendidas nos portos europeus pelos comerciantes árabes, depois de trazidas do Oriente por caravanas de camelos.
- E transportadas por navios de cabotagem, principalmente ibéricos, que as vendiam nos mercados da Europa do Norte.

**8 PUC PR** Em plena Idade Média (1139/1140) nasceu Portugal, originário do Condado Portucalense. Enquanto o feudalismo era a marca política da Europa Ocidental, em Portugal mostrava-se frágil: o pequeno reino nascia unificado.

Sobre o tema e evolução posterior, assinale a opção correta.

- I O Condado Portucalense transformou-se em Estado, tendo sua independência proclamada por D. Afonso Henriques.
- II Nos finais do século XIV, ocorreu uma crise dinástica: com a morte de d. Fernando extinguiu-se a dinastia de Borgonha.
- III A Revolução de Avis levou ao trono d. João, Mestre de Avis, apoiado pela burguesia de Lisboa e do Porto, além da adesão entusiástica da “arraia miúda”.

- IV A dinastia de Avis repeliu a política de expansão marítima, fixando prioridades da agricultura, meio de agrandar à alta nobreza lusitana.
- V Devido à política da dinastia de Avis, a expansão marítima somente ocorreria com o advento da Dinastia de Bragança.

- A As opções I, II e III estão corretas.
- B Apenas a opção III está correta.
- C As opções II, III e IV estão corretas.
- D As opções III, IV e V estão corretas.
- E As opções II, IV e V estão corretas.

**9 UFG** Observe a imagem a seguir.



Augusto Cabrita. In: *Os mais belos castelos e fortalezas de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1986. p.190.

A imagem do castelo Almourol, situado em uma ilha no rio Tejo, em Portugal (século XII), relaciona-se com:

- A os ideais cavaleirescos da nobreza guerreira de origem germânica na Europa ocidental cristã
- B a insegurança diante das invasões germânicas na Hispania, no Império Romano do Ocidente.
- C a defesa e proteção do reino, na Guerra de Reconquista do território ibérico, dominado pelos mouros.
- D o auxílio para a libertação da cidade santa de Jerusalém do domínio muçulmano
- E os mecanismos de proteção nos conflitos frequentes entre os reinos cristãos da Península Ibérica.

**10 UFRGS** Durante a Baixa Idade Média, ocorreu em Portugal a denominada Revolução de Avis (1383-1385), que resultou em uma mudança dinástica, cuja principal consequência foi:

- A o enfraquecimento do poder monárquico diante das pressões localistas que ainda sobreviviam nas pequenas circunscrições territoriais do reino
- B o surgimento de uma burguesia industrial cosmopolita e afinada com a mentalidade capitalista que se instaura na Europa.
- C o início das grandes navegações marítimas, que resultaram no descobrimento da América e no reconhecimento da Oceania pelos lusitanos

- D o início do processo de expansão ultramarina, que levaria às conquistas no Oriente, além da ocupação e do desenvolvimento econômico da América portuguesa.
- E o surgimento de uma aristocracia completamente independente do Estado, que tinha como projeto político mais relevante a expansão do ideal cruzadista
- 11 Unesp** As invasões e dominação de vastas regiões pelos árabes na Península Ibérica provocaram transformações importantes para portugueses e espanhóis, que os diferenciaram do restante da Europa medieval. As influências dos árabes, na região, relacionaram-se a:
- A acordos comerciais entre cristãos e mouros, a fim de favorecer a utilização das rotas de navegação marítima em torno dos continentes africano e asiático, para obter produtos e especiarias.
- B conflitos entre cristãos e muçulmanos, que facilitaram a centralização da monarquia da Espanha e Portugal, sem necessitar do apoio da burguesia para efetivar as grandes navegações oceânicas.
- C difusão das ideias que ocasionaram a criação da Companhia de Jesus, responsável pela catequese nas terras americanas e africanas conquistadas através das grandes navegações
- D acordos entre cristãos e muçulmanos, para facilitar a disseminação das ideias e ciências romanas, fundamentais para o crescimento comercial e das artes náuticas.
- E contribuições para a cultura científica, possibilitando ampliação de conhecimentos, principalmente na Matemática e Astronomia, que permitiram criações de técnicas marítimas para o desenvolvimento das navegações oceânicas.
- 12 Vunesp** No período denominado Baixa Idade Média, houve desenvolvimento do comércio e florescimento de cidades. O crescimento econômico da Europa ocidental intensificou-se com a expansão ultramarina do século XV. Considera-se essencial para tal expansão:
- A a crise e o enfraquecimento comercial das cidades-estados italianas, fornecedoras na Europa dos produtos orientais.
- B a centralização do poder político e a possibilidade de investimento de recursos monetários estatais em expedições marítimas
- C a ocupação de Constantinopla pelos turcos otomanos e o fim dos contatos pacíficos entre o ocidente e o oriente.
- D a abundância de metais na Europa e o crescimento de circulação monetária em condições de financiar empreendimentos dispendiosos.
- E a ruptura da unidade cristã do ocidente e a formação de religiões cristãs adaptadas à ética da acumulação capitalista
- 13 Fuvest** Portugal, nos séculos XV e XVI, exerceu importante papel no cenário europeu graças ao pioneirismo de sua navegação pelo Atlântico
- a) Qual o objetivo da política portuguesa de incentivo à navegação?
- b) Cite duas inovações nas técnicas de navegação adotadas pelos portugueses.
- c) Quais as vantagens econômicas colhidas por Portugal nessas viagens?
- 14 UFPR** Eu, Preste João, sou o Senhor dos Senhores e me avanto a todos os reis da terra inteira em todas as abundâncias que existem debaixo do céu, em força e em poder. A Nossa Magnificência domina as três Índias; o nosso território começa na Índia posterior, na qual repousa o corpo do apóstolo São Tomé, estende-se pelo deserto em direção ao berço do sol, e desce até a deserta Babilônia, contígua à torre de Babel [ ] Na nossa terra nascem e crescem elefantes, dromedários, camelos, hipopótamos, crocodilos, metagalináceos, grifos, [...] homens com cornos, faunos, sátiros e mulheres da mesma raça, pigmeus, cinocéfalos, gigantes cuja altura é de quarenta côvados, monóculos, ciclopes [...] e quase todo o gênero de animais que existem debaixo do céu.
- Disponível em: <[www.ricardocosta.com/pub/publica.htm](http://www.ricardocosta.com/pub/publica.htm)>. Acesso em: 23 jul. 2012.
- O texto apresentado é um fragmento da “Carta do Preste João” (apócrifa) do século XII endereçada ao imperador de Bizâncio. Preste João, um rei padre que se dizia cristão, declarava-se senhor das três Índias e dono de riquezas fabulosas. Com base no texto e nos conhecimentos sobre a Idade Média, é correto afirmar:
- A na época representada no texto, predominavam geografias imprecisas e imaginárias, onde o maravilhoso e o estranho preenchem o lugar do desconhecido, que só as grandes viagens de navegação dos séculos XV e XVI permitiram questionar.
- B no período retratado, devido à influência exercida pela Igreja Católica na Europa, textos como a Carta de Preste João careciam de crédito, posto que a literatura clássica de origem greco romana estava enraizada na cultura dos camponeses no medievo.
- C o texto de Preste João revela uma profunda sintonia com o imaginário medieval europeu, que situava todas as maravilhas terrestres no ponto mais extremo do Ocidente, localizadas por alguns estudiosos do século XII na América.
- D os escritos resultantes das viagens ao mundo “além-Mediterrâneo”, por abordarem uma humanidade fantástica, eram desconsiderados na Idade Média, em razão da existência de rígidas barreiras entre a literatura científica e a literatura da fantasia.
- E quando Cristóvão Colombo concebeu suas viagens de navegação, os conhecimentos geográficos disponíveis, principalmente os mapas de Toscanelli e a Geografia de Ptolomeu, haviam eliminado quaisquer resquícios da mentalidade do medievo.

- 15 Fuvest** Os cosmógrafos e navegadores de Portugal e Espanha procuram situar estas costas e ilhas da maneira mais conveniente aos seus propósitos. Os espanhóis situam-nas mais para o Oriente, de forma a parecer que pertencem ao Imperador (Carlos V); os portugueses, por sua vez, situam-nas mais para o Ocidente, pois deste modo entrariam em sua jurisdição

Carta de Robert Thorne, comerciante inglês, ao rei Henrique VIII, em 1527.

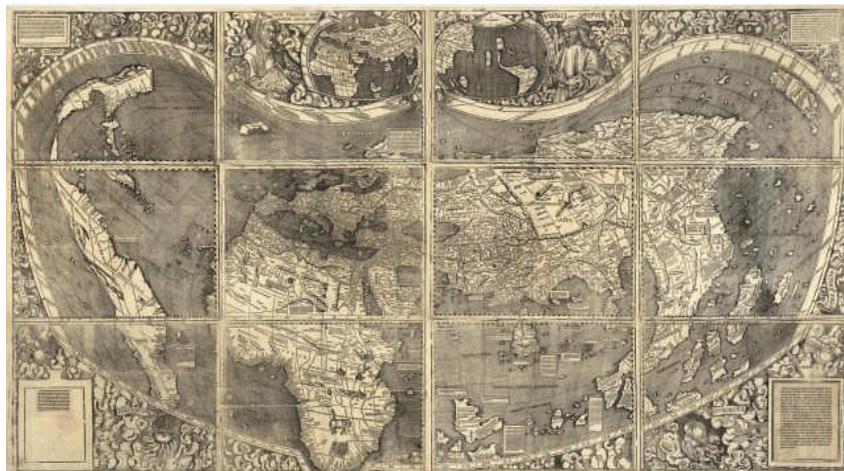
O texto remete-se diretamente:

- A à competição entre os países europeus retardatários na corrida pelos descobrimentos.
  - B aos esforços dos cartógrafos para mapear com precisão as novas descobertas.
  - C ao duplo papel da marinha da Inglaterra, ao mesmo tempo mercantil e corsária.
  - D às disputas entre países europeus, decorrentes do Tratado de Tordesilhas.
  - E à aliança das duas Coroas ibéricas na exploração marítima.
- 16 UEPG** A expansão europeia na Idade Moderna atingiu o mundo todo, mas de diferentes maneiras. A expansão compreendeu desde viagens isoladas de aventureiros, que apenas revelavam a existência de lugares até então não assinalados no mapa, até a conquista e ocupação de territórios que se incorporaram, como colônias, aos estados europeus. Sobre este tema, assinale o que for correto.
- 01 Muitas vezes o equilíbrio do continente europeu dependia e se decidia nas colônias ultramarinas e na disputa pelas rotas comerciais e de navegação.
  - 02 Mais do que a curiosidade, o desejo de novas descobertas e uma carência de especiarias, o que movia as grandes viagens marítimas europeias em direção a espaços desconhecidos era a “sede de ouro”, grave mal-estar econômico que acometia a sociedade ocidental desde os finais do século XV.
  - 04 O Estado moderno, através da atividade comercial que caracterizava as grandes empresas europeias, buscava a balança comercial favorável.
  - 08 A política econômica dos Estados modernos europeus se fundava nas práticas da livre concorrência, do metalismo e da restrição às importações
  - 16 As relações de trabalho caracterizavam-se pelo uso generalizado da mão de obra livre e assalariada, especialmente nas colônias ibéricas da América.

Soma:

- 17 UFPI** Sobre a expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI, podemos afirmar que:
- A teve, na Batalha de Poitiers, marco inicial da reconquista da Península Ibérica pelos europeus, o ponto de partida.
  - B teve, na procura por mercados consumidores para os produtos manufaturados europeus, a principal motivação inicial
  - C foi iniciada por navegantes de origem holandesa, que desde o século XIII, traficavam pelo mar Mediterrâneo e por rotas atlânticas nas costas africanas.
  - D a constituição dos Estados de tipo moderno, aliada às necessidades de procura por metais preciosos, e de rotas alternativas para o intercâmbio comercial entre o Oriente e o Ocidente, foram fatores centrais para desencadear a expansão marítima.
  - E teve no acelerado crescimento demográfico dos séculos XIII, XIV e XV um fator motivador, pois a procura por novos territórios, para diminuir as pressões por terras cultiváveis na Europa, era urgente

- 18 UFPR** Observe a imagem do mapa de Waldseemüller e leia o texto a seguir.



Martin Waldseemüller, 1507

Este mapa é de fundamental significação na história da cartografia. Sintetizou a revolução dos vinte anos precedentes na geografia e ampliou a imagem contemporânea do mundo, proporcionando uma visão essencialmente nova do mesmo. [...] Seu histórico é conhecido indubitavelmente a partir do tratado geográfico *Cosmographiae Introductio* que acompanhou sua publicação em 1507. [...] Este mapa tem uma importância histórica única. Nele o Novo Mundo recebe o nome de América pela primeira vez. Colombo aparentemente nunca abandonou sua convicção de que as ilhas das Índias Ocidentais que descobriu eram próximas à costa leste da Ásia. Vespúcio, entretanto, descobriu a verdade, ou seja, que era um novo mundo. Waldseemüller aceitou esta visão e propôs – para honrar Vespúcio – conceder seu nome à nova terra.

Peter Whitfield. *The image of the world: 20 centuries of World Maps*  
San Francisco: Pomegranate Artbooks & British Library, 1994. p. 48-9.

Com base no mapa, no texto e nos conhecimentos sobre a epopeia dos descobrimentos na Época Moderna, é correto afirmar:

- A o mapa de Waldseemüller foi elaborado para reforçar a concepção bastante difundida durante a Idade Média de que a Terra era plana, contribuindo assim para afirmar a tese da impossibilidade de atingir o Oriente navegando para o Ocidente.
- B o uso da expressão “descoberta da América”, para designar o ocorrido em 1492, revela uma construção “a posteriori” da historiografia, que assim estabelece uma representação simbólica da presença europeia no continente pela primeira vez na Era Moderna.
- C afirmar que Vespúcio foi o responsável pela “descoberta do Novo Mundo” significa evidenciar um traço da mentalidade greco-romana da Antiguidade, que prescrevia a experimentação científica como método para obter o conhecimento da verdade das coisas.
- D a verificação empírica da verdade dos “descobrimientos” possibilitou, ao longo do século XVI, uma nova epistemologia para as ciências humanas, que passou a fundar-se no testemunho direto dos acontecimentos como critério para o estabelecimento dos fatos.
- E pelo relato sobre os “descobrimientos”, explicitado no texto, fica evidente que havia, no período da publicação do mapa de Waldseemüller, uma nítida separação entre a perspectiva de análise geográfico-cartográfica e a abordagem histórica dos eventos da expansão marítima.

**19 UFG** Leia o texto.

Colombo fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem. Suas menções aos habitantes das ilhas aparecem sempre no meio de anotações sobre a Natureza, em algum lugar entre os pássaros e as árvores

Tzvetan Todorov. *A conquista da América: a questão do outro*.  
São Paulo: Martins Fontes, 1993 p. 33

A passagem acima ressalta que a atitude de Colombo decorre de seu olhar em relação ao outro. Essa posição, expressa nas crônicas da Conquista, pode ser traduzida pela:

- A interpretação positiva do outro, associando a à preservação da Natureza
- B identificação com o outro, possibilitando uma atitude de reconhecimento e inclusão.
- C universalização dos valores ocidentais, hierarquizando as formas de relação com o outro.
- D compreensão do universo de significações do outro, permitindo suas manifestações religiosas.
- E desnaturalização da cultura do outro, valorizando seu código linguístico.

**20 Udesc 2018** É prática comum nos programas escolares a delimitação de datas que marcam o início e, muitas vezes, o fim de processos históricos. No caso da História do Brasil, o ano de 1500 recebe bastante atenção.

A respeito do ano de 1500 como início oficial da História do Brasil, analise as proposições.

- I. A definição de datas como marcos históricos tem implicações políticas, uma vez que eleger certos eventos como fundamentais. No caso da História do Brasil, a ênfase no ano de 1500 ressalta a importância atribuída à chegada dos europeus para a constituição da história brasileira.
- II. Ao definir o ano de 1500 como marco inicial para a História do Brasil, corre-se o risco de desconsiderar a importância da história, as características e os costumes dos vários grupos indígenas que já habitavam o território, que seria posteriormente conhecido como Brasil
- III. A definição do ano de 1500 como marco para o início oficial da História do Brasil foi resultado de uma série de demandas populares que reivindicavam a possibilidade de opinar a respeito da oficialização da História Nacional.

Assinale a alternativa correta.

- A Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- B Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- C Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- D Somente a afirmativa I é verdadeira.
- E Somente a afirmativa II é verdadeira

- 21 UFC** Acerca das pretensões iniciais da exploração e conquista do Brasil, assinale a alternativa correta.
- A Interesses antropológicos levaram os portugueses a fazer contato com outros povos, entre eles os índios do Brasil.
  - B O rei d. Manuel tinha-se proposto chegar às Índias navegando para o ocidente, antecipando-se, assim, a Cristovão Colombo.
  - C O interesse científico de descobrir e classificar novas espécies motivou cientistas portugueses para lançarem-se à aventura marítima.
  - D Os conquistadores estavam interessados em encontrar terras férteis para desenvolver a cultura do trigo e, assim, dar solução às crises agrícolas que sofriam em Portugal.
  - E Os portugueses estavam interessados nas riquezas que as novas terras descobertas podiam conter, além de garantir a segurança da rota para as Índias.

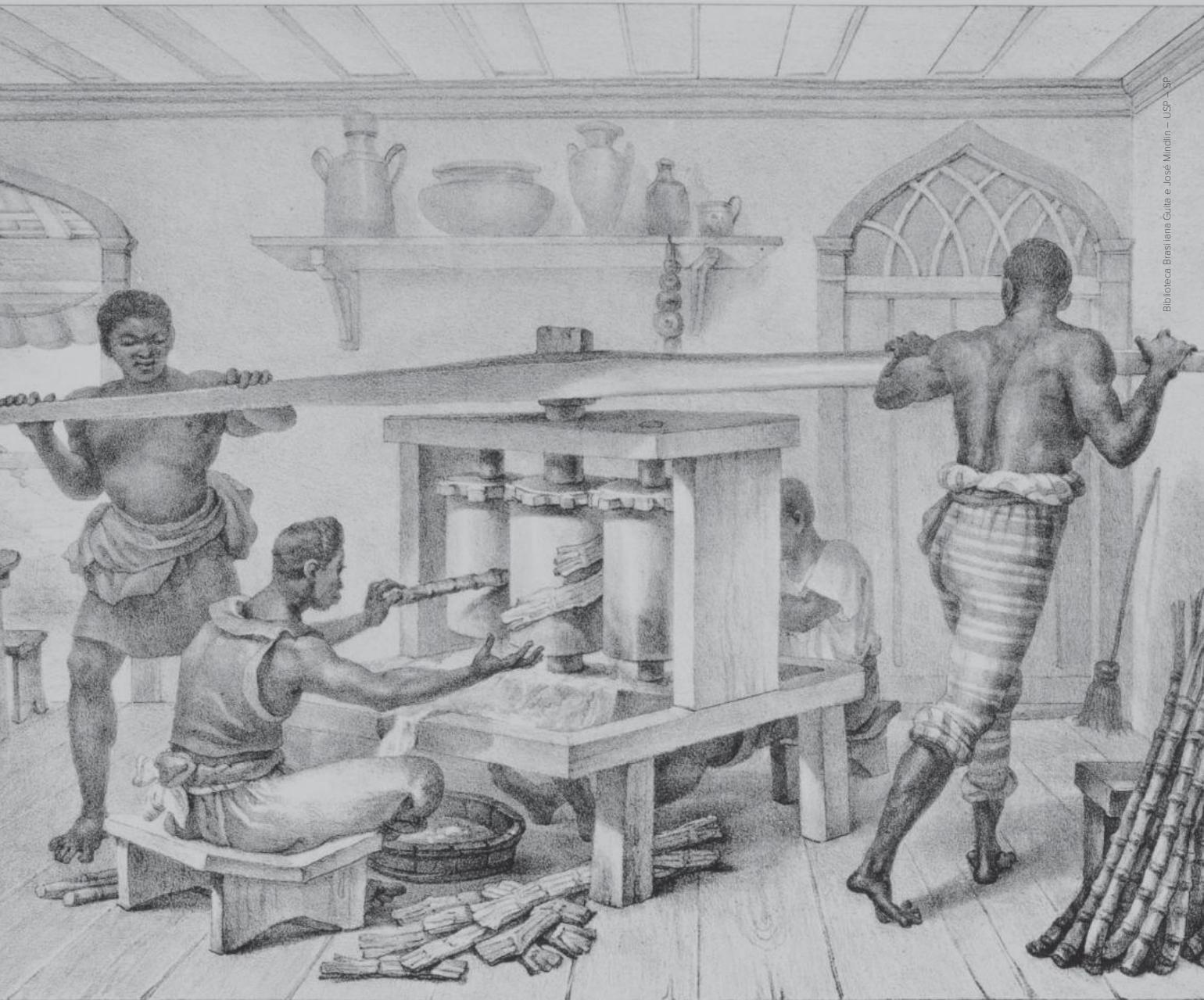
- 22 UFPI** O período da nossa história conhecido como Pré colonizador pode ser caracterizado pelos seguintes pontos.
- I A descoberta de metais preciosos, particularmente, prata e diamantes na região amazônica.
  - II A montagem de estabelecimentos provisórios, conhecidos como feitorias, onde eram feitas trocas comerciais entre os navegantes portugueses e os povos indígenas do Brasil
  - III A criação das cidades de São Vicente e Desterro no litoral da América Portuguesa
  - IV A utilização da mão de obra indígena para a exploração de madeira, particularmente, do pau-brasil

Dentre as afirmativas anteriores estão corretas apenas:

- A I e II.                      B II e III.                      C II e IV.                      D III e IV.                      E I e IV.

- 23 UFSC** Sobre o contato entre europeus e indígenas no Brasil, no século XVI, é correto afirmar que:
- 01 no período inicial de contato entre europeus e indígenas a ideia que se tinha do Brasil correspondia ao “Paraíso Perdido”, o que se verificava pelas relações pacíficas em que viviam as nações indígenas no Brasil.
  - 02 uma única nação habitava o território brasileiro no momento do contato: os tupis-guaranis.
  - 04 o conhecimento da arte de curar era um dos saberes dos indígenas mais cobiçados pelos europeus, que procuraram aprender com eles como utilizar as plantas nativas em benefício próprio.
  - 08 as sociedades indígenas brasileiras não possuíam riquezas em metais preciosos, ao contrário dos povos do México e dos Andes, cujas riquezas foram espoliadas pelos espanhóis.
  - 16 os indígenas brasileiros se organizavam em cidades complexas, com grande concentração populacional e construções monumentais.

Soma:



Jean-Baptiste Debret. *Petit moulin à sucre portatif* (Pequeno moinho portátil de açúcar). Litografia de Thierry Frères. In: Jean-Baptiste Debret. *Voyage pittoresque et historique au Brésil* [...]. Paris: Firmin Didot Frères, 1835. vol.2.

## FRENTE 1

### CAPÍTULO

# 2

## Mecanismos econômicos da colonização portuguesa no Brasil nos séculos XVI e XVII

Durante os dois primeiros séculos do período colonial, a colonização portuguesa teve por base econômica a exploração açucareira, mas, ao lado desta, outras atividades se desenvolveram nessa época, como a pecuária, o comércio e o extrativismo. Para abordar a economia do período, contudo, é necessária uma caracterização teórica sobre o Sistema Colonial e o mercantilismo, que se relacionará, mais à frente, também com os mecanismos políticos e administrativos desse momento histórico.

# As monarquias europeias na Idade Moderna

## O absolutismo e o mercantilismo: as bases do Sistema Colonial

As monarquias europeias iniciaram um processo de centralização e de fortalecimento paralelamente ao processo de desenvolvimento do comércio, que se verificou a partir da Baixa Idade Média. Esse fortalecimento tendeu a aprofundar-se como produto da relação entre os elementos econômicos e sociais que caracterizaram o período. Já vimos que um Estado forte era a resposta a necessidades tanto nobres quanto burguesas. Dessa forma, a tendência, que se estendeu por toda a Europa, foi a constituição de Estados cujo poder achava-se totalmente concentrado na figura do rei, sem que a sociedade tivesse interesse ou força política para criar mecanismos que pudessem limitar esse poder. É essa a característica fundamental do **absolutismo monárquico**, forma política que caracterizou os regimes europeus ao longo da Idade Moderna.

A sustentação política do Estado absolutista decorreu de uma série de elementos. Sua prática social foi no sentido de garantir os privilégios e o predomínio da nobreza, bem como o de criar um clima de ordem interna que sufocasse as revoltas camponesas constantes ao final da Idade Média. Assim, os vínculos entre o Estado absolutista e a nobreza são óbvios e indissociáveis.

Entretanto, essa mesma sustentação passava pela necessidade de um Exército forte, de uma administração eficiente, elementos que exigem recursos financeiros bastante grandes nas mãos do Estado. Assim, foi fundamental aos governos absolutistas a criação de condições para o desenvolvimento econômico, a qual se manifestou em uma série de iniciativas que mais tarde foram batizadas com o nome de **mercantilismo**.

Usualmente, chamamos de Mercantilismo a política econômica das monarquias absolutistas europeias na Idade Moderna. Essa política econômica, embora com características particulares em cada país, apresenta traços comuns, como o forte intervencionismo estatal na economia; o protecionismo; a crença de que riqueza nacional e o fortalecimento do Estado são indissociáveis; a busca por ampliar o volume de metais preciosos dentro do país (**metalismo**); a manutenção de uma prática na qual o valor das exportações seja maior que o valor das importações (**balança comercial favorável**) e a tentativa de estabelecimento de monopólios sobre as práticas econômicas.

Dentro dessa visão econômica, o estabelecimento do monopólio econômico sobre regiões que pudessem complementar a economia desses países absolutistas foi uma prática constante. Daí a atitude, por parte dos países europeus, em transformar as áreas recém-conquistadas em **colônias**.

Entende-se por colônias as áreas periféricas ao capitalismo. Sua função, nos limites do sistema colonial mercantilista, é a de complementar a economia das **metrópoles**, sendo esse último termo usado para designar as áreas centrais para onde convergem os lucros da exploração colonial. Entre metrópole e colônia estabelece-se uma série de imposições determinadas pela primeira, como o monopólio do comércio dos produtos coloniais pela metrópole; a complementaridade

da produção colonial (quando a colônia complementava a economia da metrópole, produzindo artigos que esta não produzia, mas, pelos quais, se interessava) e a não concorrência da produção colonial com a da metrópole. Cabe ainda à colônia servir como elemento de escoamento dos excedentes econômicos da metrópole, sendo o principal mercado consumidor da produção desta. Essa relação é usualmente conhecida como **pacto colonial**.

Evidente que a manutenção dessa prática espoliativa aos interesses da colônia só seria possível através da força, com a rígida submissão da população colonial por meio de presença política, militar e administrativa da metrópole. Somados esses aspectos, estabelece-se a forma típica de colonização, a **colonização de exploração**.

A colonização de exploração se manifestou fundamentalmente nas áreas tropicais, sendo voltada para a exploração de gêneros primários (agricultura, extrativismo vegetal ou mineral) e com alguns traços característicos, como a monocultura (concentração das iniciativas na produção de um único gênero de maior lucratividade para a metrópole) praticada em latifúndios, a utilização da mão de obra escravizada (forma de baratear os custos de uma produção que não requeria um mercado interno para ser absorvida), e a forte dependência externa.

Uma forma atípica de colonização é a que se desenvolveu, por exemplo, no nordeste do atual Estados Unidos da América. Esta região, colonizada pela Inglaterra, apresentava condições climáticas semelhantes às da metrópole, o que reduzia em muito o atrativo econômico que esta via na colônia. Assim, a utilização dessas terras pelos ingleses, em um primeiro momento, foi a de ali desaguar os contingentes populacionais indesejáveis na Inglaterra. Não por acaso, sua ocupação iniciou-se com protestantes perseguidos na Inglaterra durante o reinado de Maria I, católica. Desenvolveu-se, assim, uma forma diferente de colonização, chamada **colonização de povoamento**, com características bastante próprias. Não havendo a metrópole para absorver sua produção, essa colonização obrigou-se ao desenvolvimento de uma policultura que abastecesse o mercado interno. Sua mão de obra é predominantemente livre, estabelecida em minifúndios. Há nessas áreas uma tendência ao estabelecimento de um comércio interno, o qual tende, de uma forma mais ampla que nas colônias de exploração, a extrapolar os limites impostos pelo monopólio metropolitano. Além disso, abre-se uma perspectiva decisiva: a possibilidade dos capitais gerados pela atividade colonial terem uma maior acumulação na própria colônia, fato que ocorre de forma bem menos acentuada nas colônias de exploração.

Diferentemente dos EUA, portanto, temos que a inserção do Brasil no âmbito econômico mundial já se dá nos quadros de uma economia voltada aos interesses dos centros dinâmicos do sistema, apresentando todas as principais características que marcaram as colônias de exploração, notadamente a dependência e a impossibilidade de acumulação interna de capitais.

### ! Atenção

No mapa da página seguinte, vemos as rotas de tráfico de bantos do sul e sudaneses do centro-oeste africano que abasteceram o Brasil, incorporando-o à exploração colonial, fazendo, primeiro de Salvador e depois do Rio de Janeiro, os principais centros importadores.

## Economia açucareira no Brasil

### A montagem da empresa açucareira

Sabemos as razões que levaram Portugal a decidir-se pela colonização do Brasil. Entretanto, é necessário compreender as razões que explicam a opção pelo açúcar como principal atividade motivadora da colonização.

Em primeiro lugar, os portugueses já detinham uma experiência prévia do cultivo de cana nas ilhas do litoral da África. Dessa experiência, já haviam apreendido a existência de um mercado crescente, na Europa, para esse produto, bem como as condições de clima e solo necessárias para seu cultivo, todas elas existentes em suas terras na América. Além disso, as condições de mercado na Europa, com o crescente afluxo de metais provenientes da América Espanhola, eram propícias ao comércio de um produto caro e até então supérfluo, como o açúcar.

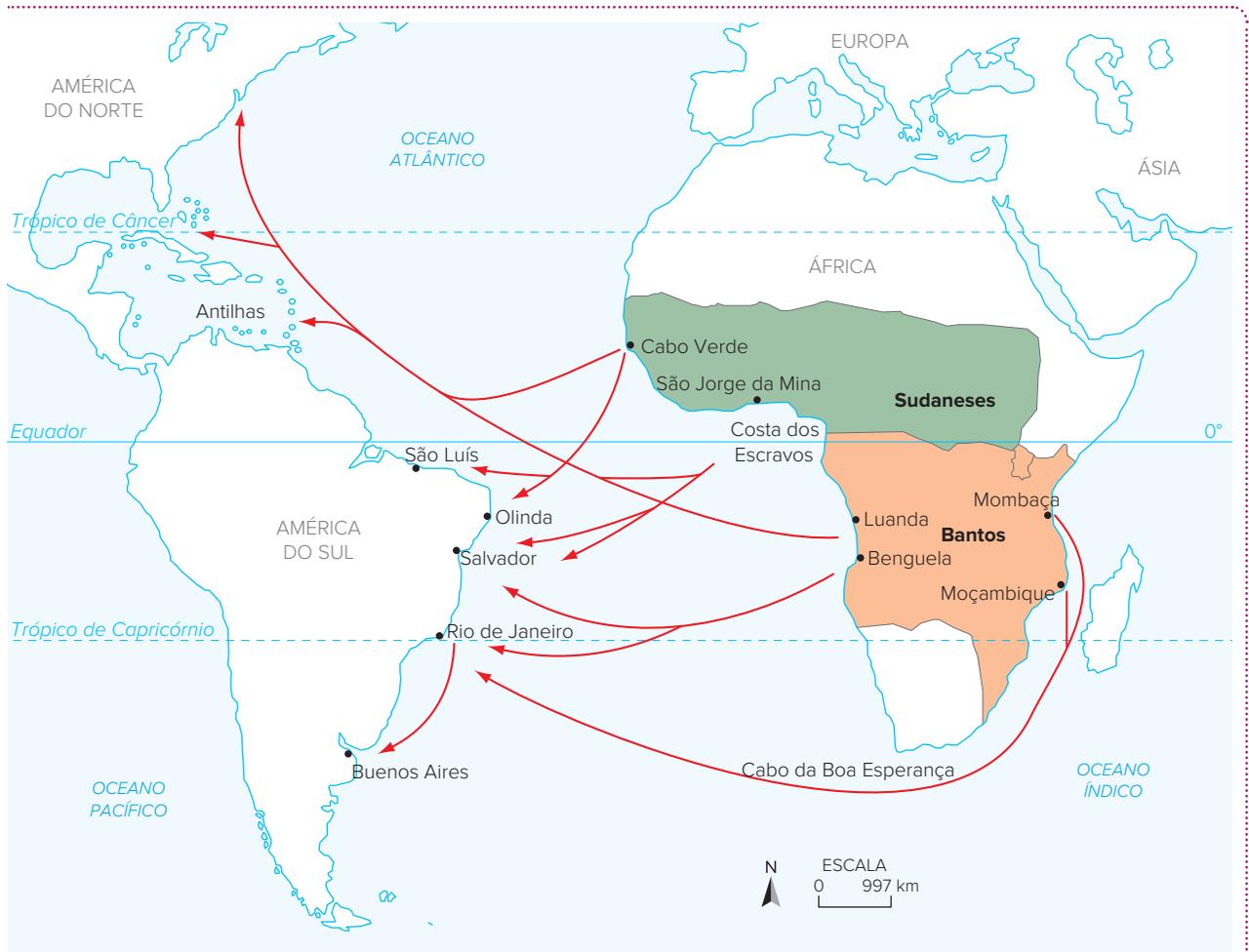
Em segundo lugar, a implementação da empresa açucareira no Brasil esbarrava em sérios problemas. À época do início da colonização, a Coroa portuguesa já se achava em crise, em função dos custos da manutenção do Império nas Índias, bem como ao declínio da lucratividade do comércio de gêneros orientais. Da mesma forma, seria necessário resolver a questão da mão de obra, dada à inexistência, em Portugal, de contingentes de trabalhadores que pudessem ser deslocados para o Brasil.

A questão dos capitais foi resolvida através de uma associação com capitais holandeses. Assim, os holandeses passaram a ter significativa participação nos investimentos, em troca do monopólio do refino e da distribuição final do açúcar na Europa. Quanto à mão de obra, a solução, em um primeiro momento, foi o aprisionamento e a escravização de vários contingentes nativos (indígenas), os quais se constituíram na primeira forma de mão de obra aqui empregada.

O regime de **plantation** (agricultura extensiva, realizada em latifúndios, com vasta utilização de mão de obra escrava, em uma produção voltada ao mercado externo) empregado na exploração econômica brasileira deu origem ao aparecimento da forma típica de propriedade rural no Brasil colonial, os **engenhos** de açúcar. Chamamos de engenho o complexo formado pelo latifúndio agrícola somado às instalações e equipamentos necessários ao trabalho manufatureiro de obtenção do açúcar.

Além disso, dentro dessa unidade produtiva encontramos também a **casa-grande**, morada do senhor de engenho; a **senzala**, onde viviam os escravizados; áreas para o cultivo de produtos de consumo interno; usualmente, uma capela, com um padre residente etc. Assim, surgem dentro dessa unidade produtora todos os segmentos que compõem a própria sociedade colonial, todos eles sob a direta dominação do senhor de engenho.

### Tráfico de africanos escravizados para as Américas



Embora a primeira área produtora de açúcar tenha sido a região de São Vicente, no litoral sul do Brasil, com o primeiro engenho sendo fundado na expedição de Martim Afonso, muito cedo o centro da produção açucareira foi transferido para o Nordeste e a região do Recôncavo Baiano. As razões para essa transferência encontram-se no clima e no solo do Nordeste (muito mais propícios ao cultivo da cana), bem como na proximidade consideravelmente maior desta região em relação a Portugal. Assim, foi o litoral de Pernambuco que despontou como principal centro da produção açucareira, núcleo fundamental da colonização portuguesa no Brasil.

### Os engenhos de açúcar no Brasil



Como economia dependente, é natural que a produção brasileira tenha oscilado ao sabor dos acontecimentos europeus. Assim, a própria expansão da lavoura açucareira está diretamente condicionada à expansão de mercados que se verifica na Europa ao longo do século XVI e no início do XVII. Para compreendermos esse fenômeno, temos que ter em mente os efeitos da exploração espanhola nas suas colônias na América.

Ao contrário dos portugueses, que aqui se depararam com populações nativas em um estado de evolução cultural que se relacionava ao período Neolítico europeu e encontraram poucas riquezas exploráveis de imediato, os espanhóis encontraram, na parte da América que lhes coube, avançados impérios e vastas quantidades de metais preciosos.

A exploração desenfreada desses metais e seu envio para a Espanha combinou-se com o dado de que o reino espanhol não havia desenvolvido uma estrutura produtiva interna nem tampouco uma mentalidade capitalista de investimento. Assim, as riquezas americanas tiveram, para esse país, o uso básico de proporcionar a importação de gêneros manufaturados produzidos na Flandres, na Inglaterra e na França, além do açúcar brasileiro, de gêneros de luxo orientais etc. Dessa forma, a Espanha acabou tendo o papel de distribuidor das riquezas americanas na Europa, ampliando de forma brutal o volume de capitais e a disponibilidade do mercado europeu notadamente para gêneros de luxo e caros, como era então o açúcar.

Não nos esqueçamos de que, em última análise, esta disponibilidade do mercado apoia-se num fluxo de metais que tende a se esgotar ao longo das décadas. É o que começa a ocorrer a partir de meados do século XVII, quando já se verifica um refluxo na euforia econômica europeia. Ao mesmo tempo, esse período de esgotamento traz a eclosão de um fenômeno de vastas decorrências econômicas e políticas para a Europa. Trata-se da **Guerra dos Trinta Anos**, que se estende entre 1618 e 1648 e cujo termo assinalou não apenas uma inversão no panorama político da Europa Ocidental, como também um desgaste econômico e redução populacional com óbvias decorrências negativas no mercado europeu.

Assim, se assumirmos a prática usual de dividir a economia brasileira colonial em **ciclos**, percebemos que o **ciclo da cana-de-açúcar** estendeu-se fundamentalmente entre 1530 e o início da segunda metade do século XVII.

No entanto, a utilização do princípio de ciclos econômicos não exclui a existência de atividades paralelas a esta economia principal. Assim, ao lado do açúcar, desenvolve-se uma série de **atividades subsidiárias**, tais como a pecuária (cujo papel estava ligado, mais do que à alimentação, ao fornecimento de gado para tração e transporte), a agricultura de subsistência, o comércio (externo, monopolizado por comerciantes portugueses, além de um pequeno comércio local) e outras atividades menores que tendem a se desenvolver nos centros urbanos, estes também condicionados aos interesses das áreas agrícolas.

#### Atividades subsidiárias

Entende-se por aquelas voltadas a atender as atividades fundamentais. É o caso clássico da pecuária, cujo papel básico foi o de fornecer animais de tração e transporte para a atividade açucareira e mais tarde para a mineração.

### A questão da mão de obra

Já salientamos anteriormente dois aspectos da utilização da mão de obra escravizada no Brasil. O primeiro deles é a necessidade da utilização do trabalho escravo como forma de baratear os custos de produção. O segundo é que, em um primeiro momento, esta mão de obra escravizada constituiu-se do indígena sendo somente mais tarde introduzida aqui a mão de obra negra africana.

Há uma série de explicações para a substituição da mão de obra indígena pela africana, as quais se interligam e se complementam. Descartemos de antemão a ideia de que esta substituição deu-se pelo fato de o indígena não ter se adaptado à escravidão. Tal explicação mascara o fato de que também o negro reagiu, e de forma violenta, por vezes, através de revoltas, fugas, formação de núcleos de resistência (os **quilombos**), ou de formas mais pacíficas e igualmente dramáticas, como o suicídio ou a prática do aborto.

Outra explicação que merece ressaltar é aquela que atribui aos jesuítas o papel de protetores dos nativos e de elemento que impediu sua escravização. Com efeito, a prática dos jesuítas no sentido de estabelecer **missões** ou **reduções** indígenas pode, em um certo sentido, ser vista como uma proteção ao indígena. Porém, cabe lembrar questões vitais para a compreensão desse fato, com relação ao

estágio cultural em que os indígenas encontravam-se quando da chegada dos portugueses. As várias nações indígenas das terras que viriam a ser o Brasil viviam, de um modo geral, em um regime de caça e coleta, sem conhecer a propriedade privada, a estratificação social ou mesmo a noção de trabalho como forma de produção de riqueza. Sua atividade econômica reduzia-se ao extrativismo, à caça e a uma agricultura altamente rudimentar.

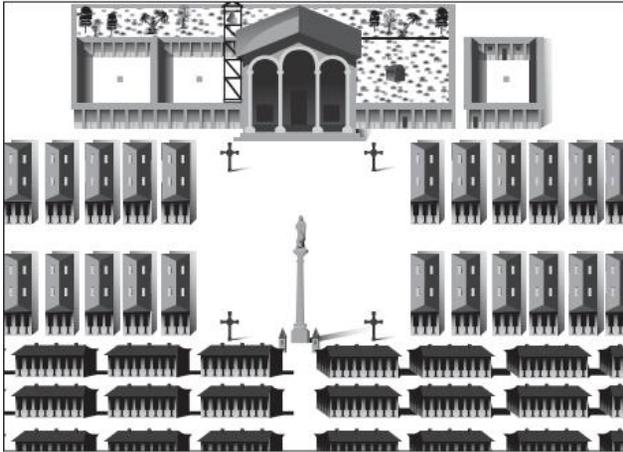


Fig 1 Planta típica de uma missão jesuítica.

A própria utilização desse indígena em um regime de trabalho compulsório esbarrava em um obstáculo cultural intransponível, além de as comunidades indígenas de fenderem sua terra com todos os instrumentos que lhes fossem possíveis. Assim, a atuação jesuítica nas missões, na medida em que procuravam incutir nos nativos valores cristãos, valores ligados à civilização europeia, incutia-lhes também noções tais como a do trabalho, das técnicas de cultivo etc., buscando torná-los mais dóceis ante a presença do branco invasor.

Cabe lembrar que a mesma Companhia de Jesus que, aqui no Brasil, colocou-se veementemente contra a escravização do indígena, nada fez contra essa escravização na América Espanhola, sendo inclusive o principal instrumento de justificação da escravização do nativo.

Assim, a explicação do uso da mão de obra africana em detrimento da indígena parece encontrar-se em outras razões. Uma delas é, sem dúvida, a dizimação das populações nativas, não apenas pela escravização, mas também pela proliferação de doenças geradas pelo contato com o europeu, para as quais os indígenas não possuíam defesas orgânicas, tais como a malária, a gripe, a sífilis etc. E não podemos nos esquecer dos fantásticos **lucros gerados pelo tráfico negreiro**, lucros que convergiam para a metrópole, muito mais de acordo, portanto, com os objetivos mercantilistas da colonização. Convém lembrar que o tráfico de escravizados negros não se constituía em novidade para os portugueses, que já o empregavam desde o início da exploração das ilhas do litoral africano, no século XV.

De qualquer forma, a escravização do índio, embora tenha sofrido várias formas de pressão por parte da coroa, só foi definitivamente extinta no século XVIII, mas sempre se manteve como uma forma alternativa de mão de obra empregada em atividades de baixa lucratividade.

## A sociedade colonial nos séculos XVI e XVII

A vida social nos primeiros séculos da colonização estava diretamente condicionada pelo núcleo fundamental da vida colonial, a grande unidade produtora açucareira. Assim, a sociedade colonial reproduz a mesma composição e a correlação de forças presentes nos engenhos. Temos, portanto, uma sociedade rural, escravista, onde a figura do senhor de engenho assume um poder de vida e morte sobre sua família e escravos, poder que se traduz em um total domínio social por essa elite aristocrática.

Compondo o quadro social, temos uma massa de escravizados submetidos pela força que se opõe a essa aristocracia e uma parcela pequena de homens livres (caçapatazes, feitores, trabalhadores técnicos na produção do açúcar, trabalhadores urbanos, médicos, professores, membros do clero), conhecidos como **homens bons**, todos eles dependentes do poder autocrático dos senhores.

Assim, as possibilidades de ascensão social, seja através do enriquecimento ou do casamento, eram mínimas. Da mesma forma, o espaço para o desenvolvimento de atividades que fugissem ao controle da aristocracia era bastante limitado, o que assegurava o poder absoluto desse setor sobre a vida interna da Colônia.



Fig 2 Henry Chamberlain, *Uma família brasileira*, s.d., água-tinta e aquarela sobre papel, Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo, Brasil. Representação do século XIX de uma família senhoria do Brasil colonial.

## Demais atividades econômicas nos séculos XVI e XVII

### O comércio colonial

Já vimos que a condição brasileira enquanto colônia impunha como um elemento básico o monopólio comercial exercido pela metrópole. Entretanto, a manutenção deste monopólio é diretamente condicionada pelas atitudes da metrópole para garanti-lo, sendo essas atitudes determinadas, por sua vez, pela necessidade maior da metrópole em relação às riquezas geradas pela colônia.

Em um primeiro momento, do período que se estende do início da colonização até a União Ibérica (1580-1640), a rigidez do pacto colonial português foi consideravelmente menor. As razões para isso são bastante simples: havia

aqui uma região pouco povoada, na qual a única atividade econômica de peso real era a produção do açúcar, a qual já estava inserida nos acordos entre Portugal e a Holanda. Assim, o monopólio era exercido de fato, pela presença, no Brasil, de portugueses e seus parceiros, os holandeses.

Foi somente em 1571 que o rei D. Sebastião decretou a exclusividade dos navios portugueses no comércio colonial. Entretanto, essa tentativa de estabelecer o monopólio esbarrava em condições militares bastante insuficientes para impedir o contrabando em uma costa com dimensões continentais e cuja produção de riquezas aguçava a cobiça de várias outras nações europeias. Esse monopólio, iniciado com os navios, será intensificado durante o período da União Ibérica, configuração que acarretou diversos problemas para a história subsequente de Portugal.

Em um quadro de absoluta decadência econômica e endividamento externo, Portugal liberta-se do domínio espanhol. Mais que isso, sua única fonte efetiva de riqueza no Brasil, o Nordeste açucareiro, esteve anos em mãos dos holandeses e ficou totalmente decadente depois que estes foram expulsos, como veremos adiante.

Assim, a Coroa portuguesa precisava ampliar, de forma desesperada, sua arrecadação no Brasil, o que fez por meio de uma política muito mais opressiva. Desse modo, em 1643, era criado o **Conselho Ultramarino**, um órgão da Coroa portuguesa com o papel de administrar todos os assuntos referentes ao mundo colonial português. O objetivo da Coroa, ao criá-lo, era o de centralizar a administração das colônias, para impedir a dispersão de recursos e implementar uma política mais rígida em relação a elas. Da mesma forma, em 1649, era criada a **Companhia Geral de Comércio do Brasil**, uma companhia comercial do Estado português cujo papel era o de monopolizar o comércio de toda uma série de produtos, como o vinho, o azeite, a farinha, o trigo, o pescado, entre outros, em toda a faixa que se estendia do litoral do Rio Grande do Norte até São Vicente. A mesma função cabia à **Companhia de Comércio do Maranhão**, fundada em 1682, com relação ao litoral norte do país. A obtenção dos produtos europeus pelo colono, bem como o escoamento de toda a produção colonial para a Europa, ficava, dessa forma, diretamente submetida ao domínio metropolitano.

## A pecuária

Paralelamente à atividade econômica principal (o açúcar, nos primeiros séculos), desenvolveu-se toda uma série de atividades econômicas, algumas associadas e subsidiárias a esta economia dominante, e outras secundárias.

Entre estas primeiras, podemos citar a pecuária, que sempre se desenvolveu à sombra da economia fundamental. No caso do açúcar, o gado tinha um papel fundamental no transporte, na tração nos engenhos e, em uma escala menor, na alimentação.

Estando as áreas litorâneas ocupadas pelas fazendas de açúcar, as fazendas de gado ocuparam a faixa mais interna do território. Assim, a pecuária foi responsável por uma interiorização da colonização, sendo a primeira atividade econômica a ocupar sistematicamente terras mais distantes do litoral.

Sua prática era através de uma produção extensiva, aproveitando-se das vastas dimensões de terra à disposição. Essa prática tornava difícil a utilização da mão de obra escrava pelas óbvias dificuldades de controle e fiscalização do escravizado, o que possibilitava o roubo do gado e a própria fuga. Dessa forma, foi comum a utilização do vaqueiro livre, o qual detinha a propriedade sobre uma parcela do gado.

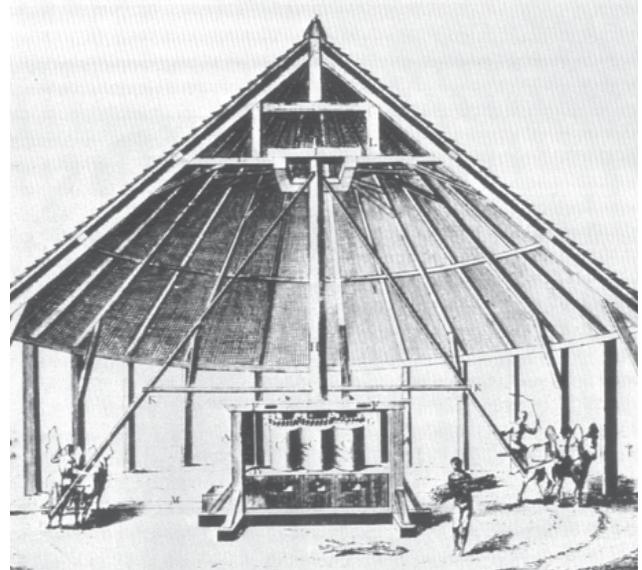


Fig. 3 Moenda movida por tração animal.

## As drogas do sertão

Outra atividade bastante difundida foi a busca pelas chamadas **drogas do sertão**. Este termo é empregado para designar toda uma série de produtos medicinais, alimentícios e mesmo afrodisíacos obtidos através do extrativismo em regiões remotas e de difícil penetração. Da mesma forma que a pecuária foi responsável pela ocupação do setor nordestino, a busca das drogas do sertão foi um dos principais elementos a motivar a ocupação da Amazônia.

Além da pecuária e das drogas do sertão, devemos mencionar o extrativismo do cacau e a produção de inúmeros gêneros voltados à subsistência ou ao abastecimento interno, como a mandioca, o tabaco, a aguardente e a rapadura.

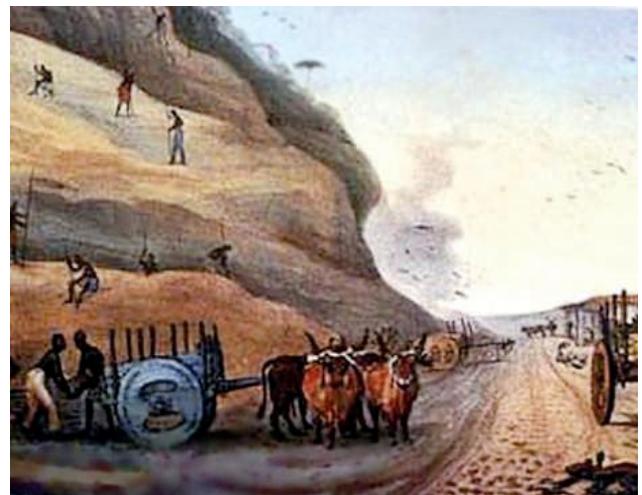


Fig. 4 Jean-Baptiste Debret *Pedreira* Obra de Debret mostrando um carro de boi

## Revisando

1 Qual o papel das colônias para que fossem atingidos os objetivos do mercantilismo?

---

---

---

---

---

---

2 Quais razões explicam a opção portuguesa pelo açúcar como o produto em torno do qual foi estruturada a colonização?

---

---

---

---

---

---

3 Quais as principais características da sociedade colonial brasileira durante os séculos XVI e XVII e de que forma a estrutura econômica da colonização contribuiu para a formação desse tipo de sociedade?

---

---

---

---

---

---

## Exercícios propostos

1 **FGV 2017** O que queremos destacar com isso é que o tráfico atlântico tendia a reforçar a natureza mercantil da sociedade colonial: apesar das intenções aristocráticas da nobreza da terra, as fortunas senhoriais podiam ser feitas e desfeitas facilmente. Ao mesmo tempo, observa-se a ascensão dos grandes negociantes coloniais, fornecedores de créditos e escravos à agricultura de exportação e às demais atividades econômicas. Na Bahia, desde o final do século XVII, e no Rio de Janeiro, desde pelo menos o início do século XVIII, o tráfico atlântico de escravos passou a ser controlado pelas comunidades mercantis locais [...].

FRAGOSO, João et al. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*, 1998.

O texto permite inferir que

A o tráfico atlântico de escravos prejudicou a economia colonial brasileira porque uma enorme quantidade de capitais, oriunda da produção agroindustrial, era remetida para a África e para Portugal

B as transações comerciais envolvendo a África e a América portuguesa deveriam, necessariamente, passar pelas instâncias governamentais da metrópole, condição típica do sistema colonial

C a monopolização do tráfico negreiro nas mãos de comerciantes encareceu essa mão de obra e atrasou o desenvolvimento das atividades manufatureiras nas regiões mais ricas da América portuguesa.

D as rivalidades econômicas e políticas entre fidalgos e burgueses, no espaço colonial, impediram o crescimento mais acelerado da produção de outras mercadorias além do açúcar e do tabaco.

E nem todos os fluxos econômicos, durante o processo de colonização portuguesa na América, eram controlados pela Coroa portuguesa, revelando uma certa autonomia das elites coloniais em relação à burguesia metropolitana.

**2 Unicamp** O trecho a seguir foi adaptado de “Roteiro do Maranhão a Goiaz”, um escrito anônimo de 1780:

As colônias são estabelecidas para a utilidade da metrópole. Os habitantes da colônia devem ocupar-se em cultivar e adquirir as produções naturais, ou matérias-primas, que serão exportadas para a metrópole, a qual não só irá se servir delas, mas, aperfeiçoando-as, poderá também tirar das colônias o preço da mão de obra e comercializar o supérfluo com as nações estrangeiras.

- Caracterize as funções das colônias do ponto de vista das metrópoles.
- De acordo com o texto, como as metrópoles utilizavam a produção colonial?
- Descreva, a partir do texto, o processo de obtenção do lucro pelas metrópoles.

**3 FGV** Durante a época Moderna, o sistema de *plantation*:

- propagou-se pela Europa Ocidental e caracterizou-se pela pequena exploração agrícola, pelo trabalho assalariado e pela produção em pequena escala de gêneros alimentícios
- disseminou-se pelo continente africano e caracterizava-se pela prática do escambo entre os conquistadores europeus e as tribos nativas.
- instalou-se no continente americano e tinha como características o latifúndio, a escravidão e a produção em larga escala de matérias-primas e gêneros tropicais
- foi uma particularidade da América de colonização ibérica e caracterizava-se pela grande propriedade agrícola, escravidão e produção de manufaturados.
- foi uma especificidade da América anglo-saxã e tinha como características a pequena propriedade, o trabalho familiar e o desenvolvimento do mercado interno colonial.

**4 FGV** Desdobramento da expansão comercial e marítima dos tempos modernos, a colonização significava a produção de mercadorias para a Europa, naquelas áreas descobertas em que as atividades econômicas dos povos primitivos não ofereciam a possibilidade de se engajarem em relações mercantis vantajosas aos caminhos do desenvolvimento capitalista europeu. Assim, passava-se da simples comercialização de produtos já encontrados em produção organizada, para a produção de mercadorias para o comércio.

Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, p. 73

Neste texto, o autor descreve:

- a integração de áreas do território americano ao mercado europeu, a partir do século XVI.
- as relações econômicas entre a Europa Ocidental e a Europa do Leste, no século XVI, quando prevaleceu o capitalismo comercial.
- as diferenças entre a colonização da América e da África.
- a organização, na Ásia, do Antigo Sistema Colonial.
- a incorporação dos povos indígenas ao capitalismo europeu

**5 Famerp 2019** A base comum das ideias mercantilistas consiste na atuação de dois novos fatores: os Estados modernos nacionais, ou seja, as monarquias absolutas, e os efeitos de toda ordem provocados pelas grandes navegações e descobrimentos sobre a vida das sociedades europeias

Francisco Falcon. *Mercantilismo e transição*, 1986. Adaptado.

Os dois fatores mencionados no texto expressam-se, respectivamente,

- no intervencionismo econômico dos Estados modernos e no aumento dos metais nobres entesourados.
- na redução significativa do comércio interno europeu e na colonização da América e da África.
- no desenvolvimento de teorias voltadas à defesa do livre comércio e na política de degredo de encarcerados.
- na difusão das ideias sociais libertárias e no aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas de navegação.
- no controle político burguês dos Estados modernos e no surgimento de órgãos regradores do comércio internacional

**6 UFBA** Leia as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

[ ] Os senhores poucos, os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despidos e nus; os senhores banqueteados, os escravos perecendo a fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros; os senhores tratando-se como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como deuses; os senhores em pé apontando para açoite, como estátua da soberba e da tirania; os escravos prostrados com as mãos atadas atrás, como imagem vilíssima da servidão e espetáculos da extrema miséria. Oh Deus! Quantas graças devemos à Fé que nos destes, [...] para que à vista destas desigualdades reconhecamos com tudo vossa justiça e providência! [ ]

Vieira *apud* Avancini, p. 46.

Com base no sermão do Padre Vieira, pode-se inferir:

- a posição do jesuíta referente à escravidão reflete o pensamento da Igreja Católica no período Colonial.
  - as denúncias da Igreja se limitavam ao repúdio, às torturas e aos maus tratos, não havendo, porém, questionamento da escravidão enquanto instituição.
  - as desigualdades terrenas são reconhecidas no discurso do jesuíta, que elege como espaço de julgamento o fórum divino.
  - a dominação colonialista se fazia pelo poder econômico, jurídico, político e ideológico sobre a classe trabalhadora escravizada.
  - o negro ingressou na sociedade brasileira como cultura dominada, e as marcas da escravidão persistem no Brasil de hoje.
- Apenas I e II são corretas.
  - Apenas II e IV são corretas.
  - Apenas I, III e V são corretas.
  - Apenas I, III, IV e V são corretas.
  - Apenas II, III, IV e V são corretas

- 7** O que se entende por “pacto colonial” e quais são suas principais características?
- 8** O mercantilismo, enquanto conjunto de políticas adotadas na transição entre o feudalismo e o capitalismo, tinha, como princípios e práticas:
- I exportar cada vez mais e importar cada vez menos, a fim de obter uma balança comercial favorável e reter metais preciosos.
  - II desenvolver o livre comércio colonial, independente da nacionalidade das embarcações, opondo-se a qualquer intervenção estatal na economia.
  - III estimular a exportação de metais preciosos e a importação de produtos manufaturados, a fim de intensificar a utilização de navios estrangeiros
  - IV incentivar a produção nacional agrícola e manufatureira e desestimular as importações de mercadorias.
  - V adotar, dentro dos preceitos do Pacto Colonial, políticas que permitissem às colônias um bom desenvolvimento econômico, possibilitando a ruptura com suas metrópoles.

Está(ão) correta(s):

- A** apenas I. **D** apenas II e III.  
**B** apenas I e IV. **E** apenas III, IV e V.  
**C** apenas II e V.

- 9 EsPCEx/Aman 2017** As relações entre a metrópole e a colônia foram regidas pelo chamado pacto colonial, sendo este aspecto uma das principais características do estabelecimento de um sistema de exploração mercantil implementado pelas nações europeias com relação à América

Com relação ao Brasil, do que constava este pacto?

- A** As colônias só poderiam produzir artigos manufaturados.  
**B** A produção agrícola seria destinada, exclusivamente, à subsistência da colônia.  
**C** A produção da colônia seria restrita ao que a metrópole não tivesse condições de produzir  
**D** A colônia poderia comercializar a produção que excedesse às necessidades da metrópole  
**E** Portugal permitiria a produção de artigos manufaturados pela colônia, desde que a matéria-prima fosse adquirida da metrópole.

- 10 FGV-SP 2018** Examinada, pois, nesse contexto, a colonização do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva da época do capitalismo mercantil (...) Completa-se, entretantes, a conotação do sentido profundo da colonização: comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno.

NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 7a ed., São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 70.

A respeito da colonização da América, é correto afirmar:  
**A** Estabeleceu-se com o propósito de reproduzir as características sociais, econômicas e culturais da

Europa, onde transcorria o processo de instauração do capitalismo.

- B** a crise do sistema feudal e permitiu a implementação de relações sociais capitalistas nas vilas e povoados do continente americano.  
**C** Garantiu o fluxo de riquezas para os Estados europeus decorrente da produção colonial, da extração de metais e pedras preciosas e da comercialização de africanos escravizados.  
**D** Foi semelhante a outros modelos de colonização ocorridos em outros períodos, como as colônias estabelecidas ao longo do Mediterrâneo por gregos e romanos na Antiguidade  
**E** Teve suas práticas e ideias econômicas alicerçadas nas doutrinas liberais responsáveis pela introdução e desenvolvimento do mercado mundial no início da Época Moderna.

- 11 UFF** As colônias não passam de estabelecimentos de comércio. (Choiseul, ministro das colônias da França, 1765.) Marque a opção que explica melhor a frase anterior

- A** Segundo a visão mercantilista, a colonização era enfocada, principalmente, a partir dos interesses comerciais metropolitanos.  
**B** O ministro francês quis ressaltar com sua frase que a colonização mercantilista foi de todo entregue ao comércio privado a seus estabelecimentos.  
**C** A colonização mercantilista moderna ignorava a produção para concentrar-se só nas trocas e no lucro comercial  
**D** Nas colônias dos Tempos Modernos, segundo Choiseul, o governo metropolitano desejava que os comerciantes, não os produtores, tivessem os principais postos de mando  
**E** Choiseul representava os interesses dos comerciantes atacadistas franceses, daí ressaltar o caráter central do comércio na colonização da época

- 12** A essência do sistema colonial mercantilista consistia em:

- A** implantar colônias de povoamento com controle e fiscalização flexível por parte da metrópole.  
**B** destinar às metrópoles o produto do comércio colonial, visando à acumulação de capitais.  
**C** desenvolver o mercado interno das colônias, com estímulo ao artesanato e à manufatura.  
**D** assegurar a presença e o controle colonial pelas populações nativas.  
**E** estimular o emprego de trabalhadores livres e pequenas propriedades familiares.

- 13 UPF 2017** Entende-se por mercantilismo o conjunto de ideias e práticas econômicas dominantes na Europa entre os séculos XV e XVII. Seu período de dominação corresponde à fase de transição do feudalismo para o capitalismo e ficou marcado pela intervenção estatal na economia, caracterizado:

- A** Pela limitação das atividades das companhias comerciais privadas, em função dos privilégios concedidos às empresas estatais.

- B Pela preocupação com o enriquecimento da burguesia em detrimento da nobreza feudal, garantindo a aliança de burgueses de vários países.
- C Pelo monopólio metropolitano sobre as colônias da América, o qual passou a estimular as disputas entre as grandes empresas comerciais de propriedade da burguesia
- D Pelas teorias metalistas, que, ao defender práticas protecionistas, promoveram grande rivalidade entre as nações europeias.
- E Pelo controle exclusivo externo, em contraposição à livre concorrência interna, tanto nas áreas coloniais quanto nas metropolitanas.

**14** Foram inúmeras as consequências da expansão ultramarina dos europeus, gerando uma radical transformação no panorama da história da humanidade.

Sobressai como uma importante consequência:

- A a constituição de impérios coloniais embasados pelo espírito mercantil.
- B a manutenção do eixo econômico do mar Mediterrâneo com acesso fácil ao oceano Atlântico
- C a dependência do comércio com o Oriente, fornecedor de produtos de luxo, como sândalo, porcelanas e pedras preciosas.
- D o pioneirismo de Portugal, explicado pela posição geográfica favorável.
- E a manutenção dos níveis de afluxo de metais preciosos para a Europa.

**15 Unicamp 2016** Os estudos históricos por muito tempo explicaram as relações entre Portugal e Brasil por meio da noção de pacto colonial ou exclusivo comercial. Sobre esse conceito, é correto afirmar que:

- A Trata-se de uma característica central do sistema colonial moderno e um elemento constitutivo das práticas mercantilistas do Antigo Regime, que considera fundamental a dinâmica interna da economia colonial
- B Definia-se por um sistema baseado em dois polos: um centro de decisão, a metrópole, e outro subordinado, a colônia. Esta submetia-se à primeira através de uma série de mecanismos político-institucionais.
- C Em mais de uma ocasião, os colonos reclamaram e foram insubordinados diante do pacto colonial, ao exigirem sua presença e atuação nas Cortes dos reis ou ao pedirem a presença do Marquês de Pombal na colônia.
- D A noção de pacto colonial é um projeto embrionário de Estado que acomodava as tensões surgidas entre os interesses metropolitanos e coloniais, ao privilegiar as experiências do “viver em colônia”.

**16 UFU 2019** A colonização brasileira tomou o aspecto de uma vasta empresa comercial que, apesar de ser mais complexa que o sistema de feitorias, manteve o mesmo caráter que essa, explorando os recursos naturais em

proveito do comércio europeu. [...] Esse sentido da colonização explicará a formação e a evolução histórica dos trópicos americanos.

PRADO Júnior, Caio *História Econômica do Brasil*  
São Paulo: Brasiliense, 1962. p. 22-23. (Adaptado)

De acordo com a teoria apresentada, o modelo colonizador implementado no Brasil apresentava as seguintes características, **EXCETO**,

- A a proibição da instalação de manufaturas na colônia do Brasil, o que garantia à burguesia mercantil metropolitana a venda de mercadorias produzidas na Europa com altas margens de lucro.
- B um sistema de agricultura baseado na policultura voltada para a exportação e financiada, sobretudo, por investimentos externos. Esse modelo ajudou a inviabilizar a formação de pequenas e de médias propriedades.
- C a organização da produção em larga escala, por meio de uma estrutura latifundiária, com uso de mão de obra escrava, sobretudo, de origem africana.
- D o chamado “exclusivo comercial”, o que garantia aos grandes comerciantes e à coroa portuguesa a apropriação da maior parte da renda gerada na colônia

**17** As relações entre metrópoles e colônias estabeleceram-se desde a época dos descobrimentos em função dos interesses da burguesia mercantil e das exigências dos Estados Modernos.

Indique quais eram os interesses e as exigências que as metrópoles faziam de suas colônias, do ponto de vista econômico e político.

**18 UFRGS 2016** Leia o segmento a seguir

Nossa história colonial não se confunde com a continuidade do nosso território colonial.

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul* São Paulo: Companhia das Letras, 2000 p. 9

Considerando a história brasileira, assinale a alternativa correta

- A A realidade territorial do Brasil foi definida exclusivamente em tratados diplomáticos, estabelecidos durante os conflitos entre Portugal e Espanha.
- B A compreensão da história brasileira exige o entendimento das relações sociais e econômicas, mantidas pelos colonos com a África e com a Europa.
- C A história da formação do Brasil é independente da relação comercial entre as diversas regiões do território brasileiro.
- D A ocupação da zona litorânea e a do interior do Brasil foram simultâneas
- E O território do Brasil colonial é desimportante para o estudo da história brasileira.

**19** Na engrenagem do sistema mercantilista de colonização do Brasil, fez-se opção pela mão de obra africana. O tráfico negreiro:

- A contribuía para o apresamento indígena como negócio interno da colônia

- B estimulava a utilização de mão de obra de fácil acesso e baixa rentabilidade econômica.
- C atendia às pressões exercidas pelos ingleses em relação à troca da produção açucareira pelo fornecimento de negros.
- D abria novo e importante setor do comércio para os mercadores metropolitanos
- E era elemento fundamental no processo de expansão econômica do mercado interno brasileiro.

## 20 Uerj 2017



Na pintura religiosa renascentista, o índio, uma vez submetido aos valores cristãos, tornou-se humanizado. O pintor holandês Albert Eckhout representou essa ruptura conceitual na sua obra: nos quadros que retratam os índios Tupis e Tapuias, os índios “aliados” eram pacíficos, trabalhadores, tinham família, andavam vestidos (foram “domesticados”), estavam acessíveis ao trabalho cotidiano, enquanto os índios “bravos” (bárbaros) eram antropófagos que andavam nus, carregando despojos esquartejados como alimentação, e guerrevam os colonizadores

FREIRE, C.; OLIVEIRA, J. P. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: MEC LACED/Museu Nacional, 2006 (Adapt.).

Os retratos de indígenas acima revelam algumas das intenções por parte dos agentes da colonização, como a Coroa, a Igreja e os colonos, diante das populações nativas na América Portuguesa no século XVII. Considerando as imagens e o texto, aponte um objetivo econômico dos colonizadores que explique a forma pela qual os aliados Tupis foram retratados. Em seguida, cite uma forma de resistência indígena à colonização que justifique a representação atribuída aos Tapuias.

- 21 UFPR 2018** [ ] O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes, surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1972, p. 87.

A respeito da história dos quilombos no Brasil, considere as seguintes afirmativas:

1. Foi uma forma de organização dos escravos libertos, que não encontraram lugar na sociedade brasileira pós-abolição.
2. O quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista, existindo praticamente em toda a extensão do território nacional.
3. Sua estrutura social respondia a uma lógica particularmente militar, que visava desestabilizar a estrutura social dos senhores de escravos.
4. A quilombagem se constituiu na unidade básica de resistência, fruto das contradições estruturais do sistema escravista, e sua dinâmica refletia a negação desse sistema.

Assinale a alternativa correta.

- A Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- B Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- C Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- D Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- E Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

- 22** Ao lado da proteção que representou aos nativos no Brasil, o papel exercido pela Companhia de Jesus vem sendo bastante questionado nesse aspecto. Quais os principais elementos negativos representados pela prática jesuítica junto aos indígenas brasileiros durante a colonização?

- 23 FGV** Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente.

A J Antonil *Cultura e opulência do Brasil*  
Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 89.

Assinale a alternativa correta.

- A A escravização dos negros africanos permitiu que os índios deixassem de ser escravizados durante o período Colonial.
- B O trabalho manual era visto como degradante pelos senhores brancos, e a escravidão, uma forma de lhes garantir uma vida honrada no continente americano.
- C Apesar dos vultosos lucros obtidos com o tráfico, a adoção da escravidão de africanos explica-se pela melhor adequação dos negros à rotina do trabalho colonial.
- D Extremamente difundida na Região Nordeste, a escravidão teve um papel secundário e marginal na exploração das minas de metais e pedras preciosas no interior do Brasil.
- E Diante das condições de vida dos escravos, os jesuítas criticaram duramente a escravidão dos negros africanos, o que provocou diversos conflitos no período Colonial.

- 24 Unifesp** Sobre os quilombos, é correto afirmar que:

- A desapareceram depois da terrível repressão que se abateu sobre Palmares no final do século XVII.
- B sobreviveram a todas as repressões, porque sempre contaram com ajuda externa dos pobres livres.

- C formaram-se em grande número, pequenos e grandes, durante toda a história da escravidão brasileira.
- D foram tolerados pelas autoridades, porque, ao se isolarem em lugares inacessíveis, não ameaçavam a sociedade
- E ficaram confinados às zonas produtoras de açúcar, tabaco e cacau do Nordeste, durante o período Colonial.

**25 UEL** Leia o texto a seguir.

Oh se a gente preta tirada  
das brenhas da sua Etiópia,  
e passada ao Brasil,  
conhecera bem quanto deve a Deus  
e à sua Santíssima Mãe  
por este que pode parecer  
desterro, cativo e desgraça  
e não é senão milagre  
e grande milagre!

Antônio Vieira, 1633

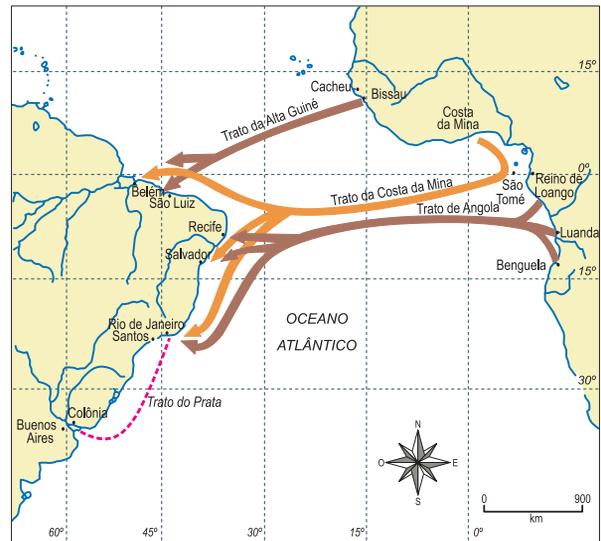
As palavras do Padre Vieira representam as inquietações e hesitações de autoridades régias, eclesiásticas e de colonos frente à mais emblemática rebelião de quilombos coloniais, o quilombo de Palmares o “Estado Negro” encravado no Brasil escravista. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A no Brasil, as comunidades remanescentes dos quilombos foram aniquiladas e com elas também a tradição oral dos povos africanos
- B Vieira e outros jesuítas justificaram e defenderam a escravidão dos negros, combinando a ideia de missão com a de ordem escravista.
- C as tropas locais, instruídas pelos jesuítas, negociaram pacificamente a rendição dos mocambos da Serra da Barriga.
- D o insucesso das diversas expedições contra Palmares não alterou a política de prevenção contra fugas e ajuntamentos de fugitivos.
- E a palavra “milagre” usada por Vieira significa o triunfo da libertação dos negros do cativo.

Leia o texto e observe o mapa para responder às questões **26** e **27**

Nem existia Brasil no começo dessa história. Existiam o Peru e o México, no contexto pré-colombiano, mas Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Canadá, não. No que seria o Brasil, havia gente no Norte, no Rio, depois no Sul, mas toda essa gente tinha pouca relação entre si até meados do século XVIII. E há aí a questão da navegação marítima, torna-se importante aprender bem história marítima, que é ligada à geografia. [...] Essa compreensão me deu muita liberdade para ver as relações que Rio, Pernambuco e Bahia tinham com Luanda Depois a Bahia tem muito mais relação com o antigo Daomé, hoje Benin, na Costa da Mina. Isso formava um todo, muito mais do que o Brasil ou a América portuguesa [ ] Nunca os missionários entraram na briga para saber se o africano havia sido ilegalmente escravizado ou não, mas a escravidão indígena foi embargada pelos missionários desde o começo, e isso também é um pouco

interesse dos negreiros, ou seja, que a escravidão africana predomine. [ ] A escravização tem dois processos: o primeiro é a despersonalização, e o segundo é a dessocialização.



Luiz Felipe de Alencastro. Entrevista a Mariluce Moura. “O observador do Brasil no Atlântico Sul” In: Revista Pesquisa Fapesp, no 188, outubro de 2011.

**26 Unesp 2020 (Adapt.)** O texto estabelece a formação do Brasil a partir da navegação marítima, o que implica reconhecer a importância

- A da imposição de uma lógica global de comércio e da dissolução das fronteiras entre os territórios colonizados na América.
- B do domínio colonial de Portugal sobre o litoral africano e da intermediação espanhola no tráfico escravagista
- C do controle das rotas marítimas por navegadores italianos e da conformação do conceito geográfico de Ocidente.
- D da constituição do espaço geográfico do Atlântico Sul e da relação estabelecida entre os continentes americano e africano.
- E do surgimento do tráfico de africanos escravizados e das relações comerciais do Brasil com a América espanhola.

**27 Unesp 2020 (Adapt.)** A “despersonalização” e a “dessocialização” dos escravizados podem ser associadas, respectivamente,

- A ao fato de que os escravos eram identificados por números marcados a ferro e à interdição do contato entre os cativos e seus senhores.
- B à noção do escravo como mercadoria e ao fato de que os africanos eram extraídos de sua comunidade de origem.
- C à noção do escravo como tolerante ao trabalho compulsório e ao fato de que ele era proibido de fazer amizades ou constituir família.
- D ao fato de que os escravos eram etnologicamente distintos e à proibição de realização de festas e cultos.
- E à noção do escravo como desconhecedor do território colonial e ao fato de que ele não era reconhecido como brasileiro.

**28** A empresa agrícola inerente à colonização portuguesa continua como fator do subdesenvolvimento atual do Brasil e de outros países. Esclareça o que é a *plantation* e explique as razões de sua escolha pelos colonizadores lusitanos.

**29** A política colonizadora portuguesa, voltada para obtenção de lucros do monopólio na esfera mercantil, tinha como principal área de produção:

- A a implantação da grande lavoura tropical, de base escravista e latifundiária, caracterizada pela diversidade de produtos cultivados e presença de minifúndios e latifúndios.
- B o “exclusivo colonial”, que subordinava os interesses da produção agrícola aos objetivos mercantis da Coroa e dos grandes comerciantes metropolitanos.
- C a agricultura de subsistência, baseada em pequenas e médias propriedades, utilizando mão de obra indígena.
- D a integração agropastoril, destinada ao abastecimento do mercado interno colonial, sobretudo ao do metropolitano.
- E a criação de Companhias Cooperativas envolvidas com a produção de tecidos e demais gêneros ligados ao consumo caseiro

**30 PUC-SP** Leia o texto a seguir

O que o canavial sim aprende do mar:  
o avançar em linha rasteira da onda;  
o espriar-se minucioso, de líquido.  
alagando cova a cova onde se alonga  
O que o canavial não aprende do mar:  
o desmedido do derramar-se da cana;  
o comedimento do latifúndio do mar,  
que menos lastradamente se derrama.

João Cabral de Melo Neto. “O mar e o canavial”, In: *A educação pela pedra*. Antologia poética. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1999.

João Cabral, recifense, relacionou, no fragmento do poema acima, mar e canavial. A associação considera semelhanças e diferenças entre eles e pode ser compreendida, se considerarmos que:

- A “o avançar em linha rasteira” do canavial é uma menção à expansão da produção açucareira na Região Nordeste e especialmente no Estado de Pernambuco iniciada no período Colonial e encerrada no Império.
- B o mar e as praias de Pernambuco sempre foram, ao lado da cana, as únicas fontes de riqueza da Região Nordeste, desde o período Colonial até os dias de hoje.
- C “o desmedido do derramar-se da cana” é uma referência crítica à organização da produção açucareira em latifúndios, unidades produtoras de grande porte.
- D as lavouras de cana sempre estiveram localizadas no interior de Pernambuco, distantes do litoral, e a relação com o mar é para mostrar a totalidade geográfica do Estado
- E “alagando cova a cova onde se alonga” é uma sugestão de que o plantio da cana, assim como o mar, provocou, ao longo de sua história, muitas mortes

**31 Fuvest** Leia o texto:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial... destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução dos trópicos americanos

Caio Prado Jr. *História econômica do Brasil*.

Com base no texto e em seus conhecimentos, podemos afirmar que o autor:

- A indica que as estruturas econômicas não condicionam a vontade soberana dos homens.
- B demonstra a autonomia existente entre as esferas social e econômica.
- C dá ao Brasil uma especificidade dentro do contexto de colonização dos trópicos.
- D propõe uma interpretação econômica da colonização do Brasil, acentuando seu sentido mercantil
- E confere ao sentido da colonização uma relativa autonomia em relação ao mercado internacional

**32** Leia o texto:

A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala na Europa. O principal produto da terra – o trigo – dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados – em razão da insegurança dos transportes a grandes distâncias – que somente produtos manufaturados e as chamadas especiarias do Oriente poderiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria de enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da América. É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento. Se seus esforços não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terras do Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande e – excluída a hipótese da antecipação na descoberta do ouro – dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América.

Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. p. 29-30

De acordo com o texto anterior é possível afirmar que:

- A a única coisa que poderia ter atraído os interesses portugueses para iniciar o processo de colonização era a antecipação da descoberta do ouro.
- B apesar dos custos e das dificuldades para se instalar a exploração econômica nas terras americanas, coube a Portugal a primazia neste empreendimento, que instalou os primeiros núcleos de povoamento na América, antes que qualquer outro país europeu o fizesse.
- C seria um excelente negócio a exploração agrícola das terras americanas através do cultivo do trigo, pois se tratava do produto de maior consumo na Europa

- D só a produção manufatureira na América justificaria sua exploração econômica, já que os custos de transportes eram muito elevados, permitindo boas chances de lucros apenas ao comércio de alguns produtos muito caros.
- E o sucesso da produção açucareira no Brasil permitiu a Portugal ter se consolidado como uma das grandes potências coloniais na América.

**33** Leia.

O senhor de engenho, diz o cronista a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos.

André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*.

Considerando o período colonial brasileiro, comente a afirmação apresentada

**34 UFJF 2020** Analise a imagem:



<http://historiandonovestibular.blogspot.com/2014/09/escravidao-indigena-e-africana-no-rio.html>

Com um passado colonial marcado pela apropriação de terras, escravidão e extermínio de populações indígenas, como a imagem acima demonstra, o Brasil só conseguiu eleger uma mulher indígena para o cargo de deputada federal em 2019. Joêmia Batista de Carvalho (Rede-RR) conhecida como Joêmia Wapichana foi eleita com mais de 8 mil votos. Neste mesmo ano, o governo federal ameaçou destituir a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) da função de demarcar as terras indígenas, prometendo ainda reverter algumas terras já demarcadas, argumentando que a manutenção delas nas mãos dos povos indígenas atrapalha a exploração de minério. Em resposta, a deputada federal Joêmia Wapichana, esclareceu:

“Para os povos indígenas, a riqueza é quando você tem saúde, terra para viver sem ameaças, estar num clima tranquilo, ter alimentação saudável para a família, ter terra demarcada, uma cultura preservada, uma coletividade respeitada. Os valores que ele tem são o da cobiça, que vem justamente trazer esse choque da exploração. Ele preza tanto o valor da família, deveria ver o lado indígena também. O valor espiritual é uma riqueza também. Todo mundo só vê a exploração mineral como a riqueza que pode trazer, nunca vê o prejuízo: a divisão, a violência, a influência externa do alcoolismo, a perda da cultura”.

<https://jornalggn.com.br/direitos-humanos/somos-os-principais-guardioes-da-fronteira-diz-deputada-indigena/>

- a) Com base na imagem e na fala da deputada, identifique duas características que definem o contato entre indígenas e portugueses no início da colonização.
- b) A partir da fala da deputada, diferencie as posições políticas em relação à posse da terra atualmente.

**35** Quais razões permitiram aos portugueses apostar num produto de luxo e caro, como era o açúcar no século XVI, como base da colonização brasileira?

**36 Unifesp** Não são raros [no período colonial] os casos como o de um Bernardo Vieira de Melo, que, suspeitando a nora de adultério, condena-a à morte em conselho de família e manda executar a sentença, sem que a Justiça dê um único passo no sentido de impedir o homicídio ou de castigar o culpado...

Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil*.

O texto demonstra:

- A a ineficácia das instituições judiciárias.
- B a insegurança dos grandes proprietários.
- C a força imensa, mas legal, do pátrio poder.
- D a intolerância com os crimes de ordem sexual.
- E a gestão coletiva do poder no interior da família.

**37** Leia o texto.

Parece-me coisa mui conveniente mandar Sua Alteza algumas mulheres que lá tem pouco remédio de casamento a estas partes, [...] De maneira que logo as mulheres teriam remédio de vida, e os homens [daqui] remediariam suas almas, e facilmente se povoaria a terra.

Manuel da Nóbrega. Carta do Brasil, 1549

Responda:

- a) neste trecho da carta enviada ao padre Mestre Simão, em 1549, o que solicita o Padre Manuel da Nóbrega ao rei de Portugal?
- b) qual é o objetivo da solicitação que faz?
- c) qual foi o trabalho desenvolvido pelos jesuítas no Brasil, no povoamento da terra, nas missões, na educação e com os índios?

**38 UEM 2018** Sobre a sociedade que se construiu em torno da produção de açúcar na América portuguesa, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

- 01 O termo engenho se referia ao local em que se produzia o açúcar, com suas moendas, fornalhas e casas de purgar, bem como às demais instalações e construções que o cercavam, como as moradias, a casa grande e a senzala, a Igreja e os canaviais.
- 02 Na sociedade açucareira havia grande dinamismo e mobilidade social. Essa mobilidade permitia a ascensão social dos escravos, que decorria da importância de seus conhecimentos sobre o processo produtivo, pois as funções que desempenhavam requeriam sólidos conhecimentos técnicos.
- 04 Além dos trapiches, engenhos movidos por tração animal e com uma capacidade produtiva menor, havia também os engenhos reais, movidos por rodas d'água e com uma maior capacidade produtiva

- 08 Essa sociedade foi classificada como patriarcal, pois era centrada no poder do patriarca, que era ao mesmo tempo dono da terra, autoridade local e senhor dos destinos dos seus dependentes (empregados, parentes, agregados e escravos).
- 16 De forma distinta de outras regiões da América portuguesa, na sociedade que se organizou em torno da produção de açúcar nunca foram utilizados escravos nativos, isto é, os índios.

Soma: █

- 39 Famerp 2018** A Bahia é cidade d'El-Rei, e a corte do Brasil; nela residem os Srs. Bispo, Governador, Ouvidor-Geral, com outros oficiais e justiça de Sua Majestade; [...]. É terra farta de mantimentos, carnes de vaca, porco, galinha, ovelhas, e outras criações; tem 36 engenhos, neles se faz o melhor açúcar de toda a costa; [...] terá a cidade com seu termo passante de três mil vizinhos Portugueses, oito mil Índios cristãos, e três ou quatro mil escravos da Guiné

Fernão Cardim *Tratados da terra e gente do Brasil, 1997*

O padre Fernão Cardim foi testemunha da colonização portuguesa do Brasil de 1583 a 1601. O excerto faz uma descrição de Salvador, sede do Governo-Geral, referindo-se, entre outros aspectos, à

- A incorporação pelos colonizadores dos padrões culturais indígenas.
  - B ligação da atividade produtiva local com o comércio internacional
  - C miscigenação crescente dos grupos étnicos presentes na cidade
  - D existência luxuosa da nobreza portuguesa na capital da colônia
  - E dependência da população em relação à importação de produtos de sobrevivência.
- 40 Col. Naval 2015** O Brasil integrou-se ao quadro econômico europeu como uma colônia de exploração. Com relação à economia colonial brasileira, é INCORRETO afirmar que
- A durante o período pombalino, com o objetivo de fortalecer o erário régio, houve um aumento da carga tributária e a consolidação dos monopólios (criação das Companhias Gerais do Comércio do estado do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba).
  - B a pecuária nordestina se caracterizou por ser uma atividade econômica subsidiária à economia açucareira, voltada para o mercado interno, organizada de forma extensiva e que comportou predominantemente a mão de obra escrava.
  - C as “drogas do sertão” se caracterizam pela coleta de recursos florestais da Amazônia, tais como o cacau e o guaraná, organizada pelos jesuítas, tendo como mão de obra predominante a indígena.
  - D o açúcar tornou-se o carro-chefe de nossa economia colonial porque possuía alto valor no mercado externo e viabilizava a ocupação territorial, além de contribuir para a estruturação da classe senhorial

E a mineração provocou um grande aumento demográfico, o aparecimento de vilas e cidades, a articulação de um mercado interno e uma maior diversificação no estrato social e econômico.

- 41 ESPM-RJ 2019** A primeira vez que se mencionou o açúcar e a intenção de implantar uma produção desse gênero no Brasil foi em 1516, quando o rei D. Manuel ordenou que se distribuíssem machados, enxadas e demais ferramentas às pessoas que fossem povoar o Brasil e que se procurasse um homem prático e capaz de ali dar princípio a um engenho de açúcar. Os primeiros engenhos começaram a funcionar em Pernambuco no ano de 1535, sob a direção de Duarte Coelho. A partir daí os registros não parariam de crescer: quatro estabelecimentos em 1550; trinta em 1570, e 140 no fim do século XVI. A produção de cana alastrava-se não só numericamente como espacialmente, chegando à Paraíba, ao Rio Grande do Norte, à Bahia e até mesmo ao Pará. Mas foi em Pernambuco e na Bahia, sobretudo na região do recôncavo baiano, que a economia açucareira de fato prosperou. Tiveram início, então, os anos dourados do Brasil da cana, a produção alcançando 350 mil arrobas no final do século XVI.

Lília M. Schwarcz. *Brasil: uma Biografia*.

A partir do texto e considerando a economia açucareira e a civilização do açúcar, é correto assinalar:

- A a cana de açúcar era um produto autóctone, ou seja, nativo do Brasil e gradativamente foi caindo no gosto dos portugueses e dos europeus, a partir do século XVI;
  - B a produção e comercialização do açúcar ocorreram sob a influência do livre-cambismo em que se baseou o empreendimento colonial português;
  - C a metrópole estabeleceu o monopólio real, porém a comercialização do açúcar passou para os porões dos navios holandeses, que acabaram por assumir parte substancial do tráfego entre Brasil e Europa;
  - D os portugueses mantiveram um rigoroso monopólio sobre o processo de produção e refinação do açúcar, só permitindo a participação de estrangeiros na comercialização do produto;
  - E para implantação da indústria canavieira no Brasil, o projeto colonizador luso precisava contar com mão de obra compulsória e abundante, dada a extensão do território e por isso sempre privilegiou a utilização dos nativos, cuja captura proporcionava grandes lucros para a coroa.
- 42** Apesar do predomínio da agromanufatura açucareira na economia colonial brasileira, a pecuária e a extração das “drogas do sertão” foram fundamentais. A esse respeito podemos afirmar que:
- A ocorreu uma grande absorção da mão de obra escrava negra, particularmente na pecuária
  - B a presença do indígena na extração das “drogas do sertão” foi essencial pelo conhecimento da geografia da Região Nordeste.
  - C por serem atividades complementares, a força de trabalho não se dedicava integralmente a elas

- D ambas foram responsáveis pelo processo de interiorização do Brasil Colonial.
- E possibilitaram o surgimento de um mercado interno que se contrapunha às flutuações do comércio internacional

### 43 Uerj 2018

#### RUÍNAS DE SÃO IGNACIO MINÍ (ARGENTINA)



#### RUÍNAS DE SÃO MIGUEL (BRASIL)



Fonte: pt.wikipedia.org

Em 1983, as ruínas de San Ignacio Miní, na Argentina, e de São Miguel das Missões, no Brasil, foram declaradas patrimônio cultural mundial pela Unesco. Representam importante testemunho da ocupação sistematizada do território e das relações culturais que se estabeleceram entre os missionários europeus e os povos nativos, que eram em sua maioria do grupo étnico Guarani

Adaptado de brasil.gov.br.

As fotografias das ruínas permitem visualizar parcialmente algumas das ações colonizadoras ibéricas na América nos séculos XVII e XVIII.

Identifique um fator que explique de que modo essas ações colonizadoras contribuíram para a “ocupação sistematizada do território” na América. Identifique, também, uma consequência dessas ações para as populações indígenas locais.

- 44 Unifesp** Não foi espírito evangélico que armou de mosques 80 ou 100 mil índios e erigiu um poder intermediário do rio da Prata ao Amazonas, que um dia poderá ser fatal às potências dominantes da América do Sul.

Duque Silva Tarouca, 1758

O texto:

- A alerta para o perigo representado pela atuação dos jesuítas.
- B critica o uso da violência para desarmar os índios.
- C elogia a ocupação de todos os territórios indígenas.
- D denuncia a ação política das potências protestantes.
- E defende a política religiosa das potências ibéricas

- 45** Estabeleça uma análise, demonstrando o papel da pecuária enquanto agente de expansão territorial e de interiorização da colonização.

- 46** Com relação à economia do açúcar e da pecuária no Nordeste durante o período colonial, é correto afirmar que:

- A por serem as duas atividades essenciais e complementares, portanto, as mais permanentes foram as que mais usaram escravos.
- B a primeira, tecnologicamente mais complexa, recorria à escravidão; e a segunda, tecnologicamente mais simples, ao trabalho livre.
- C a técnica era rudimentar em ambas, na agricultura por causa da escravidão, e na criação de animais por atender ao mercado interno.
- D tanto em uma quanto em outra, desenvolveram-se formas mistas e sofisticadas de trabalho livre e de trabalho compulsório.
- E por serem diferentes e independentes uma da outra, não se pode estabelecer qualquer tentativa de comparação entre ambas.

- 47** Qual das atividades econômicas no período Colonial brasileiro mais contribuiu para a ocupação da Bacia Amazônica?

- 48** Por que a atividade da pecuária deu preferência à mão de obra livre?

- 49 UEPG 2017** A partir da chegada dos portugueses, em 1500, teve início o período de colonização do Brasil. Ao longo do século XVI, ocorreu o processo de formação de uma sociedade e de um modelo econômico bastante característicos e que acabou por lançar as bases do que viria ser a realidade socioeconômica brasileira após a independência, em 1822. A respeito do primeiro século colonial, assinale o que for correto.

- 01 A senzala era a principal construção dos engenhos do século XVI. Ela abrigava o proprietário da terra, sua família, seus agregados e empregados mais importantes. Era o centro administrativo e social do latifúndio.
- 02 Um dos principais traços da sociedade colonial do século XVI foi a segregação étnica. Ao contrário da miscigenação que ocorreu a partir do século XIX, nesse primeiro momento praticamente não houve mistura racial entre brancos, negros e índios

- 04 A alta lucratividade propiciada pela comercialização de escravos africanos trazidos para o Brasil potencializou a atividade do tráfico negreiro já no século XVI.
- 08 A mobilidade social era praticamente nula. A posse do latifúndio tornava o seu proprietário detentor absoluto de poder, levando ao clientelismo e a hierarquização acentuada da sociedade.
- 16 Do ponto de vista religioso, apesar do predomínio católico, a sociedade colonial do século XVI foi marcada pela forte presença de grupos ligados às religiões protestantes como o calvinismo e o luteranismo.

Soma:

**50 Uece 2017** Leia atentamente os excertos a seguir:

Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 89.

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984. p. 119.

Considerando os vários aspectos da formação social do Brasil, pode-se afirmar corretamente que os dois trechos apresentados tratam

- A da inclusão do negro e do pobre no processo democrático que rompeu com os direitos e privilégios das classes dominantes.
- B da integração social ocorrida ainda na colonização com o processo de miscigenação étnica que tornou iguais todos os brasileiros.
- C da condição de exploração e exclusão a que estava sujeita uma parcela significativa da população brasileira em razão dos interesses das elites.
- D da perfeita inclusão dos negros libertos e da população pobre em geral na sociedade brasileira, com a criação da República e da democracia no Brasil.

**51 Mackenzie 2017** No Brasil do século XVI, a sociedade tinha, no engenho, o centro de sua organização. Assinale a alternativa que NÃO atesta a importância do engenho no período colonial.

- A A grande propriedade era monocultora e também escravocrata, voltada para o mercado externo, sendo a montagem da estrutura de produção açucareira, um empreendimento de alto custo.
- B Os senhores de engenhos, por serem proprietários de terras e escravos, detinham o poder político e

controlavam as Câmaras Municipais, sendo denominados de “homens bons”, estendendo tal poder para o interior de sua família.

- C Alguns engenhos funcionavam como unidades de produção autossuficientes, pois além de oficinas para reparos de suas instalações, produziam alimentos necessários à sobrevivência de seus moradores.
- D No engenho também havia alguns tipos de trabalhadores assalariados, como o feitor, o mestre de açúcar, o capelão ou padre, que se sujeitavam ao poder e à influência do grande proprietário de terras.
- E Os grandes engenhos contavam com toda a infraestrutura não apenas para atender às necessidades básicas de sobrevivência, mas voltadas à atividade intelectual que tornava o engenho centro de discussões comerciais.

**52 ESPM 2016** Quem vir na escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes, o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de tréguas, nem de descanso; quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de inferno.

Padre Antonio Vieira. Citado por Lilia Schwarcz e Heloisa Starling in: *Brasil: uma biografia*

A leitura do trecho deve ser relacionada com:

- A o trabalho indígena na extração do pau-brasil.
- B o trabalho indígena na lavoura da cana-de-açúcar.
- C o trabalho de escravos negros africanos no engenho de cana-de-açúcar.
- D o trabalho de escravos negros africanos no garimpo, na mineração.
- E o trabalho de imigrantes italianos na lavoura cafeeira.

**53 Uern 2015** Apesar da ênfase dada ao açúcar, a economia colonial não se esgotava nas plantações desse produto [...]. Havia os pequenos produtores de alimentos que abasteciam os engenhos e as cidades [...]. Nunca, desde o início da instalação da agroindústria, houve a diminuição do volume de açúcar produzido nas áreas a eles destinadas.[...]

As mais ricas regiões produtoras de açúcar da Bahia tinham muitos braços para o trabalho.

Disponível em: <[http://pequenaantropologa.blogspot.com.br/2011/07/fichamento\\_montagem-da\\_economia.html](http://pequenaantropologa.blogspot.com.br/2011/07/fichamento_montagem-da_economia.html)>

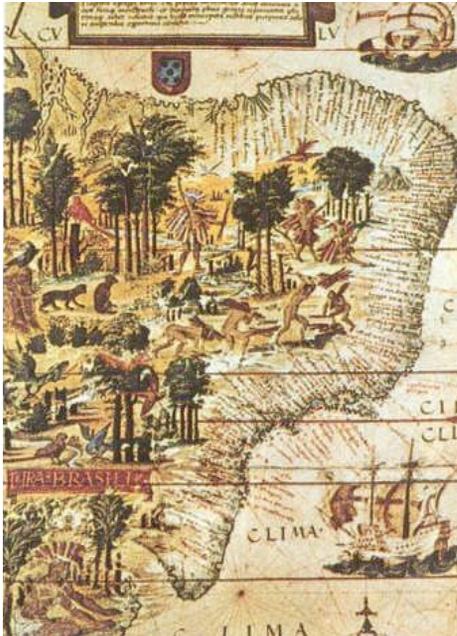
O texto se relaciona à economia colonial. Nesse contexto, o *plantation*, utilizado não só na América Portuguesa, mas também nas outras colônias americanas, foi caracterizado basicamente pelos seguintes elementos:

- A Policultura, importação, latifúndio e colonato.
- B Monocultura, balança comercial, parceria e escambo.
- C Monocultura, latifúndio, exportação e trabalho escravo.
- D Policultura, minifúndio, subsistência e trabalho compulsório

Aqui temos uma visão de época sobre aspectos da vida brasileira nos primeiros séculos de colonização: um trecho da obra *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, uma das primeiras obras históricas brasileiras, escrita no início do século XVII.

### Do modo de guerrear do gentio do Brasil

Este gentio é naturalmente tão belicoso, que todo o seu cuidado é como farão guerra a seus contrários, e sobre isto se ajuntam no terreiro da aldeia com o principal dela, os principais das casas e outros índios discretos, a conselho, onde depois de assentados nas suas redes, que para isto armam em



Terra Brasilis. Essa carta marítima datada de 1519 mostra que os portugueses conheciam uma parte significativa do litoral brasileiro. Repare que eles nomearam as baías, os rios e os portos.

umas estacas, e quieto o rumor dos mais que se ajuntam a ouvir, porque é a gente que em nenhuma coisa tem segredo, propõe o maioral sua prática, a que todos estão mui atentos e, como se acaba, respondem os mais antigos cada um por si, até que vêm a concluir no que hão de fazer, brindando-se entretanto algumas vezes com o fumo da erva-santa, que eles têm por cerimônia grave, e se concluem que a guerra se faça, mandam logo que se faça muita farinha de guerra, e que se apercebam de arcos e frechas, e alguns pavese, ou rodela, e espadas de paus tostados e como todas estas coisas estão prestes, à noite antes da partida anda o principal da aldeia pregando ao redor das casas, declarando-lhes onde vão, e a obrigação que têm de fazerem aquela guerra, exortando-os à vitória, para que fique deles memória, e os vindouros possam contar suas proezas.

O dia seguinte, depois de almoçarem toma cada um suas armas nas mãos, e a rede em que há de dormir às costas, e uma paquevira de farinha, que é um embrulho liado, quanto pode carregar, feito de umas folhas rijas, que nem se rompem, nem a água as passa, e não se curam de mais **vianda**; porque com a frecha a caçam pelo caminho, e nas árvores acham frutas e favos de mel.

Os principais levam consigo suas mulheres, que lhes levam a farinha, e as redes, e eles não levam mais que as

armas; e antes que abalem faz o maioral um capitão da dianteira, que eles têm por grande honra, o qual vai mostrando o lugar onde se hão de alojar, e o caminhar é um após outro, por um carreiro como formigas, nem jamais sabem andar de outra maneira, têm grande conhecimento da terra, e não só o caminho por onde uma vez foram atinam, por mais cerrado que já esteja, mas ainda por onde nunca foram.



Frans Post *Engenho*, século XVII



Benedito Calixto (1853-1927). *Fundação de São Vicente*, 1900. Óleo sobre tela, 385 x 192 cm. Museu Paulista, São Paulo. Brasil.

Tanto que saem fora de seus limites, e entram pela terra dos contrários, levam suas espias adiante, que são mancebos mui ligeiros, e há alguns de tão bom faro, que a meia légua cheiram o fogo, ainda que não apareça o fumo

Chegando duas jornadas da aldeia de seus contrários não fazem fogo, por que não sejam por eles sentidos, e ordenam-se de maneira, que possam entrar de madrugada, e tomá-los descuidados, e despercebidos, e depois entram com grande urro de vozes, e estrondo de buzinas e tambores, que é espanto, não perdoando no primeiro encontro a grandes nem pequenos, a que com suas espadas de pau não quebrem as cabeças, porque não têm por valor o matar, se não quebram as cabeças, ainda que seja dos mortos por outros, e quantas cabeças quebram tantos nomes tomam, largando o que o pai lhes deu no nascimento, que um, e outros são de animais, de plantas, ou do que se lhes antolha, mas o nome que tomaram não o descobrem (ainda que lho roguem) senão com grandes festas de vinho, e cantares, em seu louvor, e eles se fazem riscar e lavar com um dente agudo de um animal, e lançando pó de carvão pelos riscos e lavores ensanguentados, ficam com eles impressos toda a vida, o que têm por grande bizzarria, porque por estes lavores, e pela diferença deles se entende quantas cabeças quebraram



- A deveriam levar ao estabelecimento e ao incremento do comércio, regulando-se em função dos interesses recíprocos entre as colônias.
- B deveriam oferecer às metrópoles melhores condições de comércio que as verificadas entre os países europeus e seus vizinhos.
- C estariam sujeitas ao exclusivo comercial das metrópoles, cujos negócios essas colônias deveriam incrementar
- D foram estabelecidas com finalidades comerciais, pois, inicialmente, não era objetivo das metrópoles fundar um novo império

**4 UEPG 2016** Núcleo central da sociedade colonial brasileira do século XVI, o engenho de açúcar nordestino propiciou a formação de um sistema de relações sociais que acabou sendo esmiuçado por Gilberto Freyre, no clássico *Casa Grande & Senzala*. A respeito da sociedade colonial do século XVI, assinale o que for correto.

- 01 Apesar de centrada nos engenhos, a sociedade açucareira ficou conhecida por seu alto nível de urbanização. Ao redor das estruturas agrárias floresceram inúmeras cidades de grande porte, como Recife e Salvador
- 02 A sociedade açucareira era patriarcal, ficando a maior parte dos poderes concentrados nas mãos dos senhores de engenho.
- 04 O engenho era o centro da produção e também da sociedade açucareira. Sua sede administrativa era a Casa Grande, local onde o senhor do engenho residia com sua família e com seus agregados.
- 08 A mão de obra predominante nos engenhos era composta por escravos africanos que participavam de todas as etapas produtivas. Porém, além deles, haviam também trabalhadores livres e assalariados.
- 16 Além dos senhores e dos escravos, na sociedade açucareira também existiam outros grupos sociais como o dos pequenos lavradores que arrendavam porções de terras dos grandes engenhos e ali plantavam cana-de-açúcar

Soma:

**5 UFU** Com o objetivo de aumentar o poder do Estado diante dos outros Estados, [o Mercantilismo] encorajava a exportação de mercadorias, ao mesmo tempo em que proibia exportações de ouro e prata e de moeda, na crença de que existia uma quantidade fixa de comércio e riqueza no Mundo

Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 35.

O trecho acima refere-se aos princípios básicos da doutrina mercantilista, que caracteriza a política econômica dos Estados modernos dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Com base nessa doutrina, marque a alternativa correta.

- A A doutrina mercantilista pregava que o Estado deveria se concentrar no fortalecimento das atividades produtivas manufatureiras, não se envolvendo em guerras e em disputas territoriais contra outros Estados.

- B Uma das características do mercantilismo é a competição entre os Estados por mercados consumidores, cada qual visando fortalecer as atividades de seus comerciantes, aumentando, conseqüentemente, a arrecadação de impostos.
- C Os teóricos do mercantilismo acreditavam na possibilidade de conquistar mercados por meio da livre concorrência, de modo que era essencial desenvolver produtos competitivos, tanto no que diz respeito ao preço como em relação à qualidade.
- D A conquista de áreas coloniais na América é a base de qualquer política mercantilista. Tanto que o ouro e a prata, de lá provenientes, possibilitaram ao Estado espanhol figurar como o mais poderoso da Europa após a Guerra dos Trinta Anos.

**6 FGV** Nos anos 1526-50, antes do deslanche do tráfico para o Brasil, saía da Guiné-Bissau e da Senegâmbia uma média de mil cativos por ano. Cifra representando 49% dos indivíduos deportados do Continente Negro. Da África Central vinham outros 34%, enquanto 13% eram provenientes do Golfo da Guiné. Versos célebres de Garcia de Rezende retratam o lucro e os fluxos do trato de africanos para Sevilha, Lisboa, Setúbal, Cabo Verde, Madeira, Canárias, São Tomé. E para o Caribe.

Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 48.

O impacto do processo descrito nas sociedades africanas foi a:

- A introdução de práticas econômicas fundamentadas no Liberalismo, desorganizando as antigas sociedades de auxílio mútuo.
- B implantação da escravidão como modo de produção dominante, determinando a extinção da servidão anteriormente existente
- C implantação de redes internas de tráfico, com envolvimento de sociedades locais, que passam a ter nesse negócio uma fonte fundamental de recursos.
- D introdução da escravidão nas sociedades africanas, que até então desconheciam qualquer forma de exploração do trabalho.
- E dissolução do tradicional caráter igualitário predominante nas sociedades africanas, sendo substituído por regimes rigidamente hierarquizados

**7 Unesp** Há uma encruzilhada de três estradas sob a minha cruz de estrelas azuis: três caminhos se cruzam — um branco, um verde e um preto — três hastes da grande cruz/... E o branco que veio do norte, e o verde que veio da terra, e o preto que veio do leste derivam, num novo caminho, completam a cruz/unidos num só, fundidos num vértice.

Guilherme de Almeida. *Raça*.

Nessa visão poética da história do povo brasileiro, o autor:

- A refere-se ao domínio europeu e à condição subalterna dos africanos na formação da nacionalidade.
- B trata dos seus três grupos étnicos, presentes desde a colonização, mesclados numa síntese nacional

- C critica o papel desempenhado pelos jesuítas sobre portugueses, índios e negros na época colonial.
- D expressa ideias e formas estéticas do movimento romântico do século XIX, que enaltecia a cultura negra.
- E elogia o movimento nacionalista que resultou na implantação de regimes políticos autoritários no Brasil.

8 A política mercantilista baseava-se:

- A na valorização da agricultura como única fonte de riqueza.
- B na redução da presença do Estado na vida econômica.
- C na supressão dos monopólios e privilégios tradicionais.
- D na liberdade comercial e no domínio da livre iniciativa.
- E na identificação da riqueza com a posse de metais preciosos.

9 **FGV** E são tão cruéis e bestiais, que assim matam aos que nunca lhes fizeram mal, clérigos, frades, mulheres [ ] Sujeitando se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal-havidos e muitos escrupulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa.

Carta do Padre Manuel da Nóbrega, 1558.

Depois disso com licença do Padre Nóbrega, me fui à outra aldeia de 150 casas e fiz ajuntar os moços e fiz-lhes a doutrina em sua própria língua. Achei alguns aqui mui hábeis e de tal capacidade que bem ensinados e doutrinados podiam fazer muito fruto, para o que temos necessidade de um colégio nesta Bahia para ensinar os filhos dos índios.

Carta do Padre Azpicuelta Navarro, 1551.

Os testemunhos anteriores ilustram algumas das estratégias de padres da Companhia de Jesus, no sentido de promover a colonização das terras do Brasil, em meados do século XVI. Tendo-os como referência:

- a) identifique as ações propostas em cada texto;
- b) explique um efeito dessas ações para as populações ameríndias.

10 **UEG 2016** A partir da chegada dos portugueses, em 1500, teve início o período de colonização do Brasil. Ao longo do século XVI, ocorreu o processo de formação de uma sociedade e de um modelo econômico bastante característicos e que acabou por lançar as bases do que viria ser a realidade socioeconômica brasileira após a independência, em 1822. A respeito do primeiro século colonial, assinale o que for correto.

- 01 A senzala era a principal construção dos engenhos do século XVI. Ela abrigava o proprietário da terra, sua família, seus agregados e empregados mais importantes. Era o centro administrativo e social do latifúndio.
- 02 Um dos principais traços da sociedade colonial do século XVI foi a segregação étnica. Ao contrário da miscigenação que ocorreu a partir do século XIX, nesse primeiro momento praticamente não houve mistura racial entre brancos, negros e índios

- 04 A alta lucratividade propiciada pela comercialização de escravos africanos trazidos para o Brasil potencializou a atividade do tráfico negreiro já no século XVI.
- 08 A mobilidade social era praticamente nula. A posse do latifúndio tornava o seu proprietário detentor absoluto de poder, levando ao clientelismo e a hierarquização acentuada da sociedade.
- 16 Do ponto de vista religioso, apesar do predomínio católico, a sociedade colonial do século XVI foi marcada pela forte presença de grupos ligados às religiões protestantes como o calvinismo e o luteranismo.

Soma:

11 **UFRJ** Em meados do século XVI, mais da metade das receitas ultramarinas da Monarquia portuguesa vinham do Estado da Índia. Cem anos depois, esse cenário mudava por completo. Em 1656, em uma consulta ao Conselho da Fazenda da Coroa, lia-se a seguinte passagem:

A Índia estava reduzida a seis praças sem proveito religioso ou econômico. [...] O Brasil era a principal substância da coroa e Angola, os nervos das fábricas brasileiras.

Antônio M. Hespanha (coord). *História de Portugal – O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, s/d. (Adapt.).

Identifique duas mudanças nas bases econômicas do império luso, ocorridas após as transformações assinaladas no documento.

12 **Uerj** Devemos sempre ter o cuidado de não comprar mais aos estrangeiros do que lhe vendemos.

Thomas Smith, 1549 apud F. Braudel *Os jogos das trocas* Lisboa: Cosmos, 1985.

A afirmativa acima evidencia uma das principais características das práticas econômicas mercantilistas dos Estados absolutistas entre os séculos XV e XVIII.

- a) Explique o significado de riqueza nacional na época do Mercantilismo
- b) Justifique por que a ideia de balança de comércio favorável foi um fator que contribuiu para a colonização da América.

13 **Fatec** O engenho foi um marco dentro do Brasil colonial. Podemos dizer que ele era o símbolo:

- A do poderio dos senhores de terras e erguia-se como modelo de organização da colônia.
- B da resistência negra, pois lá os negros se organizavam e realizavam seus constantes levantamentos contra os brancos.
- C da luta contra a Monarquia, uma vez que os senhores de terras desejavam o livre comércio, proibido pelos imperadores.
- D do movimento republicano, já que os senhores há muito tempo buscavam liberdades, como o fim da escravidão e da Monarquia.
- E do capitalismo colonial, uma vez que valorizava a mão de obra assalariada, captada da corrente imigratória do século XIX

**14 Fuvest** No Brasil, os escravos:

- 1 trabalhavam tanto no campo quanto na cidade, em atividades econômicas variadas
- 2 sofriam castigos físicos, em praça pública, determinados por seus senhores
- 3 resistiam de diversas formas, seja praticando o suicídio, seja organizando rebeliões.
- 4 tinham a mesma cultura e religião, já que eram todos provenientes de Angola.
- 5 estavam proibidos pela legislação de efetuar pagamento por sua alforria.

Das afirmações apresentadas, são verdadeiras apenas:

- |             |             |
|-------------|-------------|
| A 1, 2 e 4  | D 1, 2 e 3. |
| B 3, 4 e 5  | E 2, 3 e 5  |
| C 1, 3 e 5. |             |

**15 Uece** Logo que missionários e cronistas pisaram com suas sandálias às margens do Novo Mundo, o fervor religioso típico da época combinou-se com a beleza estonteante da natureza tropical. Sem perderem tempo, reconheceram em seus relatos que as qualidades daquela terra estavam próximas das do Paraíso: terreno fértil, chuvas regulares, flores exuberantes, animais graciosos, boas águas e nativos dóceis ao trabalho evangelizador.

Luciano Figueiredo. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 7.

Tomando por base o texto acima, marque a opção que revela possíveis razões para as insatisfações que se sucederam na relação colônia metrópole

- A As relações mercantis desenvolvidas entre comerciantes reinóis e nativos que findavam por privilegiar os habitantes da nova terra.
- B Nos primórdios da colonização, os produtos agrícolas cultivados pelos nativos em grande escala foram, em grande parte, o motivo da eclosão dos primeiros conflitos.
- C O idílio e harmonia mencionados se dissipariam à medida que Portugal instituía novos poderes e a colonização avançava com a intensificação da busca de almas para a conversão e de braços para as lavouras
- D No período sugerido, eram numerosos os protestos realizados pelos nativos que em conjunto com colonos armados invadiam as propriedades rurais e espaços da administração metropolitana.

**16 Uece** Em 1590, a colônia brasileira já contava com 150 engenhos espalhados pelas capitânicas de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. As duas primeiras, no entanto, correspondiam a 80% do total.

Adriana Lopez. "Açúcar: esse doce objeto de desejo." In: *Revista História Viva: Temas brasileiros*. São Paulo: Duetto Editorial, 2007. p. 20 3

Entre os incentivos fiscais e privilégios oferecidos pela Coroa aos produtores de cana, podemos, corretamente, citar:

- A isenção de impostos para engenhos recém construídos e benefícios tributários sobre o açúcar
- B isenção de impostos vitalícios, ou seja, enquanto o proprietário fosse vivo não pagaria nenhum tipo de imposto
- C redução de pagamento de taxas na importação de mão de obra africana apenas para as capitânicas do Nordeste, em virtude de sua alta produtividade.
- D mão de obra para os engenhos recém-construídos e situados em Manaus e Belém, providenciada gratuitamente pela Coroa portuguesa.

**17 UFG** Leia o "Sermão da Sexagésima", do Padre Vieira

Para uma alma se converter por meio de um sermão, há de haver três concursos: há de concorrer o pregador com a doutrina, persuadindo; há de concorrer o ouvinte com o entendimento, percebendo; há de concorrer Deus com a graça, alumando. Que coisa é a conversão de uma alma, senão entrar um homem dentro em si e ver-se a si mesmo.

Eugênio Gomes (org.) *Pe. Vieira: Sermões*. Rio de Janeiro: Agir, 1992. p. 120. (Adapt.).

O jesuíta Antônio Vieira fez sua carreira eclesiástica na Bahia. Esse sermão foi proferido em Lisboa no ano de 1655. Considerando os conflitos vividos na colônia, o debate sobre a conversão se vinculava à:

- A capacidade do ouvinte para interpretar livremente as escrituras e, por meio do entendimento, concorrer à conversão de sua alma.
- B defesa da cristianização do gentio, persuadindo o colono de que a prática da escravidão indígena deveria ser evitada
- C garantia da liberdade indígena, pois convertidos ao cristianismo seriam reconhecidos como portadores de direitos.
- D supremacia da autoridade da Igreja perante o Estado na condução dos negócios na colônia, definindo a primazia da ordem jesuítica.
- E condenação a todas as formas de escravidão no mundo colonial, por meio da formação de uma consciência de si.

**18 UEPG 2018** Diferente da versão romantizada que mostra uma chegada pacífica dos europeus ao Brasil no século XVI, a colonização portuguesa se deu a partir do uso sistemático da violência e do extermínio dos habitantes originais da terra (os indígenas). A exploração e o povoamento da colônia só foram possíveis após a sobreposição bélica dos europeus sobre os nativos. A respeito da colonização brasileira no século XVI, assinale o que for correto.

- 01 No século XVI, as mulheres tiveram destacada atuação na vida social e política colonial. Não são raros os casos de mulheres que administraram engenhos de açúcar e ocuparam cargos nas câmaras coloniais. Esse quadro muda gradualmente nos dois últimos séculos coloniais.
- 02 É possível afirmar que a ocupação efetiva da colônia pelos portugueses se deu a partir de 1530. Antes disso, ocorreram algumas expedições, nomeiam-se algumas localidades litorâneas e se constroem poucas feitorias. Somente com a produção do açúcar no litoral nordestino é que, de fato, os portugueses trazem contingentes humanos e montam uma estrutura produtiva na colônia.
- 04 Martin Afonso de Souza fundou as vilas de Piratininga e São Vicente (ambas no litoral de São Paulo) e ali desenvolveu o plantio de cana-de-açúcar, cultura com a qual os portugueses tomaram contato durante as Cruzadas medievais.
- 08 A atividade açucareira no século XVI teve seu auge no litoral nordestino. Naquela região, os engenhos reais contavam com centenas de escravos (predominantemente africanos) produziam em larga escala, uma vez que o principal objetivo era abastecer os mercados europeus.
- 16 Na medida em que já existiam habitantes no território brasileiro antes da chegada dos europeus é, no mínimo, questionável, o uso do termo “descobrimento do Brasil” pelos portugueses. O que houve, de fato, foi um processo de dominação dos europeus sobre os nativos americanos.

Soma:

**19 UFSC**

### Maria Diamba

Para não apanhar mais  
Falou que sabia fazer bolos  
Virou cozinha.  
Foi outras coisas para que tinha jeito.  
Não falou mais.  
Viram que sabia fazer tudo,  
Até mulecas para a Casa-Grande.  
Depois falou só,  
Só diante da ventania  
Que ainda vem do Sudão;  
Falou que queria fugir  
Dos senhores e das judiarias deste mundo  
Para o sumidouro.

Jorge de Lima “Poemas Negros” *In: Os melhores poemas*  
São Paulo: Global, 1994. p. 60.

Sobre a escravidão no Brasil, é correto afirmar que:

- 01 a escravidão de africanos destinou-se a fornecer mão de obra para a indústria, em crescente expansão no Brasil do século XVII.
- 02 o mercado de escravos provocou a desagregação social dos grupos de africanos que foram transportados para o Brasil.
- 04 algumas tribos africanas exerciam papel ativo no tráfico, facilitando o comércio de escravos pelos europeus e trocando prisioneiros de nações rivais por mercadorias.
- 08 os quilombos, como Palmares, foram locais de refúgio e socialização dos escravos que conseguiam escapar de seu cativeiro.
- 16 a Igreja no século XVII e, posteriormente, a Medicina no século XIX exerceram importante papel no rompimento com o preconceito racial do qual os afrodescendentes foram alvo no Brasil.
- 32 no Brasil Colônia imperava o patriarcalismo, definido como a autoridade exercida pelas mulheres sobre os homens naquela sociedade.
- 64 a exploração do escravo em atividades manuais fez com que estas fossem consideradas impróprias para um homem livre, preconceito que perdurou durante muito tempo no Brasil.

Soma:

**20 UFSM** Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira [...]. É absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua [...], mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. [...]Não era o negro [...] o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores. Não era a “raça inferior” a fonte de corrupção, mas o abuso de uma raça por outra

Gilberto Freyre. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001. pp. 372 e 375.

Considerando-se o texto, é correto afirmar que a degradação moral da sociedade açucareira do Nordeste brasileiro tinha como eixo:

- A a estrutura frágil da Igreja colonial e seu reduzido trabalho na disseminação dos valores cristãos.
- B as relações de poder entre a metrópole e a colônia, desfavoráveis a essa última quanto aos preços dos seus produtos
- C a complexa formação étnica da sociedade açucareira, misturando raças em detrimento dos costumes portugueses
- D a natural corrupção do ser humano, que jamais encontra limites, seja na Igreja ou na polícia, para a expressão dos instintos.
- E as relações sociais de produção do engenho açucareiro, base da ordem social colonial.

**21 UFU** Por volta da década de 1570, começou-se a substituir a mão de obra escrava indígena pela mão de obra escrava africana nos engenhos e plantações de cana-de-açúcar no Brasil. Aproximadamente em 1585, cerca de 75% da população escrava africana do Brasil vivia na Capitania de Pernambuco, onde o número de engenhos contabilizava mais da metade do total dos engenhos da colônia. A Capitania de São Vicente, por sua vez, em 1585, quase não possuía habitantes de origem africana e o número de engenhos não passava de 3% do total da Colônia, situação bem diferente da do ano de 1549, quando cerca de 30% dos engenhos de açúcar localizavam-se naquela capitania.

Jorge Couto. *A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Cosmos, 1995. (Adapt.).

A respeito da introdução da escravidão africana no Brasil e com base nas informações do texto, assinale a alternativa incorreta.

- A A mão de obra africana foi incentivada em um momento em que se intensificavam as rebeliões, fugas e ataques indígenas contra engenhos e povoações portuguesas no litoral brasileiro.
- B A adoção da mão de obra africana foi um fator decisivo para o desenvolvimento das economias das capitanias do norte da colônia e colaborou para a diminuição da importância econômica das capitanias do sul em relação às do norte
- C A adoção da mão de obra africana teve sucesso, pois atendia às necessidades lusas de imposição de um controle social mais eficaz e de fomento de uma nova atividade comercial lucrativa: o tráfico negreiro.
- D A mão de obra indígena, por conta do adiestramento praticado pelos jesuítas e de sua passividade em relação à escravidão, era mais produtiva que a africana. Porém, foi substituída por essa em função da lucratividade do tráfico negreiro.

**22 Unifesp** [...] todos os gêneros produzidos junto ao mar podiam conduzir-se para a Europa facilmente e os do sertão, pelo contrário, nunca chegariam a portos onde os embarcassem, ou, se chegassem, seria com despesas tais que aos lavradores não faria conta largá-los pelo preço por que se vendessem os da Marinha. Estes foram os motivos de antepor a povoação da costa à do sertão

Frei Gaspar da Madre de Deus, 1797.

O texto mostra:

- A o desconhecimento dos colonos sobre as desvantagens de se ocupar o interior
- B o caráter litorâneo da colonização portuguesa da América.
- C o que àquela altura ainda poucos sabiam sobre as desvantagens do sertão.
- D o contraste entre o povoamento do Nordeste e o do Sudeste.
- E o estranhamento do autor sobre o que se passava na região das Minas.

**23 Unifesp** Não é minha intenção que não haja escravos... nós só queremos os lícitos, e defendemos (proibimos) os ilícitos.

Essa posição do jesuíta Antônio Vieira, na segunda metade do século XVII:

- A aceita a escravidão negra mas condena a indígena.
- B admite a escravidão apenas em caso de guerra justa.
- C apoia a proibição da escravidão aos que se convertem ao cristianismo.
- D restringe a escravidão ao trabalho estritamente necessário.
- E conserva o mesmo ponto de vista tradicional sobre a escravidão em geral

- 24 Fuvest** A atividade extrativista desenvolvida na Amazônia, durante o período colonial, foi importante, porque:
- A garantiu a ocupação da região e aproveitou a mão de obra indígena local.
  - B reproduziu, na região, a estrutura da grande propriedade monocultora
  - C gerou riquezas e permitiu a abertura de estradas na região.
  - D permitiu a integração do norte do Brasil ao contexto andino.
  - E inviabilizou as aspirações holandesas de ocupação da floresta.
- 25 PUC-Rio** Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor para que não se descuidem. E isto serve para que não padeçam fome, nem cerquem cada dia a casa de seu senhor pedindo-lhes a ração de farinha. Porém, não lhes dar farinha nem dia para a plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia e de noite com pouco descanso no engenho, como se admitirá no Tribunal de Deus sem castigo?

A. J. Antonil *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 1711

A partir da citação e de seus conhecimentos sobre a sociedade colonial da América portuguesa, examine as afirmativas a seguir.

- I. Na sociedade colonial, o prestígio social residia em ser senhor de terras e de homens, e a possibilidade de riqueza vinha da atividade comercial.
- II. Os senhores de engenho permitiam que alguns de seus escravos possuíssem uma lavoura de subsistência, inclusive com direito à venda de excedentes.
- III. Apesar da violência que marcava o cotidiano dos engenhos, os escravos conseguiram, em certa medida, criar e recriar laços culturais próprios, vários deles herdados de suas raízes africanas.
- IV. Diante do risco de punições pelos senhores – surras, aprisionamento com correntes de ferro, aumento do trabalho etc. – as tentativas de fugas escravas diminuiram ao longo do período Colonial.

Assinale a alternativa correta.

- A Somente as afirmativas I e II estão corretas.
  - B Somente as afirmativas I e III estão corretas.
  - C Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
  - D Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
  - E Todas as afirmativas estão corretas.
- 26 UFC** Analise os textos a seguir, sobre o Brasil colonial.

### Texto 1

Essa região representou o primeiro centro de colonização e urbanização do Brasil e concentrou, até meados do século XVIII, as atividades econômicas e a vida social mais significativas da colônia.

### Texto 2

Até o século XVIII, ela foi uma área periférica, menos urbanizada e quase sem vinculação direta com a economia exportadora da colônia.

As regiões referidas nos textos 1 e 2, respectivamente, hoje são conhecidas como:

- A Sul e Norte
  - B Centro-Oeste e Sul.
  - C Nordeste e Sudeste.
  - D Sudeste e Nordeste.
  - E Norte e Centro-Oeste.
- 27 PUC-PR** Considerando a economia colonial e imperial no Brasil, a mão de obra escrava negra esteve menos presente nos trabalhos:
- A das atividades dos cafezais fluminenses (Rio de Janeiro).
  - B do ciclo do ouro ou da mineração.
  - C do ciclo do gado ou pecuária nordestina.
  - D do ciclo do açúcar ou açucareiro.
  - E do pequeno ciclo dos diamantes, paralelo ao ciclo da mineração

**28 UFPR** Sobre a pecuária na vida brasileira durante o período colonial, é correto afirmar que:

- 01 no século XVIII, a pecuária no sul do Brasil não teve qualquer relação com o surto minerador das Minas Gerais.
- 02 a atividade pecuária foi muito importante para a expansão do território brasileiro.
- 04 era realizada desde o século XVI na costa nordestina, coexistindo lado a lado com a produção açucareira.
- 08 graças à pecuária, a existência de carne e leite no sertão nordestino amenizava a dura vida dos sertanejos, e o couro lhes era matéria-prima fundamental.
- 16 cidades como Feira de Santana, na Bahia, e Sorocaba, em São Paulo, eram importantes centros de comercialização de gado.
- 32 no Rio Grande do Sul, o charque tornou-se grande fonte de renda.

Soma:

**29 UFPR** Moradores dos “sertões”, instalados além das cidades coloniais, transformaram tais espaços físicos em espaços humanos. [...] A presença desses nossos antepassados é de fundamental importância para entendermos por que, no Brasil colônia, houve mais do que a pura e simples *plantation* de cana. A “visão plantacionista”, que considera todas as atividades não voltadas para a exportação como irrelevantes, embaçou durante muito tempo a contribuição que milhares de agricultores – responsáveis pela agricultura de subsistência ou pelo abastecimento do mercado interno – deram à história de nosso mundo rural.

Mary Del Priore e Renato Venâncio. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 47-8

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a organização social do Brasil no período colonial, é correto afirmar que:

- A os autores do texto destacam um elemento característico da vida social durante a colônia: a inexistência de núcleos econômicos situados além das cidades coloniais.
- B confirma-se no texto a exclusividade da lavoura exportadora como atividade responsável pela ocupação dos espaços agrícolas nacionais.
- C no Brasil colônia, uma característica fundamental da agricultura de alimentos foi a variedade de técnicas e de ferramentas utilizadas para o manejo das terras.
- D a atividade agrícola dos moradores dos “sertões” era essencial para a produção e o mercado colonial de gêneros alimentícios.
- E a imensa disponibilidade de terras não cultivadas contribuiu para uma ocupação intensiva do solo, o que evitou a dispersão demográfica pelo território nacional.

A terra do Brazil he a que parte a linha vermelha desta do peru a qual linha he a de marcamam que os reys de Castella ou Catholicos dom Fernão e dona Izabel e Elrey dom João o 2.<sup>o</sup> de Portugal fizeram no descobrimento geral as Capitania que vaõ repartidas per linhas vermelhas São Mercey que os Reys de Portugal dom Manuel e dom Joam seu filho o terceiro de seu nome fizeram a homes que muy bem os serviram no descobrimento e conquista das Indias orientaes. Aque dize de Sua Magestade soy de Fr.<sup>o</sup> Pereira reymão q morreu ficando sem erdi ficou a Coroa, nesta esta abahia de todos santos e Cidade do Salvador onde assiste o Governador e Bispo todas as mais san Villas excepto a cidade de São Sebastião no Rio de Janeiro capitania de Pero de Goes a qual Cidade soy tomada aos franceses pello Governador M.<sup>o</sup> de Saa as melhores e mais ricas destas Capitania São de Sua Magestade e a de Jorge dalbuquerque estas san as quemais ygenios tem de augar calli tem mais trale de mercaderes tem cada huã destas capitania pella costa do mar 50 legoas e spera e Sertão tanto ate chegar a linha da demarcacão comõna repartição dellas seve he pouada esta terra do Brazil toda de portuguezes quãto dizem as Capitania e somente ha costa do mar equãdo muito 15 20 legoas pello Sertão hemuy pouada do gentio da terra tem muytas malimentos em partes della ha Ouro alli de Minas como de la uagãe

TROPICO DE CAPRICORNIO

L I N H A D A D E M A R C A C A M -

Capitania de João de Barros

Capitania de Francisco barreto.

Capitania de Jorge dalbuquerque

DE SUA MAGESTADE.

Capitania de Francisco giraldes.

Capitania do Duque daueiro.

Capitania de Vasco frz Coutinho

Capitania de Pero de goes

Capitania de João de Sousa

Capitania de Sete correntes

Capitania de Rio da prata

Capitania de Rio da prata

Capitania de Rio da prata

Mapa de Luís Teixeira, c. 1574, mostrando as capitãncias hereditárias da América portuguesa. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

FRENTE 1

CAPÍTULO

3

## Aspectos políticos da colonização

Neste capítulo, vamos estudar as formas políticas que marcaram a colonização do Brasil até meados do século XVII (final da União Ibérica), bem como a presença de atacantes e invasores na América portuguesa e os efeitos dessas invasões para a economia e a sociedade coloniais. Também abordaremos o processo de expansão territorial brasileira, tanto os mecanismos que levaram a uma penetração maior em direção ao interior, com o alargamento do território, quanto os tratados que oficializaram essa expansão, dando ao Brasil praticamente sua configuração territorial atual

Em relação a esse período, é particularmente importante conhecer os mecanismos criados por Portugal para a colonização e como esses mecanismos representam os interesses da metrópole. Desse modo, é possível entender o papel das Câmaras Municipais como único órgão voltado à defesa dos interesses dos colonos

## A administração colonial portuguesa

### As capitanias hereditárias

Vimos que a Coroa portuguesa não dispunha de recursos próprios para iniciar a colonização da América. Uma das saídas encontradas para esse problema foi a de repassar a iniciativa a particulares, por meio da concessão das **capitanias**. As capitanias constituíam-se em faixas de terra de largura variável, do litoral até o Meridiano de Tordesilhas. Por esse sistema, o **capitão donatário** era responsável pelo investimento inicial e pelo controle da produção em suas terras. Do ponto de vista administrativo, as capitanias funcionavam como unidades autônomas, comunicando-se diretamente com a metrópole.

Dois documentos norteavam a instituição. O primeiro deles era a **carta de doação**, por meio da qual a Coroa cedia o uso das terras ao donatário. O segundo era o **foral**, que estabelecia direitos, privilégios e encargos do donatário, entre os quais podemos incluir o direito de conceder **sesmarias** (extensões de terra cedidas pelo donatário, que deram origem aos latifúndios coloniais), a garantia à sucessão hereditária, o pagamento à Coroa de um quinto do lucro com madeira, metais e especiarias, a fundação de vilas e o exercício da justiça civil.

Embora com sucessos isolados (São Vicente, em um primeiro momento, e depois Pernambuco), o sistema de capitanias resultou em fracasso. As causas disso ligam-se fundamentalmente à ausência de recursos, mas também podem ser explicadas pela **dispersão** gerada pelo sistema. Em decorrência do insucesso, a Coroa buscou criar um mecanismo que centralizasse a administração, mas sem extinguir as capitanias. É por isso que, em 1548, foi criado o **Governo-geral**.

### Capitanias hereditárias – século XVI



## Os governos-gerais

O **Regimento do Governo-geral**, de 1548, transferia ao governador-geral parte das atribuições que até ali cabiam aos donatários. Ele seria o responsável pela justiça, pela arrecadação de impostos, pela defesa e concessão de sesmarias, entre outros. Na prática, o governador-geral seria uma extensão do poder da Coroa sobre a Colônia.

Três elementos completavam, ao lado do governador-geral, essa iniciativa centralizadora da Coroa. São eles: o **provedor-mor** (encarregado das finanças e da arrecadação de impostos), o **ouvidor-mor** (encarregado da justiça) e o **capitão-mor** (encarregado da defesa).

O primeiro governador-geral foi **Tomé de Souza**, que esteve no poder de 1549 a 1553. Seu governo foi marcado pela fundação de Salvador (primeira capital do Brasil), pela vinda dos primeiros jesuítas e pelo início da pecuária.

**Duarte da Costa** governou de 1553 a 1558. O fato mais marcante desse período foi a invasão francesa no Rio de Janeiro. Nesse episódio, que será visto mais adiante, os franceses contaram com o apoio de parcelas significativas das populações indígenas, as quais se voltaram contra a presença portuguesa.

Foi somente no terceiro governo, o de **Mem de Sá**, de 1558 a 1572, que teve início uma recuperação administrativa portuguesa, com a vitória sobre os franceses e o estabelecimento da paz entre os jesuítas, os colonos e o próprio Governo geral.

Com a morte de Mem de Sá, a Coroa portuguesa optou por dividir o território brasileiro. Essa divisão, feita em 1572, criou a Repartição do Norte, com capital em Salvador, e a Repartição do Sul, com capital no Rio de Janeiro, e durou até a União Ibérica, em 1580. Mais tarde, uma nova divisão foi tentada, criando-se o **Estado do Brasil** (com capital em Salvador) e o **Estado do Maranhão**, depois chamado de Estado do Grão-Pará e Maranhão (cuja capital primeiro foi São Luís, mas mudou-se, passado alguns anos, para Belém). A reunificação administrativa definitiva só foi feita na segunda metade do século XVIII, nos quadros da centralização empreendida pelo Marquês de Pombal.



Fig. 1 Terra Brasilis, Lopo Homem, 1519.

**Dispensão:** o conceito, no contexto trabalhado, é essencialmente político. Refere-se à total ausência de centralização política, dado que cada donatário era diretamente responsável perante o rei, sem qualquer órgão local que centralizasse as capitanias.

## A União Ibérica

Durante 60 anos, precisamente entre 1580 e 1640, Portugal esteve sob domínio da Espanha, o que ficou conhecido usualmente como **União Ibérica** ou, na sua denominação oficial, União das Coroa Peninsulares. Antes de se analisarem as características e os efeitos desse domínio espanhol, é interessante uma rápida descrição acerca dos acontecimentos que levaram a ele

Em 1578, na luta contra os árabes na batalha de Alcácer Quibir, morreu o rei de Portugal, D. Sebastião. Sem filhos, o trono passou para as mãos de seu tio, o velho cardeal D. Henrique, o qual morreu dois anos depois, igualmente sem herdeiros diretos. Extinguia-se, assim, a Dinastia de Avis, abrindo uma crise sucessória em Portugal.

Filipe II, rei da Espanha, contava com o apoio do papa e de significativos setores da nobreza portuguesa à sua pretensão ao trono, e foi o escolhido. Estabeleceu-se, assim, o período de domínio espanhol que traria decorrências terríveis para a história portuguesa posterior.



Ticiano/Wikipedia

**Fig. 2** Ticiano. *Filipe II*, 1551. Óleo sobre tela. Museu do Prado, Espanha.

Pelo **Juramento de Tomar**, de 1581, Filipe II comprometia-se a não tratar Portugal como país conquistado, mas como parte integrante da Coroa espanhola. Se por um lado o juramento significava para setores da nobreza e da burguesia portuguesas a possibilidade de ter participação nas imensas riquezas auferidas pela Espanha no seu Império Colonial, por outro lado colocava Portugal na situação de parte integrante dos conflitos nos quais a Monarquia Espanhola estava envolvida na Europa. Ao contrário de Portugal, governado até então pela Dinastia de Avis, uma casa real exclusivamente portuguesa e sem vínculos ou interesses nos demais países europeus, a Monarquia Espanhola era dominada pela família Habsburgo, a mais importante casa real da Europa e, por isso, via-se envolvida em constantes conflitos com países europeus, os quais, com a União Ibérica, englobaram

também Portugal. Desse modo, portanto, explicam-se os ataques ingleses de 1583, com Edward Fenton; de 1587, com Robert Withrington; e, principalmente, o de 1591, em Santos, com Thomas Cavendish, este uma clara represália inglesa ao governo espanhol. Da mesma forma, é só nesse contexto que poderemos compreender as invasões holandesas ao Brasil, em 1624 e 1630, que também ocorrem em função de conflitos determinados pela política espanhola.

No período da União Ibérica, percebe-se uma série de consequências diretas sobre a Colônia, devido à dominação espanhola. Uma dessas principais características foi a interiorização da colonização, até mesmo em função de não mais existir uma divisória entre o domínio colonial espanhol e o português.

## A formação do poder local: as Câmaras Municipais

Os órgãos que vimos até aqui estavam ligados à administração colonial, mas eram dirigidos e monopolizados pelos interesses metropolitanos. Entretanto, a legislação portuguesa criava uma brecha para os interesses locais se expressarem, embora timidamente. Trata-se das **Câmaras Municipais**.

Essas Câmaras estavam previstas na legislação portuguesa como órgãos de poder local. Juntamente com a primeira vila fundada no Brasil, São Vicente, foi fundada a primeira Câmara Municipal, encarregada da administração dos assuntos internos do município. No entanto, em um panorama determinado pela exclusão dos colonos de qualquer decisão maior de nível administrativo, as Câmaras acabaram constituindo-se no único canal pelo qual eles podiam lutar por seus interesses; além disso, eram instrumentos de defesa dos interesses locais que lutavam por mais autonomia diante da tendência centralizadora e opressiva da metrópole em relação à Colônia.

Quanto à composição, as Câmaras Municipais eram formadas por um **juiz e edis** (vereadores), escolhidos entre os chamados **homens bons** (proprietários de terras, brancos e cristãos) do município.

Embora as Câmaras tivessem funções e poder limitados, as tentativas da metrópole no sentido de reduzir a autonomia das colônias passaram sempre pela redução do poder desses órgãos. É emblemática, nesse sentido, a criação, no século XVII, dos “**juizes de fora**”, nomeados diretamente pela Coroa para controlar a vida interna das Câmaras.

## A expansão territorial

O primeiro instrumento a definir os limites territoriais dos domínios portugueses na América foi o Tratado de Tordesilhas, de 1494, que estabelecia um meridiano imaginário a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Aplicando esse meridiano ao Brasil atual, teríamos uma faixa que se estenderia, aproximadamente, de Belém do Pará até Laguna, em Santa Catarina. As terras brasileiras compreenderiam, neste caso, a cerca de um terço da dimensão atual

Esse limite foi ultrapassado pela colonização por meio de um vasto processo expansionista, motivado por uma série de fatores. Em primeiro lugar, a presença ibérica na América do Sul deu-se basicamente pela ocupação da faixa atlântica pelos portugueses e da costa do Pacífico pelos espanhóis. Tal fato, por si só, já representa uma vantagem expansionista para Portugal. Não havia para os portugueses maiores obstáculos topográficos na penetração ao interior, ao contrário para os espanhóis, que tinham nos Andes uma barreira considerável. Em segundo lugar, a maior concentração de riquezas na América espanhola, os minérios do Chile, Peru e Bolívia, estava numa faixa muito próxima ao Pacífico, o que não motivava penetrações para o interior.

Assim, o interior da América do Sul constituiu-se, no primeiro momento, em um território vazio, o qual apenas os portugueses tiveram possibilidade e, com a decadência de da economia litorânea, necessidade de ocupar.

Além disso, o período da União Ibérica, como vimos, constituiu-se em um agente impulsionador da superação do limite de Tordesilhas pelo simples fato de que, durante o período de 1580 a 1640, a separação entre os domínios coloniais ibéricos tornou-se inexistente.

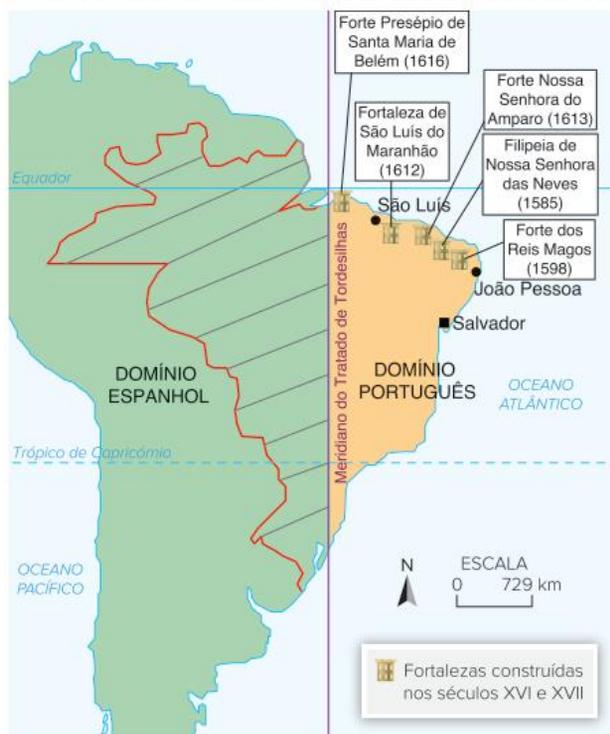
## A ocupação do Nordeste e do Norte

Três foram os elementos responsáveis pela ocupação do litoral setentrional brasileiro, bem como da interiorização dessa região do território colonial. Em primeiro lugar, como já foi mencionado, temos a **pecuária** voltada a abastecer a lavoura canieira no litoral, a qual se estendeu pela faixa do sertão e atingiu as regiões interioranas do Ceará e do Maranhão.

Outro fator de ocupação do Norte foi a busca das chamadas **drogas do sertão**, motivando constantes incursões em direção à região amazônica.

Mas, do ponto de vista da ocupação oficial pelo governo português, a razão mais importante foi a **necessidade de defesa**, em função dos seguidos ataques e tentativas de invasão no norte do país, notadamente pelos franceses, principalmente durante o período da União Ibérica. Entre as fortificações criadas nesse período, podemos citar a Filipeia de Nossa Senhora das Neves, em 1585, a qual deu origem à atual cidade de João Pessoa; o Forte dos Reis Magos, em 1598, originando a cidade de Natal; a fortaleza de São Luís, fundada pelos franceses em 1612 e tomada pelos portugueses em 1615; o Forte de Nossa Senhora do Amparo, em 1613, constituindo-se na origem da cidade de Fortaleza; e o Forte Presépio de Nossa Senhora do Belém, em 1616, no Pará, com o objetivo de conter o contrabando que se infiltrava pela foz do Amazonas.

## Fortificações do litoral norte – séculos XVI e XVII



## A expansão paulista: o bandeirismo

O bandeirismo constitui-se no principal agente de expansão territorial e de interiorização da colonização durante os dois primeiros séculos após o descobrimento. Chamamos **bandeiras** às expedições de caráter particular, embora muitas vezes com o apoio oficial, que se dirigiram ao interior em busca de metais preciosos e de indígenas para apresamento; em combate a escravizados revoltados ou nativos hostis e para abastecimento de núcleos remotos de povoamento.

As bandeiras foram um fenômeno essencialmente paulista. Para entendermos tal fato, devemos lembrar que São Paulo, mais precisamente a região de São Vicente, foi o primeiro núcleo efetivo de colonização. A partir da ocupação do litoral, houve todo um processo de infiltração em direção ao planalto, dando origem à fundação de São Paulo, em 1554. Assim, quando o centro produtor açucareiro desloca-se para o Nordeste, a região de São Vicente entra em colapso econômico, que atinge toda a população já significativamente grande. A esse fato, somam-se as próprias condições topográficas da cidade de São Paulo. Isolada do litoral pela Serra do Mar, a população paulista teria como uma opção de busca de atividade econômica a entrada pelo lado oeste, facilitada pela existência do rio Tietê, o qual avançava, como via fluvial, em direção às terras mais centrais do continente.

Lembramos que o Meridiano de Tordesilhas estendia-se por uma faixa muito próxima à vila de São Paulo de Piratininga. Assim, qualquer incursão partindo dela para oeste necessariamente atingiria terras oficialmente da Espanha.



**Fig 3** Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp von Martius. Detalhe de ilustração do século XIX mostrando parte da fortaleza de Nossa Senhora do Belém.

A primeira forma de riqueza buscada pelos bandeirantes foi o **apresamento de indígenas para escravização**. Essa prática, largamente empregada, foi bastante acentuada durante o período do domínio holandês no Nordeste. Isso se deve ao fato de os holandeses terem também se apoderado dos principais entrepostos fornecedores de escravizados negros na África. Com isso, o abastecimento para o Brasil desorganizou-se totalmente, já que somente o Nordeste, holandês, tinha acesso ao escravizado africano. Todas as demais atividades tiveram de utilizar mão de obra indígena, incentivando o bandeirismo de apresamento desde as primeiras décadas do século XVII.

É interessante notar que a atividade das bandeiras teve como alvo principal as **reduções jesuíticas**, em que havia grande contingente de indígenas, já habituados ao trabalho agrícola e cristianizados. Várias reduções (também chamadas de missões) foram sumariamente destruídas durante este período, em alguns casos com a conivência das autoridades que faziam vista grossa em troca do fornecimento de mão de obra para seus engenhos.

### As principais bandeiras – século XVII



A reconquista portuguesa de Angola, em 1648, normalizou o tráfico de escravizados para o restante do Brasil. Assim, a atividade de apresamento de indígenas sofreu um rude golpe, maior ainda pelo declínio econômico generalizado que se verificou na Colônia depois da expulsão dos holandeses. São essas novas condições desfavoráveis que levaram à maior busca de outras fontes de riqueza, incentivando a **busca de metais preciosos**. Essa prática estava longe de se constituir em algo novo (não nos esqueçamos de que um dos principais motivadores da Expansão Marítima foi a necessidade de obtenção de metais), e as autoridades portuguesas jamais haviam perdido a esperança de encontrar ouro no território brasileiro.

A decadência econômica e a busca por riquezas, contudo, fizeram com que esta prática fosse acentuada, motivando não apenas a organização de **entradas**

(expedições de caráter oficial, organizadas pelo próprio governo português) como também a intensificação da atividade bandeirante na busca por metais preciosos. É desse período a atividade de personagens famosos como **Fernão Dias Paes** e **Borba Gato**, entre outros

Não é um acaso que tenha sido um bandeirante paulista, **Antonio Rodrigues Arzão**, quem descobriu primeiro as jazidas auríferas na região das Minas Gerais, em 1693. Da mesma forma, coube a outro bandeirante, **Pascoal Moreira Cabral**, a descoberta, em 1718, de ouro na região que daria origem a Cuiabá; a **Bartolomeu Bueno da Silva**, deveu-se a descoberta de ouro na região de Goiás, em 1722; e igualmente a outros bandeirantes creditamos a descoberta de diamantes às margens do rio Jequitinhonha, em 1729.

Uma outra forma de bandeirismo foram as **bandeiras de comércio** ou **monções**. Constituíam-se em expedições voltadas a abastecer os núcleos de ocupação mais distante, como os garimpeiros de ouro na região de Cuiabá. Outra vertente foi o chamado **sertanismo de contrato**, ou seja, a contratação de bandeirantes na condição de homens que conheciam o sertão e seus perigos, bem como as condições de vida na selva e as táticas de ataque dos indígenas, para atacar tribos ou para destruir núcleos de resistência de escravizados foragidos, os chamados **quilombos**. Nesse contexto, deve ser citada a destruição do **Quilombo dos Palmares** na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas por Domingos Jorge Velho, e a luta contra a revolta dos indígenas Janduí, no sertão de Pernambuco, por Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso de Almeida

De qualquer forma, as bandeiras foram fundamentais na ocupação e na fixação de colonos no interior, no desbravamento e conhecimento das terras e na expansão da atividade econômica, tendo sido o principal fator responsável pelo alargamento das fronteiras geográficas e econômicas do Brasil colonial.



**Fig. 4** Jean-Baptist Debret *Soldados índios da província de Curitiba escoltando selvagens*, 1834. Litografia em papel. Coleção Brasileira, Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo – século XVII. Nessa imagem, do século XIX, vemos indígenas aprisionados por indígenas contratados pelo governo para expulsar a população nativa considerada "selvagem" de suas terras

Jean-Baptista Debret/Wikimedia Commons

## A conquista do Sul

A luta pela posse das terras ao sul de São Paulo esteve ligada a dois fatores fundamentais: as bandeiras que se dirigiam às missões jesuíticas no Sul, e o interesse de Portugal e dos comerciantes portugueses na América em disputar com os espanhóis o controle do comércio que escoava do interior da América do Sul para o Atlântico, e vice-versa, por meio do **Rio da Prata**

### Rota comercial na região do Prata



Deixada em suspenso durante a União Ibérica, essa disputa adquiriu contornos mais tensos após a Restauração do trono português. Os comerciantes portugueses, que haviam tido sua presença permitida no território espanhol durante aquele período, passaram a ser expulsos da região, deixando o controle do comércio platino ao encargo de duas importantes colônias da Espanha: Buenos Aires, na margem direita do Rio da Prata, e Montevideú, na margem esquerda. Por isso, em 1680, os portugueses fundaram a **Colônia de Sacramento**, próximo a Montevideú, com o objetivo de disputar o comércio e a posse da região.

A própria importância econômica da região foi ampliada a partir do século XVIII, com a expansão da **pecuária** no Sul, que tinha por objetivo abastecer a crescente atividade mineradora no centro do país. Dessa forma, não mais tratava-se de uma disputa por um polo de comércio, mas sim por terras, nas quais se multiplicavam as **estâncias**, grandes fazendas produtoras de gado.

## Os tratados de limite

As transformações geradas pelo processo de ocupação efetiva da terra haviam tornado letra morta os limites estabelecidos em Tordesilhas. Com efeito, as terras ocupadas de fato pelos portugueses, já na metade do século XVIII, eram três vezes maiores que seus limites oficiais. Tornava-se necessária a definição de novos limites entre os domínios portugueses e espanhóis na América do Sul.

Já vinha ocorrendo uma série de negociações entre os países europeus pela fixação das fronteiras na América do Sul. Obviamente, um dos principais pontos de disputa era quanto à região platina, na qual a Espanha não abria mão da região de Sacramento, oferecendo em troca a Portugal o domínio das regiões jesuíticas de **Sete Povos das Missões**. Este acordo, aceito por ambas as partes, passou a vigorar a partir de 1715, mas deixava sem solução vastíssimas regiões do continente.

Assim, em 1750, com o **Tratado de Madri**, buscou-se um acordo definitivo. Nesse tratado, os interesses portugueses foram defendidos pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, o qual invocou um princípio fundamental do direito romano, o princípio do *“uti possidetis, ita possideatis”*, que constitui a base do usucapião. Gusmão alegava que a propriedade deveria ser daqueles que, de fato, possuíam a terra, ou seja, seus reais ocupantes, os portugueses.



Fig 5 Mapa dos confins do Brasil, que serviu de base para o Tratado de Madri.

Sem apoio internacional e sem condições de desalojar os portugueses de um território de dimensões gigantescas, a Espanha teve como único recurso aceitar os termos propostos, os quais estendiam os domínios portugueses para praticamente as fronteiras atuais do Brasil. Como única restrição, a princípio, a Espanha exigia o pleno domínio da região de Sacramento (da qual os portugueses jamais haviam se retirado totalmente); em contrapartida, retirava suas tropas da região de Sete Povos das Missões.

Esse tratado abriu uma série de disputas entre os jesuítas e a Coroa portuguesa, uma vez que os primeiros não aceitavam ver importantes territórios controlados por eles passando para as mãos de um Estado que lhes era cada vez mais hostil. Com efeito, a ascensão do Marquês de Pombal ao cargo de primeiro-ministro em Portugal deu origem a uma tentativa de modernização da vida interna do país, a qual esbarrava na influência acentuada da Igreja e, em particular, da Companhia de Jesus. Assim, os jesuítas apoiaram a reação dos índios guaranis contra a presença de tropas portuguesas na região de Sete Povos, dando início à **Guerra Guaranítica**, em 1753.

Essa guerra impediu a efetiva ocupação portuguesa da região, motivando novos tratados, como o **Convênio do Pardo**, de 1761, e o **Tratado de Santo Ildefonso**, de 1777, até que, finalmente, o **Tratado de Badajós**, de 1801, fixou definitivamente as fronteiras no Sul, praticamente determinando sua configuração atual.

José Monteiro de Carvalho/Biblioteca Nacional de Portugal

## Os tratados de limite – séculos XV a XVIII



## Ataques e invasões

Ao longo de mais de um século e meio, até que os holandeses fossem expulsos do Nordeste, o Brasil foi alvo de ataques e invasões por parte de outros países europeus. Para efeitos desse estudo, entenderemos o termo **ataque** como sendo uma atitude com vistas à punição ou ao saque, com um caráter, portanto, passageiro, sem objetivo de fixação. **Invasão** é o termo empregado para designar uma expedição com vistas à conquista e permanência no território.

Assim, não há invasões inglesas, apenas ataques com vistas ao saque, já citados ao falarmos da União Ibérica. Quanto aos franceses, sua presença nas costas brasileiras remonta ao início da colonização, realizando intensa atividade de contrabando, notadamente do pau-brasil. Há também dois momentos mais críticos, nos quais os franceses buscaram ocupar partes do território brasileiro, no Rio de Janeiro e, mais tarde, no Maranhão. Da mesma forma, também os holandeses, por duas vezes, tentaram apoderar-se de terras brasileiras.

As razões gerais para tais atitudes devem ser buscadas nas disputas entre as potências europeias e, principalmente, no alijamento dos demais países da partilha colonial, estabelecido em Tordesilhas. Assim, foi natural que, às voltas com conflitos próprios, esses países, em vários momentos, procurassem expandir seus domínios ou suas riquezas invadindo ou saqueando terras ibéricas.

## Invasões francesas

Em 1555, os franceses invadiram o Rio de Janeiro. As razões para essa invasão, além das motivações gerais citadas acima, estão ligadas a conflitos internos da França naquele momento.

Esse é o período de intensificação dos conflitos religiosos na Europa em geral e na França em particular. A expansão do protestantismo havia gerado, dentro da

França, um conflito envolvendo a burguesia calvinista (huguenotes) contra a nobreza católica. Nesse episódio, a monarquia comprometeu-se com os interesses da nobreza, empreendendo violentas perseguições aos protestantes calvinistas. Ao mesmo tempo, eles representavam um setor cuja riqueza e capacidade empreendedora não poderiam ser desprezados.

Assim, o plano era a conquista de uma região que pudesse servir para exilar os protestantes perseguidos na França e também como fonte de expansão do comércio francês. Esta iniciativa contou com o apoio do próprio rei, Henrique II, e foi liderada por Nicolau Durand de Villegagnon e pelo almirante Coligny. Consistia na tentativa de fundação de uma colônia francesa nas ilhas de Sergipe, Paranapuã (atual Ilha do Governador) e nas regiões de Uruçumirim (Flamengo) e em Laje, colônia que os franceses chamaram de **França Antártica**.



Fig. 6 Mapa de Luís Teixeira, c. 1573, que mostra o Rio de Janeiro.

Para a concretização de seu objetivo de conquista, os franceses aliaram-se aos indígenas da região, que, em violento conflito com os portugueses, criaram a **Confederação dos Tamoios**, a qual se revelou um instrumento poderoso contra o domínio português. Vale frisar que a vitória sobre os franceses só foi obtida durante o governo de Mem de Sá, após a negociação da paz entre os portugueses e os Tamoios, conseguida pelos jesuítas em um acordo conhecido como **Armistício de Iperoig**.

Foi somente em 1567 que os franceses foram definitivamente derrotados, pondo fim a essa tentativa. Eles ainda tentariam, entretanto, o domínio sobre várias regiões do Norte e do Nordeste, conseguindo invadir o Maranhão em 1612

Nessa nova tentativa, liderados por **Daniel de la Touche**, os franceses fundaram a cidade de São Luís, tentando estabelecer uma colônia à qual deram o nome de **França Equinocial**. A reação portuguesa foi intensa e, com o comando de Jerônimo de Albuquerque, conseguiram expulsar os franceses em 1615. Convém lembrar que a defesa contra os seguidos ataques e invasões francesas na região foi a principal motivação portuguesa para a ocupação do litoral norte de sua colônia na América.

## Invasões holandesas

Vimos anteriormente que a Holanda, à época das grandes navegações, estava incorporada aos domínios espanhóis. Em 1572, a região que compõe hoje a Holanda passou a lutar por sua independência, criando as **Províncias Unidas dos Países Baixos**. A repressão e a reação espanhola contra esta independência foram intensas e violentas, dado o volume de riquezas que a Holanda significava para a Coroa espanhola. Entretanto, em 1581, a Holanda conquistou a independência, proclamando a **República das Províncias Unidas**, com capital em Amsterdã.

Tal conflito nada teria a ver com Portugal e Brasil não fosse o fato de Portugal estar sob domínio da Espanha desde 1580. Assim, a represália do rei da Espanha, Filipe II, contra a independência da Holanda, ou seja, a proibição ao comércio entre colônias espanholas e holandesas, incluía o Brasil.

Vimos anteriormente a importância da presença holandesa na produção e na comercialização do açúcar brasileiro. Assim, em 1602, os holandeses fundaram a **Companhia das Índias Orientais**, uma companhia comercial voltada a manter as relações comerciais entre a Holanda e os países ibéricos. Com essas relações impossibilitadas de ocorrer, é natural que a Companhia das Índias assumisse um caráter essencialmente militar, praticando sistematicamente o saque e o contrabando nas costas do Nordeste e nas possessões luso espanholas no Oriente.

Em função desses ataques e enfraquecida por sua derrota para a Inglaterra, em 1588, a Espanha viu-se obrigada a negociar uma trégua de 12 anos com a Holanda, assinada em 1609. Assim, durante esse período, retomou-se o contato comercial entre os holandeses e os aristocratas coloniais do Nordeste brasileiro.

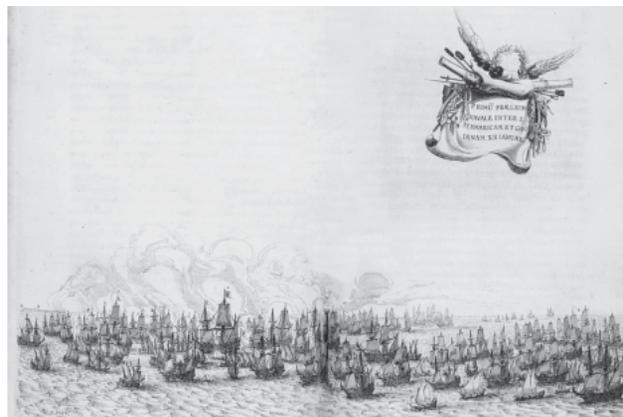
Entretanto, em 1618, estourava uma guerra na Europa. Um conflito meramente local, dentro dos domínios do Sacro Império Romano-Germânico, acabou por se estender por quase todo o continente, dando origem a um enfrentamento de imensas dimensões e duração, conhecido como **Guerra dos Trinta Anos**.

Estando em campos opostos no conflito, Holanda e Espanha viam suas relações, já tensas, agravarem-se ainda mais. Dessa forma, a trégua, extinta em 1621, não foi renovada. Por essa razão, os holandeses fundaram, nesse ano, a **Companhia das Índias Ocidentais**, ostensivamente com o objetivo de garantir o domínio do açúcar brasileiro e apossar-se dos territórios ibéricos nas costas da América e da África.

Sua primeira tentativa foi em 1624, com a **invasão de Salvador**. As razões para a escolha da cidade eram óbvias. Além de capital e sede administrativa da Colônia,

Salvador constituía-se o porto por onde o açúcar brasileiro era escoado para a Europa. Conquistá-la equivalia não apenas neutralizar as possibilidades de defesas ibéricas, como também dominar todo o comércio do açúcar.

Entretanto, a reação luso-espanhola foi eficiente, de modo que os holandeses foram expulsos em 1625. Voltariam a atacar o litoral da Bahia mais duas vezes, até lançar, em 1630, seu ataque decisivo ao centro da produção de açúcar, com a **invasão de Pernambuco**.



**Fig. 7** Frans Post, *Primu Praelium Navale Inter I. Tamaracam et Goianam XII Ianuar, 1647*. Esquadra holandesa que atacou o litoral brasileiro. Primeira batalha naval de conquista do Nordeste, 1647.

A atitude pernambucana contra a invasão holandesa foi, em um primeiro momento, a de recuar para o interior, estabelecendo núcleos de resistência, uma vez que os holandeses haviam se fixado no litoral, na região de Olinda.

Assim, travou-se, durante dois anos, uma luta de guerrilha, na qual a população local foi bem-sucedida, impedindo a penetração holandesa em direção ao interior. Entretanto, a partir de 1632, a situação começou a se modificar, especialmente em função da deserção para o lado holandês de um dos principais líderes da reação, **Domingos Fernandes Calabar**.

Considerado pela historiografia oficial, até os anos 1970, o primeiro grande traidor da história brasileira, a figura de Calabar passou por uma tentativa de reabilitação, notadamente na obra de Chico Buarque de Holanda e Ruy Guerra, *Calabar: o elogio da traição*, na qual os autores buscavam mostrar a atitude de Calabar como uma tentativa consciente de permitir que os holandeses apossassem-se do Nordeste, por considerá-los os melhores empreendedores que os portugueses (mais benéficos, enfim, aos interesses locais). Assim, buscava-se apresentar Calabar não como um traidor, mas como um patriota, cujo ato estaria voltado à defesa de interesses maiores da população.

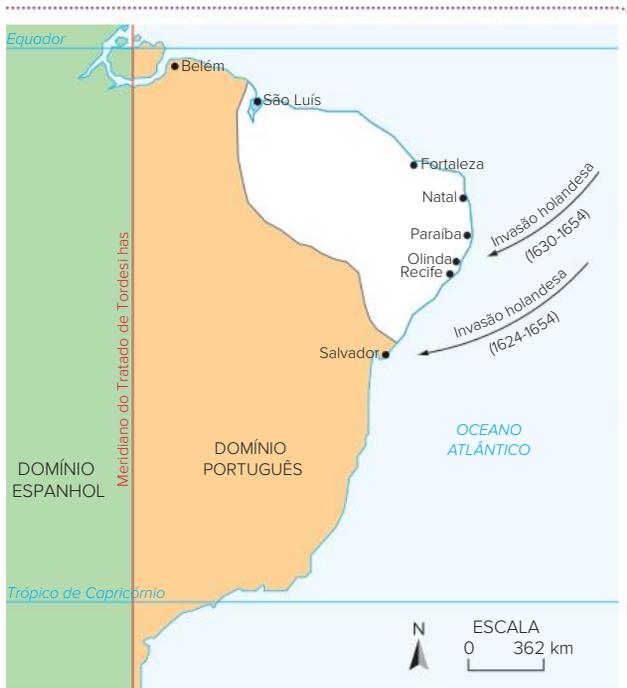
Devemos tomar uma série de cuidados. Vamos descartar de todo a aplicação do conceito de patriotismo à época em que tais episódios ocorreram. A própria forma como se deu a colonização, com o isolamento entre as várias regiões, impedia de forma absoluta a forja de uma ideia de unidade entre as várias partes que hoje compõem o Brasil. O próprio conceito de nacionalidade, no século XVII, ainda ligava-se muito mais à ideia de

domínio dinástico do que propriamente ao conceito de povo (mesmo após a independência, no século XIX, a ideia de unidade nacional ainda era bastante difusa). Na verdade, o que se entende hoje por Brasil, como um país unificado, com uma nacionalidade (com particularidades regionais, mas com uma língua própria e com um passado igualmente reconhecido; todos os elementos que constituem a ideia de nação), só se forja com a formação do Estado imperial após a independência.

Dessa forma, o único sentimento admissível na época é o nativismo, uma visão localista e parcial, voltada à compreensão de uma unidade que se estende apenas à pequena região onde se vive. Porém, esse nativismo não parece ser o sentimento que moveu a atitude de Calabar. Não há qualquer indício de que ele pudesse efetivamente conceber os holandeses como melhores colonizadores ou mais benéficos para a região. Até porque Calabar era um mestiço, homem do povo, portanto, distante da elite colonial, a qual, se beneficiava da presença holandesa por meio dos financiamentos e do comércio realizados por estes.

Quanto à menção ao mestiço, vale frisar que esta condição, no Brasil colonial, é muito mais social que étnica. Entendido etnicamente como o produto da miscigenação entre negro e branco, o mestiço, socialmente, deve ser visto como o filho do senhor com a escravizada. Essa condição, etnicamente intermediária entre o negro e o branco, coloca-o, socialmente, como intermediário entre a aristocracia e a massa escravizada. Assim, a condição social do mestiço era bastante incerta. Jamais foi aceito como membro da elite, e numa sociedade na qual a mão de obra era essencialmente escravizada, coube ao mestiço viver marginalizado e sem acesso à atividade econômica dominante.

## O Brasil holandês



O que se tem de concreto é que a deserção de Calabar foi decisiva para a vitória dos holandeses e sua penetração para o interior, destruindo os focos de resistência local.

A partir de 1635, o domínio holandês estende-se por uma faixa que abrange desde o litoral do Maranhão até Sergipe. A esse domínio os holandeses deram o nome de **Nova Holanda**, nomeando para sua administração o conde alemão-holandês **Maurício de Nassau**, o qual permaneceu no cargo de 1637 a 1644.

O período de domínio holandês constituiu-se o **apogeu da produção açucareira no Nordeste**. A visão empresarial bastante avançada dos holandeses levou Nassau a empreender uma política de financiamentos aos grandes proprietários, com vistas à ampliação de produção. Da mesma forma, a conquista holandesa de regiões tradicionalmente fornecedoras de escravizados na África permitiu o aumento do fluxo de mão de obra. Dessa forma, Nassau obteve o apoio de parcelas significativas da elite nordestina, a qual passou a ter participação nas decisões administrativas por meio dos novos órgãos criados por ele, as **Câmaras dos Escabinos**.



**Fig. 8** Frans Post. *Boa Vista*, 1647. Gravura na qual se vê o palácio da Boa Vista, na ilha de Antônio Vaz, e a ponte construída por Nassau para ligar a cidade de Maurícia a Recife.

Há ainda uma série de iniciativas de Nassau no campo cultural e urbanístico. Privados do porto de Salvador, os holandeses tiveram de escoar sua produção por Recife, porto mais próximo a Olinda, centro produtivo fundamental. Assim, Recife recebeu uma série de obras modernizadoras, como melhoria e ampliação do porto, calçamento e iluminação das ruas, construção de pontes, drenagem de pântanos etc. O conde também trouxe da Europa cientistas e artistas como Frans Post, Albert Eckhout, Jorge Marcgrave, além de ter estabelecido a liberdade religiosa, dado os holandeses serem calvinistas.

No ano de 1640, Portugal conseguiu sua independência da Espanha. Mesmo estando a Espanha enfraquecida por suas derrotas na Guerra dos Trinta Anos, a independência portuguesa só foi obtida pelo apoio que a nação recebeu de outros países europeus, entre eles a Inglaterra e a Holanda. Tal apoio não foi, evidentemente, gratuito. Em troca do apoio inglês, por exemplo, os portugueses foram obrigados a aceitar a presença cada vez maior dos produtos ingleses em seu território, dando início a um processo de dependência econômica que só se acentuaria nos anos seguintes. Quanto à Holanda, o novo rei de Portugal, D. João IV, fundador da

Dinastia Bragança, foi obrigado a negociar uma trégua de dez anos no Brasil. Assim, em uma retribuição ao apoio holandês na sua luta contra a Espanha, a Monarquia Portuguesa aceitava o domínio holandês no Nordeste, em uma trégua que, assinada em 1641, deveria se estender até 1651.

Entretanto, as condições já começavam a se modificar a partir dos primeiros anos da década de 1640. Os elevados custos da guerra na Europa, bem como a redução do mercado do açúcar, o que reduzia muito sua lucratividade, levaram os holandeses a uma drástica mudança em sua política em relação aos pernambucanos. Iniciou-se então, pelos holandeses, uma política de arrocho, com a cobrança dos empréstimos e o confisco de engenhos em pagamento pelas dívidas dos senhores com a Companhia das Índias. Opondo-se a essa política, Maurício de Nassau foi demitido em 1644. Terminava assim o bom entendimento entre a aristocracia pernambucana e os holandeses. Ao mesmo tempo, a queda dos preços do açúcar no mercado europeu, acentuando a crise para uns e para outros, constituía outro foco de tensão.

É por esta razão que a luta contra os holandeses, jamais encerrada totalmente, ganhou força, a partir de 1645, com o apoio dos grandes proprietários. Começava a **Insurreição Pernambucana** (1645-1654), a grande luta contra a presença holandesa, contrariando as ordens da Coroa portuguesa, que estava comprometida com a trégua que havia assinado em 1641.

A luta, uma mera atividade de guerrilha durante anos, começou a ser decidida a partir de 1651, pela concorrência de dois eventos. Encerrava-se a trégua entre o governo

português e a Holanda. Assim, Portugal passou a enviar tropas para auxiliar os revoltosos. No mesmo ano, a Holanda, prejudicada por decisões de Oliver Cromwell, governante inglês, quanto ao comércio naval, declarou guerra à Inglaterra, sofrendo neste conflito uma série de revezes que a enfraqueceu. Não por acaso, no mesmo ano em que se encerraram os conflitos anglo-holandeses, com a vitória da Inglaterra, os holandeses foram definitivamente expulsos do Brasil.

A nova realidade que se abre, porém, já prenunciava tempos difíceis para Portugal e para a economia colonial brasileira. A crise europeia fazia com que o mercado para o açúcar desabasse, gerando uma queda acentuada na produção nordestina. Além disso, a Holanda não aceitou sua expulsão, passando a pressionar o governo português, que foi obrigado a pagar uma indenização aos holandeses, em 1661, acentuando sua crise econômica.

Mais do que isso, expulsos do Brasil, os holandeses passaram a produzir açúcar em seus domínios nas Antilhas. Sua maior disponibilidade de capitais, sua maior capacidade técnica de refino e transporte, seu domínio sobre as rotas de distribuição do produto na Europa, tudo isso contribuiu para que eles praticamente monopolizassem o que restara do mercado para o açúcar.

Assim, a uma economia colonial em franca decadência, somou-se uma metrópole, Portugal, arrasada economicamente e precisando desesperadamente ampliar seus lucros. O período que se abre com a expulsão holandesa será marcado, não por acaso, por violenta opressão e arrocho colonial portugueses.

## Revisando

- 1 O centralismo, como forma de conter a dispersão e o localismo, parece ter sido a tônica dos conflitos e das mudanças de postura da Coroa portuguesa em relação ao Brasil. Analise essa afirmação, demonstrando de que formas essas mudanças se manifestaram por meio de mecanismos concretos de administração

---

---

---

---

---

---

---

- 2 A conquista e a posse das terras no Brasil colonial foram feitas por particulares que deviam lealdade ao rei de Portugal.



a) Comparando os dois mapas, identifique a mudança territorial do Brasil entre os séculos XVI e XVIII.

---

---

---

---

---

---

---

---

b) Quais principais atividades econômicas promoveram essa mudança?

---

---

---

---

---

---

---

---

c) Qual foi a política utilizada pela metrópole para a distribuição das terras no Brasil colonial?

---

---

---

---

---

---

---

---

3 O declínio da economia açucareira foi uma decorrência direta da expulsão dos holandeses do Brasil? Explique

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Exercícios propostos

1 FGV A respeito de Portugal durante a época Moderna, é correto afirmar que:

- A a montagem do vasto Império ultramarino esteve ligada ao fortalecimento dos setores aristocráticos que dominavam os principais postos e funções do Estado lusitano.
- B a vinculação à Monarquia espanhola durante a União Ibérica (1580-1640) estimulou o movimento republicano vitorioso na revolta de 1640.
- C vantajosos tratados econômicos foram estabelecidos com a Inglaterra, desde o século XVII, o que garantiu a prosperidade da economia portuguesa durante a crise do Antigo Sistema Colonial.
- D durante a União Ibérica (1580-1640), estreitou-se ainda mais a parceria entre os portugueses e os holandeses, que financiavam e distribuíam na Europa os produtos coloniais brasileiros.
- E ao contrário das demais sociedades europeias, o Antigo Regime português caracterizou-se pela ausência de conflitos religiosos e pelo interesse na produção cultural estrangeira.

**2 Fuvest** A fundação de uma cidade não era problema novo para os portugueses; eles viram nascer cidades nas ilhas e na África, ao redor de fortes ou ao pé das feitorias; aqui na América, dar-se-ia o mesmo e as cidades surgiriam [...].

João Ribeiro. *História do Brasil*.

Baseando-se no texto, é correto afirmar que as cidades e as vilas, durante o período Colonial brasileiro:

- A foram uma adaptação dos portugueses ao modelo africano de aldeias junto aos fortes para proteção contra ataques das tribos inimigas.
- B surgiram a partir de missões indígenas, de feiras do sertão, de pousos de passagem, de travessia dos grandes rios e próximas aos fortes do litoral.
- C foram planejadas segundo o padrão africano para servir como sede administrativa das capitais das províncias.
- D situavam-se nas áreas de fronteiras para facilitar a demarcação dos territórios também disputados por espanhóis e holandeses.
- E foram núcleos originários de engenhos construídos perto dos grandes rios para facilitar as comunicações e o transporte do açúcar.

**3 Vunesp** O Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues a um grupo diversificado, no qual havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa.

Boris Fausto. *História do Brasil*

No texto, o historiador refere-se às:

- A câmaras setoriais.
- B sesmarias.
- C colônias de povoamento.
- D capitânicas hereditárias.
- E controladorias.

**4 PUC Campinas 2017 (Adapt.)** Considere o texto abaixo.

Do Brasil descoberto esperavam os portugueses a fortuna fácil de uma nova Índia. Mas o pau-brasil, única riqueza brasileira de simples extração antes da “corrida do ouro” do início do século XVIII, nunca se pôde comparar aos preciosos produtos do Oriente. [...] O Brasil dos primeiros tempos foi o objeto dessa afeição colonial. A literatura que lhe corresponde é, por isso, de natureza parcialmente superlativa. Seu protótipo é a carta célebre de Pero Vaz de Caminha, o primeiro a enaltecer a maravilhosa fertilidade do solo.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides - Breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p. 3-4

A colonização portuguesa, no século XVI, se valeu de algumas estratégias para usufruir dos produtos economicamente rentáveis no território brasileiro, e de medidas para viabilizar a ocupação e administração do mesmo. São exemplos dessas estratégias e dessas medidas, respectivamente,

- A a prática do escambo com os indígenas e a instituição de vice-reinos, comarcas, vilas e freguesias

- B a implementação do sistema de *plantation* no interior e a construção, por ordem da Coroa, de extensas fortalezas e fortes.
- C a imposição de um vultoso pedágio aos navios corsários de distintas procedências e a instalação de capitânicas hereditárias
- D a introdução da cultura da cana-de-açúcar com uso de trabalho compulsório e a instituição de um governo geral.
- E o comércio da produção das missões jesuíticas e a fundação da Companhia das Índias Ocidentais.

**5** Em 1534, o governo português concluiu que a única forma de ocupação do Brasil seria através da colonização. Era necessário colonizar, simultaneamente, todo o extenso território brasileiro. Essa colonização dirigida pelo governo português se deu através da:

- A criação da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil
- B criação do sistema de Governo-geral e Câmaras Municipais.
- C criação das capitânicas hereditárias.
- D montagem do Sistema Colonial.
- E criação e distribuição das sesmarias.

**6** A centralização político-administrativa do Brasil colônia foi concretizada com a:

- A criação do Estado do Brasil.
- B instituição do Governo-geral.
- C transferência da capital para o Rio de Janeiro.
- D instalação do Sistema das Capitânicas Hereditárias.
- E política de descaso do governo português pela atuação predatória dos bandeirantes.

**7** Quais os efeitos diretos e indiretos da União Ibérica para Portugal e para o Brasil?

**8 Acafe 2018** É verdade que antes da união das monarquias ibéricas, em 1580, ao manter uma boa relação com os portugueses, os flamengos frequentavam os portos brasileiros e a cidade de Lisboa carregando açúcar em suas urcas, levando-o a refinar em Flandres e distribuindo-o por via terrestre e fluvial por toda a Europa central. De sua embarcação tão características, ficou a lembrança na toponímia carioca, através do morro que evoca a sua forma.

PRIORI, Mary del. *Histórias da gente brasileira*: volume 1: colônia. São Paulo: Editora LeYa, 2016. Página 69.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o período colonial da história do Brasil é correto afirmar, **exceto**:

- A Durante a União Ibérica, holandeses e espanhóis formaram a Companhia das Índias Ocidentais e dividiram os lucros da comercialização do açúcar produzido no Brasil e levado para a Europa.
- B Com a União Ibérica acirraram-se os conflitos entre a Espanha e a Holanda. Com a proibição espanhola da parceria comercial entre holandeses e produtores de açúcar no Brasil, os flamengos invadiram o nordeste.

- C Maurício de Nassau, administrador holandês em Pernambuco, promoveu reformas urbanas e manteve uma boa relação com os senhores de engenho.
- D A revolta conhecida como Insurreição Pernambucana acabou determinando a saída dos holandeses do nordeste brasileiro e teve como consequência uma crise na empresa açucareira brasileira..
- 9** Ao implantar no Brasil o regime de capitanias hereditárias, a Coroa portuguesa buscava:
- A criar uma forma de colonização que não onerasse o já abalado Tesouro Português, ao mesmo tempo que garantia o total monopólio da atividade econômica no Brasil.
- B permitir à nobreza portuguesa o acesso aos cargos públicos na Colônia, mesmo abrindo mão de qualquer renda que pudesse ser obtida com a exploração econômica do Brasil.
- C criar uma forma de administração que garantisse a plena centralização política na Colônia.
- D criar uma forma de colonização que não a onerasse e, ao mesmo tempo lhe garantisse uma parcela da renda obtida com o Brasil, reservando-se o monopólio da exploração do pau-brasil, além da receita obtida por meio de impostos
- E recriar no Brasil uma forma administrativa feudal, à semelhança do que ocorria em Portugal.
- 10** Entre as razões que levaram a Coroa portuguesa a instituir o Governo-geral, a partir de 1548, seria incorreto incluir:
- A o fracasso do sistema de capitanias, as quais careciam de qualquer centralização por parte da Coroa portuguesa.
- B a necessidade de implementar, de forma mais efetiva, a defesa do território.
- C a necessidade da Coroa de ampliar o controle sobre a arrecadação de impostos e sobre a atividade econômica na Colônia
- D os seguidos ataques que as costas brasileiras vinham sofrendo, de piratas e corsários, notadamente ingleses e franceses, já nas primeiras décadas do século XVI.
- E as pressões da Monarquia espanhola, a qual, dominando Portugal, impunha um modelo de centralização administrativa.
- 11 Famerp 2018** A Bahia é cidade d'El-Rei, e a corte do Brasil; nela residem os Srs. Bispo, Governador, Ouvidor Geral, com outros oficiais e justiça de Sua Majestade; [...]. É terra farta de mantimentos, carnes de vaca, porco, galinha, ovelhas, e outras criações; tem 36 engenhos, neles se faz o melhor açúcar de toda a costa; [...] terá a cidade com seu termo passante de três mil vizinhos portugueses, oito mil índios cristãos, e três ou quatro mil escravos da Guiné.

CARDIM, Fernão *Tratados da terra e gente do Brasil*, 1997

O padre Fernão Cardim foi testemunha da colonização portuguesa do Brasil de 1583 a 1601 O excerto faz

uma descrição de Salvador, sede do Governo-geral, referindo-se, entre outros aspectos, à

- A incorporação pelos colonizadores dos padrões culturais indígenas
- B ligação da atividade produtiva local com o comércio internacional.
- C miscigenação crescente dos grupos étnicos presentes na cidade
- D existência luxuosa da nobreza portuguesa na capital da colônia.
- E dependência da população em relação à importação de produtos de sobrevivência

**12 Unesp 2017** Caracterize os sistemas administrativos de capitanias hereditárias e de Governo-geral empregados na colonização brasileira. Indique duas diferenças entre esses sistemas

**13 UEPG 2017** As capitanias hereditárias foram instaladas no Brasil em 1534. Lotes que mediam entre 150 e 600 quilômetros de terras e que iam do litoral brasileiro até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, as capitanias corresponderam às primeiras divisões administrativas na colônia e marcaram o modelo de colonização lusitano ao longo do século XVI. A respeito desse tema, assinale o que for correto

- 01 O donatário, ou seja, aquele que recebia a posse da terra das mãos do rei de Portugal, tinha a obrigação de torná-la produtiva. Cabia ao donatário a doação de terras (sesmarias), a fundação de vilas e a organização da defesa territorial da capitania
- 02 O meridiano de Tordesilhas, linha imaginária que cortava a América de norte a sul, tinha como função delimitar os espaços continentais vinculados à colonização ibérica, inglesa e francesa sobre esse território.
- 04 Cartas de doação eram os documentos cartográficos que indicavam o tamanho e os limites das capitanias de acordo com a concessão real aos donatários.
- 08 Qualquer súdito português que demonstrasse interesse em vir para a colônia poderia receber a concessão de uma capitania. Isso explica o fato de fidalgos, pequenos comerciantes e até mesmo trabalhadores despossuídos terem se tornado donatários no Brasil do século XVI

Soma:

**14 UPF 2017** No período colonial, o Brasil foi marcado por expedições internas, com destaque para as Bandeiras. Lideradas pelos paulistas, as Bandeiras percorriam os sertões, onde passavam meses, ou mesmo anos.

Sobre esse fenômeno histórico, considere as afirmativas:

- I. As Bandeiras organizaram a sociedade do interior a partir do modelo norte-americano de colônias de povoamento.
- II. Os rumos das principais Bandeiras foram Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná, tendo algumas delas chegado até o Paraguai

- III. Os bandeirantes ensinaram aos índios técnicas de agricultura para que desenvolvessem a colônia economicamente.
- IV. Os objetivos principais dos bandeirantes foram o apresamento de índios para serem escravizados e a busca por metais preciosos.
- V. As Bandeiras foram responsáveis pela expansão territorial do Brasil para muito além da linha de Tordesilhas.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A I, II e IV
- B II, IV e V
- C II, III e IV
- D III e V
- E III, IV e V

**15 Fuvest** Instrumentos sobretudo passivos, nossos colonizadores aclimataram-se facilmente, cedendo às sugestões da terra e dos seus primeiros habitantes, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indelévels. Mesmo comparados aos castelhanos, destacaram-se eles por esse aspecto. Na maior parte de suas possessões na América, o castelhano raramente se identificou a tal ponto com a terra e a gente da terra: apenas superpôs-se com frequência, a uma e outra. Entre nós, o domínio europeu foi, em geral, brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos que às leis da natureza.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*.

Com base nesse texto, explicita quais são, para o autor, as características diferenciadoras nos processos de colonização espanhola e portuguesa

**16 Unicamp 2020** Na América Portuguesa do século XVI, a política europeia para os indígenas pressupunha também a existência de uma política indígena frente aos europeus, já que os Tamoios e os Tupiniquins tinham seus próprios motivos para se aliarem aos franceses ou aos portugueses.

(Adaptado de Manuela Carneiro da Cunha, *Introdução a uma história indígena*. São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp, 1992, p. 18.)

Com base no excerto e nos seus conhecimentos sobre os primeiros contatos entre europeus e indígenas no Brasil, assinale a alternativa correta.

- A A população ameríndia era heterogênea e os conflitos entre diferentes grupos étnicos ajudaram a definir, de acordo com suas próprias lógicas e interesses, a dinâmica dos seus contatos com os europeus
- B O fato de Tamoios e Tupiniquins serem grupos aliados contribuiu para neutralizar as disputas entre franceses e portugueses pelo controle do Brasil, pelo papel mediador que os nativos exerciam.
- C Os indígenas, agentes de sua história, desde cedo souberam explorar as rivalidades entre os europeus e mantê-los afastados dos seus conflitos interétnicos, anulando o impacto da presença portuguesa
- D As etnias indígenas viviam em harmonia umas com as outras e em equilíbrio com a natureza. Esse quadro foi alterado com a chegada dos europeus, que passaram a incentivar os conflitos interétnicos para estabelecer o domínio colonial

**17 Mackenzie** Leia o texto a seguir.

Nas missões dos Sete Povos nasceu um dia Sepé  
Trazendo uma cruz na testa, cicatriz sinal de fé.  
Quando o sol batia nele, esta cruz resplandecia  
Por isso lhe deram o nome Tiaraju à luz do dia. [...] Tiaraju que era cacique, reuniu seus guerreiros  
E sem medo dos canhões atacou só com lanceiros.

Barbosa Lessa

Assinale a alternativa correta, relacionada aos versos de Barbosa Lessa, que lembram fatos e consequências relativos ao Tratado de Madrid, de 1750.

- A O tratado estabeleceu a troca da colônia portuguesa do Sacramento por Sete Povos, sob domínio espanhol, fato que transcorreu sem conflitos.
- B O tratado removia trinta mil índios e setecentas mil cabeças de gado para o outro lado do rio Uruguai. Padres e índios recusaram-se a sair, sendo atacados por Portugal e Espanha
- C A fronteira sul brasileira era definida sem novos confrontos entre Portugal e Espanha.
- D Índios e padres, protegidos por tropas portuguesas, resistiram aos espanhóis por longos anos
- E A colônia do Sacramento passou a ser portuguesa, devolvendo-se os Sete Povos das Missões à Espanha, definitivamente.

**18 ESPM 2015** As incursões dos bandeirantes paulistas às missões dos jesuítas castelhanos do Guairá multiplicaram-se a partir do século XVII. Paulistas e guerreiros tupiniquins enveredavam pelo Caminho do Peabiru, velha trilha tupi, rumo ao Guairá, território situado entre os rios Paranapanema, Iguazu e Paraná. Nessa região de posse duvidosa, dado que os portugueses sempre consideraram que a linha de Tordesilhas passava pelo estuário do Prata, os jesuítas espanhóis haviam criado entre 1622 e 1628 onze missões.

(Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. *História do Brasil: uma interpretação*)

Quanto ao assunto tratado no texto é correto assinalar:

- A as incursões dos bandeirantes às missões jesuítas visavam apresar indígenas aldeados em grupos numerosos e habituados ao trabalho rural;
- B nessas incursões não havia nenhuma participação de indígenas entre os integrantes das bandeiras;
- C o objetivo primordial dos bandeirantes paulistas era apresar “negros da terra” para a exportação dessa mão de obra para a Europa;
- D os ataques dos bandeirantes paulistas aos jesuítas castelhanos eram uma resposta contra a postura da Espanha que naquele momento apoiava a invasão holandesa ao Brasil;
- E as incursões dos bandeirantes paulistas contra as missões jesuíticas de Guairá e Tapes ocorreram após o Tratado de Madri.

**19 Uece 2018** A História do Brasil colonial apresenta o movimento de entradas, bandeiras e monções como um importante fator para o processo de ocupação das

áreas do interior da colônia, uma vez que a ocupação originada da atividade canieira se limitava, naqueles tempos, aos espaços próximos ao litoral. Atente ao que se diz a seguir sobre essas expedições, e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

- Enquanto as bandeiras eram financiadas exclusivamente pela coroa portuguesa, as entradas eram expedições fluviais privadas que usavam os rios nordestinos.
- Os bandeirantes foram importantes personagens na destruição dos quilombos, pois uma das modalidades de bandeirantismo foi a do sertanismo de contrato.
- As monções, expedições fluviais que adentravam ao interior da colônia, foram muito importantes na colonização dessa região, partindo do rio Tietê que nasce em São Paulo.
- As bandeiras, expedições oficiais de apresamento de indígenas, não tiveram importância na prospecção de metais preciosos como o ouro, que se deu somente através das entradas.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A F, F, V, V
- B F, V, V, F
- C V, F, F, V
- D V, V, F, F

20 Qual dessas definições expressa melhor o que foram as Bandeiras?

- A Expedições financiadas pela Coroa que se propunham exclusivamente a descobrir metais e pedras preciosas.
- B Movimentos de fundo catequético, liderados pelos jesuítas para a formação de uma nação indígena cristã.
- C Expedições particulares que apresavam os índios e procuravam metais e pedras preciosas.
- D Empresas organizadas com o objetivo de conquistar as áreas litorâneas e ribeirinhas.
- E Incursões de portugueses para atrair tribos indígenas para serem catequizadas pelos jesuítas.

21 Fepar 2017



O domínio espanhol importou no desaparecimento do tratado de Tordesilhas, pela revogação tácita de suas disposições. Em 1640, com a restauração portuguesa, surgiu o problema dos limites, tornado mais premente a partir de 1680, quando foi fundada, na margem norte do rio da Prata, a Colônia do Sacramento [ ] o problema dos limites, felizmente, salvo alguns poucos episódios, exigiu mais trabalhos diplomáticos que atividades guerreiras.

TAUNAY, Alfredo D.; MORAES, Dicamôr. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. p. 84 5.

O princípio do “*uti possidetis ita possideatis*” (“assim como possuíis, continuareis a possuir”), do Direito Romano, veio a desempenhar importante papel na fixação dos limites na América do Sul [...] O território pertenceria a quem o ocupasse. Era praticamente um princípio de respeito ao status quo.

MELLO, Celso de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1982 v. 2, p. 698

Com base nos textos, no mapa e em conhecimentos de História, julgue as afirmativas

- Aplicando o princípio do “*uti possidetis*”, o Tratado de Madri estabeleceu, em linhas gerais, o tamanho e a forma do Brasil. No Sul ocorreu uma exceção: Portugal recebia a região dos Sete Povos do Uruguai (Missões) e entregava à Espanha a Colônia do Sacramento
- Pelo Tratado de Madri a Espanha realizava o objetivo de limitar o perímetro de seu império colonial americano, mas melhorava suas defesas, em especial nas áreas argentíferas andinas. Caberia aos luso-brasileiros a responsabilidade de defender a embocadura do rio Amazonas, via de acesso de possíveis invasores rumo a Oeste.
- O Tratado de Santo Ildefonso, assinado entre as metrópoles ibéricas, restabelecia o que dispusera o Tratado de Madri, mas no sul dispunha que caberia à Espanha a região de Sete Povos das Missões, assim como a colônia de Sacramento
- As Guerras Guaraníticas tiveram por causa a recusa, de colonos portugueses e índios guaranis aldeados na região de Sacramento, a abandonar as terras que ocupavam e suas facilidades de comércio e contrabando na estratégica localização junto ao rio da Prata.
- Comparando o Tratado de Madri e o de Santo Ildefonso, pode-se afirmar que o território colonial brasileiro teria área maior se esse último tivesse prevalecido em caráter definitivo.

22 Em 1694, uma expedição chefiada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho foi encarregada pelo governo metropolitano de destruir o quilombo de Palmares. Isto se deu porque:

- A os paulistas, excluídos do circuito da produção colonial centrada no Nordeste, queriam aí estabelecer pontos de comércio, sendo impedidos pelos quilombos.
- B os paulistas tinham prática na perseguição de índios, os quais, aliados aos negros de Palmares, ameaçavam o governo com movimentos milenaristas.

- C o quilombo desestabilizava o grande contingente escravo existente no Nordeste, ameaçando a continuidade da produção açucareira e da dominação colonial.
- D os senhores de engenho temiam que os quilombolas, que haviam atraído brancos e mestiços pobres, organizassem um movimento de independência da colônia.
- E os aldeamentos de escravos rebeldes incitavam os colonos à revolta contra a metrópole, visando trazer novamente o Nordeste para o domínio holandês.

- 23 Fuvest** No século XVIII, o governo português incorporou a maior parte da Amazônia ao seu domínio. A ampliação dessa fronteira da colônia portuguesa deveu-se:
- A aos acordos políticos entre Portugal e França
  - B às lutas de resistência das populações indígenas
  - C ao início da exploração e exportação da borracha
  - D à expulsão dos jesuítas favoráveis à dominação espanhola
  - E à exploração e comercialização das drogas do sertão

- 24 UFJF–Pism 1 2017** Leia atentamente o trecho a seguir. Ele faz parte do Voto do Padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios, de 1694.

São, pois, os ditos índios aqueles que, vivendo livres e senhores naturais das suas terras, foram arrancados delas por uma violência e tirania e trazidos em ferros com a crueldade que o mundo sabe, morrendo natural e violentamente muitos nos caminhos de muitas léguas até chegarem às terras de São Paulo, onde os moradores delas ou os vendiam, ou se serviam e se servem deles como escravos.

Padre Antônio Vieira *Escritos instrumentais sobre os índios*  
São Paulo: Educ; Loyola; Giordano, 1992. p. 102.

Sobre a escravização das populações indígenas no início do processo de colonização na América Portuguesa, assinale a alternativa CORRETA:

- A a maior parte da população indígena existente dentro do território vivia em núcleos urbanos próximos dos rios e do litoral Atlântico.
- B essas populações indígenas apresentavam um padrão cultural e linguístico bastante unificado, não havendo grandes diferenciações.
- C as chamadas “Bandeiras” só aprisionavam os indígenas quando seu objetivo principal de encontrar riquezas minerais não era alcançado.
- D a retirada dos indígenas de suas terras e seu aldeamento nas missões jesuítas contribuíram para a dissolução de suas crenças religiosas.
- E a mão de obra dos indígenas foi utilizada de forma predominante em atividades de caráter artesanal e comercial controladas por colonizadores.

- 25 UFRGS 2014** Sobre o Tratado de Madri, assinado em 1750 por Portugal e Espanha, considere as seguintes afirmações

- I. A Colônia de Sacramento passou para a Espanha, e os Setes Povos das Missões passaram para Portugal, consagrando o princípio do *uti possidetis*
- II. A expulsão dos jesuítas foi fator importante para a eclosão da chamada guerra guaranítica (1752-1756), reduzindo os efeitos do Tratado.
- III. As Missões retornaram para a Província do Paraguai

Quais estão corretas?

- A Apenas I.
- B Apenas II.
- C Apenas III.
- D Apenas I e II
- E Apenas I e III.

- 26** A partir de 1750, com os Tratados de Limites, fixou-se a área territorial brasileira, com pequenas diferenças em relação à configuração atual. A expansão geográfica havia rompido os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. No período Colonial, os fatores que mais contribuíram para a referida expansão foram:
- A criação de gado no Vale do São Francisco e desenvolvimento de uma sólida rede urbana.
  - B apresamento do indígena e constante procura de riquezas minerais.
  - C cultivo da cana-de-açúcar e expansão da pecuária no Nordeste.
  - D ação dos donatários das capitanias hereditárias e Guerra dos Emboabas.
  - E incremento da cultura do algodão e penetração dos jesuítas no Maranhão.

- 27 FMP 2016** Ao longo do período colonial da História do Brasil, o Império Português foi vítima de assédio e de tentativas de invasão de seus territórios ultramarinos por parte de diversas potências rivais. Alguns exemplos de invasões estrangeiras na América Portuguesa estão listados a seguir:

- 1612 – Estabelecimento da França Equinocial
- 1624 Tentativa derrotada da invasão holandesa a Salvador
- 1630 – Tomada de Recife e Olinda por invasores holandeses

A interpretação dos dados acima permite identificar que uma causa direta de todas essas invasões estrangeiras foi a

- A fuga da Corte portuguesa para a América
- B vitória francesa na Guerra dos Sete Anos
- C conclusão da Reconquista da Península Ibérica
- D guerra de Restauração Portuguesa contra a Espanha
- E criação da União das Coroas Ibéricas

- 28** No período compreendido entre os anos de 1624 e 1654, o Brasil colônia foi alvo de duas tentativas de conquista por parte da Companhia das Índias Ocidentais, importante empresa mercantil dos Países-Baixos (Holanda). Sobre a conjuntura do domínio holandês no Brasil, é correto afirmar que:

- 01 a ocupação holandesa se fez sem resistência de qualquer espécie.
- 02 a invasão foi decidida principalmente em função dos lucros que poderiam ser auferidos pela Companhia das Índias Ocidentais com a exploração do açúcar, então a principal riqueza do Brasil.
- 04 o ataque à colônia era uma tentativa dos Países-Baixos de atingir a Espanha, país com a qual travou uma guerra prolongada, uma vez que, com a União Ibérica, o reino de Portugal e todas as suas colônias haviam passado ao domínio do Imperador espanhol Filipe II.
- 08 com a saída dos holandeses do Nordeste brasileiro, a economia açucareira atinge o apogeu no Brasil
- 16 Maurício de Nassau havia desenvolvido política de financiamento e reconstrução de engenhos. Com o fim de seu governo, os latifundiários endividados foram cobrados, crescendo a incompatibilidade entre os interesses dos produtores e o ocupante holandês

Soma:

- 29 FGV-RJ 2017** Navegamos pelo espaço de quatro dias, até que, a dez de novembro, encontramos a barra de um grande rio chamado de Guanabara, pelos nativos (devido à sua semelhança com um lago) e de Rio de Janeiro pelos primeiros descobridores do local. [...] o Senhor de Villegagnon, para se garantir contra possíveis ataques selvagens, que se ofendem com extrema facilidade, e também contra os portugueses, se estes alguma vez quisessem aparecer por ali, fortificou o lugar da melhor maneira que pôde. Os víveres eram-nos fornecidos pelos selvagens e constituídos dos alimentos do país, a saber, peixes e veação diversa, constante de carne de animais selvagens (pois eles, diferentemente de nós, não criam gado), além de farinha feita de raízes [...] Pão e vinho não havia. Em troca destes víveres, recebiam de nós alguns objetos de pequeno valor, como facas, podões e anzóis

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatia/Edusp, 1978. p. 93-4.

O frei franciscano André Thevet esteve em terras brasileiras entre 1555 e 1556, junto com outros franceses comandados por Nicolas de Villegagnon. A leitura do trecho do relato dessa expedição permite

- A** constatar a aceitação, pelo reino francês, da partilha do Novo Mundo realizada por portugueses e espanhóis.
- B** identificar as diferenças entre as práticas coloniais e o tratamento dispensado aos indígenas pelos portugueses e franceses.
- C** perceber as diferenças culturais entre os povos indígenas e os conquistadores europeus.
- D** reconhecer a necessidade da escravidão africana como base para a montagem das estruturas produtoras coloniais.
- E** diferenciar as orientações religiosas dos protestantes franceses das referências católicas ibéricas.

- 30 UFMG** Leia o texto a seguir.

Restituídas as capitanias de Pernambuco ao domínio de Sua Majestade, livres já dos inimigos que de fora as vieram conquistar, sendo poderosas as nossas armas para sacudir o inimigo, que tantos anos nos oprimiu, nunca foram capazes para destruir o contrário, que das portas adentro nos infestou, não sendo menores os danos destes do que tinham sido as hostilidades daqueles.

“Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678”, citado por Edson Carneiro. *Quilombo dos Palmares*. 2 ed. São Paulo: CEN, 1958. v. 302. (Col. Brasileira)

O texto faz referência tanto às invasões holandesas (“... dos inimigos que de fora as vieram conquistar”) quanto ao quilombo de Palmares (“o contrário, que das portas adentro nos infestou”)

O quilombo de Palmares, núcleo de rebeldia escrava no Nordeste brasileiro, alcançou considerável crescimento durante o período de ocupação holandesa em Pernambuco. Mesmo após a expulsão dos invasores estrangeiros pela população local, o quilombo resistiu aos inúmeros ataques de tropas governistas.

- a) Apresente uma razão para a ocupação holandesa do Nordeste brasileiro.
- b) Explique a longa duração de Palmares.

- 31** A administração de Maurício de Nassau, no Brasil holandês, foi importante, pois, entre outras realizações:
- A** eliminou as divergências existentes com os representantes da Companhia das Índias Ocidentais
- B** criou condições para que a Reforma Luterana se afirmasse no Nordeste
- C** promoveu a efetiva consolidação do sistema de produção açucareira.
- D** integrou o sistema econômico de Pernambuco.
- E** realizou alterações na estrutura fundiária, eliminando os latifúndios.

- 32 Mackenzie** Após a expulsão dos holandeses do Brasil, em 1654, as relações entre a colônia e a metrópole portuguesa caracterizaram-se pela:
- A** prosperidade econômica, tanto da colônia como da metrópole, em função da expansão do mercado açucareiro
- B** estabilidade financeira de ambas, uma vez que não houve o pagamento de indenizações nos tratados de paz.
- C** menor opressão da metrópole sobre a colônia, em virtude da extinção do Pacto Colonial.
- D** crise econômica decorrente da concorrência do açúcar holandês das Antilhas, afetando a metrópole e a colônia.
- E** superação da dependência econômica de Portugal e Brasil em relação à Inglaterra.

- 33 Mackenzie** E se a lição foi aprendida a vitória não será vã. Nesse Brasil holandês tem lugar para português e para o Banco de Amsterdã.

Chico Buarque e Rui Guerra *Calabar*.

Indique a alternativa que justifica o texto relativo às invasões holandesas no século XVII.

- A Após a vitória holandesa, os senhores de engenho continuaram a resistência, sem jamais aceitar o novo dominador.
- B A administração de Nassau, marcada pela intolerância religiosa, desencadeou a violenta resistência dos colonos.
- C Negros e índios não participaram das lutas contra os invasores holandeses.
- D A Companhia das Índias ofereceu créditos, liberdade religiosa e proteção aos colonos, que aos poucos retornaram aos engenhos e à produção.
- E Os holandeses não conseguiam dominar Pernambuco, nem conseguiam aliados entre os nativos, sofrendo duros revezes.

**34 Fuvest 2016** Eu por vezes tenho dito a V. A. aquilo que me parecia acerca dos negócios da França, e isto por ver por conjecturas e aparências grandes aquilo que podia suceder dos pontos mais aparentes, que consigo traziam muito prejuízo ao estado e aumento dos senhorios de V. A. E tudo se encerrava em vós, Senhor, trabalhades com modos honestos de fazer que esta gente não houvesse de entrar nem possuir coisa de vossas navegações, pelo grandíssimo dano que daí se podia seguir

LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, 1954.

O trecho apresentado foi extraído de uma carta dirigida pelo padre jesuíta Diogo de Gouveia ao Rei de Portugal D. João III, escrita em Paris, em 17/02/1538. Seu conteúdo mostra

- A a persistência dos ataques franceses contra a América, que Portugal vinha tentando colonizar de modo efetivo desde a adoção do sistema de capitanias hereditárias.
- B os primórdios da aliança que logo se estabeleceria entre as Coroas de Portugal e da França e que visava a combater as pretensões expansionistas da Espanha na América
- C a preocupação dos jesuítas portugueses com a expansão de jesuítas franceses, que, no Brasil, vinham exercendo grande influência sobre as populações nativas.
- D o projeto de expansão territorial português na Europa, o qual, na época da carta, visava à dominação de territórios franceses tanto na Europa quanto na América
- E a manifestação de um conflito entre a recém-criada ordem jesuíta e a Coroa portuguesa em torno do combate à pirataria francesa.

**35** Entre as consequências da expulsão dos holandeses do Brasil no século XVII, destacamos:

- A o crescimento da produção açucareira graças às novas técnicas aprendidas com os holandeses.
- B o desaparecimento da oposição senhor e escravo, em função da luta contra o invasor batavo

- C o declínio da produção açucareira do Nordeste, devido à concorrência do açúcar holandês produzido nas Antilhas.
- D o alinhamento de Portugal à França, potência hegemônica da época.
- E o abrandamento das restrições do Pacto Colonial e a concessão de maior liberdade de comércio.

**36** A hostilidade entre colonos e invasores holandeses foi declinando à medida que estes acenavam com uma política de bons preços para o açúcar, reativação e recuperação dos engenhos. Esse clima cordial, contudo, termina a partir de 1644 em virtude:

- A da instalação do governo de Maurício de Nassau, com características opressivas e fiscalistas.
- B da intolerância religiosa praticada pelos holandeses durante todo o seu domínio no Brasil
- C do retorno de Maurício de Nassau à Europa, ao mesmo tempo que mudava a política da Companhia das Índias, prejudicando os interesses dos donos de engenho.
- D do domínio espanhol sobre o Brasil, alterando nossas relações com os holandeses.
- E da Restauração em Portugal e a assinatura de um tratado que abria mão do Brasil, reconhecendo a posse da colônia pela Holanda em definitivo

**37 UPE 2015** A primeira metade do século XVII em Pernambuco foi marcada pela invasão holandesa à capitania. A presença holandesa em Pernambuco durou 24 anos, de 1630 a 1654. A invasão foi motivada por vários fatores, dos quais podemos destacar

- A o sucesso da colonização holandesa no sul da América, especialmente nas possessões espanholas, e a vontade da Holanda em expandir seus domínios no Novo Mundo
- B a necessidade do algodão, produto amplamente produzido na capitania de Pernambuco, desde o século XVI, por parte das indústrias têxteis holandesas.
- C o bloqueio do acesso holandês pela Coroa Espanhola ao comércio do açúcar produzido em Pernambuco, durante a União Ibérica
- D a presença maciça de tropas holandesas na Bahia, desde 1625
- E os interesses dos comerciantes e senhores de engenho locais em comercializar com os holandeses, em detrimento dos portugueses.

**38** As invasões holandesas no Brasil relacionam-se:

- A aos conflitos religiosos entre os holandeses (protestantes) e os portugueses (católicos) no quadro das “guerras de religião” europeias
- B à aliança entre Holanda e Inglaterra, as duas maiores potências navais europeias, contra Portugal

- C aos conflitos entre Holanda (ex-posseção espanhola) e Espanha, à passagem de Portugal para o domínio dos Habsburgo espanhóis e aos interesses comerciais holandeses no açúcar brasileiro.
- D à política francesa de expansão colonial, tendo a Holanda como principal aliada
- E à pretensão holandesa de transformar o Brasil em um entreposto para a venda de escravos.

**39 Unesp** Leia o texto a seguir.

Foi assim possível dispor um segundo ataque ao Brasil, desta vez contra uma capitania mal aparelhada na sua defesa, mas a principal e mais rica região produtora de açúcar do mundo de então. Existem aí e nas capitanias vizinhas, mais de 130 engenhos que, nas melhores safras, davam mais de mil toneladas do produto

J. A. Gonsalves de Mello.

O texto refere-se à:

- A Guerra dos Mascates.
  - B invasão holandesa em Pernambuco.
  - C invasão francesa no Rio de Janeiro
  - D Revolta de Beckman.
  - E invasão holandesa em Salvador.
- 40** Qual a razão pela qual os holandeses optaram pela invasão de Salvador em um primeiro momento, em 1624, e não de Pernambuco, que era o maior centro da produção açucareira?
- 41** Em 1630, os holandeses invadiram o Nordeste açucareiro brasileiro, mantendo uma dominação que se estendeu até 1654. Quais as razões que explicam essa invasão e quais os principais efeitos da presença holandesa no Brasil?
- 42** Em que bases se efetivou a relativa aliança que se verifica entre os holandeses, particularmente durante o período de Nassau, e os proprietários de engenho no Brasil?
- 43 PUC-Rio 2016** A respeito da ocupação holandesa dos territórios portugueses na América e na África, na primeira metade do século XVII, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A A ocupação holandesa está relacionada à conjuntura política da união das coroas de Espanha e Portugal (União Ibérica) e ao processo de independência dos Países Baixos.
  - B Nesta mesma época, os holandeses também invadiram e ocuparam territórios portugueses na África (Angola), com o objetivo de controlar o fluxo de escravos negros para os engenhos de açúcar da América portuguesa.
  - C O período de administração de Maurício de Nassau foi marcado pela reorganização urbanística do

Recife, com a pavimentação de ruas e a construção de novas pontes.

- D A administração de Nassau no Nordeste da América portuguesa ficou caracterizada pela perseguição aos católicos e judeus, uma vez que os holandeses professavam a religião protestante (calvinistas).
  - E Até a União Ibérica, os comerciantes holandeses eram os principais distribuidores do açúcar português na Europa.
- 44 Acafe 2016** A União Ibérica (1580-1640) caracterizou-se quando Filipe II invadiu Portugal com suas tropas e assumiu a coroa portuguesa, unindo Portugal e Espanha. No contexto da União Ibérica, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:
- A Em 1640 terminou o domínio espanhol, através do movimento liderado pelo Duque de Bragança. O duque foi coroado monarca de Portugal, dando início à dinastia de Bragança.
  - B Neste período, o Tratado de Tordesilhas não teve nenhum efeito entre os limites territoriais portugueses e espanhóis na América. Isto favoreceu o avanço português para o interior da colônia.
  - C O principal motivo da União Ibérica foi a tentativa da França de anexar a Espanha ao seu território. A União do exército espanhol com o exército português conseguiu afastar esta ameaça.
  - D Os holandeses invadiram o Nordeste neste período e dominaram Pernambuco, pois os espanhóis não estavam permitindo o contato comercial dos batavos com os produtores de açúcar.
- 45 Col. Naval 2014** A União Ibérica foi um importante estímulo à expansão territorial portuguesa sobre o território que legalmente pertencia à Espanha, segundo o Tratado de Tordesilhas. Com isso, aconteceram vários conflitos entre os dois países e foram necessários alguns tratados de limites para que as novas fronteiras se definissem. Sobre os tratados de limites que definiram o território brasileiro, pode-se afirmar que:
- A o Tratado de Lisboa foi assinado entre Portugal e Espanha e restabeleceu os limites territoriais existentes à época do Tratado de Tordesilhas.
  - B o Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha, usando o princípio da restauração, restabeleceu as fronteiras existentes antes da União Ibérica.
  - C com o Tratado do Santo Ildefonso, Portugal recebeu o domínio dos Sete Povos das Missões, o que provocou a chamada Guerra Guaranítica.
  - D o Tratado de Methuen, assinado entre Portugal e Inglaterra, definiu as fronteiras ao norte do Brasil, e a Guiana ficou sob domínio inglês.
  - E o Tratado de Badajoz foi o último a ser assinado e praticamente definiu os limites territoriais brasileiros. A única alteração, desde aquela época, foi a anexação do Acre.

## Calabar

Calabar, nascido em Porta Calvo, conhecia bem o território e os métodos de luta dos pernambucanos, tendo colaborado para os grandes sucessos que os flamengos passaram a ter na luta contra luso-brasileiros. Os historiadores de então afirmam que Calabar teria traído os seus compatriotas mediante o recebimento de suborno, ou de que o teria feito por ter dado desfalque no erário e temer punição. Daí, então, o nome Calabar passou a ser considerado sinônimo de traição.

Há, porém, uma série de estudiosos que procuram tirar esta mancha do desertor alagoano, dizendo que ele traiu o Brasil e que, se vendo diante de uma dupla ação, continuar o seu país a ser colônia portuguesa ou tornar-se colônia holandesa, preferiu a segunda opção, e por isto mudou de posição no campo de luta. Ao estudar esta figura, o cronista Assis Cintra (1933) salienta que o escritor maranhense, Viriato Correia, e o historiador Varnhagen faziam as maiores acusações a Calabar, mas que, em contrapartida, o ministro e professor de direito, Américo Brasiliense, o abolicionista Joaquim Nabuco e o tribuno José Bonifácio, o moço, consideravam-no um herói e defendiam a sua atitude.

Fica aos historiadores e leitores a reflexão sobre os motivos que levaram Calabar a mudar de lado na luta, se por interesses econômicos ou medo de punição ou se por razões patrióticas, por considerar que os holandeses eram mais liberais que os portugueses e espanhóis, tratando melhor os povos que dominavam. A esta ideia está ligada uma outra, muito aceita ainda hoje em Pernambuco, a de que os holandeses, sendo mais adiantados que os ibéricos, teriam feito melhor administração e propiciado maior desenvolvimento à colônia se o seu domínio tivesse permanecido; muitas vezes o povo atribui aos holandeses a construção das grandes obras antigas, até de igrejas católicas, quando os batavos eram protestantes, calvinistas. [...]

Observa-se também que a colonização holandesa na Indonésia, em Suriname e nas Antilhas não produziu nações progressistas, formaram colônias de exploração em que os colonizadores eram em pequeno número, dominando uma população nativa numerosa ou povos transplantados, como os hindus e muçulmanos do Suriname.

*Jornal do Comércio. Encarte Pernambuco Imortal n. 2, Recife.*

## Resumindo

- Elementos políticos e administrativos que marcaram a colonização portuguesa no Brasil.
- A atitude colonial portuguesa apresentou uma oscilação entre dispersão e centralização, diretamente relacionada à riqueza gerada e/ou à importância da atividade e da região. Tal oscilação fica evidente na atitude portuguesa em termos administrativos, por exemplo:
  - a dispersão inicial, marcada pelo regime de capitanias, nas quais cada donatário era praticamente autônomo, foi detida (ou ao menos esse foi o intento da Coroa) com a criação do Governo-geral.
  - a própria autonomia das Câmaras Municipais (cujo papel era meramente local e de influência limitada) foi sempre combatida pela Coroa, culminando com a nomeação dos chamados juizes de fora.
- A criação de órgãos como o Conselho Ultramarino evidencia a atitude portuguesa de exercer um controle maior diretamente proporcional à importância da atividade econômica da região e da Colônia como um todo.
- Cabe lembrar que o Conselho Ultramarino foi criado imediatamente após o fim da União Ibérica, quando a Coroa portuguesa, enfraquecida e dependente, precisava desesperadamente ampliar sua arrecadação com o Brasil.
- A forma como se deu a expansão territorial brasileira também oscila entre dispersão e controle. Por um lado, houve um processo de expansão que, embora contando com iniciativas da Coroa (criação de fortificações, apoio às reduções jesuíticas, entradas), foi principalmente espontâneo, destacando-se a ação do bandeirismo. No século XVIII, no entanto, essa ação passou a ser estatal, com a negociação de tratados que oficializassem a posse portuguesa sobre o território.
- Os efeitos da presença holandesa no Nordeste e sua expulsão. Os holandeses foram os grandes responsáveis pelo apogeu e pela decadência da economia nordestina.

## Quer saber mais?



### Livros

- **PAULA, Eunice Dias de et al.** *A confederação dos Tamoios: a união que nasceu do sofrimento.* Petrópolis: Vozes, 1984.
- **MELLO, Evaldo Cabral de (org.)** *O Brasil holandês.* São Paulo: Penguin Companhia.



### Sites

- <[www.museudoindio.org.br](http://www.museudoindio.org.br)>.

- <[www.mae.usp.br](http://www.mae.usp.br)>.
- <[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)>.
- <<http://serradabarriga.palmares.gov.br/>>.



### Filme

- **Doce Brasil Holandês.** Direção: Monica Schmiedt, 2010. Classificação indicativa: Livre

## Exercícios complementares

- 1 UFJF** [...] ponderando-se o acharem-se hoje as Vilas dessa Capitania tão numerosas como se acham, e que sendo uma grande parte das famílias dos seus moradores de limpo nascimento, era justo que somente as pessoas que tiverem essa qualidade andassem na governança delas [...]

Ordem Régia (Para Câmara de Vila Rica MG), 27 jan. 1726.

A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, apenas com um ligeiro exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial desde Maranhão até Macau.

C R Boxer *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70, 1969. p. 267.

O mais significativo órgão político-administrativo implantado por Portugal nas vilas coloniais da América Portuguesa era a Câmara Municipal

Baseando-se nas citações apresentadas, responda com suas próprias palavras:

- qual era a origem social daqueles que ocupavam os cargos nas Câmaras Municipais?
  - cite três funções das Câmaras Municipais nas principais vilas coloniais.
- 2 UFG** No período da União Ibérica (1580-1640), o domínio espanhol sobre Portugal provocou também mudanças político-econômicas importantes no Império Colonial português. Explique uma das mudanças ocorridas na América Portuguesa, resultante da dominação espanhola.

### 3 PUC Rio 2017



Disponível em: <<http://en.natmus.dk/footermenu/organisation/management-secretariat-and-research-administration/modern-history-and-world-cultures/ethnographic-collection/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

As pinturas acima foram produzidas no século XVII por Albert Eckhout, um dos estudiosos que esteve no nordeste brasileiro na corte de Maurício de Nassau, durante a ocupação holandesa. Elas são representações de algumas mulheres encontradas na colônia: a mulher tapuia, a mulher tupi, a mameluca e a mulher negra, respectivamente.

A partir de tais referências, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- O contraste entre a mulher tupi e a mulher tapuia sugere que o colonizador mantinha diferentes formas de se relacionar com os indígenas.
- O contraste entre as vegetações são representações fidedignas dos lugares onde essas mulheres eram encontradas.

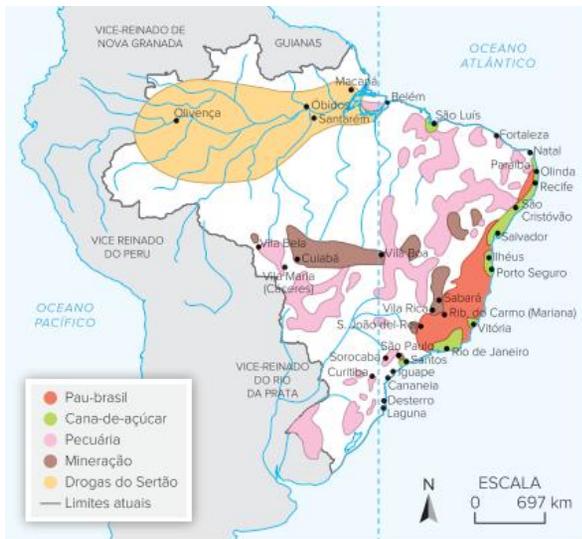
- O contraste entre vestimentas das mulheres tupi e mameluca sugere que o colonizador identificava diferenças culturais entre elas.
- A presença de crianças na representação das mulheres tupi e negra alude à maternidade e poderia ser lida como a possibilidade de reprodução da mão de obra.
- As imagens são representações da experiência dos holandeses e de suas intenções colonizadoras.

- 4 PUC-RS** Em 1640, com o fim da União Ibérica, Portugal se defronta com vários problemas e desafios para administrar o Brasil Colonial e desenvolver a sua economia. Entre esses problemas, não pode ser arrolada:
- a expulsão dos holandeses da região açucareira do Nordeste.
  - a destruição do quilombo de Palmares, que desafiava a ordem escravista.
  - a escassez de metais preciosos e a queda dos preços do açúcar.
  - a expulsão dos jesuítas que dificultavam a escravização dos indígenas no estado do Grão-Pará.
  - a reorganização administrativa da colônia e de sua defesa.

- 5 UFPE** A União Ibérica durou 60 anos e teve influência na colonização portuguesa do Brasil. Durante o período da União entre Portugal e Espanha, o Brasil:
- atingiu o auge da sua produção açucareira com ajuda de capitais espanhóis.
  - foi invadido pela Holanda, interessada na produção do açúcar.
  - conviveu com muitas rebeliões dos colonos contra o domínio espanhol.
  - registrou conflitos entre suas capitanias, insatisfeitas com a instabilidade econômica.
  - conseguiu ficar mais livre da pressão dos colonizadores europeus.

- 6 PUC-Minas** A expressão “Círculo de ferro da opressão colonial”, do historiador Caio Prado Jr., sintetiza admiravelmente a nova política adotada por Portugal com o fim da União Ibérica, em 1640. Com relação a essa nova política administrativa, é correto afirmar que:
- o Conselho Ultramarino se tornou o órgão supremo da administração responsável por todos os negócios das colônias portuguesas.
  - as Câmaras Municipais se tornaram soberanas e independentes expressando o poder máximo dos grandes senhores rurais.
  - a Intendência do Ouro, órgão especial de arrecadação tributária, passou a se subordinar diretamente ao controle do governador da capitania das Gerais.
  - os capitães donatários adquirem mais prestígio, principalmente, após a instalação do Vice-Reinado na América portuguesa.

**7 Unesp** Observe o mapa e responda.



Atlas histórico escolar, Fename/MEC, 1980 (Adapt)

- A O Meridiano de Tordesilhas, enquanto esteve em vigor, obstruiu a efetiva ocupação do interior do território brasileiro
- B As riquezas do Vice-Reinado do Rio da Prata atraíram muitos aventureiros em busca de fortuna fácil e que acabaram por se fixar na região Sul do Brasil
- C A busca por pau-brasil e terras férteis para a cana-de-açúcar impulsionou a derrubada da mata Atlântica e a fixação do colonizador no sertão nordestino.
- D Apesar do aspecto extensivo da atividade, a pecuária desempenhou importante papel no processo de interiorização da ocupação.
- E O intenso povoamento da Região Norte causou sérios problemas para a metrópole, que não dispunha de meios para abastecer a área.

**8 Fuvest** O que mais espanta os índios e os faz fugir dos portugueses, e por consequência das Igrejas, são as tiranias que com eles usam, obrigando-os a servir toda sua vida como escravos, apartando mulheres de maridos, pais de filhos, ferrando-os, vendendo-os etc. [...] estas injustiças foram a causa da destruição das Igrejas [...]

Padre José de Anchieta, na segunda metade do século XVI

- A partir do texto, é correto afirmar que:
- A a defesa dos indígenas feita por Anchieta estava relacionada aos problemas de ordem pessoal entre ele e os colonizadores da capitania de São Paulo
  - B a escravidão dos índios, a despeito das críticas de Anchieta, foi uma prática comum durante o período Colonial, estimulada pela Coroa portuguesa.
  - C os conflitos entre jesuítas e colonizadores foram constantes em várias regiões, tais que: Maranhão, São Paulo e Missões dos Sete Povos do Uruguai.
  - D a posição de defesa dos indígenas, assumida por Anchieta, foi isolada nas Américas, tanto na Portuguesa quanto na Espanhola.
  - E a defesa dos jesuítas foi assumida pela Coroa nos episódios em que essa ordem religiosa lutou por interesses antagônicos aos dos colonizadores.

**9 UFSC 2019** Este homem é um dos maiores selvagens que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo **língua**, porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro tapuia mais que em dizer que é cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhes assistem sete índias concubinas, e daqui se pode inferir como procede no mais; tendo sido a sua vida, desde que teve uso da razão – se é que a teve, porque, se assim foi, de sorte a perdeu que entendo a não achará com facilidade –, até o presente, andar metido pelos matos à caça de índios, e de índias, estas para o exercício das suas torpezas, e aqueles para os **granjeios** de seus interesses.

CARNEIRO, E. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Brasiliense, 1947, p. 134-135 apud CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. *Oficina de História*. São Paulo: Leya, 2016, p. 84. v. 2.

- Língua:** intérprete que auxiliava na comunicação entre indígenas e portugueses
- Granjeio:** trabalho realizado com o objetivo de receber vantagens e comodidades

O trecho acima, de uma carta do bispo de Pernambuco ao rei de Portugal Pedro II, em 1697, descreve Domingos Jorge Velho, mestre de campo das operações de Palmares. Sobre o contexto das ações e da memória histórica construída sobre os bandeirantes, é correto afirmar que:

- 01 cidades como São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna, em Santa Catarina, tiveram suas origens ligadas às ações dos bandeirantes em suas expedições em direção ao sul da colônia.
- 02 segundo a historiografia atual, a imagem heroica com que os paulistas foram representados, sobretudo no século XX, ajudaram na difusão de uma série de preconceitos culturais e raciais que formaram muitos dos valores da nossa sociedade.
- 04 muitas vezes apresentados como desbravadores, descobridores de riquezas, fundadores de vilas e responsáveis pelo povoamento de várias regiões, os bandeirantes e sua imagem heroica acabam camuflando aspectos como a dizimação de povos indígenas, o deslocamento forçado de populações nativas e a escravização que transformou o indígena em mercadoria.
- 08 a percepção do bispo na carta endereçada ao rei português trata de uma exceção, pois a Igreja estava alinhada às ações dos bandeirantes no processo de aculturação dos povos indígenas.
- 16 os bandeirantes, também chamados de sertanistas, eram os participantes das expedições oficiais que a coroa portuguesa organizava em busca da escravização dos povos indígenas e também de metais preciosos.
- 32 o apresamento dos povos indígenas, sobretudo no extremo Sul e na Região Amazônica, o sertanismo de contrato, particularmente intenso no Nordeste, e as expedições de pesquisa mineral que partiam de São Paulo em direção à região das minas foram os principais focos do bandeirantismo na América Portuguesa.

Soma:

- 10 PUC-Campinas** Na Samarra, aliás, Manuelzão conduziria o início de tudo, havia quatro anos, desde quando Frederico Freyre gostou do rincão e ali adquiriu seus mil e mil alqueires de terra asselvajada. – “Te entrego, Manuelzão, isto te deixo em mão, por desbravar!” E enviou o gado. Manuelzão: sua mão grande. Sua porfia. Pois ele sempre até ali usara um viver sem pique nem pouso – fazendo outros sertões, comboiando boiadas, produzindo retiros provisórios, onde por pouquinho prazo se demorava – sabendo as poeiras do mundo, como se navega. Mas, na Samarra, ia mas era firmar um estabelecimento maior. Sensato se alegrara. Mordeu no ser. Arreuniu homens e veio, conforme acostumado.

Guimarães Rosa *Manuelzão*

A atividade econômica à qual Manuelzão se dedicava, descrita no texto, contribuiu em grande parte, no Brasil Colonial, para:

- A o povoamento das regiões Centro-Oeste e Sul.
  - B o surgimento do bandeirantismo no Sudeste.
  - C a decadência dos engenhos na província de Minas Gerais.
  - D a comercialização das “drogas do sertão” na região Norte.
  - E o estabelecimento de pequenas propriedades no sertão nordestino.
- 11 UFG** Leia o poema a seguir
- Evém a Bandeira dos Polistas...  
num tropel soturno  
Rasgando as lavras  
ensacando ouro,  
encadeiam Vila Boa  
nos morros vestidos  
de pau-d’arco.  
Foi quando a perdida gente  
riscou o roteiro incerto  
do velho Bandeirante  
E Bartolomeu Bueno,  
num passe de magia  
histórica,  
tira Goyaz de um prato de aguardente  
e ficou sendo o Anhanguera.

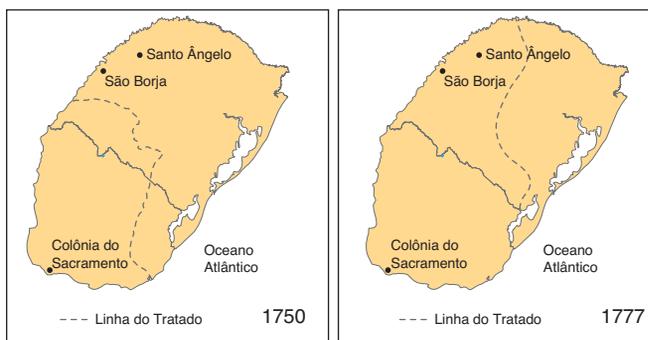
Cora Coralina. “Anhanguera”. *Melhores poemas*. Seleção de Darcy França Denório. São Paulo: Global, 2004. p. 84-6. (Adapt.).

A produção de identidades pode levar à busca de mitos fundadores. O poema de Cora Coralina expressa a relação entre um símbolo mítico e a identidade goiana, ao destacar que:

- A o imaginário goiano rejeitou a figura do bandeirante, considerando o caráter usurpador presente na descoberta do ouro.
- B a chegada dos bandeirantes foi considerada o acontecimento que simbolizou o abandono da identidade rural na capitania.
- C a utilização do ardil da aguardente forjou a narrativa de receptividade entre a “perdida gente” e os bandeirantes paulistas
- D a descoberta do ouro concedeu importância à figura do bandeirante como emblema da inserção de Goiás no cenário nacional
- E as bandeiras, como estratégia político-militar portuguesa, objetivavam simbolizar o poder metropolitano na região

**12 UFPel**

**Fronteiras meridionais do Brasil**



Arthur Ferreira Filho. *História Geral do RS – 1503-1957*. Porto Alegre: Globo, 1958.

As linhas dos Tratados tracejadas nos mapas representam, respectivamente:

- A o Tratado de Santo Ildefonso – quando as missões jesuíticas foram entregues aos portugueses pelos espanhóis – e a demarcação do Tratado de Tordesilhas.
- B o Tratado de Badajoz (1750) – que determinou a criação dos Campos Neutrais – e o Tratado de Madrid (1777), que, ao contrário, manteve a colônia do Sacramento como portuguesa
- C o Tratado de Madrid pelo qual os portugueses entregaram as missões para os espanhóis em troca da colônia do Sacramento e o limite meridional do Tratado de Tordesilhas no sul do Brasil.
- D o Tratado de Santo Ildefonso (1750) – que garantiu a posse da Província Cisplatina para o Império brasileiro – e a representação geográfica dada pelo Tratado de Badajoz (1777), que contrastou com o tratado anterior e antecedeu a Guerra Guarânica.
- E a fronteira determinada pelo Tratado de Madrid (1750) que eliminou os limites do Tratado de Tordesilhas e a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso (1777).

**13 UFU** *Uti possidetis* é um princípio de direito internacional bastante utilizado desde o século XVIII nas definições dos limites entre territórios vizinhos. Esse princípio reconhece o direito de posse a quem de fato ocupa determinado território.

Considerando-se o uso desse princípio e a formação territorial do Brasil, assinale a alternativa incorreta.

- A Espanha e Portugal tiveram poucos conflitos sobre territórios conquistados na América, durante o período Colonial, pois suas posses foram definidas por tratados e bulas desde antes da ocupação das terras.
- B A expansão territorial da América Portuguesa no século XVII, motivada por fatores econômicos, religiosos e políticos, gerou conflitos com nações europeias. O *uti possidetis* foi utilizado, por exemplo, para legitimar essas novas posses.
- C Os domínios portugueses na América foram ampliados durante a União Ibérica, o que permitiu fixar-se no Rio da Prata o limite sul do Brasil, até a separação da Província Cisplatina no século XIX.
- D A fixação das fronteiras nacionais do Brasil teve início no século XIX e, nos primeiros anos do século XX, vários problemas de limites foram solucionados pela diplomacia brasileira, apoiando-se no princípio do *uti possidetis*.

**14 UFU** Após a leitura do trecho a seguir, faça o que se pede.

A denominação “invasões” holandesas projeta, com anacronismo extremo, um sentimento nacional para o passado e inventa uma soberania brasileira herdeira de uma soberania portuguesa. Na prática, mostra o que viemos a nos tornar, jamais o que éramos no século XVII

Leandro Karnal “O testamento de Adão” In: *História Viva* Grandes Temas (Mar português). Edição especial temática, n.14, 2006. p. 85.

- a) O que foram as chamadas “invasões” holandesas no contexto da América Portuguesa do século XVII?
- b) Explique, com suas palavras, por que a denominação “invasões” holandesas é anacrônica.
- c) Se “invasões” é um termo que parece inadequado para fazer referência ao acontecimento histórico mencionado no texto, quais alternativas menos anacrônicas poderiam ser utilizadas para se referir ao mesmo episódio? (cite pelo menos duas)

**15 Fatec** Em relação ao período da ocupação holandesa no Nordeste brasileiro, afirma-se:

- I a invasão deveu-se aos interesses dos comerciantes holandeses pelo açúcar produzido na região, interesses esses que foram prejudicados devido à União Ibérica (1580-1640).
- II. foi, também, uma consequência dos conflitos econômicos e políticos que envolviam as relações entre os chamados Países-Baixos e o Império espanhol.
- III. as medidas econômicas de Nassau garantiam os lucros da Companhia das Índias Ocidentais e os lucros dos senhores de engenho, já que aumentaram a produção do açúcar.
- IV. a política adotada por Nassau para assentar os holandeses na Bahia acabou por deflagrar sua derrota e o fim da ocupação holandesa, graças à resistência dos índios e portugueses expulsos das terras que ocupavam.

São verdadeiras as proposições:

- A I e II
- B I, II e III
- C II, III e IV.
- D I, III e IV.
- E II e IV.

**16 FGV** A administração de Maurício de Nassau sobre parte do Nordeste do Brasil, no século XVII, caracterizou-se:

- A por uma forte intolerância religiosa, representada, principalmente, por meio do confisco das propriedades dos judeus e dos católicos
- B pela proteção às pequenas e médias propriedades rurais, o que contribuiu para o aumento da produção de açúcar e tabaco em Pernambuco.
- C por uma ocupação territorial limitada a Pernambuco, em função da proteção militar efetuada por Portugal nas suas colônias africanas.
- D por inúmeras vantagens econômicas aos colonos e pela ausência de tolerância religiosa, representada pela imposição do calvinismo.
- E pela atenção aos proprietários luso brasileiros, que foram beneficiados com créditos para a recuperação dos engenhos e a compra de escravos.



Engenho de açúcar



Vista de Olinda

Pinturas de Frans Post, século XVII, enciclopedia itaucultural.org.br

O triunfo holandês seria coroado com a chegada do conde Maurício de Nassau-Siegen, que desembarcou como governador em janeiro de 1637. Transformado em mito de nossa história seiscentista, Nassau ficaria também celebrizado pela missão de pintores e naturalistas que financiou no seu governo. Frans Post (1612-1680) foi o mais renomado componente da missão nassoviana, dedicando-se à pintura de paisagens, retratando a natureza tropical e as construções humanas.

Adaptado de Vainfas, R. "Tempo dos Flamengos: a experiência colonial holandesa". In: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVEA, M. de F. (org). *O Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

A presença holandesa no Brasil, entre 1630 e 1654, interferiu nos rumos da colonização portuguesa nas terras americanas. O governo de Nassau (1637-1644) tornou-se uma referência, estimulando a produção de registros, como as pinturas de Frans Post.

Identifique o principal objetivo econômico da presença holandesa no Brasil, no século XVII. Em seguida, apresente duas realizações do governo de Nassau que tenham contribuído para sua notoriedade histórica

18 UFPel [...] da amizade dos índios depende em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil e que se tendo isto em vista deve-se-lhe permitir conservar a sua natural liberdade, mesmo aos que no tempo do rei de Espanha caíram ou por qualquer meio foram constringidos à escravidão, como eu próprio fiz libertando alguns. Devem-se dar ordens, também, para que não sejam ultrajados pelos seus "capitães", ou alugados a dinheiro ou obrigados contra sua vontade a trabalhar nos engenhos; ao contrário deve-se permitir a cada um viver do modo que entender e trabalhar onde quiser, como os da nossa nação [...].

Fragmento do relatório de Maurício de Nassau aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, em 1644.

O documento demonstra que, durante:

- A a Insurreição Pernambucana, a Companhia das Índias Ocidentais era contrária a qualquer trabalho escravo na produção açucareira.
- B a União Ibérica, os holandeses proibiram o tráfico de escravos para o Brasil e promoveram a liberdade aos indígenas.
- C o período Colonial, a escravização indígena foi inexistente, devido aos interesses estratégicos e comerciais dos europeus.
- D as ocupações francesas, no Nordeste do Brasil, ocorreram transformações nas relações dos europeus com as populações nativas, no que se refere ao trabalho cativo
- E a ocupação holandesa, no Nordeste brasileiro, foi combatida a escravização indígena promovida pelos ibéricos.

19 UFMG Analise o quadro abaixo

Capitania	1570	1583	1612	1629
Pará, Ceará, Maranhão	–	–	–	–
Rio Grande	–	–	1	–
Paraíba	–	–	12	24
Itamaracá	1	–	10	18
Pernambuco	23	66	99	150
Sergipe	–	–	1	–
Bahia	18	33	50	8
Ilhéus	8	3	5	4
Porto Seguro	5	1	1	–
Espírito Santo	1	6	8	8
Rio de Janeiro	–	3	114	60
São Vicente, Santo Amaro	4	6	–	–
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>118</b>	<b>201</b>	<b>350</b>

Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri *História da expansão portuguesa* Lisboa: Círculo de Leitores, 1998 p. 316

A partir dessas informações sobre a evolução do número de engenhos açucareiros no Brasil, entre 1570 e 1629, é correto afirmar que:

- A a expulsão dos holandeses da Bahia provocou a retração da produção açucareira nessa capitania
- B a invasão holandesa no Nordeste açucareiro destruiu a base produtiva instalada pelos portugueses na região.
- C a substituição do trabalho escravo indígena pelo africano não alterou a produção de açúcar na região de São Paulo
- D a expansão da área açucareira em Pernambuco ocorreu, de forma significativa, durante o período da União Ibérica.

**20 FGV** Guerreado por Madrid e pela Holanda, posto em quarentena pela Santa Sé, Portugal busca o apoio de Londres, preferindo a aliança com os distantes hereges à associação com os vizinhos católicos. Dando seguimento a vários tratados bilaterais, os portugueses facilitam o acesso dos mercadores e das mercadorias inglesas às zonas sob seu controle na Ásia, África e América.

L. F. de Alencastro "A economia política dos descobrimentos"  
In: A. Novaes (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*.  
São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 193

O trecho do texto de Alencastro refere-se:

- A ao período inicial da Expansão Marítima portuguesa, no qual as rivalidades com a Espanha em torno da partilha da América levaram a uma aproximação diplomática entre Portugal e Inglaterra.
- B à época da Restauração, que se seguiu à união dinástica entre as monarquias ibéricas e que obrigou a Coroa portuguesa a enfrentar tropas espanholas na Europa e holandesas na África e na América.

C à época napoleônica, que acabou por definir o início da aproximação diplomática de Portugal com a Inglaterra, em virtude da articulação franco-espanhola que ameaçava as colônias portuguesas na América.

D ao período de Guerras de Religião, durante o qual a monarquia portuguesa, por aproximar-se dos calvinistas ingleses, passou a ser encarada com suspeitas pelo poder pontifício.

E à época das primeiras viagens portuguesas às Índias, quando muitas expedições foram organizadas em conjunto por Inglaterra e Portugal, o que alijou holandeses e espanhóis das atividades mercantis realizadas na Ásia.

**21 PUC-RS** As invasões holandesas no Brasil, no século XVII, estavam relacionadas à necessidade de os Países-Baixos manterem e ampliarem sua hegemonia no comércio do açúcar na Europa, que havia sido interrompido:

- A pela política de monopólio comercial da Coroa portuguesa, reafirmada em represália à mobilização anticolonial dos grandes proprietários de terra
- B pelos interesses ingleses que dominavam o comércio entre o Brasil e Portugal
- C pela política pombalina, que objetivava desenvolver o beneficiamento do açúcar na própria colônia, com apoio dos ingleses.
- D pelos interesses comerciais dos franceses, que estavam presentes no Maranhão, em relação ao açúcar
- E pela Guerra de Independência dos Países Baixos contra a Espanha, e seus consequentes reflexos na colônia portuguesa, devido à União Ibérica.



Pedro Américo, *Tiradentes suplicado*, 1893, óleo sobre tela, Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, Brasil. Pedro Américo/Wikimedia Commons (Domínio público).

## FRENTE 1

### CAPÍTULO

# 4

## O século XVIII

O século XVIII foi um dos momentos mais marcantes do Período Colonial brasileiro, não apenas pela riqueza gerada pela mineração, mas principalmente pelo fato de nesse período começarem a se formar as primeiras condições que levaram à independência no século XIX. Os efeitos causados pela mineração foram notados tanto no Brasil quanto em Portugal: ao mesmo tempo que se formou na Colônia uma sociedade mais rica, com interesses próprios e muito mais capaz, portanto, de romper com a metrópole, intensificou-se a opressão portuguesa – fato que gerou uma reação mais intensa contra essa dominação.

Em relação a esse século, é possível também observar as vinculações entre a realidade brasileira e o contexto mundial no que diz respeito à crise do Sistema Colonial, fenômeno que não se aplica exclusivamente ao Brasil, mas atinge o mundo colonial em sua totalidade.

## A economia mineradora

### Origens da mineração

Conforme estudamos anteriormente, a expulsão dos holandeses marcou o início do processo de declínio da economia açucareira; além disso, após o fim da União Ibérica, a economia portuguesa começou a entrar em decadência. Nesse contexto, tanto no Brasil quanto em Portugal, a notícia das primeiras descobertas de ouro afluiu uma cobiça e uma corrida sem precedentes para a região das Minas Gerais. Não apenas populações de todas as partes da Colônia como também vastos contingentes de portugueses deslocaram-se para a região. A imigração portuguesa foi tão intensa que a Coroa chegou a proibir a vinda de portugueses para o Brasil em 1720, temendo uma redução drástica da população em Portugal.

O aumento da procura pelo ouro é um resultado direto da decadência da economia litorânea, como atesta o fato de o grande responsável pela descoberta do metal precioso ter sido o bandeirismo. Até então, a atividade bandeirista havia tido como principal objetivo a captura de indígenas para escravização. Com o declínio da atividade produtiva e a consequente redução do mercado para mão de obra, outras atividades atraíram os bandeirantes. É válido lembrar que as atividades de busca de minérios e captura de indígenas são, de certa forma, excludentes, pois as áreas onde o ouro seria buscado, naturalmente montanhosas, não eram áreas particularmente ocupadas por populações indígenas. Assim, somente quando a escravização de indígenas deixa de ser lucrativa é que se intensifica o fluxo de expedições para as áreas mais passíveis de se encontrar o ouro.

A necessidade portuguesa em relação ao ouro levou a Coroa a reafirmar uma severa legislação tão logo se confirmou a notícia da existência de jazidas, buscando controlar a atividade mineradora e garantir seus lucros. Em verdade, essa legislação já existia desde 1603, como forma de disciplinar a atividade bandeirista de procura do ouro. Assim, o **Regimento das Minas** permitia a livre extração, desde que coubesse à Coroa um quinto do ouro obtido.

Com a descoberta de jazidas e a possibilidade de obtenção de uma quantidade muito maior de ouro em relação a períodos anteriores, a legislação tornou-se mais precisa e centralizadora. Pelas novas leis do início do século XVIII criava-se a **Intendência das Minas**, cuja jurisdição aplicar-se-ia a todos os assuntos envolvendo o ouro e a região mineradora, respondendo diretamente ante o rei de Portugal. Garantia-se a livre extração, porém qualquer jazida descoberta tinha de ser comunicada à Intendência. Esta, após avaliar a extensão da jazida, subdividia a região em lotes (**datas**). Aquele que houvesse descoberto a jazida tinha direito à escolha de uma data. As demais eram leiloadas entre os mineradores.

Criava-se basicamente, além do **quinto**, mais um imposto que incidiria sobre a atividade. Era a **capitação**, uma quantia fixa em ouro, paga pelo minerador, proporcional ao número de escravizados que ele estivesse empregando na mineração.

Várias dificuldades impuseram-se ao controle português. A própria extensão da região mineradora e as constantes descobertas de novas áreas, que abriam sistematicamente novas frentes de garimpo e, antes das autoridades portuguesas, atraíam levas de mineradores, os quais gozavam de um curto período livre da presença da metrópole. Além disso, há que se frisar a própria característica do ouro brasileiro, essencialmente **ouro de aluvião**, obtido por meio do garimpo sob a forma de pó, facilmente contrabandeável.

Foi por essa razão que a Coroa baixou uma série de limitações à circulação do ouro em pó, as quais culminaram com sua proibição, em 1719, e com a criação das **Casas de Fundição**. Assim, todo o ouro obtido teria que ser levado para essas instituições, onde seria fundido em barras, recebendo o lacre real atestando seu peso e valor, e seria já devidamente quintado, ou seja, teria já abatida a parte que cabia à Coroa.

Museu da Intendência/Rômulo Fialdini

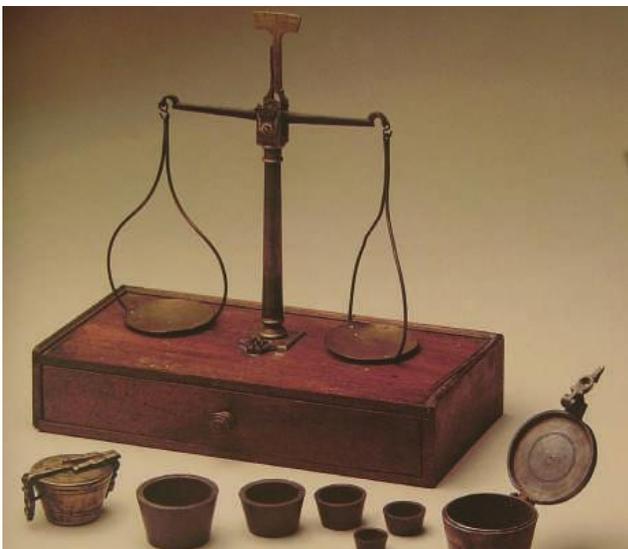


Fig. 1 Medidores de ouro em pó e balança para ouro utilizados na atividade mineradora



Fig. 2 Casa dos Contos na cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, MG, 2008. O local funciona como um museu voltado à preservação da história do Ciclo do Ouro.

Luís Rizzo/Wikipedia

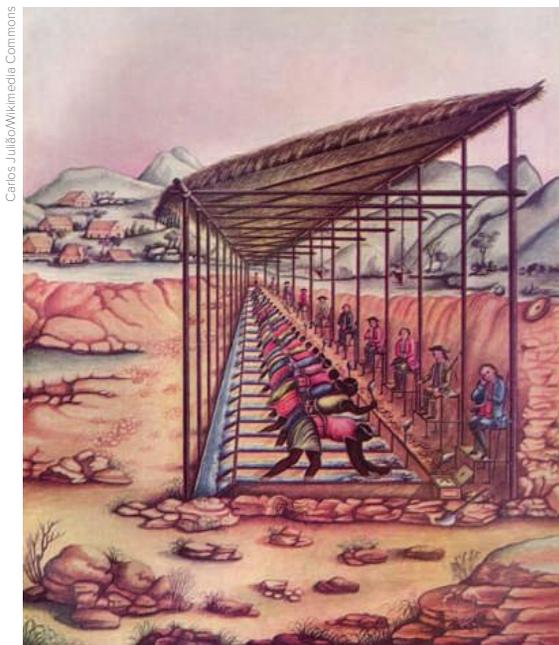
Mesmo com a pressão metropolitana, a febre pela busca do ouro não diminuiu entre as populações. Em 1709, já havia aproximadamente 30 mil pessoas divididas em, basicamente, três regiões mineiras: mais ao norte, na região do Rio das Mortes; na região do Rio das Velhas; e nas proximidades de Vila Rica (hoje Ouro Preto). Estabeleceram-se **arraiais**, núcleos de povoamento cuja fusão deu origem às principais cidades da região de Minas Gerais, entre elas Vila Rica, Sabará e São João d'El Rei.

Ao mesmo tempo que a mineração ganhava protagonismo econômico, a região mineradora atraía um contingente cada vez maior de indivíduos e ia condicionando toda uma série de atividades aos seus interesses e necessidades. Em função da mineração, estabeleceu-se um vasto comércio para abastecer a região, não apenas de mantimentos, mas também de escravizados. Da mesma forma, desenvolveu-se a atividade pecuária no centro-sul voltada para a região que hoje é Minas Gerais.

Com isso, acentuaram-se os problemas de abastecimento no restante da Colônia, agravando a crise que vinha se arrastando desde meados do século anterior. Da mesma forma, a extrema dependência da região mineradora em relação aos produtos de outras regiões conferia-lhe condição de centro polarizador da atividade econômica, servindo como elemento de integração entre as várias regiões do Brasil. Desse modo, é natural que a economia interna tenha se diversificado, gerando o surgimento de mercado voltado ao abastecimento interno, contando, inclusive, com a disponibilidade maior de capitais.

## Os diamantes

A descoberta de diamantes no Arraial do Tijuco, povoado situado às margens do Rio das Velhas, em 1729, causou novo furor entre a população e fez com que a Coroa portuguesa tomasse uma série de medidas.



**Fig. 3** Carlos Julião. *Lavagem de diamantes em Serro Frio*, c. 1770. Os escravizados eram vigiados durante a faiscação de diamantes para que nenhum deles tentasse esconder as preciosas gemas.

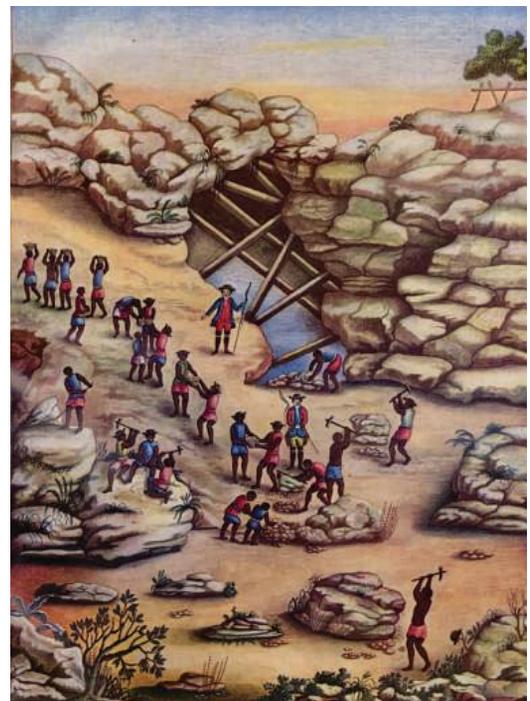
Diferentemente do ouro, o qual era encontrado numa vasta região, inviabilizando o monopólio régio da extração, os diamantes foram achados apenas no Arraial do Tijuco. Além disso, o valor unitário das pedras era imenso, o que significaria uma dispersão excessiva de recursos para a Coroa, se esta permitisse a livre extração.

Assim, os diamantes foram declarados **estanco régio**, ou seja, monopólio da Coroa na extração. O Arraial do Tijuco foi cercado, sendo criado o **Distrito Diamantino**. Os direitos de exploração foram repassados a particulares, os chamados **contratadores**, os quais pagavam, um pesado valor inicial pela concessão, altas taxas de capitação, além de 50% do valor obtido à Coroa. Entre os contratadores, o mais famoso foi João Fernandes, que acabou sendo aprisionado em função da sonegação sistemática dos impostos devidos à Coroa.

## Declínio da atividade mineradora

A mineração teve seu período de apogeu entre 1740 e 1770. A partir daí, as técnicas rudimentares de obtenção do ouro e dos diamantes, bem como o próprio esgotamento das jazidas, levou a prática à sua decadência. Com isso, acentuou-se o quadro de crise interna, ao qual se somou um furor fiscalista português, que buscava, com a elevação dos impostos, compensar a queda na sua arrecadação. Com esse objetivo foi estabelecida a **derrama**, cobrança forçada dos quintos atrasados por meio do uso do Exército (o **Regimento dos Dragões**, guarda criada especialmente para a região das minas), inclusive com o confisco de riquezas como pagamento pelas dívidas dos mineradores.

A combinação desses dois elementos — a crise econômica e a ampliação da fiscalização portuguesa — foi decisiva para intensificar o sentimento antimetropolitano, levando à Inconfidência Mineira, em 1789, e a uma série de movimentos de constestação que se seguem a ela.



**Fig. 4** Carlos Julião. *Mina de diamantes*, c. 1770.

## Transformações a partir da segunda metade do século XVII

### A crise portuguesa e o “arrocho colonial”

A crise que se instalou em Portugal após o domínio espanhol, levou o país a uma situação de maior dependência externa e endividamento, notadamente em relação à Inglaterra. Como o Brasil era a principal fonte de recursos da Coroa portuguesa, essa crise motivou uma prática sensivelmente mais opressiva, em relação à Colônia, desde a Restauração, em 1640.

Essa prática, que se manifestou em um primeiro momento pela criação do Conselho Ultramarino, das companhias monopolistas de comércio e da pressão maior contra a escravidão indígena, atingiu seu apogeu durante o século XVIII.

Dois razões fundamentais concorreram para isso. Por um lado, a ampliação da dependência e do endividamento com a Inglaterra, principalmente depois da assinatura do **Tratado de Methuen**, em 1703. Este tratado, também conhecido como **Tratado dos Panos e Vinhos**, estabelecia uma reciprocidade de taxas alfandegárias entre Portugal e Inglaterra, na importação, pela Inglaterra, do vinho português, e por Portugal, dos tecidos ingleses.

O que parece, à primeira vista, um mero compromisso comercial, acabou revelando-se ruinoso para a economia portuguesa. Já estamos em um momento que antecede imediatamente à Revolução Industrial inglesa, no qual a Inglaterra já contava com uma vasta produção manufatureira a preços consideravelmente mais baixos que seus similares portugueses. A entrada de quantidades gigantescas de manufaturados ingleses em Portugal, pagando taxas alfandegárias baixíssimas e, portanto, sendo vendidos a baixo custo no país, destruiu a incipiente manufatura portuguesa. Ao mesmo tempo, o acordo condenava Portugal a investir no único produto para o qual haveria um mercado externo, o vinho, de valores muito mais baixos e importado pela Inglaterra em quantidades infinitamente menores. Assim, a economia portuguesa viu-se num quadro de total desequilíbrio na balança de pagamentos, acentuando o endividamento e obrigando a Coroa a buscar todas as fontes de recursos possíveis.

Por outro lado, o início do século XVIII é também o período da descoberta do ouro, e, mais tarde, dos diamantes no Brasil. Não por acaso, a Coroa voltou-se sobre essa nova riqueza como a tábua de salvação para suas combalidas finanças. Esse processo encontrou seu apogeu a partir do reinado de **D. José I** (1750-1777), principalmente em função da obra de seu primeiro ministro, Sebastião José Carvalho e Melo, o **Marquês de Pombal**.

### O governo pombalino

Não se pode desvincular a figura de Pombal de todas as transformações culturais e políticas que a Europa vinha vivenciando na segunda metade do século XVIII, exatamente o período de seu governo.

Estava inserido na crise do Antigo Regime e do Sistema Colonial e sujeito à característica mais marcante da vida política do período: o início de uma ampla reação política,

social e cultural ao conjunto das características que marcaram a vida europeia na Idade Moderna.

Essa reação deu origem a uma nova forma de ver o mundo, um novo conjunto de ideias, uma série de novos valores políticos, sociais e culturais, uma nova atitude intelectual perante os fenômenos que ocorriam no mundo. Esse amplo movimento intelectual e filosófico trazia, ao lado da luta por **liberdade política** (negando, portanto, o absolutismo), **liberdade econômica** e **igualdade social**, a preocupação em exaltar a **razão** como único guia para o conhecimento, negando o predomínio da fé. Por se considerarem as luzes do conhecimento em oposição ao obscurantismo da fé, esses novos filósofos deram ao movimento o nome de **Ilustração** ou **Iluminismo**.

Embora se constituíssem em uma clara reação ao absolutismo, as ideias iluministas chegaram a ser empregadas por governantes europeus, os quais buscavam dessa maneira modernizar seus governos, incorporando ideias de racionalidade administrativa, ênfase ao ensino técnico etc., sem abrir mão de seu poder absoluto. A esses governantes absolutistas que se utilizam de alguns princípios do Iluminismo, deu-se o nome de **déspotas esclarecidos**.

Pombal foi o principal símbolo do despotismo esclarecido, ou, como pode ser também conhecido, do **Reformismo Ilustrado** em Portugal. Formado na França, na mesma tradição que gerou nomes como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, Pombal, nomeado ministro pelo rei D. José I, empreendeu toda uma série de reformas com o objetivo de modernizar o reino, impedir a dispersão de recursos, centralizar a administração e reduzir o abismo que separava Portugal das potências europeias.

Assim, em relação ao Brasil, Pombal extinguiu definitivamente as capitanias hereditárias (com o objetivo de centralizar a administração), reunificou a Colônia, transferiu a capital para o Rio de Janeiro (para facilitar o controle sobre o envio do ouro para Portugal), extinguiu a escravidão indígena (forma de ampliar o tráfico negreiro, fonte de lucros para Portugal) e instituiu a derrama, para ampliar a arrecadação de impostos com a mineração.



**Fig. 5** Louis-Michel van Loo, Claude Joseph Vernet, António Joaquim Padrão, João Silvério Carpinetti. *Retrato do Marquês de Pombal*, 1766. Óleo sobre tela. Museu de Lisboa, Portugal. Na imagem, os livros e mapas simbolizam a erudição e os navios representam a importância do controle do império ultramarino de Portugal.

Em uma atitude controversa, Pombal entrou em atrito com os jesuítas, por motivos variados. Os jesuítas gozavam de ampla autonomia dentro de Portugal e do Brasil, quase um “Estado dentro do Estado”, o que contrariava os princípios centralizadores da administração pombalina. Além disso, acumulavam imensas riquezas, cujo confisco permitiria um maior equilíbrio das finanças do governo. Outra razão se encontrava no quase monopólio exercido pelos jesuítas sobre a educação, o que se contrapunha à tentativa de Pombal de ampliar o ensino técnico.

Acusando os jesuítas de participação em um atentado contra o rei, Pombal expulsou a ordem de Portugal e, mais tarde, do Brasil.

Com a morte de D. José, Pombal deixou o cargo. Grande parte de sua obra foi sumariamente eliminada a partir daí, com o retorno dos jesuítas durante o reinado de D. Maria I.

## Consequências e transformações trazidas pela mineração

O século XVIII conheceu profundas modificações na vida colonial, as quais tiveram como agente propulsor a principal atividade do período, a mineração

Com efeito, essa atividade exigia condições bastante diferentes daquelas em que se encontrava o Brasil até o século XVII

A atividade mineradora foi, antes de mais nada, responsável por uma **penetração definitiva da colonização em direção ao interior**. Mais que isso, ao atingir áreas além de Tordesilhas, levou à **expansão territorial**. Proporcionou, também, um maior volume de **capitais** na Colônia (apesar do volume acentuado de impostos que incidiam sobre a mineração), além de uma **ampliação do mercado interno**.

A necessidade do abastecimento das regiões mineradoras levou ao **desenvolvimento do comércio** e ao **surgimento de cidades**, as quais se transformaram em polos de **maior diversificação social**



**Fig 6** Thomas Ender *Mineiros numa venda*, século XIX. Fundação J. M. Salles. A mineração teve como um de seus principais efeitos o desenvolvimento do comércio local.

Com tudo isso, uma nova elite formou-se no país, a qual, muito mais ligada à diversificação gerada pela vida urbana, apresentou uma preocupação cultural maior. Foram os filhos dessa elite que, ao estudarem na Europa, trouxeram para cá as novas ideias de liberdade, sendo

diretamente responsáveis não apenas pela **ampliação da atividade cultural na Colônia**, mas principalmente pela **base intelectual da luta que começava a se travar contra o domínio metropolitano**.

## O Renascimento Agrícola

O nome empregado para o período que se segue à crise da mineração no Brasil é **Renascimento Agrícola**. Trata-se de uma denominação altamente imprecisa, dado que a agricultura jamais deixara de ser uma atividade fundamental na Colônia. O açúcar, por exemplo, mesmo com sua decadência, continuou sendo um produto gerador de riquezas por meio da exportação.

Assim, o termo deve ser entendido no sentido de a agricultura ter voltado a atrair os principais investimentos e se constituir novamente em centro da atividade econômica.

Além do declínio da mineração, vários fatores internacionais contribuíram para esse renascimento agrícola no Brasil. Nesse contexto, o da Revolução Industrial, na Inglaterra, teve ampliada de forma brutal sua produção de tecidos, necessitando, portanto, de fontes de matéria-prima. Além disso, eclodiu a **Guerra de Independência dos Estados Unidos** ou, mais precisamente, das Treze Colônias que, após a independência, dariam origem aos EUA.

Durante a guerra, as relações entre a Inglaterra e suas antigas colônias foram rompidas. Assim, a Inglaterra viu-se privada quando mais necessitava delas para o cultivo da matéria-prima fundamental à sua indústria, o algodão. Abria-se, com isso, um mercado para a **produção do algodão no Brasil**, a qual se estendeu por várias regiões brasileiras, principalmente o Maranhão.

Outro cultivo relacionado à Revolução Agrícola é o do **tabaco**, em função do aumento do hábito de fumar na Europa, sendo que o produto também era largamente utilizado no escambo de escravizados nas feitorias do litoral da África.

O **cacau** também teve sua produção aumentada, deixando, assim, de ser um produto meramente extrativista e passando a ser plantado em vastas regiões no sul da Bahia.

Por fim, o **açúcar**, o qual jamais havia deixado de ser o principal produto agrícola brasileiro, teve sua produção largamente ampliada no final do século XVIII. As razões para isso ligam-se às revoltas de escravizados nas Antilhas, as quais levaram à diminuição da produção na região, o que permitiu aos brasileiros novamente o domínio do mercado europeu.

## As revoltas nativistas

A partir do século XVII, teve início, no Brasil, a ocorrência de movimentos de contestação ao domínio português e ao aumento da opressão metropolitana. Esses movimentos atestaram uma característica inerente à colonização, a existência de interesses diferentes, por vezes antagônicos, entre metrópole e colônia.

Tais diferenças estavam ligadas às necessidades da metrópole, a qual tinha na colônia um instrumento para o seu enriquecimento. Assim, mecanismos típicos da colonização, como impostos, monopólio comercial, restrições a práticas econômicas, levaram necessariamente a reações de descontentamento entre os colonos atingidos por tais medidas.

Entretanto, há que ficar clara uma característica dessas primeiras reações coloniais: em um primeiro momento, não se pode afirmar que expressem uma crise do Sistema Colonial, ao contrário, se constituem em movimentos localizados, voltados à resolução de aspectos isolados da relação metrópole-colônia.

Chamamos essas primeiras revoltas coloniais de **movimentos nativistas**. Foram movimentos locais e parciais, atentando contra determinadas condições impostas pela metrópole, sem que possuíssem a dimensão de uma contestação ao domínio metropolitano como um todo e sem que forjassem a ideia de uma nação (que, no caso, seria toda a Colônia). Assim, sua ocorrência deve ser entendida como uma reação inevitável de populações submetidas a determinadas medidas por um polo dominante ao qual elas não tinham acesso, e que viam na luta armada a única forma de se libertarem dessas medidas.

Um exemplo claro do caráter incipiente desses movimentos aconteceu em São Paulo, em 1641, conhecido como **Aclamação de Amador Bueno**. Esse movimento surgiu dos bandeirantes paulistas e estava diretamente ligado à questão da escravização de indígenas.



**Fig. 7** Oscar Pereira da Silva. *A renúncia de ser rei – Aclamação de Amador Bueno*, 1931. Óleo sobre tela. Masp, São Paulo. Amador Bueno recusa o título de rei de São Paulo.

É importante frisar que essa reação ocorreu um ano após o fim da União Ibérica. Durante aquele período, até pelo fato de que os espanhóis não tinham restrições à escravização indígena, a captura de indígenas por bandeirantes paulistas havia aumentado substancialmente. Entretanto, com a Restauração e a crise que obrigava a Coroa portuguesa a buscar todas as fontes de lucro possíveis, esta passou a combater de forma mais intensa a escravização indígena com vistas a ampliar o tráfico negreiro. Jesuítas, notórios opositores da escravização da população indígena, foram enviados à capitania de São Vicente, centro irradiador das bandeiras de apresamento.

Tal fato motivou uma reação dos bandeirantes paulistas, primeiro expulsando os jesuítas, no episódio conhecido como “Botada dos padres fora”, e depois aclamando um comerciante de origem espanhola chamado Amador Bueno

da Ribeira como “rei de São Paulo”, alardeando sua ruptura com Portugal.

A fragilidade do movimento (o próprio Amador Bueno recusou o título fugindo por três dias dos manifestantes) explica a facilidade com que ele foi derrotado, não se constituindo em mais que um exemplo do caráter local, parcial e incipiente desses primeiros movimentos.

Outro exemplo típico de movimento nativista é a **Revolta de Beckman**, ocorrida no Maranhão em 1684. Para que possamos compreendê-la é necessária uma rápida visão acerca da economia maranhense nesse período. O Maranhão vivia basicamente do comércio das drogas do sertão e de uma pequena agricultura, a qual empregava a mão de obra escravizada indígena, bem mais barata que o escravizado africano, além da pecuária voltada a atender as necessidades das áreas de produção açucareira do litoral de Pernambuco.

Em 1682, como vimos, fora criada a Companhia Geral de Comércio do Estado do Maranhão, cujo objetivo era justamente o de monopolizar o comércio das drogas do sertão. Ao mesmo tempo, havia na região a presença de jesuítas, os quais, com o apoio da Coroa, impediam a escravização do indígena.

Assim, o Maranhão via-se privado de todas as suas fontes de riqueza. Mais que isso, o monopólio desfrutado pela Companhia de Comércio permitia que esta vendesse produtos europeus a um preço altíssimo, ao mesmo tempo que pagava valores insignificantes pela produção local

O descontentamento com essa situação gerou uma revolta na qual os colonos, sob a liderança de Manuel Beckman, ocuparam a cidade de São Luís, expulsaram os representantes da Companhia de Comércio e os jesuítas e instituíram um governo próprio

É interessante notar que mesmo nesse quadro de revolta foi enviado um emissário (Thomas Beckman, irmão de Manuel) a Lisboa, para afirmar a lealdade ao rei. Como vemos, portanto, não há um caráter de luta pela independência, mas apenas contra determinados abusos. Mesmo assim, a reação da Coroa foi violenta. Enviou tropas para combater os revoltosos e seus líderes foram presos e enforcados. Por outro lado, a Companhia também sofreu, sendo extinta em 1685

Mais um movimento nativista que deve ser citado foi a **Guerra dos Emboabas**, ocorrida em Minas Gerais entre 1708 e 1709. Trata-se de um conflito entre bandeirantes paulistas e portugueses pelo domínio das áreas coloniais. Não nos esqueçamos de que as jazidas haviam sido descobertas por paulistas, os quais se consideravam os proprietários da região e que, ao mesmo tempo, os portugueses contavam com o apoio das autoridades metropolitanas.

Assim, uma série de lutas ocorreram, tendo a principal delas acontecido em Capão da Traição, onde centenas de paulistas foram massacrados.

A intervenção das autoridades portuguesas, assim como a descoberta de ouro em Goiás e Mato Grosso, atraíram os bandeirantes para essas regiões, contribuindo para o fim dos conflitos entre paulistas e portugueses



**Fig. 8** Gravura mostrando a região onde ocorreu a Guerra dos Emboabas, anônimo, século XVIII.

A mais violenta e significativa de todas as revoltas nativistas foi a **Guerra dos Mascates**, ocorrida em Pernambuco, entre 1710 e 1711. Desde a expulsão dos holandeses, em 1654, a economia pernambucana vinha passando por um período de decadência. A aristocracia rural, empobrecida, mantinha, entretanto, o domínio político da região através da Câmara Municipal de Olinda, a qual detinha o controle sobre o porto do Recife.

A crise da aristocracia agravou-se com a mineração, a qual, como vimos, trouxe um desabastecimento, inclusive de escravizados, para todas as demais regiões, em um primeiro momento. Ao mesmo tempo, os comerciantes do Recife, portugueses em sua maioria, protegidos por uma legislação que lhes garantia o monopólio comercial, prosperavam, passando a ser credores dos aristocratas decadentes de Olinda.

Em 1709, os comerciantes do Recife (pejorativamente chamados de “mascates” pelos olindenses) conseguiram da Coroa sua emancipação e a elevação do Recife à categoria de vila, separada de Olinda. Isso permitiria a eles, por exemplo, definir novas tarifas de frete marítimo, até então sob o controle da Câmara de Olinda.

Inconformados, os olindenses invadiram Recife, dando origem a uma guerra que se estendeu por mais de um ano. Com a intervenção de Portugal, a guerra terminou em 1711. Todos os revoltosos foram anistiados, mas Recife manteve sua autonomia e foi transformada em sede administrativa da capitania.



**Fig. 9** Henry Chamberlain, *Um mascate e seu escravo*, 1822. Água, tinta e aquarela sobre papel. Coleção Brasileira Fundação Estudar.

Nesse contexto, ocorreu também a **Revolta de Filipe dos Santos** ou Revolta de Vila Rica, ocorrida nesta cidade em 1720. Trata-se de uma revolta típica de uma região que sofria com os excessos fiscalistas que incidiam sobre a mineração. A situação foi agravada quando, em 1719, o governo proibiu a circulação do ouro em pó, instituindo a obrigatoriedade de que todo o ouro obtido fosse entregue às Casas de Fundição, onde seria transformado em barras e já devidamente extraída a parcela correspondente ao quinto.

Mais de 2 mil mineradores se rebelaram contra a medida. Passaram a pressionar o intendente de Minas Gerais, o Conde de Assumar, exigindo também o fim de vários impostos que incidiam sobre a atividade econômica. Sem tropas que lhes permitissem conter os revoltosos, o Conde de Assumar adotou a estratégia de negociação, a fim de ganhar-lhes a simpatia, acenando com o atendimento de todas as reivindicações. Entretanto, tão logo conseguiu reunir um contingente suficiente de homens, atacou os revoltosos, prendendo todos os líderes. Filipe dos Santos, um deles, foi enforcado e esquartejado, como forma de atemorizar a população.



**Fig. 10** Antônio Parreiras. *Julgamento de Filipe dos Santos* – estudo, c. 1923. Óleo sobre tela. Museu Antônio Pereira, Niterói, Rio de Janeiro. Imagem de Filipe dos Santos, líder da rebelião mineira de 1720.

Assim, a análise desses quatro episódios (entre incontáveis outros que poderiam ser citados) mostra-nos uma situação clara de reação colonial contra o abuso metropolitano. Entretanto, ficam também claras algumas outras características. Uma delas é o caráter específico das reivindicações, voltadas sempre para o atendimento de necessidades imediatas da população local. Não havia, portanto, a consciência da necessidade de ruptura com Portugal para que estas pudessem ser alcançadas.

Outra característica desses movimentos é que, em todos eles, a intervenção da metrópole conseguiu fazer valer seus interesses. Mesmo a extinção da Companhia de Comércio do Maranhão, aparentemente uma vitória dos revoltosos, deveu-se mais a denúncias de corrupção do que às reivindicações de fim do monopólio, o qual, vale dizer, nunca deixou de existir.

O que temos são reações naturais de uma população submetida ao domínio externo, todas elas contidas sem maiores problemas pelo polo dominante. Não podemos, portanto,

Antônio Parreiras/Wikipedia

ao menos até a segunda metade do século XVIII, falar de uma crise do Sistema Colonial. Esta aconteceria somente em função de uma realidade muito mais ampla, ligada também a uma série de modificações no panorama europeu.

## A crise do Sistema Colonial

### Aspectos gerais

A simples ocorrência de movimentos reivindicatórios na Colônia não significou uma crise de todo o mecanismo de colonização. Assim, os movimentos ocorridos no Brasil até o final da primeira metade do século XVIII apresentaram apenas um caráter local e parcial e eram incapazes de colocar em risco a dominação portuguesa. São chamados, como vimos, de movimentos nativistas.

Entretanto, as condições a partir da segunda metade do século XVIII sofreram uma radical alteração, a qual afetou não apenas a relação de Portugal com o Brasil ou suas demais colônias, mas todo o Sistema Colonial. Esse processo ficou comumente conhecido como a **crise do Sistema Colonial**, que se insere no contexto de **crise do Antigo Regime**.

Antes, porém, temos de analisar o que se entende por **Antigo Regime**. Essa expressão, cunhada pelo movimento Iluminista, tem um caráter pejorativo e foi empregada no sentido de designar o conjunto das características que permearam as práticas das monarquias europeias ao longo da Idade Moderna, prática essa violentamente combatida pelas ideias da **Ilustração**. Assim, a expressão engloba o absolutismo monárquico, a estrutura de privilégios da nobreza, a intervenção do Estado na economia e o predomínio da fé sobre a razão, prática cultural típica da Idade Moderna.

Paralelamente à consolidação das monarquias europeias, o que se deu inclusive em função da riqueza mercantil, verificou-se ao longo da Idade Moderna um amplo processo de crescimento e fortalecimento da burguesia, que, a partir do século XVIII, passou a questionar a sua falta de participação nas decisões políticas, a falta de liberdade na gestão de seus negócios, os privilégios que cercavam a nobreza e, enfim, todos os componentes da ordem que caracterizava o absolutismo.

Dessa forma, o Iluminismo surge, em parte, como uma expressão, no campo intelectual, de um momento que renunciava amplas e profundas transformações políticas e sociais na Europa, como produto de intensas e radicais transformações econômicas.

Tais ideias tiveram decorrências em vários níveis. Na política, tendo como plataforma o liberalismo, passaria a se pensar que a soberania dentro do Estado deveria ser encontrada no direito de representação dos indivíduos e não no poder dos reis. Na economia, decorreria a ideia de que o Estado não deveria interferir na iniciativa individual.

No nível dos “fatos”, essas ideias foram base ideológica para vários movimentos da Europa Ocidental, que se indispuseram com os privilégios corporativos e com as monarquias absolutistas que governavam seus países. O mais importante desses movimentos foi a **Revolução Francesa** (1789), que terminou com o Antigo Regime da França. Anos antes, porém, apoiando-se no “direito à insurreição”, ideias

semelhantes haviam inspirado a independência das colônias inglesas da América do Norte (1776).

As noções fundamentais que marcaram o movimento iluminista, liberdade e igualdade, atuam, nesse contexto, como uma negação clara ao absolutismo e aos privilégios da nobreza, num momento em que a burguesia europeia, já num quadro determinado pela Revolução Industrial, consolidava seu papel como camada social hegemônica, lutando por converter essa hegemonia econômica em poder político.

Por outro lado, essa nova realidade europeia afetaria, de forma substancial, as relações coloniais. Não podemos nos esquecer dos efeitos óbvios das ideias iluministas de liberdade e igualdade para as elites coloniais, confrontadas com uma situação de arrocho colonial e totalmente afastadas das decisões fundamentais que afetariam seu destino. Além disso, a própria Revolução Industrial, ao ampliar a necessidade inglesa de mercados e matérias-primas, levava este país a intensificar a pressão sobre Portugal e Espanha, no sentido de obter acesso ao comércio com as colônias ibéricas, abrindo a perspectiva de apoio inglês a eventuais movimentos de independência nestas colônias. Mais do que isso, a nova realidade econômica europeia ampliava sobremaneira a supremacia inglesa e a dependência econômica dos países ibéricos, enfraquecendo-os a um ponto em que seria impossível para eles manter o domínio colonial.

Mesmo esse enfraquecimento contribuiu para acentuar ainda mais a reação colonial. Como já foi visto, a crise portuguesa levou o país a intensificar a opressão colonial; intensificação que levaria, obviamente, a uma reação cada vez mais intensa por parte das elites coloniais.

Não é um acaso que o processo de enfraquecimento do domínio colonial tenha sido generalizado, englobando tanto as colônias portuguesas quanto as espanholas.

Mais do que isso, a crise do Sistema Colonial afetava inclusive a dominação colonial inglesa pelas mesmas razões. Também, e principalmente, nas colônias inglesas, as ideias iluministas ganhavam peso, levando-se em conta que as necessidades maiores da Inglaterra, com a Revolução Industrial, haviam gerado um drástico aumento do fiscalismo e da opressão sobre suas colônias, bem como uma redução considerável de sua autonomia. Não é estranho, portanto, que as primeiras colônias a se libertarem do domínio metropolitano tenham sido justamente as colônias inglesas, as quais deram origem aos Estados Unidos da América. Tal fato teve um efeito óbvio no sentido de estimular as lutas pela independência nas demais colônias, constituindo-se também em um fator de intensificação da crise do Sistema Colonial.

É em função de todos esses elementos que os movimentos coloniais ocorridos a partir da segunda metade do século XVIII assumiram um novo caráter. De simples movimentos locais e parciais, passaram a questionar a dominação colonial como um todo, apontando claramente a necessidade da independência como forma de satisfazer suas reivindicações. Por essa razão, tais movimentos são conhecidos como **movimentos emancipacionistas**

## Movimentos emancipacionistas

### A Inconfidência Mineira (1789)

Em 1789, começava a se forjar, em Vila Rica, um movimento de reação ao domínio português. As raízes do movimento encontram-se, entretanto, em um processo que vinha se desenrolando há mais tempo, vinculado ao brutal aumento da opressão portuguesa, como vimos anteriormente.

Portugal nada mais era do que um país atrasado e dependente da Inglaterra e que com grande esforço mantinha os seus domínios coloniais. Nesse contexto, tem enorme importância o reinado de D. José I, a partir de 1750. Seu principal ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, foi responsável pela realização de reformas bastante ousadas para o período. O **Reformismo Ilustrado** era, então, um conjunto de ideias ainda não implementadas, pois estamos falando do período pré-Revolução Francesa.

Entre 1750 e 1777, ele tentou tornar a administração portuguesa mais eficiente e modernizar suas relações com as colônias. Esse plano passava pela implementação de medidas políticas, administrativas e econômicas, além da formação de quadros “lusos brasileiros” para realizá-las. Assim, procurou conciliar princípios: manutenção do absolutismo submetido às “luzes do século” e a aplicação do mercantilismo.

No Nordeste brasileiro, por exemplo, criou a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba que, mantendo os princípios do monopólio, tentou reerguer a economia da região, oferecendo preços atraentes para seus produtos. Companhia semelhante foi criada no Pará e no Maranhão, buscando desenvolver a região Norte.

Várias outras iniciativas caracterizam as reformas pombalinas. Mas as que mais interessam aqui são aquelas que se referem à decadente região das Minas Gerais. A longo prazo, Pombal pensou na formação de intelectuais que pudessem resolver as dificuldades para a extração das jazidas, consciente de que novas tecnologias poderiam retirar mais algum ouro daqueles lugares que pareciam esgotados.

Buscou, então, maior controle da região. Substituiu o imposto de captação pelo antigo **quinto**, estabelecendo que este deveria alcançar, obrigatoriamente, a quantia anual de cem arrobas do metal. Quanto aos diamantes, retirou das mãos de particulares o direito da exploração, passando-o diretamente para a Coroa.

Em uma fase de esgotamento das minas, a quantia obrigatória exigida para o quinto era praticamente inatingível, e os casos de não pagamento acumularam-se na região mineira. Assim, para atingir a arrecadação pretendida, estabeleceu-se a **derrama**: cobrança forçada dos quintos atrasados por meio de força militar. Criou-se, para isso, o Regimento dos Dragões, que se incumbia desta tarefa inclusive confiscando propriedades como forma de pagamento.

A situação tornou-se explosiva. Combinavam-se dois fatores insuportáveis para a população da Colônia: crise econômica e ampliação da fiscalização portuguesa. Essa combinação alimentou um sentimento antimetropolitano e deu origem a uma série de movimentos insurrecionais.

A clandestina Inconfidência Mineira organizou-se, inicialmente, contra a derrama e o arrocho na região das

minas. Tratava-se, a princípio, de uma articulação de intelectuais, entre eles Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Tomás Antonio Gonzaga, os padres José de Oliveira Rolim, Carlos Correia de Toledo e Manuel Rodrigues da Costa, além de José Joaquim Maia, o qual buscou contato com Thomas Jefferson, líder do processo de independência das colônias inglesas da América do Norte, e José Álvares Maciel, o qual buscou o apoio dos comerciantes ingleses à rebelião.

Em contraponto com o caráter de elite dos outros líderes, a figura do alferes **Joaquim José da Silva Xavier**, conhecido como **Tiradentes**, ganhava um papel fundamental. Ele seria o elemento de ligação entre os ideais dessa elite intelectualizada e os setores populares, dos quais a elite necessitava para atingir seus objetivos.

Tais objetivos eram, entretanto, difusos e maldefinidos. Propunham a extinção de todas as medidas de controle sobre a região. Depoimentos dos revolucionários, todos transformados em réus pela repressão metropolitana, deixam entrever a intenção de proclamação de uma república nas Gerais, adotando os moldes daquela estabelecida no Norte da América. Nada ficava claro quanto à questão da escravidão, com alguns dos líderes pregando em favor de seu fim, embora esta jamais tenha sido uma questão consensual entre os revoltosos.

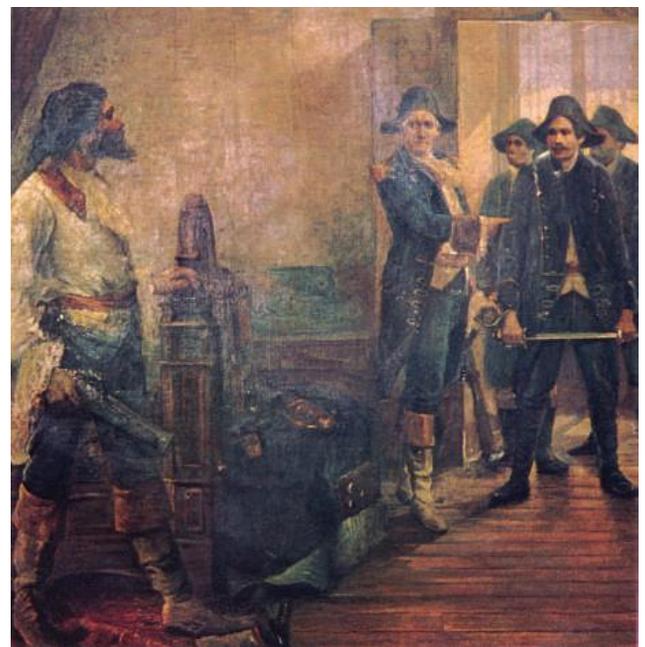


Fig. 11 Antônio Parreiras *Prisão de Tiradentes*, 1914. Óleo sobre tela. Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

De qualquer forma, as ideias avançadas de República e liberdade apareciam como forma de se livrar da opressão feita pelo absolutismo e pelo colonialismo e, neste sentido, buscavam filiação com as ideias das luzes europeias.

Aparentemente, o plano dos revoltosos era o de se aproveitar do momento da derrama, e da óbvia reação e indignação popular que ela causaria, para desencadear um movimento insurrecional com vistas à tomada do poder.

Entretanto, o movimento foi denunciado antes que viesse a ocorrer. Alguns de seus participantes, em troca

do perdão de suas dívidas, delataram os planos dos revoltosos ao Visconde de Barbacena, o intendente das minas.

Reafirmando o desejo de manter o domínio sobre as minas e tentando impedir uma revolução mais ampla, como a que havia ocorrido no Haiti e libertado os escravizados, a Coroa agiu de forma exemplar. Os inconfidentes nem chegaram a colocar em prática os seus planos, pois o governador suspendeu a derrama e ordenou as prisões dos revolucionários. Foram todos julgados e, como sabemos, Tiradentes foi levado para o Rio de Janeiro e condenado à forca. Os demais líderes foram condenados ao desterro, sendo que Cláudio Manuel da Costa morreu na prisão antes do julgamento, tendo cometido suicídio, segundo a versão oficial de sua morte.

Um dado interessante a ser ressaltado é que a Inconfidência Mineira não teve qualquer repercussão maior à época de sua ocorrência. Ao contrário, a ênfase do seu estudo é um fato recente, do início da República. As razões para isso são claras. Ao mesmo tempo que se constituiu numa mera articulação de intelectuais, sem qualquer efeito prático, o que explica sua pouca ou nenhuma repercussão no momento em que ocorreu, ela possuía, por outro lado, toda uma série de características que a tornavam altamente utilizável pelas elites que se constituíram no país após a independência. Tratava-se de um movimento elitista, o qual rompia o mínimo possível com a velha ordem e não apresentava qualquer perspectiva de transformação mais intensa na estrutura social brasileira. Assim ela foi tomada pela história oficialista como o símbolo a ser empregado do que teria sido a luta contra o jugo da metrópole, um movimento que, mais uma vez, passava distante de qualquer reivindicação popular.

## A Conjuração Baiana (1798)

O movimento ocorrido na Bahia, ao final do século XVIII, apresentou características que o tornaram quase único dentre os movimentos reivindicatórios brasileiros. Temos aqui um movimento de características essencialmente populares, contando com a participação e liderança de escravizados, mestiços, setores livres urbanos de baixa renda, como atesta o próprio nome com o qual também foi conhecido, **Conjuração dos Alfaiates**.

Suas origens prendem-se a dois elementos básicos. Em primeiro lugar, a transferência da capital para o Rio de Janeiro, que havia esvaziado economicamente Salvador, retirando das camadas urbanas, notadamente de baixa renda, grande parte de sua atividade. Em segundo lugar, há ainda que se localizar o movimento em seu devido momento histórico. As ideias básicas que o permeiam são, em tese, as mesmas da Inconfidência Mineira, ou seja, as ideias do Iluminismo europeu. Por outro lado, o momento é permeado por movimentos que superaram em muito as concepções burguesas. Ao longo da própria Revolução Francesa de 1789, durante um período de dois anos, setores populares haviam assumido o poder e as realizações dessa fase, o período Jacobino, e colocado elementos que levavam as ideias de igualdade ao seus mais altos propósitos. A aprovação do voto universal, a reforma agrária, a abolição da escravidão nas colônias, a Lei do Máximo, todos esses elementos aprovados durante a fase popular da Revolução

geravam um óbvio efeito ampliador das expectativas populares em todo o mundo ocidental.

Além disso, em 1791, os escravizados do Haiti iniciavam uma rebelião que culminaria com a independência do país. Assim, percebemos na Conjuração Baiana os estímulos históricos às reivindicações populares, servindo de combustível para um movimento que, num primeiro momento, chegou a contar com a participação até mesmo de setores da elite baiana. A iniciativa, entretanto, era de caráter popular. Os membros da elite, os quais buscavam limitar as propostas de transformações sociais, viram-se isolados, retirando-se da articulação. Em consequência, o movimento ficou restrito a um grupo de intelectuais por meio de uma organização revolucionária secreta, os **Cavaleiros da Luz**, além dos alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira, os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres, Romão Pinheiro e Luís Gonzaga das Virgens, o padre Francisco Gomes, o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo, o professor Francisco Barreto e o médico Cipriano Barata.

Atraíram o apoio dos setores populares urbanos de Salvador por suas ideias: a República, a libertação em relação a Portugal, a democracia, o aumento dos salários, a liberdade de comércio, além do fim da escravidão e da abolição de todas as formas de preconceito.



Fig. 12 Salvador, século XVIII.

A revolta eclodiu em 12 de agosto de 1798, com os revoltosos espalhando-se pela cidade de Salvador. Entretanto, tendo sido denunciada antecipadamente por alguns traidores, sofreu pronta repressão das autoridades, as quais sabiam inclusive quem eram os cabeças.

Com as prisões e assassinatos, o movimento foi totalmente derrotado. Após um ano de prisões e julgamentos, as penas começaram a ser divulgadas em 1799. Evidentemente, as mais duras recaíram sobre os indivíduos mais pobres: João de Deus, Manuel Faustino dos Santos Lira, Lucas Dantas de Amorim Torres e Luís Gonzaga das Virgens, que foram enforcados e esquartejados.

## A Revolução Pernambucana de 1817

Para que possamos entender este movimento, devemos ter em mente que ele ocorreu em um momento em que a Corte portuguesa estava sediada no Rio de Janeiro, com o Brasil convertendo-se em sede da monarquia.

Já havia, desde há muito, um quadro de decadência econômica no Nordeste, o qual tendia a agravar-se cada vez mais, à medida em que novas atividades econômicas

e a iniciativa política na Colônia deslocavam-se cada vez mais para o eixo Centro-Sul. Tal situação já havia levado a movimentos de vulto, como a Insurreição Pernambucana e a Guerra dos Mascates, a qual teve por efeito acentuar ainda mais o descontentamento da população e o sentimento antilusitano.

Além disso, a transferência da Corte para o Brasil havia acentuado ainda mais o descontentamento, uma vez que D. João VI decretara o aumento de impostos para custear os gastos da monarquia no Rio de Janeiro.

Também a guerra que Portugal travava contra a França contribuía para acentuar a crise, uma vez que a França fora um dos compradores do açúcar nordestino e agora as relações entre os dois países haviam sido extintas.

Tudo isso gerava um quadro de comoção, o qual levaria ao aumento do sentimento emancipacionista, ou seja, a certeza da necessidade da ruptura com Portugal. Assim, setores populares, da classe média e da própria elite uniam-se em uma articulação de caráter revolucionário.

Entre os líderes, podemos destacar Domingos José Martins, João Ribeiro e Miguel Joaquim de Almeida Castro. O apoio inclusive de militares deu ao movimento a força necessária para derrubar o governo, implantar um novo governo republicano e decretar a extinção dos impostos, a liberdade de imprensa e de religião e a igualdade entre os cidadãos.

Estabeleceram-se contatos com os governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, buscando, sem sucesso, o reconhecimento político. Ao mesmo tempo, ganhavam a adesão de revoltosos da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

O movimento, contudo, procurou não romper com os interesses da elite agrária. Assim, a **Lei Orgânica**, um esboço de uma Constituição para o movimento, assegurava, entre outras coisas, a propriedade privada, inclusive de escravizados.

Mais uma vez, a repressão foi violenta e todos os líderes foram presos, além de centenas de participantes. Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, conhecido como padre Miguelinho, foi executado, a exemplo das lideranças carismáticas dos demais movimentos emancipacionistas.

Entretanto, a repressão ao movimento não conseguiu sufocar as ideias revolucionárias e separatistas. Elas voltariam a ganhar forma sete anos depois, na mesma região, em um movimento que se alastrou por todo o Nordeste e que se constituiu no maior elemento de oposição política ao governo de D. Pedro no Brasil recém-separado de Portugal.



Fig. 13 Engenho nordestino com suas atividades estagnadas, século XIX.

Reprodução/In. Brasil - 500 anos  
Editora Nova Cultura Ltda. - página 326

## Revisando

- 1 Por que a Coroa portuguesa manteve livre extração para o ouro, mas estabeleceu o estanco régio para a exploração de diamantes?

---

---

---

---

- 2 A mineração é vista como a primeira atividade responsável pela integração entre as várias regiões do Brasil Colônia. Em que consiste essa integração?

---

---

---

---

- 3 Que relação pode se estabelecer entre o Iluminismo e os movimentos emancipacionistas no Brasil?

---

---

---

---

## Exercícios propostos

Texto para as questões 1 e 2.

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistem nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, e outras em mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.

André João Antonil *Cultura e opulência do Brasil (1711)* apud Inês da C. Inácio e Tânia R. de Luca. *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1993. p.124.

- 1 **PUC-Minas** A situação histórica descrita evidencia:
  - A a repartição equilibrada dos terrenos auríferos pelos coloniais.
  - B a corrida do ouro e as esperanças de enriquecimento fácil.
  - C a condição de igualdade entre senhores e escravos na busca do ouro.
  - D a mineração como única atividade econômica da região.
- 2 **PUC Minas** O relato de Antonil informa ainda que a atividade mineradora:
  - A foi uma aventura capaz de enriquecer todos que se dedicavam a ela
  - B impulsionou o comércio e o rápido povoamento da região das minas
  - C desestimulou os aventureiros devido às dificuldades dos caminhos
  - D promoveu uma sociedade muito democrática
- 3 **IFCE 2016** Com a notícia da descoberta de minas de metais preciosos no Brasil colonial, ocorreu uma verdadeira corrida pelo ouro. A população na região aumentou gerando toda uma dinâmica pertinente à atividade de exploração aurífera. Essa exploração gerou relações sociais de produção, por conseguinte, definindo uma estrutura social. A sociedade da mineração pode ser caracterizada
  - A abolicionista, utilizando mão de obra livre.
  - B matriarcal e equitativa.
  - C escravista e aristocrática.
  - D aristocrática, utilizando mão de obra assalariada vinda de Portugal.
  - E industrial e democrática.
- 4 **Unesp** Já se verificando nesta época a diminuição dos produtos das minas, viu-se o capitão Bom Jardim obrigado a voltar suas vistas para a agricultura [...] Seus vizinhos teriam feito melhor se tivessem seguido exemplo tão

louvável em vez de desertar o país, quando o ouro desapareceu

John Mawe *Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos Distritos do Ouro e Diamantes*.

Segundo as observações do viajante inglês, os efeitos imediatos da decadência da extração aurífera em Minas Gerais foram:

- A a esterilização do solo mineiro e a queda da produção agropecuária.
  - B a crise econômica e a consolidação do poder político das antigas elites mineiras.
  - C a instalação de manufaturas e a suspensão dos impostos sobre as riquezas.
  - D a conversão agrícola da economia e o esvaziamento demográfico da província.
  - E a interrupção da exploração do ouro e a decadência das cidades.
- 5 Qual era o papel das Casas de Fundição na mineração no Brasil?
  - 6 **Famerp 2020** A camada intermediária abrangia, nas Minas, indivíduos entregues a uma gama variada de atividades profissionais. Creio ser possível arriscar a hipótese de que poucos viviam com certo conforto e despreocupação, a grande maioria sendo constituída pelos que tinham de lutar diariamente pela subsistência, numa capitania inteiramente voltada para a faina aurífera e para a mineração de diamantes.

Laura Vergueiro. *Opulência e miséria das Minas Gerais*, 1983.

Entre os membros do grupo social apresentado no texto, viviam nas Minas Gerais do século XVIII:
    - A pecuaristas, alfaiates e escravos.
    - B vendeiros, bandeirantes e grandes produtores rurais.
    - C pintores, altos dignitários da Igreja e prostitutas.
    - D tropeiros, contratadores de diamante e romeiros.
    - E carpinteiros, padres e faiscadores.

- 7 **PUC-RS 2016 (Adapt.)** Depois de três séculos de exploração de uma das mais ricas áreas coloniais americanas, Portugal chega ao final do século XVIII como uma das metrópoles mais atrasadas da Europa. A propósito disso, o historiador Fernando Novais afirma: "o fato de a metrópole não se desenvolver paralelamente (à colônia) é que criou condições para os transladamentos dos tesouros. Em outras palavras: os estímulos da exploração colonial portuguesa iam sendo acumulados por outras potências".

*Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, Fernando Novais. 1986, p. 236.

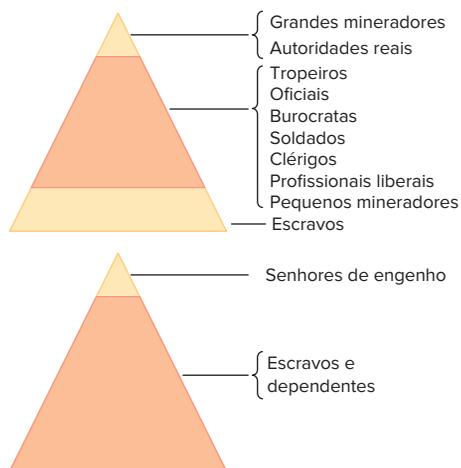
- I A incapacidade de Portugal de aproveitar as riquezas que retirava do Brasil para o seu próprio desenvolvimento deveu-se ao fato de a Coroa Lusitana nunca ter conseguido constituir um estado forte e centralizado na Metrópole

- II. Dentre os motivos que explicam essa situação, está a formação socioeconômica portuguesa, que privilegiava as atividades tradicionais voltadas ao cultivo da terra e à produção de vinho em detrimento do investimento em manufaturas.
- III. Um dos fatores que contribuiu para que Portugal continuasse um país eminentemente agrícola, não desenvolvendo um setor de manufaturas, foi o Tratado de Methuen, assinado com a Inglaterra, em 1703.
- IV. Dentre os problemas enfrentados pela Coroa Portuguesa estava a sua incapacidade de controlar tanto o contrabando de bens manufaturados para a sua colônia americana, quanto a fabricação desses bens no Brasil, cuja produção foi liberada pelo Marquês de Pombal quando Primeiro-Ministro do rei D. José I.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A I e II.
- B II e III.
- C I, II e III
- D I, III e IV
- E II, III e IV

- 8 Que razões explicam a descoberta do ouro no Brasil exatamente ao final do século XVII, momento no qual todas as demais atividades econômicas na Colônia atravessavam uma profunda crise?
- 9 As pirâmides a seguir representam a organização da sociedade brasileira colonial em duas regiões distintas.



- a) Qual a diferença mais importante entre elas quanto à estrutura e aos grupos sociais?
- b) A que se deve essa diferença?

- 10 **Uece 2019** Segundo nos informa Darcy Ribeiro (1995, p.194), em fins do século XVI, a colônia possuía 3 cidades, a maior delas, Salvador, então sede do Governo Geral, contava com aproximadamente 15 mil habitantes; no final do século XVII, Salvador tinha em torno de 30 mil habitantes e Recife tinha 20 mil. Ao final do século XVIII, enquanto cidades centenárias como Salvador e Recife tinham por volta de 40 mil e 25 mil habitantes, respectivamente, a jovem cidade de Vila Rica, hoje Ouro Preto,

elevada à categoria de Vila somente em 1711, já possuía cerca de 30 mil habitantes

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 194.

O fenômeno demográfico do rápido crescimento populacional de Vila Rica (Ouro Preto) no século XVIII é atribuído

- A ao processo de interiorização da colonização portuguesa no Brasil a partir da expansão da atividade pecuarista, por meio das correntes do sertão de dentro, oriunda da Bahia, e do sertão de fora originária de Pernambuco.
- B ao estímulo ao desenvolvimento da colônia, promovido por Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, secretário de Estado do Reino, sob o reinado de D. José I, que incentivou a indústria e a educação no Brasil.
- C à grande migração de colonos e de pessoas oriundas de Portugal para a região que hoje é Minas Gerais, em função das descobertas de jazidas de ouro e pedras preciosas, o que fez surgirem vários centros urbanos na área.
- D à ocupação de vastos espaços do território da colônia por colonos espanhóis das regiões do Potosi e do Rio da Prata, quando ocorreu a União Ibérica (1580-1640), época em que reis hispânicos governaram o reino de Portugal

- 11 O que levou ao estabelecimento do chamado “archo colonial”, que marcou as relações entre Portugal e Brasil a partir da Restauração?

- 12 **Fuvest** Leia e responda às questões.

Na mineração, como de resto em qualquer atividade primordial da colônia, a força de trabalho era basicamente escrava, havendo entretanto os interstícios ocupados pelo trabalho livre ou semilivre. Dificilmente o homem livre destituído de recursos vultosos poderia se manter como proprietário, sobretudo em Minas, região que, apesar de tida tradicionalmente como rica e democrática, apresentava possibilidades favoráveis apenas a um pequeno número de pessoas.

Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro*.

Qual o conceito expresso pela historiografia tradicional sobre o poder político e econômico nas áreas de mineração? Como esse conceito é contestado no trecho anterior?

- 13 **UEL** O marquês de Pombal, na Carta Secretíssima ao governador-geral Gomes Freire de Andrada, expôs suas ambições e intenções de realizar reformas no governo do Brasil (1750-1777): “Como o poder e riqueza de todos os países consistem principalmente no número e na multiplicação das pessoas que habitam, esse número e multiplicação de pessoas é mais indispensável agora nas fronteiras do Brasil, para suas defesas”. Como não era “humanamente possível” obter essa quantidade de pessoas necessárias do reino ou das ilhas adjacentes (Açores e Madeira) sem

converter essas regiões “completamente em desertos”, era essencial abolir “todas as diferenças entre índios e portugueses”, visando “atrair os índios das missões uruguaias e encorajar o casamento deles com europeus” A Carta instruiu o governador para que mantivesse o controle da Colônia até as missões serem evacuadas e estarem dentro de terras portuguesas.

“Carta Secretíssima de Pombal a Gomes Freire de Andrada [...]”, Lisboa, 21 set 1751, *apud* Kenneth Maxwell *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 53.

Sobre o tema, considere as seguintes afirmativas.

- I. As instruções contidas na carta significaram, na prática, a supressão do domínio religioso jesuítico sobre a fronteira e o fim da proteção dos índios pelos jesuítas.
- II. A carta atribui às missões a responsabilidade pela dizimação e fuga dos indígenas, que transformaram as fronteiras ao sul com a América Espanhola em verdadeiros desertos populacionais.
- III. Ao abolir “todas as diferenças entre índios e portugueses”, Pombal recomenda a miscigenação como mecanismo para estender o povoamento e o domínio português aos territórios de fronteira sob domínio espanhol.
- IV. No governo de Pombal, o grande complexo de missões jesuíticas portuguesas e espanholas contribuiu para assegurar o futuro da América Portuguesa, por intermédio da imigração europeia em larga escala

Assinale a alternativa correta.

- A Apenas as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- B Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- C Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- D Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- E Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.

#### 14 UFPR Leia o texto

Em 1776, o primeiro-ministro do reino português, marquês de Pombal, escrevia: “Para que prestem a utilidade desejada, as colônias não podem ter o necessário para subsistir por si sem dependência da metrópole”.

J R A Lapa *O antigo sistema colonial* São Paulo: Brasiliense, 1982

As palavras de Pombal denotam a “lógica colonialista” que comandava as relações Brasil-Portugal. A respeito de tais relações, é correto afirmar que:

- 01 o comércio e a navegação da colônia independiam das atividades comerciais da metrópole.
- 02 cabia à colônia o papel de suprir a metrópole de matérias-primas necessárias ao seu enriquecimento.
- 04 a colônia deveria oferecer mercado consumidor às manufaturas produzidas pela metrópole.
- 08 o sistema do monopólio comercial funcionava como um dos eixos do mecanismo colonial.
- 16 para a satisfação do mercado externo, a produção colonial foi organizada com base na policultura e nas pequenas propriedades.

Soma:

#### 15 Acafe 2016 A mineração durante o período colonial brasileiro foi uma das frentes que contribuíram para a interiorização da economia e para o surgimento de vilas e cidades no interior

Acerca desse contexto e sobre o ciclo do ouro é correto afirmar, exceto:

- A Intensificação das bandeiras de apresamento e escravização dos indígenas que eram a principal mão de obra na exploração do ouro de aluvião e das lavras.
- B A ação dos tropeiros contribuiu para o surgimento de um mercado interno A região mineradora era abastecida por esta atividade com charque e outros derivados da pecuária.
- C A Guerra dos Emboabas foi um conflito que resultou das tentativas de controle das minas de ouro descobertas pelos colonos e bandeirantes que desejavam o monopólio da exploração e eram contrários a presença de portugueses e exploradores de outras regiões
- D As casas de fundição exerciam a função de controlar a cobrança do quinto, um imposto sobre o ouro extraído pelos mineradores. O ouro “quintado” era transformado em barras com o selo real português

#### 16 Unicamp 2019 Tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar as Minas Gerais o melhor que chegam nos navios do Reino e de outras partes. De todas as partes do Brasil, se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo. Daqui se seguiu, mandarem-se as Minas Gerais as boiadas de Paranaguá, e as do rio das Velhas, as boiadas dos campos da Bahia, e tudo o mais que os moradores imaginaram poderia apeteecer-se de qualquer gênero de cousas naturais e industriais, adventícias e próprias.

Adaptado de André Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil* Belo Horizonte: Itatiaia Edusp, 1982, p. 169-171.

Sobre os efeitos da descoberta das grandes jazidas de metais e pedras preciosas no interior da América portuguesa na formação histórica do centro-sul do Brasil, é correto afirmar que:

- A A demanda do mercado consumidor criado na zona mineradora permitiu a conexão entre diferentes partes da Colônia que até então eram pouco integradas
- B A partir da criação de rotas de comércio entre os campos do sul da Colônia e a região mineradora, Sorocaba e suas feiras perderam a relevância econômica adquirida no século XVII.
- C O desenvolvimento socioeconômico da região das minas e do centro-sul levou a Coroa a deslocar a capital da Colônia de Salvador para Ouro Preto em 1763.
- D Como o solo da região mineradora era infértil, durante todo o século XVIII sua população importava os produtos alimentares de Portugal ou de outras capitanias.

**17 FGV** Leia o texto e responda à questão.

Há exagero em dizer que a extração do ouro liquidou a economia açucareira do Nordeste. Ela já estava em dificuldades vinte anos antes da descoberta do ouro [...]. Mas não há dúvida de que foi afetada pelos deslocamentos de população e, sobretudo, pelo aumento do preço da mão de obra escrava [...]

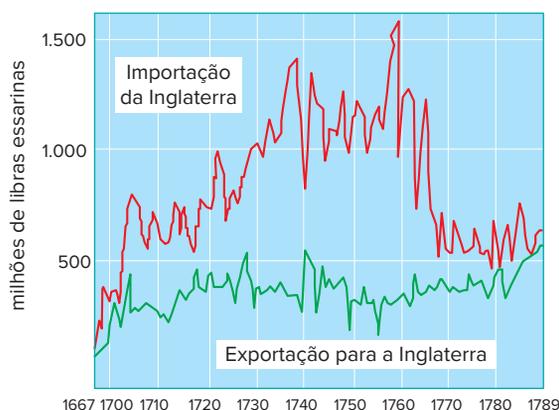
Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994 p. 99.

Uma das consequências do processo descrito no texto, em termos administrativos, foi:

- A a transferência da capital do Vice-Reinado para São Paulo, que passou a ser o polo econômico mais importante da Colônia.
- B a criação das Câmaras Municipais que passaram a deter, na Colônia, os poderes de concessão para exploração do ouro em Minas Gerais.
- C o deslocamento do eixo da vida da Colônia para o Centro Sul, especialmente para o Rio de Janeiro, por onde entravam escravos e suprimentos, e por onde saía o ouro das minas.
- D o desaparecimento do sistema de Capitânicas Hereditárias e sua substituição, na região Sudeste, pelas Províncias
- E o desenvolvimento de um comércio paralelo de escravos nas antigas regiões produtoras de açúcar, que gerou a necessidade de centralizar o poder nas mãos dos ouvidores.

**18** Analise as afirmações com base no gráfico e em seus conhecimentos sobre o período. Verifique cada afirmação e justifique de forma clara suas respostas.

Comércio português com a Inglaterra 1667-1789



Fonte: Virgílio Noya Pinto

- I O Tratado de Methuen foi um dos grandes responsáveis por impedir um processo de industrialização em Portugal, na medida em que o governo facilitava a entrada de artigos ingleses; esta é uma razão que explica o déficit comercial português com a Inglaterra.

- II. A extração de ouro no Brasil contribuiu para o aumento do consumo de produtos importados em Portugal, acentuando a balança comercial desfavorável no auge do ciclo da mineração
- III. A decadência da mineração e o aumento da venda de algodão aos ingleses durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos foram responsáveis por um dos raros momentos de equilíbrio comercial entre Portugal e a Inglaterra.
- IV Portugal foi um dos principais clientes dos ingleses no século XVIII e certamente teve uma contribuição importante para o desenvolvimento industrial na Inglaterra naquele período.
- V A administração pombalina realizou uma série de reformas no Estado português, estimulando a indústria naval e as manufaturas, possibilitando, mesmo por um curto intervalo de tempo, uma redução expressiva do déficit comercial lusitano, que predominou ao longo do século XVIII.

**19** O final do século XVIII deu origem a um período que, na história econômica brasileira, ficou conhecido como Renascimento Agrícola. De que formas o declínio da mineração no Brasil e a Revolução Industrial inglesa favoreceram esse renascimento da agricultura como atividade fundamental no Brasil?

**20** Analise a afirmação.

Os conflitos nativistas, ocorridos até a primeira metade do século XVIII, constituem-se em reações naturais contra a opressão, não significando que haja neste momento uma crise do Sistema Colonial como um todo.

**21 UEPB 2014** Considerando os conflitos sociais que ocorreram no período colonial, é CORRETO afirmar:

- A Todos os conflitos do período colonial ocorridos entre colonos e forças metropolitanas são considerados precursores da independência, sendo iniciados por grupos de colonos sempre oprimidos que buscavam mais liberdade, igualdade e fraternidade.
- B Foram movimentos nativistas que, estimulados pelo antiabsolutismo e por ideias liberais, lutavam pela independência do Brasil.
- C A Revolta de Vila Rica de 1720, que teve a liderança de Felipe dos Santos, foi motivada pela crise da economia aurífera e tinha como principal objetivo a independência do Brasil
- D A maior parte dos conflitos nos trezentos anos de administração portuguesa não teve por finalidade a separação do Brasil em relação a Portugal.
- E Não há registros de participação popular e muito menos de escravos em nenhum dos conflitos ocorridos na América Portuguesa

- 22 Acafe 2018** A Revolta de Vila Rica no século XVIII mostrou os abusos que as autoridades portuguesas cometiam com os mineradores e a população de Minas Gerais. No contexto dessa revolta é correto afirmar, exceto:
- A O movimento reivindicava a redução dos preços dos alimentos e o cancelamento da medida que proibia a circulação de ouro em pó.
  - B Foi um dos nomes dados à Inconfidência Mineira, que entre seus participantes teve Joaquim José da Silva Xavier.
  - C Os altos impostos e o rígido controle sobre a exploração do ouro também contribuíram para o levante de Vila Rica.
  - D Um dos líderes da revolta foi enforcado e teve seu corpo esquartejado e exposto em praça pública.

- 23** Com relação aos movimentos nativistas na história do Brasil, assinale a alternativa incorreta
- A Ocorreram no Brasil principalmente após a Restauração em 1640, quando a crise portuguesa obrigou a Coroa a intensificar o processo de arrocho colonial
  - B A mineração e as imensas possibilidades de arrecadação para a Coroa geraram um agravamento do fiscalismo, fato responsável pela eclosão de revoltas
  - C Foram movimentos já marcados pelo ideal de nação e pela ideia de que a solução para os problemas específicos só seria alcançada com a independência em relação a Portugal
  - D Caracterizaram-se por serem reações a problemas locais e específicos, como a questão do fiscalismo ou da proibição à escravidão indígena
  - E Nada mais eram do que a natural reação dos colonos contra os abusos da Coroa portuguesa.

- 24 Unifesp** Não resta outra coisa senão cada um defender-se por si mesmo; duas coisas são necessárias... a fim de se recuperar a mão livre no que diz respeito ao comércio e aos índios.

Manuel Beckman, 1684

As duas principais reivindicações do líder da Revolta que leva seu nome são:

- A a revogação do monopólio da Companhia de Comércio do Estado do Maranhão e a expulsão dos jesuítas que se opunham à escravidão indígena.
- B a saída dos portugueses do Grão-Pará e Maranhão e a supressão dos aldeamentos indígenas, que monopolizavam as chamadas “drogas do sertão”.
- C a repressão ao contrabando estrangeiro, que prejudicava os negócios dos atacadistas portugueses, e a liberdade para importar escravos negros.
- D a expulsão dos holandeses do Nordeste, que monopolizavam o comércio do açúcar, e a reedição da guerra justa, que proibia a escravidão indígena.
- E a revogação do monopólio comercial da Metrópole sobre o Norte e Nordeste da colônia e a proibição para importar escravos negros.

- 25 Unicamp** Comentando a Guerra dos Emboabas (1709), o historiador Antônio Sérgio escreveu:

Cedo no Brasil se buscaram as minas. Para isso se organizavam expedições (bandeiras) que se internavam pelo sertão. Enfim, a descoberta fez-se e a notícia atraiu muita gente. Os habitantes de São Paulo consideravam como inimigos todos os que pretendiam, como eles, enriquecer com o ouro.

Antônio Sérgio. *Breve interpretação da História de Portugal*. (Adapt.).

- a) Quem eram os Emboabas e por que os paulistas entraram em guerra contra eles?
- b) Explique as transformações econômicas que a mineração provocou no Brasil.

- 26 FGV** A confrontação entre a loja e o engenho tendeu principalmente a assumir a forma de uma contenda municipal, de escopo jurídico-institucional, entre um Recife florescente que aspirava à emancipação e uma Olinda decadente que procurava mantê-lo numa sujeição irrealista. Essa ingênua fachada municipalista não podia, contudo, resistir ao embate dos interesses em choque. Logo revelou-se o que realmente era, o jogo de cena a esconder uma luta pelo poder entre o credor urbano e o devedor rural.

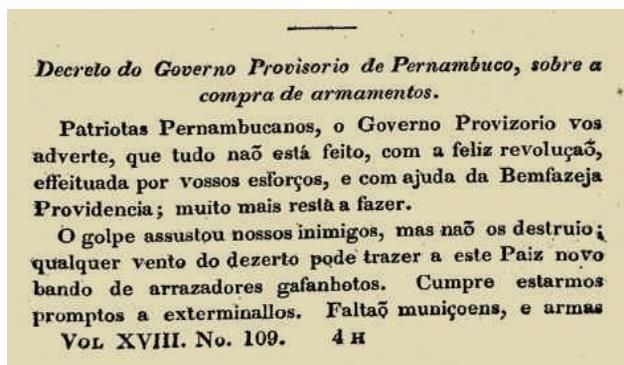
Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 123.

O autor refere-se:

- A ao episódio conhecido como a Aclamação de Amador Bueno.
- B à chamada Guerra dos Mascates.
- C aos acontecimentos que precederam a invasão holandesa de Pernambuco.
- D às consequências da criação, por Pombal, da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco.
- E às guerras de Independência em Pernambuco.

- 27** Em que aspectos pode-se afirmar que a Guerra dos Mascates sintetiza a própria natureza do conflito entre os interesses coloniais e metropolitanos?

- 28 Unioeste 2018** Leia atentamente o que diz a fonte histórica abaixo:



Nota do jornal *Correio Braziliense*, sobre a revolta pernambucana de 1817. Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/2014/12/03/a-revolucao-pernambucana-1817>. Acesso: 15 ago. 2017, 08h50min.

Neste ano de 2017, o Estado de Pernambuco comemora os 200 anos da chamada “Revolução Pernambucana”, um forte movimento de insurreição ocorrido no final do período colonial, que culminou com a tomada do poder e a criação de um governo provisório que tentou arduamente manter-se de pé (como vemos acima). Evocando ainda os ecos da Revolução Francesa e inscrita num contexto histórico de processos de independência pela América Espanhola, a “Revolução Pernambucana” de 1817, apesar de derrotada (durou pouco mais de 70 dias), pode ser considerada um dos mais relevantes movimentos de luta pela emancipação política na história do Brasil

A respeito da Revolução Pernambucana e sua atualidade histórica, é CORRETO afirmar.

- A Possuía um forte sentimento de defesa da Metrópole portuguesa, pois os insurretos reivindicavam o aumento dos impostos e grandes privilégios aos comerciantes portugueses.
  - B O movimento teve a participação apenas de padres e bispos, não contando com o apoio de outros segmentos da sociedade pernambucana, pois seus líderes (como Frei Caneca) defendiam ardorosamente a criação de uma Monarquia de Direito Divino.
  - C Vista aos olhos do século XXI, a Revolução Pernambucana de 1817, na história do País, nada significou, pois se tratou de um movimento liderado por nações estrangeiras como a França e a Inglaterra.
  - D Os acontecimentos históricos que geraram o movimento insurrecional não teriam sido possíveis sem a aliança necessária com as forças internas, representadas pelas tropas militares de D. Pedro I, que, cinco anos depois, proclamaria a independência.
  - E Uma das marcas indeléveis e atuais deste movimento na história política do Brasil foi a luta pela implantação de um governo republicano, marcado pela igualdade de direitos e a tolerância religiosa, muito embora tenha deixado intocado o tema da escravidão.
- 29** A crise do Antigo Sistema Colonial (final do século XVIII) pode ser caracterizada por um conjunto de fatos abaixo relacionados, com exceção de um. Assinale-o.
- A As pressões da França industrializada, a cobiça norte americana sobre os mercados latino americanos e o avanço do liberalismo nos países ibéricos.
  - B A Revolução Industrial Inglesa, a crítica liberal às práticas mercantilistas e a invasão napoleônica na Península Ibérica
  - C O descontentamento dos colonos com a política econômica e fiscal metropolitana e a difusão da ideia de “revolução” entre as elites coloniais.
  - D As tentativas de redefinir o sistema, de modo a atender as críticas dos colonos, mas sem abrir mão do “exclusivo”.
  - E As pressões inglesas sobre as metrópoles ibéricas, o apoio da Inglaterra aos movimentos coloniais de rebeldia e os tratados anglo portugueses de 1810.

- 30 IFSul 2017** As revoltas nativistas foram aquelas que tiveram como causa principal o descontentamento dos colonos brasileiros com as medidas tomadas pela coroa portuguesa. Ocorreram entre o final do século XVII e início do XVIII.

Disponível em: <[www.historiadobrasil.net/brasil\\_colonial/revoltas\\_nativistas.htm](http://www.historiadobrasil.net/brasil_colonial/revoltas_nativistas.htm)>. Acesso em: 22 jul 2016

Entre as principais revoltas nativistas, destacam-se

- A Beckman e Filipe dos Santos.
  - B Cabanagem e Balaiada
  - C Sabinada e Farrapos.
  - D Carrancas e Setembrada.
- 31** Nos movimentos denominados Conjuração Mineira, de 1789, Conjuração Baiana, de 1789, e Revolução Pernambucana, de 1817, identifique:
- a) os setores sociais neles envolvidos;
  - b) os objetivos políticos que possuíam em comum.
- 32 Uefs 2018** A Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798) expressaram localmente o conjunto de mudanças ocorridas no Mundo Ocidental a partir de meados do século XVIII. Apesar de suas diferenças, os dois movimentos opunham-se
- A à submissão colonial implícita na política mercantilista metropolitana.
  - B à importação de ideais iluministas pela cultura brasileira.
  - C à divisão do país entre ricos donatários portugueses
  - D à influência das independências das Colônias Inglesas da América
  - E à participação de homens livres pobres na preparação da independência.
- 33 Fuvest** Leia a estrofe e responda às questões.

Atrás de portas fechadas,  
à luz de velas acesas,  
entre sigilo e espionagem  
acontece a Inconfidência

Cecília Meireles. *Romanceiro da Inconfidência*.

- a) Por que a Inconfidência, acima evocada, não obteve êxito?
  - b) Por que, não obstante seu fracasso, tornou-se o movimento emancipacionista mais conhecido da história brasileira?
- 34 Uece 2018 (Adapt.)** Leia atentamente o seguinte excerto:

“O papel de herói da Inconfidência Mineira cabe ainda a Tiradentes porque ele foi o inconfidente que recebeu a pena maior: a morte na forca, uma vez que o próprio réu, durante a devassa, assumiu para si toda a culpa. Sabe-se, no entanto, que sua morte se deve também em grande parte à acusação dos demais inconfidentes, bem como a sua condição social: pertencente à camada média da sociedade mineira, sem importantes ligações de família, sem ilustração nem boas maneiras”

Cândida Vilares Gancho & Vera Vilhena de Toledo. *Inconfidência Mineira*. São Paulo, Editora Ática, Série Princípios, 1991. p. 45

Sobre a Inconfidência Mineira, ocorrida em Vila Rica no período da mineração aurífera, é correto afirmar que

- A representou o exemplo de revolta popular contra a dominação colonial portuguesa no Brasil, uma vez que, oriunda das camadas mais humildes de Minas Gerais, inclusive escravos, chegou a contagiar indivíduos pertencentes às mais altas posições sociais.
- B marcou o início do processo de independência do Brasil, baseado na luta armada do povo contra as forças leais a Portugal, e em defesa dos ideais liberais e republicanos, como o fim da escravidão, direito ao voto universal masculino e governo presidencialista.
- C foi uma representação dos interesses de grupos da elite local, intelectuais, religiosos, militares e fazendeiros, em livrarem-se do controle e dos impostos cobrados pela coroa portuguesa na região, mas não havia consenso em relação à libertação dos escravos.
- D apesar de bem-sucedida, com a proclamação da independência de Minas Gerais, teve pouco impacto na história do Brasil, uma vez que seus objetivos extremamente populares não foram

**35 Unicamp** Leia o texto e responda às questões.

A execução de Tiradentes teve um sentido bem mais amplo que o de um enforcado. Tratava-se de uma punição exemplar: esquarterar, exibir o corpo nos locais onde os “crimes” foram praticados, salgar terrenos e demolir casas faziam parte do esforço de apagar a memória do “criminoso” e reavivar a memória da punição de seus crimes. Por estas práticas, afirmava-se o poder do soberano e incutia-se temor em seus súditos.

*Série Registros, n. 15, DPH, 1992. (Adapt.).*

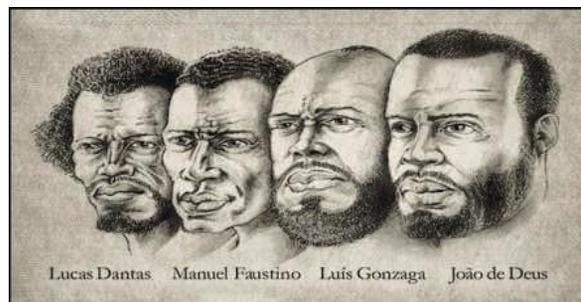
- a) Por que as reivindicações dos participantes da Conjuração Mineira foram consideradas “crimes”, em 1789?
- b) O que quer dizer castigo exemplar?

**36 FGV** A respeito da Revolta dos Alfaiates de 1798, podemos afirmar que:

- A se trata de uma revolução burguesa que tinha por objetivo eliminar o sistema colonial e estimular a entrada de imigrantes no Brasil.
- B os rebeldes foram influenciados pelas ideias do comunismo francês, que pregava a igualdade social e a distribuição de terras entre os mais pobres.
- C influenciados pelas doutrinas sociais da Igreja francesa, os líderes da revolta pretendiam garantir o ingresso no clero de homens de todas as raças.
- D o discurso rebelde era marcado pelo anticlericalismo e defendia uma reforma na ordem vigente, de modo a eliminar as diferenças sociais.
- E o movimento foi liderado pela elite baiana, descontente com a falta de incentivos do governo metropolitano com relação às necessidades da produção açucareira.

**37 UFJF 2020** Observe as imagens abaixo:

**Líderes da Conjuração Baiana de 1798**



<https://www.esquerdadiario.com.br/Conjuracao-Baiana-4-negros-esquecidos-na-Historia>

**Líderes da Inconfidência Mineira de 1789**



<https://www.todamateria.com.br/inconfidencia-mineira/>

Considerando seu conhecimento sobre os dois movimentos a que se referem as imagens, é CORRETO afirmar que:

- A A composição social dos dois movimentos era diferente e, por isso, os dois defendiam o fim da desigualdade de classe e raça.
- B Os líderes dos dois movimentos se mantinham afastados do povo, evitando a participação dos pobres, escravos e sendo contrários à escravidão.
- C Os negros e ex-escravos mantinham-se na liderança dos dois movimentos, defendendo o fim do pacto colonial e a independência do Brasil.
- D A presença dos negros nos dois movimentos foi decisiva para o projeto de resistência social e luta armada contra Portugal e a burguesia brasileira.
- E A diferença social entre os dois movimentos foi fundamental para os dois projetos, que se distinguem, sobretudo, no que se refere à defesa do fim da escravidão.

**38** Leia o texto referente à Conjuração Baiana e responda.

Não eram os norte-americanos que serviam de exemplo a João de Deus e aos seus companheiros. Eram os sans culottes. A 12 de agosto de 1789, apareceram por toda a cidade manifestos manuscritos. Dirigidos “ao povo republicano da Bahia” em nome do “supremo tribunal da democracia baiana” apelavam ao extermínio do “detestável jugo metropolitano de Portugal”.

Kenneth Maxwell e Maria Beatriz N. da Silva.  
*O Império luso brasileiro 1750-1822*

- a) Como pode ser caracterizada a Conjuração Baiana?

b) Indique o nome da outra conjuração do século XVIII, cujos líderes conspiravam em segredo e, tomando como exemplo os Estados Unidos, advogaram o governo republicano.

**39** Há dois séculos, ocorria na Bahia a Conjura dos Alfaiates, conspiração que faz parte do quadro das grandes rebeliões do final do século XVIII. Assinale a alternativa na qual estão descritos traços peculiares deste movimento em relação aos anteriores.

- A Tinha composição exclusivamente elitista, daí a ausência de reivindicações sociais
- B Ideologicamente, vinculava-se exclusivamente ao Liberalismo, tendo como modelo a independência dos Estados Unidos.
- C Foi a primeira expressão de um movimento de raiz popular, que combinava aspirações de independência com reivindicações sociais.
- D O Estado português reagiu com bastante tolerância, já que seus líderes eram membros da elite colonial.
- E Foi o único dos grandes movimentos emancipacionistas a defender claramente a manutenção da escravidão

**40 Fuvest 2017** Os ensaios sediciosos do final do século XVIII anunciam a erosão de um modo de vida. A crise geral do Antigo Regime desdobra-se nas áreas periféricas do sistema atlântico – pois é essa a posição da América portuguesa –, apontando para a emergência de novas alternativas de ordenamento da vida social.

JANCÓS, István. “A sedução da liberdade” In: NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1 (Adapt).

A respeito das rebeliões contra o poder colonial português na América, no período mencionado no texto, é correto afirmar que,

- A em 1789 e 1798, diferentemente do que se dera com as revoltas anteriores, os sediciosos tinham o claro propósito de abolir o tráfico transatlântico de escravos para o Brasil.
- B da mesma forma que as contestações ocorridas no Maranhão em 1684, a sedição de 1798 teve por alvo o monopólio exercido pela companhia exclusiva de comércio que operava na Bahia
- C em 1789 e 1798, tal como ocorrera na Guerra dos Mascates, os sediciosos esperavam contar com o suporte da França revolucionária.
- D tal como ocorrera na Guerra dos Emboabas, a sedição de 1789 opôs os mineradores recém-chegados à capitania aos empresários há muito estabelecidos na região.
- E em 1789 e 1798, seus líderes projetaram a possibilidade de rompimento definitivo das relações políticas com a metrópole, diferentemente do que ocorrera com as sedições anteriores.

**41 Unesp 2017** A Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798) tiveram semelhanças e diferenças significativas. É correto afirmar que

- A as duas revoltas tiveram como objetivo central a luta pelo fim da escravidão.
- B a revolta mineira teve caráter eminentemente popular e a baiana, aristocrático e burguês.
- C a revolta mineira propunha a independência brasileira e a baiana, a manutenção dos laços com Portugal.
- D as duas revoltas obtiveram vitórias militares no início, mas acabaram derrotadas.
- E as duas revoltas incorporaram e difundiram ideias e princípios iluministas.

**42 PUC-PR 2016** Discutiu-se muito, no segundo semestre de 2015, no Brasil, a problemática do aumento dos impostos devido ao déficit de 30 milhões nas contas públicas. Nesse debate é possível visualizar recorrências a episódios da história política brasileira, conforme observamos na charge a seguir:



Disponível em: <<http://www.rb.am.br/wp-content/uploads/2015/tiradentes-charge.jpg>>. Acesso em: 03 out 2015

A charge faz menção:

- A à Conjuração Baiana, evento que também ficou conhecido como Rebelião dos Alfaiates, na qual os revoltosos, além de questionarem os altos impostos, buscaram fundar um governo monárquico no Brasil independente de Portugal.
- B à marca do pensamento católico no contexto do Brasil Colonial, que deu base ideológica para criminalizar e punir os políticos corruptos.
- C à Revolução Pernambucana, que eclodiu devido ao aumento de impostos que foi decretado com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808. Esse movimento também foi marcado pela luta pelo fim da escravidão.
- D à Conjuração Mineira, revolta que ocorreu em Minas Gerais devido à derrama declarada pela Coroa Portuguesa e aos preços abusivos que eram cobrados pelas mercadorias importadas.
- E à restrição da liberdade de imprensa, no contexto do século XIX, que dificultou a emergência de movimentos contrários à excessiva cobrança de impostos pela Coroa Portuguesa.

### Notícias sobre o descobrimento do ouro

Manda me Vosso Reverendíssimo que, por serviço de Sua Majestade, que Deus guarde, e como habitador dos mais antigos destas Minas, o informe dos primeiros descobridores delas e, principalmente, do célebre e precioso Ribeirão do Ouro Preto e dos mais que nele entram, até formar o famoso Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo [...] Pelas notícias que deram em São Paulo, os primeiros sertanistas que vieram do descobrimento das esmeraldas, com o capitão-mor Fernando Dias Pais e principalmente por um Duarte Nunes que, fazendo experiência em um certo ribeirão que disse desaguava no Rio Guarapiranga, de que com uma bateia tirava ouro e tanto que chegava, em povoado, a fazer dele várias peças lavradas para o uso de sua casa, se animaram os moradores de todas aquelas vilas a formarem uma tropa com o intento de buscarem a paragem ou sertão da desejada Casa da Casca onde, diziam, será muito precioso o ouro [...] Saíram estes [bandeirantes] do povoado no verão de 1694 [...] Chegados a Itaberaba, fizeram na sua terra as primeiras experiências e descobriram nela o seu primeiro ouro; mas como esse descobrimento não fosse de grande lucro, prosseguiu [...] Manuel de Camargo, com seu filho Sebastião de Camargo, a sua primeira derrota na ida da Casa da Casca, mas antes de chegar a ela teve a infelicidade

de o matar o seu gentio, deixando só com vida o filho, com mais alguns negros, com que este retrocedeu à viagem; retirando-se o gentio, se animou a empreender, segundo um Miguel Garcia, descobrindo na foz da Serra do Itatiaia um ribeirão a que deu então o nome [...]; mas como neste descobrimento recusaram os paulistas ou naturais de São Paulo a dar partilha nas lavras aos de Taubaté, desconfiados, estes lançaram sua Bandeira [...] e com tanta felicidade que em breve tempo se descobriu o celebrado e rico Ouro Preto [...] mas com esta notícia, chegou ao povoado tanta gente, que apenas se repartiram três braças de terra a cada um dos mineiros, por cuja causa lançou nova bandeira um Antonio Dias e, correndo a mesma serra, descobriu o ribeirão que hoje chamam do mesmo nome que com a continuação e disposição que lhe deram é agora uma continuada rua e forma a Vila Rica do Ouro Preto [...] Com a mesma emulação, fez sua tropa o padre João de Faria Fialho e, em breve tempo, descobriu o ribeirão do seu nome; porém, como os que tinham mais armas e séquitos eram sempre nestes descobrimentos os mais bem aquinhoados, determinaram-se os malcontentes a formarem novas bandeiras [...]"

José Rebelo Perdigão. *Notícia prática que dá ao Revmo. Pe. Diogo Soares sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro.*

### Elementos sobre a chegada de africanos ao Brasil e sobre a população colonial brasileira

Dados extraídos da Carta Régia de 1711.

Média anual de escravizados que entraram no Brasil vindos da África		População do Brasil nos fins do século XVI	
1570-1600	1500	Branços	25000
1600-1650	4000	Índigenas	18500
1650-1670	7500	Negros	14000
1700-1710	30000	Total	57000 habitantes

### Parecer do Conselho Ultramarino (imigração para o Brasil)

[...] Descobertas no sítio de Ouro Preto e redondezas as ribeiras auríferas, em pouco tempo cerca de 30.000 pessoas, ao que se calcula, tinham invadido a região, desabitada e inculta até aí. [...] A fama dessas riquezas convida as pessoas do Reino e das Ilhas a passarem-se para o Brasil [...] fazendo esta passagem ocultamente. [...] Por este modo se despovoará o Reino.

Parecer do Conselho Ultramarino, 1732 (Adapt.).

### Tratado de Methuen

Artigo 1 – Sua Sagrada Majestade El-rei de Portugal promete tanto em seu próprio nome como de seus sucessores, de admitir para sempre daqui em diante no reino de Portugal, os panos de lã, e [...] lanifícios de Inglaterra, como era costume até o tempo que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.

Artigo 2 – É estipulado, que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome, e no de seus sucessores será obrigada para sempre daqui em diante admitir na Grã-Bretanha os vinhos de produto de Portugal, de sorte que em tempo algum não se poderá exigir de direitos de alfândega nestes vinhos [...].

### Dados sobre a Balança Comercial com a Inglaterra

Balança Comercial com a Inglaterra (em milhares de libras)		
Anos	Importação	Exportação
1701-1705	610	242
1711-1715	638	252
1721-1725	811	387
1731-1735	1024	326
1741-1745	1115	429
1746-1750	1114	324
1751-1755	1098	272
1756-1760	1031	257
1761-1765	964	312

## Resumindo

- A mineração foi responsável por um desenvolvimento da economia no Brasil e pelo próprio crescimento populacional e do mercado interno no século XVIII. Ela possibilitou a integração entre as várias regiões da Colônia, contribuindo largamente para a formação de uma ideia de nação que se sobrepôs ao nativismo comum até então.
- A diversificação social, trazida pela atividade mineradora, gerou uma sociedade muito mais permeável a transformações do que a sociedade açucareira, forjada na dicotomia entre senhores e escravizados.
- O aumento da exploração metropolitana encontrou, por esses elementos, uma maior condição de reação por parte dos colonos, a qual se traduz em uma série de movimentos, nativistas a princípio, mas incorporando uma clara visão nacional ao final do século XVIII.
- As ideias libertárias do Iluminismo se manifestaram nas regiões onde os efeitos da crise e da exploração metropolitana eram mais visíveis

## Quer saber mais?



### Livros

- **ANDRIOLO, Arley** *Viver e morar no século XVIII Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás*. São Paulo: Saraiva (Coleção Que história é essa?).
- **PAIVA, Eduardo França** *O ouro e as transformações na sociedade colonial*. São Paulo: Atual (Coleção A vida no tempo).



### Site

- Visita virtual ao Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, MG <<https://www.eravirtual.org/museu-da-inconfidencia/>>.

## Exercícios complementares

- 1 UPF 2013** Durante o período colonial, o governo português explorava violentamente os habitantes da colônia chamada Brasil



Fonte: NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. *História do Brasil para principiantes: de Cabral a Cardoso* 500 anos de novela. São Paulo: Ática, 1997, p. 123

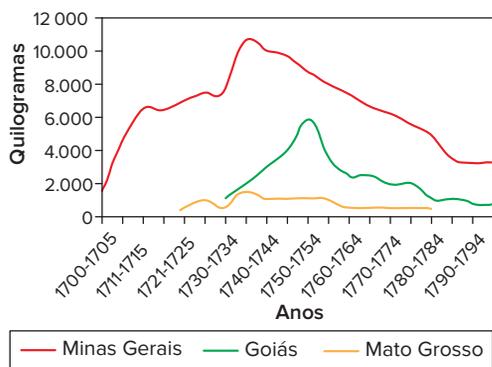
A charge faz referência à chamada Derrama, instituída pelo Marquês de Pombal em 1765. Podemos afirmar que a Derrama era:

- A** um recurso instituído para cobrar os impostos atrasados. A região das minas deveria entregar a Portugal

anualmente 100 arrobas (1500 kg) de ouro; caso essa quantia não fosse entregue, o valor restante seria cobrado de toda a população, que teria que completar em dinheiro o equivalente as 100 arrobas.

- B** uma cobrança decorrente do fato que os senhores de engenho estavam entregando o açúcar produzido aos holandeses, assim, teriam que pagar a Portugal como imposto o equivalente ao quinto (20%) de todo o valor comercializado com holandeses.
- C** a incidência de uma taxa de 20% sobre o valor de cada índio escravizado. Como os holandeses estavam dominando, além do Nordeste brasileiro, as regiões da África que forneciam escravos, os bandeirantes paulistas começaram a aprisionar indígenas para vender como escravos aos produtores de açúcar.
- D** um imposto de 20% sobre cada animal vendido aos mineradores. Os tropeiros levavam o gado existente no território do atual Rio Grande do Sul para vender nas regiões das minas.
- E** uma penalização sobre os mineradores, que, para não pagar impostos, contrabandeavam o ouro. O governo português decreta que todo o ouro deveria ser entregue às Casas de Fundição e o minerador que desobedecesse a essa ordem, além de perder todo o ouro que tivesse extraído, seria preso.

**2 UFRGS (Adapt.)** Observe o gráfico a seguir, relativo à produção aurífera no Brasil do século XVIII.



Virgílio N. Pinto. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 114. (Adapt.)

Com base nos dados do gráfico, considere as seguintes afirmações.

- I O auge da produção de ouro em Minas Gerais foi atingido ainda na primeira metade do século XVIII, mas, na segunda metade do século, a extração aurífera na capitania entrou em declínio acentuado.
- II. A produção aurífera conjunta de Goiás e de Mato Grosso suplantou durante alguns períodos a produção de ouro da capitania de Minas Gerais.
- III. A produção aurífera de Goiás atingiu seu ápice ao mesmo tempo que ocorria a queda nos rendimentos do ouro produzido na região de Minas Gerais.

Quais estão corretas?

- A Apenas I
- B Apenas I e II.
- C Apenas I e III.
- D Apenas II e III.
- E I, II e III.

**3 Unesp E**, não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó, o menos que se pedia e dava por qualquer coisa eram oitavas [cerca de 3 gramas e meia]. [Porei] aqui um rol [ ] dos preços das coisas que [ ] lá se vendiam no ano 1703 [...] Por um boi, cem oitavas. Por uma mão de sessenta espigas de milho, trinta oitavas. Por uma alqueire de farinha de mandioca, quarenta oitavas. Por um queijo do Alentejo, três a quatro oitavas. Por uma cara de açúcar [açúcar em forma de disco] de uma arroba, 32 oitavas. Por um barrilote de vinho, carga de um escravo, cem oitavas [...]

André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, 1711.

As informações apresentadas pelo cronista do século XVIII demonstram que o regime alimentar da população da região das Minas Gerais era:

- A controlado pela legislação da metrópole, que reservava o mercado consumidor das minas para as mercadorias europeias.

- B submetido a uma situação de carestia dos gêneros alimentícios, fato que inviabilizou a continuidade da exploração aurífera na região.
- C composto por gêneros nativos da América, produtos transplantados pelos colonizadores para o solo americano e mercadorias importadas
- D precário e insuficiente para o conjunto da população, formada por funcionários lusitanos, garimpeiros e escravos.
- E dependente de gêneros extraídos da natureza local, aplicando-se para isso conhecimentos adquiridos com os índios.

**4 PUC-SP** A extração de ouro na região das minas, no século XVIII, produziu várias rotas de circulação e de comércio. Entre elas podemos destacar a ligação por terra das minas com:

- A o Norte, que permitia a chegada de trabalhadores indígenas da Amazônia e de especiarias.
- B a Europa, que facilitava o escoamento do ouro e a entrada de matérias-primas e alimentos.
- C o Rio de Janeiro, que permitia acesso mais rápido e fácil dos minérios aos portos
- D a Bolívia, que articulava a produção de ouro para Portugal à extração da prata boliviana para a Espanha
- E o Sul, que abastecia a região mineradora de produtos industrializados, de gado e de açúcar.

**5 Uece** A corrida do ouro, entre o final do século XVII e a primeira década do século XVIII, foi talvez a maior migração de homens brancos livres na América Portuguesa ao longo de todo o período colonial. Não há nada na história do Brasil que se compare a este movimento.

Adriana Romeiro. "A Febre do Ouro". *Revista Nossa História*. Ano 3, n. 36 Rio de Janeiro, out 2006 p.13-21

No que compete à situação vivida pelos moradores das Gerais na época da corrida do ouro, considere as seguintes afirmativas:

- I Nos primeiros tempos, a fome foi companheira fiel dos povoadores que, desconhecendo a pobreza da zona mineradora, se lançavam na aventura do ouro. Nas ondas de fome, ocorridas em períodos críticos, os trabalhadores recorriam à caça para garantir algum sustento.
- II. O sal era raro, mas a cachaça era farta. Nas condições em que trabalhavam (escravos, na maioria) a aguardente proporcionava um estado de semiembriaguez que tornava mais suportáveis as condições de trabalho.
- III A imagem caótica típica dos relatos dessa época, não correspondia à realidade, uma vez que a fluidez geográfica dos trabalhadores dava-se ao sabor das novas descobertas e do esgotamento das velhas lavras.

São corretas:

- A apenas I e II.
- B apenas I e III.
- C apenas II e III.
- D I, II e III.

**6 UFPE** A exploração de diamantes foi uma atividade importante da economia colonial brasileira, ajudando Portugal a aliviar sua dívida externa. De fato, a exploração de diamantes:

- gerou uma renda superior à da exportação do açúcar.
- dispensou o uso da mão de obra escrava.
- fez do Brasil, no século XVIII, o maior produtor do mundo.
- na região das Gerais, durou todo o século XVIII.
- adotava uma rígida fiscalização, embora não tenha conseguido evitar o contrabando.

**7 FGV** [...] a terra que dá ouro esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana [...]. Porém, tanto que se viu a abundância de ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, [...] e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França [...] E, a este respeito, de todas as partes do Brasil se começou a enviar tudo o que a terra dá, com lucro não somente grande, mas excessivo.

[...] E estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem tanto os preços de todas as coisas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornechos muitos engenhos de açúcar das peças necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde não dão maior lucro

André João Antonil *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, 1711.*

No texto, o autor refere-se a uma das consequências da descoberta e exploração de ouro no Brasil colonial. Trata-se:

- A do desenvolvimento de manufaturas para abastecer o mercado interno.
- B da inflação devido à grande quantidade de metais e procura por mercadorias.
- C do incremento da produção de alimentos e tecidos finos na área das minas.
- D da redução da oferta de produtos locais e importados na região mineradora.
- E do desabastecimento das minas devido à maior importância das vilas litorâneas.

**8 FGV** A longa administração pombalina (1750 a 1777) causou controvérsia ao expulsar os jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios, em 1759. Tal expulsão, que implicava o confisco dos bens dos religiosos, pode ser atribuída:

- A ao enorme déficit do Tesouro português, provocado pelas despesas feitas com a reconstrução de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755.

- B à antipatia que o ministro, seguidor da filosofia iluminista, nutria pelos jesuítas, responsabilizados pelo atraso cultural do país.
- C à vontade de igualar-se às monarquias francesa e espanhola, que praticavam o despotismo esclarecido.
- D ao processo de centralização administrativa que exigia a eliminação da Companhia de Jesus, acusada de agir como um Estado à parte
- E a um erro de cálculo do ministro, que superestimou a riqueza imobiliária da Companhia de Jesus.

## 9 UFSM 2014



Marcos Alves Morato/Editora Abril

A igreja de São Francisco (foto), construída em Ouro Preto no século XVIII, é um marco do barroco e da arquitetura brasileira. O contexto histórico que explica a realização dessa obra é criado pelo(a)

- A Os pontos de descanso e pousada dos tropeiros, viajantes que seguiam em tropas de burro ou mula cuja viagem era longa, cansativa e extremamente perigosa, já que envolvia carregamentos de ouro real que ia ser levado para as Minas.
- B Locais da pastagem de gado e do comércio de mulas e burros que constituíam, na época da mineração, o principal meio de transporte de mercadorias e ouro controlados pelos tropeiros na região de Minas Gerais.
- C As Bandeiras Oficiais, denominadas Entradas, que estabeleciam a criação de estradas com o selo real, identificadas como propriedade do rei de Portugal para a política de posse e ocupação do território brasileiro.
- D Os caminhos abertos pelos portugueses como picadas nas matas, que, poucos anos depois, levaram ao surgimento de povoados urbanos nos seus arredores e onde foram erguidos postos de fiscalização para controlar o escoamento do ouro.

**10 UFU** Considere as informações a seguir.

Uma das figuras mais proeminentes da História Política de Portugal no século XVIII foi Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como marquês de Pombal, ministro de Dom José I. Sobre as políticas pombalinas, o historiador Boris Fausto diz o seguinte:

Sua obra, realizada ao longo de muitos anos (1750-1777), representou um grande esforço para tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento metrópole-colônia

B. Fausto. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 59.

Em relação às políticas pombalinas que diziam respeito direta ou indiretamente ao Brasil, assinale a correta.

- A Pombal introduziu princípios do liberalismo no comércio do Brasil com vistas a recuperar a economia da colônia: extinguiu as companhias privilegiadas de comércio que existiam no Maranhão e em Pernambuco, flexibilizou o “pacto colonial” e permitiu a presença de companhias comerciais inglesas na região das Minas.
- B Um dos traços marcantes das políticas pombalinas no Brasil foi o confronto com a elite colonial. Os “brasileiros” foram impedidos de ocupar cargos políticos, jurídicos e administrativos na Colônia. Isso gerou muitas revoltas, como a de Felipe dos Santos, em Vila Rica, e a Guerra dos Mascates, em Pernambuco.
- C Dentre as principais características da política pombalina, pode-se destacar a forte adoção de princípios mercantilistas na economia e de ideais iluministas na educação. Os esforços de Pombal visavam tornar o colonialismo português mais preparado para enfrentar a “crise do Antigo Regime”, como hoje a chamamos
- D A política absolutista de Pombal baseava-se na origem divina do poder dos reis e de seus ministros. Por isso, ele buscou o total apoio da Igreja, favorecendo as ordens missionárias que atuavam no Brasil, como mercedários e jesuítas, às quais delegou responsabilidades sobre a tutela dos índios e sobre o ensino na colônia

**11 Fatec** No século XVIII, a colônia Brasil passou por vários conflitos internos. Entre eles, temos a:

- A Guerra dos Emboabas, luta entre paulistas e gaúchos pelo controle da região das Minas Gerais. Essa guerra impediu a entrada dos forasteiros nas terras paulistas e manteve o controle da capitania de São Paulo sobre a mineração.
- B Revolta Liberal, tentativa de reagir ao avanço conservador da monarquia portuguesa, que usava de seus símbolos monárquicos e das baionetas do Exército da Guarda Nacional como forma de cooptar e intimidar os colonos portugueses

- C Revolta de Filipe dos Santos, levante ocorrido em Vila Rica e liderado pelo tropeiro Filipe dos Santos. O motivo foi a cobrança do quinto, a quinta parte do ouro fundido pelas Casas de Fundição controladas pelo poder imperial.
- D Farroupilha, revolta que defendia a proclamação da República Rio-Grandense (República dos Farrapos) como forma de obter liberdades políticas, fim dos tributos coloniais e proibição da importação do charque argentino.
- E Cabanagem, movimento de elite dirigido por padres, militares e proprietários rurais, que propunham a proclamação da república como forma de combater o controle econômico exercido pelos comerciantes portugueses.

**12 UFPel** No decorrer do período Colonial no Brasil, os interesses entre metropolitanos e colonos foram se ampliando.

O descontentamento se agravou quando, a 1º de abril de 1680, a Coroa estabeleceu a liberdade incondicional dos indígenas, proibindo taxativamente que fossem escravizados. Além disso confiou-os aos jesuítas, que passaram a ter a jurisdição espiritual e temporal das aldeias indígenas.

Visando solucionar o problema da mão de obra para as atividades agrícolas do Maranhão, o governo criou a Companhia do Comércio do Estado do Maranhão (1682)

Durante vinte anos, a Companhia teria o monopólio do comércio importador e exportador do Estado do Maranhão e do Grão-Pará. Cabia-lhe fornecer dez mil escravos africanos negros, à razão de quinhentos por ano, durante o período da concessão outorgada.

Rubim Santos Leão de Aquino et al. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record. 2000.

Pelos elementos mercantilistas, geográficos e cronológicos, o conflito inferido do texto foi a Revolta:

- A dos Emboabas
- B dos Mascates.
- C de Amador Bueno
- D de Filipe dos Santos.
- E de Beckman

**13 UFMG** Leia este trecho, que contém uma fala atribuída a Joaquim José da Silva Xavier:

[...] se por acaso estes países chegassem a ser independentes, fazendo as suas negociações sobre a pedraria pelos seus legítimos valores, e não sendo obrigados a vender escondido pelo preço que lhe dessem, como presentemente sucedia pelo caminho dos contrabandos, em que cada um vai vendendo por qualquer lucro que acha, e só os estrangeiros lhe tiram a verdadeira utilidade, por fazerem a sua negociação livre, e levado o ouro ao seu legítimo valor, ainda ficava muito na Capitania, e escusavam os povos de viver em tanta miséria

*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980. v. 5 p.117

A partir dessa leitura e considerando-se outros conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que os Inconfidentes Mineiros de 1789:

- A acreditavam que o contrabando aumentava o valor recebido pelas pedras e ouro, pois dificultava sua circulação.
- B consideravam que o monopólio comercial explicava por que as regiões de que se compunha Minas Gerais, cheias de pedras e ouro, ficavam mais ricas.
- C defendiam o livre-comércio, por meio do qual pedras e ouro adquiririam seu real valor, uma vez que seriam vendidos aos estrangeiros legalmente.
- D pensavam que os estrangeiros poderiam tirar vantagens do livre-comércio das pedras e ouro, visando a aumentar seus lucros.

**14 UFPI** Acerca da Inconfidência Mineira (1789), é correto afirmar que:

- A a Coroa portuguesa, diante da possível vitória do movimento, negociou com os inconfidentes e propôs a anistia total aos revoltosos.
- B o projeto dos inconfidentes, com o objetivo de deslocar mão de obra para as minas, incluía o fechamento de engenhos e de fábricas de tecidos.
- C a maior parte da direção do movimento era formada por pessoas pobres, e em suas propostas havia a defesa da extinção da propriedade privada.
- D a rebelião ocorreu em um contexto no qual acontecia a diminuição da produção do ouro e o aumento na cobrança de imposto por parte da Coroa portuguesa.
- E a introdução do trabalho livre em substituição à mão de obra escrava e a indenização aos grandes proprietários escravagistas era defendida pelos inconfidentes.

**15 UFPR** Herói desequilibrado, paladino da liberdade, falstrão, corajoso, imprudente, bode expiatório, patrono da República [ ] Os olhares sobre Tiradentes são tão variados quanto os olhares sobre a Inconfidência Mineira, em particular, e sobre o próprio passado do Brasil

“Dossiê Tiradentes na berlinda”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 2, n.19, abr. 2007. p. 17.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o episódio da Inconfidência Mineira, considere as afirmativas a seguir:

- I. A Inconfidência Mineira teve a sua influência teórica limitada ao ideário iluminista preconizado pela Revolução Francesa, apesar da diversidade social verificada entre os conspiradores.
- II. A conversão de Tiradentes em herói nacional foi amplamente utilizada pelos setores à esquerda e à direita do quadro político brasileiro, o que aponta para a discussão sobre o papel social da construção e da apropriação dos mitos.
- III. Ao examinar o período colonial brasileiro, vale lembrar que, além da Inconfidência Mineira de

1789, Minas Gerais foi palco de vários outros motins e conspirações.

- IV. O desfecho desfavorável aos inconfidentes pode ser atribuído a dois fatores centrais: a desistência da cobrança da derrama pelo governo português e a delação da conspiração às autoridades da época.

Assinale a alternativa correta

- A Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras
- B Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- C Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras
- D Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras
- E Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras

**16 UFRGS** Levando-se em consideração a origem social dos seus protagonistas, pode-se afirmar que a chama da Inconfidência Mineira foi:

- A um movimento de contestação ao sistema colonial que teve como seus principais agentes idealizados os grandes fazendeiros e mineradores, além de burocratas e militares.
- B um movimento encabeçado pelos grandes proprietários de escravos, insatisfeitos com a cobrança da taxa de capitação sobre a mão de obra cativa.
- C uma revolta dos mineradores, liderados por Felipe dos Santos, que protestaram contra a instalação das Casas de Fundição.
- D uma sedição que teve a decisiva participação das massas populares (especialmente artesãos e camponeses), lideradas pelo soldado José Joaquim da Silva Xavier, conhecido como o “Tiradentes”.
- E uma conjuração liderada pelos intelectuais residentes nas vilas mineiras, que se reuniam para conspirar contra o governo metropolitano nos encontros da Sociedade Literária.

**17 UFC** Na manhã de 12 de agosto de 1798, um panfleto revolucionário afixado em vários lugares da cidade de Salvador dizia: “Povo, o tempo é chegado para vós defendêreis a vossa Liberdade; o dia da nossa revolução, da nossa Liberdade e de nossa felicidade está para chegar, animai-vos que sereis felizes”

Mary Del Priore et al. (Org.) *Documentos de História do Brasil – de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997. p. 38.

Com base no texto e em seus conhecimentos, responda às questões propostas.

- a) Que movimento produziu o panfleto citado?
- b) Cite três acontecimentos ocorridos no período, na esfera internacional, que podem ser relacionados a esse movimento.
- c) Cite dois objetivos do movimento ao qual o texto acima se refere.
- d) Apresente a relação entre a dureza das penas impostas aos principais acusados e a condição social da maioria dos participantes desse movimento.

**18 UFMG** Leia este trecho de documento:

Pernambucanos [ ] o povo está contente, já não há distinção entre Brasileiros e europeus, todos se conhecem irmãos, descendentes da mesma origem [...] Um governo provisório iluminado escolhido entre todas as ordens do Estado, preside a vossa felicidade [ ] Vós vereis consolidar-se a vossa fortuna, vós sereis livres do peso de enormes tributos, que gravam sobre vós; o vosso, e nosso país [= Pernambuco] subirá ao ponto de grandeza, que há muito o espera, e vós colhereis o fruto dos trabalhos e do zelo dos vossos cidadãos Ajudai os com [ ] a vossa aplicação à agricultura, uma nação rica é uma nação poderosa. A pátria é a nossa mãe comum, vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos Lusos, sois Portugueses, sois Americanos, sois Brasileiros, sois Pernambucanos

Proclamação do Governo Provisório Revolucionário de Pernambuco, em 9 de março de 1817.

Considerando-se os princípios que fundamentam a Revolução Pernambucana de 1817, é incorreto afirmar que seus participantes:

- A consideravam irrelevantes as questões tributárias e desigualdades existentes entre “Brasileiros”, “Pernambucanos” e “Portugueses”
- B entendiam que a riqueza tornava uma nação poderosa, sendo a agricultura vista como uma atividade econômica importante para a Pátria
- C promoveram a constituição de um Governo Provisório em Pernambuco, em oposição ao Governo Monárquico chefiado por D João
- D reconheciam como identidades coletivas os “Pernambucanos”, os “Portugueses” e os “Brasileiros”, defendendo que todos eles eram filhos da Pátria.



inventbar/Stockphoto.com

FRENTE 2

CAPÍTULO

1

## Introdução ao estudo da História

Para que se possa compreender a História como uma ciência, com métodos e formas de análise, é necessário conhecer as origens do ser humano e das primeiras comunidades humanas, mas também alguns conceitos básicos. Datas e nomes são necessários não somente, uma vez que o fato é a matéria prima com a qual a História trabalha, e mesmo eles têm sua memorização facilitada quando são articulados a um raciocínio no qual ganham sentido

Além disso, é preciso atentar às diferentes formas como se deu a vida dos grupos humanos ao longo da Pré-história. É fundamental compreender a importância da agricultura e como todas as sociedades humanas desse período desenvolveram-se com base na disputa pela riqueza, que começa a surgir a partir do momento em que o ser humano e passa a produzir não apenas o seu alimento, mas também o excedente.

## Introdução

O que é a História? Respostas a essa pergunta vêm sendo produzidas desde os primeiros momentos em que o ser humano debruçou-se sobre o seu passado com o objetivo de conhecê-lo. O grego Heródoto batizou seu estudo das civilizações com as quais os gregos travavam contato com o nome de **História**, palavra grega que significa **investigação**. Percebe-se nele, portanto, uma preocupação de ir muito além da simples constatação da realidade presente: buscava a compreensão mais ampla do presente por meio do estudo das condições que o criaram.

Na obra de Heródoto, fica evidente uma atitude que se constitui o grande objeto da História: o conhecimento do passado como fundamental para se entender o presente e necessário para se vislumbrar o futuro. Assim, mais do que um simples estudo dos fatos, a História busca compreender a maneira como eles se encadeiam, as forças que agem para que determinados fatos ocorram. Em outras palavras, a História nada mais é do que a compreensão das várias formas de relacionamento dos seres humanos com a natureza e dos seres humanos entre si.

A história, como trajetória humana, apresenta um fluxo, uma continuidade a que se dá o nome de **processo histórico**. Naturalmente, a abordagem desse processo será sempre arbitrária, dependente da metodologia do historiador e, mais que isso, do ângulo do qual se observa a história. Um exemplo bastante simples dessa afirmação está no fato de usarmos, mesmo aqui no Brasil, o termo “descobrimento” para designar, o momento da chegada dos europeus, atitude que denuncia uma visão eurocêntrica da história. Afinal, esse termo só se aplica ao ponto de vista dos europeus, uma vez que, para o indígena brasileiro, tal evento corresponde a uma invasão.

Também a datação da história, bem como seus marcos de ruptura (a definição de **eras** ou **períodos históricos**), obedece a critérios que estão longe de serem únicos e universais. O exemplo mais gritante disso está no próprio calendário que utilizamos, o qual estabelece o nascimento de Cristo como ano 1, contando-se os anos anteriores a ele de forma decrescente (utilizando-se a expressão a.C., “antes de Cristo”) e os anos posteriores de forma crescente (utilizando-se d.C., “depois de Cristo”). Cabe lembrar que a ausência de um ano zero pode criar algumas dificuldades e confusões na determinação dos séculos. O século I d.C., por exemplo, estende-se do ano 1 ao ano 100; o século II, de 101 a 200; e assim por diante. Dessa forma, duas regras são simples e claras para essa determinação. A primeira é que o ano terminado em 00 é sempre o último do século. A segunda é que este último ano, subtraindo-se os dois zeros finais, indica o século. Assim, 1500 é o último ano do século XV, enquanto 1501 é o primeiro ano do século XVI. Pela mesma razão, o chamado Terceiro Milênio iniciou-se em 2001, e não em 2000.

Naturalmente, as civilizações não europeias têm critérios de periodização distintos. Para os islâmicos, por exemplo, o tempo é contado a partir da Hégira (fuga do profeta Maomé de Meca para Medina), de modo que o ano 1 de seu calendário corresponde ao ano 622 d.C. do calendário cristão. Da mesma forma, os fenômenos decisivos,

que podem ser tomados como marcos de passagem de uma era para outra, variam de acordo com sua importância para cada civilização. Para a historiografia inglesa, a Idade Antiga encerra-se em 313 d.C. (ascensão do imperador romano Constantino) e, para a escola francesa, em 476 d.C. (queda do Império Romano do Ocidente). A historiografia acadêmica estadunidense considera o ano 1492 d.C. (chegada de Colombo à América) o início da Idade Moderna, enquanto a historiografia francesa elege como marco o ano de 1453 d.C. (tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos e término da Guerra dos Cem Anos).

Para este livro, e visando facilitar a compreensão do aluno, adotaremos a divisão a que os brasileiros estão mais habituados, isto é, a estabelecida pela historiografia francesa

## Divisão dos períodos históricos

### Pré-história

Utilizamos esse termo para designar o período que se estende desde o surgimento da espécie humana até a invenção da escrita. Aqui, percebemos a primeira imprecisão dessa divisão, dado que a escrita, matéria-prima fundamental do trabalho do historiador, não surgiu uniformemente nas várias civilizações. Assim, a Pré-história da América, por exemplo, é substancialmente diferente da Pré-história europeia. De qualquer modo, adotamos aqui a visão tradicional, referindo-nos à Pré-história como o período até por volta de 4000 a.C., quando surgiram as primeiras civilizações mesopotâmicas. O período aborda as formas mais primitivas de sociedades humanas, a passagem do nomadismo à sedentarização e o primitivo processo de urbanização no Crescente Fértil (Mesopotâmia e Egito).

### Idade Antiga

É o período que vai do advento da escrita, em c. 4000 a.C., até a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C. Esse período trata da Antiguidade Oriental (das civilizações hidráulicas do Egito e da Mesopotâmia, bem como das civilizações hebraica, fenícia e persa) e da Antiguidade Clássica (as estruturas escravistas da Grécia e de Roma).

### Idade Média

#### Saiba mais



**Fig. 1** Ambrogio Lorenzetti *Alegoria do bom governo* (detalhe), 1338-40. Afresco Palazzo Pubblico, Siena, Itália

Esse afresco panorâmico apresenta muitas cenas representando a vida na cidade de Siena e em seu entorno no século XIV, na Idade Média. As mulheres dançando provavelmente representam as musas. No detalhe, veem-se também vendedores, cavaleiros etc

A Idade Média vai da queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., até a tomada de Constantinopla (capital do Império Romano do Oriente) pelos turcos otomanos, em 1453. O período centra-se na análise do desenvolvimento do sistema feudal na Europa Ocidental, abordando também as civilizações bizantina e árabe

Nesse período, verifica-se ainda o aparecimento das primeiras características que vão levar ao capitalismo, como o desenvolvimento do comércio e das cidades e a formação da burguesia, elementos que vão surgir a partir da chamada “Baixa Idade Média”.

## Idade Moderna

Cronologicamente, o período estende-se da tomada de Constantinopla, em 1453, até o início da Revolução Francesa, em 1789. Sua característica marcante (conceito que será abordado mais adiante) é a chamada transição entre o passado feudal, em decomposição, e o mundo burguês (designado de modo geral como *capitalismo comercial*) que surgia. O período compreende a consolidação de uma nova estrutura socioeconômica na Europa Ocidental em seus múltiplos aspectos: cultural (Renascimento), religioso (Reforma), econômico (mercantilismo) e político (absolutismo). Engloba também as estruturas americanas pré-colombianas e suas inserções compulsórias no universo europeu por meio do estabelecimento da economia capitalista

## Idade Contemporânea

É o período que se estende da deflagração da Revolução Francesa, em 1789, até os dias atuais. Aqui, contudo, adotaremos como marco final de uma análise mais aprofundada o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. A análise dos movimentos/processos históricos pós-1945, geralmente listados sob as rubricas da *descolonização*, da *Guerra Fria* e da *globalização*, é tradicionalmente atribuída à Geografia, sob a denominação genérica de Geopolítica.

O período aborda basicamente a plenitude do sistema econômico capitalista, com suas afirmações (Revolução Francesa, Processo de Emancipação da América Latina, Revoluções Liberais de 1830 e 1848, Guerra de Secessão Norte-Americana, Unificações Nacionais da Alemanha e da Itália, Segunda Revolução Industrial, Imperialismo), suas crises de crescimento (Primeira Guerra Mundial, Crise de 1929 e Grande Depressão da Década de 1930, Estados Totalitários da Direita, Segunda Guerra Mundial) e suas contestações (Revolução de 1848, Comuna de Paris de 1871, Revolução Mexicana, Revolução Bolchevique de 1917 e estabelecimento do primeiro Estado socialista, a União Soviética).

## Expressões e conceitos – glossário

No transcorrer deste estudo, utilizaremos uma série de expressões e conceitos que são ferramentas básicas no trabalho do historiador. Para que o leitor possa estar previamente familiarizado com eles, incluímos aqui um pequeno glossário dos termos mais correntemente utilizados e que exigem precisão na compreensão de seu significado.

## Acumulação de capital

Trata-se do aumento do volume de capital disponível por meio da constante incorporação dos lucros. É uma característica inerente ao capitalismo, cuja sobrevivência está diretamente ligada à sua capacidade de gerar e multiplicar o capital disponível. **Acumulação primitiva de capital:** padrão dos séculos XV XVIII, caracterizada por um lucro gerado pelo comércio e pela exploração de metais preciosos. O termo está diretamente ligado ao mercantilismo, à exploração colonial, ao tráfico negreiro e a todo o processo que antecedeu e possibilitou a Revolução Industrial.

## Antigo Regime

É a denominação dada à estrutura econômica, social, política e cultural da Idade Moderna baseada na política mercantilista, na sociedade estamental (ver adiante, em “Divisão social”), no Estado absolutista e nos privilégios do clero e da nobreza. O termo foi criado pelos pensadores liberais do século XVIII, que o utilizaram para designar o modelo europeu do período – modelo esse que era drasticamente criticado pelo liberalismo e pelo Iluminismo. O termo, portanto, tinha não uma conotação cronológica, mas pejorativa, de algo superado, retrógrado.

## Capital

É a quantia acumulada ou destinada a criar novos valores, o volume de moeda destinado à atividade produtiva ou especulativa. Assim, o termo capital é diferente do conceito usual de dinheiro, estando ligado a uma noção de reprodução e de investimento, e não apenas de capacidade de compra de bens. Cabe frisar que a noção de capital é essencialmente burguesa, sendo a capacidade da burguesia de enxergar no dinheiro um elemento de investimento o que a diferenciou das demais classes sociais.

## Conjuntura

O termo refere-se aos componentes momentâneos e acidentais de um dado sistema econômico. Como tal, a conjuntura reflete os componentes menos permanentes de um sistema, assim como uma situação passível de ser mensurada em termos quantitativos (preços, salários, rendas, taxas demográficas, volumes de safras agrícolas, níveis de consumo, percentual de votação em determinado partido político etc.). As mudanças de conjuntura ou **alterações conjunturais** sinalizam aspectos momentâneos e que não necessariamente vão gerar modificações mais profundas no sistema econômico.

## Divisão social

Todas as sociedades históricas apresentam alguma forma de divisão social. Desde o momento em que o ser humano descobriu a agricultura e, com ela, a possibilidade de geração de riqueza, a sociedade perdeu seu caráter igualitário, e a luta pela apropriação do excedente ou da riqueza passou a ser o elemento determinante no processo de **extratificação** (divisão em extratos, ou níveis) da sociedade.

As formas como essa divisão ocorreu variaram substancialmente, incorporando igualmente diferentes formas de relacionamento entre os vários níveis sociais. Algumas sociedades apresentam uma divisão **estamental**, na qual a sociedade está dividida em estamentos, segmentos estanques sem possibilidade de mobilidade. Nesse tipo de divisão, o lugar do indivíduo na sociedade é determinado pelo seu nascimento, como ocorre na maioria das civilizações do Antigo Oriente ou na Europa feudal. Outra forma de divisão é em **classes**, na qual a importância social é determinada pelo grau de riqueza do indivíduo e pelo papel que ele ocupa na estrutura produtiva, tendo como exemplo clássico a sociedade capitalista. Uma característica da sociedade de classes é a possibilidade, mesmo que remota, de mobilidade social.

## Estrutura

É a articulação dos componentes mais permanentes, essenciais e definidores de um dado sistema econômico. Os componentes econômicos e sociais são denominados **infraestrutura**, enquanto os jurídicos, políticos, culturais e religiosos são chamados de **superestrutura**. Os componentes culturais refletem a visão de mundo que os **agentes sociais** (classes, categorias, indivíduos) têm das sociedades em que vivem, o que se denomina **ideologia**. As mudanças de estrutura ou alterações estruturais refletem a desagregação de determinado sistema econômico (velho) e a articulação de outro (novo) e são sempre qualitativas. O ritmo das mudanças dos diversos componentes da estrutura é desigual: geralmente os componentes **institucionais** (jurídicos e políticos) são mais resistentes, o que faz que, via de regra, sua alteração ocorra de modo brusco, por meio de uma **revolução**.

## Excedente econômico

O termo refere-se ao volume de bens econômicos que o produtor direto não consome, ou seja, é a parcela dos bens econômicos passível de comercialização e, se for o caso, de lucro. Acima de tudo, o excedente é a quantidade de bens econômicos apropriada pelo proprietário e expropriada do produtor. Ao longo da história, verificamos inúmeras formas de apropriação do excedente. No **sistema escravista**, por exemplo, o **dono** apropria-se da **totalidade** dos bens econômicos produzidos pelo trabalho de seus **escravizados**; no **feudalismo**, o **senhor feudal** apropria-se de uma **parcela considerável** dos bens produzidos pelo trabalho dos **servos** por meio das obrigações pagas por eles.

## Idade

É um período de tempo caracterizado por determinado acontecimento ou processo, ou por algumas características comuns. Muitas vezes a definição de idades ou eras pode ser imprecisa e obedecer a uma visão não universalmente aceita. Um exemplo é o conceito de Idade Média, que teve o nome dado pelos pensadores da Renascença e carrega a visão deles: os renascentistas consideraram todo um espaço de mil anos como uma era sem importância, apenas intermediando a brilhante Antiguidade e o seu reviver a partir do século XIV.

## Mais-valia

É a diferença entre o valor dos bens econômicos gerado pelo trabalhador e a remuneração que ele recebe pelo seu trabalho, normalmente o salário. É a forma padrão de extração do excedente econômico do sistema capitalista.

## Modo de produção ou sistema econômico

O termo designa a forma como se organizam as forças produtivas de determinada sociedade e a relação entre as forças produtivas (nível técnico) e as relações de produção (formas de trabalho). A maneira como esses elementos combinam-se caracteriza um modo de produção ou sistema econômico específico; por exemplo, **asiático**, **escravista**, **feudal** ou **capitalista**. O modo de produção não é estático. Ao contrário, é dinâmico, comportando diferentes fases de desenvolvimento, como **gestação**, **plenitude** e **crise estrutural**.

## Revolução

Concentração temporal de fatos que acelera as **transformações estruturais**, operando uma ruptura no processo histórico. Embora a **ruptura** não ocorra necessariamente por meio da violência (o caso, por exemplo, de uma insurreição), ela sempre terá caráter brusco; ou seja, as mudanças ocorrem em um espaço de tempo relativamente curto e sob o impacto de um fenômeno claramente determinado.

## Transição

A exemplo da revolução, também assinala a substituição de um sistema econômico por outro. Em uma transição, entretanto, essa passagem se dá de maneira gradual e lenta, quando as características de ambos os sistemas coexistem, embora nem sempre de forma harmônica. Para alguns autores, por exemplo, a **Idade Moderna** é uma época de transição entre o **feudalismo** e o **capitalismo**.



Fig. 2 Jean-Pierre Houël. *Tomada da Bastilha, 1789*. Desenho em aquarela; 50,5 cm x 37,8 cm. Biblioteca Nacional da França, Paris.

## A Pré-história

Qual é o sentido de se estudar um período tão remoto, cujas condições de vida eram tão radicalmente diferentes das atuais e no qual a própria existência humana ainda era

diretamente definida pela ação de forças naturais sobre as quais o ser humano não detinha qualquer controle?

Indagações como essas surgem sempre. A própria condição ainda altamente primitiva do ser humano no período mencionado cria a impressão de que pouco ou nada teríamos a aprender dessas civilizações anteriores à escrita que, de fato, contribuíssse para a compreensão das sociedades históricas.

Entretanto, tal concepção revela-se um enorme equívoco. De antemão, sabemos, por exemplo, que o que chamamos de história propriamente dita (compreendendo todo o período após o aparecimento dos primeiros documentos escritos) constitui uma parcela insignificante do tempo de existência da espécie humana. Considerando apenas os estudos menos ousados, atribui-se ao *Homo sapiens* a idade mínima de 30 mil anos. Se admitirmos também todos os hominídeos já capazes de certa organização social e de uma tentativa de cosmologia, traços fundamentais na diferenciação entre o ser humano e os demais animais, esses cálculos recuariam centenas de milhares de anos. Por outro lado, os mais antigos documentos escritos remontam a 4000 a.C., ou seja, cerca de 6 mil anos atrás.

Em outras palavras, no momento em que o ser humano já era capaz de elaborar uma forma de escrita, essa condição estava determinada por um processo de evolução extremamente longo. Assim, sabemos que as primeiras civilizações, fundamentais na compreensão do processo histórico, são diretamente tributárias da evolução conhecida pela humanidade ao longo da Pré-história.

Além disso, há ainda uma série de considerações que tornam o estudo da Pré-história não apenas fascinante, mas fundamental para a compreensão da evolução histórica humana. O fato de termos agrupamentos humanos em um estágio primitivo de organização social nos permite uma compreensão mais densa das características próprias do ser humano como espécie, independentemente das condições que lhe foram impostas pelas diferentes formas de organização social.

Considera-se Pré-história toda a fase compreendida entre o aparecimento dos primeiros hominídeos e o surgimento da escrita. Dessa maneira, tal termo inclui tanto grupos ainda em estágio selvagem de evolução, no qual as condições de vida do ser humano ainda se aproximam das de várias espécies animais, como povos em um estágio já bastante avançado, com uma organização social complexa.

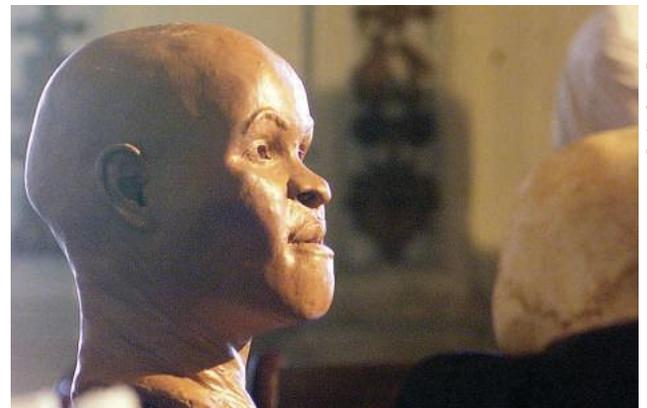
Por se tratar de um espaço de tempo extremamente longo, seria impensável trabalhar a Pré-história como um único período. Assim, tradicionalmente divide-se a Pré-história em eras menores com o objetivo de situar diferentes níveis de evolução cultural do ser humano. Entretanto, mesmo as divisões tradicionais são usualmente questionadas pela precariedade com que se estabelecem esses vários níveis. A própria divisão que utilizaremos aqui não pode, de modo algum, ser considerada perfeita. Ao adotar os termos **Paleolítico** e **Neolítico**, tomamos um único elemento, o grau de elaboração dos instrumentos de pedra usados pelos grupos humanos, como termômetro do seu grau de evolução. Porém, utilizamos essa divisão pelo fato de ser a forma mais aceita usualmente, ressaltando seu caráter parcial e não integralmente correto.

Para efeito deste estudo, desprezaremos um detalhamento maior. Assim, o Paleolítico será tomado como um todo, desprezando-se suas subdivisões em inferior, médio e superior. Da mesma forma, não julgamos necessário tomar o Mesolítico como um à parte, dado que suas características básicas são de uma transição entre o Paleolítico e o Neolítico.

## Paleolítico

Representa os primeiros momentos da vida do ser humano, ainda em seus estágios mais primitivos de organização social. Compreende, para efeitos deste estudo, desde o período do aparecimento dos primeiros hominídeos até o desenvolvimento da agricultura, cuja datação oscila entre 8 mil e 7 mil anos atrás.

Os diferentes tipos de hominídeo que se sucederam ao longo do período legaram suas contribuições para a evolução geral da espécie. O *Pithecanthropus erectus*, que entre 500000 a.C. e 200000 a.C. habitou a Indonésia, a China e a Europa, deve ter inaugurado a prática da atividade coletora coletiva e fabricado as primeiras ferramentas. O *Homo neandertalense*, presente na África, na Ásia Menor e na Europa entre 200000 a.C. e 50000 a.C., aperfeiçoou a confecção de ferramentas a ponto de transformar-se em um caçador eficiente e passou a habitar cavernas naturais. O *Homo sapiens* ou Cro-Magnon, que entre 40000 a.C. e 10000 a.C. passou o período da última glaciação no sudoeste da Europa, dominou as técnicas da produção e conservação do fogo e da confecção de roupas e abrigos com peles de animais, criando também os rituais mágico-religiosos expressos pela arte pictográfica (pinturas rupestres nas paredes das cavernas) e pelo sepultamento regular dos mortos. Por fim, o *Homo sapiens sapiens*, cujos primeiros traços datam de c. 10000 a.C. em áreas da Europa, da Ásia e da África, pôde se beneficiar do abrandamento geral do clima da Terra e solidificar a existência generalizada de comunidades estáveis, baseadas na caça e na coleta de alimentos. Eram nômades e com um sistema econômico coletivo.



**Fig. 3** A reconstrução do rosto de Luzia, feita a partir do fóssil considerado o mais antigo de um ser humano nas Américas, que viveu há cerca de 12 mil anos, apresentada no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

O dado de que o Paleolítico é o período anterior ao aparecimento da agricultura se constitui no elemento fundamental para a sua compreensão: não há produção de

*alimentos* As comunidades humanas vivem da obtenção de alimentos de origem animal, através da caça (no sentido amplo que inclui a pesca), e de origem vegetal, através da coleta. O termo técnico utilizado para essa forma de sobrevivência que não inclui a produção de alimentos é justamente caça e coleta.

Por outro lado, as condições biológicas inerentes à espécie humana impunham-lhe uma série de outras características. O ser humano não é o mais forte, o mais ágil ou o mais rápido dos animais. Seu arsenal corpóreo (conjunto de elementos que fazem parte de seu corpo) não é, de forma alguma, suficiente para lhe permitir a sobrevivência isoladamente. Não possui presas, membros excepcionalmente fortes ou outras armas integrantes de seu corpo. A caça, pressupondo o enfrentamento com animais de maior porte e mais rápidos, dificilmente seria bem-sucedida se realizada por um único indivíduo. Esse dado, bem como a necessidade de defesa contra os eventuais predadores da espécie, impôs dois condicionantes fundamentais para sua sobrevivência.

Em primeiro lugar, o uso de instrumentos. O ser humano é o único ser cuja sobrevivência está condicionada à sua capacidade de utilizar elementos que ampliem os limites de seu corpo, tais como ferramentas, armas etc. Para tal, foi fundamental a postura ereta, que libertou os membros anteriores da tarefa de sustentação e locomoção do corpo, e o fato de esses membros anteriores serem dotados de mãos, cujo polegar articulado permite o manuseio de objetos.

Em segundo lugar, a necessidade de se associar a outros seres da mesma espécie. O ser humano é um ser social, dado que sua sobrevivência seria impossível vivendo isoladamente. Entretanto, o fato de nesse período termos ainda comunidades absolutamente primitivas limita essa associação às formas mais óbvias de vínculos entre seres humanos, as relações de parentesco. Assim, as primeiras comunidades humanas constituem-se em grandes grupos de indivíduos ligados entre si por laços sanguíneos. Falamos aqui de **clãs, gens ou tribos**.

Outra característica comum aos povos paleolíticos é determinada por essa sua condição de tributário dos recursos gerados pela natureza. Incapaz de repô-los, o ser humano sistematicamente via-se às voltas com a escassez de alimento, o que o obrigava a migrar para outras regiões mais pródigas. Assim, o **nomadismo** é outra característica integrante da vida desses povos, pressupondo a não fixação dessas comunidades a uma única região.



OK/wikimedia commons

**Fig 4** Mulher de Willendorf – Os rituais mágicos já estavam presentes nas mais antigas comunidades humanas. Note, na estatueta feita há cerca de 25 mil anos, uma celebração à fertilidade da mulher, associada à fertilidade da terra.

Há ainda uma série de elementos decorrentes dessas condições. Aqui, a terra é um elemento gerador de sustento, e não de riqueza. O uso da terra é, assim, coletivo, ou seja, todos se apropriam igualmente de seu produto, não se estabelecendo então diferenças entre proprietários e não proprietários. Com isso, temos outra característica típica do Paleolítico, a ausência de estratificação social, ou seja, ao menos com relação à apropriação da riqueza, temos uma *sociedade igualitária*.

Evidentemente, ao longo do período, o ser humano foi incorporando toda uma intensa evolução cultural. Isso se expressa na maior perfeição dos instrumentos utilizados, nas pinturas em cavernas representando cenas da vida cotidiana e nos rituais mágicos por meio dos quais a espécie buscava estabelecer um vínculo com forças naturais que não compreendia, dando-lhes, assim, um significado místico. Dessa forma, ao longo do Paleolítico, começavam a despontar os rudimentos das religiões primitivas.



© Wellford Tiller/Stockphoto  
© Luca Maneri/Stockphoto

**Fig. 5** A evolução cultural do ser humano também pode ser acompanhada pela forma como ele utilizou instrumentos e pelo grau de elaboração destes. Os instrumentos de pedra lascada são um dos principais exemplos da evolução do Paleolítico.

Outros elementos demonstram igualmente uma habilidade humana maior de utilizar a capacidade cerebral em benefício da sobrevivência. Uma delas, talvez a mais importante, tenha sido a domesticação do fogo, indispensável na defesa, no aquecimento (fato que permitiria a ocupação de regiões mais frias), na ampliação da disponibilidade de alimentos por meio do cozimento e, mais tarde, na forja de metais, o que permitiu a fabricação de instrumentos e armas muito mais eficientes.

## O final do Paleolítico

As condições de vida dos grupos humanos começaram a ser violentamente alteradas a partir da última glaciação. O resfriamento generalizado do planeta tornou inviável a sobrevivência na sua maior parte, levando a um processo de migrações que, ao longo de milênios, foi concentrando contingentes humanos em faixas cada vez mais restritas. Ademais, mesmo essas faixas não ficaram imunes aos efeitos da glaciação. Transformações climáticas geraram a desertificação de imensas áreas, e a somatória desses fenômenos teve por consequência a escassez generalizada de alimentos.

A partir daí, a sobrevivência da espécie esteve condicionada à capacidade do ser humano de multiplicar a disponibilidade de alimentos, aprendendo a plantar e a criar animais. Esse é o fenômeno conhecido como **Revolução Neolítica**, a qual marca a passagem para o Período Neolítico, no qual se inicia todo um intenso processo de transformações que levaria à passagem para a história.

## Neolítico

A passagem de uma economia caçadora e coletora para uma economia agrícola impôs uma série infindável de transformações para a espécie humana.

Com a prática da agricultura, elimina-se a necessidade de deslocamentos em busca de alimento. Assim, verifica-se um processo de **sedentarização**, principalmente nos vales férteis dos rios. Ao mesmo tempo, ao buscar a fertilidade proporcionada por suas águas, os grupos humanos esbarravam na necessidade de controlá-las, evitando as cheias irregulares que poderiam destruir o plantio, ampliando a área irrigada por elas, drenando terrenos excessivamente irrigados etc.

Tais necessidades condicionaram um intenso desenvolvimento técnico, notadamente na construção de obras hidráulicas. Ao mesmo tempo, ampliava-se a necessidade humana de conhecer melhor a natureza, precisando os períodos de cheias e vazantes, determinando as melhores épocas para plantio etc. Com isso, surge a necessidade de elaboração de calendários, os quais impuseram a observação dos astros e um desenvolvimento de técnicas de cálculo, por exemplo.

Ainda assim, mesmo esse maior conhecimento técnico e científico não supria a necessidade maior de mão de obra, incompatível com as pequenas dimensões das tribos paleolíticas. Lentamente, elas vão passando por um processo de fusão, gerando o aparecimento de grandes comunidades concentradas em um mesmo espaço. É o processo de **urbanização**, característica marcante do Neolítico.

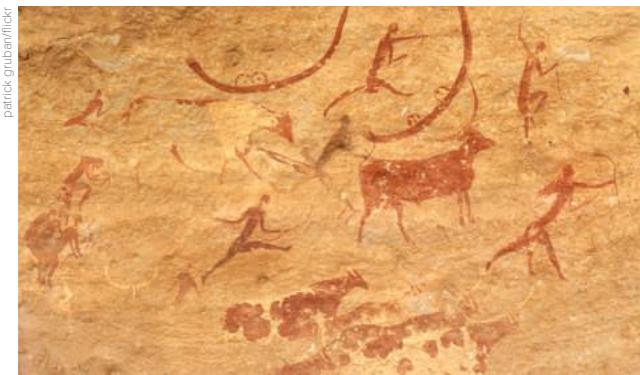


Fig. 6 Pinturas rupestres em Tassili n'Ajjer, Saara, na Argélia.

A partir da urbanização, as necessidades da comunidade tornam-se mais diversificadas. Os instrumentos de trabalho, cada vez mais voltados a tarefas específicas, tendem a exigir indivíduos especializados em sua fabricação, bem como a defesa de uma terra fértil e cobiçada por outros povos impõe a existência de um grupo encarregado dessa tarefa. Assim, a especialização do trabalho começa a surgir, incorporando ainda uma série de outros diferentes grupos.

A complexidade consideravelmente maior da estrutura social sobrepunha-se às formas de liderança presentes até o Paleolítico. A estrutura tribal daquele período incorporava formas de liderança naturalmente ligadas à descendência e ao parentesco. Assim, embora não tivesse uma forma de poder, a comunidade paleolítica organizava-se em torno de uma liderança patriarcal, típica das sociedades clínicas.

Entretanto, a passagem para o Neolítico trazia consigo o surgimento de grandes conglomerados humanos dentro dos quais a estrutura tribal diluía-se, desarticulando o sistema patriarcal. Temos também a complexidade da estrutura social, com a existência de vários grupos necessariamente desligados do trabalho de produzir o alimento (embora realizando tarefas igualmente úteis à comunidade), o que fazia que a produção dos camponeses tivesse de ser distribuída entre o conjunto da comunidade. Criava-se então uma nova necessidade na vida do ser humano, a de administrar a produção e a própria vida social. Levando-se em consideração a desagregação das estruturas de liderança até ali existentes, cria-se necessariamente uma indagação: a quem caberia essa tarefa de administrar a vida da comunidade?

Já nos referimos anteriormente à necessidade do ser humano de explicar a si próprio e os fenômenos que o cercam, bem como à forma com a qual essa necessidade levava ao desenvolvimento de um misticismo bastante acentuado, dada sua incapacidade de estabelecer qualquer explicação física e natural para os fenômenos com os quais convivia e os quais temia. Não por acaso, essa cosmologia, aliada ao temor com relação às forças naturais, constitui-se na base das religiões primitivas. Pela mesma razão, as estruturas de liderança nas comunidades neolíticas eram sempre diretamente ligadas à religião. Assim, não deve causar estranheza o fato de o templo, local de adoração aos deuses, servir também de depósito para o alimento produzido, o qual ficaria, desse modo, sob a proteção dos deuses. Também não causa estranheza o fato de que a administração desse alimento e da própria vida social esteja, portanto, nas mãos daqueles que, acreditava-se, mantivessem um vínculo mais forte com os deuses: os sacerdotes.

Não podemos nos esquecer, contudo, de que, a partir da agricultura, a produção passa a incorporar a possibilidade de um excedente, ou seja, de uma riqueza. Assim, temos essa camada sacerdotal dando origem a uma nobreza privilegiada que, em nome dos deuses, apropria-se da terra, das obras e da riqueza em detrimento do conjunto da população. Não se trata mais de uma simples divisão técnica do trabalho, mas sim de um processo de extratificação social, pressupondo diferentes níveis sociais e diferentes níveis de participação na riqueza da comunidade.

## A passagem para a história

O final do Neolítico é, portanto, marcado por uma série de transformações e novos elementos fundamentalmente políticos. Evidentemente, o fim da igualdade social e a imposição de formas de domínio e de apropriação da riqueza por parte de uma pequena elite gerou reações e revoltas de grande parcela da população.

A religião exercia um papel fundamental em termos de controle social. Afinal, a elite dominante contava com a crença de seus vínculos com os deuses. No entanto, a religião sozinha ia se mostrar insuficiente como forma de debelar situações de revolta social mais intensas. Tornava-se necessário um instrumento de força controlado diretamente por essa elite e destinado fundamentalmente

à defesa de seu domínio, não sendo mais, portanto, um instrumento de defesa da comunidade como um todo. Tal instrumento é o exército, facilmente controlado pelo fato de essa elite deter o controle da riqueza e da própria distribuição do alimento.

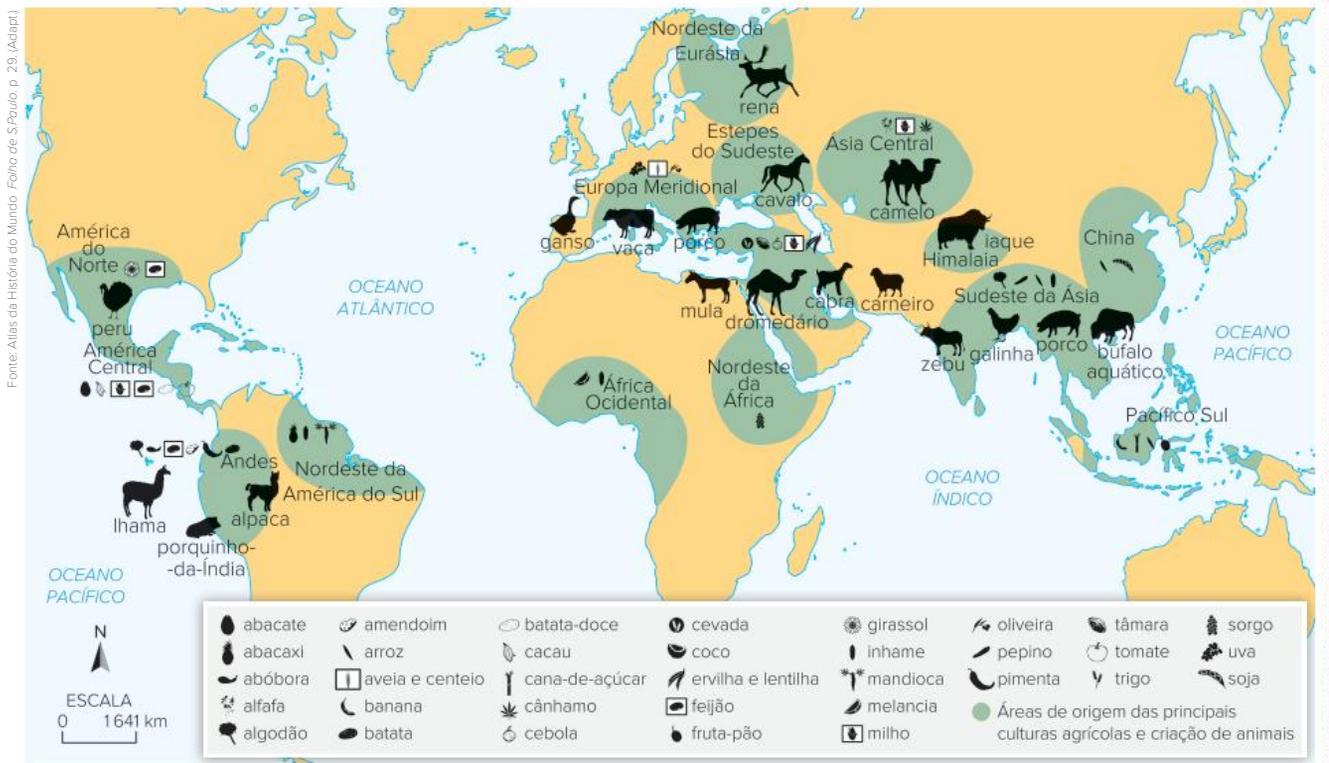
Temos, então, uma forma de domínio baseada essencialmente na força militar a serviço de um pequeno setor da sociedade, com a religião servindo de elemento justificador. Com isso, já não falamos de liderança, mas sim de poder. Esse poder se estrutura ao final do Neolítico, trazendo um novo componente à vida sociopolítica da humanidade: o conceito de **Estado**, entendido como o instrumento que permite o domínio de uma parcela sobre o restante da sociedade.

A organização do Estado em bases militares permitiria ainda expandir o próprio domínio sobre outros povos. Assim, as guerras e as conquistas, levando à formação de impérios, são uma característica do final do Neolítico. Não por acaso, os primeiros documentos escritos datam de um período no qual os sumerianos (um povo

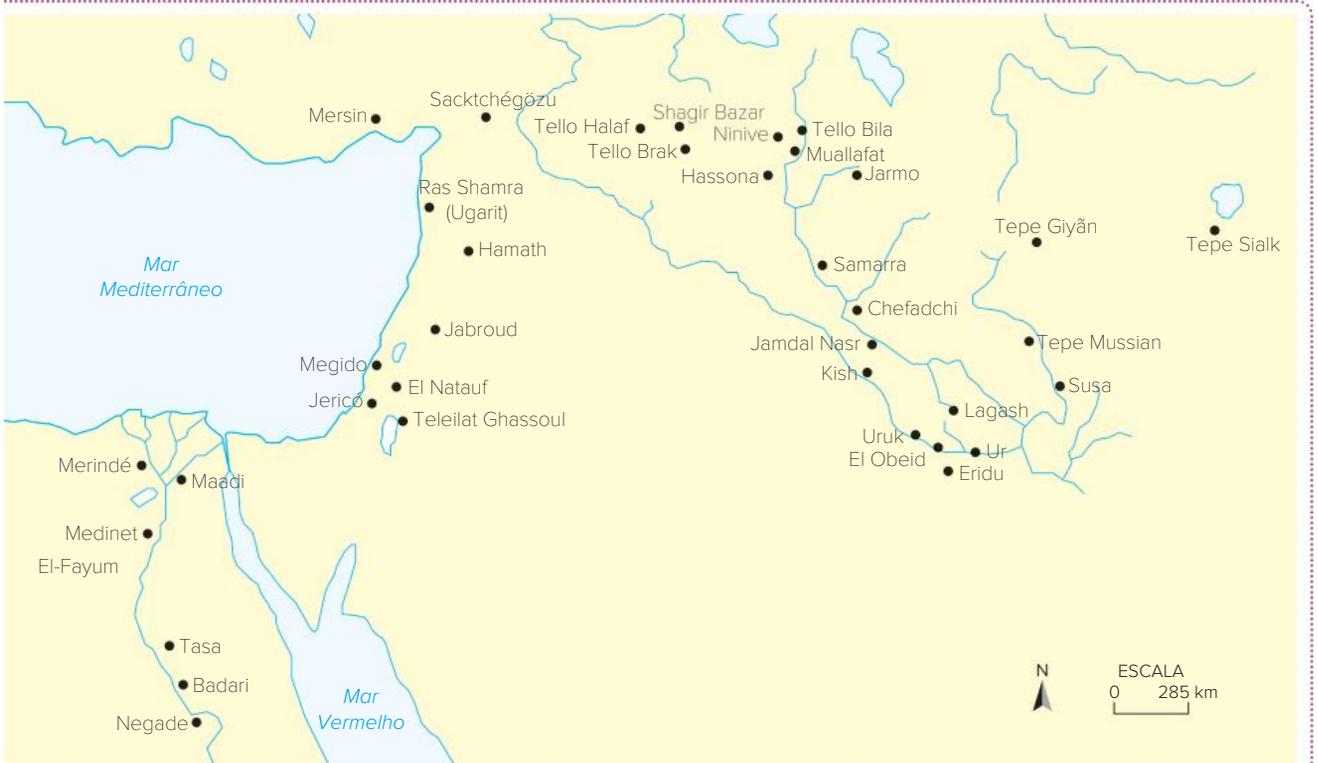
que originalmente ocupava apenas o sul da Mesopotâmia, próximo à foz dos rios Tigre e do Eufrates) já exerciam um domínio sobre toda a região mesopotâmica, estabelecendo um Império e, conseqüentemente, estendendo o poder do Estado a uma série de outros povos e terras.

Da mesma forma, a complexidade da organização social, da produção e apropriação da riqueza, do domínio sobre outros povos e da construção de obras, tudo isso centrado nas mãos de um Estado rigidamente controlador, criava a necessidade de ampliar os mecanismos de controle. Entre outros, tornava-se necessário ao Estado controlar o total produzido, o total consumido, o excedente, o número de escravos, o volume de produtos necessários para manter a população etc. Impunha-se a necessidade de se criar um conjunto de sinais convencionados, elaborados de modo a serem suficientemente claros para toda a parcela com acesso aos seus significados e suficientemente complexos para que sua compreensão não fosse possível ao conjunto da população. Nascia a **escrita**, marco da passagem para a história propriamente dita.

## Domesticação de plantas e animais no Período Neolítico



## Centros de civilização urbana do Crescente Fértil



### Revisando

1 Quais eram as principais características de vida das comunidades humanas no Período Paleolítico?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2 O que se entende por Revolução Neolítica?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

3 Com base em seus conhecimentos sobre a Pré-história e as condições de vida do indígena brasileiro no momento da chegada dos portugueses, é possível estabelecer algum paralelo para situar o nível de evolução cultural dos povos nativos do Brasil? Explique.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Exercícios propostos

- 1 Durante o Paleolítico ocorreu:
- A o aparecimento da linguagem escrita.
  - B a domesticação de animais e plantas.
  - C o aparecimento da magia e da arte
  - D o povoamento sistemático da Europa.
  - E o aparecimento de instrumentos de pedra polida.
- 2 Sobre o surgimento da agricultura – e seu uso intensivo pelo homem – pode se afirmar que:
- A foi posterior, no tempo, ao aparecimento do Estado e da escrita.
  - B ocorreu no Oriente Próximo (Egito e Mesopotâmia) e daí se difundiu para a Ásia (Índia e China), a Europa e, a partir desta, para a América.
  - C teve origem na China, de onde se difundiu até atingir a Europa e, por último, a América
  - D ocorreu, em tempos diferentes, no Oriente Próximo (Egito e Mesopotâmia), na Ásia (Índia e China) e na América (México e Peru).
  - E de todas as atividades fundamentais, como a criação de animais, a metalurgia e o comércio, foi a que menos contribuiu para o ulterior progresso material do homem
- 3 **Fuvest 2017** Um elemento essencial para a evolução da dieta humana foi a transição para a agricultura como o modo primordial de subsistência. A Revolução Neolítica estreitou dramaticamente o nicho alimentar ao diminuir a variedade de mantimentos disponíveis; com a virada para a agricultura intensiva, houve um claro declínio na nutrição humana. Por sua vez, a industrialização recente do sistema alimentar mundial resultou em uma outra transição nutricional, na qual as nações em desenvolvimento estão experimentando, simultaneamente, subnutrição e obesidade

ARMELAGOS, George J. "Brain Evolution, the Determinates of Food Choice, and the Omnivore's Dilemma", *Critical Reviews in Food Science and Nutrition*, 2014. (Adapt.).

A respeito dos resultados das transformações nos sistemas alimentares descritas pelo autor, é correto afirmar:

- A A quantidade absoluta de mantimentos disponíveis para as sociedades humanas diminuiu após a Revolução Neolítica
- B A invenção da agricultura, ao diversificar a cesta de mantimentos, melhorou o balanço nutricional das sociedades sedentárias.
- C Os ganhos de produtividade agrícola obtidos com as revoluções Neolítica e Industrial trouxeram simplificação das dietas alimentares
- D As populações das nações em desenvolvimento estão sofrendo com a obesidade, por consumirem alimentos de melhor qualidade nutricional.
- E A dieta humana pouco variou ao longo do tempo, mantendo-se inalterada da Revolução Neolítica à Revolução Industrial.

- 4 **UPE 2017** Na bacia do Rio São Francisco, nas paleolagoas conhecidas hoje como tanques, foram achados ossos de animais extintos da fauna pleistocênica, que conviviam com o homem em diversas áreas da região, como Salgueiro e Alagoinha, em Pernambuco. Pesquisas mais recentes assinalaram, também, a presença de megafauna, como o mastodonte e a preguiça-gigante, como é o caso da Lagoa Uri de Cima em Salgueiro.

(MARTIN, Gabriela; PESSIS, Anne-Marie. Breve Panorama da Pré-História do Vale do São Francisco no Nordeste do Brasil. *Revista FUMDHAMentos*, Volume 1 Número 10 Ano 2013, p 14, adaptado)

O trecho acima propõe uma leitura da História do Brasil, que se caracteriza pela

- A presença essencial dos europeus no continente americano.
  - B inexistência de exemplares da megafauna em território brasileiro.
  - C carência de estudos paleoantropológicos e sítios arqueológicos no Nordeste.
  - D antiguidade da presença humana no país, anterior à chegada dos portugueses.
  - E existência de répteis de porte avantajado, popularmente conhecidos como dinossauros.
- 5 **Unesp 2017** Examine duas pinturas produzidas na Caverna de Altamira, Espanha, durante o Período Paleolítico Superior.



Tais pinturas rupestres podem ser consideradas como

- A manifestação do primitivismo de povos incapazes de representações realistas.
- B expressão artística infantilizada e insuficiente para fornecer qualquer indício sobre a vida na Pré-História.
- C comprovação do pragmatismo de povos primitivos, despreocupados de sua alimentação.
- D representação, em linguagem visual, dos vínculos materiais de um povo com o seu ambiente.
- E revelação da predominância do pensamento abstrato sobre o concreto nos povos pré-históricos.

- 6 Dentre as formas de poder que predominaram entre o final da Pré-história e o início dos tempos históricos, uma foi marcada pela formação de grandes impérios políticos, em geral situados à margem de rios, lagos, ou mares, onde um governo centralizado aglutinava população na construção de grandes obras públicas e de prestígio, como canais, diques, palácios, templos, santuários etc. Estamos falando de:
- A cidades-estados liberais.
  - B impérios teocráticos de regadio.
  - C repúblicas oligárquicas.
  - D democracias hereditárias.
  - E regimes eletivos e escravocratas.

- 7 UPE 2015 O período mais longo considerado a mais antiga Era da Pré-história é chamado de Paleolítico. Ele iniciou-se há pelo menos 2,5 milhões de anos, como atestam os instrumentos simples de pedra encontrados no sítio de Hadar, Etiópia, e se estendeu até 10 000 anos aproximadamente. O modo de produção de sua população hominídea pode ser descrito como o de carniceiros, caçadores, coletores e pescadores.

(GUGLIELMO, Antonio Roberto. *A Pré-História: Uma abordagem ecológica*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 35. Adaptado)

Sobre o período descrito no texto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A Não havia a domesticação de plantas ou animais, com exceção dos cães e, talvez, cavalos, que surgiram só mais para o fim do período.

- B Os grupos humanos se organizavam socialmente em tribos, dado o recente processo de sedentarização.
- C A economia não se limitava às atividades predatórias, considerando uma larga experiência com a agricultura.
- D O *Homo sapiens sapiens* não pertence a esse período, tendo surgido só no Neolítico.
- E Os instrumentos de pedra confeccionados pelos hominídeos desse período já passavam por um processo manual de polimento.

- 8 Uma das mais importantes descobertas da história da humanidade foi, sem dúvida, o advento da agricultura. Afirma-se que, em seus primórdios, a agricultura:
- A permitiu a manutenção da estrutura tribal, tendo em vista que a maior disponibilidade de alimentos acabou com as disputas internas dentro das tribos.
  - B atenuou as lutas sociais, uma vez que já não havia razões para disputas por alimentos.
  - C levou ao aumento do nomadismo, uma vez que setores das tribos eram obrigados a procurar terras mais férteis.
  - D levou à estratificação social, a qual teve por base a disputa pelo controle do excedente, e, consequentemente, ao surgimento do Estado.
  - E nenhuma das alternativas anteriores.

## Textos complementares

### A história na visão de Karl Marx e Friedrich Engels

O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio disso, sua relação dada com o resto da natureza. [...] Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer História”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos [ ]

A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que diariamente renovam sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar: é a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. [...]

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, aparece agora como dupla relação: de um lado, como

relação natural, de outro como relação social – social no sentido de que se entende por isso a cooperação de vários indivíduos, quaisquer que sejam as condições, o modo e a finalidade. Donde se segue que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão constantemente ligados a um determinado modo de cooperação e a uma fase social determinada, e que tal modo de cooperação é, ele próprio, uma “força produtiva”; segue-se igualmente que a soma de forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social e que, por conseguinte, a “história da humanidade” deve sempre ser estudada e elaborada em conexão com a história da indústria e das trocas. [...]

K. Marx e F. Engels. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.

### O contato entre um “civilizado” e um povo “pré-histórico”

Esta manhã, em primeiro lugar, fiz dar o chá a todos os recém-chegados. A ideia de aventurar-me sozinho com esta gente para andar, por lugares não percorridos por outros além dos indígenas, rumo a esse Nalique do qual tenho sempre ouvido falar como se fala de coisas de lenda, e a esperança de ter oportunidade de aumentar de novos e interessantes objetos a minha coleção etnográfica, tanto como a atração em mim fortíssima do ignoto, me haviam conservado perplexo durante algum tempo antes de adormecer na noite passada.

Não me escondia os perigos de confiar no capricho de gente tão pouco escrupulosa, estragada por vícios e pelo contato com as fezes da civilização. Mas, por outro lado, a tentação era forte; talvez semelhante ocasião não mais me aparecesse.

[ ] O Nalique está situado ao pé de uma série de alegres colinas ligeiramente elevadas, sobre um planalto aberto do qual se goza uma bela vista de verdes prados, de bosques viridentes com um fundo azul de cadeias de montanhas não afastadas mais de uns vinte quilômetros

A **tolderia** se compõe duma longa fila ligeiramente curva de cabanas, ou, para melhor dizer, de vastos telhados de palha com dupla vertente unidas uma a outra sem ser muito iguais na altura, de modo a formar um longo corredor de que a parte que está sob a vertente anterior, a qual é um pouco mais estreita que a posterior, é livre e forma uma passagem coberta debaixo da qual se pode transitar ao abrigo do sol e da chuva, de uma a outra extremidade da tolderia.

A outra parte, onde o telhado é mais largo e desce quase até tocar no solo com as pontas pendentes das palhas de que é formado, é ocupada pelos grandes **giraus** sobre os quais nascem, vivem e, algumas vezes, morrem os habitantes.

Estes giraus ou taboados com leve inclinação variam pouco em altura em relação a outro e estão acima do solo de 60 a 70 centímetros, raramente mais. Há de várias grandezas e no máximo ocupam todo o espaço coberto pelo telhado compreendido entre os **moirões** centrais de sustentação e pouco menos que a extremidade da vertente posterior. Quando muita gente lá está amontoada, parece um trem ferroviário cujos vagões sejam abertos e comunicantes entre si.

Debaixo do telhado, nas travezinhas de sustentação e por toda parte onde seja possível, estão pendurados os utensílios domésticos, provisões e toda sorte de objetos. Lá também se penduram os mosquiteiros, os quais, porém, em vista da ausência de mosquitos, não servem para outra coisa mais que abrigar do frescor excessivo das noites e dos olhares de algum indiscreto **noctâmbulo**.

Os giraus estão sempre cobertos de grandes couros de boi, e para travesseiros servem admiravelmente certas compridas esteirinhas de finos juncos enrolados que de dia fazem parte dos arreios das bestas de carga

[ ]

Na frente das cabanas os Caduveos limpam o terreno de todas as ervas ou arbustos num espaço de trinta ou quarenta metros, formando, assim, uma pracinha bastante cômoda que se estende por todo o comprimento da tolderia.

Por trás das cabanas o terreno é conservado com menos cuidado e é utilizado nos trabalhos domésticos de cada família, para amarrar as cavalgadas, estender os couros ao sol, cozinhar etc.

[...]

Os Caduveos escavaram pequenos reservatórios nos quais a água se recolhe limpa antes de descer à planície, e neles fazem as suas frequentes abluções homens, mulheres e crianças, com as roupas mais simples, usadas já por Adão e Eva antes do pecado.

[ ]

A arte dos ourives tem alguma voga entre os Caduveos, embora ainda no estado rudimentar. Vi colares, brincos, anéis e outros ornamentos feitos com certo gosto

Não sabem, porém, soldar, talvez porque não têm o necessário e tudo se limita a reduzir as moedas a uma folha mais ou menos sutil, batendo-a a frio com o martelo, cortá-la, limá-la e ajeitá-la, segundo o uso para que deve servir.

[...]

Os desenhos que os Caduveos costumam fazer tanto sobre o seu corpo como sobre utensílios são cheios de gosto e de caráter. Não é, certamente, uma arte que aprenderam do contato com a civilização. Este talento artístico notavelmente desenvolvido em todos, e mais especialmente nas mulheres, devem tê-lo herdado de anterior civilização indígena assaz importante antigamente, que foi paulatinamente degenerando miseravelmente com o contato dos vícios importados juntamente com as perseguições da civilização espanhola e portuguesa, a qual, a primeira sobretudo, teve o poder de destruir quanto de bom encontrou nas suas conquistas.

Não restam agora mais que alguns poucos vestígios, dos quais se pode todavia deduzir facilmente o que devem ter sido em tempos os Caduveos, os quais, reduzidos aos mínimos termos por vícios e pelas doenças, des conhecidas antes da conquista, vão rapidamente se extinguindo.

Que eles derivam ou, pelo menos, tiveram grande afinidade com os Incas, não parece fora de dúvida, sendo a arte do desenho bom guia para semelhantes pesquisas genealógicas

O Peru não está afastado e a dominação e influência dos Incas devia estender-se bem além desta região.

Guido Boggiani. *Os caduveos*. São Paulo: Edusp, 1975.

**Viridentes:** o mesmo que virente, que verdeja; verdejante, viçoso.

**Tolderia:** povoação de indígenas americanos formada por tendas ou barracas cobertas por peles de animais ou folhas de palmeiras.

**Girau:** o mesmo que jirau, estrado ou pavimento construído a meia altura de um recinto e que cobre parcialmente a área; forro

**Moirão:** cana que sustenta verticalmente a cepa de videiras, parreiras etc.; qualquer estaca.

**Noctâmbulo:** que ou o que vaga à noite; noctívago.

## Resumindo

- O estudo da Pré-história apresenta-nos a origem dos principais elementos presentes na vida do ser humano, mesmo nas sociedades mais modernas.
- O surgimento da extratificação social e da luta pelo controle sobre a riqueza, a formação do Estado e mesmo o aparecimento da escrita não devem ser considerados uma decorrência lógica e inevitável nem mesmo como uma característica inata ao ser humano, mas como um produto de determinada forma de evolução histórica. Todas as primeiras civilizações foram produto de uma forma de evolução semelhante.
- A invenção da escrita representa, para nós, um elemento revolucionário por nos permitir uma compreensão maior da vida dessas primeiras civilizações; para elas, contudo, significou apenas uma aquisição ditada por novas necessidades, não tendo um significado mais profundo a não ser permitir ao Estado um controle mais eficiente sobre a vida econômica e social

## Quer saber mais?



### Livros

- **GUGLIELMO, Antônio Roberto.** *A Pré-história, uma abordagem ecológica.* São Paulo: Brasiliense, 1991 (Tudo é História). Análise didática e concisa da Pré-história.
- **FUNARI, Pedro Paulo.** *Arqueologia.* São Paulo: Editora Contexto, 2003. Análise detalhada da ciência da Arqueologia
- **FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva.** *Pré-história do Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2002. A história dos primeiros habitantes do Brasil contada de maneira didática.



### Sites

- Museu de História Natural de Londres  
<[www.nhm.ac.uk](http://www.nhm.ac.uk)>  
O acervo do museu conta com dezenas de milhões de espécies divididos em diferentes coleções temáticas.
- Museu Americano de História Natural  
<<https://www.amnh.org/>>  
Milhões de fósseis e artefatos fazem parte do acervo do museu, que é o maior de história natural do mundo.

## Exercícios complementares

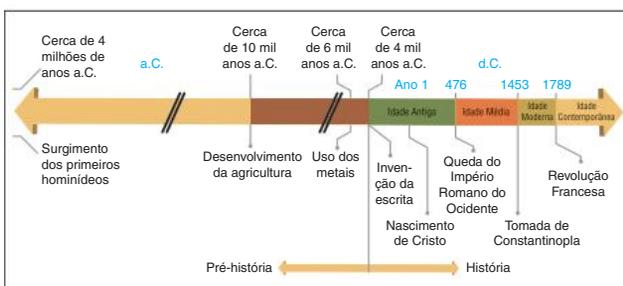
### 1 Enem



A pintura rupestre, mostrada na figura anterior, que é um patrimônio cultural brasileiro, expressa:

- A o conflito entre os povos indígenas e os europeus durante o processo de colonização do Brasil.
- B a organização social e política de um povo indígena e a hierarquia entre seus membros.
- C aspectos da vida cotidiana de grupos que viveram durante a chamada Pré história do Brasil.
- D os rituais que envolvem sacrifícios de grandes dinossauros atualmente extintos.
- E a constante guerra entre diferentes grupos paleolíndios da América durante o período colonial.

### 2 UFPel



Analisando a linha do tempo, no período que vai do surgimento do homem até o desenvolvimento da agricultura, encontra-se a fase:

- A Neolítica.
- B da invenção da escrita
- C dos Metais.
- D da Antiguidade.
- E Paleolítica.

### 3 UFPel

#### Texto 1

Em todo o mundo, a leste e a oeste, as populações começaram a trocar a dependência às hordas de grandes animais “muitas das quais em rápido declínio” pela exploração de animais menores e de plantas. [...] Onde as condições fossem particularmente adequadas [...], as peças do quebra-cabeça da domesticação se acomodaram e os coletores transformaram-se em agricultores.

Alfred W. Crosby. *Imperialismo ecológico.* São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

#### Texto 2

Os historiadores acostumaram-se a separar a coleta e a agricultura como se fossem duas etapas da evolução humana bastante diferentes e a supor que a passagem de uma à outra tivesse sido uma mudança repentina e revolucionária. Hoje, contudo, admite-se que essa transição aconteceu de maneira gradual e combinada. Da etapa em que o homem era inteiramente um caçador-coletor passou-se para outra em que começava a executar atividades de cultivo de plantas silvestres [...] e de manipulação dos animais [...]. Mas tudo isso era feito como uma atividade complementar da coleta e da caça.

Cláudio Vicentino. *História para o Ensino Médio: história geral e do Brasil.* São Paulo: Scipione, 2005.

Os textos analisam:

- A o final do período Neolítico e se posicionam de forma convergente quanto ao papel revolucionário desempenhado pela agricultura e pela domesticação dos animais

- B o início do período Neolítico e divergem entre si a respeito da existência da Revolução Neolítica, pois enquanto um indica uma transformação radical, o outro destaca a simultaneidade da caça, coleta e agricultura.
- C o início do Paleolítico Inferior e são contraditórios entre si no que se relaciona aos efeitos da agricultura, entre eles a sedentarização humana.
- D o final do Paleolítico Superior no momento em que ocorreu a Revolução Agrícola, ambos afirmando que a caça e a coleta foram suprimidas pela agricultura.
- E a Transição Mesolítica e concordam que, com o cultivo das plantas e a criação de animais, ocorreu a suspensão das atividades de caça e coleta, provocando a Revolução Neolítica.

**4 UEM 2014** É preciso advertir desde já que esse sistema quadripartite [dividido em quatro partes] de organização da história universal é um fato francês. Em outros países, o passado está organizado de modo diferente, em função de pontos de referência distintos.

Fonte: CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. Trad. de Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995, p. 93.

O texto faz referência a um “sistema quadripartite”, ainda muito presente nos materiais didáticos de História do Ensino Básico no Brasil. Esse “sistema” divide

a história em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Sobre essa divisão, o autor observa que a

- A conceituação de história universal é sempre francesa.
  - B divisão da história em períodos prejudica o seu estudo.
  - C periodização da história em alguns países é equivocada.
  - D sistematização da história não depende das referências do passado.
  - E organização da história como campo de estudo é uma construção cultural.
- 5 UFRGS** A denominação “Revolução Neolítica”, cunhada nos anos 1960 pelo arqueólogo Gordon Childe, refere-se a uma série de intensas transformações. Entre essas mudanças, é correto citar:
- A a criação do poder político centralizado associado ao domínio do poder religioso.
  - B o desenvolvimento de conglomerados urbanos baseados no trabalho escravo.
  - C a instituição privada das terras, com o cultivo de cereais e a criação de animais.
  - D o surgimento da divisão natural do trabalho, com a atribuição de papel produtivo relevante à mulher.
  - E a transição da economia de subsistência para uma economia industrial.



As pirâmides do Vale de Gizé, no Egito, estão entre os principais símbolos da relação entre poder e religião que marcou os povos da Antiguidade Oriental.

## FRENTE 2

### CAPÍTULO

# 2

## A Antiguidade Oriental

As primeiras civilizações da humanidade são aquelas que, inicialmente, estruturaram uma sociedade diversificada, um Estado e formas mais organizadas de produção e apropriação da riqueza. É no estudo dessas civilizações que podemos ver o surgimento de conceitos como cidades-Estados, teocracia e modo de produção asiático. Estudando-as também percebemos como a religião foi decisiva para esses povos, até mesmo na sua estruturação – nessas civilizações, nenhum Estado se constituiu sem estar diretamente apoiado na religião.

Outro aspecto particularmente importante relaciona-se a suas manifestações culturais; não apenas as monumentais, como grandes templos, pirâmides e grandes obras hidráulicas, mas outras ligadas a suas necessidades cotidianas. Isso explica o intenso desenvolvimento dessas civilizações em áreas como a Astronomia e a Medicina.

## O começo das civilizações

Estudamos anteriormente que a passagem para a história envolveu uma série de elementos, como o surgimento do Estado, a organização da religião como instrumento de poder, o desenvolvimento da escrita e a realização de grandes obras de irrigação e drenagem do solo para permitir a agricultura. Além disso, essas primeiras civilizações, ou seja, os primeiros povos que ultrapassaram o estágio pré-histórico, desenvolveram-se ao longo dos vales do Nilo, do Tigre e do Eufrates, ou ao menos tiveram fortes vínculos com essas regiões. Ali surgiram as civilizações no **Egito** e na **Mesopotâmia**, além da **Fenícia**, da **Palestina** e da **Pérsia**.

Ainda que pesem as fortes semelhanças nas formas de organização, essas civilizações apresentam especificidades bastante significativas, inviabilizando que sejam estudadas conjuntamente. Assim, passaremos a uma abordagem de cada uma delas, abrindo, inclusive, espaço para uma análise, mesmo que superficial, de sua evolução política.

## O Egito

“O Egito é uma dádiva do Nilo”. Essa frase, atribuída ao historiador grego Heródoto, sintetiza o que foi a civilização egípcia. A dependência que essa civilização apresentou em relação ao Nilo e a suas cheias é absoluta. O rio corre pelo platô desértico do norte africano, e estende-se por, aproximadamente, 1200 km do território egípcio. Suas cheias anuais, de julho a novembro, tornam agricultável uma faixa de terra de não mais de 20 km de largura, exceto em seus últimos 150 km, quando se abre em sete braços que desembocam no Mediterrâneo, formando o delta. Além disso, as cheias do Rio Nilo são regulares e muito menos destruidoras que as dos rios Tigre e Eufrates. Em consequência disso, o sistema de irrigação artificial egípcio foi mais tardio e menos complexo que o mesopotâmico. Mas o caráter extremamente regular das cheias do Nilo facilitou sensivelmente a ocupação da região e a sobrevivência dos povos que para ali se dirigiram.

Os primeiros grupos humanos no Egito eram de origem **hamita** e fixaram-se no vale durante o Neolítico, organizando-se em comunidades autônomas denominadas **nomos**. Verificou-se, a partir daí, um fenômeno comum a essas civilizações do Médio Oriente: a necessidade de melhor executar as obras de irrigação gerando um processo de unificação política. No Egito, essa ocorrência levou à reunião dos nomos, por volta de 3500 a.C., sob os reinos do **Alto Egito** (sul) e do **Baixo Egito** (delta).

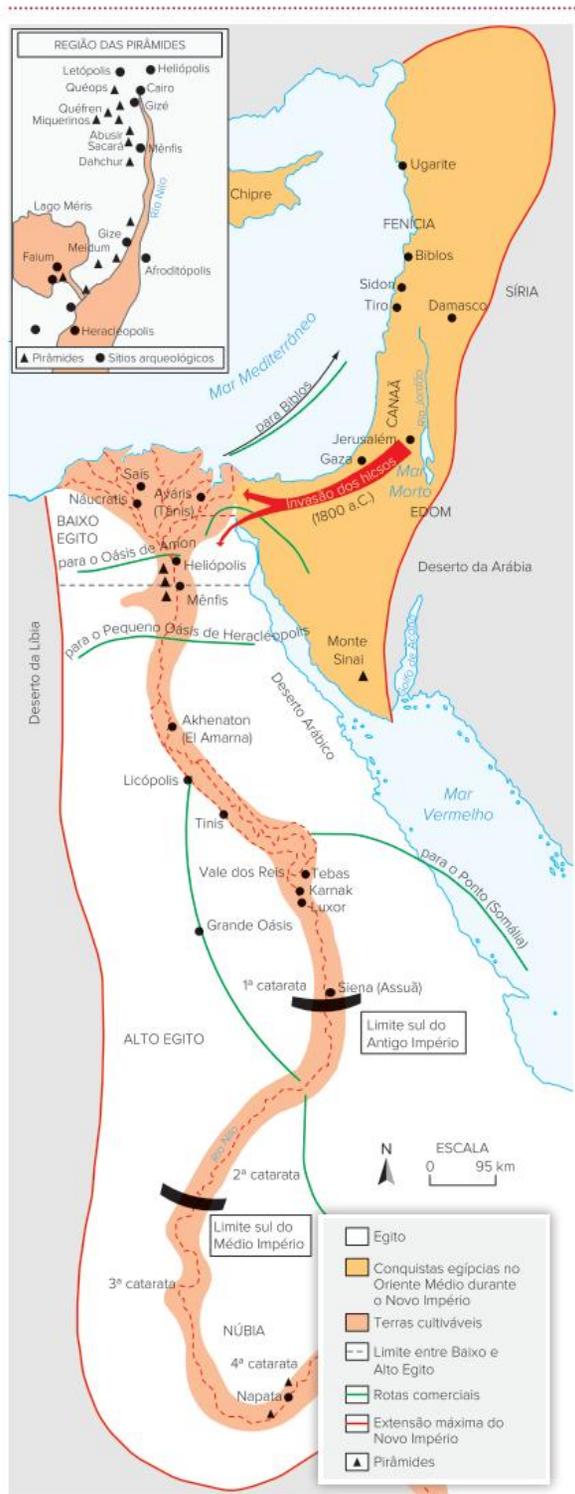
Por volta de 3200 a.C., **Menés** (ou Narmer), governante do Alto Egito, uniu os reinos e tornou-se o primeiro faraó.

## O Antigo Império (2700-2100 a.C.)

Com a unificação territorial e política efetuada por Menés, inicia-se o período dinástico da história egípcia, com o estabelecimento da capital do império primeiro em Tinis (o que deu ao período também a denominação de Tiníta), e depois, em cerca de 2800 a.C., na cidade de Mênfis (Período Menfita).

Os sucessores de Menés organizaram um sistema monárquico despótico e altamente burocratizado, de caráter teocrático. Durante o Período Menfita, entre 2700 e 2600 a.C., foram edificadas as grandes pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos na região de Gizé. Elas simbolizavam o poder e a força dos faraós da IV Dinastia.

## O Egito Antigo



**Hamita:** Indivíduo dos hamitas, povos africanos que pertencem à raça geográfica europeia (caucasóide). São às vezes chamados de povos afro-mediterrâneos por suas características físicas e pela região em que vivem. A maioria dos hamitas é alta e possui nariz pequeno e pele amorenada.

Após longa estabilidade político-social, por volta de 2300 a.C., o Egito passou por um período de enfraquecimento do poder central e de fortalecimento dos **nomarcas** (os chefes dos nomos), o que ocasionou constantes lutas internas, revoltas sociais e desorganização da produção.

## O Médio Império (2100-1780 a.C.)

Durante esse período, o faraó recuperou seu poder, restabelecendo a unidade do império, agora com capital na cidade de Tebas. Os faraós, principalmente os da XII Dinastia, ordenaram a execução de novas obras de irrigação, que ampliaram a área agricultável e devolveram a prosperidade ao império.

Por volta de 1800 a.C., o Egito sofreu a penetração dos hebreus (semitas) e a invasão dos **hicsos**, originários da Ásia Menor, passando pela primeira vez pela dominação estrangeira. Os hicsos, usando cavalos, carros de guerra e armas de ferro, até então desconhecidos no vale do Nilo, estabeleceram-se na região do delta e controlaram o país por quase dois séculos, isolando os faraós em Tebas.

## O Novo Império (1580-1100 a.C.)

A dominação dos hicsos despertou entre os egípcios um sentimento militarista, que resultou na expulsão dos invasores em 1580 a.C., sob a liderança do faraó **Amósis I**, e na posterior escravização dos hebreus, que só puderam deixar o país em c. 1250 a.C., no episódio conhecido como Êxodo.

O Novo Império marcou o apogeu da civilização egípcia. **Tutmés III** (1480-1448 a.C.) deu ao império sua maior expansão territorial, ampliando-o até o Rio Eufrates, na Mesopotâmia. **Ramsés II** (1292-1225 a.C.) derrotou os hititas na Batalha de Kadesh, assegurando o domínio sobre a Palestina e a Síria. Militarista e expansionista, o Egito tornou-se o primeiro império mundial, enquanto as novas riquezas obtidas permitiram a construção dos magníficos templos de Luxor e Karnak.

É desse período, também, a reforma religiosa monoteísta realizada por **Amenófis IV** (1377-1358 a.C.). O faraó, possivelmente para anular o poder e a autoridade da camada sacerdotal, instituiu o culto monoteísta ao deus Aton, simbolizado pelo disco solar, chegando a mudar seu nome para **Akhenaton** (“aquele que agrada a Aton”). Anulada após sua morte pelos sacerdotes, que restabeleceram o politeísmo tradicional, a reforma legou aos hebreus as raízes de seu monoteísmo.

Após 1100 a.C., o império conheceu um longo período de decadência. Governantes autônomos e rivais instalaram-se no Alto e no Baixo Egito; a camada sacerdotal passou a ignorar o poder dos faraós e o exército, composto em sua maioria de mercenários estrangeiros, deixou de obedecer ao poder central. As conquistas externas foram sendo progressivamente perdidas, e o país acabou conquistado pelos assírios, sob o comando de **Assurbanipal**, por volta de 620 a.C.

## O Renascimento Saíta (650-525 a.C.)

Em 650 a.C., **Psamético I**, governador da cidade de Saís, libertou o país dos assírios, dando início ao último período de independência política do Egito.

O florescimento econômico e cultural, apesar de brilhante, foi efêmero. Em 525 a.C. o Egito foi conquistado pelo rei persa **Cambises**, transformando-se em uma mera província do Império Persa.

Posteriormente passou pela dominação de macedônios, romanos, bizantinos, árabes, turcos e ingleses, recuperando sua autonomia política apenas no século XX.

## Aspectos econômicos

A agricultura constituiu-se na principal e definidora atividade econômica no Egito Antigo. Naturalmente, ela assumiu o caráter de uma agricultura de regadio, diretamente ligada às águas e às obras hidráulicas que tornavam possível o controle sobre essas águas.



Fig. 1 O Nilo e o vale fértil em suas margens em meio ao deserto.

No Egito Antigo, a organização das atividades produtivas era uma atribuição do Estado, detentor da maioria das terras férteis. Por meio de uma rígida estrutura repressiva, a população camponesa era subjugada ao poder do faraó, pagando impostos, em produto ou em trabalho, em uma estrutura que chamamos de **servidão coletiva**. Esses tributos permitiam ao Estado apropriar-se do excedente de produção e contar com mão de obra numerosa e gratuita para a construção de grandes obras, templos ou depósitos para estocagem.

O controle sobre esse excedente e o trabalho era realizado por uma ampla burocracia estatal, diretamente controlada pela nobreza e pela casta sacerdotal, as quais se confundiam na sociedade egípcia. Esse controle foi exercido até mesmo sobre as poucas propriedades privadas que existiram no Egito em alguns momentos. Em épocas de cheia do Nilo, quando a agricultura tornava-se impossível, era comum o Estado requerer camponeses das comunidades de aldeia para o trabalho em obras como diques, palácios, canais de irrigação e templos, entre outras.

O Egito era praticamente autossuficiente com relação às matérias-primas básicas de que sua economia necessitava, metais (ouro, cobre, estanho) e pedras para construção. Além disso, em todo seu território, sem especializações produtivas regionais, cultivava cereais (especialmente trigo e cevada), frutas, verduras, legumes, linho e papiro; mantinha rebanhos de gado bovino, suíno, ovino e caprino e criava aves em cativeiro (patos, gansos, pombos e codornas). Em razão dessa autossuficiência, não ocorreu um incentivo

para o crescimento da produção artesanal para trocas nem houve a monetarização da economia. O artesanato foi centrado em algumas cidades de grande porte (Tebas, Mênfis, Tânis), sendo sua produção quase totalmente destinada ao Estado, para a decoração de palácios ou templos ou para o consumo da família real e da alta burocracia

Como não houve monetarização, na economia egípcia os objetos eram trocados por outros objetos, e o Estado remunerava seus numerosos funcionários em espécie.

## Aspectos socioculturais

Rigidamente dividida em camadas estratificadas, a sociedade egípcia foi marcada pelo imobilismo, tendo uma estrutura piramidal. No ápice, ficavam o faraó e sua família (o casamento entre irmãos era a regra); abaixo, estavam os sacerdotes, os altos burocratas e os aristocratas (descendentes dos antigos nomarcas); mais abaixo, localizavam-se os militares e os escribas; seguia-se depois uma camada média composta de artesãos e comerciantes; e, na base, encontravam-se os camponeses e os escravos (pouco numerosos, quase sempre prisioneiros de guerra).

O elemento cultural mais dinâmico dessa sociedade foi expresso pela religião. De caráter politeísta e antropozoomórfica, tinha como principais divindades Osíris, Amon Ra, Ísis, Hórus, Ápis e Anúbis e dezenas de deuses menores, originários de cultos locais pré-dinásticos



Fig. 2 A Esfinge de Gizé, um exemplo do antropozoomorfismo que caracteriza a religião egípcia.

A crença na vida após a morte desenvolveu o culto aos mortos e a técnica de mumificação de cadáveres, sendo quase exclusivamente a única responsável pelas manifestações arquitetônicas e artísticas egípcias, além de favorecer um notável desenvolvimento da Medicina.

O Egito desenvolveu três tipos de escrita. Uma sagrada, originária do período pré-dinástico, a **hieroglífica**; uma versão simplificada da primeira, a **hierática**, utilizada em documentos administrativos e negócios; e a **demótica**, de caráter mais popular e simplificado. A decifração da escrita egípcia foi obra de **Jean-François Champollion**, orientalista francês que foi o primeiro a decodificar os hieróglifos egípcios, a partir de uma lápide encontrada por um soldado de Napoleão Bonaparte na região de Roseta (no delta), em 1799. Na lápide, conhecida como Pedra de Roseta, estava gravado o mesmo texto em três idiomas: grego, hieroglífico e demótico.

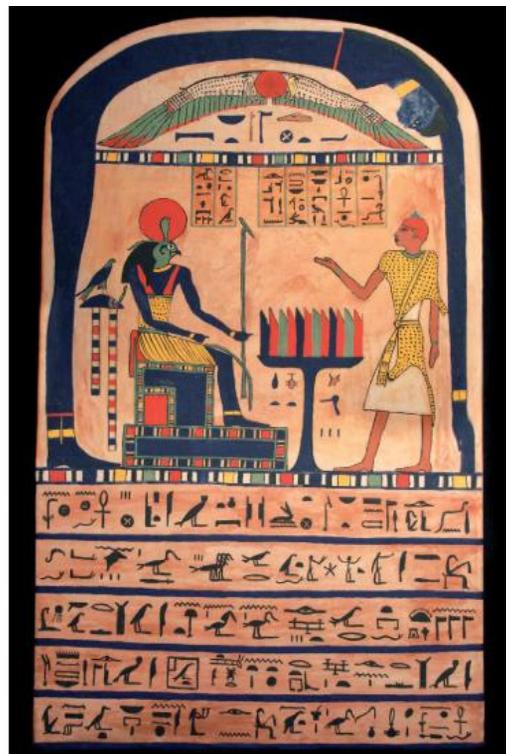


Fig. 3 Escrita hieroglífica em estela egípcia.

## As civilizações mesopotâmicas

O termo “Mesopotâmia” foi criado pelos gregos e significa “terra entre dois rios”. Era compreendida pelos vales e pelas planícies irrigados pelos rios Tigre e Eufrates, basicamente no território do atual Iraque. Estendia-se desde os montes Zagros, no Irã, a leste, até o deserto da Arábia, a oeste

As regiões mais ao norte, a Alta Mesopotâmia, eram mais montanhosas e menos férteis; o sul, Baixa Mesopotâmia, era composto de planícies aluvianas extremamente férteis. A excessiva presença da água na região tornou obrigatória a criação de um sofisticado sistema de drenagem e aproveitamento, bem mais precoce e intenso que no Egito, por exemplo, e principal fator de desenvolvimento cultural das civilizações que ali se estabeleceram. A água que contribuía para a grande fertilidade da região (o que a tornou densamente habitada) deixava-a sujeita a grandes e destrutivas inundações, devido às cheias irregulares de seus grandes rios, que desciam das montanhas em direção ao Golfo Pérsico. Em consequência, as obras hidráulicas realizadas na Baixa Mesopotâmia adquiriram, desde cedo, enorme complexidade, e seus primeiros habitantes, os **sumérios**, escreveram a mais antiga versão sobre o **dilúvio** (a *Epopeia de Gilgamesh*).

A intensa fertilidade da região em meio a desertos e a uma natureza essencialmente inóspita atraiu e fixou comunidades humanas desde muito cedo. Estima-se que a sedentarização das primeiras comunidades humanas na Baixa Mesopotâmia tenha ocorrido por volta de 10000 a.C., e vários historiadores e arqueólogos acreditam que essas tenham sido as **primeiras formas de civilização humana existentes**. Mais do que isso, as possibilidades abertas pela agricultura e pelas demais atividades produtivas na região

fizeram com que, por volta de 4000 a.C., houvesse ali cidades grandes a ponto de abrigar mais de 10 mil habitantes –, como a cidade suméria de Uruk

Um traço importante das civilizações mesopotâmicas e que as diferenciaram significativamente dos povos do Antigo Egito – foi o caráter extremamente vulnerável da região. Ao contrário do Egito, onde o imenso deserto servia até certo ponto como um eficiente obstáculo natural para a penetração de outros povos, a Mesopotâmia era uma região aberta à invasão de povos nômades hostis, vendo-se, assim, constantemente sujeita a influências externas. Ao mesmo tempo, a constante ameaça externa obrigou a Mesopotâmia a utilizar considerável mão de obra em atividades bélicas, levando à formação precoce de exércitos profissionais. Isso explica também o caráter consideravelmente mais belicista dos povos da Mesopotâmia, se comparados à civilização egípcia. A história mesopotâmica, portanto, é marcada por intermináveis lutas entre as cidades-Estados mais ricas (e, mais tarde, entre impérios) e por seguidas ondas de invasões de povos estrangeiros que se estabeleceram na região.

## O Crescente Fértil



## Sumérios e Acádios (antes de 2000 a.C.)

Os povos sumérios, originários do planalto do Irã, haviam se fixado na Baixa Mesopotâmia e criado as primeiras cidades Estados ainda durante o quarto milênio antes de Cristo. Segundo sua tradição, Kish foi a primeira, a que se seguiram Ur, Uruk, Lagash, Eridu e Nipur, entre outras.

De modo geral, as cidades sumérias haviam constituído, por volta de 2850 a.C., uma forma de organização política e econômica fortemente baseada na religião. Remontando ainda a uma estrutura típica do Neolítico, as terras eram consideradas propriedade dos deuses, os quais proviam a sobrevivência das pessoas, que, em troca, deveriam servi-los. Presentes em todas as cidades sumérias, os **zigurates** eram santuários feitos de tijolos maciços e no formato de pirâmides onde, segundo a crença, os deuses habitavam quando desciam à terra. Naturalmente, o acesso a esses monumentos era limitado àqueles que supunham capazes de estabelecer contato com os deuses e, por isso, tinham enorme capacidade de controle sobre a população



**Fig. 4** Fachada reconstruída do Grande Zigurate de Ur, no atual Iraque. Com comprimento de base de  $62,5 \times 43$  m e altura de 21 m, essa pirâmide foi construída pelos sumérios há mais de 4 mil anos. É uma das ruínas mais bem preservadas da Mesopotâmia.

Estruturou-se uma forma de poder fortemente ancorada na religião. Diferentemente do Egito, onde o faraó era visto como um deus vivo, nas cidades sumérias o governante (**patesi** ou **ensi**) era um representante dos deuses na terra, interlocutor entre as necessidades das pessoas e as divindades. Dessa forma, criou-se a inter-relação entre o palácio real e o templo.

Ao lado da agricultura, os sumérios notabilizaram-se pelo desenvolvimento de um intenso comércio que se estendeu do Mediterrâneo ao vale do Rio Indo. Além disso, coube a eles o mérito de terem inventado a primeira forma de escrita de que se tem conhecimento, a escrita **cuneiforme**, utilizada por todos os povos da Mesopotâmia.

A história suméria foi marcada por constantes lutas entre as cidades-Estados, todas buscando hegemonia. Essas lutas geraram algumas cidades extremamente poderosas, em longo prazo. Em médio prazo, contudo, tiveram por efeito seu enfraquecimento. Isso permitiu que um povo de origem semita, os **acádios**, se estabelecesse na região central da Mesopotâmia, fundando a cidade de Acádia, origem de sua denominação.

Em c. 2300 a.C., o rei acadiano **Sargão I** unificou politicamente o centro-sul da Mesopotâmia, proclamando-se “soberano dos quatro cantos da terra”. Surgiu aí o primeiro império na região. De modo geral, os acádios apropriaram-se da cultura suméria, notadamente na utilização da escrita cuneiforme e nas formas de organização da agricultura.

A plena estabilidade política, entretanto, jamais foi obtida pelos acádios, que conviveram com constantes revoltas internas e ameaças externas. Por volta de 2100 a.C., em meio a essas crises, o Império Acádio desapareceu.

## O Primeiro Império Babilônico (1800-1600 a.C.)

Dentre os invasores que destruíram o Império Acádio, destacaram-se os **amoritas** (de origem semítica), que instalaram sua capital na cidade de Babilônia ou Babel. Esse período de quase três séculos que se segue à invasão amorita foi marcado por guerras ininterruptas entre a Babilônia e as demais cidades mesopotâmicas. Foi somente com o rei babilônico Hamurabi (1792-1750 a.C.) que os amoritas

conseguiram impor seu domínio por toda a Mesopotâmia, desde a Assíria, ao norte, até a Caldeia, ao sul.

O estabelecimento desse domínio foi possível não apenas pela forte estrutura militar, mas também pela constituição de um complexo aparato jurídico, que tem como elemento mais conhecido o Código de Hamurabi. Trata-se do primeiro código de leis de que se tem registro e é baseado na chamada lei de Talião (“olho por olho, dente por dente”, citação literal do código).

A centralização fez da cidade da Babilônia um grande centro urbano e econômico, eixo fundamental da vida cultural e econômica da região. Ao mesmo tempo, a estreita vinculação entre religião e poder levou Hamurabi a instituir um culto hegemônico, baseado no deus Marduk. Em honra a esse deus, foi erguido um imenso zigurate, citado no Antigo Testamento como Torre de Babel, uma tentativa do ser humano de chegar ao céu

A morte de Hamurabi gerou a desestruturação política do império. Rebeliões internas enfraqueceram-no, mais uma vez abrindo espaço para invasões externas, como as dos hititas e cassitas. São, novamente, quase três séculos de lutas internas até que se estabelecesse a hegemonia dos assírios, a partir de 1300 a C

## O Império Assírio (1300-612 a.C.)

Os **assírios** fixaram-se na Alta Mesopotâmia por volta de 2500 a.C., ao longo do Rio Tigre e nas montanhas circunvizinhas, fazendo da cidade de Assur sua capital.

Contando com uma abundância de madeira e metais, como o cobre e o ferro, basearam sua atividade, inicialmente, na agricultura e na caça. Em uma região vulnerável a constantes ataques inimigos, a necessidade de defesa levou-os rapidamente à criação de uma forte estrutura militarista, base da organização do Estado. Assim, constituíram um Estado militarista e expansionista e, procurando uma saída para o Golfo Pérsico e para o Mar Mediterrâneo, conquistaram a Mesopotâmia, a Síria, a Palestina e o Egito. É nesse contexto que se deu a conquista das regiões da Mesopotâmia e o estabelecimento do Império Assírio.

Coube aos assírios a criação do primeiro exército organizado do qual se tem notícia, com formações fixas de carros de combate, cavalaria, infantaria, sapadores e divisões que se utilizavam de armas de arremesso. Dominaram pelo terror, sendo marcados pela ferocidade que dispensavam aos vencidos.

O apogeu de seu império ocorreu nos reinados de **Senaqueribe** (705-681 a.C.), que transferiu a capital para Nínive, e de **Assurbanipal** (668-631 a.C.), que conquistou o Egito e fundou a famosa Biblioteca de Nínive, onde reuniu um amplo acervo cultural representativo de todas as áreas mesopotâmicas. Esse acervo é um dos legados mesopotâmicos mais importantes para a história.

O império esfacelou-se após a morte de Assurbanipal, com a rebelião generalizada dos povos submetidos. Em 612, o rei dos caldeus, **Naboplassar**, com o auxílio de um povo originário do Planalto Iraniano, os **medos**, destruiu Nínive, pondo fim ao Império Assírio.

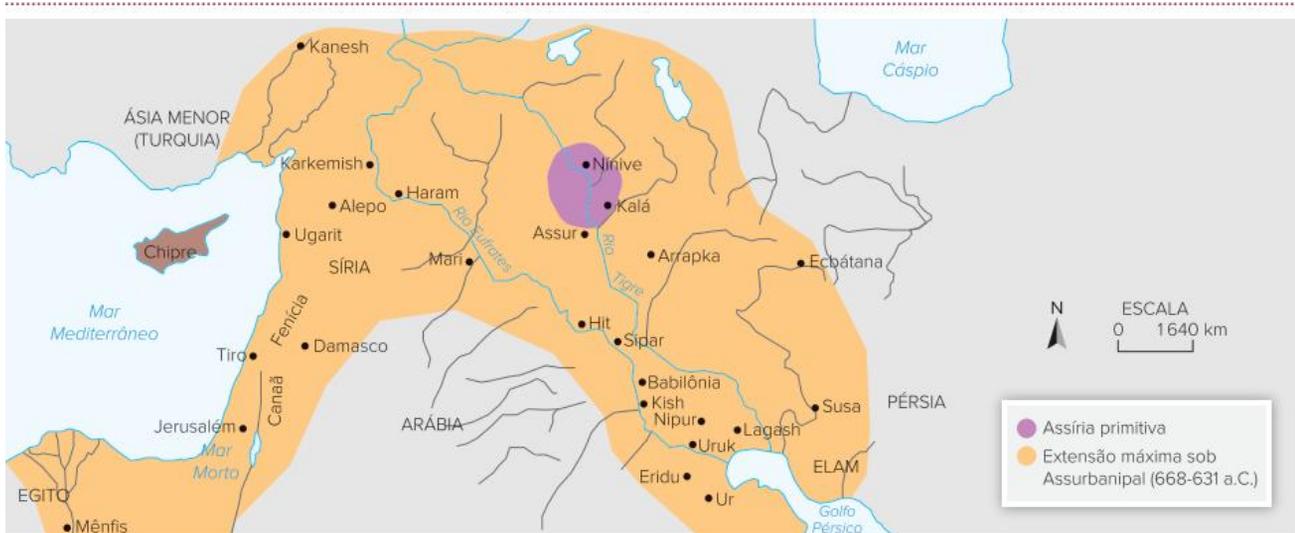
## O Império Caldeu ou Segundo Império Babilônico (612-539 a.C.)

Os **caldeus** (povo semita) aproveitaram-se do colapso do poder assírio para fazer da Babilônia novamente a capital da Mesopotâmia.

Seu principal soberano foi **Nabucodonosor** (604-562 a.C.), que conquistou o Reino de Judá (587 a.C.), levando numeroso contingente de hebreus como escravos para a Babilônia (episódio conhecido como “Cativeiro da Babilônia”). Durante seu reinado, o Império Caldeu estendeu-se pela Síria, pela Fenícia e por parte da Palestina. Foi um período marcado pela realização de grandes obras, como os Jardins Suspensos da Babilônia, que na origem era uma forma de expandir as áreas agrícolas da região, com a criação de terraços agricultáveis nas encostas das montanhas.

Pouco tempo depois da morte de Nabucodonosor, o império acabou destruído pelos persas, sob a liderança de **Ciro I**, em 539 a.C., que transformaram a Mesopotâmia em mais uma de suas muitas províncias.

## O Império Assírio



## Economia, sociedade e aspectos culturais na Mesopotâmia

Tanto quanto no antigo Egito, as várias civilizações mesopotâmicas inseriram-se no chamado **modo de produção asiático**, marcado pela agricultura de regadio e pela servidão coletiva. Da mesma forma, terras e meios de produção, bem como as grandes obras hidráulicas, eram diretamente controlados pelo Estado, seja em um plano mais local, a cidade-Estado, seja no nível dos grandes impérios. A crença de que as terras pertenciam aos deuses gerou, ao lado do governante, considerado um representante direto dos deuses, uma **elite sacerdotal** que fazia as vezes de nobreza, administrando as terras e as riquezas e exercendo o controle sobre a população.

A estrutura social mesopotâmica assemelhava-se à egípcia, tendo no topo uma elite composta de reis, nobres e sacerdotes e, em ordem decrescente, militares e altos funcionários; comerciantes e artesãos; camponeses e, finalmente, escravos, via de regra prisioneiros de guerra, nunca a base da mão de obra.

Ao lado de inúmeras semelhanças com o Egito, a economia mesopotâmica apresentou algumas especificidades decorrentes de suas próprias condições naturais e da forma como se processou a ocupação da região. Ao mesmo tempo que era uma região rica em recursos agrícolas (cevada, trigo, centeio) e em rebanhos bovinos, ovinos e caprinos, além de dotada de um pujante artesanato de transformação de produtos de origem vegetal e animal (cerveja, vinho, móveis e utensílios de palha e vime, óleo, tecidos e laticínios), era, em sua maior parte, desprovida de minérios, pedras e madeira, além de apresentar alta especialização produtiva regional e mesmo local.

Consequentemente, a Mesopotâmia foi sempre dependente do comércio externo, o que levou à necessidade de uma considerável produção artesanal para servir de objeto de troca, provocando o desenvolvimento de uma ampla e

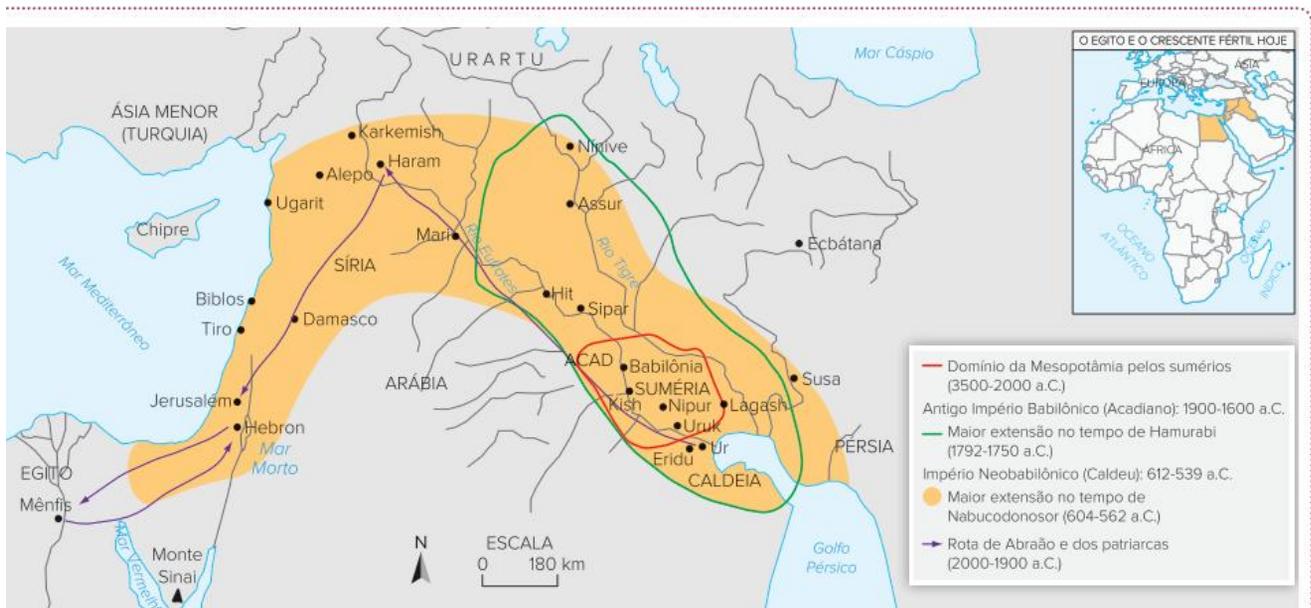
ativa camada de artesãos e comerciantes. Baseada na produção agrícola e restrita à argila como material básico para a vida cotidiana, a Mesopotâmia teve, desde os primeiros tempos do florescimento de sua vida urbana, um considerável comércio exterior: da África importava marfim e ouro; da Síria e do Líbano, madeiras, mármore e basalto; da Ásia Menor, prata, cobre e, depois, ferro; da Pérsia, madeira, cobre, estanho e lápis-lazúli; da Arábia e da Índia, ouro, pedras preciosas e marfim. Esse fato, aliado à extrema diversidade produtiva interna, levou à adoção do conceito de moeda, tanto como medida comum de valor quanto como instrumento preferencial de troca. Monetizou-se sua economia, dando origem ao sistema bancário cujas primeiras referências datam de 3400 a.C., do Templo Vermelho da cidade de Uruk. Os bazares que existem até hoje em todas as cidades do Oriente Médio podem dar uma ideia bastante real do que foi a economia da Mesopotâmia.

Culturalmente, a Mesopotâmia apresentou um caráter cumulativo, a partir de um substrato sumério, que foi sendo progressivamente acrescido com contribuições dos diversos povos que os sucederam na região.

Os sumérios estabeleceram as bases de um politeísmo cujas divindades representavam os fenômenos da natureza (**animismo**), destacando-se Samash, deus do sol; Anu, deus dos céus; Enlil, deus do ar; Ea, deusa da água. A religião era vista como uma forma de se obter recompensas terrenas, não existindo a crença na vida após a morte. Posteriormente, na Babilônia, ocorreu uma forma de culto aos mortos, que deveriam receber boas sepulturas para que não abandonassem seu mundo de sombras, causando desgraças. Também de origem babilônica foram os cultos ao deus Marduk, transformado em divindade suprema da Mesopotâmia, e à Ishtar, deusa do amor e da guerra.

A religião foi também responsável pelo desenvolvimento da Astronomia pelos sumérios, que puderam estabelecer o movimento de planetas e estrelas e prever eclipses, e especialmente da astrologia pelos caldeus.

## A Mesopotâmia e o Império Babilônico



Os conhecimentos de Astronomia permitiram avanços na Matemática, como a divisão do círculo em 360 graus, a criação das raízes quadrada e cúbica, o desenvolvimento dos processos aritméticos de multiplicação e divisão e o estabelecimento de um calendário anual de doze meses, divididos em semanas de sete dias, que, por sua vez, subdividiam-se em períodos de doze horas.

Na Arquitetura, foram os inventores do sistema de arcos e do zigurate, já mencionado, uma construção em forma de torre, composta de sucessivos terraços e encimada por um templo, que servia também de observatório astronômico.

Na Literatura, escreveram poemas épicos, destacando-se a *Epopeia de Gilgamesh* e o *Enuma Elish*, o mito de criação babilônico, de origem suméria. Aos sumérios deve-se também a criação da escrita silábica cuneiforme, que recebeu tal denominação porque seus caracteres eram gravados por estiletos em tijolos de argila, deixando traços em forma de cunha. A decifração da escrita cuneiforme foi obra do inglês H. C. **Rawilson**, em 1846. O estudo sobre os povos mesopotâmicos denomina-se **assiriologia**, por ter se iniciado sistematicamente a partir da descoberta da Biblioteca de Nínive, na capital do Império Assírio.

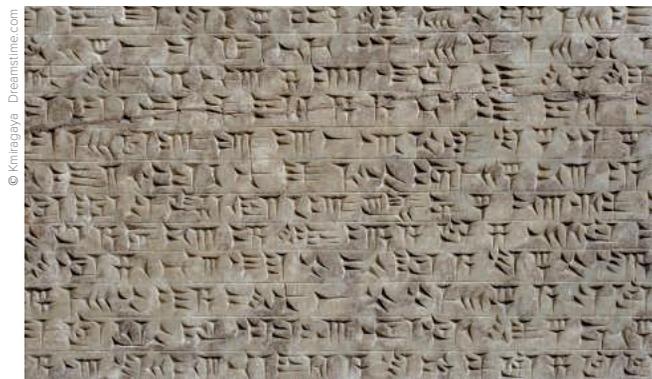


Fig. 5 Escrita cuneiforme da civilização suméria.

## A Palestina e os hebreus

Usualmente, chamamos de Palestina a região situada na costa oriental do Mediterrâneo, delimitada a nordeste pela Síria, ao norte pela Fenícia e a sudeste pelo Deserto da Arábia. Foi nessa região que se desenvolveu a civilização dos hebreus. Acredita-se que as tribos hebraicas, compostas de pastores nômades, alcançaram a Palestina por volta de 2000 a.C., após longo deslocamento, provavelmente iniciado nas vizinhanças da cidade de Ur, na Caldeia.

Antes da chegada dos hebreus, a Palestina era habitada por vários povos semitas: no litoral mediterrâneo estavam filisteus e cananeus, que deram à região sua outra denominação, **Canaã**, ou “Terra dos Cananeus”; no sul, havia amalecitas; e a leste e a norte, edomitas, moabitas e arameus, ativos comerciantes, que na época do Império Persa transformaram sua língua, o **aramaico**, no idioma oficial de toda a região entre o Eufrates e o Egito. Foi também o aramaico a principal língua falada na Palestina até o século I d.C. A própria designação hebreu provém do aramaico e significa “povo do outro lado do

rio”, dado que denuncia sua origem mesopotâmica e seu caráter migrante antes do estabelecimento na Palestina.

Em termos geográficos, a Palestina apresentava diferenças bem definidas. Na região formada pelo vale do Rio Jordão, havia uma relativa abundância de terras férteis, favoráveis à agricultura, enquanto o restante era montanhoso e inóspito, ocupado por grupos nômades dedicados ao pastoreio.

Um traço significativo da civilização hebraica é a intensa ligação entre a religião e as realizações materiais. Vale frisar aqui que a principal fonte de estudo da história hebraica é o Antigo Testamento, no qual as narrativas históricas vêm acompanhadas por determinações morais e éticas e estabelecem os princípios jurídicos e religiosos. Com isso, história e religião confundem-se, ao ponto de os grandes personagens históricos hebreus assumirem sempre um caráter sagrado e sobrenatural.



Fig. 6 Moisés e as Tábuas da Lei. A religião foi o mais importante elemento de unidade para o povo hebreu.

## A Era dos Patriarcas (2000-1200 a.C.)

A ocupação da Palestina pelos hebreus foi marcada por intensas lutas, das quais saíram vitoriosos, contra os demais povos semitas que habitavam a região. A partir daí, os hebreus organizaram-se em grupos familiares patriarcais, seminômades, sob a liderança de chefes denominados **patriarcas**. Na narração bíblica, o primeiro patriarca foi Abraão, que recebera de Jeová (ou Iavé), a promessa de uma terra de “leite e mel” para si e seus descendentes. O grande elemento dessa narrativa é o fato de que os hebreus começavam a lançar as **bases de uma religião monoteísta**, que viria a diferenciá-los dos demais povos e serviria de elemento decisivo para sua unidade.

Ainda segundo a Bíblia, após a morte de Abraão os hebreus foram liderados por seu filho, Isaac e, em seguida, pelo filho de Isaac, Jacó (Israel). Jacó teria tido doze descendentes, fundadores das doze tribos de Israel.

Não se tem certeza das razões que levaram grande parte dos hebreus a deixar a Palestina em direção ao Egito a partir de 1800 a.C. É possível que tenha sido uma conjunção de fatores, como ataques estrangeiros, a escassez de terras férteis e mesmo a política dos faraós egípcios de atrair os hebreus para a região do delta do Nilo, com o objetivo de usá-los como barreira contra invasores.

Os hebreus permaneceram durante longo tempo no Egito. Acredita-se que, no princípio, o fato de serem povos oriundos da Mesopotâmia, cujo desenvolvimento cultural era superior ao egípcio, possibilitou-lhes certa regalia, vivendo diretamente associados ao Estado. Entretanto, o nacionalismo egípcio que floresceu no Novo Império reduziu os hebreus a uma brutal opressão, tornando-os escravos. A reação à escravidão acabou provocando sua fuga, acontecimento chamado de **Êxodo**, por volta de 1250 a.C.

É interessante lembrar que, ao longo do período de permanência no Egito, os hebreus reforçaram traços próprios de sua cultura, de modo a preservar sua unidade. O monoteísmo foi um desses aspectos fortalecidos, ampliado ainda pela influência da reforma religiosa de Amenófis IV. Não por acaso, todo o episódio do Êxodo tem forte conotação religiosa. Segundo o Antigo Testamento, foi durante essa travessia que **Moisés**, líder do povo hebreu, recebeu a Tábua dos Dez Mandamentos (Decálogo) e a confirmação de lavé de que os hebreus eram o “povo escolhido” que deveria receber a Terra Prometida. Mais que preceitos religiosos, as Tábuas da Lei instituíam uma ordenação jurídica que ampliou a união do povo hebreu.

## A Era dos Juízes (1200-1010 a.C.)

Durante dois séculos os hebreus lutaram para se reinstalar na Palestina, especialmente contra os filisteus e os cananeus, que possuíam carros de guerra e armas de ferro.

As necessidades bélicas impuseram uma maior unidade às tribos hebraicas, que passaram a ser lideradas por chefes guerreiros, denominados juízes.

Os mais significativos, sempre de acordo com a fonte bíblica, foram **Josué**, que tomou a cidade de Jericó; **Gedeão**; **Sansão**, que liderou a vitória contra os filisteus, e **Samuel**, que procurou acabar com as divergências tribais, buscando impor a unidade nacional

## A Era dos Reis (1010-587 a.C.)

A unidade nacional dos hebreus acabou sendo forjada em bases frágeis, pela imposição de uma monarquia despótica e hereditária, necessária para consolidar a conquista da Palestina.

**Saul**, o primeiro rei, foi incapaz de submeter os filisteus, sofrendo grande derrota. Seu sucessor, **Davi**, derrotou os inimigos, ampliou os territórios sob seu domínio e conquistou Jerusalém, onde estabeleceu a capital do reino, organizando um Estado burocratizado, dotado de um exército permanente.

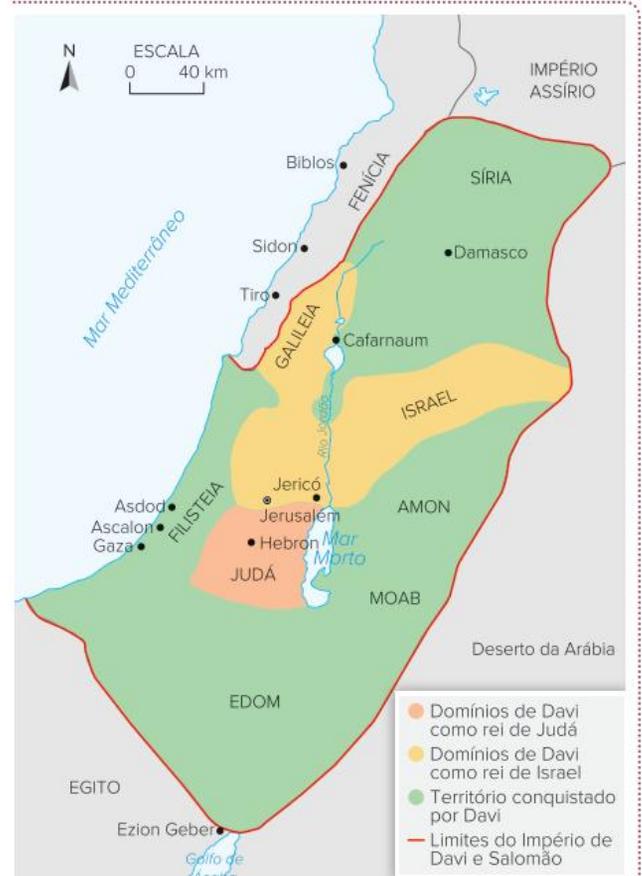
O Estado hebreu viveu seu auge durante o reinado de **Salomão** (966-933 a.C.). O rei beneficiou-se de um período de paz que valorizou a posição geográfica da Palestina, ponto de passagem das rotas comerciais que ligavam o Egito à Mesopotâmia. A atividade comercial floresceu e o reino viveu uma época de opulência e grandiosidade, expressa pela construção de numerosas obras públicas, como o Templo de Jerusalém.

Pesados impostos e o trabalho compulsório da população mais pobre nas grandes obras públicas geraram um descontentamento que acirrou a disputa entre as tribos pela sucessão de Salomão. Em 926 a.C. ocorreu o **Cisma hebraico** (divisão): Roboão, o sucessor legítimo, apoiado por apenas duas tribos, constituiu o **Reino de Judá**, com capital em Jerusalém; Jeroboão, outro filho de Salomão, reuniu as dez tribos do norte no **Reino de Israel**, com capital em Samaria

O Reino de Israel, mais urbanizado e mercantil, abandonou paulatinamente o monoteísmo, adotando antigos cultos locais, enquanto as tribos se miscigenavam com a população da região. Foi destruído em 722 a.C. por Sargão II, da Assíria.

O Reino de Judá, mais agrícola e pastoril, foi conquistado por Nabucodonosor em 587 a.C., sendo sua população deportada para a Babilônia, onde permaneceu escravizada por meio século (o **Cativeiro da Babilônia**)

## A Palestina no século X a.C.



## Do Estado dependente à Diáspora (539 a.C.-70 d.C.)

Em 539 a.C., Ciro, rei da Pérsia, toma a Babilônia, e os hebreus recebem permissão para voltar à Palestina, onde estabelecem um Estado dependente do Império Persa. Como ficava situado nos territórios da antiga tribo de Judá, os habitantes desse Estado passam a ser chamados, a partir de então, de **judeus**.

Foram seguidamente subjugados pelos macedônios e pelos romanos, sendo sua crença monoteísta responsável por várias rebeliões infrutíferas. Durante a última delas, em 70 d.C., a cidade de Jerusalém foi inteiramente destruída pelo imperador Tito, e os judeus foram obrigados a se dispersar pelo mundo, no que ficou conhecido como **Diáspora judaica**.

## Economia, sociedade e cultura hebraicas

Como estudamos, o período que se seguiu à ocupação da Palestina pelos hebreus foi de economia agrícola, predominantemente, e pastoril. No Vale do Jordão, os principais gêneros agrícolas eram a oliveira, a uva e cereais variados. Ao lado disso, uma intensa atividade pastoril era realizada nas áreas montanhosas.

A estrutura tribal de posse da terra cedeu lugar à propriedade privada a partir da constituição do Reino Hebreu. A terra passou a estar concentrada nas mãos de uma aristocracia ligada ao Estado. Camponeses, pastores e uma pequena parcela de escravos estavam submetidos a essa aristocracia por meio de uma série de tributos, incluindo parte da produção, trabalho compulsório e serviço militar.

Durante o reinado de Salomão, uma intensa atividade comercial desenvolveu-se na Palestina, gerando uma camada rica de comerciantes, os quais detinham a mesma condição social dos funcionários e burocratas reais. Acima desses, havia uma elite de aristocratas, os sacerdotes (**rabinos**) e a família real.

A formação cultural do povo hebreu está diretamente condicionada à religião. Foi ela o grande elemento de unidade entre os hebreus, permitindo que mantivessem sua coesão ao longo de séculos, mesmo em condições altamente adversas, como dominação estrangeira, lutas pela terra ou perseguições no Egito. É fundamental ressaltar que a religião hebraica foi determinante para a formação do cristianismo, que extrai do judaísmo seus princípios formadores.

## Os fenícios

A estreita faixa de terra situada logo ao sul da Palestina começou a ser ocupada por povos de origem semita por volta de 3000 a.C. Trata-se de um território estreito, delimitado pelas montanhas e pelo Rio Oronte e diretamente voltado para o Mediterrâneo. Seu solo é pobre, e esse fato, aliado à configuração geográfica da região, praticamente determinou a ligação dos **fenícios** (nome dado aos povos semitas que ali se estabeleceram) com o mar. A agricultura, base da atividade entre os povos da Antiguidade Oriental, cedeu lugar ao comércio, à pesca e a um rico artesanato,

voltado à comercialização com os povos vizinhos. Aproveitando sua precoce familiaridade com o mar, a existência de vastas florestas de cedros (madeira excelente para a construção naval) e os bons portos naturais, os fenícios voltaram-se definitivamente para a **atividade marítimo-comercial**, passando a cultivar apenas vinhas e oliveiras, culturas nada exigentes quanto à fertilidade do solo.

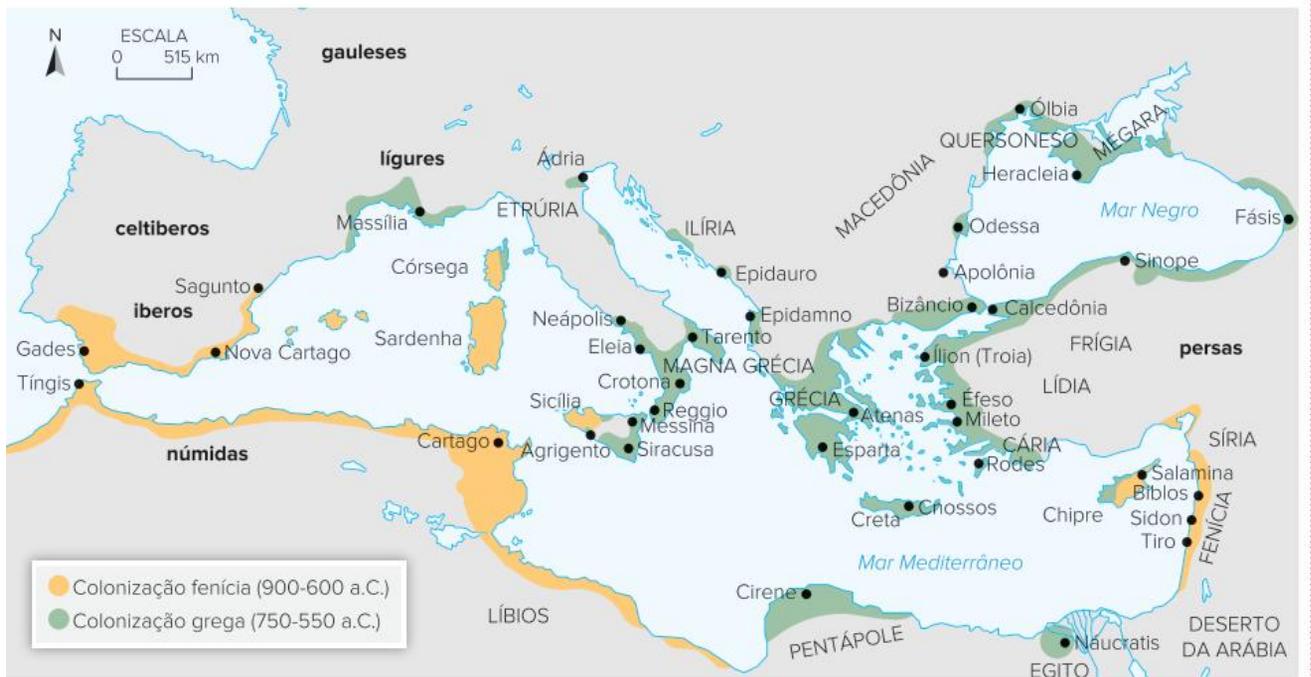
Em seu comércio, passaram a exportar vinho e azeite; objetos de cerâmica; metal e vidro colorido, produzidos em larga escala, e especialmente o corante de púrpura, obtido de um molusco comum em seu litoral (o murex), que permitia o tingimento indelével dos tecidos, desde os tons rosa até o roxo. O corante de púrpura foi, durante toda a Antiguidade, uma das mercadorias mais caras e procuradas, chegando a ser sinônimo de titularidade real. O próprio termo “fenício” deriva da palavra grega usada para designar a cor púrpura.

Não se limitando à exportação de suas próprias mercadorias, os fenícios tornaram-se também intermediários, comercializando e transportando as mais diversas mercadorias provenientes de todo o mundo mediterrâneo, estabelecendo, assim, uma pujante civilização comercial. A intensa atividade fenícia fez deles os principais navegantes e comerciantes da Antiguidade, desenvolvendo técnicas navais e conhecimentos geográficos que só foram recuperados no início dos tempos modernos.



**Fig. 7** Frederic Leighton (1830-1896). Fenícios negociando com os primeiros britânicos. Ilustração de *História das Nações de Hutchinson* (litografia colorida). Coleção privada The Bridgeman Art Library International

## Colonização fenícia e grega



### Organização política e evolução histórica

Diferentemente dos demais povos da Antiguidade Oriental, os fenícios jamais constituíram um Estado unificado, baseando sua organização política em cidades-Estados. As condições geográficas, com relevo muito acidentado e pouca extensão contínua de terras agricultáveis, levaram ao isolamento das populações e a sua concentração em pontos dispersos do litoral, os portos naturais. Assim, a Fenícia se desenvolveu a partir de cidades-Estados independentes, sendo as principais **Ugarit, Aradus, Trípoli, Biblos, Sidon e Tiro**, todas elas importantes centros manufatureiros e comerciais na passagem do terceiro para o segundo milênio a.C. Nessas cidades, o governo era exercido por um rei ou por um colegiado de anciãos, os **sufetas**. Sua elite compunha-se de mercadores, armadores, sacerdotes e principalmente de artesãos livres, sendo a escravidão pouco significativa.

A fim de maximizar os benefícios de sua atividade marítimo-comercial, as cidades fenícias procederam à sistemática fundação de **feitorias**, pontos de apoio localizados no litoral das regiões com as quais comerciavam, para facilitar o escoamento das mercadorias vindas do interior. Essas feitorias estenderam-se por todo o Mediterrâneo, alcançando as costas dos atuais Marrocos e Espanha. Uma dessas feitorias deu origem à cidade de **Cartago**, no litoral da atual Tunísia, que se transformou no mais sério rival de Roma pelo controle do Mediterrâneo ocidental no século III a.C.

Seu período de maior prosperidade estendeu-se do século XIII ao século IX a.C., quando praticamente **monopolizaram o comércio mediterrâneo**, estabelecendo

uma verdadeira **talassocracia** econômica. No final do século VI a.C., a Fenícia transformou-se em uma província do Império Persa, e suas cidades sofreram um lento declínio econômico diante da concorrência dos gregos. Não reconquistaram mais a independência política, passando sucessivamente para o domínio dos macedônios e depois dos romanos.

### Aspectos culturais

As grandes realizações culturais fenícias foram determinadas diretamente por suas necessidades econômicas. As necessidades impostas pela navegação, por exemplo, os impulsionaram para o desenvolvimento da Matemática e da Astronomia.

Da mesma forma, o principal legado cultural fenício, a **criação de um alfabeto fonético com 22 letras**, derivou da necessidade de uma escrita mais simples, acessível a todos, de modo a facilitar as transações comerciais. Adotado e aprimorado pelos gregos, foi a matriz da atual escrita. Do nome da cidade de Biblos, derivaram os termos Bíblia (livro) e biblioteca.

A religião fenícia foi politeísta, com divindades que eram identificadas com as forças da natureza, como Baal, o deus do sol, ou que garantiam a fecundidade da terra, como Astarteia, representada pela lua. Apesar de terem sido essencialmente navegadores, os fenícios não cultuaram deuses marítimos, revelando também em si as primitivas origens agrárias comuns aos povos semitas.

**Talassocracia:** o termo talassocracia deriva do grego, e sua tradução literal seria “domínio do mar”. Entretanto, é usualmente empregado em um sentido mais amplo, de poderio marítimo, dando ideia de dominação política baseada no poderio marítimo comercial.

## Os persas

A região hoje conhecida como Planalto Iraniano ou Planalto Persa está situada a leste da Mesopotâmia e compreende áreas montanhosas e desérticas em boa parte dela. Mesmo as áreas agricultáveis apresentam baixa fertilidade, obrigando a realização de complexas obras de irrigação para que a agricultura seja possível ali.

Mesmo assim, a partir de 6000 a.C. essa região começou a ser alvo de levadas migrantes de povos arianos ou indo-europeus, em um processo de ocupação que se estendeu até por volta de 2000 a.C. Já no século VIII a.C., essas tribos indo-europeias haviam se organizado em pequenos Estados monárquicos rivais, que se digladiavam mutuamente. Entre esses, destacavam-se o Reino dos Medos, ao sul do Mar Cáspio, e o Reino dos Persas, a leste do Golfo Pérsico.

O Reino dos Medos, ou da Média, parece ter tido sua organização anterior ao dos persas. Com efeito, houve um momento em que os medos exerceram uma hegemonia na região, chegando a estender seus domínios pela Mesopotâmia e mesmo participando da destruição do Império Assírio. Entretanto, declinaram durante o século VI a.C., em razão de disputas militares e da ascensão dos persas, até então seus aliados.

Foi Ciro I, rei dos persas, quem conquistou o Reino da Média, provocando a unificação política dos povos do Planalto Iraniano e dando origem ao Reino da Pérsia, em 550 a.C.

## O Império Persa (550-330 a.C.)

Com Ciro I (559 a 529 a.C.) inicia-se a Dinastia Aquemênida, que, seguindo um rápido expansionismo territorial, fez a civilização medo-persa construir um enorme império, que pela primeira vez unificou politicamente toda área abrangida pela Antiguidade Oriental.



Fig. 8 Ilustração de Ciro I, o unificador do Império Persa.

Quando ocorreu a morte de Ciro I, o Império Persa já se estendia dos atuais Paquistão e Afeganistão, a leste, ao litoral dos mares Negro e Mediterrâneo, a oeste; seu filho e sucessor, **Cambises** (529-522 a.C.), expandiu-o até o Egito, o qual conquistou em 525 a.C., na Batalha de Pelusa.

O auge do império ocorreu no reinado de **Dario I** (522-486 a.C.), a quem coube organizar a administração desse vastíssimo território. A tradicional política de Ciro I, de integrar a elite dos povos submetidos e de respeitar as diferenças religiosas e culturais locais, foi mantida por Dario I com excelentes resultados. O império foi dividido em vinte províncias denominadas **satrápias**, que eram submetidas a uma tributação diferenciada e comandadas por um **sátrapa** (governador), este nem sempre de origem medo-persa.

Em cada satrápia, foram estacionadas tropas sob a autoridade exclusiva do imperador; foi criado um eficiente sistema de correio e uma rede de estradas, ligando as capitais imperiais (Susa, Persépolis e Pasárgada) às províncias. Funcionários especiais, chamados de “olhos e ouvidos do rei”, percorriam regularmente o império para inteirar-se das queixas de governantes e governados.

A primeira unidade monetária internacional confiável e de uso corrente em todas as regiões, o **dárico** de ouro, foi cunhada, o que contribuiu para a crescente prosperidade do império.

## O Império Persa



Sob o governo de Dario I, também inicia-se a tentativa de submeter completamente as cidades gregas da Jônia (litoral da atual Turquia), origem das **Guerras Médicas** que opôs as cidades-Estados gregas ao Império Persa.

O longo conflito (490-448 a.C.), durante o qual **Xerxes I** (486-465 a.C.) fracassou em seu intento de conquistar a Grécia, e cujo resultado final foi a derrota persa, propiciou o enfraquecimento e a progressiva desintegração do império, facilitando a total conquista greco-macedônia de **Alexandre Magno**, em 330 a.C.

## Aspectos socioculturais

O domínio medo persa sobre a Mesopotâmia, o Egito, a Palestina e a Fenícia não provocou alterações nas estruturas socioeconômicas dessas regiões. Suas elites foram, via de regra, incorporadas à camada dominante persa, composta do imperador e sua família e de altos burocratas, comandantes militares e sacerdotes. A massa da população do império continuou sujeita à **corveia real**, trabalhando nos sistemas de regadio e/ou nas grandiosas obras públicas, e ainda era onerada com pesada tributação.

Culturalmente, os persas desenvolveram a escultura, da qual sobressaíam os baixos-relevos, e a arquitetura de

feito monumental, a exemplo dos palácios reais de Susa e Persépolis. Foram também famosos os pairidaeze, jardins murados com fontes e luxuriante vegetação, que, contrastando com a aridez da paisagem desértica que os rodeava, deram origem à palavra paraíso.

A escrita cuneiforme, originária da Mesopotâmia, foi transformada em escrita oficial do império, sendo utilizada nos registros administrativos, políticos e religiosos.

O mais original legado medo-persa foi religioso. Professavam uma religião dualista, em que o deus do bem, Ahura-Mazda (ou Ormuz-Mazda), opunha-se ao deus do mal, Arimã. O culto a Ahura-Mazda, denominado masdeísmo, prescindia de templos e era liderado por sacerdotes denominados magos, aos quais cabia preservar o fogo sagrado aceso nos altos montes, pois ele era representante da divindade. Acreditavam também na vida após a morte, na existência de um paraíso para os bons e de um inferno para os pecadores e na vinda do Messias que salvaria os justos. Os fundamentos de tal crença estavam no livro sagrado *Avestá*, escrito pelo lendário **Zoroastro** ou **Zaratustra**, que deu à religião persa também a denominação de **zoroastrismo**.

O *dualismo persa* teve inegável influência tanto sobre o judaísmo quanto sobre o cristianismo e o islamismo.

**Corveia real:** trabalho gratuito e pagamento de tributos prestados ao Estado ou aos seus representantes.

## Revisando

1 Que relação se pode estabelecer entre poder político e religião no Egito Antigo?

---

---

---

---

---

---

2 Explique a diferença fundamental entre aldeia e cidade dentro do contexto dos povos da Antiguidade Oriental.

---

---

---

---

---

---

3 Identifique o grande feito político e administrativo do Império Persa, apontando as consequências econômicas.

---

---

---

---

---

---

## Exercícios propostos

- 1 A importância histórica de Amenófis IV, faraó egípcio durante o chamado Novo Império, está no fato de ter:
- A resistido à invasão militar de uma grande aliança asiática liderada pelos hicsos.
  - B patrocinado a construção dos maiores monumentos funerários em Gizé.
  - C promovido uma revolução religiosa ao instaurar um culto monoteísta
  - D expandido o domínio político menfita aos territórios da Líbia e da Etiópia
  - E realizado uma revolução social que eliminou a escravidão dos lavradores.

- 2 UEG Leia o texto a seguir.

Amanheces formoso no horizonte celeste,  
Tu, vivente Aton, princípio da vida!  
Quando surgiste no horizonte do oriente  
Inundaste toda a terra com tua beleza.  
[...]  
Ó Deus único, nenhum outro se te iguala!  
Tu próprio criaste o mundo de acordo com tua vontade,  
Enquanto ainda estavas só.

HINO A ATON. In: PINSKI, Jaime. *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2009 p. 56-57

O faraó Amenófis IV (1377-1358 a.C.), como parte de uma estratégia política que visava diminuir o poder da classe sacerdotal egípcia, realizou uma reforma religiosa que teve como principal tópico a

- A adoção do Deus dos hebreus, que se encontravam escravizados no Egito, mas tendo José como um importante membro da corte.
  - B definição de que o próprio faraó Amenófis IV, que adotou o nome de Akhenaton, seria o deus único dos egípcios
  - C imposição de deuses estrangeiros trazidos do Oriente, levados para o Egito por meio das rotas comerciais favorecidas pelo faraó.
  - D imposição do monoteísmo, adotando o culto oficial a um deus único e proibindo adoração às outras deidades do panteão egípcio.
- 3 Parte da geração da riqueza do Egito Antigo estava ligada às enchentes do Rio Nilo, que propiciavam uma excelente agricultura na época da vazante. Todas essas terras que margeavam o rio eram:
- A divididas em pequenos lotes e vendidas aos camponeses.
  - B de propriedade do Estado.
  - C cultivadas pelos sacerdotes
  - D grandes propriedades pertencentes à nobreza egípcia
  - E formadas de pequenas propriedades pertencentes aos felás.

- 4 A sociedade egípcia obedecia a uma rigorosa hierarquia, achando-se na parte superior:
- A a nobreza, que ocupava os principais cargos públicos.
  - B o faraó, que era considerado um verdadeiro deus vivo.
  - C os escribas, que representavam a administração do reino
  - D os militares, que zelavam pela integridade do império.
  - E os sacerdotes, que dominavam inteiramente as funções políticas.

- 5 Uece 2018 O Egito antigo ainda fascina o mundo graças a sua arte e escrita. Desde a Antiguidade, os estrangeiros notavam a variação entre a escrita esculpida ou pintada nos monumentos e a forma simplificada, cursiva. As diferentes escritas no Egito antigo eram as seguintes:

- A siríaca, bérbere, babilônica e púnica.
- B cuneiforme, hieroglífica, elamita e ugarítica.
- C hieroglífica, hierática, demótica e copta
- D protossinaítica, cananeia, persa e luviana.

- 6 Caracterize as relações entre os camponeses e o Estado no Egito Antigo.

- 7 O historiador grego Heródoto (cerca de 484-420 a.C.) viajou muito e deixou vivas descrições com reflexões sobre os povos e as terras que conheceu. Deve-se a ele a seguinte afirmação:

O Egito, para onde se dirigem os navios gregos, é uma dádiva do rio Nilo

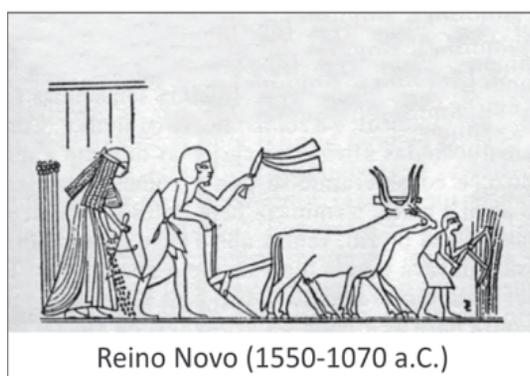
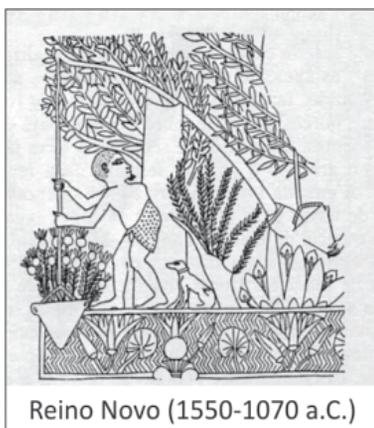
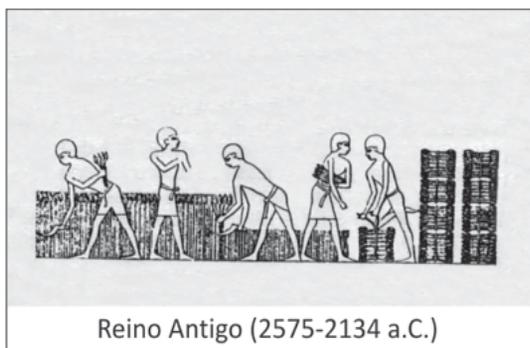
Com base na afirmação citada, ofereça subsídios adequados à compreensão da realidade meio físico/ação humana na formação da civilização egípcia.

- 8 PUC-PR 2015 Sobre a produção cultural e científica da Mesopotâmia, é **CORRETO** afirmar que:

- A os mesopotâmios foram exímios na elaboração de sagas que relatavam as experiências de heróis míticos em viagens de exploração marítima e colonização das costas da Arábia e da África. Além disso, desenvolveram amplamente a medicina, pois adquiriram profundos conhecimentos sobre o corpo humano com a prática da mumificação, que fazia parte de sua religião.
- B os mesopotâmios desenvolveram a pintura de forma bastante rica e harmoniosa. Foram, também, os inventores do arco redondo ou de berço, muito utilizado na construção de pontes e de fortificações militares. Muito engenhosos, inventaram o concreto em substituição à pedra bruta, bastante rara na região da Mesopotâmia

- C os mesopotâmios eram grandes apreciadores de esportes, em especial da tauromaquia, na qual executavam jogos e apresentações acrobáticas com touros, com participação de mulheres. Apreciavam também esportes como o lançamento de dardos e pesos à longa distância. Na arquitetura desenvolveram complexos tumulares conhecidos como nuragues, de forma cônica, que revelavam sua ampla capacidade de cálculo.
- D os mesopotâmios foram os maiores especialistas da Antiguidade na construção de monumentos de pedra esculpida. Os entalhadores mesopotâmicos eram reconhecidamente os melhores de seu tempo, tanto que foram requisitados para trabalhar em complexos palacianos na Pérsia e na Índia. Na Literatura, se destacaram nos temas religiosos, reflexo de sua profunda devoção e da grande importância da religião para a população mesopotâmica, comparável ao Egito.
- E os mesopotâmios sobressaíram-se nas ciências, na arquitetura e na literatura. Observando o céu, especialmente a partir de suas torres ou zigurates, e buscando decifrar a vontade dos deuses, os sacerdotes desenvolveram a astrologia e a astronomia, conseguindo atingir um amplo conhecimento sobre fenômenos celestes, como o movimento de planetas e estrelas e a previsão de eclipses.
- 9** As civilizações egípcia e mesopotâmica eram marcadas por profunda religiosidade. Indique três elementos comuns à vida religiosa desses povos.
- 10** A respeito das civilizações hidráulicas, não se pode afirmar que:
- A os sumérios forneceram o substrato cultural mesopotâmico, e os assírios chegaram a conquistar o Egito.
- B a teocracia foi decorrência da necessidade de trabalho compulsório coletivo, e as realizações científicas foram resultantes da preocupação religiosa.
- C o Novo Império refletiu um rompimento de uma das características básicas da civilização egípcia, e os assírios unificaram temporariamente a área geográfica do Crescente Fértil.
- D os amoritas elaboraram o primeiro código de leis, e o Antigo Império egípcio foi destruído pelas invasões dos hicsos.
- E a reforma monoteísta de Amenófis IV teve um caráter passageiro, e os persas conquistaram tanto o Egito como a Mesopotâmia.
- 11 UPF 2018** Na chamada Antiguidade Oriental, as sociedades, notadamente a egípcia e a mesopotâmica, desenvolveram-se em regiões semiáridas, onde obras hidráulicas grandiosas eram necessárias para o cultivo agrícola. Então, nessas sociedades:
- A O principal instrumento de poder das camadas populares era constituído pelo Estado, que assegurava o seu domínio sobre os outros grupos sociais.
- B A superação das comunidades coletivas levou ao surgimento da propriedade privada e, como resultado, à utilização da mão de obra escrava.
- C A ampla utilização do trabalho livre garantia a produção de excedentes, que era necessária para as trocas comerciais e para o progresso econômico.
- D Desenvolveu-se o modo de produção escravista intimamente ligado ao caráter bélico e expansionista dessas sociedades.
- E A forma de trabalho predominante era a servidão coletiva, e o indivíduo explorava a terra como membro da comunidade e servia ao Estado, proprietário dessa terra.
- 12** Sobre as religiões das civilizações hidráulicas, pode-se afirmar que:
- A o monoteísmo hebraico originou-se na Suméria, e os egípcios foram dualistas antropozoomórficos.
- B a astrologia desenvolveu-se a partir dos cultos caldeus, e no Egito ocorreu uma reforma monoteísta de curta duração.
- C os persas evoluíram do monoteísmo para o dualismo, e os caldeus tiveram cultos antropomórficos.
- D os egípcios passaram do monoteísmo para o politeísmo, e os mesopotâmicos cultuaram apenas divindades antropomórficas.
- E nenhuma alternativa está correta.
- 13 UFRGS 2018** Considere as afirmações abaixo, sobre a história das sociedades antigas.
- I. O Egito faraônico caracterizava-se pela estrutura política horizontalizada, pela pouca estratificação social e pela economia centrada na piscicultura devido às cheias do rio Nilo.
- II. Os fenícios mantiveram uma estrutura social militarizada e terrestre, que permitiu a conquista de outros povos na região do Oriente Médio, culminando com o fim de rotas comerciais marítimas com a Ásia.
- III. A expansão do Império Persa, durante o governo de Dario I, foi marcada pela unificação dos sistemas tributário e monetário, pela implementação de um código jurídico e por uma rede de estradas e de comunicação.
- Quais estão corretas?
- A Apenas I. D Apenas II e III.
- B Apenas II. E I, II e III.
- C Apenas III.
- 14** As denominadas civilizações hidráulicas, ou de regadio, compartilharam características estruturais comuns, o que permite classificá-las em pertencentes a um mesmo modo de produção.
- Com base nas afirmações citadas:
- a) nomeie o modo de produção e liste suas características estruturais;
- b) identifique as características específicas da civilização egípcia ausentes da mesopotâmica.

**15 Fuvest 2015** Examine estas imagens produzidas no antigo Egito:



Apud *Ciro Flammarion Santana Cardoso. O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

As imagens revelam

- A o caráter familiar do cultivo agrícola no Oriente Próximo, dada a escassez de mão de obra e a proibição, no antigo Egito, do trabalho compulsório.
- B a inexistência de qualquer conhecimento tecnológico que permitisse o aprimoramento da produção de alimentos, o que provocava longas temporadas de fome
- C o prevaletimento da agricultura como única atividade econômica, dada a impossibilidade de caça ou pesca nas regiões ocupadas pelo antigo Egito
- D a dificuldade de acesso à água em todo o Egito, o que limitava as atividades de plantio e inviabilizava a criação de gado de maior porte
- E a importância das atividades agrícolas no antigo Egito, que ocupavam os trabalhadores durante aproximadamente metade do ano.

**16 Unesp 2016**

- 129 Se a esposa de alguém for surpreendida em flagrante com outro homem, ambos devem ser amarrados e jogados dentro d'água, mas o marido pode perdoar a sua esposa, assim como o rei perdoa a seus escravos. [ ]
133. Se um homem for tomado como prisioneiro de guerra, e houver sustento em sua casa, mas mesmo assim sua esposa deixar a casa por outra, esta mulher deverá ser judicialmente condenada e atirada na água [...]
- 135 Se um homem for feito prisioneiro de guerra e não houver quem sustente sua esposa, ela deverá ir para outra casa e criar seus filhos. Se mais tarde o marido retornar e voltar a casa, então a esposa deverá retornar ao marido, assim como as crianças devem seguir seu pai. [...]
- 138 Se um homem quiser se separar de sua esposa que lhe deu filhos, ele deve dar a ela a quantia do preço que pagou por ela e o dote que ela trouxe da casa de seu pai, e deixá-la partir

Disponível em: [www.direitoshumanos.usp.br](http://www.direitoshumanos.usp.br).

Esses quatro preceitos, selecionados do Código de Hamurabi (cerca de 1780 a.C.), indicam uma sociedade de caracterizada

- A pelo respeito ao poder real e pela solidariedade entre os povos
- B pela defesa da honra e da família numa perspectiva patriarcal
- C pela isonomia entre os sexos e pela defesa da paz
- D pela liberdade de natureza numa perspectiva iluminista.
- E pelo antropocentrismo e pela valorização da fertilidade feminina.

**17 Uece 2019** Os dois povos que foram os principais responsáveis pela construção da sociedade mesopotâmica foram os

- A fenícios e os anatólios
- B gregos e os romanos
- C sumérios e os acadianos.
- D hititas e os egípcios

**18 UEL 2015** O ser humano, no decorrer de seu processo histórico, desenvolveu noções de justiça em detrimento da prática da vingança. O primeiro código de leis, denominado de Código de Hamurabi, pouco rompia com a valorização da vingança, mantendo o princípio da Lei de Talião expresso na máxima "Olho por olho, dente por dente".

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o povo que elaborou na Antiguidade o referido código e em que tipo de escrita ele foi impresso

- A Assírios escrita árabe.
- B Babilônios escrita cuneiforme
- C Mesopotâmios escrita alfabética
- D Persas escrita farsi
- E Sumérios escrita hieroglífica

- 19** O Cisma hebraico, ocorrido por volta de 935 a.C., foi:  
 A a fuga do Egito.  
 B a divisão dos judeus em dois reinos.  
 C o cativo da Babilônia.  
 D a Diáspora.  
 E a derrota perante os romanos.
- 20** A principal contribuição dos hebreus para a civilização ocidental foi:  
 A a organização política.  
 B o monoteísmo religioso.  
 C a grande obra literária.  
 D o desenvolvimento artístico e cultural.  
 E o conhecimento científico e tecnológico.
- 21** Leia as afirmações a seguir.  
 I. A monarquia entre os hebreus surgiu em decorrência de necessidades bélicas.  
 II. No reinado de Salomão, os hebreus transformaram Jerusalém em sua capital.  
 III. Os juízes lideraram os hebreus nas primeiras lutas pela conquista de Canaã.  
 A Somente a afirmação I é correta.  
 B Somente a afirmação II é correta.  
 C Somente a afirmação III é correta.  
 D São corretas as afirmações I e II.  
 E São corretas as afirmações I e III.
- 22** A respeito dos hebreus, a relação de causa e efeito correta é:  
 A imperialismo persa = renascimento do politeísmo no Reino de Judá.  
 B nacionalismo egípcio = diáspora em direção ao Oriente.  
 C conquista de Canaã = um século de cativeiro na Babilônia.  
 D domínio hitita no Egito = situação de escravidão generalizada.  
 E Império Assírio = destruição do Reino de Israel.
- 23** Os fenícios foram conhecidos, sobretudo, por suas atividades ligadas:  
 A à propagação do monoteísmo.  
 B ao comércio marítimo.  
 C ao expansionismo militarista.  
 D à criatividade científica.  
 E à agricultura intensiva.
- 24** **Fuvest 2020** Ao primeiro brilho da alvorada chegou do horizonte uma nuvem negra, que era conduzida [pelo] senhor da tempestade ( ) Surgiram então os deuses do abismo; Nergal destruiu as barragens que represavam as águas do inferno; Ninurta, o deus da guerra, pôs abaixo os diques (...). Por seis dias e seis noites os ventos sopraram; enxurradas, inundações e torrentes assolaram o mundo; a tempestade e o dilúvio explodiam em fúria como dois exércitos em guerra Na alvorada do sétimo dia o temporal (...) amainou (...) o dilúvio serenou (...) toda a humanidade havia virado argila (...). Na montanha de Nisir o barco ficou preso (...). Na alvorada do sétimo dia eu soltei uma pomba e deixei que se fosse. Ela voou para longe, mas, não encontrando um lugar para pousar, retornou. Então soltei um corvo. A ave viu que as águas haviam abaixado; ela comeu, (...) grasnou e não mais voltou para o barco. Eu então abri todas as portas e janelas, expondo a nave aos quatro ventos. Preparei um sacrifício e derramei vinho sobre o topo da montanha em oferenda aos deuses (...).  
*A Epopeia de Gilgamesh, São Paulo: Martins Fontes, 2001.*
- Com base no texto, registrado aproximadamente no século VII a.C. e que se refere a um antigo mito da Mesopotâmia, bem como em seus conhecimentos, é possível dizer que a sociedade descrita era  
 A mercantil, pacífica, politeísta e centralizada.  
 B agrária, militarizada, monoteísta e democrática.  
 C manufatureira, naval, monoteísta e federalizada.  
 D mercantil, guerreira, monoteísta e federalizada.  
 E agrária, guerreira, politeísta e centralizada.
- 25** Entre as principais características da civilização fenícia merecem destaque:  
 A a economia agrícola de regadio, a sociedade de castas e a organização política teocrática.  
 B a economia mercantil, a organização política sob a forma de cidades-Estados e a criação do alfabeto.  
 C a religião monoteísta, a escrita cuneiforme e a sociedade nômade pastoril.  
 D a religião dualista, o regime político democrático e a escrita hieroglífica.  
 E a sociedade estamental, a economia de subsistência e o expansionismo militar.
- 26** Dentre as inúmeras contribuições deixadas pelos fenícios para a civilização ocidental, destacam-se:  
 A o desenvolvimento do alfabeto ideográfico e as técnicas de navegação.  
 B a construção de gigantescas obras hidráulicas e a prática da agricultura.  
 C a criação de uma forma de governo teocrático e a navegação de longo curso.  
 D o governo oligárquico colegiado e o alfabeto fonético.  
 E o culto a divindades marítimas e o primeiro sistema jurídico.
- 27** Sobre os fenícios, a relação correta é:  
 A Cartago = antiga feitoria do norte da África.  
 B cidades-Estados = economia de base escravista.  
 C comércio marítimo = atividade econômica complementar.  
 D sistema de governo = despotismo teocrático.  
 E Fenícia = Estado centralizado.
- 28** Não se refere à civilização fenícia:  
 A um intenso desenvolvimento comercial e marítimo.  
 B a permanência de uma estrutura política baseada na existência de cidades estados

- C o desenvolvimento de uma agricultura caracterizada por técnicas bastante avançadas.  
 D o aperfeiçoamento da escrita com a utilização de símbolos fonéticos.  
 E uma sociedade que, diferentemente dos demais povos do Antigo Oriente, admitia certa mobilidade.
- 29** A(s) forma(s) de trabalho predominante(s) nas cidades fenícias: era(m):  
 A a escravidão.  
 B o trabalho assalariado.  
 C os artesãos livres.  
 D o trabalho compulsório.  
 E a corveia real.
- 30** A colonização fenícia caracterizou-se por:  
 A incorporar os povos dominados em uma estrutura imperial.  
 B estabelecer feitorias no litoral do Mediterrâneo.  
 C fundar cidades-Estados autônomas.  
 D aliar-se aos egípcios para controlar o Mediterrâneo.  
 E restringir-se ao Mediterrâneo oriental.
- 31** A invenção do alfabeto fonético pelo fenícios deveu-se basicamente a uma razão de ordem:  
 A religiosa, para difundir o culto de suas divindades marítimas  
 B cultural, para propagar seus mitos e suas lendas  
 C prática, para facilitar a mensuração de suas enormes colheitas de cereais  
 D econômica, para facilitar o intercâmbio comercial através do Mediterrâneo  
 E cultural, para divulgar suas realizações literárias
- 32** Dario I, da Pérsia, tem seu nome ligado à:  
 A conquista do reino da Média e fundação do Império Persa  
 B elaboração da religião dualista, o masdeísmo.  
 C conquista do Egito na Batalha de Pelusa  
 D vitória sobre as cidades-Estados gregas nas Guerras Médicas.  
 E organização político-administrativa do império.
- 33** A estrutura sociopolítica que os persas estabeleceram em seu império:  
 A representou a culminância da monarquia teocrática.  
 B integrou as elites dos diversos povos dominados.  
 C estabeleceu ampla possibilidade e mobilidade social.  
 D favoreceu a eclosão de revoltas camponesas.  
 E discriminou as camadas dos militares e dos comerciantes.
- 34** Culturalmente, a civilização persa destacou-se:  
 A pelas músicas de fundo religioso.  
 B pelos avanços na medicina.  
 C pela arquitetura de feito monumental.  
 D pela invenção do alfabeto cuneiforme.  
 E pela construção de edifícios religiosos.
- 35** Em termos de estrutura econômica, a criação do Império Persa significou:  
 A a imposição da escravidão em larga escala no Crescente Fértil.  
 B a revitalização da atividade marítimo-comercial das cidades fenícias.  
 C a desestruturação das antigas civilizações de regadio.  
 D a decadência das atividades comerciais na área mesopotâmica.  
 E a manutenção da corveia real nos sistemas de regadio do Crescente Fértil.
- 36 PUC-SP 2017** Após chegarem, descarregam as mercadorias, dispendo-as em ordem na praia, e depois voltam às suas embarcações e fazem sinais de fumaça. Os nativos veem a fumaça e, aproximando-se do mar, colocam ao lado das mercadorias o ouro que oferecem em troca, retirando-se a seguir. Os fenícios retornam e examinam o que os nativos deixaram. Se julgarem que a quantidade do ouro corresponde ao valor das mercadorias, tomam-no e partem, do contrário regressam aos navios e aguardam.  
 Heródoto. *História*. Brasília: UnB, 1988. p. 274. (Adapt.).
- A partir do texto de Heródoto (século V a.C.) e de seus conhecimentos, é correto afirmar que a atividade dos fenícios  
 A dependia do aparato militar que acompanhava os comerciantes e impedia a realização de saques e ataques de piratas.  
 B consistia prioritariamente no comércio, realizado através dos mares e, especialmente, na região mediterrânea.  
 C permitiu o desenvolvimento de poderosa indústria náutica, depois utilizada para derrotar os romanos nas Guerras Púnicas.  
 D contribuiu decisivamente para a vitória de Esparta na Guerra do Peloponeso, ao garantir o abastecimento da cidade grega.
- 37 Uece 2017** Atente ao seguinte enunciado:  
 Dividido em várias Satrápias, controladas pelo Sátrapa – um representante do imperador –, esperava-se, assim, um maior controle das vastas áreas do império, a adoção de uma moeda comum, assim como um sistema próprio de pesos e medidas deveria uniformizar o comércio na região, apoiado por uma vasta malha de estradas que conectavam as principais cidades.
- Esse enunciado descreve características do Império  
 A Macedônio, que teve seu apogeu no governo de Alexandre, O Grande, e tinha sua capital na cidade de Babilônia.  
 B Romano, que no governo de Adriano estabeleceu suas fronteiras finais que iam da Jordânia até a ilha da Bretanha.  
 C Han, que controlou a China e expandiu suas terras da Indochina até a península da Coreia.  
 D Persa ou Aquemênida, que em seu apogeu, sob o reinado de Dario I, dominou territórios na Ásia, África e Europa.

**38 IFSul 2016** O alfabeto fenício possuía 22 letras, apenas consoantes, e era, portanto, mais simplificado do que a escrita cuneiforme e a hieroglífica. Serviu de base para o alfabeto grego, o qual deu origem ao alfabeto latino, que, por sua vez, gerou o alfabeto atualmente utilizado no Brasil.

O que levou os fenícios a criarem o alfabeto foi justamente a necessidade de controlar

- A o comércio.
- B a indústria.
- C a agricultura.
- D a pecuária.

**39 Unesp 2015** A maior parte das regiões vizinhas (da antiga Mesopotâmia) caracteriza-se pela aridez e pela falta de água, o que desestimulou o povoamento e fez com que fosse ocupada por populações organizadas em pequenos grupos que circulavam pelo deserto. Já a Mesopotâmia apresenta uma grande diferença: embora marcada pela paisagem desértica, possui uma planície cortada por dois grandes rios e diversos afluentes e córregos

REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*, 2002.

A partir do texto, é correto afirmar que

- A os povos mesopotâmicos dependiam apenas da caça e do extrativismo vegetal para a obtenção de alimentos
- B a ocupação da planície mesopotâmica e das áreas vizinhas a ela, durante a Antiguidade, teve caráter sedentário e ininterrupto
- C a ocupação das áreas vizinhas da Mesopotâmia tinha características nômades e os povos mesopotâmicos praticavam a agricultura irrigada
- D a ocupação sedentária das regiões desérticas

representava uma ameaça militar aos habitantes da Mesopotâmia.

E os povos mesopotâmicos jamais puderam se sedentarizar, devido às dificuldades de obtenção de alimentos na região.

**40 Uece 2014** Atente para o que é dito sobre a religiosidade nas sociedades do antigo oriente próximo. Em seguida, assinale com V as afirmações verdadeiras e com F as afirmações falsas.

- Entre os persas, desenvolveu-se uma religião dualista, criada por Zoroastro, em que Aura-Mazda, deus do bem, e Ahriman, deus do mal, lutavam pelo domínio das ações humanas.
- Os egípcios acreditavam que, após a morte, a alma seria julgada por Anúbis e iria para o céu ou para o inferno, de acordo com suas ações na Terra.
- O faraó Amenófis IV promoveu uma revolução religiosa no Egito, estabelecendo o culto a um só deus, Aton, simbolizado pelo disco solar
- A mumificação garantia a preservação do corpo após a morte, para o eventual retorno da alma após o julgamento no tribunal de Osíris.
- Os hebreus evoluíram de um monoteísmo ético para um panteísmo religioso.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A V V F V F
- B F – V – F – F – V.
- C V – F – V – V – F.
- D F F V V V

## Textos complementares

### Cultura do Egito Antigo



**Fig. 9** Estela funerária de 900 a.C. mostrando um sacerdote oferecendo incenso ao deus Rá. Gesso e madeira pintada. Museu do Louvre, Paris. França.

Que belo é teu levantes-te no horizonte do céu, ó Rá (Sol), iniciador da vida! Quando te arredondas no horizonte, enches a terra de tuas belezas: és encantador, sublime. Quando repousas no horizonte ocidental, a Terra fica em trevas, como morta [...] Mas a aurora vem, tu despontas no horizonte, irradias como Disco do dia, as trevas dissipam se [...] As Duas-Terras do Egito põem-se em festa [...] Todos os animais se alegram, as árvores e plantas crescem, as aves voam de seus ninhos, com as asas abertas em adoração do teu Ka [ ] Tu criaste a Terra segundo o teu coração, com os homens e os animais, tudo que na Terra existe [...], os países estrangeiros [ ], a terra do Egito [ ] Tu crias o Nilo no mundo inferior e os fazes sair à superfície da terra, onde queres, para alimentar os homens do Egito [ ] e também puseste o Nilo no Céu, para que desça aos povos afastados, para regar seus campos, suas regiões, de que eles vivam [ ]

Texto do 2º milênio a C. In: A. Moret. *O Nilo e a civilização egípcia*

O embalsamento de rico – Primeiro, com a ajuda de um ferro curvo, extraem o cérebro pelas narinas [...] Em seguida, com uma pedra cortante, fazem uma incisão no flanco e

retiram os intestinos, que limpam e purificam com vinho de palmeira e purificam uma segunda vez com arômatas moídas. Depois, enchem o ventre de mirra pura triturada, de canela e de todos os outros arômatas, com exceção do incenso e cosem. Feito isso, salgam o corpo cobrindo-o de natrão (carbonato de sódio natural) durante 70 dias [...] Lavam o corpo, enrolam-no todo em faixas de linho fino, com uma camada de borracha (como cola) [...] Metem o morto num estojo de madeira em forma de figura humana [...] que guardam no interior de uma câmara funerária [...].

O embalsamento de pobre – Desinfetam os intestinos [ ] metem no no sal durante 70 dias; entregam o corpo

G. de Freitas *Heródoto em 900 textos e documentos de História*

### O Código de Hamurabi

Quando Anu o Sublime, Rei dos Anunaki, e Bel, o senhor dos céus e da terra, que decretaram o destino da terra, assinalaram a Marduk, o todo-poderoso filho de Ea, deus de tudo o que é direito, o domínio sobre a humanidade, fazendo dele grande entre os Igigi. Eles chamaram a Babilônia por seu nome ilustre, fizeram-na grande na terra, e fundaram nela um reino perene, cujas fundações são tão sólidas quanto as do céu e da terra; então, Anu e Bel chamaram por meu nome, Hamurabi, o príncipe exaltado, que temia a deus, para trazer a justiça na terra, destruir os maus e criminosos, para que os fortes não ferissem os fracos; para que eu dominasse os povos das cabeças escuras como Shamash, e trouxesse esclarecimento à terra, para assegurar o bem estar da humanidade [ ] o Sublime, que reverentemente se curva frente aos grandes deuses; sucessor de Sumula-il; o poderoso filho de Sin-muballit; o escudo real da Eternidade; o poderoso monarca, o sol da Babilônia, cujos raios lançam luz sobre a terra da Suméria e Acádia; o rei, obedecido pelos quatro quadrantes do mundo, adorado de Nini sou eu. Quando Marduk concedeu-me o poder de governar sobre os homens, para dar proteção de direito à terra, eu o fiz de forma justa e correta [...] e trouxe o bem-estar aos oprimidos.

### Códigos de leis

1. Se alguém enganar a outrem, difamando esta pessoa, e este outrem puder provar, então aquele que enganou deve ser condenado à morte.
2. Se alguém fizer uma acusação a outrem e o acusado pular no rio e afundar, seu acusador deverá tomar posse da casa do culpado, e se o acusado escapar sem ferimentos, ele não será culpado, e então aquele que fez a acusação deverá ser condenado à morte, enquanto aquele que pulou no rio deve tomar posse da casa que pertencia a seu acusador [...]
6. Se alguém roubar a propriedade de um templo ou corte, ele deve ser condenado à morte, e também aquele que receber o produto do roubo do ladrão deve ser igualmente condenado à morte.
7. Se alguém comprar o filho ou o escravo de outro homem sem testemunhas ou um contrato – prata ou ouro, um escravo ou escrava, um boi ou ovelha, uma cabra ou seja o que for; se ele tomar este bem, este alguém será considerado um ladrão e deverá ser condenado à morte.
8. Se alguém roubar gado ou ovelhas, ou uma cabra, ou asno, ou porco, sendo este animal pertencente a um

deus ou à corte, o ladrão deverá pagar trinta vezes o valor do furto; se tais bens pertencerem a um homem libertado que serve ao rei, este alguém deverá pagar dez vezes o valor do furto, e se o ladrão não tiver com o que pagar seu furto, então ele deverá ser condenado à morte.

[ ]

10. Se o comprador não trazer o mercador e testemunhas ante a quem ele comprou o artigo, e seu proprietário trazer testemunhas para identificar o objeto, então o comprador é o ladrão e deve ser condenado à morte, sendo que o proprietário recebe a propriedade perdida.
11. Se o proprietário não trazer testemunhas para identificar o artigo perdido, então ele está mal-intencionado, e deve ser condenado à morte.
12. Se as testemunhas não estiverem disponíveis, então o juiz deve estabelecer um limite, que se expira em seis meses. Se suas testemunhas não aparecerem dentro de seis meses, o juiz estará agindo de má-fé e deverá pagar a multa do caso pendente.  
[Nota: não há 13ª Lei no Código, 13 provavelmente sendo considerado um número de azar ou então sacro] [...]
14. Se alguém roubar o filho menor de outrem, este alguém deve ser condenado à morte.
15. Se alguém tomar um escravo homem ou mulher da corte para fora dos limites da cidade, e se tal escravo homem ou mulher, pertencer a um homem liberto, este alguém deve ser condenado à morte.
16. Se alguém receber em sua casa um escravo fugitivo da corte, homem ou mulher, e não o trouxer à proclamação pública na casa do governante local ou de um homem livre, o mestre da casa deve ser condenado à morte.  
[ ]
19. Se este alguém mantiver os escravos em sua casa, e eles forem pegos lá, ele deverá ser condenado à morte [...]
25. Se acontecer um incêndio numa casa, e alguns daqueles que vierem acudir para apagar o fogo esticarem o olho para a propriedade do dono da casa e tomarem a propriedade deste, esta(s) pessoa(s) deve(m) ser atirada(s) ao mesmo fogo que queima a casa [...]
45. Se um homem arrendar sua terra por um preço fixo, e receber o preço do aluguel, mas o mau tempo prejudicar a colheita, o prejuízo irá cair sobre quem trabalhou o solo. [...]
53. Se alguém for preguiçoso demais para manter sua barragem em condições adequadas, não fazendo a manutenção desta, caso a barragem se rompa e todos os campos forem alagados, então aquele que ocasionou tal problema deverá ser vendido por dinheiro, e o dinheiro deve substituir os cereais que ele prejudicou com seu desleixo.  
[...]
103. Se, quando em viagem, um inimigo levar dele tudo o que tiver, o intermediário deve jurar ante os deuses que não teve culpa no ocorrido e ser absolvido de qualquer culpa [...]

- 112 Se durante uma jornada, a alguém forem confiados prata, ouro, pedras preciosas ou outra propriedade móvel de outrem, e o dono quiser reaver o que é seu, se este alguém não trouxer toda a propriedade no local apropriado e se apropriar dos bens para seu próprio uso, então esta pessoa deverá ser condenada, e terá de pagar cinco vezes o valor daquilo que foi confiado a ela [...]
116. Se o prisioneiro morrer na prisão por mau tratamento, o chefe da prisão deverá condenar o mercador perante o juiz. Caso o prisioneiro seja um homem livre, o filho do mercador deverá ser condenado à morte; se ele for um escravo, ele deverá pagar 1/3 de uma mina em ouro, e o chefe de prisão deve pagar pela negligência [...]
- 121 Se alguém armazenar cereais na casa de outrém, ele deverá pagar pela armazenagem a taxa de um *gur* para cada cinco *ka* de cereais ao ano [...]
- 136 Se um homem fugir de sua casa, então sua esposa deve ir para outra casa. Se este homem voltar e desejar ter sua esposa de volta, a esposa não precisa retornar a seu marido, já que ele tinha fugido. [ ]
142. Se uma mulher brigar com seu marido e disser: “Você não é compatível comigo”, as razões do desagrado dela para com ele devem ser apresentadas. Caso não haja erro de conduta no seu comportamento, ela deverá ser eximida de qualquer culpa. Se o marido for negligente, a mulher será eximida de qualquer culpa, e o dote desta mulher deverá ser devolvido, podendo ela voltar para casa de seu pai
143. Se ela não for inocente, e deixar seu marido e arruinar sua casa, negligenciando seu marido, esta mulher deverá ser jogada na água. [ ]
162. Se um homem casar com uma mulher e esta lhe der filhos, quando esta mulher falecer o pai dela não terá direito ao dote, pois tal dote pertencerá aos filhos dela.
- 163 Se um homem casar com uma mulher, e esta não lhe der filhos, quando esta mulher morrer, se o preço de compra que ele pagou por sua esposa for devolvido pelo seu sogro, o marido não terá direito ao dote desta mulher, pois ela pertencerá à casa do pai dela
- 164 Se seu sogro não devolver a este homem a quantia do preço da compra de sua esposa, ele deverá subtrair do dote a quantia relativa ao preço de noiva, e então pagar o remanescente ao pai da esposa falecida. [ ]
195. Se um filho bater em seu pai, ele terá suas mãos cortadas. [ ]
196. Se um homem arrancar o olho de outro homem, o olho do primeiro deverá ser arrancado [Olho por olho]
197. Se um homem quebrar o osso de outro homem, o primeiro terá também seu osso quebrado.
198. Se ele arrancar o olho de um homem livre, ou quebrar o osso de um homem livre, ele deverá pagar uma mina em ouro.
- 199 Se ele arrancar o olho do escravo de outrem, ou quebrar o osso do escravo de outrem, ele deve pagar metade do valor do escravo
200. Se um homem quebrar o dente de um seu igual, o dente deste homem também deverá ser quebrado [Dente por dente]; [ ]

O Código de Hamurabi. (Adapt.).



Fig. 10 Estela com a inscrição do Código de Hamurabi, conhecido como a lei do olho por olho, dente por dente.

## Resumindo

- Inserção no chamado **modo de produção asiático**.
- **Civilizações hidráulicas**, notadamente o Egito e a Mesopotâmia, ou seja, civilizações diretamente dependentes da água dos grandes rios e das grandes obras hidráulicas de controle dessas águas.
- No caso do Egito, da Mesopotâmia e da Pérsia, estados despóticos e altamente burocratizados, de caráter teocrático.
- Imposição às suas populações do trabalho compulsório e coletivo, a corveia real.
- Presença marginal da escravidão tal como a conhecemos (ou seja, como uma forma de trabalho na qual o trabalhador é propriedade privada de um senhor, podendo ser transformado em mercadoria por meio da compra e da venda), e esta limitada a épocas de expansionismo militar.
- Estruturas socioeconômicas rigidamente fixas, que tenderam a permanecer imutáveis ao longo dos séculos.
- Desenvolvimento de formas práticas de escrita para viabilizar o caráter tributário de suas administrações.
- Posicionamento das práticas religiosas como o ponto focal de suas manifestações culturais.
- Formação dos primeiros impérios de que se tem registro.



**Livros**

- **CASTELLI, Giovanni.** *As primeiras civilizações.* São Paulo: Melhoramentos, 1998
- **MARTELL, Hazel Mary.** *O mundo antigo.* São Paulo: Melhoramentos, 1997



**Site**

- Site oficial do Museu do Louvre, Paris.  
<www.louvre.fr>  
Clique em: *Oeuvres & palais, Collections et départements, Antiquités orientales* e conheça o acervo sobre a Mesopotâmia.

## Exercícios complementares

**1 UEPG 2018** A história do Egito antigo é um dos temas mais estudados pelos historiadores. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

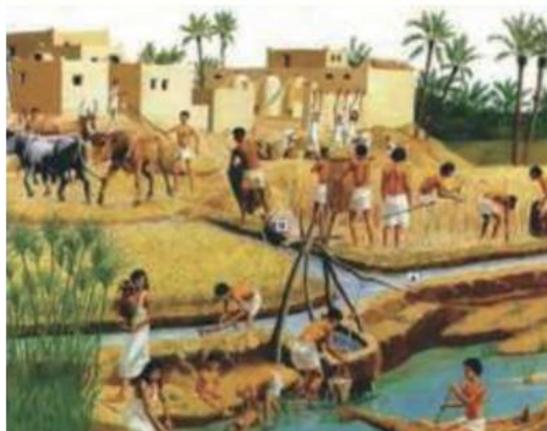
- 01 Planta existente em abundância no Egito antigo, o papiro foi fartamente utilizado para a confecção do vestuário dos camponeses egípcios
- 02 Além de transcrever leis e realizar a contabilidade do estado, os escribas eram sacerdotes responsáveis por realizar cultos e transmitir a religião egípcia
- 04 Os nomos eram pequenas cidades resultantes do desenvolvimento das aldeias agrícolas egípcias
- 08 A construção de diques para conter as cheias do Rio Nilo foi essencial para o desenvolvimento da civilização egípcia

Soma:

**2 Unesp** Um dos mais antigos registros escritos conhecidos surgiu no Egito. A região foi também berço do Estado e da diferenciação social. Escrever requeria anos de aprendizado e apenas alguns poucos, como os escribas, dedicavam-se a essa tarefa. Nos dias atuais, o conceito de analfabetismo mudou. A Unesco adota a noção de analfabeto funcional: pessoa capaz de escrever e de ler frases simples, mas que não consegue usar informações escritas para satisfazer suas necessidades diárias e para desenvolver seu conhecimento. Explique para que servia a escrita no Egito antigo e relacione o conceito contemporâneo de analfabetismo com a ideia de exclusão social.

**3 Fepar 2018** No Oriente Médio, às margens de rios como o Eufrates, o Tigre e o Jordão, ou nas proximidades do Mar Mediterrâneo e no Norte da África, às margens do Rio Nilo, formaram-se civilizações que, abandonando o sistema tribal e nômade da Pré-História, tornaram-se sociedades com Estado, marcadas pelo fim da propriedade coletiva, característica da Pré-História, e pela diferenciação de classes sociais. Essas civilizações, com exceção da Fenícia, adotaram o "modo de produção asiático [...]"

(PETTA, N. Luiza; OJEDA, Eduardo A. Baez. *História*. São Paulo: Moderna, p. 8.)



- A civilização egípcia insere-se no modo de produção asiático. Centralizado no faraó, o poder político tinha forte dimensão religiosa, constituindo típica teocracia em suas primeiras dinastias.
- A necessidade de anotações contábeis levou os fenícios a criar o alfabeto, aperfeiçoando as escritas cuneiforme e hieróglifa. Eles habitavam a região do atual Líbano; desenvolveram manufaturas e intenso comércio, o que os afasta do "modo de produção asiático", de base econômica agrícola.
- As grandes obras arquitetônicas da civilização egípcia, duradouras pelo uso predominante da pedra, priorizam o homem e seu conforto pessoal, nos grandes palácios ajardinados de sacerdotes e chefes militares.
- Escravidão e servidão estão presentes no "modo de produção asiático" como trabalho compulsório. Enquanto o escravo, via de regra, era propriedade de seu patrão, não podendo determinar-se; o servo era juridicamente livre, mas sujeito à prestação de serviços e ao pagamento de tributos.
- Na área denominada Crescente Fértil, do Egito à Mesopotâmia, a existência de numerosos rios piscosos, caça, vegetação abundante, frutos nativos, solo naturalmente fértil e clima temperado propiciou condições favoráveis ao surgimento das primeiras civilizações.

**4 Unesp** Leia o texto a seguir.

O palácio real constitui naturalmente, na vida da cidade mesopotâmica, um mundo à parte. Todo um grupo social o habita e dele depende, ligado ao soberano por laços que não são somente os de parente a chefe de família, ou de servidor a senhor. [...] Este grupo social é numeroso, de composição muito variada, abrangendo trabalhadores de todas as profissões, domésticos, escribas, artesãos, homens de negócios, agricultores, pastores, guardiões dos armazéns etc., colocados sob a direção de um intendente. É que a existência de um domínio real, dotado de bens múltiplos e dispersos, faz do palácio uma espécie de vasta empresa econômica, cujos benefícios contribuem para fundamentar solidamente a força material do soberano.

Aymard/Auboyer. *O Oriente e a Grécia – As civilizações imperiais.*

- Como se organizava a vida social e política na Mesopotâmia?
- Um dos grandes legados da Mesopotâmia foi a criação do Código de Hamurabi. Quais os principais aspectos desse Código?

**5 PUC-PR** O Império Babilônico dominou diferentes povos, como os sumérios, os acádios e os assírios. Para governar povos tão diferentes, o rei Hamurabi organizou o primeiro código de leis escritas, o Código de Hamurabi:

- Se um homem acusou outro de assassinato, mas não puder comprovar, então o acusador será morto
- Se um homem ajudou a apagar o incêndio da casa de outro e aproveitou para pegar um objeto do dono da casa, este homem será lançado ao fogo.
- Se um homem cegou o olho de outro homem, o seu próprio será cegado. Mas se foi olho de um escravo, pagará metade do valor desse escravo.
- Se um escravo bateu na face de um homem livre, cortarão a sua orelha.  
Se um médico tratou com faca de metal a ferida grave de um homem e lhe causou a morte ou lhe inutilizou o olho, as suas mãos serão cortadas. Se a vítima for um escravo, o médico dará um escravo por escravo.
- Se uma mulher tomou aversão a seu marido e não quiser mais dormir com ele, seu caso será examinado em seu distrito. Se ela se guarda e não tem falta e o seu marido sai com outras mulheres e despreza sua esposa, ela tomará seu dote de volta e irá para a casa do seu pai.

Assinale a alternativa correta.

- As leis aplicavam-se somente aos homens livres e que possuísem propriedades.
- Estabeleceu o princípio que todos eram iguais perante a lei e por isso um escravo teria os mesmos direitos que um homem livre.
- O Código de Hamurabi representava os ideais democráticos do Império Babilônico.
- O código tinha como princípio a “Lei de Talião” resumida na expressão “olho por olho, dente por dente”.
- O Código considerava a mulher propriedade do homem e sem direitos.

**6 Udesc 2017** “Quem construiu Tebas, a das sete portas? Nos livros vem o nome dos reis, mas foram os reis que transportaram as pedras? Babilônia, tantas vezes destruída, quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas da Lima Dourada moravam seus obreiros?”

(Perguntas de um operário que lê Bertold Brecht)

Heródoto de Halicarnasso, nascido no século V a.C., é comumente conhecido como “o Pai da História”. De acordo com o historiador François Hartog, Heródoto interessava-se, entre outras questões, pelas maravilhas e pelos monumentos considerados, muitas vezes, expressões da influência divina.

Considerando os questionamentos de Bertold Brecht, assinale a alternativa que contém a melhor interpretação para a frase de Heródoto: “O Egito é uma dádiva do Nilo”.

- Permite constatar o desconhecimento de Heródoto no que diz respeito à Geografia, uma vez que os rios que atravessam o território egípcio são Tigre e Eufrates.
- Representa um anacronismo pois, no século V a.C., quando proferida, o Egito era ainda colônia do grande Império Bizantino.
- Atribui apenas à presença do Nilo o desenvolvimento do Egito, porém não considera a importância da presença humana, do trabalho empreendido na utilização do rio e dos benefícios naturais para o desenvolvimento da região.
- Representa a profunda religiosidade do povo egípcio, o qual atribuía ao deus Nilo o desenvolvimento do Império, à época, no período pré-dinástico
- Atribui centralidade às ações do imperador Nilo que, entre os séculos VI a.C. e V a.C., administrou o processo de expansão territorial do Império Egípcio, sem, todavia, ressaltar a participação dos soldados que lutavam sob o comando do imperador.

**7 UFRGS** O atual Iraque abrigou territorialmente a maior parte da Antiga Mesopotâmia (“terra entre rios”), berço de ricas civilizações. Entre essas civilizações encontram-se os sumerianos, os quais se caracterizavam por:

- apresentar uma comunidade constituída por clãs familiares independentes, onde a administração política descentralizada era exercida pelas patriarcas das aldeias.
- constituir um império duradouro e unificado, imune, graças a suas defesas naturais e a seus grandes exércitos, aos perigos inerentes às migrações de sociedades nômades
- representar uma sociedade liderada pela oligarquia mercantil e pelos proprietários de navios, cujo poder e riqueza advinham sobretudo do comércio e do domínio dos mares do Oriente Médio.
- provocar uma ruptura embrionária entre a dimensão divina e a dimensão humana da figura real, dado que o “Patesi” não era o seu próprio Deus, como no Egito, mas apenas seu representante.
- formar um povo economicamente autossuficiente, que não praticava relações comerciais com o exterior

**8 UFSC** Bagdá – O famoso tesouro de Nimrud, desaparecido há dois meses em Bagdá, foi encontrado em boas condições em um cofre no Banco Central do Iraque em Bagdá, submerso em água de esgoto, segundo informaram autoridades do exército norte-americano. Cerca de 50 itens do Museu Nacional do Iraque estavam desaparecidos desde os saques que seguiram à invasão de Bagdá pelas forças da coalizão anglo-americana.

Os tesouros de Nimrud datam de aproximadamente 900 a.C. e foram descobertos por arqueólogos iraquianos nos anos 1980, em quatro túmulos reais na cidade de Nimrud, perto de Mosul, no norte do país. Os objetos, de ouro e pedras preciosas, foram encontrados no cofre do Banco Central, em Bagdá, dentro de um outro cofre, submerso pela água da rede de esgoto.

Os tesouros, um dos achados arqueológicos mais significativos do século XX, não eram expostos ao público desde a década de 1990. Uma equipe de pesquisadores do Museu Britânico chegará na próxima semana a Bagdá para estudar como proteger os objetos.

*O Estado de S. Paulo.* Versão eletrônica. São Paulo: 7 jun. 2003. Disponível em: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br).

Assinale a(s) proposição(ões) correta(s) em relação às sociedades que se desenvolveram naquela região, na Antiguidade.

- 01 A região compreendida entre os rios Tigre e Eufrates, onde hoje se localizam os territórios do Iraque, do Kweite (Kwait) e de parte da Síria, era conhecida como Mesopotâmia.
- 02 Na Mesopotâmia viveram diversos povos, entre os quais podemos destacar os sumérios, acádios, assírios e babilônios.
- 04 A religião teve notável influência na vida dos povos da Mesopotâmia. Entre eles surgiu a crença em uma única divindade (monoteísmo).
- 08 Os babilônios ergueram magníficas construções feitas com blocos de pedra, das quais são exemplos as pirâmides de Gizé.
- 16 Os povos da Mesopotâmia, além da significativa contribuição no campo da Matemática, destacaram-se na Astronomia, e entre eles surgiu um dos mais famosos códigos de leis da Antiguidade, o de Hamurabi.
- 32 Muitos dos povos da Mesopotâmia possuíram governos autocráticos. Entre os caldeus surgiu o sistema democrático de governo.

Soma:

**9 UFPE** Os hebreus construíram uma forte identidade cultural através da sua religião, desde os tempos das suas histórias mais remotas. Em certo período, observa-se uma maior preocupação com a ética e as críticas às desigualdades sociais por parte dos

profetas Oseias, Amós, Isaías e Miqueias. Estamos nos referindo:

- ao período em que Moisés tinha grande liderança política, livrando os hebreus da dominação egípcia.
- à época em que os hebreus estiveram dominados pelos caldeus e construíram o início do culto a lavé.
- ao período histórico em que a religião hebraica seguiu os rituais semelhantes aos da religião persa, cultuando o deus Mazda.
- ao crescimento do significado político da religião, quando ela ajudou os imperadores hebreus a construir seus impérios.
- ao período em que lavé tornou-se Deus de todos os homens, e a religião ganhou um conteúdo ético importante.

**10 UCS 2014** Relacione as civilizações da Antiguidade apresentadas na COLUNA A a cada localização que as identificam, elencadas na COLUNA B.

**COLUNA A**

- 1 Fenícia
- 2 Egípcia
- 3 Mesopotâmica
- 4 Persa

**COLUNA B**

- Nordeste da África
- Atual Líbano
- Atual Irã
- Atual Iraque

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente os parênteses, de cima para baixo

- A 1 3 2 4
- B 1 2 4 3
- C 2 1 4 3
- D 2 4 1 3
- E 3 4 2 1

**11 Unesp 2016** Dentro das condições mais suaves do Egito, com céus sem nuvens e uma enchente anual previsível e uniforme, uma regularidade moderada contrasta com o ambiente tempestuoso e turbulento, os relâmpagos, as catastróficas torrentes e inundações, das regiões mais orientais. Tão logo os novos cereais e a cultura do arado foram introduzidos no Egito, houve semelhante superabundância de alimentos, e por causa dela, sem dúvida, uma superabundância de bebês. Mas todos os feitos de domesticação do Egito foram realizados sob um céu sem nuvens de tempestade, intocado por sombrias incertezas, não amargurado nem atormentado por repetidas derrotas. A vida era boa

*Lewis Mumford. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas, 1991. Adaptado.*

Caracterize, a partir do texto, o papel do rio Nilo no desenvolvimento da região e justifique a afirmação de que “a vida era boa” no Antigo Egito.

Ruínas do Fórum Romano em fotografia atual. O Fórum era o centro político, administrativo e econômico da Roma Antiga.

Stefan Bauer/Wikipedia



## FRENTE 2

### CAPÍTULO

# 3

## A Antiguidade Clássica: o mundo greco-romano

O mundo greco-romano era formado por duas civilizações que coexistiram e influenciaram o mundo moderno ocidental. Muitos traços culturais unem essas civilizações, a ponto de utilizarmos frequentemente a expressão “cultura greco-romana”. Estudá-las separadamente é uma escolha didática.

Dos valores gregos, é particularmente importante a democracia ateniense e como ela permeou a vida em Atenas. De Esparta, há que se notar o militarismo como valor fundamental desse povo, determinando inclusive sua formação cultural.

Em Roma, a necessidade de administrar um vasto império e a convivência com intensas contradições sociais levou os romanos a desenvolver técnicas de administração e noções fundamentais de Direito. E da crise do Império Romano surgiram as características que geraram o mundo feudal europeu.

## O mundo grego

A expressão “mundo grego” (mais adequada que a denominação Grécia, uma vez que o hábito nos levaria a entender a Grécia Antiga como um país, o que, con forme veremos, não é verdade) está relacionada a uma vasta região, a qual se estende pelo sul da Península Balcânica e as ilhas que medeiam essa porção continental, nos mares Jônio, Egeu e Mediterrâneo. Além disso, essa expressão aplica-se a toda uma série de áreas de colonização grega, fruto do expansionismo gerado pela primeira e segunda diásporas. Essas áreas estendem-se pela Ásia Menor (costa da atual Turquia), costa do Mar de Mármara, costa do Mar Negro, norte da África, Itália, Península Ibérica e sul da França, entre inúmeros outros polos espalhados pelo continente europeu.

A ausência de uma unidade territorial une-se a outros elementos. No maciço continental que constitui o que até hoje é a Grécia, verifica-se a presença de um relevo extremamente acidentado e de litoral entrecortado, aliados a um clima sensivelmente mais árido do que no restante da Europa. Em decorrência desse cenário, o mundo grego tem duas características marcantes: a ausência de uma unidade política e a vocação marítima.

A primeira dessas características foi fruto direto do isolamento entre as várias regiões e das dificuldades de comunicação terrestre entre as pequenas planícies férteis continentais e entre o continente, as ilhas e as colônias. Esse isolamento levou à constituição de Estados autônomos e rivais, jamais constituindo um Estado unificado. Já a segunda característica foi decorrente da parca produção agrícola aliada às ótimas condições para a navegação, fato que impulsionou o precoce desenvolvimento marítimo e o comércio exterior.

## Fontes de estudo sobre o mundo grego

Sobre as fontes de estudo da Grécia Antiga, é importante destacar que não há registros escritos dos períodos mais primitivos do mundo grego. A escrita cretense, civilização anterior à civilização grega propriamente dita, até hoje não foi totalmente decifrada, e inexistem documentos escritos desses tempos (especialmente do período que se seguiu às invasões dóricas). Os estudiosos recorrem, assim, a elementos como achados arqueológicos, relatos de outros povos, História Comparada e, de particular importância no caso da Grécia, relatos orais, que, compilados em outras eras, servem como grande fonte de estudo.

As obras atribuídas ao poeta Homero, os poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia*, constituem as principais fontes para esse conhecimento. Compiladas por volta do século VI a.C., elas narram, de forma mística, as origens, as lutas e o povoamento do mundo grego, dando-nos condições para interpretar esse passado. Assim, convencionou-se chamar o período mais remoto da história grega (que se estende por toda a fase do povoamento do território grego) de **Período Pré-homérico**. O período posterior (da invasão dos dórios até a formação das cidades-Estados) é chamado de **Período Homérico**.

## O Período Pré-homérico (c. 2000 a.C.–1200 a.C.)

Pouco se sabe a respeito dos povos que primitivamente habitavam o território da atual Grécia continental. Chamados usualmente de **pelasgos**, ou **pelégios** (termo de origem grega, cujo significado é “ligado ao mar”), eles têm procedência desconhecida, embora alguns historiadores atribuam-lhes a condição de autóctones, ou seja, de nativos do lugar. Aparentemente estavam organizados em comunidades coletivistas, dedicando-se à agricultura rudimentar e à pesca.

Foi fora do território continental que esses povos alcançaram seu mais importante estágio de civilização, a **civilização cretense**, que era marítimo-comercial e dominava as rotas do Mediterrâneo oriental.

Os cretenses chegaram a atingir um alto nível de organização econômica e política. Dedicando-se ao comércio e a um intenso artesanato, também voltado para a comercialização com outros povos, a civilização cretense chegou a estabelecer, mil anos antes dos fenícios, um vasto domínio sobre o Egeu e o sul da Grécia, impondo aí uma dominação rigorosa, a chamada **talassocracia cretense**.

A partir de 2000 a.C., a Grécia continental foi alvo de contínuas ondas migratórias de povos **indo-europeus**, denominados gregos, ou helenos, originários das planícies euro-asiáticas. Essas migrações são parte de um processo muito maior que levou ao povoamento de todo o continente europeu. Das dezenas de povos indo-europeus, ou arianos, que penetraram na Europa, quatro compuseram o povoamento do território grego. Os primeiros desses povos foram os **aqueus**, que se estabeleceram no Peloponeso entre 2000 a.C. e 1700 a.C. Foram seguidos pelos **eólios** e pelos **jônios**, que se fixaram, respectivamente na Tessália e na Ática, região da futura cidade de Atenas entre 1700 a.C. e 1400 a.C.

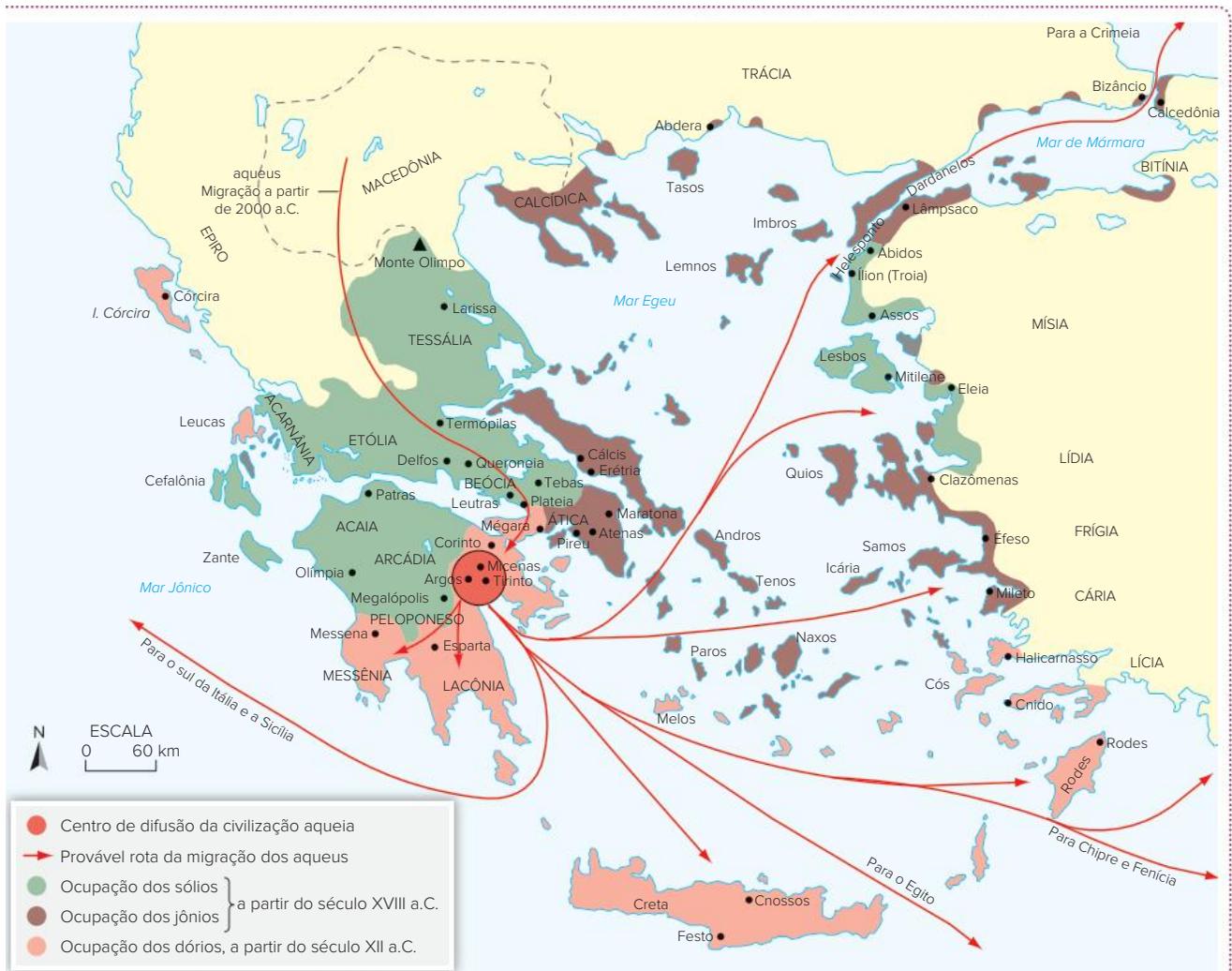
No Peloponeso, os aqueus fundaram as cidades de Micenas, Tirinto e Argos. Há indícios de que eles teriam caído sob dominação cretense. A lenda do Minotauro expressaria o domínio cretense, simbolizado no monstro com cabeça de touro; sua destruição seria uma alegoria da reação dos aqueus contra os cretenses. Sabe-se efetivamente que os aqueus conquistaram a ilha em cerca de 1400 a.C., incendiando sua capital, **Cnossos**. A partir daí, o domínio marítimo passou a ser aqueu, sendo centrado na cidade de Micenas, o que deu origem ao que se chamou de civilização **creto-micênica**.



Fig 1 Chiffres sagrados do Palácio de Cnossos situado na Ilha de Creta

Storey/Wikimedia Commons

## A Grécia nos períodos Pré-homérico e Homérico



O expansionismo aqueu voltou-se para o Mar Egeu e para as ricas áreas da Ásia Menor. Nesse processo, o grande adversário era a cidade de Troia, que, situada às margens do Estreito de Dardanelos, controlava todo o comércio entre o Egeu e a costa do Mar Negro. Por volta de 1200 a.C., os aqueus destruíram a cidade de Troia, o que lhes permitiu o controle total sobre a navegação na região. Esse episódio, conhecido como **Guerra de Troia**, é um marco na mitologia histórica grega.

Por volta de 1200 a.C., quando a civilização micênica iniciava sua expansão em direção à Ásia Menor, ocorreram as invasões dos **dórios**, a última onda migratória dos indo-europeus rumo à Grécia continental.

Diferentemente dos demais povos indo-europeus, os dórios eram nômades militaristas, utilizavam armas de ferro e tinham na caça, no saque e na guerra suas principais atividades. Sua invasão destruiu as cidades micênicas, encerrando sua civilização e provocando um regresso generalizado ao primitivismo rural. O terror causado pela invasão fez com que as populações helênicas, já sedentarizadas, procurassem refúgio nos isolados vales do interior da Grécia ou se deslocassem para as ilhas do Egeu e para o litoral da Ásia Menor. Esse processo de dispersão é denominado **Primeira Diáspora**.

A invasão dos dórios e a diáspora resultante desse processo assinalam o fim do Período Pré-homérico e o início do Período Homérico.

### O Período Homérico (séculos XII-VIII a.C.)

Dentro do território continental grego, o principal efeito da destruição perpetrada pelos dórios foi o fim de todas as formas mais avançadas de organização social e política. O desaparecimento da vida urbana e a volta à economia rural e ao isolamento geraram o aparecimento da forma básica de organização social na Grécia homérica, as **comunidades gentílicas**, ou **genos**.

O **genos** era fundamentalmente uma grande comunidade de base familiar, constituindo uma unidade econômica, social, religiosa e política que, sob um sistema coletivista, procurava assegurar a sobrevivência através do cultivo de cereais e do pastoreio, complementando suas necessidades com a guerra e a pirataria. Tanto os meios de produção (terras, sementes, implementos) como os resultados da produção (alimentos, utensílios) pertenciam a todos os indivíduos da comunidade, inexistindo a propriedade privada.

Em termos econômicos, os **genos** tinham certa igualdade, inexistindo a diferenciação entre ricos e pobres ou entre

proprietários e não proprietários. No campo social, contudo, havia um nível de liderança, representado pela figura do **pater**, ou **patriarca**, um chefe de clã que era também juiz, comandante militar e autoridade sacerdotal (lembramos que o caráter familiar dessas comunidades fazia com que o culto aos antepassados tivesse lugar de destaque em suas crenças). Naturalmente, a posição social dos indivíduos estava condicionada a seu grau de parentesco com o *pater*, o que criava uma elite social

A escassa fertilidade do solo, associada ao crescimento demográfico, condenou os genos a um quadro de profunda tensão e lutas internas, que acabaram por levar à sua desagregação. A luta entre os membros do genos por um pedaço de terra que lhes garantisse a subsistência fez com que se passasse do sistema de propriedade coletiva ao sistema de propriedade privada. A terra, o bem econômico mais precioso do período, foi dividida de forma desigual entre os membros da comunidade, dando origem a diversas categorias sociais. As áreas mais férteis couberam aos parentes mais próximos do *pater*, os **eupátridas**, ou “bem-nascidos”; as restantes foram para seus parentes mais distantes, os **georgóis**, ou agricultores. Nesse processo, nada restou para ser dividido entre um numeroso contingente de trabalhadores, denominados de **thetas**, ou marginais.

Paralelamente a esse processo interno de privatização de propriedade, verificou-se um quadro de constantes lutas entre os genos, e a necessidade de defesa levou a um processo de união. Alguns genos fundiram-se em unidades maiores, chamadas **fratrias**, que, por sua vez, se uniram formando as **tribos**. Desse processo de junção, ao qual se dá o nome de **sinecismo**, surgiram as grandes unidades políticas gregas, as **pólis**, que se constituíram como cidades-Estados por manter a autonomia política

O sinecismo possibilitou a concentração da terra e do poder nas mãos de uma pequena parcela da população e condenou amplos setores a uma total marginalização social e política. Em função disso, grande parte desses setores marginalizados empreendem um amplo processo de saída em direção, principalmente, às áreas do Mediterrâneo Ocidental, gerando o fenômeno conhecido como **Segunda Diáspora**. Nesse processo, desenvolveu-se intensamente o comércio, fato que terá profundas implicações na vida das cidades gregas.

## O Período Arcaico (séculos VIII-VI a.C.)

O Período Arcaico assistiu à evolução das cidades-Estados na Grécia. Dadas as características de isolamento territorial, bem como as formas particulares de povoamento, a evolução das várias regiões se deu de forma diferenciada, gerando modelos por vezes antagônicos e rivais.

De um modo geral, a evolução das cidades gregas, no período, foi fruto direto do processo que se desenvolveu após a desagregação das comunidades gentílicas. Divisão

social, conflitos internos e expansionismo foram as marcas típicas da maioria dessas cidades. Nesse contexto, a grande exceção é representada por Esparta. Como modelo da evolução geral das cidades, contudo, usamos a evolução de Atenas, a principal cidade grega

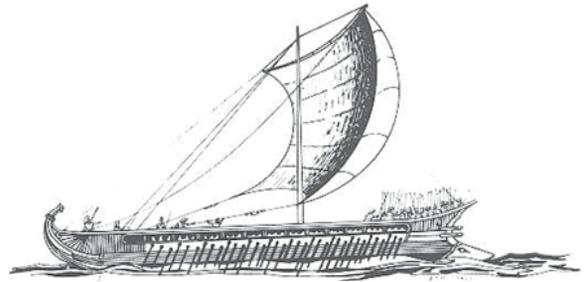


Fig. 2 Ilustração que representa um trirreme, embarcação militar utilizada na Grécia Antiga.

F. Mitchell, Department of History,  
United States Military Academy

## Atenas ao longo do Período Arcaico

A cidade de Atenas foi fundada na Península da Ática por volta do século X a.C., sendo constituída principalmente por povos de origem jônica. Sua estrutura social, econômica e política inicial é uma decorrência direta da desagregação dos genos e das novas condições decorrentes dela.

Atenas contava com uma economia predominantemente agrícola, o que fazia da elite de grandes proprietários (eupátridas) o setor hegemônico. Sua primeira forma política foi a monarquia, herança do final do Período Homérico, tendo como autoridade máxima uma espécie de chefe militar e administrativo denominado **basileus**. Por volta do século VIII a.C., verificou-se um movimento da aristocracia eupátrida no sentido de exercer um controle maior sobre o poder. A monarquia foi substituída por um regime **oligárquico** no qual nove magistrados (**arcontes**), com mandatos primeiro decenais e depois anuais, exerciam os poderes militar, religioso, judiciário e legislativo, assessorados por um conselho composto exclusivamente de eupátridas (o **areópago**).

Enquanto essas estruturas de controle da vida social e econômica eram criadas, profundas transformações econômicas e sociais, trazidas pela diáspora, começaram a afetar o monopólio do poder exercido pelos eupátridas. A privatização da terra destruiu a economia doméstica anterior, criando uma economia de mercado local que logo adquiriu uma dimensão externa.

Também a agricultura passou a sofrer inúmeras transformações. A concorrência com a produção de cereais nas colônias fez com que a produção de alimentos fosse rapidamente declinando na Grécia, que se especializou no cultivo quase exclusivo de videiras e oliveiras, muito adaptáveis às condições de solo e clima gregos, propiciando a produção de vinho e azeite. Essas mercadorias tornaram-se fundamentais para a economia grega e passaram a ser destinadas à exportação em troca de cereais, cultivados intensivamente fora da Grécia continental.

**Oligarquia:** o termo deriva do grego *oligos* (poucos) e *archia* (governo). Oligarquia, portanto, refere-se a um pequeno grupo que detém o poder.

Essa transformação agrícola impulsionou uma verdadeira colonização comercial, que se prolongou até o século V a.C. Com isso, estabeleceu-se a plena monetarização da economia, no início do século VII a.C., o que possibilitou o desenvolvimento da atividade artesanal e comercial. É em função desses acontecimentos e dessas novas atividades que se dá o crescimento do transporte marítimo, indispensável à economia grega.

O cultivo de oliveiras e videiras, que requeriam um volume substancial de mão de obra, associado à escassez de mão de obra livre, devido à emigração em massa para o Mediterrâneo ocidental, forçou a adoção generalizada da escravidão. Esse sistema, que sempre existira de uma forma marginal e numericamente inexpressiva, especialmente em razão das guerras constantes, sofreu uma radical transformação. O crescente uso da escravidão a levou a se impor às demais formas de trabalho, devido à identificação que esse sistema fazia entre o exercício do trabalho manual e a condição de escravo, e o exercício do trabalho manual e a condição de não livre. Logo, todas as tarefas produtivas, das mais simples às mais complexas, passaram a ser efetuadas exclusivamente por escravos, e seu tráfico, principalmente a partir da Trácia e da Ásia Menor, tornou-se uma atividade regular e em larga escala, tipificando uma escravidão comercial.

Ao lado do tráfico crescente, a miséria atingia a camada de pequenos proprietários (os georgóis), que, cultivando áreas menos férteis, frequentemente endividavam-se para garantir a sobrevivência, e os *thetas*, que viam a possibilidade de trabalhar se estreitar progressivamente com a difusão da escravidão. Com isso, também esses segmentos acabavam sendo escravizados, dado que em Atenas, até o final século VI a.C., havia a escravidão por dívida.

Em oposição à miséria que atingia a população mais pobre, verificou-se um processo de enriquecimento de comerciantes de origem popular, os **demiurgos**. Sua ascensão econômica levou-os a aspirar a ter participação política, o que implicava uma ameaça à aristocracia eupátrida. Naturalmente, os demiurgos buscaram o apoio das camadas pobres nessa luta, ampliando assim sua força política e base de pressão sobre os eupátridas. Já no século VI a.C., encontramos menções ao termo **demós** (povo, em grego), utilizado para designar a massa livre desprovida de direitos políticos, incluindo aí os comerciantes ricos e a camada miserável fortemente ameaçada de escravização.

Esse enfrentamento constituiu a tônica do que foi a vida de Atenas ao longo do Período Arcaico, marcada por intensas lutas sociais envolvendo o *demós* e a aristocracia.

Foi a pressão do *demós* e sua luta pela melhoria de condições materiais e pelo poder que fez aparecer em Atenas a ação dos legisladores, levando a algumas reformas político-sociais. Mais que uma vitória do *demós*, essas reformas devem ser vistas como reações da aristocracia, visando preservar seus privilégios e seu poder político.

O primeiro dos grandes legisladores foi **Drácon**, que em 621 a.C. organizou e registrou as leis por escrito; até

então, elas eram baseadas na tradição oral e conhecidas apenas pelos eupátridas.

É importante frisar que o **Código de Drácon** apresenta um aspecto positivo para os setores populares. O estabelecimento de leis escritas tem por efeito imediato reduzir a autonomia dos governantes, que passam a ter que se ater a leis predeterminadas. Além disso, a existência de um código de leis válidas para todos os cidadãos estabelece o primeiro critério da cidadania: o da igualdade jurídica.

Por outro lado, o Código de Drácon, mais que uma conquista popular, foi também uma tentativa da aristocracia de, por meio de um código de leis severíssimas, conter a agitação social realizada pelo *demós*. Seus principais artigos estabeleciam a defesa da propriedade e do poder, com penas extremamente violentas previstas sobre cada violação a seus artigos.

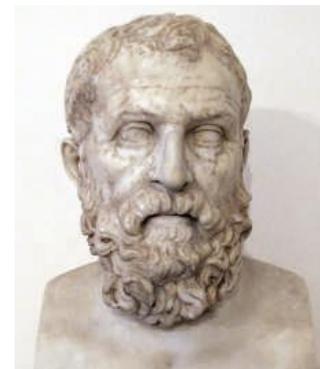


Fig. 3 Busto de Sólon.

Entretanto, o efeito não foi o esperado pela aristocracia. Passado o impacto inicial, a luta social foi retomada com intensidade, obrigando os eupátridas a uma nova atitude, uma abordagem mais política do conflito. É esse o sentido da **Reforma de Sólon**, em 594 a.C.

Visando quebrar a unidade do *demós*, Sólon estabeleceu um critério  **censitário** para a participação política, ou seja, ela estaria condicionada ao grau de riqueza do indivíduo. Ao mesmo tempo, aboliu a escravidão por dívida e criou outros mecanismos de organização política, o **Bulé**, ou Conselho dos Quatrocentos, e a **Eclésia**, ou Assembleia Popular. Com isso, pretendia atrair o apoio dos comerciantes ricos e dar à grande massa uma concessão que amenizasse seu ímpeto de luta.

Mais uma vez, os resultados foram muito diferentes do esperado. O fim da escravidão por dívida, mais que uma concessão, era uma oficialização de algo que, na prática, já ocorria. A expansão ateniense e o grande número de escravos advindos das colônias tornavam desnecessário ampliar ainda mais a tensão social pela escravização de cidadãos atenienses. Por outro lado, a grande parcela da população continuava destituída de quaisquer direitos, estes estendidos apenas aos comerciantes ricos. Mesmo os comerciantes, em número menor que os aristocratas, relutavam em aceitar tal estrutura e com isso perder definitivamente o apoio dos setores populares. Da mesma forma, a aristocracia mostrava-se descontente com a perda do monopólio do poder político.

Essa instabilidade e incapacidade da aristocracia de garantir a manutenção de seu poder abriu espaço ao surgimento das **tiranias**, fruto da ascensão popular e de sua luta pelo poder.

**Tiranias:** para os gregos, o termo tinha um significado diferente daquele que tem para nós hoje. Não tinha a conotação atual de um governante que oprime o povo, mas, sim, de um governo acima das leis, mesmo que com características populares

Como as reformas desagradaram tanto a oligarquia, que perdeu parcelas de seu poder, como as camadas populares, que aspiravam por mudanças mais radicais, a conturbação política recrudesciu, permitindo o surgimento da tirania por meio de homens que usurparam o poder, o que promoveu profundas alterações na vida de Atenas.

O primeiro tirano foi **Pisístrato**, que chegou ao poder por meio de um golpe popular e governou a cidade de 561 a 527 a.C. Realizou inúmeras obras públicas para empregar as camadas mais pobres, ao mesmo tempo que tomou uma série de medidas no sentido de dinamizar o comércio. Foi sucedido por seus filhos, **Hiparco** e **Hípias**, que partilharam o poder até 510 a.C., quando foram derubados por uma reação aristocrática que impôs o tirano **Iságoras**. O governo de Iságoras foi bastante curto, cedendo ante uma reação popular que impôs um novo tirano, **Clístenes**, em 508 a.C.

A ascensão de Clístenes significou o fim da resistência da aristocracia e, na prática, a ascensão do *demos* ao poder. A **Reforma de Clístenes**, instituída a partir de 508 a.C., implantou a democracia em Atenas. Dividindo a Ática em cidade, litoral e interior, classificou a população em dez tribos (*demos*), organizando-as de forma a distribuírem-se igualmente pelas três regiões. Assim, as tribos passaram a ser formadas por elementos de todas as camadas sociais, anulando as diferenças regionais e a tradicional influência oligárquica. Não pesava, igualmente, qualquer distinção quanto ao grau de riqueza. O elemento essencial dessa reforma, justamente aquele que nos permite chamá-la de democracia, é a total igualdade de direitos entre todos os cidadãos, independentemente da origem social ou do grau de riqueza.

O governo foi organizado com base nessa nova divisão territorial, sendo composto do Bulé, ou Conselho dos Quinhentos, formado por 50 membros de cada tribo escolhidos por sorteio, e da Eclésia, a assembleia popular que agrupava 6 mil cidadãos de todas as camadas sociais. Os poderes executivo e militar foram confiados a dez estrategos, escolhidos pela Eclésia, com mandatos anuais.

Através de votação secreta da Eclésia, Clístenes, denominado o “pai da democracia”, instituiu também o ostracismo, a suspensão por dez anos dos direitos políticos de cidadãos considerados perigosos para o bem-estar público.

Convém salientar que a democracia ateniense foi um sistema que estabeleceu a igualdade política apenas entre os cidadãos, isso é, homens adultos e filhos de pai e mãe atenienses, que constituíam uma minoria (cerca de 10% da população), da qual estavam excluídas as mulheres, os estrangeiros (**metecos**) e, naturalmente, a massa de escravos.

Por mais limitada que fosse a cidadania, a reforma de Clístenes representou uma conquista inestimável. Foi ela quem inaugurou o conceito de democracia, firmando o princípio da igualdade jurídica entre todos os cidadãos, o que caracteriza as democracias até os dias de hoje. Para Atenas, ela significou o fim das lutas sociais, inaugurando um período de paz interna que fez do século seguinte, o século V a.C., o apogeu de Atenas e do mundo grego.

## Esparta ao longo do Período Arcaico

A origem de Esparta não está ligada ao processo que originou a maioria das cidades gregas. Ao contrário, ela é fruto direto da invasão dos dórios e de sua ocupação sobre a planície da Lacônia, na Península do Peloponesso. Já no século VII a.C., os dórios haviam estendido seu domínio sobre a região da Messênia, vencendo seus habitantes após um período de cerca de trinta anos de guerra contínua.

A conquista impôs algumas transformações na vida de Esparta. A disponibilidade de terras tornou a independente do comércio para prover suas necessidades básicas, ao mesmo tempo que a massa de messênios submetidos ao trabalho compulsório era capaz de atender suas carências de mão de obra. Ao mesmo tempo, a necessidade de impor seu poder sobre as camadas dominadas obrigou os dórios a voltar seu militarismo para a manutenção da ordem interna, criando uma estrutura rígida, aristocrática, fechada e garantida por uma organização militar da qual somente os aristocratas descendentes de dórios participavam.

As grandes propriedades familiares ou coletivas desapareceram, passando as terras mais férteis à propriedade do Estado, que estabeleceu uma dura estrutura social. Os **espartanos** ou **espartíatas**, descendentes dos conquistadores dórios, formaram a camada dominante, sendo os únicos a ter direitos políticos e a se dedicar exclusivamente à atividade militar. Os periecos, descendentes das populações originais da Lacônia e que aceitaram pacificamente a dominação dória, formaram uma camada de agricultores livres, cultivando as terras periféricas menos férteis, ou dedicando-se ao artesanato e ao comércio. Os **hilotas**, que eram descendentes dos povos sublevados, que constituíam a esmagadora maioria da população, tornaram-se propriedade do Estado, tendo a função única de cultivar a terra a fim de prover o sustento dos espartíatas. Cada família espartíata recebia do Estado um lote de terra e alguns hilotas para trabalhar nele. Aos periecos ficava reservada uma atividade marginal, complementar ou meramente voltada à subsistência.

**Meteco:** o termo refere-se ao habitante livre destituído de direitos políticos. Como a Reforma de Clístenes estendeu a participação política a todos os cidadãos, praticamente os únicos homens adultos e livres em Atenas que não possuíam a cidadania eram os estrangeiros. Por isso, a tendência a associar o meteco ao estrangeiro, o que não necessariamente é verdade. Por exemplo, um escravo libertado passava a ser um homem livre, porém não obtinha a cidadania, sendo igualmente um meteco.

**Hilota:** há algumas imprecisões usuais na definição da condição social do hilota. Suas características de trabalho e vida aproximam-no daquilo que estamos habituados a ver como escravizados. Entretanto, em um ponto de vista mais conceitual, a noção de escravidão está ligada ao conceito de mercadoria, pressupondo a possibilidade de compra e venda, o que não ocorria com o hilota. Assim, o conceito mais correto para ele é o de servo, e não escravo. Entretanto, é comum, mesmo em vestibulares, a definição do hilota como escravizado.

Politicamente, Esparta organizava-se com base no monópólio total do poder nas mãos dos espartíatas, os quais detinham a exclusividade da cidadania. No topo de sua estrutura política estava o Conselho dos Anciãos (Gerúsia), que realmente detinha o poder em Esparta. Composto de 28 membros vitalícios, os chefes das principais famílias espartíatas, era responsável pela legislação de Esparta. O poder executivo era exercido por cinco éforos, indicados pela Gerúsia. A participação dos cidadãos espartíatas era realizada por meio da Apela, a Assembleia dos Cidadãos, que exercia apenas funções consultivas, pois decidia por aplauso. Havia ainda a diarquia, governo de dois reis com funções religiosas e militares, em nada parecidas com a função dos reis em regimes tipicamente monárquicos. Toda essa estrutura era garantida por um código de leis atribuídas ao lendário Licurgo, leis que tinham um caráter sagrado, portanto imutável, e asseguravam aos cidadãos espartíatas totais privilégios.

Outra garantia da manutenção dessa estrutura foi a educação rigidamente militarista imposta aos espartíatas. As crianças sãs (as doentes ou defeituosas eram sacrificadas) ficavam com suas famílias até os sete anos de idade, quando os meninos eram entregues aos cuidados do Estado para ter uma rígida educação militar. Dos dezoito aos sessenta anos serviam no exército, podendo casar-se

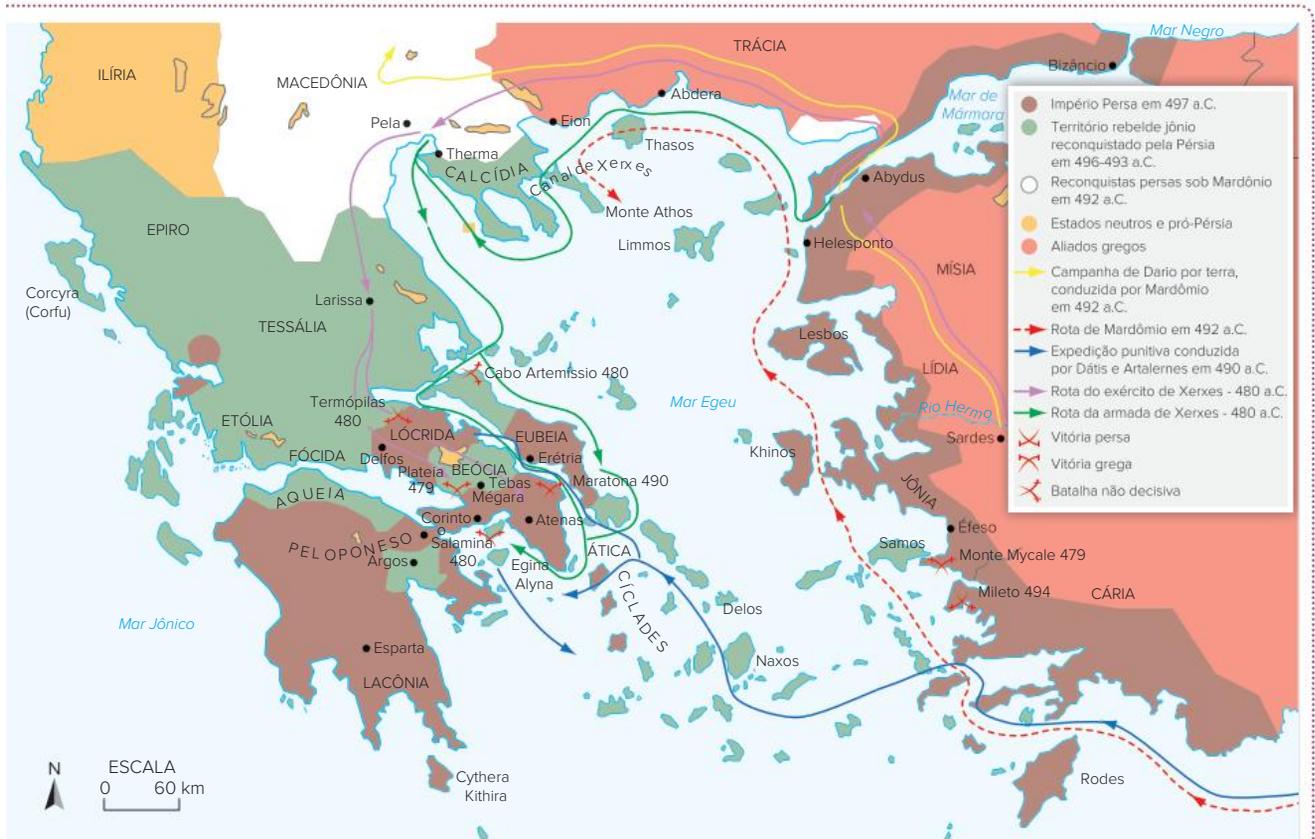
apenas aos trinta anos, quando recebiam seu lote de terra e passavam a ser cidadãos.

Conforme vimos, a evolução das cidades gregas ao longo do Período Arcaico gerou modelos diversos e antagonísticos. Ao longo desse período, contudo, os contatos entre elas foram bastante limitados, o choque acontecendo no Período Clássico, quando o maior contato entre esses modelos gera rivalidades cada vez mais intensas, as quais levam o mundo grego ao declínio.



Fig. 4 Jacques-Louis David. *Leônidas em Termópilas*, 1814. Óleo sobre tela. Museu do Louvre, Paris. Representação romantizada dos espartanos feita no século XIX.

## As Guerras Médicas



Jacques-Louis David/ Web Gallery of Art

## O Período Clássico (séculos V e IV a.C.)

As profundas transformações geradas pelo comércio em Atenas trouxeram, ao mesmo tempo, estabilidade política e social (por meio da reforma de Clístenes) e expansão econômica, a qual gerou uma agressiva política imperialista com o objetivo de garantir a posse dos mercados externos. Um palco fundamental para o comércio ateniense eram as cidades da Ásia Menor, que serão responsáveis pela eclosão do conflito que assinala a passagem da Grécia para o Período Clássico.

No capítulo anterior você estudou a evolução histórica dos persas e viu que eles iniciaram, sob o reinado de Ciro I, uma expansão, a qual atingiu seu apogeu durante o reinado de Dario I. Foi nesse período que, ao estender seus domínios sobre a Ásia Menor, Dario entrou em choque com o imperialismo ateniense na região, o que conduziu às Guerras Médicas.

O conflito teve origem no ano de 496 a.C., quando as cidades gregas da Jônia, lideradas pela cidade de Mileto e apoiadas militarmente por Atenas, rebelaram-se contra o domínio persa. A consequência foi a destruição de Mileto (494 a.C.), a conquista persa da Trácia e da Macedônia (492 a.C.) e a exigência de submissão da Grécia, recusada por Atenas e Esparta. A recusa levou a uma guerra na qual as atenções persas concentraram-se, inicialmente, sobre Atenas.

Atenas foi o alvo do primeiro ataque persa, em 490 a.C., quando os persas procuraram desembarcar na planície da Maratona, distante cerca de 42 quilômetros da cidade grega em questão. Ainda que lutando isolados (as demais cidades gregas recusaram qualquer auxílio militar a Atenas), os atenienses conseguiram derrotar os persas, causando-lhes perdas tão drásticas que eles foram obrigados a estabelecer uma trégua por dez anos.

Esse período de trégua foi decisivo para a consolidação do poderio ateniense e de sua liderança sobre as demais cidades gregas. O maior poderio populacional, econômico e militar de Atenas levou-a a estabelecer uma aliança, da qual era líder, com as demais cidades, também alvos em potencial do expansionismo persa. Constituiu-se um pacto entre várias cidades gregas, Esparta inclusive, para uma ação comum contra o futuro ataque persa. Esse pacto incluía o apoio militar e financeiro para a construção de uma frota capaz de enfrentar os invasores.

Sob o comando de Xerxes I, os persas fizeram a mais séria tentativa de conquistar a Grécia. Contando com o apoio de outras cidades como Cartago, que atacava as cidades da Magna Grécia, um enorme exército invadiu a Grécia continental, apoiado por uma armada gigantesca para os padrões da época. No ano de 480 a.C., um exército basicamente espartano, comandado pelo rei de Esparta, Leônidas, foi aniquilado no desfiladeiro das **Termópilas**. Ao mesmo tempo, a Ática era invadida e parte de Atenas, incendiada. Entretanto, a surpreendente vitória naval ateniense sobre os persas na Batalha de **Salamina** aniquilou a frota persa, cortando os suprimentos do exército. Com isso, no ano seguinte, o exército persa foi derrotado em **Plateia** pelas forças combinadas de Atenas e Esparta, enquanto a vitória de **Micale** permitiu a Atenas assegurar o controle

naval do Egeu e dos estratégicos estreitos que levavam ao Mar Negro (**Ponto Euxino**).

Estava anulado o perigo persa. Entretanto, o imperialismo ateniense viveria a partir dali seu período áureo. Ao mesmo tempo que Esparta e outras cidades do Peloponeso voltaram a ocupar-se de seus assuntos internos, Atenas e várias cidades-Estados com interesses marítimos reuniram-se, em 476 a.C., na **Confederação de Delos**, uma liga na qual cada cidade contribuía com embarcações, soldados e/ou dinheiro. A Confederação desencadeou uma ofensiva geral contra as áreas litorâneas do Império Persa, que culminou, em 468 a.C., com a grande vitória grega na foz do Rio Eurimedonte. Em 448 a.C., pela Paz de Címon, ou Paz de Cálías, os persas reconheceram a hegemonia grega no Mar Egeu. A ofensiva contra o Império Persa dinamizou a economia de Atenas, a cidade mais importante da Confederação, e assegurou sua liderança sobre o mundo grego.

### A hegemonia de Atenas: o século de Péricles

A supremacia econômica, militar e populacional de Atenas sobre as cidades-membras da Liga de Delos, fez com que a Liga se transformasse no instrumento do imperialismo ateniense. Já em 450 a.C., o tesouro da Liga, fruto de contribuições de todas as cidades, foi transferido para Atenas, sintetizando a preponderância que esta passaria a deter sobre a Liga. Mais que isso, utilizando seu poderio militar, Atenas passou a interferir nas questões internas das cidades aliadas. As cidades que quiseram retirar-se foram obrigadas a permanecer pela força, sujeitos ao pagamento de pesado tributo. Colônias de cidadãos atenienses foram instaladas em seus territórios, e as cidades que se revoltaram, como Naxos e Tasos, foram totalmente destruídas para servir de exemplo às demais.



Fig. 5 Frisa do Partenon celebrando uma passagem das Guerras Médicas.

Os recursos gerados pela Liga, com os tributos pagos pelas cidades-membras, foram utilizados para a reconstrução de Atenas, para sua prosperidade e mesmo para o aprimoramento de seu regime democrático.

O apogeu ateniense ocorreu sob o governo de Péricles (444-429 a.C.), que aperfeiçoou o sistema democrático da cidade, instituindo o pagamento pelo desempenho das funções públicas, o que permitiu que mesmo as camadas de renda mais baixa participassem amplamente do governo de Atenas. A cidade passou por um grande programa de

construção de obras públicas, destinadas tanto a embelezá-la, a exemplo do templo em homenagem à deusa Atena, o Partenon, quanto a reforçar suas defesas, como as longas muralhas que a cercavam e ligavam-na a seu porto, o Pireu. No mesmo período, a presença dos maiores intelectuais da Grécia, como o poeta Sófocles, o historiador Heródoto, os filósofos Anaxágoras e Sócrates e o escultor Fídias, fez de Atenas a **Escola da Grécia**.

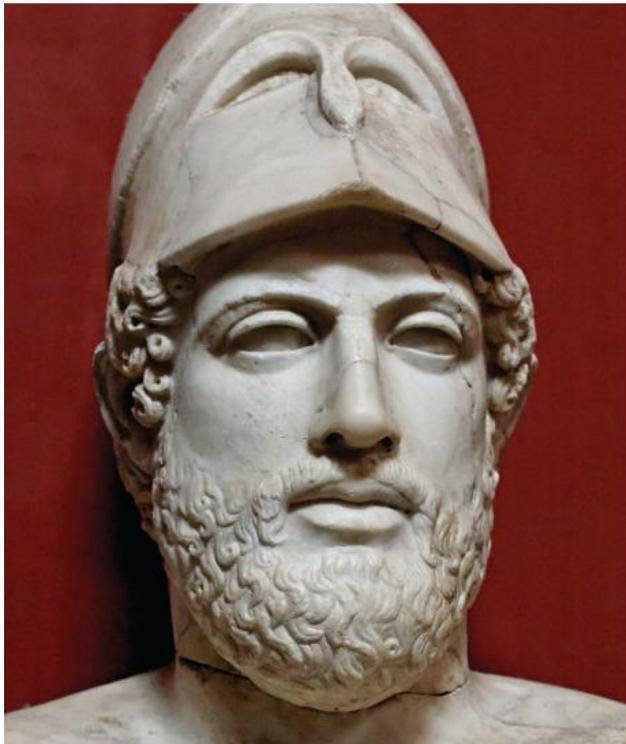


Fig. 6 Péricles, governante ateniense na chamada Era de Ouro de Atenas.

Grande parte da intensa produção cultural e intelectual da cidade era possibilitada pelas subvenções dadas pelo governo, com a criação de teatros e escolas e a instituição de prêmios em dinheiro para obras artísticas e intelectuais.

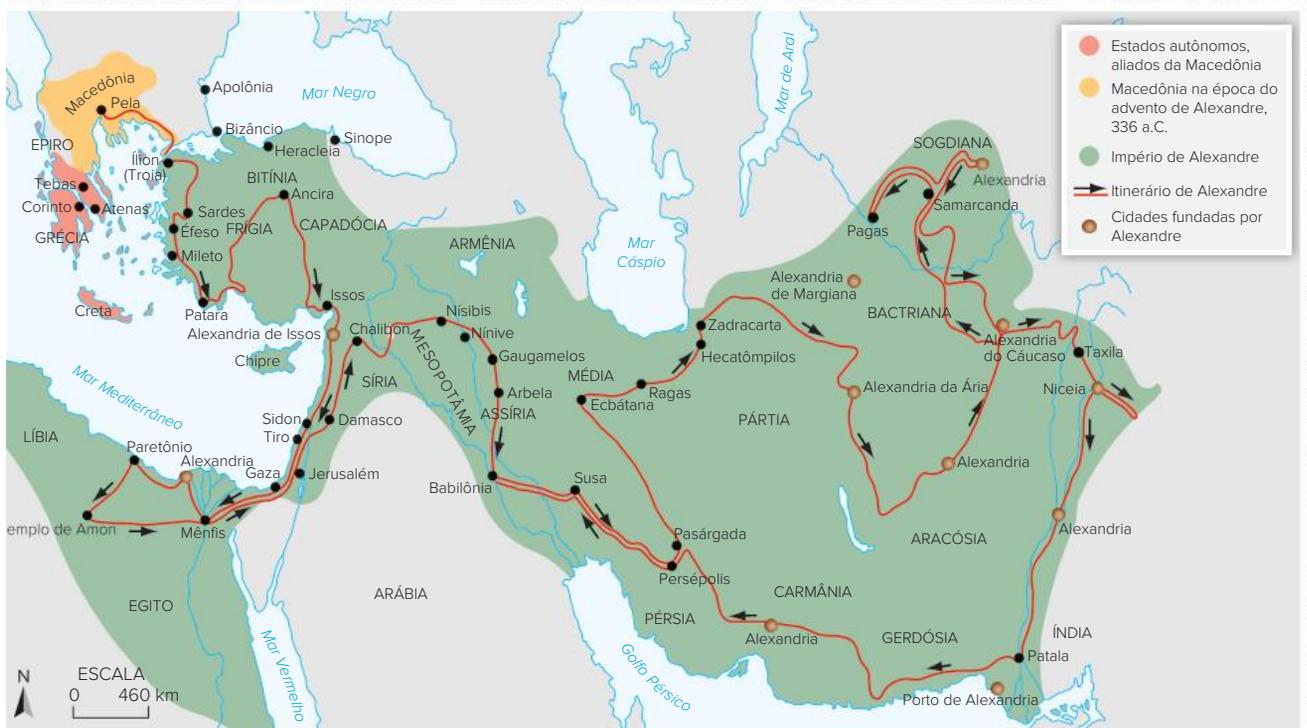
Naturalmente, o imperialismo ateniense gerava reações das demais cidades, as quais tenderam a se organizar sob a proteção e liderança de Esparta em uma liga denominada **Confederação do Peloponeso**, dividindo a Grécia em dois blocos rivais.

Em 432 a.C., a cidade de Corinto, até então aliada de Esparta, rebelou-se contra ela, recebendo ajuda de Atenas, que estava interessada em expandir sua influência no Mar Jônio. A reação espartana, imediata, resultou em uma guerra entre as duas Confederações das cidades, a **Guerra do Peloponeso** (431-404 a.C.).

Após dez anos de guerra em que Esparta era vitoriosa em terra e Atenas dominava os mares, resultando em uma situação de equilíbrio, estabeleceu-se uma trégua de cinquenta anos, a **Paz de Nícias**. Em 413 a.C., Atenas rompeu a trégua, tentando tomar a cidade de Siracusa, na Sicília. A expedição à Sicília foi um desastre absoluto: a frota foi perdida e dezenas de milhares de atenienses foram aprisionados e escravizados. As hostilidades prosseguiram com sucessivas derrotas de Atenas, até a vitória definitiva de Esparta na Batalha de **Egos-Pótamos** (404 a.C.).

A vitória espartana significou o fim da hegemonia de Atenas e o início da hegemonia de Esparta sobre o mundo grego. Significou também o início da decadência grega. O desgaste gerado pela derrota foi de tal ordem que mesmo a cidade vitoriosa saiu da guerra enfraquecida. Nas palavras da historiadora francesa Jeanne Romilly, a Guerra do Peloponeso foi o “suicídio coletivo das cidades gregas”.

## O Império de Alexandre



## As hegemônias de Esparta e de Tebas

Após a vitória, Esparta procurou reeditar a política imperialista da sua rival, oprimindo as cidades gregas e impondo-lhes governos oligárquicos e guarnições militares. Mais que isso, os espartanos retribuíram aos persas o apoio que haviam recebido deles contra Atenas, entregando-lhes o controle sobre o litoral da Ásia Menor, o que praticamente anulou as conquistas das Guerras Médicas.

Apesar das medidas tomadas, o enfraquecimento gerado pela guerra fez com que a hegemonia de Esparta durasse pouco mais de três décadas. Em 371 a.C., na Batalha de **Leutras**, os espartanos foram derrotados pelo exército de Tebas, liderado pelos generais Epaminondas e Pelópidas e organizado em uma nova formação tática, a falange. A derrota, aliada a uma grande revolta de hilotas, destruiu o poderio espartano, abrindo caminho para a hegemonia de Tebas.

Foi contra essa hegemonia que se manifestaram atenienses e espartanos, que, reconciliados, em 362 a.C., na Batalha de **Mantineia**, derrotaram os tebanos. Estava finda a hegemonia de Tebas, mas o longo período de guerras havia deixado um efeito drástico: uma Grécia enfraquecida, abrindo caminho para a imposição do domínio macedônico sobre os gregos.

## A conquista macedônica

A Macedônia é uma região situada a nordeste da Grécia, cuja evolução sempre fora uma franja do povoamento grego. Sua configuração geográfica, marcada pelo isolamento, exiguidade de terras férteis e falta de acesso direto ao mar, tornou-a um alvo desprezado por todas as cidades imperialistas até então.

Foi no governo de Filipe II (357-336 a.C.) que a Macedônia iniciou um processo de crescimento interno e expansionismo. Filipe II sobrepôs-se à oligarquia dominante, centralizando o poder em suas mãos, ao mesmo tempo que investia pesadamente na ampliação do poderio militar. Influenciado pelos tebanos, adotou a organização militar destes, beneficiando-se da conquista da Tessália e de seus cavalos para fortalecer-se ainda mais. Contudo, ainda, com o enfraquecimento e com as rivalidades entre as cidades-Estados gregas.

A partir de 356 a.C., Filipe II inicia sua intervenção nos assuntos gregos, anexando as colônias atenienses do litoral da Trácia. Jogando com a rivalidade entre as cidades-Estados, aumentou progressivamente seu poder, até a grande vitória de **Queroneia** (338 a.C.) sobre os exércitos de Tebas e Atenas, que lhe permitiu submeter toda a Grécia.

Era apenas o princípio. Dirigindo sua hostilidade contra o Império Persa, os macedônios estabeleceram a **Liga de Corinto**, sob a liderança da Macedônia, na qual as cidades gregas foram obrigadas a entrar. Era o fim da Grécia como região independente, situação que se estenderia ao longo de mais de 20 séculos.

## O Período Helenístico (séculos III-I a.C.)

Em 336 a.C., morria Filipe II e o poder passava para seu filho, **Alexandre Magno**. Mesclando uma sólida formação cultural (foi educado em Atenas, tendo Aristóteles como

professor) aos dotes de um grande general, Alexandre foi o responsável por consolidar o domínio macedônico sobre a Grécia e expandi-lo consideravelmente. Foi ele quem, após submeter com extrema violência as cidades gregas que haviam se revoltado, liderou as forças macedônicas e gregas, organizadas na Liga de Corinto, contra o Império Persa, em 334 a.C. Suas vitórias permitiram-lhe dominar todo o Império Persa, estendendo-se do Egito ao atual território da Índia, criando o maior império que já existira até então.

Estabelecendo uma grande área comercial, Alexandre buscou integrar as vastas áreas de seu Império também através dos casamentos e da imposição da cultura grega. A morte de Alexandre, em 323 a.C., acelerou rapidamente o fim do Império. Seus generais, **diádocos**, dividiram-no entre si, divisão essa que os enfraqueceu sensivelmente. Esses domínios, chamados de **Reinos Helenísticos**, foram conquistados por Roma entre 197 e 31 a.C.

## A cultura grega

Poucas civilizações legaram para a posteridade uma herança tão grande quanto a dos gregos. Essa herança manifestou-se em praticamente todas as áreas da atividade intelectual e artística, influenciando toda a civilização ocidental. Suas concepções de beleza são consideradas clássicas em razão de seu equilíbrio e harmonia. Sua produção literária, no **teatro** e na **poesia**, tornou-se padrão de referência universal, bem como seu avanço na **Medicina** e na **Matemática**. E os gregos devem ser considerados também os criadores da **Filosofia** e da **História**.

A religião grega era **politeísta** e **antropomórfica**, tendo os deuses características físicas e psíquicas idênticas às humanas. As principais divindades, habitantes do Monte Olimpo, eram Zeus, senhor dos deuses; Hera, sua mulher; Ares, deus da guerra; Afrodite, deusa do amor; Apolo, protetor das artes; Ártemis, deusa da caça; Atena, deusa da razão; Hermes, o mensageiro dos deuses; e Dionísio, protetor da **vindima**; além de Hades, guardião do mundo inferior dos mortos, e de Poseidon, deus dos mares. Admitiam também a existência de heróis, pessoas que realizavam feitos extraordinários, igualando-se aos deuses, a exemplo de Teseu, que matou o Minotauro, e de Hércules, que realizou os Doze Trabalhos. Como as lendas que narram as aventuras de deuses e heróis foram chamadas de mitos, seu conjunto denomina-se **mitologia**.

Apesar da eterna rivalidade entre as pólis gregas, os cultos comuns impunham-lhes uma unidade e períodos de trégua sagrada. O santuário de Delfos, onde o deus Apolo falava pela boca da pitonisa, recebia peregrinos de todo mundo grego, e os jogos olímpicos, realizados na cidade de Olímpia, em homenagem a Zeus, de quatro em quatro anos a partir de 776 a.C., viam atletas de todas as cidades gregas competindo lealmente, sendo sacrilégio molestar os participantes ou os peregrinos.

**Vindima:** colheita da uva.

O teatro grego, que deve ter se originado dos antigos cultos a Dionísio, desenvolveu-se especialmente em Atenas a partir de finais do século V a.C. Acessível a toda população, caracterizou-se pelas encenações feitas ao ar livre, pela existência de um coro e pelo uso de máscaras que traduziam as emoções básicas dos personagens. Entre os autores mais significativos, destacam-se, na tragédia, gênero que privilegiava a inexorabilidade do destino, Ésquilo (525-456 a.C.), Sófocles (496-405 a.C.) e Eurípedes (485-406 a.C.), e, na comédia, que abordava problemas políticos do momento ou fazia sátiras sociais, Aristófanes (445-388 a.C.).

Na poesia, além do lendário Homero destacaram-se também Hesíodo e Píndaro, o enaltecido dos Jogos Olímpicos. Na história, Heródoto (484-425 a.C.), considerado o “pai da História”; Tucídides (460-396 a.C.), o cronista da Guerra do Peloponeso, e Xenofonte (430-354 a.C.).

Na Filosofia (literalmente “busca da sabedoria”), criação grega que buscava explicações racionais e lógicas para os fenômenos naturais e para as realizações humanas, merecem menção, em uma sequência cronológica, Tales de Mileto, Anaxímenes e Anaximandro (fins do século VII a meados do VI a.C.), que procuraram estabelecer o elemento básico gerador de todas as coisas (água, ar ou matéria); Pitágoras (528-497 a.C.), que definiu o número como a essência de um universo imutável; Heráclito (535-475 a.C.), que concebeu um Universo em constante movimento, sujeito a modificações contínuas; e Protágoras (485-411 a.C.), o sofista que afirmou: “O homem é a medida de todas as coisas”. A partir do século V a.C., a filosofia grega evoluiu para uma maior preocupação com o ser humano, especialmente nos campos da ética e da política, através das reflexões de seus três maiores expoentes: Sócrates (470-399 a.C.), o formulador da dúvida metódica (“Só sei que nada sei”); Platão (427-347 a.C.), o defensor da justiça, que fundou a corrente idealista, afirmando ser o mundo real um mero reflexo das ideias (“a essência transcende as aparências”); e Aristóteles (384-322 a.C.), considerado sistematizador da Lógica e da Metafísica.

A contribuição de Hipócrates de Cós (460-377 a.C.) para diagnosticar as doenças através de seus sintomas foi fundamental para o desenvolvimento da Medicina, assim como o foram os postulados de Pitágoras (teoremas) para a Matemática e para a Geometria.

A arte grega destacou-se nos campos da arquitetura e da escultura, tendo como características a harmonia, a simplicidade e o equilíbrio entre as partes e o todo e sendo marcada pelo humanismo e pelo racionalismo. Seus estilos arquitetônicos refletiram as concepções de mundo das diversas pólis: o dórico trazia a funcionalidade e o rigor das formas; o jônico refletia a elegância e a beleza; e o coríntio, a riqueza e a abundância de detalhes. Na escultura, merecem menção Fídias, autor da estátua em marfim e ouro da deusa Atena e do pórtico em mármore das Cariátides, ambos na Acrópole de Atenas; Miron, o mestre do movimento, que esculpiu *O discóbolo* (lançador de disco), e Policleto de Argos, que buscou estabelecer as proporções ideais do corpo humano em suas obras, a exemplo da estátua do **Dorífero** (portador de lanças).



Fig. 7 Estátua de bronze representando Zeus, o deus supremo do Olimpo



Fig. 8 O Partenon, expressão máxima da arquitetura grega.



Fig. 9 Ruínas do Teatro de Mileto, Grécia.

## A cultura helenística

Chamamos de cultura helenística as manifestações culturais típicas do Império Macedônico, nas quais os valores gregos (helênicos), baseados no humanismo e no racionalismo, fundiram-se aos valores orientais, principalmente persas e egípcios, fortemente marcados pela religiosidade e pelo teocentrismo. Seus centros irradiadores passaram a ser as cidades de Alexandria, no Egito; Antioquia, na Síria; e Pérgamo, na Ásia Menor, enquanto a Grécia continental decaía ou estagnava.

Nessa nova manifestação, houve uma valorização do realismo e do monumentalismo, em detrimento da harmonia e do equilíbrio que haviam caracterizado a arte grega. Nas ciências exatas destacaram-se o astrônomo Ptolomeu, que estabeleceu o sistema geocêntrico; o geógrafo Eratóstenes, que calculou a medida da circunferência da Terra; Euclides, que criou as bases da Geometria, e Arquimedes, que estabeleceu os princípios básicos da Física.

Politicamente, os valores individuais e as noções de liberdade e democracia foram abandonados por fórmulas mais autoritárias que tendiam ao despotismo oriental, fruto da existência de um Estado militarista e fortemente centralizador.

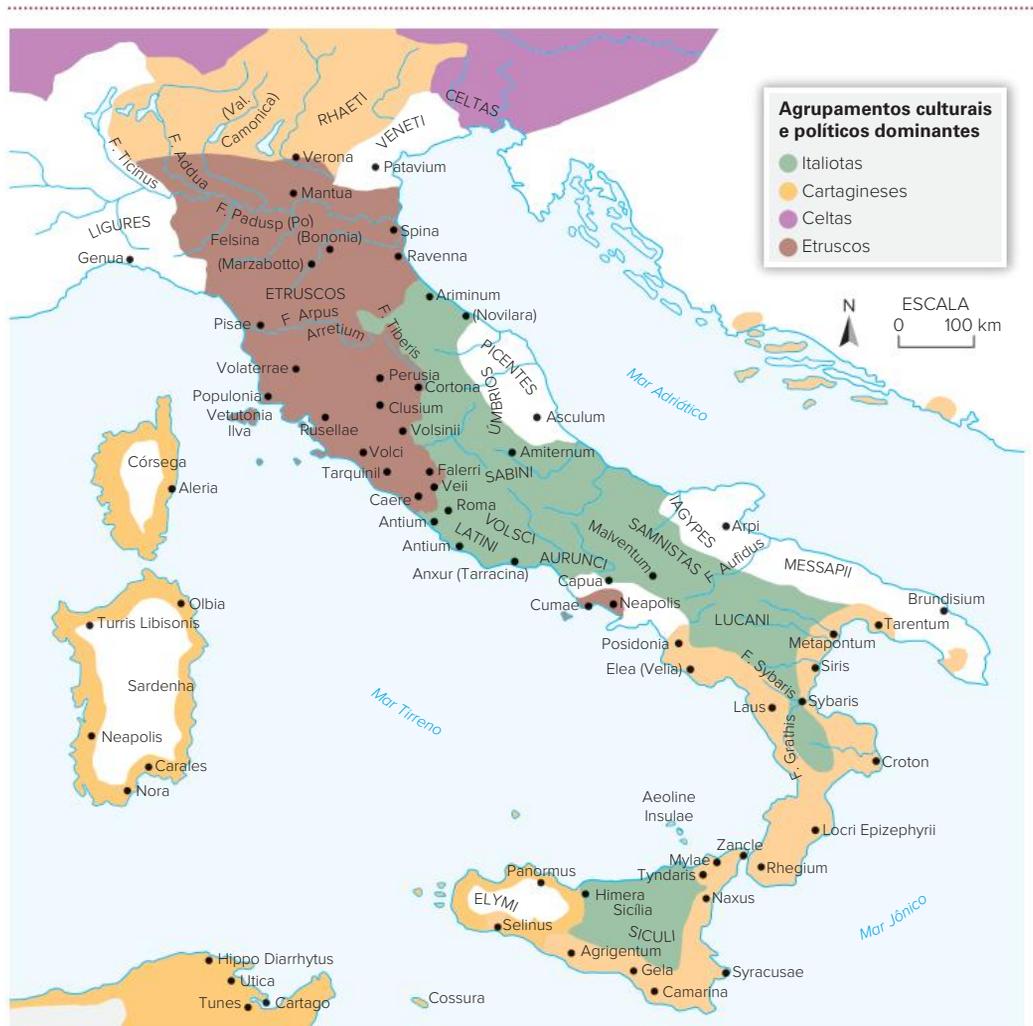


Fig. 10 Detalhe do sarcófago de Alexandre Magno, retratando a Batalha de Issus, entre macedônios e persas.

## Roma e seu Império

As origens de Roma encontram-se no processo de ocupação e povoamento da Península Itálica, notadamente de uma planície situada na sua região centro-ocidental, o Lácio. Acredita-se que os primeiros habitantes da península tenham sido povos autóctones, os lígures, ao norte, e os sículos, ao sul. Posteriormente, o mesmo processo de invasões indo-europeias que levou ao povoamento grego trouxe para a Península Itálica o vasto grupo dos itálios, entre os quais encontramos os latinos, os sabinos, os volcos e os samnitas. Mais tarde, dentro do processo da Segunda Diáspora grega, que vimos anteriormente, a região, notadamente o sul, foi largamente ocupada por povos vindos dos Bálcãs, como atestam os vários elementos que denunciam a influência grega na formação original de Roma.

### O povoamento da Itália no século VII a.C.



Acredita-se que a formação da cidade de Roma tenha sido fruto da necessidade dos povos do Lácio de se proteger contra os seguidos ataques dos etruscos, um povo que vivia a nordeste do Lácio e cujas incursões tinham essa região como principal alvo. Às margens do rio Tibre foi erguida uma fortificação militar em torno da qual se desenvolveu um núcleo urbano que acabou por dar origem a Roma.

Tanto quanto na Grécia, as lendas ocupam um lugar de destaque para o estudo do passado mais remoto romano. Na obra *Eneida*, o poeta Virgílio narra de forma lendária as origens de Roma, atribuindo-a aos gêmeos Rômulo e Remo, descendentes de Eneas, herói de Troia, e criados por uma loba. É dessas lendas que se extrai a ideia de que Roma teria sido fundada em meados do século VIII a.C., sendo o ano de 753 a.C. a data usualmente admitida para sua fundação.



Fig. 11 A escultura *Loba Capitolina* é elemento fundamental na explicação mítica da origem romana.

Tradicionalmente, o estudo da história de Roma é dividido em três períodos, de acordo com os regimes políticos que vigoraram ao longo dos séculos. São eles: a Monarquia, a República e o Império. Essa divisão servirá de base para a nossa análise

## A Monarquia (séculos VIII-VI a.C.)

A concentração de pessoas ao longo da fortificação criada pelos latinos contra os etruscos impôs o estabelecimento de uma nova forma de sobrevivência. Essa forma estava associada à agricultura e ao pastoreio, tornando a terra a grande fonte de riqueza.

Embora a documentação sobre esse período seja bastante precária, pode-se estabelecer certos fatos básicos. Fruto de uma possível herança dos contatos com gregos, ou talvez do povoamento indo-europeu, a primeira estrutura de elite na região agrupava-se em *gens*, uma unidade básica que seguia o mesmo chefe e partilhava um antepassado comum. Esses proprietários denominavam-se patrícios, palavra que deriva de *pater*, o mesmo radical que designava os eupátridas na Grécia. Uma massa de pequenos proprietários, artesãos, comerciantes e camponeses compunha a camada dos plebeus. Um segmento intermediário era formado pelos clientes, em geral parentes afastados das *gens* primitivas, os quais gozavam de certa proteção das famílias patrícias, em troca de determinadas obrigações.

Nesse momento, ainda não havia uma camada significativa de escravos.

Politicamente, a estrutura monárquica centrava-se na figura do *rex*, o rei, que acumulava os poderes de chefe supremo, sacerdote e juiz. Ao seu lado, havia o Conselho de Anciãos, ou Senado, formado pelos chefes das principais famílias patrícias.

Pouco se sabe sobre a composição étnica da cidade de Roma em seus primórdios. As lendas nos falam em sete reis durante o período da Monarquia, os quatro primeiros latinos e os três últimos etruscos. Acredita-se que a presença etrusca em Roma seja muito anterior ao governo de Tarquínio, o Antigo, o primeiro dos três reis etruscos em Roma e o primeiro rei romano sobre o qual existe alguma documentação escrita. Na verdade, a presença de reis etruscos em Roma reflete as lutas entre as cidades-Estados pela hegemonia na Península Itálica.

Durante todo o período de reinado etrusco, verificou-se uma série de tentativas por parte dos reis etruscos de limitarem o poder patrício, aliando-se a setores populares, basicamente comerciantes, os quais haviam enriquecido justamente em função da presença etrusca. Tarquínio, o Antigo (616-578 a.C.), celebrou-se pela edificação de grandes obras públicas. Sêrvio Túlio (578-534 a.C.) edificou a primeira muralha de Roma e estabeleceu uma constituição censitária, dividindo a população em cinco classes com base na renda. Essa divisão constituiu a base do novo órgão político, a Assembleia Centúria, onde os cidadãos agrupavam-se em 193 centúrias, cabendo a cada centúria um voto. Como as centúrias eram companhias de soldados, e como os cidadãos custeavam seu próprio armamento, as duas primeiras classes, mais ricas, formaram 98 centúrias de infantaria pesada e cavalaria, e as demais, apenas 95, mas com um maior número de homens para compensar as deficiências no armamento. Essa separação solidificava o domínio oligárquico, que incluía os comerciantes ricos da cidade, mesmo que de origem plebeia.

Todas as fontes são unânimes em apontar uma violenta revolta patrícia no ano de 509 a.C. Nessa revolta, o último rei etrusco, Tarquínio, o Soberbo (534-509 a.C.), foi derrubado. Várias razões explicam essa revolta. Em primeiro lugar, há indícios de que já havia um declínio do poderio etrusco na Itália. Em segundo lugar, mas mais importante, sem dúvida, foi a tentativa dos patrícios de resgatarem o monopólio do poder político, ameaçado pelas reformas empreendidas pelos reis etruscos. Tal conclusão é facilmente confirmada ao analisarmos a estrutura política criada pelos patrícios após a revolta, a República.

## A República (séculos VI I a.C.)

A palavra república deriva do latim *res publica*, ou “coisa pública”, adotando o sentido de uma forma de governo dos cidadãos, ao contrário da monarquia que seria vista como um governo pessoal. Entretanto, não devemos ver qualquer significado democrático (no sentido da criação de uma forma de governo amplamente aberta aos interesses populares) no golpe que destruiu a Monarquia e implantou a República, em 509 a.C. Ao contrário, a República criada

em Roma foi uma instituição exclusivamente patrícia, como atestam os mecanismos de governo e controle social implementados logo depois do seu estabelecimento.

A eliminação do cargo de rei efetivamente acabou com a concentração de poderes, gerando o aparecimento de vários cargos administrativos que marcaram a República, as **magistraturas**. A mais alta magistratura eram os **cônsules**, em número de dois e com mandatos anuais. Eles controlavam o exército e a administração, participavam das reuniões do Senado e propunham leis. Abaixo deles estavam os pretores, que se encarregavam da justiça; os questores, que cuidavam das finanças do Estado e da arrecadação de impostos; os edis, responsáveis pela conservação da cidade; e os censores, escolhidos a cada cinco anos, que deviam fazer o censo dos cidadãos segundo sua renda pecuniária e vigiar sua conduta.

O fim da concentração de poderes fez com que nenhum cargo administrativo em Roma fosse mais importante que o **Senado**, o órgão máximo da República. O fato de ele ser formado exclusivamente por patrícios, em caráter vitalício, garantia a eles o absoluto controle do poder. Era o Senado quem controlava a administração, as finanças, os assuntos militares e exercia os poderes Legislativo e Judiciário. Ademais, elegia os magistrados e, em casos de calamidade pública, indicava um ditador, que por um período máximo de seis meses, prorrogáveis por mais seis, governava com plenos poderes.

A Assembleia Centúria foi mantida, mas seu papel passou a ser o de mero ratificador das decisões do Senado. Mesmo assim, os patrícios mantinham o controle da maioria das Centúrias e, conseqüentemente, das decisões da Assembleia.

Esses elementos são suficientes para que se compreenda que a instalação da República significou a definitiva marginalização da plebe de qualquer decisão política. Inevitavelmente, a reação plebeia não demorou, levando Roma, desde o início da República, a um clima de intensas lutas sociais entre patrícios e plebeus.

## As lutas sociais

No ano de 493 a.C., apenas dezesseis anos depois de instalada a República, os plebeus iniciavam a primeira de uma série de intensas lutas sociais do período, objetivando ampliar sua margem de participação nas decisões políticas. Após três anos de conflito, eles descobriram a forma certa de pressionar a elite patrícia: retiraram-se para os pés do Monte Sagrado, nas cercanias de Roma, ameaçando fundar ali uma nova cidade.

Essa atitude, a primeira greve social que se conhece, foi bem-sucedida por razões ligadas à estrutura interna de Roma e ao seu relacionamento com os povos vizinhos. Em primeiro lugar, a mão de obra romana ainda era essencialmente representada por plebeus. Mais que isso, as centúrias plebeias (pessimamente armadas, mas extremamente numerosas quanto ao contingente de homens) eram usadas como instrumento de primeiro combate, servindo para desorganizar o adversário para só então sobreviver o ataque das centúrias patrícias. Ante as ameaças externas

e suas necessidades econômicas, os patrícios jamais poderiam abrir mão da massa plebeia, acabando por ceder parcialmente às suas reivindicações. Assim, em 490 a.C., os plebeus obtinham os tribunos da plebe, representantes políticos da plebe com poderes de vetar as decisões do Senado. Em 471 a.C., era criada a *Concilia Plebis*, ou **Assembleia da Plebe**, composta exclusivamente de plebeus e com a função de eleger seus magistrados.

Outra importante conquista da plebe foi quando, em 450 a.C., aprovou-se a **Lei das Doze Tábuas**. Tratava-se de uma compilação escrita das leis até então orais de Roma, redigidas em doze placas de bronze e afixadas nas paredes do Fórum, um local público ao qual qualquer cidadão teria acesso. Logo a seguir, em 445 a.C., a Lei Canuleia suspendeu a proibição de casamentos entre patrícios e plebeus.

Outras conquistas seguiram-se a essas. Em 367 a.C., a Lei Licínia Sêxtia aboliu a escravidão por dívida, franqueou aos plebeus a posse das terras do Estado (*ager publicus*) e estabeleceu a obrigatoriedade de um dos cônsules ser sempre plebeu. Em 286 a.C., as leis votadas pela Assembleia da Plebe passaram a ter validade em todo o Estado romano, originando a palavra plebiscito.

Vistas assim em sequência, essas leis podem causar a impressão de uma plena igualdade obtida pela plebe e de uma sensível melhora nas suas condições de vida. Entretanto, elas foram sendo obtidas ao longo de um período no qual Roma viu-se às voltas com outro processo de conseqüências decisivas para sua história e cujo efeito foi o de condenar a imensa maioria da plebe a uma situação de total marginalização, senão política, certamente econômica. Esse processo está ligado à expansão romana, que já no início da República dava seus primeiros passos.

## As origens da expansão

Pode-se considerar como marco inicial da expansão romana a vitória sobre os etruscos, em 395 a.C., e a anexação da Etrúria aos domínios romanos. Nesse momento, é possível perceber que as ações expansionistas de Roma têm um caráter mais defensivo, dado pela necessidade de eliminar inimigos potencialmente perigosos. O mesmo raciocínio aplica-se à luta contra Pirro, rei do Épiro, entre 281 e 275 a.C., que havia enviado tropas à península em apoio às cidades da Magna Grécia.

Entretanto, a vitória sobre os etruscos teve o efeito de provocar uma reação em cadeia. Fortalecidos por essa conquista e pela vitória sobre os gauleses, um povo que vivia ao norte da Península Itálica e que, em 387 a.C., havia chegado a invadir Roma, os romanos viram-se livres dos principais adversários que tinham em toda a península. Mais que isso, cada conquista exigia outras novas conquistas para garantir sua posse e segurança. Dessa forma, em um período muito curto, Roma viu-se no controle de toda a península, impondo seu domínio do norte da Itália até as regiões da Sicília.

Foi a posse dessa região pelos romanos que estabeleceu a rivalidade com a cidade de Cartago, relação que assinalaria um dos marcos mais importantes da República Romana.

## Expansão de Roma na Península Itálica



## As Guerras Púnicas e a conquista do Mediterrâneo

Vimos que a cidade de Cartago origina-se de uma colônia fundada pelos fenícios no extremo norte da África, a sudoeste da Sicília. Desde tempos muito remotos, os romanos chamavam essa região de Punis, daí chamar de Guerras Púnicas o conflito que envolveu Roma e Cartago entre 264 e 146 a.C.

Entre 264 e 202 a.C., Roma confrontou-se duas vezes com Cartago, sendo vitoriosa, e, em 146 a.C., arrasou totalmente sua rival.

A Primeira Guerra (264-241 a.C.) foi fruto direto da extensão dos domínios romanos à Sicília, onde herdou a rivalidade entre Cartago e as cidades da Magna Grécia. No decorrer do conflito, Roma transformou-se em potência terrestre e potência naval, obtendo o domínio sobre as ilhas da Sicília, Córsega e Sardenha, com a vitória.

A Segunda Guerra (219-202 a.C.) representou o mais sério desafio à sobrevivência do Estado romano. O general cartaginês Aníbal, considerado um dos maiores estrategistas de todos os tempos, conseguiu neutralizar toda a estrutura de defesa romana, invertendo a lógica do ataque. Naturalmente, as defesas romanas concentravam-se no Mediterrâneo, esperando um ataque óbvio de Cartago vindo do mar. Aníbal optou por uma ataque por terra, conduzindo seus exércitos pela Península Ibérica e sul da França, penetrando na Itália com um grande exército, pelos Alpes, ao norte.

Nessa operação, Aníbal mostrou, ao lado da sua genialidade tática, uma visão política da guerra. Sua passagem por regiões já incorporadas ao domínio romano fez com que fosse visto como libertador, obtendo aliados que o fortaleceram na luta contra Roma. Com isso, ele conseguiu aniquilar os exércitos romanos, devastando a Itália.



Fig 16 Ruínas da cidade de Cartago, destruída nas Guerras Púnicas.



## Transformações econômicas e sociais trazidas pela expansão

Naturalmente, uma expansão do porte da romana traria profundas transformações sociais e econômicas, as quais acabariam por modificar toda a estrutura interna de Roma.

Em primeiro lugar, as riquezas geradas pela expansão quase aniquilaram a pequena agricultura plebeia, voltada essencialmente para a produção de gêneros de consumo interno. Ao mesmo tempo, o vasto comércio que se desenvolvia ocupava o lugar antes pertencente à atividade agrícola. A ampla camada de pequenos proprietários tendeu a desaparecer, em função da concorrência dos gêneros advindos das províncias e do latifúndio patricio, o qual tinha seu crescimento fortemente apoiado na mão de obra escrava

O próprio crescimento da escravidão, um efeito direto da expansão, esteve ligado à miséria da plebe, visto que muitos escravos eram prisioneiros de guerra. Mesmo que, desde 367 a.C., a escravidão por dívida tivesse sido abolida, ao plebeu endividado só restava entregar a terra ao patricio em troca da dívida. Com isso, verificou-se em Roma um processo de concentração fundiária, com as grandes propriedades patricias transformadas em grandes latifúndios voltados a uma produção extensiva de exportação, à qual o trabalho escravo adaptava-se perfeitamente.

A miséria da plebe, sem terra e sem trabalho no campo, conduziu a um amplo processo de êxodo rural, concentrando em Roma toda uma massa miserável, fato que trouxe sérios desdobramentos em termos de tensão social e política.

O crescimento do comércio abriu possibilidades de enriquecimento a uma camada de plebeus urbanos, dando origem a um novo setor social: os homens novos, ou cavaleiros. Ao mesmo tempo que sua condição plebeia lhes impunha uma situação de marginalização política, sua riqueza tornava-os naturais adversários do Estado patricio, o que também representou um elemento a conspirar contra a ordem republicana.

A expansão trouxe ainda um forte componente militar. No rastro das conquistas romanas, e da necessidade de uma força militar mais eficiente, o exército romano passara por um processo de profissionalização a partir do século II a.C. A antiga estrutura centuriada, baseada nos cidadãos recrutados em época de guerra, cedeu lugar a uma força permanente, na qual os guerreiros recebiam o soldo para combater (daí a designação de soldados), submetidos a uma hierarquia rígida, no topo da qual se achavam os generais. Com isso, cada general romano passou a significar um poder extraordinário, o que alimentava suas ambições políticas e fazia do exército uma força política à margem da estrutura republicana.

O conjunto dessas transformações teve por efeito enfraquecer o poder patricio como este fora concebido em 509 a.C. A luta de plebeus miseráveis e escravos por melhores condições de vida e de generais e homens novos pelo poder fez com que os últimos dois séculos da República fossem caracterizados por lutas internas e guerras civis, que acabaram, em última análise, resultando na queda do

regime republicano. Não por acaso, esse período é conhecido como a crise da República.

## A crise da República

Um dos principais elementos de tensão política da República era a situação de miséria que atingia a plebe ociosa e concentrada em Roma. Em 133 a.C., Tibério Graco, eleito tribuno da plebe, embora fosse de origem patricia, propôs uma lei de reforma agrária, que limitava a posse das terras do Estado (*ager publicus*) em 500 *juggera*, cerca de 310 hectares, por indivíduo. Todas as terras que excedessem a esse limite seriam revertidas ao Estado, que as redistribuiria em pequenos lotes aos cidadãos sem terra. A reação do Senado e da elite patricia fez com que Tibério Graco fosse assassinado, junto com seus seguidores, em 132 a.C.



Fig. 13 Escultura de bronze dos irmãos Graco, feita por Eugène Guillaume, século XIX.

Dez anos mais tarde, seu irmão, Caio, também tribuno da plebe, tentou executar um programa mais ambicioso. Aplicou a lei de reforma agrária em Cápuia e Tarento, permitiu aos cavaleiros o acesso aos tribunais que julgavam as finanças provinciais, prometeu a cidadania romana aos aliados itálicos e decretou a Lei Frumentária, que determinava a venda de trigo a preços baixos aos plebeus. Reeito em 122 a.C., mas derrotado no ano seguinte, Caio tentou um golpe de Estado, que resultou no massacre de seus seguidores; no final, Caio ordenou que um escravo o matasse.

A reação à morte de Caio levou a uma ampla revolta popular que agravou ainda mais a tensão política em Roma. A vida política passou a ser dividida em dois agrupamentos, o partido aristocrático, composto de patricios membros das elites tradicionais e que desejava manter seu poder e a ordem vigente, e o popular, que lutava pela realização de reformas. A própria instabilidade política abriu espaço à ação dos generais, que usavam seu prestígio e poderio militar para fazer carreira política em um dos partidos.

Um deles, chamado Caio Mário, conseguiu chegar ao poder entre 105 e 100 a.C. De origem plebeia, Mário era o homem mais rico de Roma, um homem novo que, graças a

sua riqueza, foi galgando postos dentro do exército romano. Chegando a general, conquistou a Numídia, em 106 a.C., derrotando também povos germânicos que ameaçavam os domínios romanos. Seu prestígio fez com que se impusesse como ditador por seis vezes seguidas, em um flagrante ato inconstitucional, mas com apoio do partido popular. A Caio Mário deve-se a formação do exército proletário e profissional, no qual os legionários se alistavam por 25 anos, recebendo soldo, parcelas do espólio de guerra e um lote de terra quando tinham baixa. Mário permitiu aos homens livres pobres o acesso a uma ocupação remunerada; seu exército, contudo, era um instrumento político.

Entre 99 a.C. e 82 a.C., o partido popular dominou Roma, especialmente por meio de Mário (morto em 86 a.C.), salvo breves intervalos. Foi somente com sua morte que o partido aristocrático logrou recuperar o poder, através de **Sila**, um general cujo prestígio vinha também no rastro de conquistas militares. Sila tomou o poder em Roma, estabelecendo uma ditadura militar (82-79 a.C.). Restaurou o poder do Senado em sua plenitude, revogou as prerrogativas legislativas do Tribuno da Plebe e restringiu os direitos jurídicos dos cavaleiros. Baniu numerosos senadores e cavaleiros, suspeitos de serem simpatizantes do partido popular, lhes confiscando os bens e excluindo seus descendentes da vida pública.

Esse conjunto de ações deixa claro que o Senado não reconhecia em si condições de manter o poder, mesmo quando o partido aristocrático recuperava o controle da vida pública. Assim, optava por delegá-lo a uma ditadura.

Sila cria um vácuo político em Roma quando, ao se encerrar seu período ditatorial, se recusou a dar um golpe; gesto inesperado.

Em 70 a.C., **Crasso**, que se notabilizou por esmagar a rebelião de escravos liderada por **Espártaco** (73 a.C.), e **Pompeu**, vencedor da revolta nacionalista de Sertório, na Ibéria (78-72 a.C.), elegeram-se cônsules. Contra eles ergueu-se uma conspiração patricia, chefiada por Catilina. A necessidade de ampliar sua base de apoio levou os dois cônsules a se aliarem a um sobrinho de Mário, Caio Júlio (mais tarde conhecido como Júlio César), principal líder do partido popular e herdeiro da incalculável fortuna deixada por Mário. Essa aliança, firmada em 60 a.C., totalmente ilegal, segundo a composição institucional da República, ficou conhecida como **Primeiro Triunvirato**.

Os três líderes dividiram entre si a jurisdição do Império, cabendo, a Crasso, o Oriente; a Pompeu, a Ibéria; e a Júlio, a Gália, território ainda independente de Roma. A morte de Crasso, em 53 a.C., inevitavelmente colocou Júlio e Pompeu frente a frente. O fortalecimento militar de Júlio, que conquistara a Gália e ampliara intensamente seu poder, fez com que o Senado passasse a temer suas ambições políticas. Por isso, numa tentativa de detê-lo, em 49 a.C. Pompeu foi nomeado cônsul único pelo Senado. Ao mesmo tempo, chamava Júlio de volta a Roma, numa clara manobra para esvaziar seu poder militar.

Pronunciando a famosa frase *Alea jacta est* ("A sorte está lançada"), Júlio entrou em Roma à frente de seus

exércitos, configurando um inegável golpe de Estado. Abalado com o prestígio popular de Júlio, Pompeu fugiu para a Grécia, onde foi derrotado em 48 a.C.

Em 46 a.C., senhor absoluto de Roma, Júlio fez-se proclamar ditador por dez anos, de onde vem o título de **César** atribuído a outros governantes. Seu período de ditadura foi curto, sofrendo forte oposição do Senado, que via nele uma clara ameaça, por sua ambição de instaurar uma monarquia hereditária de tipo helenístico. Em 44 a.C., César foi assassinado a punhaladas na saída de uma reunião do Senado. Esse assassinato foi fruto de uma conspiração que reuniu senadores, republicanos idealistas, partidários de Pompeu e elementos de seu próprio círculo.



**Fig. 14** Lionel-Noël Royer. *Vercingetorix joga suas armas aos pés de Júlio César*, 1899. Museu Crozatier de Puy-en-Velay, França. As conquistas de Júlio César praticamente deram contorno final ao Império Romano. Na reprodução, Vercingetorix, líder gaulês, rende-se a Júlio César.

O projeto do Senado de recuperar o poder não se realizou, contudo, com a morte de Júlio César, em razão de dois fatores. O primeiro foi a violenta reação da plebe, a quem César mimara com a distribuição do trigo das regiões conquistadas e com a doação de parte da sua fortuna pessoal. O segundo, e mais importante, foi a reação do exército.

**César:** título que se originou do nome de família de Júlio César, que governou Roma como monarca sem coroa de 49 a.C. a 44 a.C. Otávio, sobrinho e filho adotivo de César, tomou o nome do tio e também o título de Augusto. Os quatro imperadores romanos seguintes, por intermédio de família ou adoção, tiveram todos direito ao nome de César, que se tornou tão estreitamente associado à ideia de imperador que era uma espécie de título. Ao escolher uma pessoa para sucedê-lo como governante supremo, o imperador conferia a seu herdeiro o título de César. Na época do Império Bizantino, qualquer pessoa escolhida como governante de um país que fizesse parte do Império podia ser chamada de César. Na língua russa, esse título tornou-se czar; em alemão, César passou a ser *kaiser*.

Durante os anos de seu governo, César trouxera o exército cada vez mais para o centro das decisões, em sua política de neutralizar o poder do Senado. A morte de César foi, assim, tomada pelo exército como um golpe contra ele, motivando uma reação que o tornaria o centro da vida política em Roma. Não por acaso, foi, na prática, o

exército quem tomou o poder, o que pode ser facilmente observado na composição do governo que ascendeu logo após a morte de César: composto de Otávio, sobrinho e herdeiro de César; Lépido, antigo comandante das suas forças de cavalaria, e Marco Antônio, seu mais hábil general. Em 43 a.C., esses três homens formaram o **Segundo Triunvirato**.

A ascensão do Segundo Triunvirato deu origem a uma violenta repressão sobre os conspiradores que haviam participado do assassinato de César. Instalou-se um clima de perseguições e mortes, impondo o terror sobre o Senado. Claramente, é o exército quem detém o poder, e toda a luta política resume-se agora à busca de sua plena aceitação. Foi nesse contexto que, em 33 a.C., Marco Antônio controlava as províncias orientais e Lépido foi derrotado por Otávio, que já dominava a Itália e as províncias ocidentais. Restando só Marco Antônio e Otávio, o conflito entre ambos tornou-se inevitável.

O estopim para o conflito foi representado pela questão do Egito, a qual vinha se arrastando desde o governo de Júlio César. Este, para ampliar seu poder contra o Senado, inclusive o militar, havia feito um acordo com a herdeira do trono egípcio, Cleópatra, colocando-a no trono contra seu irmão, Ptolomeu XIII. No confronto com Otávio, Marco Antônio buscou uma aproximação com o Egito, vista como perigosa aos interesses romanos, uma vez que Cleópatra tinha um filho com Júlio César. Otávio usou essa aproximação para aglutinar o exército romano em torno de seu nome, contra Marco Antônio.

A última guerra civil da República terminou em 31 a.C., com o suicídio de Marco Antônio e de Cleópatra após a grande derrota de Ácio, na Grécia, e com a vitória definitiva de Otávio, que transformou o Egito em sua província pessoal.

Cristalizou-se, assim, um poder pessoal, fortemente apoiado no exército. Mais que isso, usando métodos semelhantes aos de seu tio, Júlio César, Otávio apoderou-se das abundantes colheitas do Egito, passando a abastecer a plebe romana com trigo gratuito. Além disso, o gigantesco tesouro egípcio, acumulado ao longo de milênios, permitiu a ele formar um grande exército diretamente sob sua autoridade. Submetido pela força e pelo apoio popular a Otávio, o Senado viu-se obrigado a referendar esse poder, concedendo-lhe uma série de títulos. O primeiro deles foi o de *princeps senatus*, ou primeiro senador, o que lhe permitia presidir o Senado. A simples concessão desse título já representa uma clara inversão na própria estrutura da República. A existência de um poder acima do Senado significava um passo decisivo no caminho da centralização do poder. Esse período, inclusive, já é conhecido como Principado, dando a entender que não é exatamente a forma republicana de governo que tem o poder em Roma.

Os demais títulos recebidos por Otávio apenas confirmaram essa tendência: *imperator*, ou comandante e chefe do exército; tribuno da plebe, que lhe dava o direito de falar em nome da plebe nas reuniões do Senado, e pontífice máximo, que lhe concedia a chefia da religião oficial.

O corolário desse processo foi a concessão a ele do título de Augusto (o escolhido dos deuses), título que o colocava acima dos mortais comuns, dando-lhe o direito de indicar seus sucessores. Era a constatação definitiva do fim da República e do retorno à forma monárquica de governo, caracterizando a fase do Império.

## O Alto Império (27 a.C.-235 d.C.)

Tradicionalmente, o período do Império em Roma é dividido em duas fases distintas. O Alto Império estende-se da sacração de Otávio em 27 a.C. até por volta do século III d.C. e constitui o período de consolidação e apogeu do Império. O Baixo Império, do século III ao V, representa o momento de crise e decadência do Império, até o seu final em 476.

Em termos políticos, o Império teve por base a centralização do poder nas mãos do imperador, fortemente apoiado no exército. As prerrogativas do Senado, embora formalmente mantidas, foram drasticamente reduzidas na prática, restando-lhe apenas a administração da Itália e das províncias sem guarnições militares (províncias senatoriais). O imperador controlava a religião, o exército, as funções legislativa e judiciária, as finanças do Estado, a política externa e as províncias mais importantes.

A redução do poder do Senado causou choques entre este e o poder imperial, os quais sempre foram resolvidos pelo uso da força militar na qual se apoiava o imperador. Lembramos que o poder efetivo estava nas mãos do exército, sendo o imperador apenas aquele a quem o exército aceitava como governante. As seguidas crises sucessórias, golpes, assassinatos e conspirações mostram exatamente essa característica. O exército, com um efetivo de mais de 300 mil homens, foi estacionado ao longo das fronteiras do Império, o limes, para resguardá-lo dos ataques bárbaros. Formava uma força profissional, composta de legiões, de recrutamento obrigatório entre os cidadãos romanos; e de forças auxiliares, de recrutamento provincial. Augusto criou também uma força militar de elite, a Guarda Pretoriana, aquartelada em Roma, para a proteção pessoal do imperador.

A sociedade foi dividida em três ordens, segundo um critério censitário, formando-se a Senatorial, que possuía privilégios políticos; a Equestre, que permitia o acesso aos cargos públicos; a Inferior, que abrangia a maioria dos cidadãos. Com isso, Otávio ganhava o apoio dos comerciantes ricos. Ao mesmo tempo, como forma de compensar a perda de poder do Senado, ele acumulava os senadores com regalias que os tornavam dependentes do poder imperial.

O controle sobre a plebe era efetuado através da política de concessão de alimentos, iniciada por Júlio César e ampliada por Otávio. Também foram criados grandes espaços públicos para a realização de jogos, corridas de bigas e combates de gladiadores, de modo a dar à plebe uma forma de diversão que permitisse manter a revolta social em um nível controlável. Era a política do “pão e circo”.

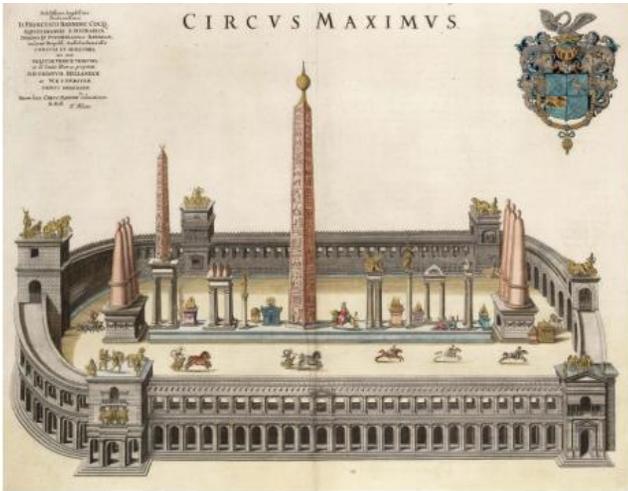


Fig 15 J. Blaeu. Circo máximo, 1649.

Economicamente, o Império assentava-se sobre o trabalho escravo e a riqueza gerada pelas províncias, tanto pelos tributos pagos quanto pelo comércio altamente lucrativo que Roma mantinha com elas. A manutenção dessa riqueza dependia essencialmente do exército, o que ampliava ainda mais sua importância para o Império.

Augusto foi o primeiro imperador da denominada dinastia **Júlio-Claudiana**, que permaneceu no poder até 68 d.C. Seus integrantes foram Tibério (14-37); Calígula (37-41); Cláudio (41-54), que incorporou ao império a Mauritânia e a Bretanha, e Nero (54-68).

A morte de Nero, forçado ao suicídio, fez eclodir a primeira crise sucessória imperial. O exército impôs seus comandantes em rápida sucessão: Galba, apoiado pelas legiões da Ibéria; Oto, candidato da Guarda Pretoriana, e Vitélio, comandante da Gália. O estado de guerra civil gerado durante essas sucessões acabou vencido por Vespasiano, comandante do exército do Oriente. Vespasiano governou de 69 a 96, sendo sucedido por seus filhos, Tito (79-81) e Domiciano (81-96), formando a dinastia dos **Flávios**.

A dinastia seguinte, dos **Antoninos**, caracterizou o século de ouro do Império. Foi composta de Nerva (96-98); Trajano (98-117), que ampliou o Império pela conquista da Dácia, Armênia e Mesopotâmia, dando-lhe sua maior extensão territorial; Adriano (117-138), que deu início à edificação de grandes muralhas de pedra nas fronteiras imperiais; Antonino Pio (138-161); Marco Aurélio (161-180), o “imperador filósofo”, que defendeu as fronteiras do Danúbio das invasões bárbaras, e Cômodo (180-192).

## O Império Romano



O assassinato de Cômmodo por uma conspiração palaciana jogou o Império em um estado de anarquia e de guerras civis generalizadas. Os vários comandantes militares apoiaram-se nas legiões para usurpar o poder imperial. Após cinco anos de lutas, o general das tropas do Danúbio, Septímio Severo, sagrou-se vencedor.

A última dinastia do Alto Império, a dos Severos, pode ser denominada Monarquia Militar prenunciando a grave crise que se avizinhava. A sucessão tornou-se hereditária, restrita à família dos Severos, que se portavam como monarcas orientais. Compuseram a dinastia Septímio Severo (197-211), Geta (211-212), Caracala (212-217), Elogábalo (218-222) e Severo Alexandre (222-235).



Fig. 17 Escultura do imperador Marco Aurélio

autoridades religiosas judaicas, foi julgado, culpado de **sedição** e crucificado por ordem do procurador romano Pilatos no ano de 33, durante o governo de Tibério.

Os apóstolos encarregaram-se de disseminar a nova doutrina, destacando-se entre eles Pedro, apontado por Jesus como o responsável pela fundação de sua Igreja, e Paulo, que deu ao cristianismo um sentido de universalismo, tornando-o acessível a todos os povos pagãos (não cristãos) e descaracterizando-o como privilégio de um grupo eleito.

A organização do cristianismo foi lenta. Inicialmente, havia apenas **padres**, ou presbíteros, encarregados das necessidades espirituais da comunidade, e **diáconos**, encarregados das necessidades materiais; posteriormente, surgiram os **bispos** (vigilantes), que passaram a comandar os fiéis de cada província. No século II, apareceram as primeiras escolas para a formação do clero, as autoridades da Igreja em oposição aos membros comuns. Também os bispos das capitais provinciais passaram a ser chamados de **metropolitanos**, os das grandes cidades de **patriarcas**, e o de Roma, tido como sucessor de Pedro, **papa**.

Nos três primeiros séculos de sua existência, o cristianismo teve que ser praticado às ocultas, com seus adeptos sofrendo duras perseguições, a exemplo das realizadas por ordem de Nero, Domiciano, Trajano, Marco Aurélio e Septímio Severo.

As perseguições foram causadas por motivos políticos. Primeiro, os cristãos recusavam-se a cultuar a deusa Roma, símbolo da unidade imperial, e a aceitar a divinização dos imperadores. E segundo, graças a sua mensagem redentora, o cristianismo obteve enorme sucesso entre os excluídos da sociedade romana (mulheres, pobres e, especialmente, escravos), o que lhe deu um caráter subversivo

## A evolução do cristianismo

O cristianismo surgiu na Palestina, região sob controle romano desde 64 a C. Baseou-se nas pregações de **Jesus**, ou **Cristo** (tradução latina da palavra grega **ungido**, consagrado), que se dizia o **Messias**, isso é, o Filho de Deus, que segundo os profetas estabeleceria o domínio do povo judeu sobre a Terra

Segundo os Evangelhos (em grego, “boa-nova”), Jesus recrutou um grupo de seguidores, os **apóstolos**, e difundiu uma doutrina baseada no amor ao próximo, no perdão às ofensas e no desapego aos bens materiais, insistindo que seu reino era no Céu, e não na Terra. Repudiado pelas

**Ungido:** aquele que recebeu óleos sagrados. No caso de Jesus, unguido por Deus.

**Sedição:** sublevação contra autoridades; revolta, motim; perturbação da ordem pública; desordem

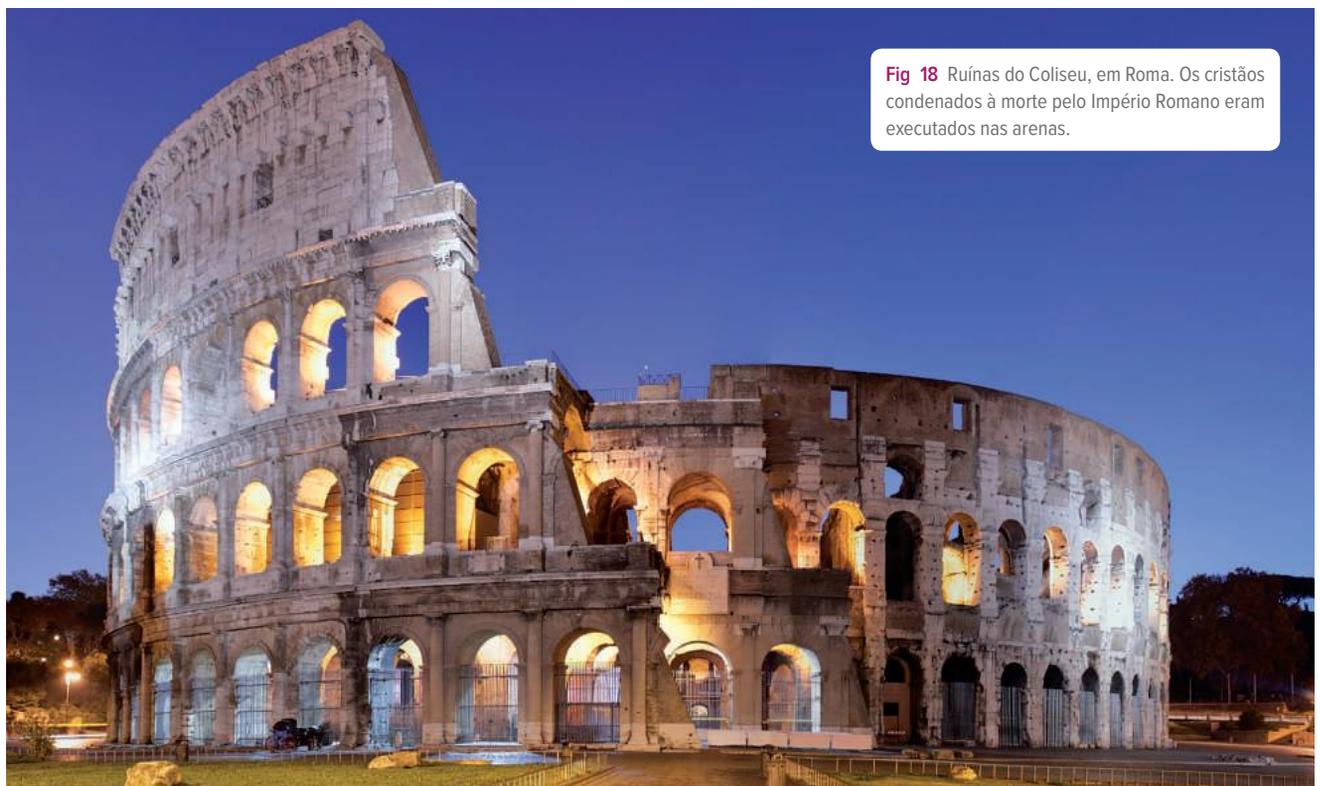


Fig 18 Ruínas do Coliseu, em Roma. Os cristãos condenados à morte pelo Império Romano eram executados nas arenas.

© S. Greg Pinosier/Stockphoto

Essas perseguições acabaram por fortalecer a doutrina. Seus adeptos uniram-se, aceitando o martírio sem hesitação, já que acreditavam na salvação, e seu exemplo fez novos e numerosos adeptos, especialmente em uma época de crise e de falência dos poderes públicos.

Além disso, o cristianismo também trazia noções de pacifismo e de igualdade entre as pessoas, o que acabou contribuindo para a desagregação de escravismo e também para a queda do Império.

## A crise do século III e o Baixo Império (séculos I-V)

A base da economia romana era a escravidão, e sua fonte de abastecimento mais dinâmica era o afluxo de prisioneiros de guerra estrangeiros. Ao longo do século I, como o expansionismo sistemático cessou, ela viu-se com dificuldades. O comércio de escravos somado a sua reprodução natural e o recurso de se permitir a instalação em massa de tribos germânicas vencidas nos territórios imperiais permitiram que o sistema escravista continuasse funcionando, mas nunca no volume requerido para repor as perdas causadas pelas epidemias e guerras civis

A ação conjunta desses fatores colocou o Império em uma precária situação que, por volta de 235, quando eclodiram violentas e generalizadas lutas pela sucessão, resultou em cinco décadas de desequilíbrio crônico, caracterizando uma **crise estrutural**. Ocorreu o desequilíbrio entre a força dos exércitos romanos e a massa de bárbaros invasores; entre as despesas do Estado e sua arrecadação; entre a produção e o consumo; entre os campos e as cidades; entre a proporção de escravos e de homens livres.

O resultado foi a desestruturação do sistema escravista, com a implantação do **colonato** e amplo processo de **ruralização** na área ocidental do Império. O número de escravos rurais diminuiu, e eles fundiram-se em uma massa de **colonos**, composta de arrendatários, pequenos proprietários, cultivadores bárbaros e plebeus que abandonavam as cidades. Paralelamente, as cidades passaram por um processo de perda de vitalidade econômica, sendo substituídas, como centros produtivos, pela **vila**, o latifúndio com seus colonos. O campo tornou-se mais seguro que a cidade. Os grandes proprietários passaram a acolher todos aqueles que se sentiam oprimidos pelo Estado, que se tornava cada vez mais fiscalista, apoiado em uma enorme e ineficiente estrutura burocrática. Difundiu-se, assim, a prática do **patronato**. As manipulações monetárias tornaram-se uma constante, provocando inflação e favorecendo as transações em gêneros naturais. O próprio exército se enfraqueceu e passou por um processo de **barbarização**. A segurança do Império passou cada vez mais a depender dos aliados bárbaros, instalados como **federados** nas fronteiras e mesmo substituindo os cidadãos romanos nas legiões

### O Baixo Império (284-476)

A crise do século III afetou de modo irreversível a civilização romana. Mesmo recobrando a unidade territorial e a centralização administrativa, sob o governo de enérgicos imperadores soldados, após meio século de anarquia,

a área ocidental do Império passou por um acentuado processo de decadência. O colonato, o patronato e a barbarização avançaram. E quando a pressão dos hunos, a partir do final do século IV, provocou as grandes migrações germânicas, o processo de ruralização transformou-se em êxodo urbano e o Império fragmentou-se, sendo substituído por novas organizações políticas, os **reinos bárbaros**.

Poucos imperadores merecem destaque nesse período: Diocleciano (284-305) proibiu os cultivadores de abandonar a terra, tornando o colonato uma instituição. Tentou tabelar os preços, baixando o Edito do Máximo, e dividiu o governo do Império entre quatro generais (Tetrarquia), medida abandonada por seus sucessores Constantino (313-337) decretou a hereditariedade das funções profissionais, buscando assegurar o funcionamento dos serviços essenciais, concedeu liberdade de culto aos cristãos (**Edito de Milão**, 313) e fundou uma nova capital, Constantinopla, no Oriente, a área mais rica e populosa do Império. Teodósio (378-395) transformou o cristianismo em religião oficial (**Edito de Tessalônica**, 380) e dividiu oficialmente o Império em duas unidades político-administrativas, o Império do Ocidente e o Império do Oriente.

Durante o século V, os bárbaros germânicos esfacelaram o Império do Ocidente. Os visigodos saquearam Roma em 410, os vândalos, em 455, e, em 476, os hérulos depuseram o último imperador, Rômulo Augusto.

## A cultura romana

Em termos culturais, o traço mais característico da civilização romana foi sua capacidade de **incorporar as culturas** dos povos dominados e daqueles com quem os romanos tiveram contato, antes mesmo da dominação. Um exemplo são os traços gregos na formação romana original, incidindo inclusive na própria religião romana, politeísta e fortemente inspirada na grega.

Na religião, o primeiro traço a diferenciar a cultura grega da romana surgiu no período imperial, com o costume de deificar os imperadores após sua morte, clara influência das culturas orientais. A partir do século III, há a influência cristã, com o cristianismo difundindo-se entre todas as camadas sociais e de tal maneira que acaba sendo elevado a religião oficial do Império no século IV.

Apesar da influência, os romanos, diferentemente dos gregos, apresentaram uma tendência bastante acentuada ao pragmatismo em termos culturais, desenvolvendo-se em áreas diretamente necessárias à administração do Império e à superação das tensões sociais. Dessa forma, a arquitetura romana notabilizou-se pela realização de obras públicas, como estradas, pontes, aquedutos e edifícios públicos, em detrimento dos templos que foram a marca registrada da arquitetura grega.

No campo das realizações intelectuais, a literatura trouxe nomes como Cícero, considerado o maior orador romano, o historiador Tito Lívio e os poetas Ovídio e Virgílio. Entretanto, a área mais privilegiada da atuação romana foi o Direito, dividido em *Jus Naturale*, o Direito Natural; em *Jus Gentium*, o Direito dos Povos, base do direito internacional, e em *Jus Civile*, o Direito Civil, exclusivo aos cidadãos romanos. Suas formulações básicas até hoje influenciam o direito dos povos ocidentais

## Revisando

1 Quais as principais contribuições de Drácon e Sólon para atenuar os conflitos sociais que marcaram Atenas durante o Período Arcaico?

---

---

---

---

---

2 Identifique e comente as principais diferenças entre Esparta e Atenas quanto à organização política.

---

---

---

---

---

3 Estabeleça a relação entre a Liga de Delos, a hegemonia ateniense e a Guerra do Peloponeso.

---

---

---

---

---

4 Qual a principal razão da rivalidade entre Roma e Cartago e quais as consequências das Guerras Púnicas para os cartagineses?

---

---

---

---

---

5 Quais as modificações na estrutura do Estado romano geradas pelo Império em comparação à antiga estrutura republicana?

---

---

---

---

---

6 **Fuvest** Para explicar o fim do Império Romano, foram defendidas teses extremadas, como a de A. Paganiol, para quem *Roma foi assassinada* e a de F. Lot, para quem *Roma morreu de morte natural*.

a) No que consistem tais teses?

---

---

---

---

---

b) Por que elas não explicam satisfatoriamente o processo de crise e queda do Império Romano?

---

---

---

---

---

## Exercícios propostos

- 1 Fuvest 2017** Em relação à ética e à justiça na vida política da Grécia Clássica, é correto afirmar:
- A Tratava-se de virtudes que se traduziam na observância da lei, dos costumes e das convenções instituídas pela pólis.
  - B Foram prerrogativas democráticas que não estavam limitadas aos cidadãos e que também foram estendidas aos comerciantes e estrangeiros.
  - C Eram princípios fundamentais da política externa, mas suspensos temporariamente após a declaração formal de guerra.
  - D Foram introduzidas pelos legisladores para reduzir o poder assentado em bases religiosas e para estabelecer critérios racionais de distribuição.
  - E Adquiriram importância somente no período helenístico, quando houve uma significativa incorporação de elementos da cultura romana.
- 2** No território da Antiga Grécia existiam dezenas de cidades Estados, com área e população variáveis, destacando-se Atenas, Tebas, Mégara, Esparta, Corinto, Mileto e Argos. Acerca das cidades Estados, base da organização política que caracterizou o povo grego, é correto afirmar que:
- A possuíam uma organização econômica solidária.
  - B eram politicamente autônomas.
  - C mantinham política comum.
  - D possuíam princípios religiosos antagônicos.
  - E estavam unidas na política de organização do Mediterrâneo.
- 3 Mackenzie** Na Grécia havia uma lenda que tentava explicar a sua origem. Segundo ela, um monstro chamado Minotauro, cabeça de touro e corpo de homem, habitava um labirinto e obrigava o povo a pagar pesados tributos. Exigia também a entrega de jovens mulheres para servi-lo. Dizia-se que o labirinto era inacessível e todos os que tentaram nele entrar, para enfrentar e vencer o Minotauro, acabaram fracassando, perdendo-se nas suas inúmeras dependências. Porém, um dia, um jovem grego chamado Teseu, filho do rei Egeu, corajosamente, dirigiu-se para o labirinto e, ajudado por Ariadne, uma das servas do Minotauro, conseguiu encontrar o monstro e destruí-lo, conquistando a liberdade para a Grécia.
- Cláudio Vicentino.
- Os historiadores relacionam essa lenda às origens da civilização grega. Assinale a alternativa que apresenta o período a que se refere a lenda.
- A Helenístico
  - B Arcaico
  - C Homérico
  - D Micênico
  - E Clássico
- 4** No sentido contemporâneo do termo, especialmente na implicação de unidade política, a palavra *nação* não pode ser aplicada à Grécia Antiga, porque:
- A prevaleciam padrões culturais diferenciados nas várias regiões.
  - B as formas de governo foram únicas, mas guardavam total autonomia.
  - C não havia unidade de língua e religião entre as várias populações urbanas.
  - D as cidades eram independentes nos assuntos de seu próprio interesse.
  - E predominavam as tendências à proibição de atividades econômicas semelhantes.
- 5** Os gregos, na Antiguidade, não possuíam unificação política, não formavam um Estado unificado. Assim, concluímos que:
- A somente de forma esporádica conheceram momentos de unificação: a Confederação de Delos, sob a hegemonia de Esparta.
  - B a falta de unificação política foi representada pela própria existência da cidade-Estado autônoma.
  - C o tipo de organização política adotada pelos gregos aproximava-os das sociedades tribais do Extremo Oriente.
  - D a falta de unificação política gerou a ausência de unidade cultural, haja vista as várias línguas faladas na Grécia.
  - E o sistema político grego, predominantemente oligárquico, supriu a ausência do Estado unificado.
- 6** Em relação ao sistema produtivo das cidades-Estados gregas, pode-se dizer que predominava:
- A o trabalho de camponeses livres, rendeiros dependentes e artesãos urbanos.
  - B o trabalho comunal nas aldeias agrícolas, sendo a escravidão secundária.
  - C a escravidão, então convertida em um modo de produção sistemático.
  - D o trabalho livre junto às propriedades rurais e pequenas unidades artesanais.
  - E a vassalagem originária das estruturas indo-europeias.
- 7 Famerp 2018** Com esta civilização surge [...] uma vida econômica dominada pelo comércio marítimo. Tal traço lhe atribui uma originalidade precisa entre as civilizações orientais, às quais ela se liga por tantos laços. Isto era inevitável, numa ilha onde a natureza impunha ao homem condições de vida muito diversas das reinantes nos vales do Nilo e do Eufrates.
- AYMARD, André; AUBOYER, Jeannine. "O homem no Oriente próximo". In: *O Oriente e a Grécia Antiga*, vol. 2, 1962.

O excerto destaca a originalidade da civilização cretense, entre 2000 e 1400 a.C., em relação às sociedades do Mediterrâneo Oriental e do Oriente Médio, caracterizadas

- A pela alta produção de gêneros alimentícios com um mínimo de esforço individual.
- B pela inexistência de contatos comerciais com economias dos povos vizinhos.
- C pela divisão socialmente igualitária dos bens produzidos em grande escala.
- D pelo conhecimento dos segredos da escrita pela casta de produtores agrícolas.
- E pela presença do trabalho coletivo em regiões favoráveis à economia agrícola.

- 8 FICSAE 2017** Por muito tempo, entre os historiadores, pensou-se que os gregos formavam um povo superior de guerreiros que, por volta de 2000 a.C., teria conquistado a Grécia, submetendo a população local. Hoje em dia, os estudiosos descartam esta hipótese, considerando que houve um movimento mais complexo. Segundo o pesquisador Moses Finley, a “chegada dos gregos significou a introdução de um elemento novo que se misturou com seus predecessores para criar, lentamente, uma nova civilização e estendê-la como e por onde puderam”

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001. (Adapt.).

Segundo o texto, a formação da Grécia antiga ocorreu

- A de forma negociada, por meio de alianças e acordos políticos entre os líderes das principais tribos nativas da Península Balcânica
- B de forma gradual, a partir da integração de povos provenientes de outras regiões com habitantes da parte sul da Península Balcânica
- C de forma planejada, pela expansão militar dos povos nativos da Península Balcânica sobre territórios controlados por grupos bárbaros
- D de forma violenta, com a submissão dos habitantes originais da Península Balcânica a conquistadores recém chegados do norte

- 9 Fuvest** A história da Antiguidade Clássica é a história das cidades, porém, de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura

K. Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*.

Em decorrência da frase de Marx, é correto afirmar que:

- A os comerciantes eram o setor urbano com maior poder na Antiguidade, mas dependiam da produção agrícola
- B o comércio e as manufaturas eram atividades desconhecidas nas cidades em torno do Mediterrâneo.
- C as populações das cidades greco-romanas dependiam da agricultura para a acumulação de riqueza monetária
- D a sociedade urbana greco-romana se caracterizava pela ausência de diferenças sociais
- E os privilégios dos cidadãos das cidades gregas e romanas se originavam da condição de proprietários rurais

- 10 Fuvest** Ao povo dei tanto privilégio quanto lhe bastasse, nada tirando ou acrescentando à sua honra. Quanto aos que tinham poder e eram famosos por sua riqueza, também tive cuidado para que não sofressem nenhum dano... e não permiti que nenhum dos dois lados triunfasse injustamente

Sobre esse texto, é correto afirmar que seu autor:

- A o dramaturgo Sólon, reproduz um famoso discurso de Péricles, o grande estadista e fundador da democracia ateniense.
- B o demagogo Sólon, recorre à eloquência e à retórica para enganar as massas e assim obter seu apoio para alcançar o poder
- C o tirano Sólon, lembra como, astutamente, acabou com as lutas de classes em Atenas, submetendo ricos e pobres às mesmas leis.
- D o filósofo Sólon, evoca de maneira poética a figura do lendário Drácon, estadista e criador da democracia ateniense.
- E o legislador Sólon, exprime o orgulho pelas leis, de caráter democrático, que fez aprovar em Atenas quando governou a cidade

- 11 Famerp 2018 (Adapt.)** Leia o texto para responder à questão.

O Ocidente havia conhecido somente três modos de acesso ao poder: o nascimento, o mais importante, a riqueza, muito secundário até o século XIII salvo na Roma Antiga, o sorteio, de alcance limitado entre os cidadãos das cidades gregas da Antiguidade

Jacques Le Goff. *Os intelectuais na Idade Média*, 1985. Adaptado.

Na democracia ateniense da Antiguidade, havia um modo de exercício do poder político, que consistia no sorteio

- A de cidadãos para o exercício de funções administrativas por um curto período de tempo.
- B de indivíduos da população da cidade para participarem da assembleia dos cidadãos na ágora.
- C de habitantes mais hábeis militarmente e mais cultos para comporem o conselho político da *pólis*
- D de homens e mulheres descendentes de gregos para governarem a cidade nos tempos de paz.
- E de estrangeiros aliados da cidade para auxiliarem os cidadãos nas decisões concernentes às relações entre as *poleis*.

- 12 Unesp 2017** Apesar de sua dispersão geográfica e de sua fragmentação política, os gregos tinham uma profunda consciência de pertencer a uma só e mesma cultura. Esse fenômeno é tão mais extraordinário, considerando-se a ausência de qualquer autoridade central política ou religiosa e o livre espírito de invenção de uma determinada comunidade para resolver os diversos problemas políticos ou culturais que se colocavam para ela.

FINLEY, Moses I. *Os primeiros tempos da Grécia*, 1998. (Adapt.)

O excerto refere-se ao seguinte aspecto essencial da história grega da Antiguidade:

- A a predominância da reflexão política sobre o desenvolvimento das belas-artes.
- B a fragilidade militar de populações isoladas em pequenas unidades políticas.
- C a vinculação do nascimento da filosofia com a constituição de governos tirânicos.
- D a existência de cidades-estados conjugada a padrões civilizatórios de unificação.
- E a igualdade social sustentada pela exploração econômica de colônias estrangeiras

**13 Famema 2020** Leia o excerto sobre a preparação dos rapazes na Grécia Antiga para exercer seu papel de cidadão e pai de família.

Dois tipos de iniciação persistiam nas épocas clássica e helenística em Atenas. A primeira, de origem mais arcaica, era a apresentação do adolescente à *fratria*<sup>1</sup> paterna, inicialmente em um sacrifício oferecido pelo pai aos deuses Zeus e Atena. A segunda, provavelmente estabelecida na época clássica, era o serviço militar, chamado *efebia*. Ambas tinham igual importância para os gregos do período, e era indispensável que o jovem passasse pelas duas.

Maria Beatriz Florenzano. *Nascer, viver e morrer na Grécia Antiga*, 1996. Adaptado

<sup>1</sup> *fratria*: grupo de pessoas que acreditavam ter o mesmo ancestral

De acordo com o excerto, tornar-se cidadão em Atenas dependia

- A da formação intelectual e do pertencimento às tropas da cidade.
- B da aceitação pelo grupo familiar e da preparação para a guerra
- C do casamento dentro da linhagem e do auxílio militar ao Estado.
- D de pagamentos feitos aos sacerdotes e do combate aos inimigos.
- E do reconhecimento pelas autoridades civis e da capacidade bélica.

**14 UEG 2019** Leia o texto a seguir.

No decorrer da História, nenhum poeta, nenhuma personalidade literária ocupou na vida de seu povo um lugar semelhante. Ele foi o símbolo por excelência deste povo, a autoridade incontestada dos primeiros tempos de sua história e uma figura decisiva na criação de seu panteão, assim como o seu poeta preferido, o mais largamente citado.

FINLEY, Moses. T. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Presença, 1965, p. 13.

A citação expressa a importância de Homero para a cultura grega antiga. De acordo com os historiadores, Homero foi um

- A historiador responsável por publicar a primeira obra histórica da Grécia, retratando as guerras médicas.
- B filósofo pré-socrático que reuniu e catalogou os mitos gregos na famosa obra *As palavras e os dias*

- C personagem de origem indefinida a quem é atribuída a autoria dos textos épicos *Iliada* e *Odisseia*.
- D dramaturgo que se valeu dos mitos gregos para a produção de dramas teatrais, como *Édipo Rei*.
- E legislador responsável por codificar as leis e os costumes das cidades de Esparta e Atenas.

**15** Sobre Esparta pode-se afirmar que:

- A os hilotas eram pequenos agricultores livres, e os metecos eram escravos do Estado.
- B possuía um regime oligárquico no qual a diarquia tinha o monopólio do poder.
- C o controle sobre a Messênia acentuou seu caráter militarista e expansionista.
- D sua contribuição foi decisiva para a vitória final sobre os persas.
- E os periecos eram artesãos e comerciantes, e os dórios formavam a camada dominante.

**16** Em relação à sociedade espartana, a camada social dos hilotas:

- A desenvolvia atividades mercantis que lhe possibilitava acumular pequenas fortunas com as quais comprava títulos de cidadania.
- B literalmente, “homens do litoral”, compunha um dos três partidos políticos regionais de Esparta pós-Sólon.
- C sofria os “Kriptios”, formas de repressão e extermínio, realizados por jovens espartanos.
- D enriqueceu executando cobrança de impostos (publicanos), arrendando florestas e minas públicas.
- E também lucrou com as conquistas, pelo monopólio dos cargos públicos; acumulou fortunas com os subornos dos particulares, aos quais concedia permissão para explorar terras públicas

**17 Udesc 2017** Mas, já que estamos a examinar qual é a constituição política perfeita, sendo essa constituição a que mais contribui para a felicidade da cidade... os cidadãos não devem exercer as artes mecânicas nem as profissões mercantis; porque este gênero de vida tem qualquer coisa de vil, e é contrário à virtude. É preciso mesmo, para que sejam verdadeiros cidadãos, que eles não se façam lavradores; porque o descanso lhes é necessário para fazer nascer a virtude em sua alma, e para executar os deveres civis

Aristóteles. *A política*. Livro IV, cap. VIII.

A partir da citação apresentada e de seus conhecimentos sobre a estrutura político social da Grécia Antiga, assinale a alternativa correta

- A A ideia de democracia grega está ligada ao fato de que todos aqueles que habitavam uma cidade-Estado dispunham dos mesmos direitos e deveres, uma vez que todos os trabalhos e profissões eram igualmente valorizados.
- B A cidadania era uma forma de distinção social porque nem todos os habitantes de uma cidade eram considerados cidadãos. Estrangeiros e mulheres, por exemplo, não dispunham dos direitos de cidadania e não tinham direito a voto nas assembleias

- C As profissões mercantis eram desencorajadas devido à supremacia da Igreja Católica na administração política grega, durante o Período Clássico. Neste período, a usura e o exercício do lucro eram vivamente condenados por ferirem os princípios cristãos
- D Todos os homens que habitavam uma cidade eram considerados cidadãos. A cidadania, na Grécia Clássica, era qualificada em ordens, sendo que os proprietários de terras eram cidadãos de primeira ordem e os trabalhadores braçais de segunda ordem. Todos, porém, tinham direito de voz e voto nas assembleias.
- E A ideia de cidadania, descrita por Aristóteles, é considerada ainda hoje um ideal, uma vez que é plenamente inclusiva e qualifica de forma igualitária todos os trabalhos e profissões.

**18 Vunesp** Péricles, governante de Atenas no século V a.C., enaltecendo as glórias da democracia ateniense, declarou: O poder está nas mãos não da minoria, mas de todo o povo, e todos são iguais perante a lei.

*Tucídides. Guerra do Peloponeso.*

Na prática da vida política ateniense, a ideia de democracia na época de Péricles, diferentemente da atual, significava que:

- A os habitantes da cidade, ricos e pobres, homens e mulheres, podiam participar da vida política
- B os escravos possuíam direitos políticos porque a escravidão constituída por dívida era temporária.
- C os direitos políticos eram privilégios dos cidadãos e vetados aos metecos, escravos e mulheres.
- D os metecos tinham privilégios políticos por sustentarem o comércio e a economia da cidade.
- E os pobres e os estrangeiros podiam ser eleitos para os cargos do Estado porque recebiam remuneração.

**19 Fuvest 2015** Em certos aspectos, os gregos da Antiguidade foram sempre um povo disperso. Penetraram em pequenos grupos no mundo mediterrânico e, mesmo quando se instalaram e acabaram por dominá-lo, permaneceram desunidos na sua organização política. No tempo de Heródoto, e muito antes dele, encontravam-se colônias gregas não somente em toda a extensão da Grécia atual, como também no litoral do Mar Negro, nas costas da atual Turquia, na Itália do sul e na Sicília oriental, na costa setentrional da África e no litoral mediterrânico da França. No interior desta elipse de uns 2500 km de comprimento, encontravam-se centenas e centenas de comunidades que amiúde diferiam na sua estrutura política e que afirmaram sempre a sua soberania. Nem então nem em nenhuma outra altura, no mundo antigo, houve uma nação, um território nacional único regido por uma lei soberana, que se tenha chamado Grécia (ou um sinônimo de Grécia).

FINLEY, M. I. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Editorial Presença, 1972. (Adapt.).

Com base no texto, pode-se apontar corretamente:

- A a desorganização política da Grécia Antiga, que sucumbiu rapidamente ante as investidas militares de povos mais unidos e mais bem preparados para a guerra, como os egípcios e os macedônios

- B a necessidade de profunda centralização política, como a ocorrida entre os romanos e cartagineses, para que um povo pudesse expandir seu território e difundir sua produção cultural
- C a carência, entre quase todos os povos da Antiguidade, de pensadores políticos, capazes de formular estratégias adequadas de estruturação e unificação do poder político
- D a inadequação do uso de conceitos modernos, como nação ou Estado nacional, no estudo sobre a Grécia Antiga, que vivia sob outras formas de organização social e política
- E a valorização, na Grécia Antiga, dos princípios do patriotismo e do nacionalismo, como forma de consolidar política e economicamente o Estado nacional.

**20 Unicamp (Adapt.)** No ano de 415 a.C., Alcibiades, um general de Atenas, assim defendeu suas qualificações para comandar uma esquadra contra os espartanos:

Mais do que qualquer outro, atenienses, cabe-me receber o comando [...] Os helenos, que consideravam grande nossa cidade esgotada pela guerra, passaram a fazer uma ideia de sua grandeza muito além de seu poder, diante do meu desempenho nos Jogos Olímpicos, pois entraram na pista hípica sete carros meus [...] e ganhei o primeiro, o segundo e o quarto prêmios, além de ter me apresentado em tudo mais num estilo digno de minhas vitórias. De acordo com as tradições isto é uma honra, e pelos feitos se deduz o poder.

*Tucídides. História da Guerra do Peloponeso* 6.16 1 2, Brasília: UnB, 1982. p. 296. (Adapt.).

- a) O que foi a Guerra do Peloponeso?
- b) O que eram os Jogos Olímpicos para os gregos da Antiguidade?

**21 Uece 2017** Atente ao seguinte excerto:

Vivi a guerra inteira, tendo uma idade que me permitia formar meu próprio juízo, e segui-a atentamente, de modo a obter informações precisas. Atingiu-me também uma condenação ao exílio que me manteve longe de minha terra por vinte anos após o meu período de comando em Anfípolis e, diante de minha familiaridade com as atividades de ambos os lados, especialmente aquelas do Peloponeso, em consequência do meu banimento, graças ao meu ócio, pude acompanhar melhor o curso dos acontecimentos. Relatarei, então, as divergências surgidas após os dez anos, e o rompimento da trégua e as hostilidades supervenientes.

*TUCÍDIDES, História da Guerra do Peloponeso, V, 26.*

Sobre a Guerra do Peloponeso, registrada por Tucídides, é correto afirmar que

- A se trata de conflito armado entre gregos e troianos.
- B foi o conflito que ficou conhecido como Guerras Médicas.
- C foi uma guerra entre Atenas e Esparta.
- D não ocorreu propriamente: trata-se de uma ficção do mundo antigo

**22 UFPR 2016** Considere o excerto de poema espartano do século VII a.C.:

[...] Pois não há homem valente no combate,  
se não suportar a vista da carnificina sangrenta  
e não atacar, colocando-se de perto. [ ]  
É um bem comum para a cidade e todo o povo,  
que um homem aguarde, de pés fincados, na primeira fila,  
encarniçado e todo esquecido da fuga vergonhosa,  
expondo a sua vida e ânimo sofredor,  
e, aproximando-se, inspire confiança  
com suas palavras ao que lhe fica ao lado.

Maria Helena da Rocha Pereira (Trad.). *Hélide: antologia da cultura grega*.  
4. ed. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra /  
Instituto de Estudos Clássicos, 1982

Com base nesse excerto, considere as afirmativas a seguir sobre os valores ressaltados no poema e sobre características da cidade-Estado de Esparta entre os séculos VII e V a.C.:

1. Esparta e Atenas compartilhavam do mesmo ideal militar expresso no poema, motivo pelo qual juntaram esforços na Liga de Delos.
2. O poema expressa os valores esperados dos soldados espartanos: a coragem, o espírito de combate e a cooperação com o coletivo.
3. Para sustentar o exército, o Estado espartano formou a Liga do Peloponeso e distribuiu as terras conquistadas entre as cidades-Estado aliadas.
4. Esparta manteve uma elite militar, formada pela educação rígida de suas crianças, que eram controladas pelo Estado e separadas de suas famílias.

Assinale a alternativa correta

- A Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- B Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- C Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- D Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- E As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

**23** O Período Helenístico foi marcado pela fusão de elementos culturais gregos e orientais. Comente as principais características da cultura helenística.

**24 FGV-SP** Fui atrás dos assassinos de meu pai e depois de semear o terror entre os gregos com a destruição de Tebas, fui aclamado comandante por eles. E ao assumir o reino da Macedônia, não achei digno de me contentar em comandar só com o que meu pai tinha me deixado; ao contrário, lançando meus pensamentos por toda a terra e pensando que seria perigoso se eu não dominasse todos os povos, à frente de poucos homens invadi a Ásia e no Granico, em grande batalha, fui vencedor. Depois de conquistar a Lídia, a Jônia e a Frígia, em resumo, depois de submeter todos os que se apresentaram diante de meus pés, cheguei a Issos. Lá, Dario me esperava, à frente de muitas miríades de soldados [...] Para terminar: eu morri enquanto reinava [...] dando pouco valor às coisas do Ocidente preferi lançar-me na direção da Aurora

Luciano. *Diálogos dos mortos*: Trad.  
São Paulo: Edusp/Palás Athena, 1999. pp. 189 e 191.

O comandante militar que se apresenta no trecho acima é:

- A César, o general romano responsável pela conquista da Gália no século I a.C.
- B Ulisses, o herói grego da conquista de Troia em torno do século XIII a.C.
- C Átila, rei dos hunos, cujas campanhas assolaram a Gália e a Itália no século V a.C.
- D Alexandre, o imperador macedônico conquistador da Pérsia no século IV a.C.
- E Aníbal, general cartaginês que impôs várias derrotas aos romanos no século III a.C.

**25 UEG 2015** Houve influência da cultura oriental sobre a grega, porém não se deve superestimar a importância dessa influência. Na realidade, os caracteres da cultura grega sempre foram dominantes.

ORDOÑEZ, Marlene; QUEVEDO, Júlio. *Horizontes da História*.  
São Paulo: IBEP, 2005 p. 41

Essa hegemonia da cultura helênica verificou-se, sobretudo no Ocidente, sendo justificada pelo fato de que

- A os persas logo revelariam pretensões imperialistas, sendo liderados por Xerxes em uma grande campanha militar contra os gregos.
- B os habitantes de Alexandria, a capital do Império de Alexandre, se recusavam a admitir a presença de estrangeiros em suas fronteiras.
- C os gregos mantinham forte resistência à liderança de Alexandre Magno, por ele não ser grego de origem, já que nascera na Macedônia.
- D os orientais, mesmo tendo se integrado ao império de Alexandre, continuaram sendo considerados bárbaros pelos gregos.

**26** As conquistas realizadas por Alexandre da Macedônia (também chamado de Alexandre, o Grande), entre 334 a.C. e 323 a.C., estenderam-se da Grécia até às margens do rio Indo (Índia). Algumas das características dessa expansão macedônica e do imenso Império que dela derivou foram:

- A a imposição de instituições políticas romanas sobre as áreas conquistadas por Alexandre e a repressão às formas monárquicas predominantes no Oriente Próximo e no Oriente Distante.
- B o apoio do exército macedônico a revoltas de povos subjugados por outros impérios e a recusa da incorporação de soldados que não fossem macedônios ou gregos às tropas de Alexandre.
- C a restrição à circulação de mercadorias entre regiões distintas do Império e a gradativa, mas profunda, segmentação e diminuição do comércio interno e externo dos macedônios.
- D o intercâmbio entre culturas ocidentais e orientais e o prevailecimento de uma perspectiva universalista e assimiladora sobre a mentalidade voltada às questões locais.
- E a obrigatoriedade de uso de uma só língua, o persa, e a proibição sumária da transmissão de ideias e da movimentação de intelectuais entre as áreas dominadas pelo Império.

- 27** O Período Helenístico foi marcado por grandes transformações na civilização grega. Entre suas características, podemos destacar:
- A** o desenvolvimento de correntes filosóficas que, diante do esvaziamento das atividades políticas das cidades-Estados, faziam do problema ético o centro de suas preocupações, visando, principalmente, o aprimoramento interior do ser humano.
  - B** um completo afastamento da cultura grega com relação às tradições orientais, decorrente, sobretudo, das rivalidades com os persas e da postura depreciativa que considerava bárbaros todos os povos que não falavam o seu idioma.
  - C** a manutenção da autonomia das cidades-Estados, a essa altura articuladas primeiro na Liga de Delos, sob o comando de Atenas e, posteriormente, sob a Liga do Peloponeso, liderada por Esparta.
  - D** a difusão da religião islâmica na região da Macedônia, terra natal de Filipe II, conquistador das cidades Estados gregas
  - E** o apogeu da cultura helênica representado, principalmente, pelo florescimento da filosofia e do teatro e o estabelecimento da democracia ateniense.
- 28** Freud, Brecht e Pasolini, entre muitos outros, recorreram a ela em seus trabalhos. O primeiro, ao utilizar os termos “complexo de Édipo” e “complexo de Electra”; o segundo, nas *Notas sobre a adaptação de Antigona*; e o terceiro, no filme *Medeia*.
- a) Identifique a arte grega evocada acima e dê o nome de dois de seus autores.
  - b) A que se deve a sua permanente atualidade?
- 29** Identifique e comente o aspecto original da religião grega, relacionando-o com o desenvolvimento do pensamento filosófico.
- 30** **Mackenzie** Após vingarem o destino infeliz da mãe Rea Silvia, detida por longo tempo pelo pérfido tio Amúlio, e restituírem o reino de Alba ao avô Numitor, Rômulo e Remo teriam decidido, por conta própria, fundar com seus companheiros, todos homens, uma cidade. De modo muito simples, Rômulo e Remo foram tomados pelo desejo de fundar uma cidade nos mesmos lugares que haviam sido abandonados e criados, ou seja, às margens do Tibre.

Levi G. Schmitt. *História dos jovens*. (Adapt.).

O texto apresenta um trecho da versão escrita pelo poeta Virgílio, em Eneida, acerca da fundação da cidade de:

- A** Esparta.                      **C** Bagdá.                      **E** Atenas.
- B** Roma.                         **D** Tebas.

- 31** **UEM 2016** Sobre a República Romana, na Antiguidade Clássica, assinale o que for correto.
- 01 O órgão máximo de poder na estrutura política republicana era o Senado, que exercia as funções legislativas, controlava a administração, as finanças e tinha poderes para declarar guerras.

- 02 No sistema político republicano, os magistrados, em geral patrícios, administravam a República e se dividiam nos seguintes grupos: cônsules, pretores, censores, questores, edis.
- 04 Na Roma Antiga, as assembleias eram divididas em Assembleia Centuriata (convocada pelo cônsul, que consistia em uma reunião do exército, dividido em grupos de cem homens, centúrias, formadas por patrícios e plebeus) e em Assembleia Tribúncia (formada por trinta e cinco tribos existentes em Roma, constituídas por patrícios e plebeus). Esta última participava da votação das leis.
- 08 As relações políticas entre patrícios e plebeus eram marcadas por harmonia e equilíbrio, uma vez que as necessidades dos plebeus eram atendidas pelos representantes dos grupos sociais dominantes, sem que houvesse a necessidade de realizar algum tipo de pressão social.
- 16 As Guerras Púnicas foram revoltas sociais realizadas pelos escravos e gladiadores contra a dominação romana na cidade de Spartacus.

Soma:

- 32** Durante séculos, o Mar Mediterrâneo foi o centro comercial do mundo conhecido. Dominá-lo significava também exercer plena hegemonia política e militar. São exemplos da busca pelo controle do Mediterrâneo e de sua importância:
- A** as Guerras Púnicas, nos séculos III e II a.C., entre Roma e Cartago, que determinaram a plena expansão dos romanos e asseguraram-lhes o domínio do norte da África.
  - B** as atividades mercantis, na Alta Idade Média, de cidades italianas, como Veneza ou Gênova, que se empenharam no estabelecimento de novas rotas oceânicas para o Oriente.
  - C** as colonizações desenvolvidas em território americano, a partir do século XV por Portugal e Espanha, cujo objetivo era ligar o Atlântico ao Pacífico.
  - D** as guerras napoleônicas na Península Ibérica no princípio do século XIX, que ampliaram o comando francês sobre o norte e o centro do território africano.
  - E** as Guerras do Peloponeso, nos séculos V e IV a.C., que envolveram as cidades gregas de Atenas e Esparta, na busca pelo controle total da Península Balcânica.

- 33** **Mackenzie** No século II a.C., coube a Catão, o censor, personificar obsessivamente uma campanha pela destruição completa de Cartago. Nos seus discursos, no Senado romano, Catão sempre os encerrava com a frase *Delenda est Carthago* (Cartago seja destruída). O sucesso de suas pregações selou o destino da cidade: Cartago foi invadida, completamente arrasada, e os poucos sobreviventes transformados em escravos.

Cláudio Vicentino

O fragmento acima relaciona-se às:

- A** Guerras Médicas.                      **D** Guerras Bárbaras.
- B** Guerras Gálicas.                      **E** Guerras Germânicas.
- C** Guerras Púnicas.

- 34** Importantes transformações políticas, econômicas e sociais ocorreram com a expansão romana pelo Mediterrâneo, entre elas:
- A fortalecimento econômico da elite patrícia, concentração de população nas zonas rurais, crescimento do trabalho livre.
  - B supremacia política dos generais, abolição do trabalho escravo, fixação da plebe no campo.
  - C austeridade moral, monopólio dos cargos públicos pelos plebeus, erradicação da influência da cultura grega.
  - D emigração da população do campo para a cidade, predomínio da atividade comercial, grande aumento do número de escravos
  - E fortalecimento da família tradicional, concentração da economia nas atividades agropastoris, preservação do monoteísmo.
- 35** Roma expandiu-se consideravelmente pelo Mediterrâneo no período republicano. No século II a.C., foram consequências dessa expansão:
- A o aparecimento da classe média de proprietários rurais e o desaparecimento dos latifúndios.
  - B o aumento da população rural na Itália e a diminuição da população urbana.
  - C o sensível afluxo de riquezas e o crescimento do número de escravos.
  - D a formação de grande número de pequenas propriedades e o fortalecimento do sistema assalariado
  - E a proscrição das manifestações culturais estrangeiras e a difusão do cristianismo.
- 36** As lutas entre patrícios e plebeus marcaram o primeiro século da República. Sobre elas pode-se afirmar que:
- A concluíram-se com a equiparação econômica dos plebeus aos patrícios.
  - B permitiram que os plebeus estabelecessem a hegemonia política.
  - C reforçaram o monopólio do poder exercido pelos patrícios.
  - D implicaram a equiparação político-jurídica de ambos.
  - E resultaram na anulação do poder consular
- 37** O Mar Mediterrâneo foi a maior de todas as vias de circulação romanas e dele resultou a formação do Império
- a) Como se deu a conquista do Mediterrâneo pelos romanos?
  - b) Explique a importância dessa conquista para a formação do Império.
- 38** Os romanos davam aos fenícios o nome de *puni*. Cartago, antiga colônia fenícia, teve que enfrentar Roma numa série de guerras, que duraram de 264 a.C. a 146 a.C. Esclareça o grande motivo da rivalidade crescente entre as duas cidades e indique a principal consequência para Cartago ao final da Terceira Guerra Púnica
- 39** Dos séculos III a I a.C., através de guerras de conquista, os patrícios romanos estendem a sua dominação sobre quase todos os povos do Mediterrâneo. Mas essa vitória externa de Roma contribuiu para transformar a própria ordem social interna. Como uma das mais importantes transformações, podemos citar:
- A a queda da monarquia e o estabelecimento da república.
  - B a Lei das Doze Tábuas, que equiparou patrícios e plebeus.
  - C a escravização generalizada dos plebeus e estrangeiros residentes em Roma.
  - D a introdução do latifúndio cultivado por escravos, em larga escala.
  - E a generalização do trabalho assalariado, estimulada pela expansão mercantil.
- 40** Após a conquista da Península Itálica, Roma ampliou seus domínios em torno do Mediterrâneo, que passou a ser designado *mare nostrum*, um verdadeiro lago interno que permitia a comunicação, as transações comerciais e o deslocamento de tropas para as diversas regiões romanas. A respeito dessa expansão, é correto afirmar que:
- A a conquista de novos territórios desacelerou o processo de concentração fundiária nas mãos da aristocracia patrícia, uma vez que o Estado romano estabeleceu um conjunto de medidas que visava distribuir terras aos pequenos e médios proprietários e à plebe urbana empobrecida
  - B apesar da conquista do Mediterrâneo, os romanos não conseguiram estabelecer a integração das diversas formações sociais ao sistema escravista nem se dispuseram a criar mecanismos de cooptação social e política dos seus respectivos grupos dominantes.
  - C as conquistas propiciaram, pela primeira vez na Antiguidade, a combinação entre o trabalho escravo em larga escala e o latifúndio, associação que constituiu uma alavanca de acumulação econômica graças às campanhas militares romanas.
  - D as conquistas militares acabaram por solucionar o problema agrário em Roma, colocando em xeque as medidas defendidas por líderes como os irmãos Graco, que postulavam a expropriação das terras particulares dos patrícios e sua repartição entre as camadas sociais empobrecidas.
  - E a expansão militar levou os romanos a empreender um duro processo de latinização dos territórios situados a leste, o que se tornou um elemento de constante instabilidade político social durante a República e também à época do Império.
- 41** UEL [...] Graco parecia ter chegado ao ponto em que, ou renunciava completamente ao plano, ou começava uma revolução: escolheu a última hipótese. Rompeu relações

com o colega e apresentou-se diante da multidão reunida perguntando-lhe se um tribuno que se opunha à vontade do povo não devia ser destituído de seu cargo. A Assembleia do Povo, habituada a ceder a todas as propostas que lhe eram apresentadas, e composta na maior parte do proletariado agrícola que emigrara do campo estando pessoalmente interessada no voto da lei, deu resposta quase unanimemente favorável. [...] Para obter esta reeleição inconstitucional, meditava ainda novas reformas. [...] O Senado reuniu-se no templo da Fidelidade [ ] Quando Tibério levou a mão à frente para indicar ao povo que sua cabeça estava ameaçada, comentou se que ele pedira ao povo para coroá-lo com o diadema. O cônsul Cévola foi instado a deixar que se matasse o traidor [ ] Morreram com ele cerca de trezentas pessoas.

Theodor Mommsen *História de Roma. Excertos*. Rio de Janeiro: Opera Mundi, 1973. p. 174-5.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a questão agrária na República romana, é correto afirmar que:

- A a morte de Tibério Graco é narrada como resultado de uma tentativa de impedir a reunião do Senado no templo da Fidelidade.
  - B a lei que Tibério Graco desejava aprovar beneficiava os ricos ocupantes de terras públicas e ampliava ao máximo o apoio político aos seus propósitos.
  - C o autor do texto expressa seu preconceito em relação às constantes decisões da plebe urbana, contrárias aos interesses dos tribunos.
  - D os opositores mataram Graco para impedir a aprovação da lei que os obrigaria a devolver suas terras ao Estado, para posterior distribuição aos pobres.
  - E o texto elogia a assembleia romana por discutir, democraticamente, os interesses comuns da plebe e da aristocracia.
- 42** A ascensão de Otávio Augusto ao poder inaugurou uma nova fase para o mundo romano, durante a qual teve início a chamada Paz Romana, também conhecida como *Pax Augusta*. A respeito dessa fase é correto afirmar que:
- A caracterizou-se por uma política externa que visava a consolidar as fronteiras mediterrâneas, reduzindo o ímpeto da expansão romana.
  - B refere-se ao processo de expansão militar romana pela região do Mediterrâneo, durante a Monarquia.
  - C foi marcada pela política de apaziguamento entre patrícios e plebeus, durante os primeiros tempos da República.
  - D refere-se à oficialização do cristianismo como religião do império, pondo fim às perseguições às comunidades cristãs.
  - E levou à incorporação do Império Chinês e da Península Arábica aos domínios romanos, no final do período republicano.
- 43 Unicamp** Neste depoimento, o Imperador Augusto (30 a.C. - 14 d.C.) descreve a “Paz Romana”, realização

que assinala o apogeu da expansão do Império no Mediterrâneo:

Estendi os limites de todas as províncias do povo romano fronteiriças de nações que escapavam à obediência ao Império. Restabeleci a ordem nas províncias das Gálias, das Espanhas, na Germânia. Juntei o Egito ao Império, recuperei a Sicília, a Sardenha e as províncias além do Adriático

Gustavo Freitas. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, s.d. v. 1. p. 96. (Adapt.).

- a) Qual foi o meio utilizado por Augusto para estabelecer a “Paz Romana”?
- b) Explique a importância do mar Mediterrâneo para o Império Romano.
- c) Quais as formas de governo que antecederam a ascensão dos imperadores em Roma?

- 44 UFPR 2020** Para assegurar a ordem entre os conquistados, os romanos tinham que manter postos avançados e acampamentos militares espalhados pelo território imperial. Era preciso alimentar e armar os soldados onde estivessem.

FUNARI, Pedro P. A. *Grécia e Roma*. São Paulo: Editora Contexto, 2001, p. 91.

Sobre o exército romano, no período imperial, é correto afirmar:

- A Foi decisivo nas conquistas territoriais durante o período republicano, perdendo seu prestígio durante o período imperial.
- B Permaneceu distante das atividades de manutenção das fronteiras dos territórios.
- C Deixou de exercer sua influência no governo após as reformas de Augusto.
- D Desempenhou diferentes papéis administrativos e econômicos na manutenção do poder imperial.
- E Era limitado em tamanho, o que refletiu num papel político secundário.

- 45 Unesp** Quando os Gracos tentaram seguir os passos de Sólon e Pisístrato era demasiadamente tarde: nessa altura, o século II a.C., eram necessárias medidas muito mais radicais do que as praticadas em Atenas para salvar a situação dos pobres.

Perry Anderson. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*.

- a) Os irmãos Graco em Roma, e Sólon e Pisístrato em Atenas ocuparam importantes posições no governo de suas cidades. Identifique-as.
- b) Para salvar a situação dos pobres, o que defendiam os Gracos?

- 46** Na Roma Antiga, o escravo era considerado um animal de trabalho sobre o qual o senhor detinha o poder de vida e morte.

- a) Em quais condições alguém se tornava escravo?
- b) Relacione três das principais atividades em que a mão de obra escrava era utilizada

**47 Unesp** A atividade dos Gracos foi objeto de debates apaixonados e formulavam-se sobre ela os juízos mais diversos [ ] Os políticos romanos dividiam-se nitidamente em dois grupos ou partidos, pelos quais os Gracos eram considerados heróis ou criminosos

M. Rostovtzeff. *História de Roma*.

O autor refere-se aos irmãos Tibério e Caio Graco, tribunos da Assembleia da Plebe de Roma no século II a.C.

- Como estava constituída a sociedade romana na época de atuação dos irmãos Tibério e Caio Graco?
- Dê uma razão pela qual os irmãos Graco eram “objeto de debates apaixonados”.

**48 Unicamp** Augusto conquistou os soldados com presentes, o povo com pão barato e todos os homens com os frutos da paz. Assim tornou-se progressivamente mais poderoso, congregando em si as funções do Senado, dos magistrados e das leis.

Tácito. *Anais* 1.2. Moses Hadas (Ed.). *The Complete Works of Tacitus*. New York: Random House, 1942. p. 3.

- Identifique o período da história de Roma tratado nesse texto
- A partir dos elementos indicados no texto, caracterize o Estado romano durante esse período

**49 UFC** O texto a seguir faz referências à história de Roma durante a República e o Império:

O período mais igualitário (em princípio) foi o último século da República em que, por exemplo, os deveres dos libertos foram muito reduzidos. Mas com a instauração do Império produziu-se uma forte reação que pouco a pouco se foi acentuando: a desigualdade volta de novo a ser, de fato, o princípio da organização política e social, estruturada em torno da hierarquia [ ]

Claude Nicolet. “O cidadão e o político”. In: Andrea Giardina (Direção de). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 24-5.

Com base no texto, caracterize as diferenças entre o último século da República e o primeiro do Império.

**50 Famerp 2017** Durante o século IV, a velocidade da expansão do cristianismo aumentou muito, especialmente nas cidades [romanas]. As antigas crenças continuaram existindo, mas o número de fiéis diminuiu muito. Os cristãos passaram a chamar os adeptos das outras religiões de pagãos e, em algumas ocasiões, se dedicaram a destruir seus templos e as estátuas dos deuses antigos.

Isso não significa que as religiões tenham vivido em conflito. O cristianismo tomou diversas ideias e características do paganismo para si. Os livros escritos no início do Império e na época da República eram considerados obras-primas da literatura, e mesmo os que falavam de outros deuses eram lidos e apreciados pelos cristãos.

MACHADO, C A R. *Roma e seu império*, 2004 (Adapt )

Segundo o texto, a ascensão do cristianismo na Roma Antiga:

- não impediu o avanço de outras formas de religiosidade, e o paganismo, apesar de reprimido, continuou a crescer e manteve-se hegemônico

- deu-se a partir das conquistas romanas na Palestina e revelou a correção e a supremacia religiosa da fé cristã frente às antigas religiões.
- não impediu a manifestação de outras formas de religiosidade e, apesar de terem ocorrido tensões, algumas antigas práticas religiosas persistiram.
- deu-se a partir das cruzadas, que levaram a fé cristã aos pagãos, judeus e muçulmanos que controlavam as terras do Oriente Próximo.
- deu-se a partir do extermínio dos grupos que professavam crenças antigas e da eliminação dos materiais que contivessem referências ao paganismo.

**51 Mackenzie 2017** Leia o texto a seguir.

Esta refundação efetua-se sob o signo do cristianismo. Trata-se menos de uma conversão de Constantino do que da vontade de reunificação do Império sob um dogma, cujo monoteísmo é bastante conveniente à concepção de poder absoluto que o imperador encarna. Constantinopla é, portanto, ao mesmo tempo a cidade epônima de Constantino, o berço da dinastia que ele fundou e a sede de sua nova religião.

YÉRASIMOS, Stéphane. *La nouvelle Rome*. Disponível em: <[www.histoire.presse.fr](http://www.histoire.presse.fr)>. Acesso em: 15 ago. 2015.

Assinale a alternativa que corresponde, corretamente, ao excerto e ao contexto.

- A partir de Constantino, a política romana liga-se à religião cristã, atendendo a interesses de fortalecimento da figura do imperador e a contenção da crise até então vivida pelo Império.
  - A fundação de Constantinopla, com a consequente transferência da capital, atendeu a interesses religiosos de fortalecimento do Cristianismo na parte oriental do Império
  - A transferência da capital do Império para Constantinopla e a perseguição aos cristãos, promovida pelo imperador Constantino, conseguiram conter as crises vividas em Roma.
  - O crescimento do monoteísmo, as contestações ao poder do imperador e a conversão de Constantino ao Cristianismo forçaram a perseguição a outras religiões e a transferência da capital.
  - A oficialização do Cristianismo e a transferência da capital para Constantinopla, ambas realizadas por Constantino, atenderam a interesses políticos e religiosos do governo romano.
- 52** Entre os principais fatores que contribuíram para a queda do Império Romano do Ocidente, podemos afirmar que:
- foi causada exclusivamente pelo pacifismo dos cristãos.
  - a degradação da moral e dos costumes no império de Calígula e o incêndio de Roma na época de Nero foram responsáveis pela queda de Roma.
  - a decadência do Império começou no governo de Otávio Augusto (inflação), culminando com as invasões bárbaras no governo de Trajano.

- D a crise do escravismo, a corrupção burocrática e militar e as invasões bárbaras foram responsáveis pela queda de Roma.
- E o pessimismo do cristianismo, a crise do modo de produção capitalista e as invasões muçulmanas foram responsáveis pela queda de Roma

**53** Um dos campos em que a cultura romana mais se desenvolveu foi o do Direito, sendo o *Jus Naturale*, ou Direito Natural, um de seus ramos mais importantes. A respeito, pode-se afirmar que continha como elemento fundamental:

- A a ideia de que todos os seres humanos são, por natureza, iguais e detentores de certos direitos que os governos não têm autoridade para transgredir.
- B a *lex talionis*, ou lei da retaliação em espécie, segundo a qual a sociedade deve punir o criminoso do mesmo ato por ele praticado.
- C o Código de Hamurabi, que prescrevia uma pena mais severa que a infração cometida para que servisse de exemplo.
- D a ideia de que os indivíduos são socialmente desiguais e, portanto, o castigo deve considerar as distinções de classe naturalmente existentes.
- E a concepção de que Estado é a autoridade legítima para fazer as leis e que, portanto, a justiça é feita pela aplicação do que o Estado define como correto

**54** Os princípios do cristianismo chocaram-se com os valores romanos, em especial a partir do momento em que os imperadores passaram a ser vistos como divindades. Entre os séculos I e III, as perseguições aos cristãos foram constantes. Cite três características do cristianismo naquele período.

**55** O processo histórico inerente à civilização romana apresentou modificações socioeconômicas e culturais que influenciaram a vida do homem, sua maneira de produzir e de entender o meio em que vivia. No Império Romano do Ocidente, a dissolução do modo de produção predominante relaciona-se diretamente com:

- A as modificações que promoveram, de um dia para outro, alterações nas relações sociais e ruralizaram a sociedade.
- B a abundante oferta de escravos, formação de grandes propriedades e o predomínio da mão de obra livre na agricultura e nas atividades artesanais.
- C o avanço técnico no setor produtivo e a expansão do comércio na Península Itálica
- D a crise do século III, com o desprezo ao culto dos mortos e com o aumento da confiança do povo nos governantes.
- E o conjunto das transformações decorrentes da expansão imperial, modificações na estrutura fundiária e a transição da escravidão para o colonato.

## 56 Mackenzie 2017



As duas grandes civilizações da Antiguidade, Grécia e Roma, construíram anfiteatros grandiosos, com enorme capacidade para abrigar seus frequentadores.

Na Grécia, o Anfiteatro de Epidauro, construído em IV a.C. e o Coliseu, construído em Roma, entre 72 e 80 d.C., são dois belos exemplos. Entretanto, mais do que apenas diferenças arquitetônicas, tais construções exemplificam as diferenças entre essas duas civilizações.

Considere as afirmativas a seguir

- I O Coliseu era, sobretudo, um enorme instrumento de propaganda e difusão da filosofia de toda civilização romana que, por meio de espetáculos de gladiadores, execuções e jogos, voltados para o entretenimento da população, desviava a atenção do povo dos problemas sociais e políticos
- II O Teatro grego desempenhava um papel importante na cultura e no orgulho cívico, onde, por meio de dois gêneros principais, a tragédia e a comédia, discutiam-se temas políticos e sociais, por vezes de forma satírica, levando o cidadão a uma reflexão sobre o mundo em que vivia
- III Para a cultura greco romana, a importância dos anfiteatros não residia somente na possibilidade de realizar as festas rurais, festivais artísticos ou espetáculos dirigidos ao povo. Nesses amplos espaços as decisões políticas eram tomadas pelos governantes com o apoio da população votante

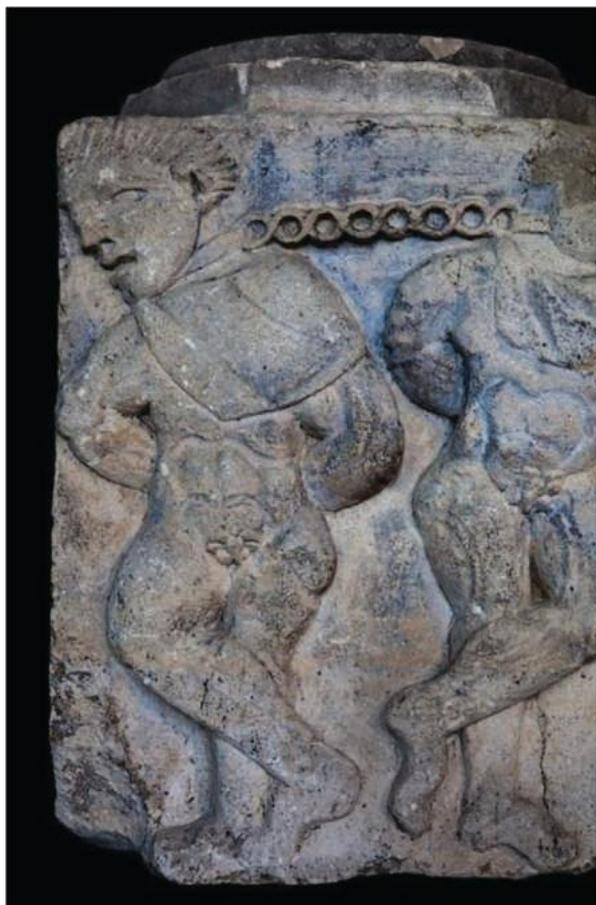
Assinale a assertiva correta.

- A Somente a I está correta.
- B Somente a I e II estão corretas.
- C Somente a I e III estão corretas.
- D Somente a II e III estão corretas.
- E Todas estão corretas.

**57 Fuvest 2016** Os impérios do mundo antigo tinham ampla abrangência territorial e estruturas politicamente complexas, o que implicava custos crescentes de administração. No caso do Império Romano da Antiguidade, são exemplos desses custos:

- A as expropriações de terras dos patrícios e a geração de empregos para os plebeus.
- B os investimentos na melhoria dos serviços de assistência e da previdência social.
- C as reduções de impostos, que tinham a finalidade de evitar revoltas provinciais e rebeliões populares.
- D os gastos cotidianos das famílias pobres com alimentação, moradia, educação e saúde.
- E as despesas militares, a realização de obras públicas e a manutenção de estradas.

**58 UPE 2017** Observe a imagem a seguir:



Disponível em: <<http://ngm.nationalgeographic.com/2012/09/romanwalls/clark-hotography#/08-mainz-slaves-statue-670.jpg>>.

Ela retrata um pedestal romano encontrado em Mainz, na Alemanha, no qual se observam dois cativos acorrentados. Essa imagem representa a(s) seguinte(s) característica(s) sociopolítica(s) da Roma Antiga:

- A o apurado trabalho escultórico das populações escravas.
- B a crítica à instituição da escravidão pela religião oficial romana.
- C a difusão e a importância do trabalho escravo na sociedade romana

- D o racismo da cultura romana especializada na escravidão negra africana.
- E o respeito com que as populações conquistadas pelo Império eram tratadas.

**59 Uefs 2017** O processo de declínio do Império Romano do Ocidente começou em meados do século IV d C, sobretudo em razão da série de problemas que, desde o século III, o assolava, como as invasões bárbaras, a crise econômica e a disputa dos militares pelo poder.

*Queda do Império Romano.* Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/romana/queda-do-imperio-romano.htm>>. Acesso em: 30 out. 2016.

A ligação entre a aludida crise econômica e a formação das bases do modo de produção feudal se encontram na

- A gradual substituição do sistema escravista pelo de colonato, baseado na prestação de serviços agrícolas em terras dos senhores, em troca de subsistência e proteção.
- B divulgação de uma nova arquitetura, baseada na construção de muralhas em torno dos castelos dos senhores, decorrente da necessidade de defesa contra as frequentes rebeliões de escravos.
- C expansão do comércio mediterrâneo, controlado pelos mercadores árabes, que proibiam o comércio dos romanos com o Oriente Médio.
- D organização das corporações de ofício que controlavam a produção e os preços das mercadorias nos países do norte da África.
- E adoção do cristianismo como religião oficial do Império, desde o governo de Otávio Augusto e de Júlio César.

**60 FGV 2017** Podendo-se encontrar na crise do mundo romano do século III o início da profunda perturbação de que sairá o Ocidente medieval, é legítimo considerar as invasões bárbaras do século V como o acontecimento que precipita as transformações, que lhes dá um aspecto catastrófico e que lhes modifica profundamente a aparência

GOFF, J. Le. *A civilização do Ocidente Medieval.* Trad. Lisboa: Estampa, 1983. v. 1, p. 29.

A crise do mundo romano e a transição para a Idade Média

- A foram decorrentes do fortalecimento do cristianismo que, a partir do século III, tornou-se a religião oficial do Império Romano.
- B tiveram entre suas características a diminuição do ingresso de mão de obra escrava e o processo de ruralização social.
- C foram marcadas pelas catástrofes naturais e pelas epidemias de peste e lepra que estimularam o deslocamento para as cidades.
- D levaram ao fortalecimento das instituições públicas romanas e ao desenvolvimento das atividades mercantis no Mediterrâneo.
- E foram particularmente catastróficas na parte Oriental do mundo Romano, pela proximidade geográfica com os povos germânicos.

**61 FGV 2016** Não descreverei catástrofes pessoais de alguns dias infelizes, mas a destruição de toda a humanidade, pois é com horror que meu espírito segue o quadro das ruínas da nossa época. Há vinte e poucos anos que, entre Constantinopla e os Alpes Julianos, o sangue romano vem sendo diariamente vertido. A Cítia, Trácia, Macedônia, Tessália, Dardânia, Dácia, Épiro, Dalmácia, Panônia são devastadas pelos godos, sármatas, quedos, alanos (...); deportam e pilham tudo.

Quantas senhoras, quantas virgens consagradas a Deus, quantos homens livres e nobres ficaram na mão dessas bestas! Os bispos são capturados, os padres assassinados, todo tipo de religioso perseguido; as igrejas são demolidas, os cavalos pastam junto aos antigos altares de Cristo [...].

São Jerônimo, *Cartas apud* Pedro Paulo Abreu Funari, *Roma: vida pública e vida privada*, 2000.

O excerto, de 396, remete a um contexto da história romana marcado pela

- A combinação da cultura romana com o cristianismo, além da desorganização do Estado Romano, em meio às invasões germânicas e de outros povos.
- B reorientação radical da economia, porque houve o abandono da relação com os mercados mediterrâneos e o início de contato com o norte da Europa.
- C expulsão dos povos invasores de origem não germânica, seguida da reintrodução dos organismos representativos da República Romana.
- D crescente restrição à atuação da Igreja nas regiões fronteiriças do Império, porque o governo romano acusava os cristãos de aliança com os invasores.
- E retomada do paganismo e o conseqüente retorno da perseguição aos cristãos, responsabilizados pela grave crise política do Império Romano.

## Textos complementares

### A escravidão em Aristóteles

A propriedade é uma parte da casa e a arte aquisitiva uma parte da administração doméstica, já que sem as coisas necessárias são impossíveis a vida e o bem-estar; na administração doméstica assim como nas artes determinadas, é necessário dispor dos instrumentos adequados se se deseja levar a cabo sua obra. Os instrumentos podem ser animados ou inanimados, por exemplo o timão do piloto é inanimado, o vigia animado (pois o subordinado faz as vezes de instrumento nas artes). Assim também, os bens que se possui são um instrumento para a vida, a propriedade em geral uma multidão de instrumento, o escravo um bem animado e algo assim como um instrumento prévio aos outros instrumentos. Se todos os instrumentos pudessem cumprir seu dever obedecendo às ordens de outro ou antecipando-se a elas, como contam das estátuas de Dédalo ou dos tridentes de Hefesto, dos que diz o poeta que entravam por si sós na assembleia dos deuses, se as lançadeiras tecessem sós e os **plectros** tocassem sozinhos a cítara, os maestros não necessitariam de ajuda e nem de escravos os amos.

**Plectro:** pequena peça delgada, feita de diferentes materiais, que serve para fazer soar as cordas; palheta

O que é chamado habitualmente de instrumento, o é de produção, enquanto os bens são instrumentos de ação; a lançadeira produz algo à parte de seu funcionamento enquanto a roupa ou o leito produzem apenas seu uso. Além disso como a produção e a ação diferem essencialmente e ambas necessitam de instrumentos, estes apresentam necessariamente as mesmas diferenças. A vida é ação, não produção, e por isso o escravo é um subordinado para a ação. Do termo propriedade pode se falar no mesmo sentido que se fala de parte: a parte não somente é parte de outra coisa, senão que pertence totalmente a esta, assim como a propriedade. Por isso o amo não é do escravo

outra coisa que amo, porém não lhe pertence, enquanto o escravo não só é escravo do amo, como lhe pertence por completo. Daqui deduz-se claramente qual é a natureza e a função do escravo: aquele que por natureza, não pertence a si mesmo, senão a outro, sendo homem, esse é naturalmente escravo; é coisa de outro, aquele homem que, a despeito da sua condição de homem, é uma propriedade e uma propriedade sendo, de outra, apenas instrumento de ação, bem distinta do proprietário.

Aristóteles. *Política*. Livro 1, 1253b 25 ss.

### A educação em Esparta

Quando uma criança nascia, o pai não tinha direito de criá-la: devia levá-la a um lugar chamado *leshe*. Lá apresentavam-se os anciãos da tribo. Eles examinavam o bebê. Se o achavam bem encorpado e robusto, eles o deixavam. Se era malnascido e defeituoso, jogavam-no no que se chama os Apotetos, um abismo ao pé do Taigeto. Julgavam que era melhor, para ele mesmo e para a cidade, não deixar viver um ente que, desde o nascimento, não estava destinado a ser forte e saudável...

Os filhos dos espartanos não tinham por domésticos, escravos ou assalariados. Licurgo proibira o Ninguém tinha permissão para criar e educar o filho a seu gosto. Quando os meninos completavam sete anos, ele próprio os tomava sob sua direção, arregimentava-os em tropas, submetia-os a um regulamento e a um regime comunitário para acostumá-los a brincar e trabalhar juntos. Na chefia, a tropa punha aquele cuja inteligência sobressaía e que se batia com mais arrojo. Este era seguido com os olhos, suas ordens eram ouvidas – punia sem contestação. Assim sendo, a educação era um aprendizado da obediência. Os anciãos vigiavam os jogos das crianças. Não perdiam uma ocasião para suscitar entre eles brigas e rivalidades. Tinham, assim, meios de escutar em cada um as disposições naturais para a audácia e a intrepidez na luta. Ensinavam a ler e escrever apenas o estritamente necessário. O resto da educação visava acostumá-los à obediência, torná-los duros

à adversidade e fazê-los vencer no combate. Do mesmo modo, quando cresciam eles recebiam um treinamento mais severo: raspavam a cabeça, andavam descalços, brincavam nus a maior parte do tempo. Tais eram seus hábitos. Quando completavam doze anos não usavam mais camisa. Só recebiam um agasalho por ano. Negligenciavam o asseio, não conheciam mais banhos nem fricções, a não ser em raros dias do ano, quando tinham direito a essas “boas maneiras”. Dormiam juntos, agrupados em patrulhas e tropas, sobre catres que eles próprios fabricavam com juncos que crescem às margens do Eurotas e que quebravam sem facas com as mãos. No inverno, colocavam nos seus catres o que se chama *lycophones*. Parece que essas plantas têm poder calorífico.

Nessa idade, encontravam amantes entre jovens de boa família. Então, crescia ainda mais o zelo dos anciãos: assistiam aos seus exercícios, olhavam-nos lutar ou brincar entre si. Não negligenciavam nada, considerando-se de certa forma, todos para todos, pais, mestres e chefes. Não davam oportunidade nem refúgio ao culpado para escapar à reprovação ou ao castigo. No entanto, era também escolhido um *paidonome* entre as pessoas consideradas e, para chefia-la, cada tropa escolhia o mais sério e o mais combativo dos que se chamam *irenes*. Chamam-se *irenes* aqueles que saíram há um ano da categoria dos *paides*, e *mellineros*, os mais velhos dos *paides*. Este *irene*, que tem vinte anos, comanda seus subordinados nos exercícios militares e, no quartel, encarrega-os das tarefas domésticas, nas refeições. Manda os mais fortes trazerem lenha e, os menores, legumes. Para tanto, eles devem roubar. Uns penetram nos jardins, outros nos alojamentos dos homens, e devem usar muita destreza e precaução: quem for apanhado, é chicoteado sob pretexto de que não passa de um ladrão preguiçoso e inábil. Eles roubam toda a comida possível e adquirem prática para ludibriar quem dorme ou os guardas preguiçosos. Aquele que for apanhado, está sujeito a chicotadas e jejum. Com efeito, sua alimentação é escassa. Obrigam-nos a defenderem-se por si mesmos contra as restrições e recorrer à audácia e à destreza [ ]

**Paides:** crianças; mas, para os gregos, era-se *paides* até os 18 anos de idade, geralmente.

As crianças tomam tanto cuidado em não ser apanhadas quando roubam, que uma delas, conforme se conta, depois de roubar uma raposa que tinha enrolado no seu agasalho, se deixou arrancar o ventre pela fera que lhe cravou os dentes e as garras. Para não ser descoberta, resistiu até a morte. Essa estória não é de estranhar se considerar os efébois atuais. Muitos, no altar de Ortia, deixam-se chicotear até morrer. Eu pude vê-los. Após a refeição, o *irene*, ainda na mesa, mandava uma das crianças cantar, à outra fazia uma pergunta cuja resposta exigia reflexão, por exemplo: “Qual é o melhor cidadão?” ou “Qual é o mérito da conduta deste ou daquele?” Assim, eles eram treinados para apreciar o valor e interessar-se pela vida da cidade desde a meninice. Se a criança a que se perguntava quem era um bom cidadão ou quem era indigno de estima não sabia responder, via se aí índice de uma alma lerda e

pouco ciosa do valor. Além disso, a resposta devia conter sua razão e sua justificativa, condensadas numa fórmula breve e concisa. A resposta descabida trazia uma punição. O autor era mordido no polegar pelo *irene*. Frequentemente, os anciãos e os magistrados estavam presentes para ver o *irene* punir as crianças e mostrar se o fazia devidamente e como convinha. Não impediam que ele as castigasse. Mas, após a partida das crianças, ele devia explicar se fora demasiado severo no castigo ou, ao contrário, se fora indulgente e brando demais.

Plutarco. A vida de Licurgo. In: Jaime Pinsky (Org.). 100 textos de História Antiga. São Paulo: Contexto, 2000.

## A democracia ateniense

O fundamento do regime democrático é a liberdade (realmente costuma-se dizer que só neste regime participa-se da liberdade, pois este é, segundo se afirma, o fim de toda democracia). Uma característica da liberdade é ser governado e governar por turno; com efeito, consistindo a justiça democrática em ter todos o mesmo, numericamente e não segundo o merecimento, forçosamente tem que ser soberana a multidão e aquilo que é aprovado pela maioria tem que ser o justo. Afirmam que todos os cidadãos devem ter o mesmo, de modo que, nas democracias, resulta que os pobres têm mais poder que os ricos, posto que são mais numerosos e o que prevalece é a opinião da maioria. Esta é, pois, uma característica da liberdade, que todos os partidários da democracia consideram como um traço essencial desse regime. Outra é viver como se quer; pois dizem que isto é resultado da liberdade, já que o próprio do escravo é viver como não quer. Este é o segundo traço essencial da democracia e como decorrência o de não ser governado por ninguém, se possível, ou então, por turno. Esta característica contribui para a liberdade fundamentada na igualdade.

Sendos estes o fundamento e o princípio da democracia, são procedimentos democráticos os seguintes: que todas as magistraturas sejam eleitas entre todos; que todos mandem sobre cada um e cada um, por sua vez, sobre todos; que as magistraturas sejam providas por sorteios (ou todas ou as que não requerem experiências ou habilidade especial); que não se baseie em nenhuma propriedade – ou na menor possível – que a mesma pessoa exerça duas vezes alguma magistratura, ou em poucos casos, ou poucas magistraturas, fora das relacionadas com as guerras; que todas as magistraturas (ou quase) sejam de curta duração; que administrem justiça todos os cidadãos, eleitos por todos, e a respeito de todas as questões ou da maioria delas e das mais importantes e principais, por exemplo, a prestação de contas, a constituição e os contratos privados; que a assembleia tenha soberania sobre todas as coisas (ou sobre as mais importantes) e os magistrados em troca não tenham nenhuma, ou sobre as questões menos importantes.

A instituição mais democrática é o Conselho, quando não houver recursos suficientes para pagar a todos, porque então privam de sua força inclusive nesta magistratura, já que o povo quando dispõe de salários suficientes transfere a si mesmo todas as decisões [...]. É também democrático pagar a todos os membros da assembleia, os tribunais e

as magistraturas, ou senão aos magistrados, os tribunais, o Conselho e as assembleias principais, ou aquelas magistraturas que requerem uma mesa comum Além disso, como a oligarquia se define pela linhagem, a riqueza e a educação, as características da democracia, parecem ser contrárias a estas: a falta de nobreza, a pobreza e o trabalho manual. Ademais, nenhuma magistratura democrática deve ser vitalícia e se alguma sobrevive de uma troca antiga, deve-se despojá-la de sua força preenchendo-a por sorteio em lugar de eleição.

Estes são, pois, os traços comuns a todas as democracias. A democracia, porém, que mais parece merecer esse nome e o povo que verdadeiramente o é, são os que se deduzem do conceito democrático de justiça admitido por todos, segundo o qual a justiça consiste em que todos tenham numericamente o mesmo; o mesmo é que não governem mais os pobres que os ricos, não tenham somente os primeiros a soberania, mas todos por igual numericamente; desta maneira pode-se crer que ocorre, no regime a igualdade e a liberdade.

O problema imediato será o de como conseguir esta igualdade: se deve-se distribuir as propriedades de modo que as de 500 cidadãos equivalham às de 1.000 e que estes mil tenham o mesmo poder que os quinhentos, ou não se deve estabelecer assim a igualdade a respeito da propriedade, senão dividir-se primeiro assim, porém tomar depois um número igual de cada grupo e conceder a este número autoridade no que concerne às eleições e aos tribunais. Será este regime o mais justo segundo a justiça democrática, ou será melhor que se fundamente no número? Os partidários da democracia acham justa a opinião da maioria, seja qual for, e os oligarcas, a opinião da maior riqueza, por que afirmam que se deve decidir de acordo com a magnitude da fortuna. Porém, as duas opiniões implicam em desigualdade e injustiça. Com efeito, se a justiça consiste no parecer dos poucos, isto é tirania (já que se um indivíduo possui sozinho mais que todos os demais ricos, segundo a justiça oligárquica, será justo que mande ele só), e se consiste no parecer da maioria numérica, esta confiscará injustamente os bens da minoria rica, como dissemos antes.

Qual pode ser, pois, a igualdade em que uns e outros estarão de acordo, é questão que deve examinar-se à luz do que uns e outros definem como justo. Ambos os grupos dizem que deve prevalecer a opinião da maioria dos cidadãos. Concedamos, porém não inteiramente; sendo duas as partes que constituem a cidade: os ricos e os pobres, o que deve prevalecer é aquilo em que concordem uns e outros ou a maioria; no caso de opiniões contrárias, prevalecerá a dos mais numerosos e cuja propriedade é maior. Por exemplo, suponhamos que os ricos são dez e os pobres vinte, que haja choque entre o parecer de seis ricos de um lado com a de quinze pobres de outro, que os quatro ricos restantes se unam aos pobres e os cinco pobres restantes, aos ricos; neste caso deverá prevalecer a opinião do grupo cujas propriedades somadas alcancem a cifra mais alta. E se há empate, a dificuldade deve considerar-se análoga à que surge atualmente quando a assembleia ou tribunal se divide em duas partes iguais; haverá que se recorrer ao sorteio ou a outro expediente semelhante

Mas, quando se trata da igualdade e da justiça, por mais difícil que seja achar a verdade a respeito delas, é mais fácil alcançá-la do que persuadir aos que podem abusar, porque os mais débeis buscam sempre a justiça, enquanto os fortes não se preocupam nem um pouco com isso.

Aristóteles. Política. In: Jaime Pinsky (Org.). 100 textos de História Antiga. São Paulo: Contexto, 2000

## Espártaco e a revolta de escravos

Tolere contudo a desonra das revoltas dos escravos; embora o destino os faça de juguete, *trata se afinal de uma espécie de homens de segunda categoria, dos quais podemos dispor por causa de nossa liberdade* No entanto, como chamar a guerra que Espártaco iniciou e conduziu? Escravos soldados sob generais gladiadores, os mais vis comandados pelos piores, se constituiu no escárnio aliado à calamidade.

Espártaco, Crixo, Enomau, destruíram as portas da escola de gladiadores mantida por Lêntulo, e com trinta (e não mais!) companheiros de destino fugiram da Cápua Tendo chamado os escravos à liberdade, tiveram consigo imediatamente mais de dez mil homens; não lhes bastava mais terem fugido: eles queriam agora se vingar. Tomaram por assim dizer como primeiro altar o Vesúvio E, como Clódio Gláber os mantivesse bloqueados ali, deixaram-se deslizar por cabos feitos de varas para dentro da montanha, atingindo assim sua base e, por uma passagem impraticável, surpreendendo subitamente o chefe romano, que não esperava nada disso, tomaram-lhe seu acampamento. Em seguida, trocaram de acampamento: atingem o de Cora, percorrem aos poucos toda a Campanha e, não satisfeitos com a pilhagem de fazendas e burgos, arrasam terrivelmente Nola e Licéria, Túrios e Metaponto. O afluxo cotidiano de novas tropas faz deles, afinal, um verdadeiro exército: confeccionam escudos informes de vime e de couro, forjam seu ferro em forma de espadas e lanças e, para que não falte nenhum brilho a seu exército, domam os bandos que encontram formando uma cavalaria Levaram a seu chefe insígnias e objetos tirados dos pretoros: não os recusou, este mercenário da Trácia, admitido no nosso exército, soldado desertor, bandido promovido a gladiador por sua força! Ele chegou mesmo a celebrar funerais de *imperator* para seus comandantes mortos em combate, ordenando aos prisioneiros que combatessem entre si perto da fogueira, como se lavasse toda a desonra de seu passado, passando de gladiador a patrocinador de jogos

Começou inclusive a atacar os cônsules nos Apeninos, despedaçou o exército de Lêntulo e perto de Mutina destruiu o acampamento de C. Cássio. Orgulhoso de suas vitórias, pensou (e isto basta para nos encher de vergonha!) em atacar a cidade de Roma [...].

Floro, historiador romano. In: Jaime Pinsky (Org.). 100 textos de História Antiga. São Paulo: Contexto, 2000.

## O Primeiro Triunvirato

Catão se opôs a seu pedido e aproveitou o último dia para fazer um discurso de apresentação das candidaturas. Desprezando a consagração, César se precipitou em direção a Roma, apresentou sua candidatura, esperando em seguida as eleições.

No mesmo momento, Pompeu, que tinha adquirido muita glória e poder por suas ações contra Mitrídates, pedia ao Senado a ratificação de todas as decisões que tomara em favor dos reis, dinastas e das cidades. Um grande número de senadores, e em primeiro lugar Lúculo, ciumentos das façanhas de Pompeu, se opuseram. Lúculo, que dirigira a guerra contra Mitrídates antes de Pompeu, declarava que a vitória tinha sido obra sua, pois por ocasião da chegada de Pompeu, Mitrídates tinha perdido toda a sua força graças a ele. Crasso pertencia ao partido de Lúculo. Como Pompeu se indignasse ante tal atitude, fez um acordo com César prometendo, sob palavra, ajudá-lo a conseguir o Consulado. Pouco tempo depois, César reconciliou Crasso e Pompeu, e, como os três detinham os maiores poderes, ajudaram-se mutuamente, segundo os próprios interesses. O escritor Varo tratou do acordo entre estes homens num livro intitulado *O monstro de três cabeças*.

O Senado, temendo estes homens elegeu Lúcio Bíbulo como outro cônsul para fazer oposição a César. Rapidamente surgiu o desentendimento entre os dois, e ambos prepararam suas armas. No entanto, César, hábil na arte da dissimulação, pronunciou no Senado discursos sobre a necessidade da concórdia entre ele e Bíbulo, sobre os perigos que a República corria se não entrassem em acordo. Como desta maneira César fazia alusão à sua sinceridade, Bíbulo não manteve sua guarda e nem fez preparativos, pois não tinha a menor ideia do que iria se passar. De sua parte, César organizou em segredo uma tropa numerosa, apresentando em seguida ao Senado leis a favor dos pobres. Propôs distribuir-lhes terras, em particular aquelas da Cápua que eram as melhores e estavam arrendadas em benefício do Estado. Propôs ainda distribuir estas últimas

aos pais que tivessem três crianças; desta maneira, colocou a seu lado uma multidão numerosa, pois o número total dos pais de três crianças era de cerca de vinte mil. Muitos senadores se opuseram a tal proposição. César então, fingindo não poder suportar tais injustiças, saiu apressado do Senado, não retornando até o fim do ano; discursou ao povo do alto dos rostros. Em plena assembleia do povo, pediu a Crasso e Pompeu a opinião sobre seus projetos de lei: estes o aprovaram, e o povo se dirigiu para as votações com os punhais escondidos.

Apiano. *Guerras civis*. In: Jaime Pinsky (Org.). *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2000.

### Escolha de governantes entre os germanos

Os reis são escolhidos segundo sua nobreza, os chefes segundo sua coragem. Mas o poder dos reis não é ilimitado, nem arbitrário, e os chefes, mais pelo exemplo do que pela autoridade, tomam as decisões, atraem os olhares, combatem na primeira linha, impõem-se pela admiração. Além disso, ninguém tem o direito de tirar a vida, de acorrentar, mesmo de fustigar, a não ser os sacerdotes, não a título de castigo, nem sob a injunção de um chefe, mas como se a ordem viesse do deus que eles acreditam estar presente ao lado dos combatentes. Os germanos levam à batalha imagens e emblemas que tiram dos bosques sagrados, mas o que estimula singularmente a bravura não é nem o acaso, nem a disposição fortuita que constitui o esquadrão, nem os cantos, mas, sim, as famílias e os parentes: bem perto estão os entes queridos, de longe lhes chegam aos ouvidos as lamentações das mulheres e os vagidos dos recém-nascidos.

Tácito. *A Germânia*. In: Jaime Pinsky (Org.). *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2000.

## Resumindo

- A Antiguidade Clássica compreende basicamente as civilizações grega e romana.
- A denominação “clássica” remonta ao Renascimento Cultural, movimento intelectual, filosófico, artístico e científico que, em vários níveis, lançou as bases da cultura moderna ocidental. Ao utilizarem o termo para designar as civilizações grega e romana, os pensadores renascentistas enxergavam nessas civilizações os pilares do chamado Mundo Moderno, tanto nas formas de pensamento, nos conceitos, na organização social, quanto, notadamente no caso dos romanos, nas instituições políticas que passaram a nortear a formação do mundo ocidental.
- Na evolução do mundo clássico há alguns elementos essenciais, notadamente a escravidão, transformada em forma absoluta de trabalho e constituindo o sistema econômico escravista ou modo de produção escravista. A escravidão já havia sido utilizada, como forma de mão de obra, esporadicamente, entre os povos do Antigo Oriente. Entretanto, essa utilização nunca se constituiu na forma clássica de trabalho entre esses povos, limitando-se a momentos específicos de expansionismo militar ou, no caso da Mesopotâmia, situações individuais determinadas por dívidas. As outras formas de trabalho compulsório foram utilizadas nominalmente em razão de uma necessidade coletiva, transformando-se em parte de uma estrutura com forte conotação religiosa. Mais que isso, esse trabalho compulsório era temporário, o que fez com que os homens que o prestavam continuassem a ser fundamentalmente livres.
- Nas cidades-Estados gregas, pela primeira vez, a escravidão foi a forma dominante de trabalho, separando completamente o ser humano dos resultados de seu trabalho, tornando-o nada mais que mera ferramenta (o objeto falante, em latim). Isso explica em parte o limitado desenvolvimento técnico dessas civilizações, em grande medida meras tributárias do conhecimento da Antiguidade Oriental.
- A impossibilidade técnica impunha uma única forma de expansão, a horizontal. Não por acaso, o imperialismo foi uma constante entre esses povos, atingindo seu apogeu com o Império Romano.
- No imperialismo, a clara diferenciação entre homens livres e escravos – entenda-se entre cidadãos e não cidadãos – impôs a essas civilizações a necessidade do desenvolvimento político, de modo a harmonizar ou ao menos minimizar conflitos que até então mantinham-se submetidos ao manto da religião. Não por acaso, ao mesmo tempo que tiveram um parco desenvolvimento técnico, as civilizações clássicas conheceram um intenso desenvolvimento nas instituições políticas e sociais.

## Quer saber mais?



### Livros

- **BENOIT, Hector.** *Sócrates. O nascimento da razão negativa.* São Paulo: Moderna, 1996 (Coleção Logos)
- **JAEGER, Werner.** *Paideia. A formação do homem grego.* São Paulo: Martins Fontes, 2010
- **GRANT, Neil.** *As conquistas romanas.* São Paulo: Ática, 1991 (Coleção Guerras que mudaram o mundo).
- **FUNARI, Pedro Paulo.** *Grécia e Roma* São Paulo: Editora Contexto, 2018.



### Sites

- Informações sobre o nascimento da Grécia (em espanhol). <[https://historia.nationalgeographic.com/es/a/nacimiento-grecia\\_6286/3#slide-2](https://historia.nationalgeographic.com/es/a/nacimiento-grecia_6286/3#slide-2)>
- Acervo de arte romana, grega e etrusca do Museu do Louvre. No campo *Search artworks*, seleccione os períodos e temas para ver o conteúdo. <<https://www.louvre.fr/en/departments/greek-etruscan-and-roman-antiquities>>
- Roma Antiga: informações sobre deuses, arqueologia e história privada dos romanos. <[www.forumromanum.org](http://www.forumromanum.org)>.

## Exercícios complementares

**1 Unesp** A palavra colonização deriva do verbo latino “colo”, com significado de “morar e ocupar a terra”. Nesse sentido geral, o termo colonização aplica-se a deslocamentos populacionais que visam ocupar e explorar novas terras. Nos séculos VIII e VII a.C., os gregos fundaram cidades na Ásia Menor, na Península Itálica, na Sicília, no norte da África. Identifique algumas das características desse processo de colonização que o diferenciam da colonização realizada pelos europeus no continente americano nos séculos XVI ao XIX

**2 PUC-RS INSTRUÇÃO:** Para responder à questão, relacione os períodos históricos da civilização grega (coluna A) a suas respectivas características essenciais (coluna B)

1.	Período Homérico	Consolidação das estruturas fundamentais da pólis, a mais célebre das instituições gregas. O período é marcado pela expansão territorial e pela intensificação do comércio entre as cidades.
2.	Período Arcaico	Dissolução da comunidade gentilícia conhecida como “gênos”, com a formação das cidades-Estados. Grande parte do conhecimento sobre o período deve-se às informações fornecidas pelos poemas <i>Ilíada</i> e <i>Odisseia</i> .
3.	Período Clássico	Difusão da cultura grega no Oriente, a partir das campanhas militares de Alexandre Magno, levando à fusão do racionalismo grego com o misticismo oriental. Ocorreu, no período, a progressiva ruptura na identificação do cidadão com sua pólis de origem
4.	Período Helenístico	Formação da Confederação de Delos, que consolidava a hegemonia comercial e política de Atenas. Verificou-se, neste período, o máximo desenvolvimento da filosofia, da poesia, das ciências e das artes.

A numeração correta na coluna B, de cima para baixo, é:

- A 2 – 1 – 4 – 3
- B 1 2 3 4
- C 3 – 2 – 4 – 1
- D 4 3 1 2
- E 3 4 2 1

**3 UFRGS** Na Antiguidade clássica, a Grécia não existia enquanto entidade política. Antes, configurava uma comunidade linguística (onde se falava o grego, com variantes e dialetos) que compartilhava santuários e crenças, costumes e hábitos, formando uma civilização. Em termos geográficos, porém, era dividida em um grande número de cidades, de tamanho e importância variados, independentes umas das outras e frequentemente rivais. A propósito das características dessas cidades, considere as seguintes afirmações.

- I Cada cidade, por constituir um verdadeiro pequeno Estado, possuía um regime político que lhe era próprio e instituições que variavam consideravelmente de uma localidade para outra.
- II. Atenas foi, sobretudo na época clássica, a mais destacada das cidades. Seu modelo democrático baseava-se no princípio de isonomia, isto é, de igualdade de direitos extensiva ao conjunto de seus cidadãos.
- III. Em nome da excelência militar e da ação bélica contínua, o regime monárquico espartano concedia a todos os seus habitantes o estatuto de cidadão, pelo qual os grupos sociais exerciam em igualdade de condições os direitos e deveres nos assuntos da cidade.

Quais estão corretas?

- A Apenas I.
- B Apenas II
- C Apenas III.
- D Apenas I e II.
- E I, II e III

- 4 UFJF** Leia, atentamente, o trecho a seguir e responda ao que se pede:

Para o filósofo grego Platão, nenhuma das formas de governo existentes em sua época era a ideal. Ao analisar um determinado regime político, ele observou que neste caso, o poder estava concentrado nas mãos dos cidadãos que deliberavam diretamente sobre os assuntos da cidade, embora em seu entender, muitos fossem moralmente indignos e sem qualificação para tal.

M. Finley. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 87. (Adapt.).

- Identifique o regime político que está sendo criticado.
  - Cite e analise duas das principais características desse regime na Grécia Antiga
- 5 UPF 2016** A palavra democracia tem origem na Grécia Antiga, mais especificamente em Atenas, e a partir do século XIX ganhou conteúdo diferente. Ao contrário do seu significado atual, na pólis grega, a democracia:
- era exercida de maneira indireta pelos cidadãos, que escolhiam seus representantes políticos por meio de eleições periódicas e regulares.
  - permitia a participação do conjunto da população da cidade, reconhecendo o direito político de camponeses e artesãos, que se organizavam em assembleias plebeias livremente eleitas
  - defendia a igualdade de todas as camadas sociais perante a lei, garantindo a todos o direito de participar e votar na Assembleia dos cidadãos, que se reunia na praça da cidade.
  - era restritiva em termos de direitos políticos, pois convivia com a escravidão, não permitindo a participação dos estrangeiros e das mulheres.
  - não permitia a participação dos militares e guerreiros, considerados incapazes para o exercício da livre discussão e para a tomada de decisões consensuais

- 6 UFPR** Xerxes não enviou arautos a Atenas e a Esparta para exigir a submissão dessas cidades. Dario os tinha enviado anteriormente com esse fim, mas os atenienses os haviam lançado no Bártro, enquanto que os lacedemônios atiraram nos num poço, dizendo lhes que dali tirassem terra e água para levarem ao rei. Espértias e Bulis, ambos espartanos de alta linhagem, ofereceram-se para sofrer o castigo que Xerxes, filho de Dario, quisesse impor-lhes pela morte dos arautos enviados a Esparta. [...] Partindo para Susa, foram ter à casa de Hidames, persa de nascimento e governador da costa marítima da Ásia. [...] Depois de convidá-los a participar da sua mesa, assim lhes falou: “Lacedemônios, por que recusais de tal forma a amizade que o nosso soberano vos oferece? Podeis ver, pela situação privilegiada que desfruto, que ele sabe premiar o mérito; e como tem em alta conta vossa coragem, estou certo que daria também, a cada um de vós, um governo na Grécia, se quisésseis reconhecê-lo como soberano”. “Senhor – responderam os jovens – sabeis ser escravo,

mas nunca experimentastes da liberdade, ignorando, por conseguinte, as suas doçuras. Se já a tivésseis algum dia conhecido, estimular-nos íeis a lutar por ela, não somente com lanças, mas até com machados”

Heródoto. *História*. São Paulo: Tecnoprint, s/d. p. 340 1.

Com base no texto de Heródoto e nos conhecimentos sobre o conflito entre gregos e persas na Antiguidade, considere as afirmativas a seguir:

- A narrativa de Heródoto concebe o tempo como cíclico, uma vez que, para ele, o conhecimento da história permite a correção dos erros do passado.
- Em seu texto, Heródoto atribui às Guerras Greco-Pérsicas o significado de um conflito entre homens livres e escravos.
- Heródoto demonstra, por meio da sua narrativa, que a inviolabilidade dos arautos, fundada no direito das gentes, era um costume político compartilhado por gregos e persas.
- As atitudes dos atenienses e espartanos, narradas no texto de Heródoto, revelam por que os persas chamavam os gregos de “os bárbaros da Antiguidade Clássica”

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras
- Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

- 7 Fatec** Vivemos sob uma forma de governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos; ao contrário, servimos de modelo a alguns ao invés de imitar outros. Seu nome é democracia, pois a administração serve aos interesses da maioria e não de uma minoria.

Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*. (Adapt.).

O trecho acima faz parte do discurso feito por Péricles em homenagem aos atenienses mortos na guerra do Peloponeso. Por esse discurso é correto afirmar que:

- a guerra do Peloponeso foi injusta e trouxe muitas mortes tanto para os atenienses como para os espartanos, que lutavam em lados opostos pela hegemonia da Grécia.
- Péricles se orgulhava da cidade de Atenas por ser ela uma cidade democrática, que não imitava o sistema político de outras cidades-estados, mas era imitada por elas.
- Atenas e Esparta possuíam o mesmo sistema político descrito por Péricles, a democracia, mas divergiam sobre como implantá-lo nas demais cidades estados gregas
- Atenas, por não partilhar do sistema político democrático de Esparta, criou a Liga de Delos e declarou guerra à Liga do Peloponeso
- Esparta era a única cidade-estado democrática em toda a Grécia antiga e desejava implantar esse sistema nas cidades-estados gregas.

- 8 **FGV** Ninguém cuidava de atingir um objetivo honesto, pois não se sabia se ia-se viver o suficiente para realizá-lo. Ninguém era retido nem pelo temor dos deuses nem pelas leis humanas; não se cuidava mais da piedade do que da impiedade desde que se via todos morrerem indistintamente. Tucídides. In: Francis Wolf. *Sócrates*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 31.

Sobre a crise provocada pela Guerra do Peloponeso é correto afirmar:

- A o final da guerra resultou em um período de florescimento cultural e político, denominado “Século de Péricles”
- B após o tratado de paz assinado por atenienses e espartanos em 421 a.C., a guerra recomeçou com a traição de Péricles.
- C a primeira potência hegemônica da guerra foi Esparta, sucedeu-lhe Tebas e, por fim, Atenas.
- D a guerra que durou quase trinta anos e provocou uma terrível peste em Atenas, da qual foi vítima o próprio Péricles, criou as condições para a intervenção de Filipe da Macedônia
- E a guerra foi um conflito entre os persas e os gregos e teve início com a invasão persa da cidade grega de Mileto em 430 a.C.
- 9 **UEPG 2016** Define-se como Antiguidade Clássica o período histórico compreendido entre os séculos XVIII a.C. e V d.C. e que diz respeito às civilizações romana e grega. Especificamente, a respeito dos gregos, assinale o que for correto.
- 01 O período homérico é assim chamado por conta da importância dos poemas *Odisseia* e *Ilíada*, atribuídos ao escritor e poeta Homero, que narram episódios da história grega nessa fase como, por exemplo, a guerra de Troia.
- 02 Uma das mais importantes cidades-estado gregas, Esparta tinha o seu cotidiano ligado às atividades bélicas e sua administração política vinculada aos grupos que a controlavam militarmente
- 04 Monoteístas, os gregos, diferentes da maioria das civilizações antigas, cultuavam um único deus: Zeus. Além dele, acreditavam em outras entidades míticas que não possuíam a dimensão de deuses.
- 08 O conhecimento científico, em diferentes áreas, foi amplamente difundido pelos gregos. Na medicina, por exemplo, destacam-se os estudos de Hipócrates de Cós, tratado pelas culturas contemporâneas como o “pai da medicina”
- 16 Alexandre, o Grande, líder macedônio que dominou a Grécia, promoveu uma fusão cultural e deu origem ao que se convencionou chamar de cultura helenística.

Soma:

- 10 **Uefs 2018** Leia o trecho de *Odisseia*, poema grego composto no final do século VIII a.C.

Tenho uma serva velha, muito compreensiva,  
que amamentou e criou o meu pobre marido,

recebendo-o nos braços no dia em que a mãe o deu à luz.  
[ ]

Anda lá, ó sensata Euricleia, levanta-te agora:  
lava os pés de quem tem a idade do teu amo.

HOMERO. *Odisseia*, 2011.

O trecho apresenta as palavras da rainha Penélope no momento da chegada de Ulisses ao palácio da ilha de Ítaca. Considerando o conteúdo do trecho e a organização social na Grécia Antiga, pode-se sustentar a:

- A predominância do poder político feminino nas cidades monárquicas.
- B existência de relações escravistas no interior das famílias nobres.
- C natureza pacífica das relações entre gregos e bárbaros.
- D tendência à libertação dos escravos depois da Guerra de Troia.
- E resistência passiva dos trabalhadores estrangeiros nos palácios dos reis.

- 11 **UFPR 2018** Leia o excerto a seguir:

A Grécia se reconhece numa certa forma de vida social, num tipo de reflexão que define a seus próprios olhos sua originalidade, sua superioridade sobre o mundo bárbaro. No lugar do Rei cuja onipotência se exerce sem controle, sem limite, no recesso de seu palácio, a vida política grega pretende ser o objeto de um debate público em plena luz do sol, na ágora, da parte de cidadãos definidos como iguais e de quem o Estado é a questão comum [...].

VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013

Tendo como base as afirmações expostas por Vernant, identifique os traços principais da *pólis* grega, o sistema político que ela substituiu e os principais problemas que ela apresenta

- 12 **UFJF** A civilização grega da Antiguidade deixou para outras sociedades um amplo legado que se expressa em vários campos, como o cultural e o político. Das alternativas a seguir assinale aquela que não corresponde a um legado da Grécia Antiga.
- A Os primeiros relatos tidos como históricos foram atribuídos a autores gregos como Heródoto e Tucídides.
- B A concepção criada pelos gregos do exército como uma força permanente, composta de soldados profissionais.
- C As representações teatrais (tragédias e comédias) surgidas na Grécia no contexto das festividades dionisíacas.
- D O regime democrático nascido a partir da experiência política característica da cidade grega de Atenas.
- E O desenvolvimento, na Grécia, do pensamento filosófico através do qual se poderia compreender de forma diferenciada o universo.

**13 FGV** Leia as afirmativas sobre a República romana (509 27 a.C.)

- I Nos primeiros tempos da República, a sociedade era composta por apenas dois setores: os patrícios e os escravos.
- II Os escravos, pouco numerosos no início da República, cresceram numericamente com as guerras de conquista.
- III Entre as funções públicas em Roma, havia os cônsules, os pretores e os tribunos da plebe.
- IV. Em 494 a.C., plebeus rebelados se retiraram para o Monte Sagrado, ameaçando fundar outra cidade se não tivessem, entre outras reivindicações, o direito de eleger seus próprios magistrados.
- V Com o expansionismo romano e as suas conquistas territoriais, houve um grupo especialmente beneficiado: os plebeus, que passaram a vender trigo para os povos dominados

São corretas as afirmativas

- A I, II e III, apenas.
- B II, III e IV, apenas.
- C II, III, IV e V, apenas.
- D III, IV e V, apenas.
- E I, II, III, IV, V.

**14 UFC** O conflito entre dois setores importantes da sociedade romana, plebeus e patrícios, caracterizou a história da República romana desde os primórdios até o estabelecimento do Império. A partir dessa informação e de seus conhecimentos, responda às questões propostas

- a) Apresente dois motivos de disputa entre esses dois grupos.
- b) Diga se, e de que modo, as desigualdades políticas e sociais entre eles foram resolvidas total ou parcialmente.

**15 Unifesp** Podemos dizer que antes as coisas do Mediterrâneo eram dispersas mas como resultado das conquistas romanas é como se a história passasse a ter uma unidade orgânica, pois as coisas da Itália e da África passaram a ser entreteidas com as coisas da Ásia e da Grécia e o resultado disso tudo aponta para um único fim

Políbio. *História*, I.3.

No texto, a conquista romana de todo o Mediterrâneo é:

- A criticada, por impor aos povos uma única história, a ditada pelos vencedores.
- B desqualificada, por suprimir as independências políticas regionais
- C defendida, por estabelecer uma única cultura, a do poder imperial.
- D exaltada, por integrar as histórias particulares em uma única história geral.
- E lamentada, por sufocar a autonomia e identidade das culturas.

**16 Fuvest** Na atualidade, praticamente todos os dirigentes políticos, no Brasil e no mundo, dizem se defensores de padrões democráticos e de valores republicanos. Na Antiguidade, tais padrões e valores conheceram o auge, tanto na democracia ateniense, quanto na república romana, quando predominaram:

- A a liberdade e o individualismo.
- B o debate e o bem público.
- C a demagogia e o populismo.
- D o consenso e o respeito à privacidade.
- E a tolerância religiosa e o direito civil.

**17 UFG** A Grécia conquistada conquistou seu selvagem vencedor e levou as artes aos rústicos latinos.

Paul Veyne. *L'Empire Gréco-Romain*. Paris: Seuil, 2005. p. 11.

Considerando o verso do poeta latino Horácio (65 a.C.-8 a.C.),

- a) explique a relação paradoxal entre conquistador e conquistado;
- b) caracterize dois campos em que a cultura grega se expressa no Império Romano.

**18 PUC-PR** Após a expansão no Mediterrâneo, a sociedade romana experimentou uma série de mudanças

- I Com o enriquecimento geral da população, não houve mais necessidade de escravos
- II Multiplicou-se o número de desocupados nas cidades, em virtude do aumento da mão de obra escrava.
- III. A religião sofreu uma grande reforma face às influências monoteístas oriundas do Oriente, já no início do Império.
- IV. Houve o enriquecimento da minoria patrícia, enquanto que a maioria plebeia empobreceu, aumentando o número de clientes.
- V. A conquista do Oriente trouxe uma orientalização dos costumes e a tendência à divinização dos imperadores.

São afirmações corretas:

- A I, II e V.
- B I, III e IV.
- C I, III e V.
- D II, III e IV
- E II, IV e V.

**19 UEL** Leia o texto a seguir.

A crise desencadeada na sociedade romana pela transformação acelerada das estruturas sociais, ocorrida após a segunda guerra púnica, atingiu, em meados do século II a.C., uma fase em que se tornava inevitável a eclosão de conflitos declarados. A agudização das contradições no seio da organização social romana, por um lado e, por outro, as fraquezas cada vez mais evidentes do sistema de governo republicano tiveram como resultado uma súbita eclosão das lutas sociais e políticas

G. Alföldy. *A história social de Roma*. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1989 p. 81

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, considere as afirmativas a seguir.

- I Na revolta dos escravos, as frentes estavam bem definidas, pois tratava-se principalmente de uma luta dos escravos rurais contra os seus senhores e contra o Estado romano, que protegia estes últimos. Este período iniciou-se com a primeira revolta de escravos na Sicília e terminou com a revolta de Espártaco.
- II. As revoltas dos habitantes das províncias e dos itálicos podem ser consideradas movimentos de camadas sociais homogêneas. Os seus objetivos eram a luta pela libertação dos membros de uma camada social oprimida e não a libertação de comunidades, Estados ou povos outrora independentes da opressão do Estado romano.
- III. Um dos conflitos mais significativos tinha lugar entre os cidadãos romanos, divididos em grupos, com objetivos opostos. O objetivo primeiro de uma das facções, a dos políticos reformistas, era resolver os problemas sociais do proletariado de Roma; a ela se opunha a resistência da oligarquia, igualmente numerosa.
- IV. Nas últimas décadas da República, o objetivo primordial dos conflitos passou a ser a conquista do poder de Estado. A questão era saber se esse poder seria exercido por uma oligarquia ou por um único governante. A consequência última destes conflitos não foi a mudança da estrutura da sociedade romana, mas a alteração da forma de Estado por ela apoiada

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- A I e II.
- B II e III.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E I, III e IV.

- 20 UEL** Os animais da Itália possuem cada um sua toca, seu abrigo, seu refúgio. No entanto, os homens que combatem e morrem pela Itália estão à mercê do ar e da luz e nada mais: sem lar, sem casa, erram com suas mulheres e crianças. Os generais mentem aos soldados quando, na hora do combate, os exortam a defender contra o inimigo suas tumbas e seus lugares de culto, pois nenhum destes romanos possui nem altar de família, nem sepultura de ancestral. É para o luxo e enriquecimento de outrem que combatem e morrem tais pretensos senhores do mundo, que não possuem sequer um torrão de terra.

Plutarco, *Tibério Graco*, IX, 4. In: J. Pinsky. *100 textos de história antiga*. São Paulo: Contexto, 1991 p. 20.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, pode-se afirmar que a Lei da Reforma Agrária na Roma Antiga:

- A proposta pelos irmãos Graco, Tibério e Caio, era uma tentativa de ganhar apoio popular para uma nova eleição de Tribunos da Plebe, pois pretendiam reeleger se para aqueles cargos.

- B proposta por Tibério Graco, tinha como verdadeiro objetivo beneficiar os patrícios, ocupantes das terras públicas que haviam sido conquistadas com a expansão do Império.
- C tinha o objetivo de criar uma guerra civil, visto que seria a única forma de colocar os plebeus numa situação de igualdade com os patrícios, grandes latifundiários.
- D era vista pelos generais do exército romano como uma possibilidade de enriquecer, apropriando-se das terras conquistadas e, por isto, tinham um acordo armado com Tibério.
- E foi proposta pelos irmãos Graco, que viam na distribuição de terras uma forma de superar a crise provocada pelas conquistas do período republicano, satisfazendo as necessidades de uma plebe numerosa e empobrecida.

- 21 Uece** A história política da Roma antiga é dividida em três etapas: a Monarquia, a República e o Império.

Sobre a participação dos plebeus no Regime Republicano, é correto afirmar:

- A a instalação da República foi um ato revolucionário dos plebeus, que afastaram os patrícios do poder, criando a Assembleia Popular.
- B a criação da Assembleia da Plebe resultou da resistência dos plebeus contra o controle do poder político republicano nas mãos dos patrícios.
- C o envolvimento da plebe na *res publica* (coisa pública) romana rompeu com a estrutura social, afastando os patrícios do poder
- D o controle do poder pelos plebeus, criando leis populares, justificou o apoio dos patrícios à instalação do Império de Júlio César.

- 22 Enem 2016** A Lei das Doze Tábuas, de meados do Século V a.C., fixou por escrito um velho direito costumeiro. No relativo às dívidas não pagas, o código permitia, em última análise, matar o devedor; ou vendê-lo como escravo “do outro lado do Tibre” — isto é, fora do território de Roma.

CARDOSO, C F S. *O trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

A referida lei foi um marco na luta por direitos na Roma Antiga, pois possibilitou que os plebeus

- A modificassem a estrutura agrária assentada no latifúndio.
- B exercessem a prática da escravidão sobre seus devedores
- C conquistassem a possibilidade de casamento com os patrícios.
- D ampliassem a participação política nos cargos políticos públicos.
- E reivindicassem as mudanças sociais com base no conhecimento das leis.

- 23 FGV** Para ganhar o favor popular, o candidato deve conhecer os eleitores por seu nome, elogiá-los e bajulá-los, ser generoso, fazer propaganda e levantar-lhes a esperança de um emprego no governo [ ] Talvez sua renda

privada não possa atingir todo o eleitorado, mas seus amigos podem ajudá-lo a agradar a plebe. [ ] Faça com que os eleitores falem e pensem que você os conhece bem, que se dirige a eles pelo seu nome, que sem parar e conscienciosamente procura seu voto, que você é generoso e aberto, que, mesmo antes do amanhecer, sua casa está cheia de amigos, que todas as classes são suas aliadas, que você fez promessas para todo mundo e que as cumpriu, realmente, para a maior parte das pessoas.

Marco Túlio Cícero. *Notas sobre as eleições*.

As práticas políticas na antiga Roma nos fazem refletir sobre as atuais. Essas palavras de Cícero (106-43 a.C.) revelam:

- A a concessão de favores, por parte dos eleitores, para cativar os candidatos.
- B a necessidade de coagir o eleitorado para conseguir seu apoio.
- C o desinteresse da população diante do poder econômico dos candidatos.
- D a existência de relações clientelistas entre eleitores e candidatos.
- E a pequena importância das relações pessoais para o sucesso nas eleições.

**24 UFC** Além do legado linguístico, principal herança da difusão dos latinos, os romanos influenciaram as culturas da Europa em várias áreas, como o Direito, a Arquitetura, a Urbanização e a Agricultura. A respeito da expansão do Império Romano na Europa, é correto afirmar que os romanos:

- A dominaram partes da Europa Oriental, como a atual Romênia, com o objetivo de distribuir terras também para soldados pobres.
- B limitaram o seu domínio à Península Ibérica, pois na Europa Ocidental foram derrotados pela oposição gaulesa na atual França.
- C limitaram sua dominação aos países mediterrâneos da Europa, atuais Grécia, França e Espanha, porque queriam controlar a África do Norte.
- D dominaram também o norte da atual Alemanha, a Dinamarca e os outros países escandinavos, pois precisavam dos latifúndios dos germânicos.
- E chegaram a dominar grande parte da Europa Ocidental, mas também toda a parte europeia da Rússia, porque queriam comercializar com a China.

**25 Imed 2018** *Gladiator* é um filme de 2000, dirigido por Ridley Scott e estrelado por Russell Crowe, que interpreta o General Máximo Décimus Meridius, chamado de Espanhol no filme, que é traído quando o ambicioso filho do imperador, Cómodo, mata seu pai e toma

o trono de Roma. Reduzido a um escravo, Máximo ascende através das lutas de gladiadores para vingar a morte de sua família e do antigo imperador, Marcus Aurelius

A partir da sinopse e de seus conhecimentos de História, marque a alternativa correta.

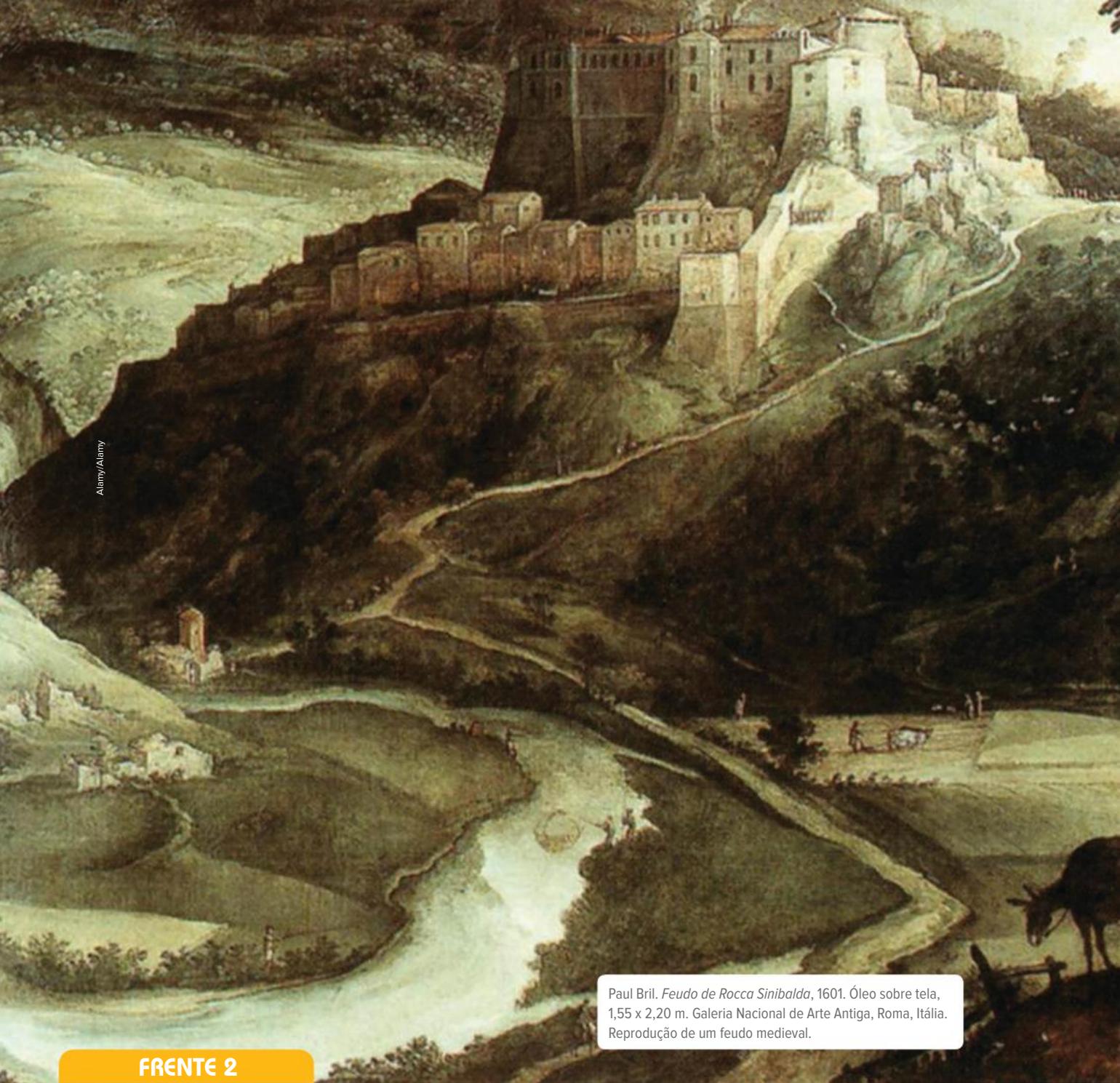
- A O filme é ambientado à época da Monarquia Romana, fase do auge da expansão territorial de Roma e dos conflitos com os cartagineses, conhecidos como Guerras Púnicas.
- B A obra de Ridley Scott trata da fase da República Romana, período em que o Senado era a principal instituição e era responsável pela realização da política externa do Estado.
- C *Gladiator* trata da transição da *Pax Romana*, fase do auge do Império Romano, que se encerra com o governo de Marcus Aurelius, o imperador filósofo, para um período de sucessivas crises, o qual culminou com a queda do Império Romano Ocidental no século V
- D A película narra o cotidiano de gladiadores na Grécia Antiga, época marcada pela organização política em pólis, ou seja, cidades-Estado que não se submetiam à autoridade de um Império, daí os sucessivos atritos entre gregos e romanos.
- E *Gladiator* retrata o Egito Antigo e seus tradicionais combates de gladiadores, sendo que estes eram integrantes da nobreza, que acreditava que a morte em batalha lhes garantia uma posição privilegiada após a morte.

**26 FGV** [...] os domínios [grandes propriedades] foram divididos em pequenas unidades, confiadas a granjeiros, chamados colonos, e o termo *colonus*, que outrora designava o agricultor, ou seja, o camponês proprietário, tendeu a se aplicar exclusivamente ao colono do grande proprietário.

Paul Petit *A paz romana*, 1969

O texto descreve o campo, no mundo romano antigo:

- A No período que se segue à crise do século III d.C., quando a escassez de mão de obra inviabilizou o escravismo.
- B No momento da tentativa, malsucedida, de reforma agrária dos irmãos Caio e Tibério Graco
- C No início da República, quando Roma foi inundada por enormes contingentes de escravos.
- D No final da conquista da Península Itálica, quando Roma ainda não passava de uma potência regional
- E No auge do Império, quando o campo passou a produzir gêneros apenas para abastecer Roma.



Paul Bril. *Feudo de Rocca Sinibalda*, 1601. Óleo sobre tela, 1,55 x 2,20 m. Galeria Nacional de Arte Antiga, Roma, Itália. Reprodução de um feudo medieval.

## FRENTE 2

### CAPÍTULO

# 4

## A Idade Média

Vários elementos integrados entre si compuseram o mundo feudal. Como o primeiro deles, podemos mencionar a formação do mundo feudal, quando as características dos povos germânicos integraram-se ao processo de ruralização que se verificava ao final do Império Romano, e quando os árabes acentuaram mais a tendência a uma economia de subsistência na Europa, ao dominarem o Mediterrâneo.

O segundo é o feudalismo em sua plenitude: as características econômicas e sociais vão se consolidando e as monarquias correspondem a esse modelo fragmentado de economia. Por trás de toda essa estrutura, a Igreja exercia um papel aglutinador.

E o terceiro elemento são as transformações que marcam a Europa a partir da crise feudal, com o comércio, as cidades e a burguesia contribuindo para a formação do mundo moderno, gerando o processo de transição para o capitalismo.

## A Idade Média: nomenclatura e divisões

Tradicionalmente, chamamos de Idade Média o período compreendido entre a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e o ano de 1453, em que ocorrem a queda do Império Romano do Oriente e o fim da Guerra dos Cem Anos.

A caracterização desse longo período de dez séculos (ou seja, mil anos) em uma única era é fruto de uma visão criada pelo Renascimento cultural, o qual, tendo a Antiguidade Clássica como modelo maior de civilização, criou toda uma visão altamente pejorativa para o período após a queda do Império Romano do Ocidente. Expressões como “Idade das Trevas” ou “longa noite de mil anos” foram cunhadas pelos renascentistas para designar o período no qual, segundo eles, o brilhantismo clássico sucumbiu ante o barbarismo e o obscurantismo. O próprio termo, Idade Média, tem uma conotação pejorativa, no sentido de ser uma era cuja única função é intermediar o “brilhante passado clássico” e seu renascimento, a partir do século XIV.

Tal concepção não deve ser aceita. A Idade Média é um momento altamente importante para a história ocidental, no qual se formaram as bases do mundo europeu, os países, as línguas, o conceito de nação tal como o compreendemos hoje e se desenvolveu o próprio predomínio do cristianismo.

Mais que isso: uma abordagem não preconceituosa e mais científica impede-nos sequer de aceitar esses mil anos como sendo um único período ditado por apenas uma característica. Mesmo em uma abordagem pouco rigorosa encontraremos diferenças claras e modelos significativamente conflitantes ao longo desses dez séculos. Para facilitar a compreensão, portanto, dividimos a Idade Média didaticamente em dois grandes momentos: a **Alta Idade Média**, do século V até meados do século XI; e a **Baixa Idade Média**, de parte do século XI até o século XV.

Essa divisão, longe de ser definitiva, tem por objetivo chamar a atenção para as diferenciações que se manifestam desde a queda do Império Romano até o século XV. O que chamamos de Alta Idade Média é o período no qual, sobre os escombros do Império Romano, uma nova sociedade surgia, caracterizada pelos reinos bárbaros, pela invasão dos árabes, pelo avanço e consolidação do poder da Igreja Católica e, acima de tudo, pela formação e consolidação do feudalismo. A Baixa Idade Média é o momento no qual o feudalismo começa a apresentar seus primeiros sintomas de crise e decadência, lançando as bases para o desenvolvimento do comércio e o início de um longo processo de transição em direção ao capitalismo.

Várias civilizações tiveram participação no processo de formação do mundo medieval europeu, seja por seu contato constante com a Europa, seja por invasões que ampliaram o clima de insegurança e de ruralização que já se acentuava desde a crise do Império Romano. Iniciaremos este estudo abordando civilizações que, mesmo não europeias, foram decisivas na constituição do mundo europeu

## O Império Bizantino

Chamamos de Império Bizantino o Império Romano do Oriente, cuja capital, Constantinopla (atual Istambul) erguia-se numa acrópole da cidade de Bizâncio. Sua origem remonta ao século IV, quando o imperador Constantino, após reunificar o Império, transferiu sua capital para Bizâncio, rebatizando-a com o nome de Constantinopla. A nova subdivisão do Império Romano ao final do século IV, no governo de Teodósio, deu-lhe sua forma final, com o Império Romano do Ocidente, com capital primeiro em Roma e depois em Mediolano (Milão), e o Império Romano do Oriente com capital em Constantinopla.

O processo de invasões germânicas ao longo do século V dizimou apenas o Império do Ocidente. O Império Bizantino perdurou ainda por dez séculos, até sua conquista pelos turcos otomanos, em 1453.

## Economia e sociedade

Diferentemente da Europa Ocidental, na qual o processo de ruralização e feudalização acentuou-se ao longo de toda a Idade Média, o Império Bizantino manteve características comerciais e urbanas, ao lado da vida rural que inevitavelmente crescia. Mais do que isso, ao mesmo tempo que na Europa Ocidental verificava-se uma quase completa fragmentação do poder político, o Estado bizantino mantinha um poder relativamente centralizado e um forte controle sobre a atividade econômica.

Parte significativa das terras eram propriedade do Estado. As demais, contudo, ficavam nas mãos da aristocracia, num processo de intensa concentração fundiária. A pequena propriedade praticamente deixou de existir e a mão de obra era representada por uma maioria de camponeses livres e um pequeno contingente de escravos. A produtividade rural era bastante limitada e gerava pequenos excedentes, não sendo a agricultura a fonte básica de riqueza do Império. Tal riqueza concentrava-se fundamentalmente no comércio, o qual se beneficiava da localização de Constantinopla (no entroncamento dos mundos ocidental e oriental), bem como da poderosa marinha bizantina, capaz de garantir a paz necessária à presença de navios mercantes.

Com isso, a elite de comerciantes equiparava-se, socialmente, à aristocracia tradicional, ambas constituindo os setores hegemônicos da sociedade. Imediatamente abaixo das duas, havia a burocracia estatal, composta por altos funcionários, membros da hierarquia religiosa e chefes militares. Em seguida, vinha um setor composto por pequenos comerciantes, artesãos e demais trabalhadores urbanos. Na base da pirâmide social, estava a massa de camponeses e escravos.

## Organização política e religiosa

A centralização política foi a marca do Estado bizantino, ao menos durante seu período de prosperidade, que se estendeu até o século IX. Nesse período, e particularmente no seu apogeu, durante o reinado de **Justiniano** (527-565), existiu um Estado forte, com amplo controle sobre a vida econômica, inclusive monopolizando alguns setores, e capaz de um certo expansionismo militar.

## O Império Bizantino em sua maior extensão



Esse expansionismo pode ser verificado no processo conhecido como **Reconquista**, no qual Justiniano retomou algumas regiões que haviam sido ocupadas por povos germânicos no norte da África e ocidente Europeu

Paralelamente a isso, Justiniano empreendeu uma intensa obra administrativa. Nesse contexto, sua grande contribuição foi a elaboração do *Corpus Juri Civilis*, um código civil, na verdade uma compilação e organização dos princípios fundamentais do Direito Romano, que até hoje é referência para a estrutura jurídica de vários povos ocidentais.

A questão da religião ocupou um lugar fundamental na estrutura do Estado bizantino. É importante retomar que seu surgimento se deu no momento em que o Império Romano buscava incorporar a estrutura cristã. Com o Edito de Milão, Constantino legalizara o culto. Ao final do século IV, o Edito de Tessalônica, do imperador Teodósio, tornava o cristianismo a religião oficial do Império, apenas cinco anos antes de se efetivar a divisão do Império Romano, com Constantinopla mantida como capital do Império do Oriente.

Assim, a busca por utilizar a religião cristã como um elemento de justificação e sustentação do poder imperial encontrou seu espaço no Império Bizantino. O Imperador era visto como manifestação humana de Deus, ao mesmo tempo que exercia um forte controle sobre a hierarquia religiosa fenômeno conhecido como **cesaropapismo**. Um dos marcos dessa relação entre o Estado e a religião foi a construção, ainda no governo de Justiniano, da Basílica de Santa Sofia (*Hagia Sophia*), em Constantinopla, um dos marcos da arquitetura cristã medieval



Fig. 1 Basílica de Santa Sofia, em Istambul.

Temos que considerar ainda que o fortalecimento da Igreja Cristã no Oriente se deu ao mesmo tempo que, na Europa Ocidental, a Igreja era cada vez mais influenciada pelos interesses dos reinos bárbaros. Com isso, os conflitos entre o papado e o Patriarca de Constantinopla intensificaram-se. No ano de 1054, há a ruptura definitiva da unidade do cristianismo e a separação entre Igreja Católica Romana e Igreja Ortodoxa Grega, sediada em Constantinopla. Era o **Cisma do Oriente**, ou **Grande Cisma**, a primeira das grandes cisões que romperia a unidade do cristianismo e o monopólio religioso da Igreja de Roma

## O islamismo

A importância dos árabes para o mundo ocidental começa a se manifestar de forma mais intensa a partir do início da Idade Média, tendo como impulsionador o processo de expansão religiosa e militar conhecido como **expansão islâmica**. É importante salientar que esse processo é um dos elementos geradores do feudalismo na Europa, além de ter deixado marcas profundas na sociedade europeia e constituir-se num importante referencial político para o mundo contemporâneo.

### As origens do islamismo

A Arábia, berço do islamismo, constitui-se, essencialmente, num vasto deserto. Assim, as poucas cidades erguiam-se na faixa litorânea ou em oásis isolados. No restante do território, as comunidades humanas eram formadas por beduínos (árabes do deserto), vivendo numa estrutura tribal e seminômade. Viviam do **apascentamento** de cabras e do extrativismo de tâmaras e outros poucos itens disponíveis no deserto. Entretanto, mantinham a necessidade de gêneros que não podiam ser obtidos em seu ambiente original, daí a inevitabilidade do comércio.

Desse modo, as cidades ganhavam uma dimensão essencialmente comercial, vivendo do contato entre si e com os povos do deserto. Todavia, o isolamento entre as cidades e os beduínos, bem como sua estrutura tribal, tornavam impossível qualquer forma de unidade política.

Ao mesmo tempo, os particularismos manifestavam-se também em termos religiosos. Anteriormente ao Islão, os árabes eram politeístas e idólatras, sendo que o número de ídolos adorados pelas várias tribos chegava a 360.

Todos esses ídolos, bem como a Pedra Negra, outro objeto de adoração, encontravam-se reunidos na *Caaba*, uma tenda próxima à cidade de Meca, alvo de peregrinações religiosas por parte de tribos de toda a Arábia. Evidentemente, essas peregrinações impulsionavam o comércio, fazendo de Meca a principal cidade comercial árabe.

É nesse meio que teremos a origem do islamismo, que acontece com as pregações de Maomé, um membro da família dos haxemitas, ramo empobrecido dos coraixitas, a tribo fundadora e dominante de Meca.

Influenciado pelo judaísmo e pelo cristianismo, Maomé começava a conceber a ideia de uma crença com um único Deus, porém adaptada à sua realidade de vida, ou seja, à realidade árabe. As primeiras pregações de Maomé foram mal recebidas pelos coraixitas, cuja riqueza proveniente do comércio era fortemente baseada nas peregrinações religiosas politeístas e idólatras, características rejeitadas por Maomé.

Esse período inicial estende-se do ano de 610 a 622, quando Maomé sofre um atentado do qual consegue escapar. A oposição dos coraixitas era cada vez mais violenta, levando Maomé e seus seguidores (em um total não superior a 40 indivíduos) a fugir para a cidade de Iatreb, mais tarde rebatizada com o nome de Medina (“cidade do Profeta”).

**Apascentar:** pastorear.

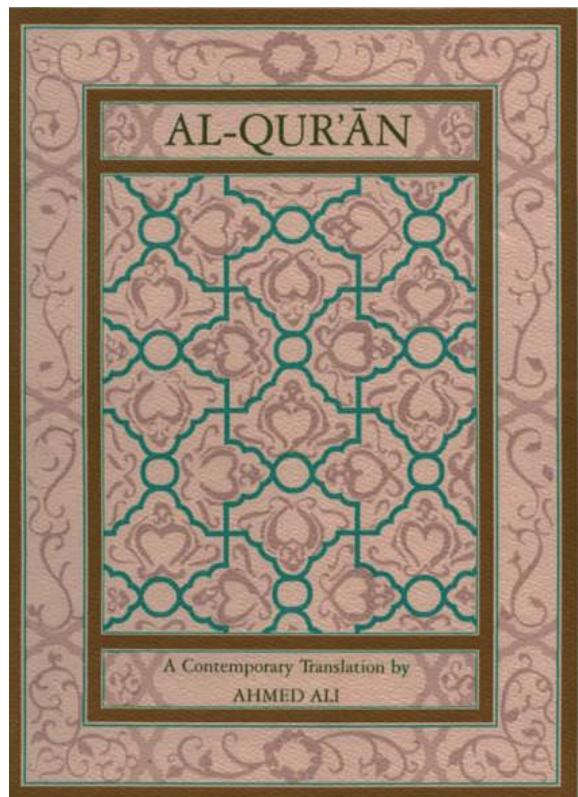


Fig. 2 Capa de uma edição do Alcorão, o livro sagrado do islamismo.

O fato de, em pouco mais de um século, esse pequeno grupo ter gerado um Império gigantesco, em um processo de expansão que só seria detido na França, na famosa Batalha de Poitiers, em 732, após ter dominado vastas regiões do Oriente, todo o norte da África, Península Ibérica, ilhas do Tirreno e sul da Itália, isolando totalmente a Europa, gera algumas reflexões: como foi possível uma expansão tão vasta e tão rápida?

### A conversão da Arábia

Ao fixar-se em Iatreb, Maomé contava com o apoio da elite local, interessada no enfraquecimento de Meca. Com esse apoio, Maomé organizava ataques a caravanas que se dirigiam a Meca, reprimindo o comércio dessa cidade.

Paralelamente a isso, empreendia a difusão de sua crença, rapidamente acolhida pelos povos árabes. As razões são evidentes. Os elementos da doutrina criada por Maomé estão diretamente vinculados às condições de vida do árabe e às suas necessidades. Fundamentalmente, o islamismo representava uma justificativa religiosa às condições e necessidades ditadas pela vida material do árabe.

Um exemplo disso está na ideia da *jihad*. O significado original do termo é de “expansão da fé”. Entretanto, para um povo cuja expansão era uma necessidade material, no sentido de obter terras, riquezas ou bens, o princípio da *jihad* assumiu o caráter de uma Guerra Santa, segundo a qual é dever de todo islâmico (submisso à vontade de Alá) levar adiante sua crença, nem que para isso seja necessário o uso da força. A pilhagem, permitida por Alá, era um elemento fortemente atraente para esses povos, bem como a visão do Paraíso prometido àqueles que morressem lutando por seu deus.

Com isso, Maomé conseguiu rapidamente a conversão dos povos da Arábia, submetendo até mesmo os coraixitas de Meca, e fincou as bases de uma unidade nacional e política centrada na religião. Surgia um Estado teocrático, fortemente centralizado e imbuído de um ideal expansionista, fruto de necessidades econômicas, porém justificado em bases religiosas, tendo o apoio irrestrito de uma imensa população acostumada ao sofrimento e ao sacrifício.

## A expansão islâmica

A decadência dos Impérios Romano e Persa, bem como a descentralização política e militar que caracterizava os povos bárbaros do norte da África e da Península Ibérica foram elementos que favoreceram a expansão islâmica. Os árabes rapidamente conquistaram vastas regiões do Oriente, incorporando domínios que se estendiam pelos atuais Irã, Iraque e norte da Índia, penetrando, em seguida, no território africano.

Após ter dominado todo o norte da África, os árabes, sob o comando do general Tar (ou Tariq), penetraram na Península Ibérica através do estreito conhecido como Colunas de Hércules, mas que, a partir de então, passou a ser chamado de Gibraltar (do árabe *jabal al Tariq*, ou "Pedra de Tar"). Na Península Ibérica, derrotam o reino cristianizado dos visigodos, confinando-os à porção nordeste da península, de encontro aos Pirineus; como próximo passo, penetraram no território dos francos. É no território franco que são derrotados, em 732, na Batalha de Poitiers, um dos conflitos mais importantes entre cristãos e muçulmanos.

Embora detidos pelos francos em sua expansão, a consolidação estava feita, pois mantiveram os domínios anteriormente obtidos, passando a exercer um controle político e militar sobre toda a costa sul, leste e noroeste do Mediterrâneo, além das ilhas do mar Tirreno, o que lhes deu o domínio de toda a navegação nesse mar.

## A expansão do islamismo



## Efeitos da expansão islâmica

A infiltração árabe na Europa provocou efeitos marcantes na organização da vida econômica europeia. O processo de ruralização econômica e de declínio do comércio, com a economia cada vez mais dependente da agricultura de subsistência, que já se verificava desde a crise do Império Romano e fora acentuado pelas invasões germânicas, passou agora a ser definitivo.

O domínio árabe sobre o Mediterrâneo privou os europeus da principal via de comércio com o único mercado que lhes restava, o Império Bizantino. Mais ainda, a sobrevivência europeia passava a depender de uma produção agrícola sem perspectivas de obtenção de mercados. Nesse sentido, podemos afirmar que a invasão islâmica representa a última peça do mosaico que vai dar origem ao feudalismo europeu.

Ao mesmo tempo, a presença árabe na Península Ibérica motivou a luta dos povos cristãos por expulsá-los, no processo conhecido como Guerra de Reconquista, que é o grande responsável pelo surgimento dos reinos de Portugal e da Espanha.

A cultura árabe também trouxe influências para o mundo ocidental, com o desenvolvimento da Matemática, da Astronomia, das técnicas de construção, da metalurgia, da Filosofia etc sendo, ao longo da Idade Média, o único contraponto dentro da Europa para o teocentrismo imposto pela Igreja Católica. No Renascimento cultural, é possível constatar a forte influência legada pelos árabes à cultura europeia.



Fig. 3 Mesquita de Córdoba, na Espanha, construída no século VIII.

## Os reinos bárbaros

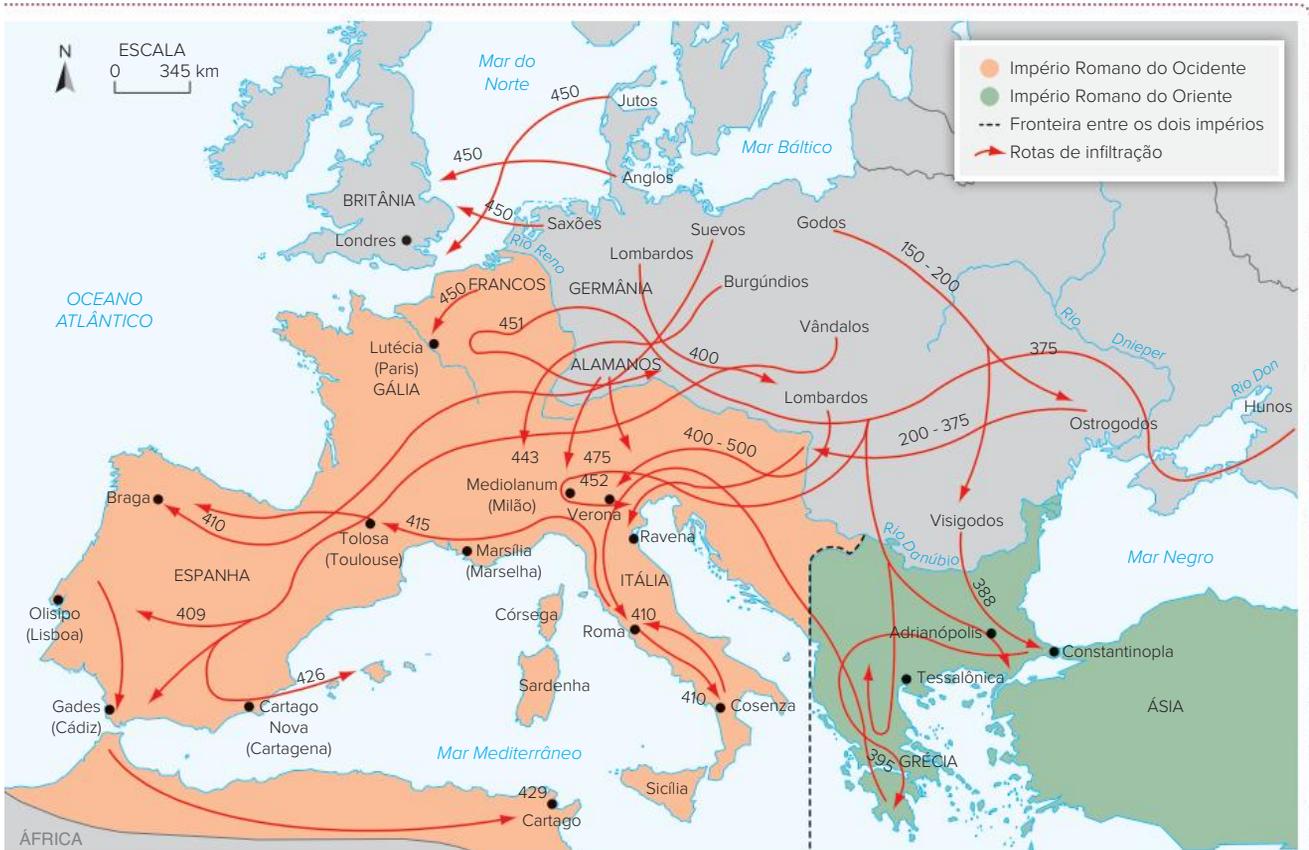
O Império Romano sucumbiu ante as invasões germânicas, que ocuparam várias regiões até então pertencentes a Roma e com isso deram origem aos chamados **reinos bárbaros**.

Considerando que os novos dominantes europeus eram povos bárbaros, basicamente de origem germânica, suas características sociais, econômicas e políticas vão ter uma importância fundamental para a compreensão do mundo feudal que se desenvolveu na Europa a partir daí.

A transplantação das antigas estruturas germânicas, baseadas no particularismo tribal, para uma nova realidade na qual esses povos viram-se detentores de vastos domínios, acabou gerando uma realidade híbrida, na qual elementos de poder local fundem-se à necessidade de garantir a posse da terra e à defesa contra inimigos, com a criação de uma estrutura militar mais sólida e com todas as mazelas decorrentes da existência, agora, de reinos. Para uma melhor compreensão dessa situação temos que, primeiramente, entender a forma original de organização desses povos.

As sociedades germânicas haviam evoluído de uma estrutura tribal para a formação de agrupamentos guerreiros. Esses grupos centravam-se na figura de um chefe, que comandava guerreiros livres, os quais, por sua vez, submetiam-se, por vontade própria, à autoridade daquele que era reconhecido como o indivíduo com maiores condições de liderá-los. Não havia uma estrutura institucional de Estado. Sendo fundamentalmente guerreiros, seus vínculos eram basicamente militares, mas de caráter estritamente pessoal, forjado em juramentos de fidelidade e obediência por parte dos guerreiros, em troca da proteção que lhes era concedida pelo chefe. Essa forma de organização chamava-se *comitatus*, ou “grupo de guerra”, e teve importante influência na formação da sociedade feudal.

## As migrações dos povos bárbaros



A necessidade militar, ligada às conquistas que fazem parte do processo de destruição do Império Romano, levou a um processo de organização desses agrupamentos guerreiros. Longe de um Estado tal como o concebemos hoje, o que se formou, de um modo geral, foi uma autoridade central, fundamentalmente militar, caracterizando um poder que genericamente chamamos de monárquico. Entretanto, esse poder real era exercido com fortes limitações, submetido ao prestígio pessoal do monarca e à Assembleia de Guerreiros, detentora, em última análise, do poder efetivo. A manutenção desse princípio pessoal de relacionamento faz com que o vínculo entre o rei e os chefes guerreiros mantenha as mesmas características herdadas do *comitatus*. Os guerreiros submetem-se ao rei pelos mesmos juramentos de fidelidade e obediência, obrigando-se este à proteção e ao comando militar.

Esses traços fundem-se a um aspecto econômico comum aos vários povos germânicos, o fato de terem na agricultura sua atividade básica, sendo o comércio praticamente desprezível. Assim, a questão militar assumiu um papel de sobrevivência cotidiana, ligada à defesa da terra geradora do alimento do qual eles necessitavam. Mais que isso, os próprios chefes guerreiros, em um processo de conquista, assumiam uma condição de conquistadores da possibilidade de sobrevivência, o que colocava as massas de trabalhadores não guerreiros sob sua direta dependência. Com isso, criou-se uma situação na qual a posse da terra articulou-se necessariamente à capacidade de defendê-la, relegando

a massa de não guerreiros à condição de trabalhadores braçais, produtores do alimento em troca da terra e da proteção recebida. Essa relação gerou uma nítida diferenciação social, entre aqueles que trabalham e aqueles que guerreiam, constituindo estes últimos uma elite social e econômica, detentores da terra e do que havia de força militar. Estavam lançadas as bases para a constituição da nobreza feudal.

Do mesmo modo, as relações entre esses guerreiros e as autoridades superiores se fundaram com as mesmas necessidades e princípios. Considerando-se o rei como autoridade militar suprema, sua condição, em última análise, é a de detentor de todas as terras. Para efetivar a defesa, ele concedia o comando de parte dessas terras e proteção a outros chefes guerreiros, em troca de um juramento de fidelidade, obediência e serviço militar quando este lhe fosse necessário. Esses chefes, por sua vez, também com juramento de fidelidade e obediência, cediam terras a outros guerreiros. Desse modo, em caso de necessidade, a obediência deste guerreiro ao seu chefe poderia ser em prestada ao rei.

Com isso, criou-se uma estrutura de verticalização das relações políticas e militares. No topo da hierarquia encontra-se o rei, vinculado a chefes guerreiros, os quais, por sua vez, se vinculam a outros e assim por diante, em um processo cujo efeito final é o estabelecimento de inúmeros domínios pessoais sempre submetidos a uma autoridade superior. São esses vínculos que deram origem às relações de **suserania** e **vassalagem**.

### Os reinos bárbaros – século VI



Para uma melhor compreensão dessas relações, lembremos que o **suserano** é sempre o superior hierárquico, aquele que concede a terra e a proteção em troca da fidelidade e da obediência de seu vassalo. Em contrapartida, o caráter estritamente pessoal desses vínculos cria uma realidade na qual o *vassalo do meu vassalo não é meu vassalo*. Assim, o efeito lógico da extensão desses vínculos foi o enfraquecimento das autoridades que não tivessem vínculo direto, mesmo que superiores. Tal característica contribuiu, mais que qualquer outra, para o enfraquecimento do poder real e a descentralização política que marcou a Idade Média.

Economicamente, a base que os povos germânicos tinham na agricultura acelerou a ruralização europeia e estabeleceu as bases das relações de produção feudais. As cidades romanas, já decadentes desde meados do século III, perderam sua função econômica, transformando-se em centros administrativos, sedes das monarquias bárbaras; em centros de defesa, em razão de suas muralhas, ou em meros centros religiosos, por serem sedes de bispados ou guardarem relíquias sagradas.

Embora as características citadas descrevam os povos germânicos como um todo, é importante ter em vista que cada um deles tem suas particularidades. Essas, contudo, não serão analisadas aqui, exceto no caso de um deles, os **francos**, cuja evolução foi decisiva para a formação do mundo feudal europeu.



H.F. Heilmolt, *History of the World*, Volume VII, Dodd Mead 1902

**Fig. 4** Teodorico, o Grande. Rei dos ostrogodos (474-526), um dos povos germânicos

## Reino Franco

Foram chamados de francos os povos germânicos que invadiram as terras que os romanos chamavam de Gália, ocupando basicamente as terras da atual França. Dois elementos diferenciavam-nos, em princípio, dos demais povos bárbaros. O primeiro é uma precoce centralização política; o segundo, diretamente ligado ao anterior, é a aliança que eles estabeleceram com a Igreja Católica.

A ocupação da Gália romana não se fez sem um intenso processo de lutas contra os antigos habitantes e mesmo entre os principais chefes guerreiros francos. Nesse processo de lutas, destacou-se um chefe militar legendário, chamado Meroveu, o qual logrou derrotar uma série de adversários e estender seus domínios por todo o norte da região. A conclusão desse processo deu-se com Clóvis, neto de Meroveu. Clóvis foi o primeiro chefe bárbaro a compreender a necessidade do apoio das populações nativas para a consolidação do seu poder e mesmo para a vitória definitiva sobre os demais chefes. Dos escombros do Império Romano, uma das poucas instituições remanescentes, cuja influência ainda era significativa ante boa parte da população, era a Igreja Católica. Assim, Clóvis se volta para ela.

A mitologia cristã salienta um episódio no qual Clóvis teria tido um sonho decisivo para sua conversão ao cristianismo. O que existe de fato é a certeza que a conversão de Clóvis, e a conseqüente aliança que ele estabeleceu com a Igreja, foram, essas sim, decisivas para o seu processo de conquista. Foi com o apoio da Igreja e dos cristãos da Gália que Clóvis conseguiu derrotar os demais guerreiros francos, impondo-se como rei. Sendo ele neto de Meroveu, essa primeira dinastia francesa fundada por Clóvis é chamada de **Merovíngia**.

O particularismo tribal germânico, entretanto, foi mais forte que essa tendência unificadora. Ainda durante seu governo, Clóvis dividiu o reino em províncias às quais ele deu o nome de **condados**, nomeando nobres guerreiros, **condes**, para administrá-las. Verifica-se aí uma tendência à descentralização política, que só se acentuou nas décadas seguintes. Não por acaso, os últimos reis merovíngios ficaram conhecidos pela designação de **reis indolentes**. Seu poder era meramente formal, como chefe militar supremo, condição que em uma época de paz não lhe granjeava qualquer autoridade efetiva. Ao mesmo tempo, a administração dos domínios reais ficava a cargo de nobres que deram origem a uma figura típica do Reino Franco, o **major domus** (intendente do palácio).

Ao longo do século VII verificou-se um processo de fortalecimento do *major domus*, em detrimento do poder real. Em 679, **Pepino de Heristal**, nobre que havia chegado à condição de *major domus*, logrou criar praticamente um poder paralelo, ao transformar o cargo em vitalício e hereditário, independentemente da indicação e do controle por parte do rei.

Essa dualidade de poder tornou-se nítida quando os árabes invadiram a França no século VIII. Coube ao *major domus* **Carlos Martel**, filho de Pepino de Heristal, e não ao rei, o comando sobre os exércitos francos que derrotaram os invasores na Batalha de Poitiers, em 732

A vitória teve múltiplos significados para o Reino Franco. Em primeiro lugar ela consolidou a aliança entre os francos e a Igreja Católica, visto terem sido eles os únicos capazes de deter os infiéis que ameaçavam a cristandade. Em segundo lugar, efeito básico da guerra para um povo germânico, verificou-se um fortalecimento da autoridade central, com a nobreza guerreira unida em torno de um comando centralizador. Lembramos que esse comando não está nas mãos de um rei formal, mas sim de seu *major domus* cujo poder, prestígio e liderança sobre a nobreza suplantavam em muito o poder do rei.

Foi o filho de Carlos Martel, chamado de **Pepino, o Breve**, quem finalizou esse processo. Alegando ser portador de sangue real (afirmava ser filho de Carlos Martel com a rainha Batilde) e contando com o apoio dos nobres e da Igreja, ele depôs o último rei merovíngio, Childerico III, e fez-se coroar rei da França no ano de 751. Surgia aí uma nova dinastia, chamada de **Carolíngia** pelo fato de se originar em Carlos Martel.

Pepino refez a secular aliança da monarquia franca com a Igreja, o que lhe permitiu ampliar muito a prática, iniciada por seu pai, de distribuir as vastas propriedades eclesiásticas entre seus seguidores que, em troca, deveriam lhe prestar auxílio de natureza militar. A propriedade recebida chamava-se **benefício** e foi a principal origem do feudo. Sua posse era condicionada à prestação do serviço militar na forma de **cavaleiro**. Sua consequência básica foi aumentar o universo das relações pessoais de dependência. A Igreja, em contrapartida pela cessão das propriedades, passou a receber uma taxa correspondente a 10% de sua produção anual, o dízimo.

Pepino, o Breve, também interveio na Itália contra os lombardos que ameaçavam o papado, em 756. Como resultado, os lombardos cederam os territórios de Ravena e de Pentápolis a Pepino que, juntando-os ao ducado de Roma, doou-os ao papa Estevão II, originando o **Patrimônio de São Pedro** (ou Estados Pontifícios).

A ação de Pepino, o Breve, foi decisiva para a ampliação dos domínios francos. A irreversível aliança estabelecida com o papado foi o fator de justificação ante os fiéis para que esses aceitassem a dominação franca. Tanto que as conquistas francas, ampliadas de modo drástico no reinado do filho de Pepino, o Breve, **Carlos Magno**, foram todas elas obtidas com o apoio da Igreja.

## Império Carolíngio

Carlos Magno assumiu o trono em 768. Empenhou-se em expandir seus domínios, anexando o norte da Itália (em mãos dos lombardos), submetendo a Saxônia, a Baviera e a Bretanha, estabelecendo o controle franco sobre o nordeste da Península Ibérica, derrotando os ávaros e obtendo a submissão de boêmios, morávios e croatas. Fez do Reino Franco a mais extensa unidade administrativa da Europa Ocidental.

Todas essas conquistas foram feitas tendo a Igreja como principal avalista e justificadora. Essa condição consolidou-se definitivamente quando, na missa de natal de 800, o papa Leão III coroou Carlos Magno **Imperador dos romanos**. O título tinha uma conotação essencialmente religiosa, significando o Imperador daqueles que seguiam a religião de Roma. Entretanto, acabou assumindo um significado muito

maior, de uma ressurreição do Império Romano do Ocidente. Essa ressurreição dava-se em direta aliança com a Igreja Católica, a qual passaria a gozar de uma estrutura política forte para amparar seu crescente poder.

A administração do Império seguiu o modelo franco de divisão em condados (cerca de 200), passando os bispos também a exercerem poderes condaís em suas cidades. Nas regiões fronteiriças, criaram-se as **marcas**, que ficavam sob o controle de um funcionário que originou o termo **marquês**. Essas medidas favoreceram o desenvolvimento dos poderes jurídico-militares regionais localizados. Em uma tentativa de manter algum controle central, Carlos Magno criou os *missi dominici*, funcionários que percorriam o Império fiscalizando a administração de condes e bispos. Mas o verdadeiro responsável pela manutenção de um mínimo de centralização foi o estado de guerra constante que caracterizou o governo de Carlos Magno. Ele multiplicou os domínios e as relações de vassalagem, colocando o rei no alto de uma estrutura minimamente organizada em termos político militares.

A centralização política, que parte da Europa Ocidental conheceu depois de mais de três séculos, favoreceu um modesto desenvolvimento econômico incapaz de reverter a ampla ruralização e promoveu o chamado **Renascimento Carolíngio**. Escolas foram fundadas, sendo os aristocratas estimulados a alfabetizarem-se; a corte tornou-se um centro de homens sábios e algo do passado cultural romano foi recuperado. O chamado Renascimento Carolíngio foi um fenômeno essencialmente cultural, diretamente apoiado na Igreja Católica.



Fig. 5 Carlos Magno e o papa Adriano I, antecessor de Leão III

Com a morte de Carlos Magno, em 813, o poder passou para seu filho **Luís, o Piedoso**, que governou até 840. Fortemente influenciado pela Igreja, Luís foi um monarca fraco. Abadias e aristocratas fundiários conseguiam livrar-se do controle do poder central, tornando-se autônomos e furtando-se do cumprimento de suas obrigações para com o poder central.

Seu governo coincidiu também com uma nova onda de invasões, frequentes em toda Europa Ocidental do século IX. Vindos da Escandinávia, os *vikings* com seus navios de quilha rasa subiam os rios, espalhando a morte e a destruição por vastas áreas. Os sarracenos, piratas muçulmanos do

norte da África, assolaram as zonas litorâneas da Itália e da França. E os magiares (ou húngaros), cavaleiros nômades das estepes da Ásia central, submeteram o norte da Itália e a Alemanha a contínuas incursões de pilhagem.

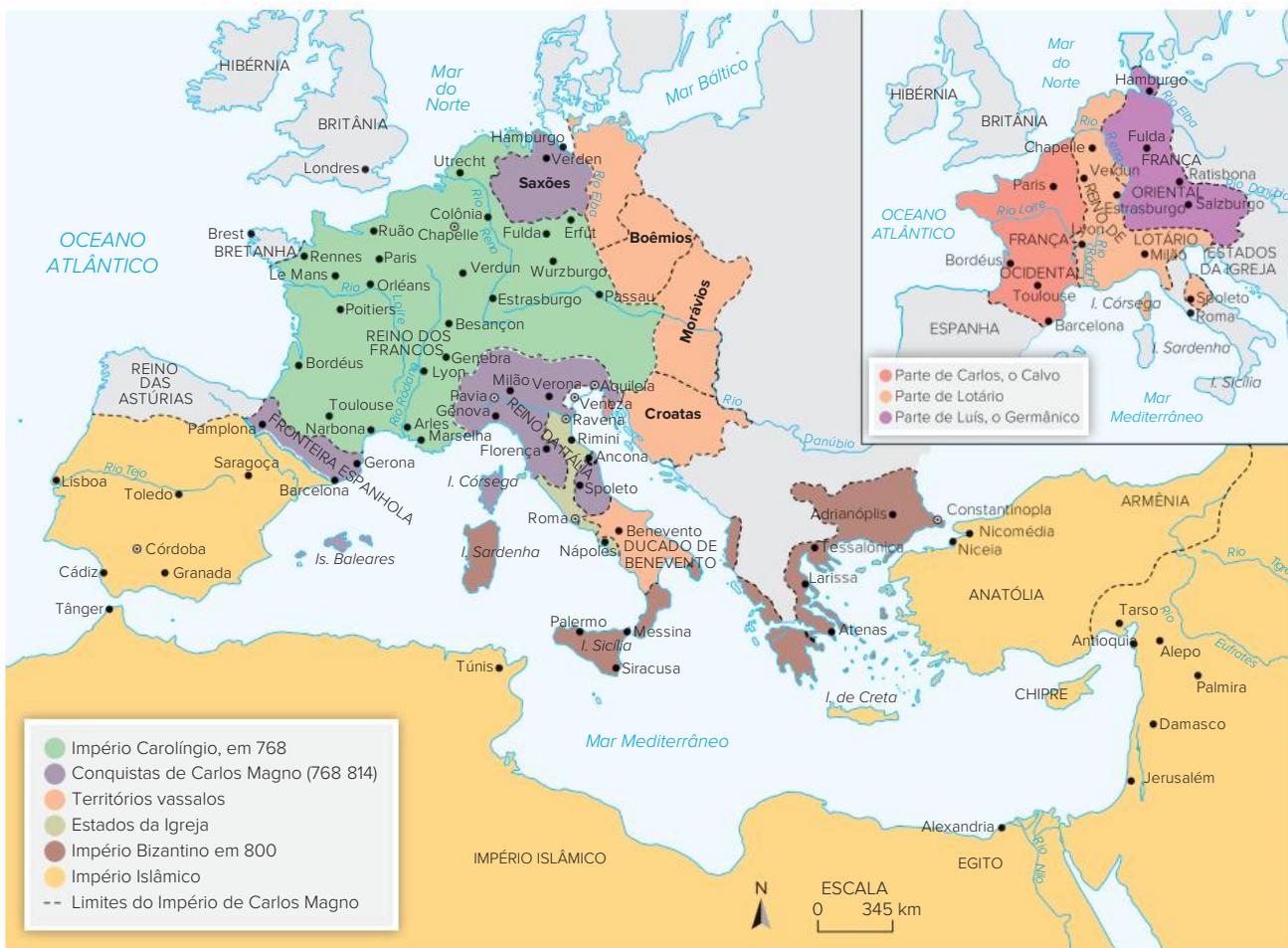
A morte de Luís significou o fim da unidade imperial. Seus três filhos repartiram o Império no **Tratado de Verdun** (843). Carlos, o Calvo, ficou com a França Ocidental (que deu origem ao reino da França); Luís, o Germânico, com a França Oriental (a futura Alemanha), e Lotário, com a França Central, repartida após a sua morte, em 870, entre Carlos e Luís.

A autoridade real esfacelou-se rapidamente. Condes, duques e marqueses usurpam os poderes reais e passam a exercê-los em nível local. Em 877, os domínios,

chamados então de **feudos**, tornam-se hereditários; em 911, o rei Carlos, o Simples, incapaz de deter os ataques *vikings*, cedeu-lhes o ducado da Normandia, origem de sua outra denominação, normandos. O ano de 911 viu também o fim do ramo germânico dos carolíngios, com a morte de Luís, o Jovem. A organização posterior da porção oriental dos domínios carolíngios daria origem ao **Sacro Império Romano-Germânico**, que será visto mais adiante.

Em 987, morrendo o último soberano carolíngio da França Ocidental, Luís V, os aristocratas escolheram Hugo Capeto, Conde de Paris, como rei. Encerrava-se aí a Dinastia Carolíngia e tinha início a dinastia feudal por excelência, na França, a dos capetíngios.

## O Império Carolíngio



## O feudalismo

De modo geral, tudo o que diz respeito ao processo de desagregação do Império Romano pode ser visto como constitutivo do feudalismo na Europa. Recapitulando, podemos listar os principais desses elementos: ruralização econômica e demográfica, declínio do comércio, dependência em relação à agricultura, descentralização política, bloqueio do mar Mediterrâneo, dependência dos camponeses em relação ao senhor da terra, vínculos militares entre a nobreza e ascensão da Igreja Católica.

O sistema feudal resultou, assim, de uma fusão entre elementos romanos e elementos trazidos pelos germânicos. Dentre os primeiros, destacam-se: a vila, unidade de produção rural que tendia à autossuficiência; o regime de colonato, que produziu uma massa de camponeses presos à terra; o declínio da vida urbana, num processo de ruralização, que fez da terra o bem econômico básico; o declínio do comércio; e o próprio enfraquecimento do Estado. Dentre os segundos, pode-se destacar: a economia natural, caracterizada pela produção para o consumo e pelo desconhecimento do uso da

moeda; as relações de suserania e vassalagem, que enfraqueceram ainda mais o poder central; e o próprio clima de insegurança gerado pelas invasões, o que acentuou as relações de suserania e vassalagem e ampliou a dependência dos trabalhadores em relação à elite de guerreiros que lhe daria a necessária proteção



**Fig 6** Castelo de Bodiam, Sussex, Inglaterra. A necessidade de defesa, o que incluía a construção de castelos, foi uma constante na vida medieval

Some-se a isso o efeito da dominação árabe sobre o Mediterrâneo, fato que acentuou o declínio do comércio e a dependência europeia de uma economia autossuficiente.

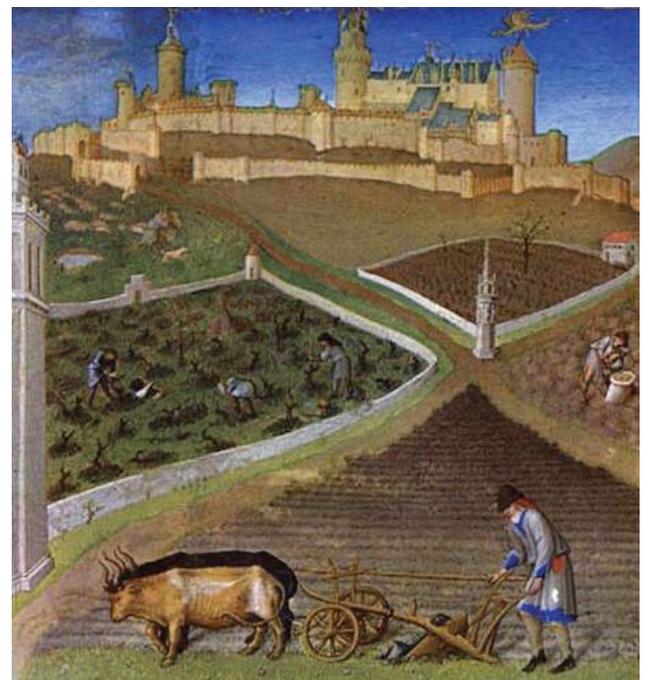
A economia feudal teve no feudo seu elemento básico de organização e sua unidade produtiva. Em que pese as diferenças de época e local, os feudos eram grandes propriedades rurais (na França, no século X, os feudos tinham em média 100 hectares), basicamente agrícolas, voltadas para subsistência e tendendo a ser autossuficientes. O fato de a autossuficiência plena jamais ser obtida fez com que o comércio continuasse existindo, embora em um nível muito baixo, como uma atividade basicamente complementar à subsistência.

A sociedade feudal tinha uma condição **estamental**. A nobreza cristalizou-se em uma camada superior, de natureza hereditária, situando-se no extremo oposto à grande massa de camponeses. Estes, dependentes da terra de posse da nobreza e da proteção que esta lhes dava, viram sua condição social voltar-se para uma realidade na qual estavam presos à terra, devendo aos senhores feudais (nobres) uma série de obrigações, constituindo-se em **servos**.

Para que possamos compreender essas obrigações, temos que analisar a estrutura interna de um feudo. De modo geral ele se dividia em três áreas distintas: a reserva ou **manso senhorial**, compreendendo metade da terra agricultável e a fortificação onde habitava o senhor, que era uma propriedade privada; a tenência ou **manso servil**, compreendendo a outra metade da terra agricultável, cultivada pelos servos, que formava uma copropriedade, sendo o senhor, o dono, e o servo, o usuário; o **manso comunal**, formado por terras coletivas, normalmente pastos e bosques, utilizadas tanto pelo senhor como pelos servos

Os servos deviam ao senhor três obrigações básicas: a **corveia**, o trabalho compulsório no manso senhorial, normalmente durante três dias por semana, sendo toda produção propriedade do senhor; a **talha**, parcelas da produção do manso servil, e as **banalidades**, taxas em dinheiro pelo uso do moinho, do forno, do lagar e do celeiro, que eram propriedades do senhor. Além dessas, contudo, deviam outras obrigações: a **mão-morta**, tributo pago pelos herdeiros de um servo para continuar a cultivar sua tenência; o **dízimo**, imposto pela Igreja, correspondendo a 10% da produção do servo, depois de pagas todas as demais taxas.

Tal situação teve óbvias consequências econômicas. O volume de obrigações que pesava sobre os servos fazia com que todo o excedente gerado por eles fosse apropriado pelo senhor feudal. Além disso, o servo não tinha qualquer estímulo em ampliar a produção, o que acentuou o baixíssimo nível técnico e a produtividade insignificante que caracterizaram o feudalismo. Com isso, a total impossibilidade de enriquecimento do servo consolidou a imobilidade e o caráter estamental da sociedade.



**Fig. 7** Detalhe de março, no livro *Les très riches heures du Duc de Berry* (*As riquíssimas horas do Duque de Berry*). Em março eram iniciados os trabalhos agrícolas do ano. Servos e camponeses semeavam e lavravam as terras. No fundo, o castelo de Lusinhão, França.

Embora a servidão fosse largamente dominante, ainda existiam alguns escravos e homens livres que deviam obrigações menos pesadas aos senhores, os vilões. E também homens encarregados de servir os senhores ou administrar suas propriedades, os ministeriais.

Como a sociedade dividia-se basicamente entre livres e não livres, havia três tipos de relações sociais. As horizontais se davam entre os homens livres e eram denominadas **suserania e vassalagem**. Baseavam-se na concessão de um benefício, por parte do suserano (ou senhor) a seu vassalo, em troca da prestação de serviço militar periódico, da obrigação de contribuir para o resgate do senhor, de comparecer a seu tribunal e de auxiliá-lo nas

despesas do casamento de suas filhas e da sagração de seus filhos como cavaleiros. O benefício normalmente era um feudo, mas podia também ser um cargo (o de castelão, por exemplo), ou um direito (cobrar pedágio em uma ponte, taxar um mercado etc.). As verticais aconteciam entre um livre e um não livre e eram chamadas **servidão**. Elas compreendiam a proteção dada pelo senhor feudal em troca de obrigações econômicas por parte dos servos. Por fim, havia as relações coletivas, características do relacionamento dos não livres entre si.

Politicamente, o feudalismo teve como traço marcante a descentralização. A fragmentação econômica ampliou a autonomia dos senhores feudais e a tendência ao declínio do poder real. Nessa estrutura de esfacelamento dos níveis centrais de poder, uma instituição fortaleceu-se de modo definitivo: a Igreja Católica.

## A Igreja e as monarquias feudais

Foi durante a Idade Média que a Igreja Católica viu consolidado seu poder, transformando-se na principal instituição do Ocidente.

As origens desse poder remontam ao final do Império Romano, quando a oficialização do cristianismo transferiu para a Igreja parte da autoridade do Estado. A desagregação definitiva do Império fez da Igreja a única instituição organizada, detendo um elemento que se tornaria precioso na sua relação com os povos bárbaros que passavam a dominar a Europa: a credibilidade por parte dos fiéis e, conseqüentemente, o controle ideológico sobre eles, que já eram majoritários na região.

O principal exemplo dessa relação é o Reino Franco, em que se vê a necessidade que eles tiveram de se aliar com a Igreja. Como contrapartida pelo seu apoio, a Igreja recebia vastas extensões de terra, proteção e a própria conversão dos bárbaros ao cristianismo.

A aliança com o Império Carolíngio e principalmente a formação do **Estado Pontifício** solidificou um componente particularmente importante, o do fortalecimento da autoridade do papa, sediado em Roma, superior a todas as demais autoridades eclesiásticas. Criava-se, assim, uma verdadeira **monarquia pontifical**, a qual guardava inúmeros pontos de contato com a estrutura das monarquias laicas que descrevemos anteriormente.

Dessa forma, em uma Europa em que o poder político desfazia-se, a Igreja mantinha uma autoridade que se estendia por terras espalhadas por todo o continente, relativamente centralizada na figura do papa. Essas terras, frutos de doações de reinos e nobres, criavam ainda uma outra realidade, a de dar à Igreja a condição de maior detentora da principal e quase única fonte de riqueza feudal. Para que se possa ter uma dimensão exata desse poder, lembramos que, no século X, a Igreja chegou a deter cerca de um terço do total das terras cultiváveis na Europa.

Entretanto, muito além do poder econômico e político, a real força da Igreja estava concentrada em um elemento que é a origem e a razão de ser dos demais; a fé. Basta lembrarmos a extraordinária rapidez com a qual o cristianismo expandiu-se desde o Império Romano e as razões que

possibilitaram essa expansão. O ideário cristão, de oferecer um instrumento de consolo aos miseráveis e necessitados, apregoando uma total igualdade ante Deus e a recompensa celestial, encontrou na realidade medieval, marcada pela miséria, pela fome e pelo medo constante, um fertilíssimo campo para sua disseminação. Assim, a Igreja passou a deter um inestimável instrumento de controle ideológico sobre a população.

A importância desse instrumento torna-se mais nítida pela condição da Igreja que, enquanto principal possuidora de terras na Europa, aproximava de modo definitivo seus interesses aos da nobreza feudal. Dessa forma, para a nobreza era importante estreitar seus vínculos com a Igreja, única instituição eficaz na manutenção da submissão da massa camponesa. Assim, grande parte do esforço intelectual da Igreja Católica medieval concentrou-se na justificação religiosa da sociedade feudal, que era feita por meio de uma pregação na qual a sociedade, tal como tudo no mundo que nos cerca, é fruto da vontade de Deus. A sociedade reflete uma ordenação divina – de onde surge a expressão **sociedade de ordens**, utilizada para designar a sociedade feudal –, na qual há os que guerreiam (*belatori*), os que oram (*oratori*) e os que trabalham (*laboratori*), constituindo um todo indivisível, ao mesmo tempo trino e uno, tal como a Santíssima Trindade na qual Pai, Filho e Espírito Santo constituem três manifestações de uma mesma divindade. Em um contexto mais amplo, na realidade, a explicação para todos os fenômenos é atribuída à vontade de Deus, nesse período, postura conhecida como **teocentrismo**.

Essa postura ampliou o poder ideológico da Igreja, que passava a ser o canal obrigatório tanto para o ser humano relacionar-se com Deus como para a sua própria salvação após a morte. Em uma sociedade rude e não alfabetizada, a Igreja detinha o monopólio da cultura e pôde impor normas, estabelecendo comportamentos e, principalmente, imprimindo nos ideais do indivíduo medieval seus próprios valores.

Naturalmente, era fundamental que a Igreja mantivesse a unidade da fé, já que qualquer manifestação de religiosidade discordante poderia representar uma divisão e um enfraquecimento ao seu poder. Assim, consolidou-se uma postura de erigir a fé por meio de dogmas, verdades absolutas sobre as quais não se admitiam contestações, perseguindo-se violentamente aqueles que professassem ideias contrárias.

Internamente, a organização da Igreja Católica apresentava uma divisão em clero **secular** e clero **regular**. Papa, bispos e padres, todos aqueles que conviviam com os fiéis, ocupando-se das coisas terrenas, formavam o clero secular. E aqueles que se isolavam do mundo em mosteiros, os monges, vivendo segundo os princípios da castidade, da pobreza e da caridade, refletindo a espiritualidade da época, formavam o clero regular.

Embora a tendência ao isolamento tenha aparecido em finais do século IV, a primeira ordem religiosa foi criada por São Bento de Múrcia, em 529. A ordem beneditina organizou-se em mosteiros e, além dos votos comuns de pobreza, obediência e castidade, os monges deveriam dedicar-se tanto ao trabalho manual como à oração.



**Fig. 8** Monastério de Santa Maria de Ripoll, fundado no século IX. Província de Girona, Espanha.

Alguns elementos devem ainda ser considerados. Em primeiro lugar, a composição do clero secular refletia de modo direto a própria composição da sociedade feudal. O chamado alto clero, formado por bispos, cardeais e o papa, era inevitavelmente oriundo da nobreza, ao passo que o baixo clero, os padres, tinha suas origens na camada servil.

Em segundo lugar, o fato de a Igreja ter instituído definitivamente o celibato clerical a partir do século XII. Essa imposição, que significa a proibição ao membro do clero de se casar e de ter filhos, tem suas origens mais remotas no ascetismo (a negação aos prazeres materiais) comum a uma série de religiões. Entretanto, os reais motivos que levaram à sua adoção como norma pela Igreja medieval são essencialmente econômicos. Não havendo herdeiros legítimos, as terras da Igreja nunca se dispersavam, mantendo-se concentradas em suas mãos e constituindo-se em instrumento poderoso de barganha com as famílias nobres.

## O Sacro Império Romano-Germânico

A extinção da Dinastia Carolíngia na França Oriental, em 911, levou à fundação do **Reino Germânico**. A princípio, com o fim do Império Carolíngio a tendência natural seria o enfraquecimento da autoridade central, o que ia de acordo com o desejo da nobreza local, em busca de maior autonomia. A ação da Igreja, contudo, impediu esse processo. Desejando associar-se a um Estado forte, que pudesse afirmar a unidade cristã (o universalismo), proteger seu imenso patrimônio da cobiça da nobreza e impedir os devastadores ataques dos magiares, a Igreja jogou todo o seu peso na manutenção de um poder centralizado, que refletisse, mesmo que timidamente, a antiga estrutura do Império Carolíngio. Assim, por pressão da Igreja, os quatro duques das regiões que contemplam o que hoje chamamos de Alemanha, Francônia, Saxônia, Suábia e Baviera,

elegeram o duque mais forte, Henrique da Saxônia (o Passarinheiro), que reinou de 919 a 936. Henrique procurou apoiar-se na Igreja para neutralizar o poder dos duques, concedendo a abades e bispos **poderes condaís**, transformando-os em agentes da Coroa.

Seu filho, Oto I (936-973), prosseguiu a política paterna de fortalecer a monarquia. Procurando ampliar sua base de apoio, incorporou a Itália a seus Estados. Proclamou-se o legítimo herdeiro e sucessor de Carlos Magno e assumiu o título de Imperador dos romanos, mas em um império que tinha por base a Germânia e que já nascia em estreita aliança com a Igreja Católica. Surgia assim, em 962, o **Sacro Império Romano-Germânico**, que perduraria até o século XIX.

## A Baixa Idade Média: as origens da crise feudal

Como já foi mencionado, o termo Baixa Idade Média aplica-se para o período a partir do século XI, no qual o feudalismo apresentou seus primeiros sinais de crise e quando começaram a surgir as primeiras características que levaram ao capitalismo.

Um componente fundamental do feudalismo, fruto de sua própria organização econômica e social, é o baixíssimo nível técnico da produção agrícola. Assim, para fazer frente ao natural crescimento demográfico, a única saída foi a ocupação de novas terras, as quais foram sendo incorporadas como áreas de cultivo ao longo de toda a Alta Idade Média. Dessa forma, mesmo sem um aumento da produtividade, verificou-se um aumento da produção em números absolutos, para atender as necessidades de uma população crescente.

O século X trouxe elementos que iriam alterar drasticamente essa realidade. O ciclo de invasões e guerras que se estendia desde o século IV encerrou-se com a vitória do Reino Germânico sobre os magiares. Após séculos marcados pela mortalidade exacerbada, a qual representava uma limitação ao crescimento demográfico, a Europa passaria a viver um período de relativa paz interna, cuja decorrência inevitável era um aumento nos índices de crescimento populacional. Paralelamente a isso, atingiu-se uma situação na qual as terras agricultáveis na Europa estavam todas ocupadas, estabelecendo um limite final ao crescimento da produção unicamente pela ocupação de novas terras. A saturação das estruturas produtivas feudais, ao mesmo tempo que a população dentro dos feudos crescia, trouxe um efeito drástico: o pressuposto básico do feudalismo, isto é, a subsistência, já não era mais alcançado.

A primeira decorrência desse fato foi a fome, seguida pela expulsão do excedente populacional dos feudos. Gerava-se, assim, toda uma massa de ex-camponeses destituídos de sua fonte de sobrevivência e, mais do que isso, desprendidos de qualquer obrigação feudal.

Parte significativa dessa população fixou-se nos centros urbanos, cuja população obviamente cresceu a partir do século XI. A necessidade de obtenção da sobrevivência levou ao desenvolvimento de atividades não agrícolas, notadamente o artesanato e o comércio.

A camada senhorial também foi afetada pelas transformações. Não havia mais feudos para distribuir e consolidava-se o princípio da sucessão pelo primogênito. Com isso, ao lado de uma massa pobre buscando a sobrevivência nas cidades, a Europa passou a conviver com todo um setor de nobreza, sem posses. A simples aliança com a Igreja, por meio da qual nobres eram investidos na condição de cardeais e bispos, ocupando terras católicas, não era suficiente para absorver esse crescente número de nobres sem terra. Assim, também para uma parcela significativa da nobreza a expansão e o rompimento com os limites feudais era necessário.

A partir do século XI, transformações significativas passaram a marcar a realidade europeia. O crescimento dos centros urbanos impunha necessariamente uma expansão dos mercados, com vistas à dinamização do comércio, única atividade capaz de prover a sobrevivência da crescente camada não rural. Por outro lado, o controle árabe sobre o Mediterrâneo era um obstáculo a essa expansão. Paralelamente a isso, no norte da Europa, a possibilidade de saída via Mar do Norte e Mar Báltico fez com que toda a costa norte-ocidental europeia apresentasse um intenso crescimento do comércio em direção às ricas regiões do Oriente. A chamada **Rota do Norte**, por maior que fosse a dificuldade de se atingir o Oriente através desses mares e dos rios que cortavam as planícies russas em direção ao Mar Negro, foi a primeira via a permitir o contato mais intenso entre a Europa e o Oriente. Não por acaso, essa região, chamada de **Flandres**, foi, ao lado das cidades italianas, o primeiro polo de crescimento do comércio europeu.

As cidades italianas já vinham mantendo uma crescente atividade comercial através dos contatos com os árabes. Entretanto, mesmo sendo esses contatos pacíficos, desde o século IX o domínio árabe sobre o Mediterrâneo representava uma grave limitação ao seu crescimento.

Naturalmente, o esgotamento das forças produtivas feudais na Europa, a fome, o excedente demográfico, a existência de uma vasta camada de nobres sem terra e a necessidade de intensificar os contatos com o Oriente, tudo apontava para a necessidade de um amplo processo de expansão europeia. Foram esses fatores, somados a outros elementos que analisaremos a seguir, que geraram um dos principais marcos da Baixa Idade Média europeia: as Cruzadas.

## As Cruzadas

Entre os anos de 1096 e 1270, os europeus realizaram uma série de expedições militares sobre o Oriente, as quais ficaram conhecidas com o nome de **Cruzadas**. Tradicionalmente, as Cruzadas são vistas como expedições cristãs com o objetivo de retomar a cidade de Jerusalém.

As razões religiosas para as Cruzadas são reais, ligadas não só à intensa religiosidade europeia medieval como também a aspectos políticos específicos daquele momento. A cidade santa de Jerusalém era parte do Império Islâmico desde o século VII. Mesmo dominando a região, a atitude dos árabes, primeiros detentores do Império, em relação

aos europeus, sempre foi relativamente pacífica. Não houve limitações à presença cristã em Jerusalém.

Entretanto, no século X, a expansão dos turcos seldjúcidas trouxe alterações para as relações com os europeus. Assumindo uma postura muito mais radical, os turcos passaram a proibir as peregrinações cristãs a Jerusalém.

Quando no Concílio de Clermont, realizado em 1095, o papa Urbano II exortou os cristãos europeus a que organizassem uma expedição militar com vistas a retomar Jerusalém das mãos dos turcos, a resposta foi imediata, e a adesão foi muito mais intensa do que apenas a motivação religiosa poderia explicar.



Fig 9 Francesco Hayez. *Cruzados sedentos próximos de Jerusalém*, 1836-1850. Óleo sobre tela. Palácio Real de Turim.

A própria Igreja tinha interesses além do aspecto religioso. Em 1054, havia ocorrido o Cisma do Oriente, com a criação da Igreja Ortodoxa Grega, o que representou um rude golpe sobre o poder da Igreja. Assim, essa expedição militar era uma forma de reunificar a cristandade sob o controle de Roma, ao mesmo tempo que se impunha sobre o Império Bizantino como um instrumento muito mais eficaz para deter a ameaça islâmica do que a Igreja Ortodoxa.

Para os senhores feudais, a oportunidade de conseguirem novos feudos foi irresistível; as cidades portuárias da Itália tinham um claro interesse econômico na reabertura do Mediterrâneo, e, principalmente, a crescente pressão demográfica, que ultrapassava os acanhados limites dos feudos, foi fator fundamental.

Imediatamente após a exortação de Urbano II, Pedro, o Eremita, e Gautier Sem Vintém organizaram uma expedição sem qualquer apoio oficial, partindo para a Palestina no que se chamou de **Cruzada dos Mendigos**. Em 1096, foram massacrados pelos turcos.

Ainda em 1096, com a direta organização da Igreja, realizou-se aquela que ficou conhecida como Primeira Cruzada, ou **Cruzada dos Nobres** (1096-1099). Liderada por grandes senhores francos e normandos, ela manifestava um interesse claramente econômico e político, estabelecendo na Terra Santa vários Estados: o reino de Jerusalém, o principado de Antioquia e os condados de Edessa e Trípoli. Foi também nessa Cruzada que surgiram as ordens monástico-militares dos Templários e dos Hospitalários, criadas para administrar as vastas riquezas obtidas no movimento pela Igreja.



**Fig. 10** Cristo guiando os cruzados. Essa ilustração do manuscrito do Apocalipse do século XIV retrata um pensamento que era comum aos cruzados: suas expedições às batalhas eram guiadas pelo próprio Cristo, representado pela cruz.

Algumas dessas expedições não lograram qualquer resultado efetivo: a Segunda Cruzada (1147-1149), a Quinta Cruzada (1218-1221), a Sétima (1250) e a Oitava (1270)

Uma delas é particularmente significativa do momento histórico. Trata-se da **Cruzada das Crianças**, de 1212. Organizada com base em um sentimento místico popular baseado na crença de que apenas as almas sem pecado poderiam entrar em Jerusalém, ela chegou a englobar cerca de mil crianças. Seus participantes foram capturados pelos piratas sarracenos e vendidos como escravos no norte da África.

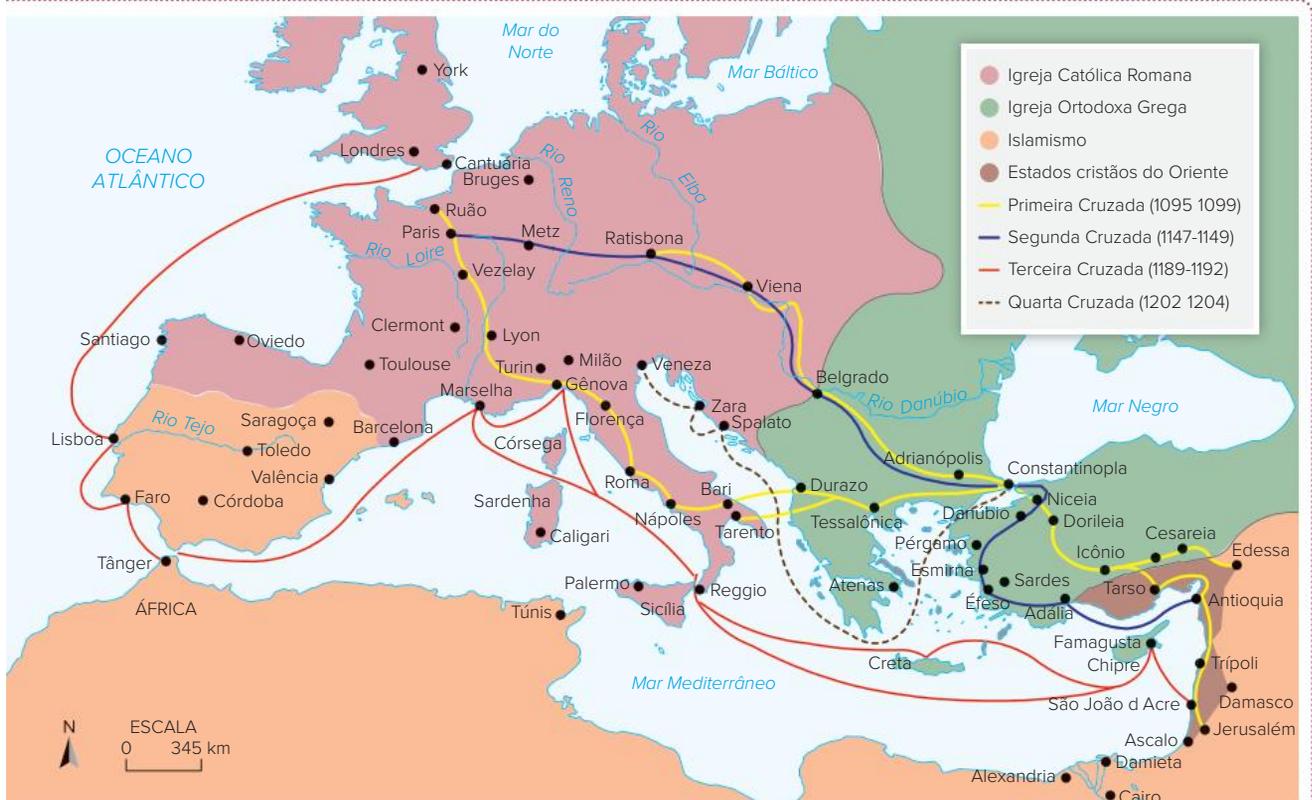
A Terceira Cruzada, ou **Cruzada dos Reis** (1189-1192), foi organizada após a captura de Jerusalém pelo sultão Saladino. Foi chefiada pelos maiores soberanos da Europa: Ricardo I, Coração de Leão, da Inglaterra; Felipe II, Augusto, da França e Frederico I; Barba-Ruiva, do Sacro Império. Frederico morreu a caminho, Luís voltou para a França e Ricardo não conseguiu sucesso militar, podendo apenas negociar uma trégua que permitia as peregrinações cristãs a Jerusalém.

A Quarta Cruzada, ou **Cruzada Comercial** (1202-1204) mostrou de modo claro o quanto os interesses econômicos sobrepujaram o fervor religioso. Organizada diretamente pelos comerciantes venezianos, ela voltou-se contra o Império Bizantino. Constantinopla, o principal entreposto comercial da época, foi tomada, sendo ali fundado o Império Latino do Oriente, que durou até 1261. Veneza pôde, assim, assumir o controle comercial do Mediterrâneo oriental.

A Sexta Cruzada (1228-1229) foi organizada pelo imperador Frederico II que, sem combater, conseguiu a cessão de Jerusalém por dez anos, por meio de acordos diplomáticos.

Mesmo com o fracasso de algumas expedições e com a perda posterior de Jerusalém, as Cruzadas tiveram efeitos significativos e decisivos para a vida econômica europeia. O afluxo de imensas riquezas obtidas pelos saques ao Oriente alimentou o comércio crescente na Europa. Mais que isso, a retomada da navegação europeia no Mediterrâneo acentuava de modo intenso o comércio, tendo no Oriente o seu grande mercado. Não por acaso, o processo que se segue às Cruzadas na Europa é conhecido como de intensa reativação comercial.

## As primeiras Cruzadas



## O renascimento comercial e urbano

A expressão “renascimento” no contexto tratado é tecnicamente incorreta. Ela pressupõe a ideia de que o comércio havia desaparecido durante a Alta Idade Média, o que evidentemente não é verdade. Seria mais correto o termo “intensificação” ou mesmo “reativação”, principalmente considerando que o comércio, que era uma atividade meramente complementar à estrutura feudal, ganhou agora a condição de uma atividade necessária à sobrevivência europeia.

O comércio, que vinha em um quadro de crescimento desde o século XI, ganhou um forte impulso com as Cruzadas. As principais beneficiárias desse impulso formaram as cidades portuárias italianas. Veneza, Bari, Palermo, Nápoles, Pisa e Gênova tornaram-se ativos centros comerciais, distribuindo por toda Europa produtos orientais como café, marfim, perfumes, tecidos e especiarias.

Estabelecendo um verdadeiro império marítimo, que compreendia pontos de apoio insulares e no litoral da Ásia Menor e norte da África, Veneza introduz na Europa, em volumes crescentes, arroz, algodão, frutas cítricas e, especialmente, o açúcar.

O Mediterrâneo ganhou o papel de principal via de riqueza europeia, uma vez que era o grande eixo (monopolizado pelas cidades italianas) do crescente comércio com o

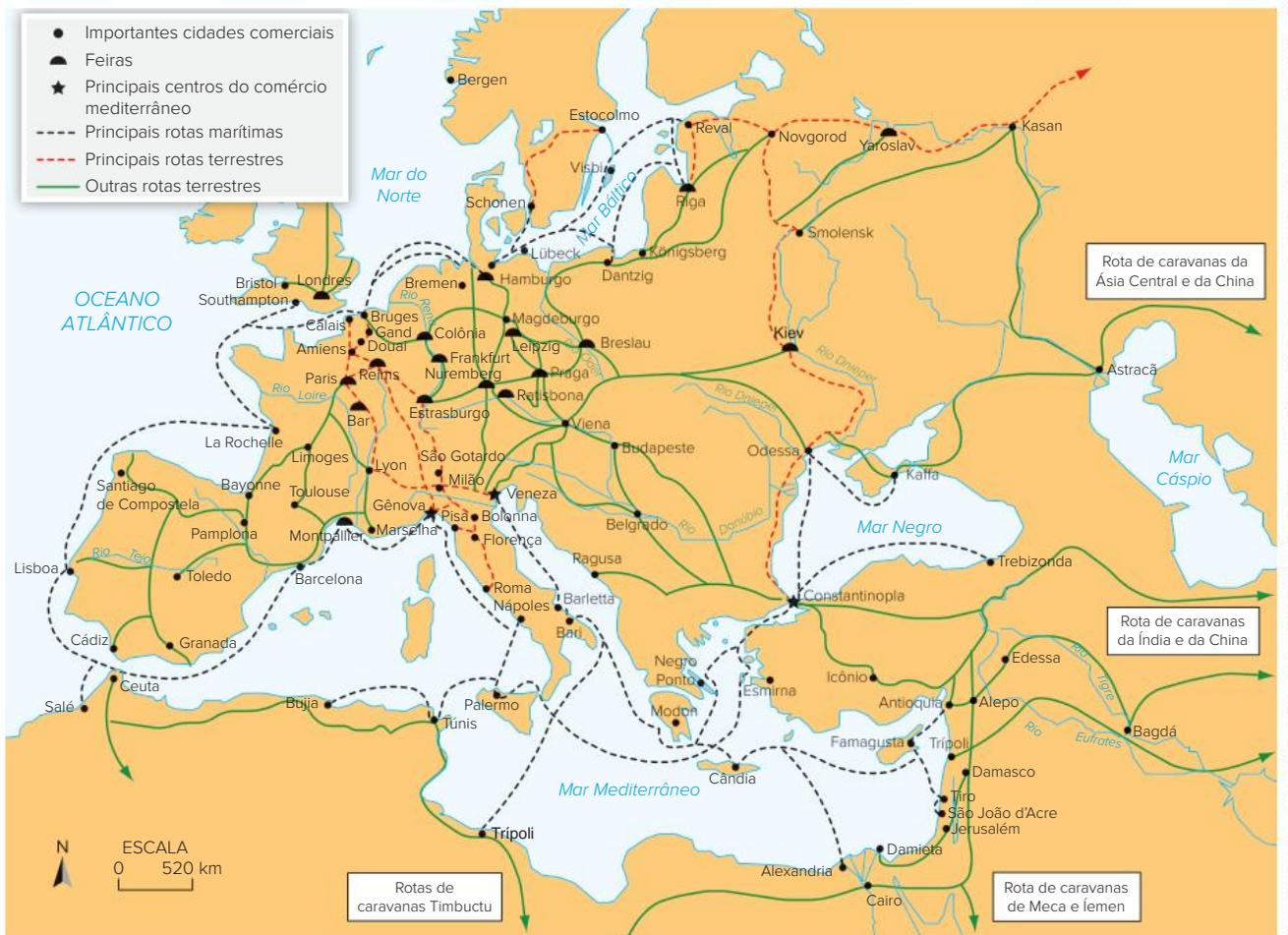
Oriente. Ao mesmo tempo, a atividade comercial e artesanal crescia na região de Flandres e na costa do Mar Báltico. A ligação entre o Mediterrâneo e o Báltico deu-se até o século XIV através de uma rota terrestre que se centrava no condado francês da Champagne. A região passou a sediar **feiras** permanentes, que reuniam anualmente comerciantes e mercadorias das mais diversas procedências.

A essas rotas, do Mediterrâneo e da Champagne, somavam-se a rota do Mar do Norte (ainda utilizada, embora em menor escala, depois das Cruzadas) e a rota do Atlântico, através da qual os comerciantes de Flandres e do Báltico visavam atingir o Mediterrâneo sem as dificuldades e riscos de uma rota terrestre.

**Rotas comerciais** e feiras foram os grandes agentes impulsionadores do comércio europeu. As feiras, em particular, geraram uma intensa atividade comercial que passou a atrair uma população fixa nos seus locais de ocorrência. Desse modo, o processo de crescimento urbano acompanhou lado a lado o que chamamos de renascimento comercial.

Naturalmente, as novas oportunidades abertas por essa nova economia urbana e de mercado ampliaram de forma intensa as fugas de servos dos feudos, mesmo porque a fixação em uma cidade podia significar a liberdade definitiva para um servo foragido. Um dito popular alemão, criado

## O comércio europeu no século XIV



no século XI, “o ar da cidade torna o homem livre”, mostra perfeitamente essa realidade. Qualquer pessoa que pudesse residir em uma cidade durante um ano e um dia, sem ser formalmente indiciada, tornava-se totalmente liberta de todas as suas obrigações e culpas passadas.

A ampliação das fugas de servos fez com que os senhores, ameaçados de ficar sem mão de obra, reduzissem a exploração. Em várias regiões da Europa, os servos passaram a arrendar suas terras, produzir nelas e vender sua produção, pagando uma quantia em moeda pelo uso da terra. Esse processo de **monetização das obrigações servis** fez com que os servos, agora acumulando um excedente, ampliassem a produtividade. Assim, no século XIII a Europa viveu uma verdadeira revolução nas técnicas agrícolas. O uso do arado pesado (charrua), as novas formas de atrelagem aos bois, a disseminação do processo de rotação trienal do uso da terra ampliaram significativamente a produção agrícola, gerando excedentes que contribuiram para o abastecimento dos centros urbanos e para o crescimento do comércio.



**Fig. 11** As cidades foram o principal polo do revivescimento do comércio na Baixa Idade Média.

A criação de cidades na Idade Média não era um processo exclusivamente espontâneo. Enquanto as antigas cidades romanas renasceram, outras se desenvolveram a partir das abadias e dos mosteiros, que na época eram cercados de muralhas. Muitas, contudo, surgiram em torno dos **burgos** (de *burgus*, a palavra latina para “fortificação”), que designava os pontos fortes que dominavam os locais de travessia dos rios ou as elevações. Amuralhados, eles serviam de abrigo para as populações circunvizinhas em casos de invasões, o que explica o fato de naturalmente terem atraído uma concentração demográfica. Significativamente, a palavra *burguês*, que designava seus primeiros habitantes, passou a abranger coletivamente os moradores das cidades.

Originariamente, as cidades medievais eram dependentes de um senhor, laico ou eclesiástico. Com seu desenvolvimento a partir do século XI, elas passaram a buscar sua autonomia no que foi chamado de **movimento comunal**. Pagando por sua liberdade, ou lutando para consegui-la, as cidades adquiriram uma carta de franquia, documento que formalizava sua autonomia tributária, militar, administrativa e

jurídica. Dependendo da região, essas cidades que se livravam da tutela feudal passaram a ser chamadas de repúblicas ou senhorias (Itália), cidades-livres (Alemanha), conselhos (Península Ibérica) ou comunas (França)

O crescimento da economia urbana e da importância das cidades levou à necessidade de organização das novas ou renovadas atividades, especialmente o comércio. No século XI, surgiram as primeiras associações de comerciantes alemães, congregando esforços para dinamizar o comércio a longa distância; no século XII, as cidades marítimas alemãs, lideradas por Lübeck, formaram a **Liga Hanseática**, visando defender os interesses comuns das cidades comerciais da costa do Mar do Norte e do Báltico.

Além dessa tentativa de monopolização do comércio entre cidades (que se disseminou em várias outras regiões da Europa), uma série de outros mecanismos surgiram para disciplinar as atividades urbanas. A produção artesanal, por exemplo, tinha como unidade básica a oficina artesanal. Centrada na figura de um mestre artesão, mais experiente, que emprestava seu prestígio, sua orientação e sua honra aos demais, a oficina contava com os oficiais (artesãos que já haviam passado por um longo período de aprendizado, mas ainda seguiam a orientação e a liderança do mestre) e os aprendizes. Uma categoria que nasceu e cresceu acentuadamente nesse período foi a dos **jornaleiros**, trabalhadores urbanos contratados pelas oficinas em épocas de picos de produção e que recebiam por jornada de trabalho, não sendo donos nem de seu trabalho nem dos instrumentos. A figura do jornaleiro é um elemento básico na formação de uma característica capitalista, a do trabalho assalariado urbano.

A atividade artesanal contava ainda com outro instrumento de organização, as **corporações de ofício**. Eram elas associações que reuniam todos os artesãos de um determinado ofício dentro do burgo. Visavam preservar o monopólio da atividade econômica, banindo toda concorrência e estabelecendo um equilíbrio entre a oferta e a procura. Exerciam um rigoroso controle sobre a qualidade e os preços dos produtos, sobre os salários e sobre as técnicas de produção, buscando impor o princípio da igualdade de condições entre seus membros, além de estabelecer uma proteção aos membros do ofício.

De forma equivalente, as **guildas** representavam para os comerciantes o que as corporações eram para os artesãos: associações que visavam garantir o monopólio da atividade comercial em uma determinada região.

O crescimento da atividade monetária impulsionou o crescimento dos bancos e do sistema bancário e de crédito. A reativação dos empréstimos (mesmo com a condenação feita pela Igreja aos juros) foi um grande impulsionador da atividade econômica urbana.

Com tudo isso, uma nova categoria social começava a despontar na Europa. Essa nova camada urbana, de comerciantes, artesãos e banqueiros, chamada genericamente de **burguesia**, passaria a representar o grande contraponto à sociedade feudal. Embora de origem humilde (seus membros eram originários de servos foragidos, judeus e outros setores marginalizados na sociedade feudal), a burguesia

teve sua ascensão social baseada na riqueza amalhada com a atividade urbana. Criava-se aí uma dicotomia nos critérios de distinção social: ao lado de uma nobreza hegemônica cuja condição social era ditada por um critério essencialmente feudal, o nascimento, surgia uma burguesia ascendente por critérios capitalistas, a riqueza. Essa dicotomia é típica de um processo de transição, como o que a Europa vivia ao longo da Baixa Idade Média

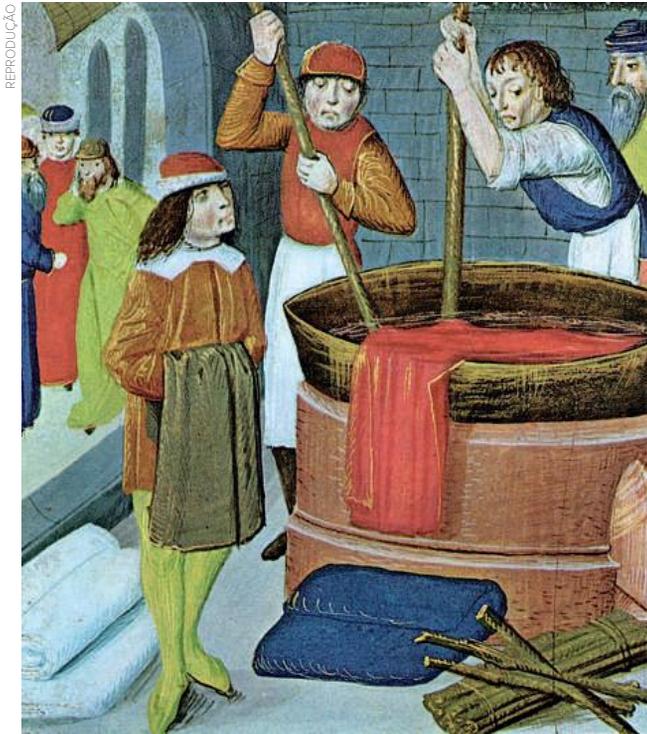


Fig. 12 As oficinas foram o centro de organização do trabalho artesanal. Na imagem, tintureiros trabalham sob a fiscalização de um mestre.

## A Baixa Idade Média: a formação das monarquias nacionais

Ao lado das intensas transformações econômicas e sociais, que foram o objeto da abordagem até agora, a crise feudal e o início da formação do capitalismo geraram também profundas transformações de natureza política. A autonomia das cidades, mecanismo inicial da atividade comercial, não sobreviveu a um fenômeno muito mais forte, a centralização do poder real que deu origem às monarquias nacionais.

Vários fatores contribuíram para essa centralização. O enfraquecimento da nobreza reduziu grande parte de sua autonomia, ao mesmo tempo que ela passava a conviver com uma burguesia ascendente e com intensas revoltas camponesas que não podia deter, estando enfraquecida e contando apenas com os mecanismos feudais de defesa local. Em uma abordagem mais ampla, deixando de lado manifestações localizadas e particulares, a própria sobrevivência da nobreza dependia de um poder forte, capaz de conter as massas camponesas, a ascensão política da burguesia e garantir-lhe a manutenção de suas terras, de sua condição hegemônica e de seu poder

Por outro lado, a própria burguesia tinha interesse na edificação de estados fortes. Para a burguesia, uma administração centralizada acabaria com a grande diversidade de moedas em circulação e padronizaria a tributação e as práticas legais, o que permitiria um maior desenvolvimento comercial e terminaria com os inúmeros pedágios internos que oneravam gravemente os preços das mercadorias. Além disso, uma monarquia forte significaria uma redução do poder da Igreja, a qual ameaçava o próprio meio de vida burguês, com posturas como a proibição à usura (empréstimo de dinheiro a juros) e ao lucro excessivo.

No caminho contrário, ao rei interessava esse crescimento, pois a riqueza gerada pelo comércio burguês permitia-lhe ampliar a arrecadação por meio da tributação direta desse comércio. Esse dinheiro possibilitaria a manutenção de um exército poderoso, independente da vassalagem da nobreza; permitiria uma administração eficiente; uma justiça centralizada e todos os demais mecanismos necessários para a criação de um Estado em suas mãos

Essa combinação de interesses fez com que passasse a ser comum a ideia de uma aliança entre rei e burguesia. Embora correto em certo aspecto, o conceito de aliança merece atenção. Não nos esqueçamos de que os Estados nacionais, criados a partir da Baixa Idade Média, mantiveram seus vínculos, interesses e compromissos diretamente ligados à nobreza. Foi ela a grande beneficiária do fortalecimento do poder real, através de cargos na administração, comandos militares, pensões e aposentadorias e isenção de impostos.

A centralização foi efetuada através de três mecanismos: a força, a tributação e a justiça. Com um exército forte à sua disposição, o rei pôde ampliar seus domínios, submeter o poder político da nobreza e, especialmente, aumentar sua arrecadação por meio da imposição de novos tributos, os impostos.

As leis feudais, baseadas nos usos e costumes, foram sendo substituídas por leis escritas com jurisdição sobre toda nação. A transformação da corte real no mais alto tribunal de justiça consolidou a centralização

## A monarquia francesa

A Dinastia Capetíngia, iniciada no final do século X, foi a dinastia feudal por excelência, na França. Entretanto, foi ainda sob os reis capetíngios que a monarquia francesa, durante a Baixa Idade Média, iniciou um processo de fortalecimento e centralização.

No final do século XII, o rei Filipe Augusto (1180-1223) anexou Flandres, até então pertencente aos ingleses. É significativo que essa área não tenha sido cedida a nobres, permanecendo sob controle direto do rei. Foi durante seu reinado que, por meio das cartas de comuna concedidas pela monarquia, surgiram as cidades que fariam a riqueza comercial de Flandres. No reinado de Luís IX (1226-1270), surgiram iniciativas eficazes de centralização. Ele instituiu uma moeda de circulação nacional e criou o direito de apelo, pelo qual qualquer um de seus súditos podia apelar para a corte real, fortalecendo-a em detrimento da justiça feudal

No reinado de Felipe IV, o Belo (1285-1314), a luta pela centralização foi direcionada contra a Igreja. Não apenas ele dissolveu a Ordem dos Templários, apossando-se de seus bens, como também taxou os bens do clero. A medida fez eclodir um conflito com o papa Bonifácio VIII, resultando na invasão de Roma e na captura do papa. Com a morte deste, Felipe, o Belo, impôs um novo papa, Clemente V, e transferiu a sede do papado para a cidade de Avignon. Esse episódio deu origem ao chamado **Cisma do Ocidente**, no qual alguns estados europeus aderiram ao novo papado de Avignon enquanto outros se mantiveram fiéis a Roma, o que contribuiu para o declínio do poder da Igreja.

A sucessão de Felipe, o Belo, foi conturbada. Seus três filhos, Luís X, Felipe V e Carlos IV, morreram sem filhos que se constituíssem em herdeiros diretos. A morte de Carlos IV deu origem a um conflito sucessório com a Inglaterra, o que levou à Guerra dos Cem Anos.



Biblioteca Nacional da França - Paris

Fig. 13 Felipe, o Belo, rei importante no processo de fortalecimento da monarquia na França.

## A monarquia inglesa

No ano de 1066, na Batalha de Hastings, o normando Guilherme, o Conquistador, derrotou o último rei saxão, fundando na Inglaterra a Dinastia Normanda.

Apesar de algumas medidas centralizadoras, a pressão da nobreza por autonomia foi mais forte durante toda a dinastia.

Mesmo com a ascensão da Dinastia Plantageneta, a partir do século XII, esse processo não se alterou. Ao contrário, os dois reis mais famosos dessa dinastia, Ricardo I, Coração de Leão (1189-1199) e João Sem-Terra (1199-1216) tiveram que se submeter às pressões dos nobres e da Igreja. Essa pressão atingiu seu nível mais alto quando, em 1215, os barões feudais se rebelaram contra o rei João Sem-Terra, impondo-lhe aquele que é um dos mais importantes documentos políticos da história inglesa, a **Magna Carta**.

A carta estabeleceu uma série de limitações ao poder real, que não poderia aumentar os impostos ou alterar as leis sem o consentimento do **Grande Conselho**, formado por membros do clero, condes e barões.

Em 1265, o Grande Conselho passava a incluir representantes da burguesia e passava a ser denominado Parlamento, o qual se dividiu, em 1350, em **Câmara dos Lordes**, agrupando representantes da nobreza, e **Câmara dos Comuns**, formada por representantes do povo.

Foi somente com a eclosão da Guerra dos Cem Anos que a monarquia inglesa voltou a se fortalecer.

## O Sacro Império e a Igreja

A centralização do poder na Alemanha foi fortemente dificultada pela própria natureza do Sacro Império e por seus vínculos com a Igreja Católica. Tal situação gerou constantes conflitos entre o poder imperial e o papado, comprometendo a unidade nacional e impedindo a constituição de um poder forte.

No decorrer do século XI, a Igreja passou por um movimento reformista liderado pela Ordem de Cluny, que visava aumentar a autoridade papal (monarquia pontifical) e combater a corrupção e o desregramento do clero, especialmente o nicolaísmo (casamento dos padres) e a simonia (comércio dos bens eclesiásticos).

A autoridade papal sobre o clero alemão era fraca, em razão da antiga prática dos soberanos alemães de investir bispos e abades com poderes condaís, tornando-os funcionários imperiais (**investidura laica**). Quando Gregório VII, antigo monge de Cluny, tornou-se papa, em 1073, buscou afirmar a independência da Igreja em relação ao poder imperial, tornando inevitável um confronto com o imperador Henrique IV.

Nesse conflito, chamado de Questão ou **Querela das Investiduras**, ambos os lados acabaram se enfraquecendo. Ele teve início com a negativa do imperador Henrique IV em aceitar cardeais e bispos que haviam sido investidos pelo papa para ocupar terras da Igreja dentro dos limites do Império. No transcorrer dos acontecimentos, que incluíram a excomunhão do imperador, a prisão do papa, a eclosão de uma guerra civil na Alemanha e a imposição de um antipapa pelo imperador, ambos os lados foram obrigados a fazer concessões. A conciliação veio com a **Concordata de Worms** (1122), que criou a dupla investidura, a espiritual, feita pelo papa; e a temporal, pelo imperador.

## A Baixa Idade Média: as crises dos séculos XIV e XV

O processo de intenso crescimento econômico que se verificava desde o século XI encontrou uma forte limitação no século XIV, desencadeando uma crise que afetou todos os aspectos da vida europeia.

Assim, pode-se afirmar que a grande crise do século XIV foi uma decorrência natural da impossibilidade da economia feudal fazer frente às transformações que se intensificavam desde as Cruzadas. Entretanto, uma série de elementos conjunturais contribuíram para que ela fosse significativamente agravada.

O desequilíbrio entre as ainda rudimentares técnicas de cultivo e o crescimento demográfico, agravado pelo processo de saída de camponeses da terra em busca da riqueza urbana, resultou na incapacidade de alimentar satisfatoriamente a população. Períodos de fome, provocados por fracassos sucessivos nas colheitas anuais, agravaram a situação e levaram à subnutrição crônica. Entre 1315 e 1317, ocorreu a primeira **Grande Fome**, fenômeno que se tornaria constante ao longo do século.

A situação agravou-se ainda mais a partir de 1337, com a eclosão da **Guerra dos Cem Anos**. As origens desse conflito prendem-se a razões tanto econômicas quanto dinásticas e que devem ser minuciosamente analisadas. A região de Flandres, então um dos principais centros de riqueza europeu, era feudatária dos reis da França desde sua conquista por Felipe II, no século XII. A proximidade com a região e o comércio constante que mantinham com ela aguçaram a cobiça dos reis ingleses. Assim, no século XIV, ante uma crise sucessória na monarquia francesa, viram a possibilidade de se apoderarem não apenas de Flandres, mas do próprio trono francês.

A Dinastia Capetíngia na França encerrou-se com a morte do último filho de Felipe, o Belo, Carlos IV. Um dos pretendentes ao trono francês era Eduardo III, filho do rei da Inglaterra, Eduardo II, e da filha de Felipe, o Belo, Isabel. Com a morte de Carlos IV, Eduardo usou sua condição de neto de Felipe, o Belo, para reivindicar seus direitos ao trono francês. Temerosa do controle inglês e desejosa de deter essas pretensões, a nobreza francesa invocou um princípio herdado do direito consuetudinário germânico, a **Lei Sálica**. Segundo esta, nenhuma mulher poderia herdar e não poderia haver herança por linha feminina, o que alijava Eduardo III, neto de Felipe, o Belo, por linha materna, da disputa pela sucessão.

Com isso, foi escolhido como rei da França o primo de Carlos IV, Felipe de Valois, coroado como Felipe IV e dando origem à nova dinastia francesa.

Em 1334, Eduardo III ascendeu ao trono inglês e passou a reivindicar de forma mais intensa seus direitos ao trono da França. A recusa francesa deu origem à guerra. Não por acaso, a primeira região invadida pelos ingleses foi justamente a de Flandres.

A guerra, entremeada por longas tréguas, iniciou-se com as espetaculares vitórias inglesas de Crécy (1346), e de Poitiers (1356), que resultaram no Tratado de Brétigny (1360). Eduardo III renunciava à coroa francesa, recebendo em troca a suserania sobre todas as áreas conquistadas.

No reinado de Carlos V (França, 1364-1380), os franceses conseguem recuperar parte dos territórios perdidos evitando grandes batalhas. Em 1396, é assinada uma trégua de vinte anos, reflexo dos problemas internos dos dois reinos: a realeza inglesa vinha enfrentando uma séria oposição baronial, que culminou na deposição de Ricardo II (1399) e na ascensão de Henrique IV de Lancaster. Na França, o rei Carlos VI enlouqueceu, em 1392, dividindo o reino em dois partidos, os borguinhões, liderados pelo duque da Borgonha; e os armagnacs, comandados pelo duque de Orléans



Fig 14 Miniatura medieval sobre a Batalha de Poitiers, um dos marcos da Guerra dos Cem Anos

A mortalidade causada pela Guerra foi fortemente ampliada por um fenômeno que eclodiu na Europa logo após seu início, a **grande peste** (ou peste negra). Originária do Oriente, onde já havia devastado cidades como Constantinopla, a peste penetrou na Europa através dos navios que faziam o contato comercial entre Europa e o Oriente. Não por acaso, suas primeiras manifestações ocorreram no norte da Itália, cujas cidades, até então, monopolizavam o comércio no Mediterrâneo.

As condições europeias, marcadas pela miséria, desnutrição, péssimas condições de higiene e crescimento desordenado das cidades, foram decisivas para que a epidemia se espalhasse de forma assustadora. Calcula-se que a peste tenha dizimado, entre 1348 e 1352, cerca de 1/3 da população da Europa, algo em torno de 13 a 15 milhões de pessoas.

Embora a crise tenha tido uma manifestação urbana, sua expansão para o campo significou uma mortalidade em massa das populações camponesas. O efeito foi uma queda na produção agrícola, a alta generalizada dos preços, a fome em proporções ainda não vistas na Europa e o desabastecimento das cidades.

A primeira e mais visível decorrência dessa crise foi o crescimento intenso das revoltas camponesas. A França foi sacudida por uma série de insurreições camponesas, as *jacqueries* (nome extraído do principal líder desses movimentos, Jacques Bonhomme), sendo mais destruidora a de 1358. Em 1381, Wat Tyler e o padre John Ball lideraram na Inglaterra uma violenta revolta pela abolição da servidão.

Também as cidades enfrentaram problemas. Entre 1323 e 1328, ocorreu a rebelião dos jornaleiros nas cidades de Flandres, e, na próspera Florença, os artesãos rebelaram-se contra as péssimas condições salariais em 1342 e em 1378.

A alta dos preços dos alimentos fez com que grande parte da riqueza urbana fosse deslocada para a compra de comida. O mercado para gêneros de luxo e artesanais, fonte da riqueza urbana, retraiu-se rapidamente. Ao mesmo tempo, as péssimas condições de vida da imensa maioria da população, confrontada com a riqueza eclesiástica,

contribuiu para o crescimento das contestações ao poder da Igreja. Manifestações de religiosidade contrárias aos dogmas da Igreja Católica, as **heresias**, começaram a crescer no século XI. A partir do século XIII, heresias com forte adesão popular difundiram-se pela Europa. Valdenses ou pobres de Lyon; albigenses ou cátaros; amauricianos; e irmãos do livre espírito tinham em comum um apelo em favor da pobreza e tiveram que ser violentamente combatidos pelas Cruzadas e pela Inquisição, criada em 1229.

Internamente, criaram-se as Ordens Mendicantes, especialmente a dos Dominicanos (1206) e a dos Franciscanos (1210), cujos membros viviam de caridade, em um flagrante contraste com o luxo dos prelados. Era uma reação de dentro do clero contra o excessivo materialismo da Igreja.

REPRODUÇÃO

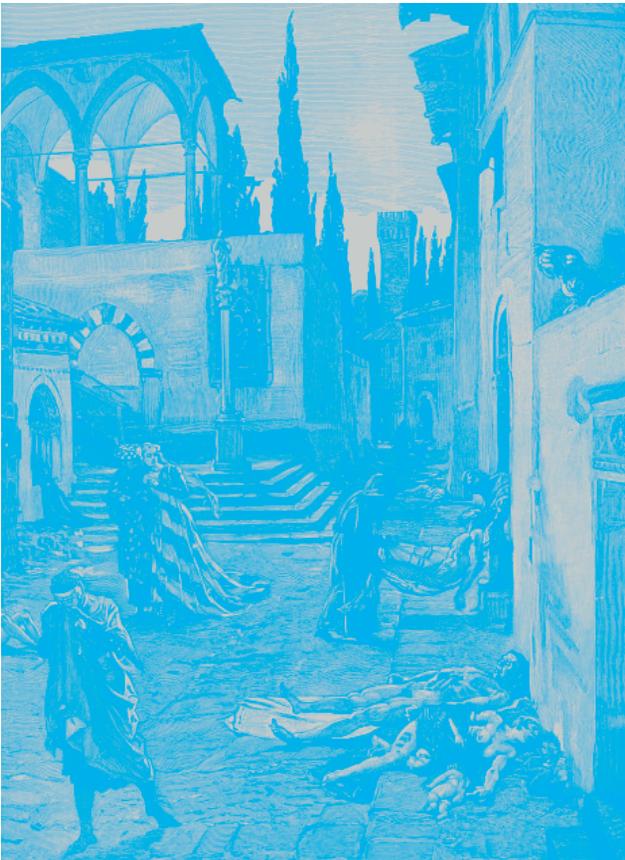


Fig. 15 Representação da devastação causada pela grande peste em Florença.

## As transformações culturais

O monopólio cultural da Igreja foi quebrado pela vitalidade urbana. Nas cidades europeias, surgiram as universidades, onde se estudava, além de Teologia, Artes, Direito e Medicina, refletindo uma maior preocupação com o bem-estar na vida terrena.

O latim, língua artificial e geral veiculada pela Igreja, perde espaço para as línguas vulgares, não só nas obras literárias, mas também nas de caráter científico.

Refletindo as mudanças, durante o século XIII a Igreja criou o purgatório, maravilhosamente descrito em *A Divina Comédia*, livro de Dante Alighieri. O autor, precursor do Renascimento, escreveu a obra em dialeto toscano, que se tornou língua literária da Itália.

Um dos efeitos da nova vitalidade urbana foi o crescimento do **humanismo**. Esse resgate de elementos do passado clássico greco-romano foi uma primeira tentativa de superar o teocentrismo medieval e encontrar para os vários fenômenos que nos cercam uma explicação baseada no ser humano e na sua capacidade de realização. Uma nova sede de saber varre a Europa, sendo, inclusive, absorvida pela própria Igreja, até certo ponto, teve de se adequar aos novos tempos.

A própria Teologia modificou-se. **Tomás de Aquino**, na *Suma Teológica*, procurou harmonizar as verdades da fé com o método de raciocínio lógico, criado por Aristóteles. O tomismo, nome que se dá à filosofia de Santo Tomás de Aquino, teve profunda importância para a teologia medieval, a ponto de ser ele considerado, junto com Santo Agostinho, um dos doutores da Igreja. Além disso, essa abertura ao pensamento racional possibilitou que a Igreja atraísse toda uma ampla gama de estudiosos, os quais eram seduzidos também pelo fato de as instituições eclesásticas serem os únicos repositórios do saber clássico. Não por acaso, foi dentro da igreja que surgiram as **universidades** medievais, nascidas como verdadeiras irmandades entre mestres e discípulos e utilizando como método de ensino a **escolástica**, inspirada no método aristotélico.

Na arte, as transformações também foram sentidas. O estilo românico, característico das igrejas da Alta Idade Média, pesado e maciço, refletindo mais uma preocupação com a defesa que com a beleza, deu lugar ao gótico em meados do século XII. O uso dos arcos ogivais permitiu que as construções fossem mais altas, com torres que se projetavam para o céu, dando uma sensação de leveza, e as paredes cobriram-se de vitrais coloridos, dando ao interior das catedrais uma brilhante iluminação.



Fig. 16 A Catedral de Notre Dame, em Paris, um dos símbolos da arquitetura gótica, atestando o esplendor e o poder da Igreja.

Sanchez/Wikipedia

FRENTE 2

## A crise do século XV

Uma nova realidade apresentava-se na Europa no início do século XV. Superada a situação caótica do século anterior, com o declínio da mortalidade e a retomada do crescimento demográfico, a mão de obra rural foi restabelecida, o abastecimento das cidades voltou a se normalizar e os preços dos alimentos caíram, possibilitando uma retomada do crescimento do comércio.

Esse crescimento ocorreu em um ritmo muito mais intenso que no período anterior. Todos os elementos que arduamente tiveram que ser conquistados para que o comércio se desenvolvesse, entre o século XI e o início do XIV (reabertura do Mediterrâneo, retomada dos contatos com o Oriente, estabelecimento de rotas comerciais, criação de cidades, organização da produção urbana, criação de um sistema bancário etc.), já existiam nesse momento. Dessa forma, a retomada da atividade comercial fez com que, no início do século XV, ele se encontrasse em um plano superior àquele das primeiras décadas do século anterior.

No século XV, esse crescimento encontrou, na escassez de mercados, riquezas e moedas disponíveis na Europa, um fator de limitação. Verifica-se, assim, uma certa estagnação no início do século, caracterizando uma **crise de crescimento**. Para que o ritmo de crescimento da atividade econômica fosse intensificado era necessário ampliar os mercados e obter novas fontes de metais preciosos. Impunha-se a descoberta não apenas de novas terras, mas também de uma nova rota para as Índias (fonte fundamental das riquezas orientais), livre da intermediação dos mercadores italianos, bizantinos e árabes.

A saída natural para a superação dessa crise foi a **Expansão Marítima**, principal marco da constituição do mundo moderno (a discussão mais aprofundada sobre as Grandes Navegações, bem como de seus efeitos para a consolidação da economia mercantil europeia, pode ser vista nos primeiros capítulos da frente de História do Brasil).

O século XV trouxe, ainda, elementos políticos importantes para as monarquias europeias, notadamente para a Inglaterra e a França. Eles estão diretamente ligados ao final da Guerra dos Cem Anos, ocorrido em 1453. Nesse ano, os ingleses foram definitivamente expulsos, com a monarquia francesa consolidando seu domínio sobre a parte ocidental de Flandres.

Mais que isso, a vitória francesa possibilitou a consolidação da própria monarquia francesa. Não nos esqueçamos de que a guerra desenvolveu-se ainda na Idade Média, submetida a valores tipicamente feudais. Nessas condições, o rei era, acima de tudo, o suserano máximo, autoridade militar suprema; imagem fortalecida pela guerra. Em um processo de guerra, a tendência era a nobreza unir-se em torno e sob as ordens do rei. Em uma guerra longa, essa autoridade tende a se cristalizar, com o rei detendo não só a submissão dos nobres como também o controle sobre aquele que é o instrumento natural de poder, o exército. Assim, o aumento do prestígio da monarquia com a vitória, acrescido da exacerbação do sentimento nacional francês e também da ruína dos senhores feudais, após um século de devastação, foram decisivos para a consolidação do Estado nacional francês.

Para a Inglaterra, a derrota teve, obviamente, o efeito inverso. Após um período de fortalecimento da monarquia e mesmo de riqueza, com o controle do comércio de Flandres durante os momentos em que essa região esteve sob seu domínio, a Inglaterra sofreu com a perda do comércio flamengo e de seus territórios na França. A derrota significou também a perda de prestígio da monarquia, abrindo espaço para reações de setores da nobreza e lutas pelo poder.

É nesse contexto que eclode uma violenta disputa pela sucessão real, envolvendo dois ramos da nobreza. Um, liderado pela família **Lancaster**, agrupava os nobres mais tradicionais; outro, constituído em torno da família **York**, congregava a nobreza ligada a interesses mercantis.

A **Guerra das Duas Rosas** (1455-1485), assim denominada por causa dos brasões das duas famílias (a rosa vermelha dos Lancaster e a rosa branca dos York), por trinta anos dizimou a nobreza inglesa em sangrentas batalhas. O conflito só terminou com a coroação de Henrique VII, Tudor (1485-1509). Herdeiro natural dos Lancaster, ele se casou com Elisabeth York, celebrando uma aliança entre os dois principais ramos da nobreza inglesa.

A guerra teve como efeito eliminar todos os setores dissidentes da nobreza. Aqueles que não puderam ser eliminados, caso dos York, foram incorporados. Tinha início o processo definitivo de fortalecimento da monarquia inglesa.

## O Renascimento cultural

O processo de formação do mundo moderno conheceu ainda outro marco fundamental. Trata-se de um quadro de profundas transformações nas formas de pensar e agir nos valores e na visão de mundo, significando uma adaptação da cultura às profundas transformações econômicas, sociais e políticas que se desenvolveram ao longo da Baixa Idade Média. A esse processo, dá-se o nome de Renascimento cultural.

Fundamentalmente, o Renascimento significou a proposição de uma **cultura terrena, laica, racional e científica**, em oposição ao teocentrismo medieval. Em um certo aspecto, pode-se afirmar que o Renascimento representou uma continuidade, em nível muito mais intenso, da cultura humanística que começava a se desenvolver em decorrência da edificação do mundo urbano e burguês a partir do século XII.



Fig. 17 A cidade de Florença, um dos palcos do Renascimento cultural

A grande fonte inspiradora do Renascimento foi a cultura clássica greco-romana, tomada como o ideal de beleza e perfeição. A Renascença tomou os valores clássicos, baseados na razão e na valorização do ser humano, como o princípio fundamental de todo o pensamento. Em decorrência desse favoritismo, todo o período que se seguiu à queda do Império Romano foi visto pelos pensadores do Renascimento como uma “Idade das Trevas”, na qual o brilho da cultura clássica foi destruído ante o barbarismo. São esses pensadores os responsáveis pela visão negativa que se formou da Idade Média, vista por eles como um longo período cuja única função foi intermediar a “brilhante cultura clássica” e o seu renascimento.

Naturalmente, todos os elementos constitutivos da nova realidade material europeia podem ser vistos como fatores do Renascimento cultural. Constituindo-se em uma nova manifestação cultural urbana e burguesa, o Renascimento se desenvolveu a partir do feudalismo, com a reativação do comércio e das cidades e a formação e ascensão da burguesia.

Outro aspecto ocupou particular importância no desenvolvimento do pensamento renascentista, a centralização do poder político, gerando monarquias centralizadas. Essas monarquias se viram às voltas com a necessidade de edificar um aparelho de Estado, já que não havia uma experiência medieval de Estado unificado que pudesse servir de modelo (a última experiência de Estado centralizado que a Europa havia conhecido fora o Império Romano). Foram os reis quem estimularam seus assessores a debruçarem-se sobre os textos clássicos, visando, através de seu estudo, obter subsídios para a organização do poder.

Nesse período, houve também a intensificação dos contatos com o Oriente, notadamente com o mundo islâmico, o que contribuiu para a superação da cultura europeia medieval. Em que pese a intensa religiosidade, os povos árabes apresentavam um nível de conhecimento técnico e científico muito à frente da Europa feudal. Mais que isso, por meio de seu contato com o mundo bizantino, os árabes introduziram na Europa elementos do saber grego que haviam ficado à margem da cultura medieval. Em uma Europa que buscava romper com as amarras impostas pelo teocentrismo, esse contato foi precioso.

## A Itália, o berço do Renascimento

O Renascimento cultural pode ser visto como um fenômeno muito mais italiano do que generalizadamente europeu. Não apenas foi na Itália que o Renascimento surgiu, como também foi ali que ele se desenvolveu em um nível muitíssimo superior a qualquer outra região europeia.

As razões para isso são inúmeras. A Itália era o berço da civilização romana, tendo em profusão monumentos e ruínas do passado clássico. Além disso, ela também recebeu muitos intelectuais bizantinos, que foram educados na cultura grega e, que abandonaram o Império Bizantino decadente e exposto à crescente pressão dos turcos otomanos. Além disso, não se pode desprezar os frequentes contatos marítimo-comerciais, através do Mediterrâneo, entre as cidades portuárias italianas e o mundo árabe.

Acima de tudo, foi o forte desenvolvimento comercial e a forte urbanização que impulsionaram o Renascimento italiano. A riquíssima burguesia que se formava nos centros urbanos do norte da Itália necessitava de mecanismos para justificar sua ascensão social e mesmo seu poder político. Uma das formas para isso foi por meio do patrocínio a artistas e intelectuais, prática à qual se dá o nome **mecenato**.



Fig. 18 Michelangelo Buonarroti *Moisés*, 1515. Escultura em mármore. San Pietro em Vincoli, Roma, Itália. Note, na obra, a influência grega na busca da perfeição da figura humana.

## Características do Renascimento

A primeira característica do pensamento renascentista é a negação aos valores medievais. Embora não se constitua em um movimento ateu, o Renascimento buscou romper com o teocentrismo feudal, centrando sua preocupação no ser humano e em sua infinita capacidade criadora. É nesse aspecto que se situa, acima de qualquer outro, o resgate da cultura clássica. O antropocentrismo (o ser humano como centro do universo) e o individualismo (a compreensão do indivíduo como um ser único, diferente de cada um dos demais) encontram sua verdadeira origem no humanismo greco-romano.

Essa postura abriu espaço para a valorização da razão e da ciência em detrimento da fé. A busca por uma compreensão das leis naturais que regem o universo foi uma preocupação constante dos renascentistas, impulsionando

uma retomada do conhecimento técnico e científico da Antiguidade que fora abandonado durante a Idade Média.

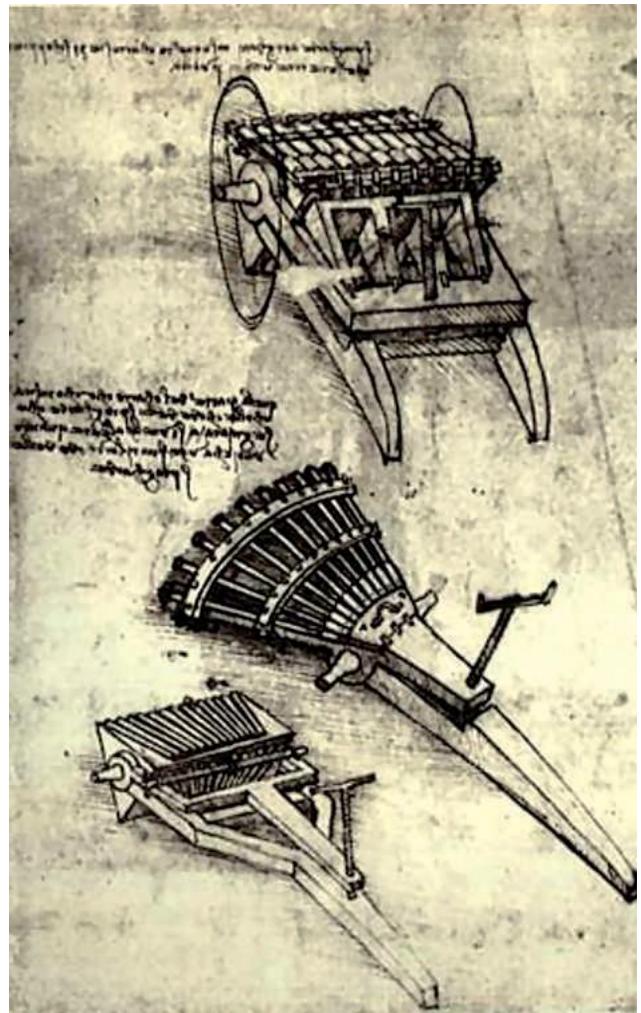
Entretanto, mesmo sendo caracterizado por uma grande produção cultural e pela tentativa de disseminar o conhecimento (a invenção da imprensa por Gutenberg, por exemplo, veio no rastro das conquistas técnicas e culturais do Renascimento), o movimento nunca ultrapassou os limites de uma manifestação cultural de elite. Ao contrário da religião, única manifestação cultural realmente de massas na Idade Média, a cultura renascentista limitou-se a uma pequena parcela letrada. No entanto, seus efeitos na constituição das modernas estruturas estéticas e de pensamento foram fundamentais.

## As fases do Renascimento italiano

Descartando-se os **precursores**, dos quais Dante Alighieri (1265-1321) foi o maior representante, o Renascimento pode ser dividido em três fases: o século XIV (ou *Trecento*), o século XV (ou *Quattrocento*) e o século XVI (ou *Cinquecento*).

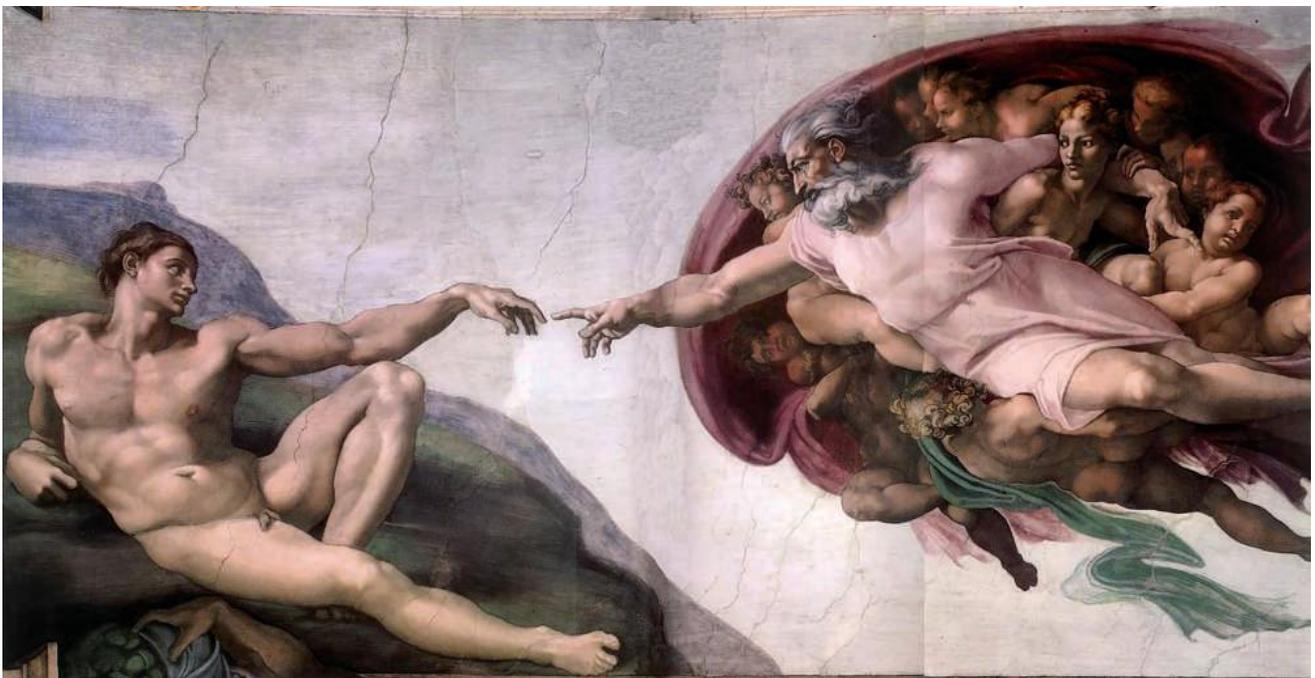
No *Trecento* (os anos trezentos), destacaram-se: na pintura, Giotto (1266-1337), que humanizou a representação da figura humana; na literatura, Petrarca (1304-1374), poeta, o “pai do humanismo”, e Boccaccio (1313-1375), autor do *Decamerão*, coletânea de contos com forte sabor erótico e anticlerical.

No *Quattrocento*, merecem menção: os pintores Masaccio (1401-1429), introdutor da técnica a óleo e difusor da pintura em perspectiva; Botticelli (1445-1510), que retratou figuras quase imateriais, buscando unir o paganismo clássico ao cristianismo; Leonardo da Vinci (1452-1519), considerado como o protótipo do “homem renascentista”, atuando em todos os campos do saber, da pintura à filosofia, da botânica à arte bélica.



Leonardo da Vinci/ Web Gallery of Art

Fig. 19 Esboços de Leonardo da Vinci mostrando o esquema de um canhão, inventado por ele. O Renascimento manifestou-se também na busca incessante pela ampliação do conhecimento científico.



Michelangelo Buonarroti/ Web Gallery of Art

Fig. 20 Michelangelo Buonarroti *A criação de Adão*, c. 1510. Afresco, 2,80 x 5,70 m. Teto da Capela Sistina, Vaticano, Itália. Deus e o homem em um mesmo plano, em uma ruptura com a visão medieval.

Florença, graças ao mecenato dos Médicis, tornou-se a capital cultural do Renascimento. Nela, brilharam a Escola Filosófica Neoplatônica, o arquiteto Brunelleschi e o escultor Donatello.

No *Cinquecento*, o florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527), com sua obra *O Príncipe*, iniciou o moderno pensamento político. A língua italiana foi sistematizada, tornando-se literária, da qual se sobressaíram os poetas épicos Torquato Tasso (*Jerusalém libertada*) e Ariosto (*Orlando Furioso*).

Nesse período, a cidade de Roma, devido ao mecenato papal, tornou-se o centro da produção artística renascentista. Lá viveu o pintor Rafael (1483-1520), que, apesar do curto tempo de vida, deixou uma enorme produção, e Michelangelo (1475-1564), “o gigante do Renascimento”, autor de inúmeras obras-primas, como a *Pietà* e os afrescos da Capela Sistina.

## Renascimento fora da Itália

Nos Países Baixos (Flandres e Holanda), região densamente urbanizada e possuidora de uma burguesia pujante, os valores renascentistas surgidos na Itália foram bastante difundidos. Na literatura, destacou-se Erasmo de Rotterdam (1465-1536), autor de *Elogio da loucura*, no qual o autor critica a imoralidade do clero e procura humanizar o cristianismo, propondo a tolerância religiosa e a liberdade de pensamento. Na pintura, os irmãos Van Eyck, mestres da técnica a óleo; Pieter Bruegel, que se caracterizou por retratar elementos do cotidiano popular; e o inquietante Hieronymus Bosch, cuja obra exprime o fantástico, sendo considerada “uma pintura para ser lida e não apenas vista”.

Na Alemanha, o Renascimento é tardio, beneficiado pelas agitações que se seguiram à Reforma Luterana. Deve-se mencionar o pintor e gravador Albrecht Dürer (1471-1528) e o pintor Hans Holbein (1497-1543). A invenção da impressão por tipos móveis, feita pelo tipógrafo Gutenberg, em meados do século XV, foi fundamental para uma maior difusão cultural, acelerando e barateando a produção livreira.

Na Inglaterra, foi preciso esperar o final da Guerra das Duas Rosas para o florescimento das manifestações renascentistas. Seus maiores expoentes foram o escritor Thomas

Morus (1476-1535), autor de *Utopia*, no qual é proposta uma sociedade perfeita, baseada no uso da inteligência e da razão, e o teatrólogo William Shakespeare (1564-1616), que imortalizou o gênero, expondo a intensidade multifacetada da alma humana.

Na França, Rabelais, com suas comédias, satirizou a Igreja e a repressão, exaltando a liberdade e o individualismo. E o filósofo Montaigne, em seus *Ensaíos*, buscou expressar um ideal de equilíbrio entre o ser humano e o universo.

Na Espanha, onde a tradição muçulmana era secular e a ação da Contrarreforma bloqueava o desenvolvimento cultural, destacaram-se o pintor El Greco (1451-1614); Lope de Vega (1562-1635), autor de mais de duas mil peças teatrais; e especialmente Miguel de Cervantes (1547-1616), autor de *Dom Quixote*, uma sátira genial sobre a cavalaria.

Em Portugal, a influência renascentista incidiu sobre uma manifestação humanista ligada à expansão ultramarina. Merecem menção Gil Vicente (1465-1536), no teatro, e Luís Vaz de Camões (1525-1580), poeta de *Os Lusíadas*, o maior épico da língua portuguesa.

## Renascimento científico

A efervescência cultural renascentista induziu naturalmente a estudos sobre a natureza física do ser humano e a um esforço para uma melhor compreensão do mundo e de seus fenômenos. O espírito crítico influenciou a ciência experimental, baseada na observação, e alguns avanços importantes foram feitos.

Na Astronomia, destacaram-se o polonês Nicolau Copérnico (1473-1543), formulador da teoria heliocêntrica, enriquecida depois pelo inventor do telescópio, Galileu Galilei (1564-1642). Johannes Kepler (1571-1630) estudou o movimento elíptico dos corpos celestes, abrindo caminho para a descoberta da lei da gravitação universal por Isaac Newton (1642-1727).

Na Medicina, Miguel Servet (1511-1553) e William Harvey (1578-1656) descobriram o mecanismo da circulação sanguínea; André Vesálio (1514-1564), professor da Universidade de Pádua, foi o pai da anatomia moderna, publicando, em 1543, a primeira obra completa sobre o tema.

## Revisando

1 De que forma a ideia da *jihad* influenciou a expansão islâmica?

---

---

---

2 Para a formação da estrutura política medieval, qual o significado da sagração de Carlos Magno pelo papa com o título de Imperador dos romanos?

---

---

---

**3** Com base em seus conhecimentos sobre a estrutura econômica feudal, avalie uma característica que tenha sido decisiva para explicar sua crise a partir do século XII.

---

---

---

---

---

**4** Que razões explicam o crescimento do clero regular na Idade Média?

---

---

---

---

**5** Em que aspectos as Cruzadas podem ser vistas como a primeira grande manifestação da crise do mundo feudal?

---

---

---

---

---

**6** Embora impreciso, o termo "aliança" ainda é utilizado para designar as relações entre rei e burguesia no processo de formação das monarquias nacionais, a partir da Baixa Idade Média. Em que aspectos essa "aliança" é colocada e em que aspectos esse termo não pode ser utilizado?

---

---

---

---

---

**7** De que formas a crise do século XIV afetou também a estrutura feudal?

---

---

---

---

---

---

---

**8** Que razões explicam o pioneirismo e a maior difusão do Renascimento cultural na Itália?

---

---

---

---

---

---

---

## Exercícios propostos

- 1** A respeito da reconquista empreendida por Justiniano, pode-se afirmar que:
- A assegurou a sobrevivência do Império frente à invasão árabe
  - B reconstruiu a unidade administrativa do antigo Império Romano.
  - C concorreu para a preservação do arianismo entre os germânicos.
  - D foi responsável pelo processo de enfraquecimento do Império.
  - E teve um caráter duradouro e significou o apogeu do Império.
- 2** Os problemas religiosos foram uma característica básica do Império Bizantino.
- a) Explique as relações Estado/Igreja em Bizâncio.
  - b) Qual foi a heresia que negava a divindade de Cristo?
- 3** O Islamismo, de grande importância na unidade árabe, tem como fundamento:
- A o monoteísmo, influenciado pelo Cristianismo e pelo Judaísmo
  - B o culto dos profetas através de imagens.
  - C o politeísmo, que admite vários deuses, sendo Alá o principal.
  - D a negação de uma vida após a morte
  - E uma concepção herdada exclusivamente dos ritos tribais arábicos.
- 4** **ESPM-SP 2017** Um ano depois de terem saído das fronteiras da Arábia, em 633, os árabes já tinham atravessado o deserto e derrotado o imperador bizantino Heráclio, nas margens do rio Yarmuk; em três anos tinham tomado Damasco; cinco anos mais, Jerusalém; passados oito anos controlavam totalmente a Síria, a Palestina e o Egito. Em 20 anos, todo o Império Persa, até ao Oxus, tinha caído sob a espada árabe; em 30 era o Afeganistão e a maior parte do Punjab
- (Jaime Nogueira Pinto. *O Islão e o Ocidente: a grande discórdia*)
- A impressionante velocidade da expansão islâmica, tratada no texto, deve ser relacionada com:
- A a solidariedade entre os povos;
  - B jejum do Ramadã;
  - C Jihad e Guerra Santa;
  - D rituais da Ashura;
  - E peregrinação a Meca.
- 5** O Islã, criado a partir da pregação religiosa de Maomé no início do século VII, adquiriu claro significado político com a hégira, migração de Maomé e seguidores de Meca para Medina. As relações do Islã com outras religiões e com o Ocidente foram marcadas:
- A pela capacidade de diálogo e integração, da qual a missa ecumênica é um exemplo, uma vez que os princípios islâmicos apresentam-se como síntese do Judaísmo e do Catolicismo.
  - B apenas por conflitos, dos quais a *Jihad*, ou Guerra Santa, é um exemplo, uma vez que os próprios princípios islâmicos determinam a guerra contra judeus e cristãos
  - C pela expansão territorial e militar do Islamismo da qual a conquista da Península Ibérica é um exemplo, uma vez que os princípios islâmicos pregam a necessária difusão de suas crenças.
  - D apenas por negociações entre chefes religiosos e políticos, das quais os encontros no Vaticano são o melhor exemplo, uma vez que os princípios islâmicos defendem prioritariamente o entendimento e a submissão.
  - E pela influência de técnicas e de conhecimentos do Ocidente sobre o Oriente, da qual as interferências linguísticas são um exemplo, uma vez que os princípios islâmicos pregam a ocidentalização do mundo
- 6** As denominações “sunitas” e “xiitas” relacionam-se com:
- A a ruína do império muçulmano, motivada pela perda da unidade religiosa, quando ganharam força algumas seitas islâmicas divergentes
  - B a Guerra de Reconquista na Península Ibérica e a forte resistência dos árabes aos ataques dos cruzados.
  - C as sucessivas ondas de invasões europeias, que contribuíram para tornar a região do Oriente Médio um dos lugares mais instáveis do globo terrestre.
  - D os conflitos étnicos e religiosos que ocorreram, no Líbano, nas décadas de 70 e 80.
- 7** A expansão do Islão foi fulminante e de enorme abrangência. Enumere as razões de seu sucesso.
- 8** Durante muito tempo, desconhecidos na Europa medieval, os textos de Aristóteles se difundiram a partir do século XII. Suas obras chegaram ao ocidente europeu por intermédio:
- A de manuscritos gregos, preservados na Biblioteca do Vaticano e, durante longo tempo, mantidos em segredo pela Igreja
  - B dos monges beneditinos da Europa continental, que preservaram a cultura clássica em seus mosteiros.
  - C de sacerdotes bizantinos, que frequentavam as Cortes reais da Europa e as grandes cidades do Ocidente.
  - D dos centros de cultura muçulmanos, sobretudo da Península Ibérica, cujos manuscritos, em árabe, foram traduzidos para o latim.
  - E dos venezianos e cavaleiros de França, que atacaram Constantinopla, em 1204, e de lá trouxeram os manuscritos originais.
- 9** Em relação à formação dos Reinos Bárbaros:
- a) Explique os motivos que permitiram as invasões bárbaras no Império Romano.
  - b) Mencione três povos que invadiram o Império Romano.

**10** O feudalismo, que marcou a Europa Ocidental durante a Idade Média, resultou de duas heranças distintas, a romana e a germânica. Comente cada uma delas.

**11** Clóvis (481-511) destacou-se, não só por seus êxitos militares, mas também por ter sido o primeiro chefe bárbaro a adotar o catolicismo, fazendo-se batizar, junto com três mil guerreiros, em 496. Esse fato facilitou muito o fortalecimento de seu poder. Até o século V, o povo franco estava dividido em tribos que foram unificadas por Clóvis, dando início a uma dinastia que recebeu o nome de:

- A burgúndia.
- B merovíngia
- C visigótica.
- D carolíngia.
- E capetíngia

**12** O sacerdote, tendo-se posto em contato com Clóvis, levou-o pouco a pouco e secretamente a acreditar no verdadeiro Deus, criador do Céu e da Terra, e a renunciar aos ídolos, que não lhe podiam ser de qualquer ajuda, nem a ele nem a ninguém [...] O rei, tendo, pois, confessado um Deus todo-poderoso na Trindade, foi batizado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ungido do santo Crisma com o sinal da cruz. Mais de três mil homens do seu exército foram igualmente batizados [ ]

São Gregório de Tours. "A conversão de Clóvis". In: *Historiae Ecclesiasticae Francorum*. Apud M. G. Pedrero-Sánchez. *História da Idade Média – textos e testemunhas*. São Paulo: Unesp, 2000. p. 44.

A respeito dos episódios descritos no texto, é correto afirmar que:

- A a conversão de Clóvis ao arianismo permitiu aos francos uma aproximação com os lombardos e a expansão do seu reino em direção ao norte da Itália.
- B a conversão de Clóvis, segundo o rito da Igreja Ortodoxa de Constantinopla, significou um reforço político-militar para o Império Romano do Oriente
- C com a conversão de Clóvis, de acordo com a orientação da Igreja de Roma, o reino franco tornou-se o primeiro Estado germânico sob influência papal.
- D a conversão de Clóvis ao Cristianismo levou o reino franco a um prolongado conflito religioso, uma vez que a maioria dos seus integrantes manteve-se fiel ao paganismo.
- E a conversão de Clóvis ao Cristianismo permitiu à dinastia franca merovíngia a anexação da Itália a seus domínios e a submissão do poder pontifício à autoridade monárquica

**13** A vantagem que os francos tiveram em relação aos outros invasores germânicos foi:

- A seu ingresso pacífico nos territórios imperiais.
- B a precoce aliança que celebraram com o papado
- C sua esmagadora superioridade numérica.
- D sua utilização pelos bizantinos para combater os hunos.
- E a oportunidade de conquistar os territórios italianos.

**14 Unesp** Quando Pepino, o Breve, arriscou a usurpação que tantos outros tinham executado nos reinos vizinhos, quis purificá-la pela mais inatacável consagração. Primeiro, levou o papa a declarar que o título real devia caber a quem detivesse o verdadeiro poder. Depois, eleito rei pela assembleia dos grandes, fez-se ungir por S. Bonifácio, o mais ilustre dos missionários, na presença dos bispos franceses.

Robert Lopez. *O nascimento da Europa*

Pepino, o Breve, tornou-se, assim, o primeiro rei da dinastia:

- A merovíngia.
- B carolíngia.
- C cepetíngia.
- D Valois.
- E Bourdon.

**15** A difusão da vassalagem de benefício, praticada por Carlos Magno, favoreceu:

- A o fortalecimento do Império Carolíngio.
- B o universalismo das tradições romana e cristã, característica da sociedade feudal.
- C o restabelecimento do monopólio do imperador na cunhagem de moedas
- D a formação de uma estrutura política fragmentada, típica da sociedade feudal.
- E o crescimento do comércio na Alta Idade Média.

**16 UFJF 2017** O texto a seguir trata da sociedade medieval. Leia o com atenção e, em seguida, responda ao que se pede.

Os defensores são um dos três grupos porque Deus quis que se mantivesse o mundo: e assim como aqueles que rogam a Deus pelo povo são chamados oradores e os que lavram a terra e fazem aquelas coisas que permitem aos homens viver e manter-se, são chamados lavradores, assim, os que tem de defender a todos são chamados defensores.

Afonso X, o Sábio. *Las Siete Partidas*. In: PEDRERO-SANCHEZ, M. G. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 99-100.

Analisar dois aspectos políticos do feudalismo, destacando o papel exercido pelos senhores na sociedade feudal

**17 UPE 2017** Observe a imagem a seguir:



Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/File:Bayeux\\_Tapestry\\_scene23\\_Harold\\_sacramentum\\_fecit\\_Willelmo\\_duci.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/File:Bayeux_Tapestry_scene23_Harold_sacramentum_fecit_Willelmo_duci.jpg)>.

Ela mostra um trecho da Tapeçaria de Bayeux (séc. XI d.C.), na qual o rei saxão Harold Godwinson jura fidelidade a Guilherme, o conquistador. Qual relação social, existente no medievo, está expressa nessa imagem?

- A Suserania e vassalagem.
- B Servidão e senhorio.
- C Escravidão e dominação.
- D Devoção e fidelidade
- E Obediência e trabalho

**18** Jacques Le Goff e George Duby, especialistas em Idade Média, dividem a sociedade em três grandes ordens. A primeira compreendia os integrantes do clero, a segunda reunia os senhores feudais, e a última era constituída pelos servos. Sobre a sociedade feudal é correto afirmar que:

- A havia uma grande mobilidade social, apesar das rígidas tradições e vínculos jurídicos determinando a posição social de cada indivíduo
- B a honra e a palavra tinham importância fundamental, sendo os senhores feudais ligados por um complexo sistema de obrigações e tradições.
- C os suseranos deviam várias obrigações aos seus vassallos, por exemplo, o serviço militar
- D os servos, como os escravos, não tinham direito à própria vida, viviam presos à terra e dela não podiam sair.
- E os vilões constituíam uma parcela de senhores feudais que procuravam por outro senhor mais poderoso, jurando-lhe fidelidade e obediência.

**19 UFPR 2019** Leia o trecho abaixo, retirado de uma carta escrita entre 830 e 840 pelo aristocrata franco Eginardo, em favor de camponeses:

*Ao nosso mui querido amigo, o glorioso conde Hatton, Eginardo, saudação eterna do Senhor. Um dos vossos servos, de nome Huno, veio à igreja dos santos mártires Marcelino e Pedro pedir mercê\* pela falta que cometeu contraindo casamento sem o vosso consentimento [...]. Vimos, pois, solicitar a vossa bondade para que em nosso favor useis de indulgência em relação a este homem, se julgais que a sua falta pode ser perdoada. Desejo-vos boa saúde com a graça do Senhor.*

Cartas de Eginardo Tradução de Ricardo da Costa *Extratos de documentos medievais sobre o campesinato (sécs. V-XV)*. Disponível em: <[https://www.ricardocosta.com/extratos-de-documentos-medievais-sobre-o-campesinato-secs-v-xv#footnoteref19\\_nuc8key](https://www.ricardocosta.com/extratos-de-documentos-medievais-sobre-o-campesinato-secs-v-xv#footnoteref19_nuc8key)>. Acesso em: 11 ago. 2018.

\*pedir mercê = pedir intercessão

No extrato acima, encontramos elementos da vida social e econômica do período medieval europeu (Alta Idade Média)

Esse documento insere-se em qual sistema social, político e econômico predominante nesse contexto?

- A Feudalismo, caracterizado pela ruralização da economia, pela relação senhorial entre nobres e servos e pela atuação social e política da Igreja Católica

B Mercantilismo, caracterizado pela urbanização da economia, pela relação senhorial entre nobres e camponeses e pela atuação social e política da Igreja Protestante.

C Socialismo, caracterizado pela ruralização da economia, pela relação remunerada entre nobres e servos e pela atuação cultural e política da Igreja Cristã.

D Mercantilismo, caracterizado pela urbanização da economia, pela relação campesina entre nobres e vassallos e pela atuação social e política da Igreja Ortodoxa.

E Feudalismo, caracterizado pela urbanização da economia, pela relação agrária entre o clero e os servos e pela atuação social e cultural da Igreja Cristã.

**20** Desde o final do Império Romano até o início da Idade Moderna, pode-se dizer que o continente europeu viu sob o feudalismo ou regime feudal

- a) Qual era a base de exploração de mão de obra durante o regime feudal?
- b) Do ponto de vista econômico e político, como se caracterizava o feudalismo?

**21 Uefs 2018** O modo de produção feudal que emergiu na Europa ocidental na Idade Média foi dominado pela terra. A propriedade agrária era controlada por uma classe de senhores feudais, a quem os camponeses prestavam serviços e faziam pagamentos em espécie.

ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*, 2016. (Adapt )

O excerto contém informações históricas essenciais sobre o feudalismo, tais como:

- A as produções artísticas e os fundamentos culturais
- B as bases econômicas e as relações sociais
- C as guerras de dominação e a formação dos reinos bárbaros
- D as crenças religiosas e o poder eclesiástico.
- E as atividades comerciais monetarizadas e o crescimento urbano.

**22** Qual a diferença entre as obrigações de um vassallo e as de um servo na sociedade feudal?

**23** A estrutura básica da sociedade feudal exprimia uma distribuição de privilégios e obrigações. Caracterize as três “ordens”, isto é, camadas sociais, que compunham essa sociedade.

**24** O feudo era a principal unidade de produção da Idade Média.

- a) Como se dividia o feudo?
- b) Explique a função de cada uma de suas partes

**25 Unesp 2016** Eis dois homens à frente: um, que quer servir; o outro, que aceita, ou deseja, ser chefe. O primeiro une as mãos e, assim juntas, coloca as nas mãos do segundo: claro símbolo de submissão, cujo sentido, por vezes, era ainda acentuado pela genuflexão. Ao mesmo tempo, a personagem que oferece as mãos pronuncia algumas palavras, muito breves, pelas quais se reconhece “o homem” de quem está na sua frente. Depois, chefe e subordinado beijam-se na boca: símbolo de acordo e de amizade. Eram estes muito simples e, por isso mesmo, eminentemente adequados para impressionar espíritos tão sensíveis às coisas os gestos que serviam para estabelecer um dos vínculos mais fortes que a época feudal conheceu.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*, 1987

Miniatura do *Liber feudorum Ceritaniae*, século XIII



(www.mcu.es)

O texto e a imagem referem-se à cerimônia que

- A consagra bispos e cardeais.
- B estabelece as relações de vassalagem.
- C estabelece as relações de servidão.
- D consagra o poder municipal.
- E estabelece as relações de realeza.

**26 Mackenzie 2019** Leia o documento abaixo:

É permitido a qualquer, sem punição, auxiliar o seu senhor, se alguém o ataca, e obedecer-lhe em todos os casos legítimos, exceto no roubo, no assassinato e naquelas coisas que não são consentidas a ninguém, sendo reconhecidas como infames pelas leis. O senhor deve proceder da mesma maneira com o conselho e a ajuda; e deve ir em auxílio do seu homem em todas as vicissitudes, sem malícia. É permitido a todo o senhor convocar o seu homem que deve estar à sua direita no tribunal; e mesmo que seja residente no mais distante *mansus* de quem o protege, deverá ir ao pleito se o seu senhor o convocar

Pedrero-Sanchez, M. Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhos*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 95.

O trecho acima foi extraído de um documento inglês do século XI e diz respeito a uma típica relação feudal. A relação em evidência é a

- A Vassalagem: relação recíproca entre senhores em que fica acordado a proteção por parte do Suserano e o trabalho nos campos por parte do Vassalo

- B Servidão: relação vertical entre senhores e camponeses que, uma vez presos à terra, não podem abandonar suas obrigações nos feudos.
- C Vassalagem: relação horizontal entre senhores a qual cria uma teia de alianças políticas e uma maior descentralização do poder.
- D Servidão: relação entre senhores e servos a qual estabelece um acordo de proteção e ajuda econômica em troca de terras para o plantio.
- E Vassalagem e Servidão: relações equivalentes entre nobres e servos em que os vassalos asseguram o trabalho nas terras senhoriais.

**27 Unesp** Leia atentamente o texto:

Servidão, uma obrigação imposta ao produtor pela força e independentemente de sua vontade para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor, quer tais exigências tomem a forma de serviços a prestar ou de taxas a pagar em dinheiro ou em espécie.

Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*

A corveia e a talha estavam entre as “exigências econômicas” dos senhores em relação aos servos. Esclareça no que consistiam.

**28** Qual das alternativas apresenta uma comparação correta entre os senhores de escravos do Império Romano e os senhores feudais da Alta Idade Média?

- A Entre eles não podemos encontrar diferenças significativas.
- B O senhor feudal, diferentemente do senhor de escravos, não tratava o servo como mercadoria, isto é, não podia vendê-lo ou comprá-lo.
- C No Império Romano não havia escravidão, portanto a comparação proposta não tem sentido.
- D O senhor feudal, diferente do senhor de escravos, exigia uma dura jornada de trabalho dos servos, pagando salários muito baixos
- E Todas as alternativas anteriores são incorretas

**29** Relativamente ao tipo de relacionamento entre nobreza feudal e servos, considere as seguintes afirmações.

- I. Os servos estavam submetidos ao pagamento da corveia aos senhores.
- II. Os servos deviam pagar a mão-morta para se transferirem de um lote agrário para outro
- III. A proteção dada pela nobreza aos servos é o que explica a ausência de rebeliões servis durante a Alta Idade Média.
- IV. Nos domínios eclesiásticos, os servos eram isentos do pagamento do dízimo.
- V. O clero mantinha relações de exploração, da mesma forma que a nobreza laica, sobre os servos.

São corretas somente:

- A I e II.
- B I e V.
- C I, II e III.
- D I, III, IV e V.
- E II, III, IV e V.

**30 Acafe 2020** O período medieval europeu caracterizou-se pelo predomínio do sistema feudal, especialmente na Europa centro ocidental. Sua formação remonta as transformações ocorridas no final do Império Romano Ocidental. Dentro deste contexto, são características associadas ao feudalismo europeu as afirmações abaixo, **exceto** a alternativa:

- A As relações de suserania e vassalagem estavam ligadas ao teocentrismo medieval e serviam unicamente para formar o cavaleiro, protetor da cristandade
- B O servo constituiu-se na mão de obra principal nas relações feudais de produtividade. Achava-se ligado à terra e a um senhor feudal.
- C A Igreja Cristã tornou-se uma grande instituição. Exercia o domínio ideológico e cultural da sociedade feudal, caracterizado pelo teocentrismo
- D A sociedade era estamental, sem mobilidade social. Os servos, vinculados à terra, não tinham possibilidade de ascender socialmente.

**31 UEL** Como o rei, cada um dos sires (senhores) sente-se encarregado de manter em nome de Deus a paz e a justiça, e toda a rede de direitos que lhe permite cumprir esse ofício converge para seu castelo. A torre, antigamente símbolo da cidade soberana, da majestade real [...] aparece agora como símbolo de um poder pessoal

Georges Duby. *No tempo das catedrais: a arte e a sociedade (980-1420)*. Lisboa: Imprensa Universitária, 1979 p. 44.

Sobre as relações e as atribuições sociais no século XI, período de plenitude do Feudalismo no Ocidente Europeu, é correto afirmar que:

- A os senhores encarnavam o poder de governo, impondo a sua força armada e controlando a administração da justiça e a cobrança de impostos.
- B submetidos ao regime de escravidão, os servos eram impedidos de ter acesso às terras comunais.
- C a nobreza, sem função definida, passou por acelerado processo de desestruturação, que levou à sua substituição pelo clero na sociedade feudal
- D a reação contra o pagamento dos impostos senhoriais gerou grande contingente de camponeses desenraizados, que se organizavam em bandos armados a serviço dos nobres contrários ao processo de feudalização.
- E as cidades simbolizavam o poder dos senhores feudais e submetiam a nobreza à sua legislação centralizadora.

**32** Perto do ano 1000, manifestações de medo foram verificadas em todo o Ocidente, como se o fim do milênio trouxesse consigo o fim dos tempos. Tal situação deve ser entendida como:

- A manifestação da crescente religiosidade que caracterizava a sociedade feudal.
- B indício do crescente analfabetismo das camadas populares e diminuição da religiosidade clerical.
- C decorrência da tomada do Império Bizantino pelos muçulmanos do norte da África.

- D traço típico de uma sociedade em transição que se tornava mais clerical e menos guerreira.
- E característica do momento de centralização política e de formação das monarquias nacionais.

**33** Ao longo de toda a Idade Média, a unidade do Cristianismo ocidental (rompida, no século XVI, com a Reforma protestante) foi, em grande parte, mantida porque:

- A os abusos e a corrupção não existiam ainda no interior da Igreja.
- B as heresias não conseguiram ganhar adeptos fora dos círculos da Igreja.
- C os reis e imperadores podiam ser destituídos livremente pela Igreja.
- D as disputas e crises foram habilmente administradas e absorvidas pela Igreja.
- E os cristãos ortodoxos aceitaram se tornar membros subalternos da Igreja.

**34** O desenvolvimento da arquitetura gótica, no final da Idade Média, esteve associado à (ao):

- A insegurança gerada pelas invasões bárbaras.
- B predomínio dos países ibéricos que a criaram e difundiram.
- C atraso técnico em relação ao estilo românico.
- D crescimento das cidades e desenvolvimento das atividades comerciais e artesanais
- E des cristianização da sociedade do mundo ocidental.

**35** Do ponto de vista cultural, na passagem da Antiguidade para a Idade Média, é correto afirmar que o patrimônio greco-romano:

- A só não sofreu perda maior devido à ação esclarecida de muitos chefes bárbaros.
- B perdeu-se quase completamente porque, dado o seu caráter pagão, foi rejeitado pela Igreja.
- C foi rejeitado pelos bárbaros em razão do caráter cristão com que foi revestido pela Igreja.
- D não desapareceu com a Antiguidade porque a Igreja serviu de conduto para sua sobrevivência.
- E escapou do desaparecimento graças à preservação fortuita de textos antigos.

**36** Possuímos demasiadas coisas supérfluas. Contentemo-nos com o que Deus nos deu e tomemos só aquilo de que necessitamos para viver. Porque o necessário é obra de Deus e o supérfluo obra da cobiça humana. O supérfluo dos ricos é o necessário dos pobres. Quem possui um bem supérfluo possui um bem que lhe não pertence.

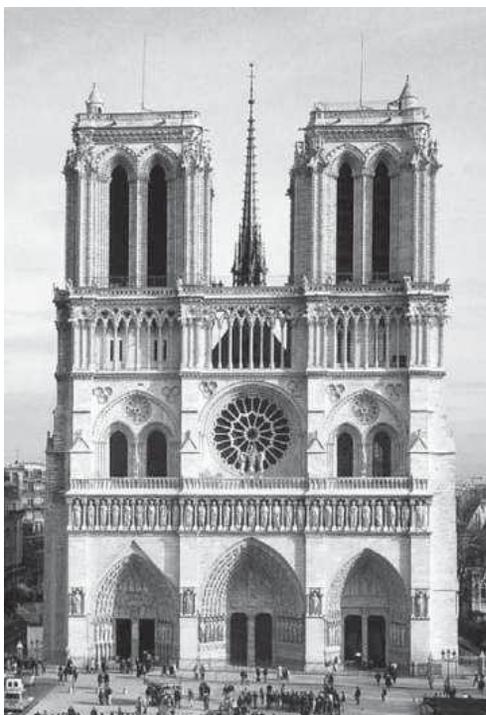
Santo Agostinho *A cidade de Deus*, (escrito 413-26)

Esse texto, extraído da obra *A cidade de Deus*, teve grande influência sobre o pensamento religioso na Idade Média e:

- A define a posição dos cristãos em relação à posse de bens materiais.
- B estabelece a doutrina cristã sobre o empréstimo a juro.
- C condena a prática do comércio, segundo os doutores da Igreja

- D discute porque os cristãos devem considerar a prática de usura como sendo em si injusta.
- E afirma que os cristãos não devem ver o lucro como um fim em si, mas como remuneração do trabalho

### 37 Mackenzie 2017



Catedral de Notre-Dame, Paris

- A partir do século XII ao XV, na Europa, algumas catedrais passaram a ser construídas adotando um novo estilo arquitetônico: o gótico. Ao contrário do estilo românico, tais igrejas primavam pela verticalidade, leveza, harmonia dos traços e luminosidade, através dos vitrais coloridos. O surgimento do estilo gótico está ligado ao
- A movimento cruzadístico que, ao tentar retomar Jerusalém do domínio mulçumano, permitiu o contato com esse estilo mais decorativo, de características orientais.
  - B fortalecimento do sistema feudal e a necessidade de valorização dos feudos por meio de tais construções monumentais, reafirmando o poder do senhor das terras.
  - C advento do trabalho servil, em detrimento do trabalho escravo, o que deve ter estimulado a criatividade dos construtores da época, possibilitando utilizar novas técnicas de construção
  - D aumento da riqueza e autonomia das cidades, que competiam entre si para edificar catedrais mais altas e decoradas, sinal de prosperidade do novo núcleo urbano.
  - E reavivamento da fé e a necessidade de os senhores feudais demonstrarem sua devoção à Igreja Católica e ao movimento das Cruzadas, financiando novas igrejas a cada vitória alcançada no Oriente

- 38 Unicamp** A Igreja, durante toda a Idade Média, guiava todos os movimentos do homem, do batismo ao serviço fúnebre. A Igreja educava as crianças; o sermão do pároco era a principal fonte de informação sobre os acontecimentos e problemas comuns. A paróquia constituía uma importante unidade de governo local, coletando e distribuindo as esmolas que os pobres recebiam. Como os homens ficavam atentos aos sermões, era frequente o governo dizer aos pregadores exatamente o que deviam pregar.

Christopher Hill.  
*A Revolução Inglesa de 1640, 1977 (Adapt)*

A partir do texto citado escreva quais eram as funções sociais e políticas da Igreja Católica na Idade Média.

- 39 Fuvest** Pelas palavras das Escrituras somos instruídos de que há duas espadas: a espiritual e a temporal [...] é preciso que uma espada esteja sob o domínio da outra por conseguinte que o poder temporal se submeta ao espiritual.

Bonifácio VIII  
*Bula Unam Sanctum, 1302*

Quando [...] o papa [...] se atribui a plenitude de poder sobre qualquer governante, comunidade ou pessoa individual, uma tal pretensão é imprópria e errada, e se afasta das divinas Escrituras e das demonstrações humanas, ou melhor, até as contradiz

Marsilio Ficino.  
*O defensor da paz, 1324.*

Explique e comente o conflito histórico presente nestes dois textos do início do século XIV.

- 40** Leia o texto para responder à questão **40**

O Ocidente havia conhecido somente três modos de acesso ao poder: o nascimento, o mais importante, a riqueza, muito secundário até o século XIII salvo na Roma Antiga, o sorteio, de alcance limitado entre os cidadãos das cidades gregas da Antiguidade.

Jacques Le Goff.  
*Os intelectuais na Idade Média, 1985 Adaptado.*

- Famerp 2018 (Adapt.)** O excerto sustenta que o acesso ao poder por meio da riqueza era secundário na Europa Ocidental até o século XIII, quando
- A as monarquias nacionais sobrepuseram-se aos direitos da nobreza senhorial sobre os seus feudos.
  - B o esfacelamento do poder imperial romano transferiu as funções de defesa militar para os burgueses das cidades.
  - C os reis absolutistas constituíram seus exércitos com recursos de impostos arrecadados de banqueiros e comerciantes.
  - D as atividades comerciais e artesanais produziram novos grupos sociais no interior das cidades medievais.
  - E a fragmentação econômica do continente europeu foi substituída por um só padrão monetário.

- 41** As Cruzadas tiveram caráter:
- A exclusivamente religioso, buscando resgatar a Terra Santa das mãos dos árabes e expandir o catolicismo.
  - B exclusivamente comercial, buscando novas terras para a agricultura e mercado para os produtos europeus.
  - C religioso e comercial, buscando conciliar a ação expansionista religiosa à abertura de novas rotas comerciais
  - D político e religioso, buscando ampliar o poder do papado e produzir uma fusão entre o catolicismo e o islamismo.
  - E político e comercial, buscando expandir o absolutismo monárquico e abrir mercados para produtos do Vaticano.

- 42 UEL** A todos os que partirem e morrerem no caminho, em terra ou mar, ou que perderem a vida combatendo os pagãos, será concedida a remissão dos pecados.

Essas palavras, proferidas pelo papa Urbano II, em 1095, fizeram parte do discurso que chamava os guerreiros cristãos para o combate, inaugurando o movimento das Cruzadas. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A A Igreja dirigiu a atividade militar europeia no medievo contra os “infiéis” muçulmanos, transformando as Cruzadas em uma ocasião para o enriquecimento.
- B Protagonizadas pelos imperadores bizantinos, tais expedições pretendiam combater a bruxaria, que cativava parte da população medieval
- C As Cruzadas tiveram êxito na propagação do cristianismo e fracassaram na retomada do controle das rotas comerciais dos muçulmanos.
- D Nos conflitos das Cruzadas, participaram católicos e protestantes, contrários ao domínio turco sobre os Estados Pontifícios.
- E A principal expedição, apoiada pelas autoridades eclesiásticas, ficou conhecida pelo nome de Cruzada das Crianças, ocorrida em 1212.

- 43 UEPG 2019** Por volta do século X, os historiadores identificam o aparecimento de uma grave crise econômica, social, religiosa, cultural e ideológica no feudalismo que se estendeu pelos séculos seguintes até a superação desse sistema no século XV. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- 01 As Cruzadas, guerras religiosas que envolveram um grande número de pessoas, fizeram com que o comércio entre a Europa e o Oriente entrasse em declínio.
- 02 As corporações de ofício foram criadas pelos senhores feudais, no sentido de garantir o monopólio da produção agrícola e evitar a expansão das atividades comerciais.
- 04 O surgimento da burguesia, classe social voltada para as práticas comerciais, pode ser considerada uma das razões que deflagaram a crise

- 08 A grande mortandade causada pela peste negra gerou uma diminuição considerável na mão de obra que mantinha a atividade agrícola nos feudos e contribuiu para uma crise de produção

Soma:

- 44** A partir do ano 1000, ocorreu um intenso desenvolvimento urbano na Europa Ocidental. A esse respeito é correto afirmar que as cidades:

- A estabeleceram-se em um contexto de diminuição das áreas cultivadas e de queda acentuada do volume de mão de obra
- B estabeleceram-se em uma conjuntura de retração econômica decorrente, entre outros fatores, da estagnação das técnicas agrícolas.
- C desenvolveram-se durante o processo de desagregação do sistema feudal, estabelecendo uma total ruptura com o cenário rural circundante
- D estabeleceram-se a partir dos modelos helenísticos, reeditando as instituições políticas características da democracia ateniense.
- E eram, sobretudo, centros econômicos onde se desenvolveram a especialização de funções e a divisão social do trabalho

- 45** O Mediterrâneo e o Báltico, ao final da Idade Média, eram rotas comerciais importantes.

- a) Quem desenvolvia as atividades comerciais nesses mares?
- b) Por que essas atividades contribuíram para a desestruturação da ordem feudal?

- 46 Mackenzie** Rotas e cidades, cidades e rotas não passam de um único e mesmo equipamento humano do espaço [...] a cidade do Mediterrâneo é criadora de rotas, e ao mesmo tempo é criada por elas.

Fernando Braudel. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo*.

Relacionando o texto citado com o renascimento comercial e urbano, podemos afirmar que:

- A as rotas das invasões bárbaras desenvolveram locais fixos de comércio, responsáveis pela formação de cidades
- B as cidades costeiras da Itália tiveram seu crescimento ligado ao desenvolvimento das rotas comerciais marítimas.
- C as cidades do Mediterrâneo produtoras de lã e especiarias desenvolveram o monopólio das rotas comerciais através da liga hanseática
- D as cidades da região dos Pirineus monopolizaram o comércio de produtos orientais, dominando a Rota da Champagne.
- E a rota do Mediterrâneo impedia o crescimento da rede de comunicação entre as cidades

**47 Fuvest** O ar da cidade torna um homem livre.

Adágio popular

Analise o significado desse adágio popular, no quadro do desenvolvimento das cidades europeias, a partir da Baixa Idade Média.

**48 Vunesp** Sobre as associações de importantes grupos sociais da Idade Média, um historiador escreveu:

Eram cartéis que tinham por objetivo a eliminação da concorrência no interior da cidade e manutenção do monopólio de uma minoria de mestres no mercado urbano.

Jacques Le Goff. *A civilização do Ocidente Medieval*.

O texto caracteriza de maneira típica:

- A as universidades medievais.
- B a atuação das ordens mendicantes
- C as corporações de ofício
- D o domínio dos senhores feudais
- E as seitas heréticas.

**49 UPF 2019** Desde as últimas décadas do século XIII, assistia-se a uma perda da vitalidade que caracterizara o Feudalismo... vinham ocorrendo profundas transformações, que se revelaram com toda a força a partir de princípios do século XIV. Esta crise foi global, com todas as estruturas feudais sendo fortemente atingidas.

FRANCO JR, Hilário. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 78.

Das alternativas a seguir, apenas uma não explica as razões fundamentais da crise apontada no texto. Qual?

- A A exagerada exploração pelos nobres da mão de obra dos servos, exigindo destes cada vez mais um maior tempo de trabalho.
- B O descobrimento de novas minas de ouro e prata em territórios poloneses, o que gerou uma violenta disputa entre várias nações pela sua exploração.
- C As revoltas camponesas e urbanas decorrentes da miséria que passou a caracterizar a vida dessa parcela da população.
- D O esgotamento das forças de produção acentuado pela crise demográfica, resultado da Peste Negra.
- E A falência do modelo de produção baseado no campo e nas grandes áreas de terras controladas por senhores feudais.

**50 UFSC (Adapt.)** Foi da progressiva centralização do poder dos reis sobre os feudos medievais que surgiram as modernas nações, os governos e as instituições nacionais. Assinale a alternativa que não se relaciona com o texto citado:

- A A luta entre as classes sociais foi o traço essencial ao fortalecimento do poder real.
- B As leis nacionais aplicadas por juízes nomeados pelos reis foram impondo-se a todo país, ultrapassando as leis tradicionais dos feudos
- C O aparecimento do Estado moderno caracterizou-se também pelo surgimento de um exército nacional que garantia o monopólio da força dentro de seu território.

D O processo de centralização do poder ocorreu em toda Europa Ocidental, com exceção de dois países, Itália e Alemanha, cuja unidade só foi conseguida no século XIX.

E Durante a guerra de reconquista foi se processando a união dos reinos ibéricos.

**51** No processo de formação dos Estados Nacionais da França e da Inglaterra podem ser identificados os seguintes aspectos:

- A fortalecimento do poder da nobreza e retardamento da formação do Estado Moderno.
- B ampliação da dependência do rei em relação aos senhores feudais e à Igreja.
- C desagregação do Feudalismo e centralização política.
- D diminuição do poder real e crise do Capitalismo comercial.
- E enfraquecimento da burguesia e equilíbrio entre o Estado e a Igreja.

**52** A Magna Carta (1215) reveste-se de grande importância porque:

- A assegurava aos homens livres proteção contra as arbitrariedades do poder político.
- B solucionava o conflito entre o Estado e a Igreja, decorrente do assassinato do arcebispo Thomas Beckett
- C eliminava a influência política dos condes e barões na vida inglesa.
- D fazia com que a estrutura do governo inglês perdesse as características feudais.
- E pôs fim à longa disputa com Felipe II sobre os feudos ingleses na França.

**53** No século XIII, os barões ingleses, contando com o apoio de alguns mercadores e religiosos, sublevaram-se contra as pesadas taxas e outros abusos. O rei João Sem-Terra acabou aceitando as exigências dos vassalos sublevados e assinou a Magna Carta. Pode-se afirmar que o documento apresenta importante legado do Mundo Medieval porque:

- A reafirma o princípio do poder ilimitado dos monarcas para fixar novos tributos.
- B freou as lutas entre os cavaleiros e instituiu o Parlamento, subdividido em duas Câmaras
- C assegurava antigas garantias a uma minoria privilegiada, mas veiculava princípios de liberação política.
- D limitou as ambições políticas dos papas, mesmo tratando-se de um contrato feudal.
- E proclamava os direitos e as liberdades do homem do povo, através de 63 artigos.

**54** Sobre a Carta Magna inglesa de 1215, é correto afirmar que:

- A foi assinada pelo rei João Sem-Terra, consolidando a separação entre a Inglaterra e o papa, tornando-o chefe da Igreja

- B determinou que os bens da Igreja passariam às mãos da nobreza inglesa que apoiava o rei João Sem-Terra, instituindo a monarquia constitucional
- C proclamou o rei João Sem-Terra, Lorde Protetor da Inglaterra, Escócia e Irlanda, desencadeando uma onda de nacionalismo extremado
- D foi imposta pela nobreza inglesa ao rei João Sem-Terra, limitando o poder real e obrigando-o a respeitar os direitos tradicionais de seus vassalos
- E criou o Parlamento inglês bicameral constituído pelas câmaras dos lordes e dos comuns, impondo ao rei João Sem-Terra a declaração dos Direitos “*Bill of Rights*”.

**55 Fuvest** Quanto às galeras fugitivas, carregadas de doentes e feridos, tiveram que enfrentar, no rio Nilo, os navios dos muçulmanos que barravam sua passagem e foi um massacre quase total: os infiéis só pouparam aqueles que pudessem ser trocados por um bom resgate. A cruzada estava terminada. E foi cativo que o rei entrou em Mansourah, extenuado, consumido pela febre, com uma disenteria que parecia a ponto de consumi-lo. E foram os médicos do sultão que o curaram e o salvaram.

*Joinville, Livro dos fatos – A primeira Cruzada de São Luís.*

Os acontecimentos descritos pelo escritor Joinville, em 1250, revelam que as Cruzadas foram:

- A organizadas pelos reis católicos, em comum acordo com chefes egípcios, para tomar Jerusalém das mãos dos muçulmanos.
- B consequência das atrocidades dos ataques dos islâmicos nas regiões da Península Ibérica.
- C uma resposta ao domínio do militarismo árabe que ameaçava a segurança dos países cristãos e do papado.
- D um movimento de expansão de reis cristãos e da Igreja romana nas regiões do mundo islâmico
- E expedições militares organizadas pelos reis europeus em represália aos ataques dos bizantinos a Jerusalém.

**56** A prosperidade das cidades medievais (século XII a XIX), com seus mercadores e artesãos, suas universidades e catedrais, foi possível graças:

- A à diminuição do poder político dos senhores feudais sobre as comunidades camponesas que passaram a ser protegidas pela Igreja.
- B à união que se estabeleceu entre o Feudalismo, que dominava a vida rural, e o Capitalismo, que dominava a vida urbana.
- C à subordinação econômica, com relação aos camponeses, e política, com relação aos senhores feudais.
- D ao aumento da produção agrícola feudal, decorrente tanto da incorporação de novas terras quanto de novas técnicas
- E à existência de um poder centralizado que obrigava o campo a abastecer prioritariamente os setores urbanos.

**57** A respeito das cidades medievais, é correto afirmar que:

- A as cidades da Idade Média Central (séculos XI-XIII), constituídas no interior do sistema feudal, desvincilharam-se das atividades agrícolas e significaram uma completa ruptura com relação ao cenário rural dominante.
- B encravadas no mundo rural, as cidades da Idade Média Central (sécs. XI-XIII) representaram uma profunda alteração com relação às cidades da Antiguidade Clássica na medida em que passaram a constituir principalmente centros econômicos, onde, além do comércio, desenvolveram a especialização de funções e a divisão social do trabalho.
- C as cidades da Idade Média Central (séculos XI-XIII) estabeleceram-se a partir dos modelos da Antiguidade Oriental, recriando, em novas condições históricas, as instituições políticas características do mundo helenístico.
- D o desenvolvimento e a proliferação das cidades da Idade Média Central (séculos XI-XIII) ocorreu em um contexto de retração econômica decorrente, entre outros fatores, da diminuição das áreas cultivadas, da queda acentuada do volume de mão de obra e da estagnação das técnicas agrícolas
- E a expansão urbana da Idade Média Central (séculos XI-XIII) foi decisiva para o desenvolvimento de uma nova sensibilidade religiosa, na qual o modelo da Jerusalém Celestial esteve presente e estimulou o aparecimento de grupos religiosos essencialmente urbanos, como os cluniacenses e os cistercienses.

**58 Mackenzie** Na Europa, nos séculos XIV e XV, vemos eclodir e prolongar-se uma crise da sociedade feudal. Não a última. Ainda que o declinar do mundo feudal dure relativamente menos tempo que o do mundo antigo, ocupa, não obstante, também vários séculos (XV-XVIII), até o momento em que uma nova classe, a burguesia, persegue conscientemente sua destruição e sua substituição.

*Charles Parraín*

Assinale a alternativa que não apresenta fator ou fatores responsáveis pela crise da sociedade feudal europeia.

- A A crescente centralização do poder monárquico nas mãos dos reis, em contrapartida ao poder dos senhores feudais.
- B A retração econômica e a crise demográfica, resultantes da diminuição da produtividade do solo.
- C Os valores cristãos e o sucesso das cruzadas em prolongar e expandir o modelo de sociedade feudal pelo Oriente.
- D uma série de insurreições camponesas, como, por exemplo, Jacqueries, na França
- E a transformação gradual das relações servis de produção, em relações assalariadas.

**59 PUC-SP 2017** No ano de 590, quando a peste e a fome devastam a Gália, um enxame de moscas faz enlouquecer um camponês de Berry enquanto este cortava lenha na floresta. Ele se transforma em pregador itinerante, vestindo peles de animais, acompanhado de uma mulher a quem chama de Maria, enquanto ele mesmo se faz passar por Cristo. Ele anuncia o futuro, cura os doentes. Segue-o uma multidão de camponeses, pobres e até mesmo padres. Sua atitude ganha logo um aspecto revolucionário. [ ] O bispo do Puy manda assassiná-lo e, torturando a pobre Maria, consegue as confissões desejadas.

GOFF, Jacques Le. *Por uma outra Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 181-2.

O relato expõe traços de uma mentalidade que caracterizou o Ocidente medieval. Entre esses traços, pode-se mencionar:

- A a proliferação de heresias e a atitude tolerante, da parte dos líderes políticos e religiosos, ante as diferentes crenças.
- B o temor diante de fenômenos naturais e a visão, pelos setores hegemônicos, do campesinato como potencialmente perigoso
- C a hegemonia do pensamento místico e a inexistência, entre os camponeses, de conhecimentos sobre a fauna e a flora.
- D o caráter violento das relações sociais e o desprezo, pelos setores eclesiásticos, em relação ao meio ambiente.

**60** Os problemas das heranças feudais, que haviam confundido destinos e províncias, tornaram inevitáveis a Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra. A eclosão desse conflito:

- A deu-se no primeiro quartel do século XI, a partir de problemas na sucessão do trono francês sobre o qual a Inglaterra tinha fortes interesses.
- B teve como causa principal a disputa pela região de Flandres que, feudatária da França, atraía fortes interesses econômicos da Inglaterra.
- C ocorreu na primeira metade do século XIV, a partir da disputa entre os dois países sobre inúmeros territórios flamengos e italianos.
- D foi provocada pelas disputas políticas entre a Rosa Vermelha (de Lancaster) e a Rosa Branca (de York).
- E aconteceu por causa de interesses manufatureiros da França sobre Flandres, região feudatária da Inglaterra.

**61** A peste, a fome e a guerra constituíram os elementos mais visíveis e terríveis do que se conhece como a crise do século XIV. Como consequência dessa crise, ocorrida na Baixa Idade Média:

- A o movimento de reforma do cristianismo foi interrompido por mais de um século, antes de reaparecer com Lutero e iniciar a modernidade.
- B o campesinato, que estava em vias de conquistar a liberdade, voltou novamente a cair, por mais de um século, na servidão feudal

- C o processo de centralização e concentração do poder político intensificou-se até se tornar absoluto, no início da modernidade.
- D o Feudalismo entrou em colapso no campo, mas manteve sua dominação sobre a economia urbana até o fim do Antigo Regime.
- E entre as classes sociais, a nobreza foi a menos prejudicada pela crise, ao contrário do que ocorreu com a burguesia

**62** Em 1358, a França, abalada pela Guerra dos Cem Anos, por crises e epidemias, foi assolada por uma revolta camponesa, a Jacquerie

- a) Justifique o caráter antifeudal da revolta.
- b) Cite três grandes calamidades do século XIV.

**63 UFU 2018** Observe a imagem



Pintura medieval de 1411. <<http://brasilescola.uol.com.br/oque-e/historia/o-que-foi-a-peste-negra-htm>>

Essa pintura retrata um dos fatores que contribuíram para a derrocada do sistema feudal na Europa Medieval. Sobre o contexto abordado, é correto afirmar que a rápida disseminação da peste negra decorreu em grande parte em função

- A da circulação de mercadorias na Europa totalmente urbanizada
- B do reforço do sistema servil, que debilitou ainda mais os camponeses.
- C da crença na ira divina, que dificultava a cura pela medicina.
- D do baixo nível nutricional e das precárias condições sanitárias dos indivíduos.

**64** A partir da Baixa Idade Média, os primeiros sintomas de esgotamento do Feudalismo foram acompanhados por um processo ao qual se dá o nome de Renascimento Comercial e Urbano na Europa. Assinale a alternativa que não pode ser considerada como um fator desse Renascimento Comercial e Urbano

- A A crise do modo de produção feudal, motivada pela superexploração dos trabalhadores, através das relações servis de produção
- B Uma maior disponibilidade de mão de obra em virtude do aumento populacional e da estagnação da produção servil.
- C A predominância cultural e ideológica da Igreja, com a valorização da vida extraterrena, a condenação da usura e sua posição em relação ao “justo preço” das mercadorias.
- D O movimento cruzadista que se estendeu até meados do século XIII.
- E A aquisição das “Cartas de Franquia”, o que fortalecia as cidades e libertava a nascente burguesia das obrigações e tributos feudais.

65 Relacione as colunas e assinale a alternativa correta

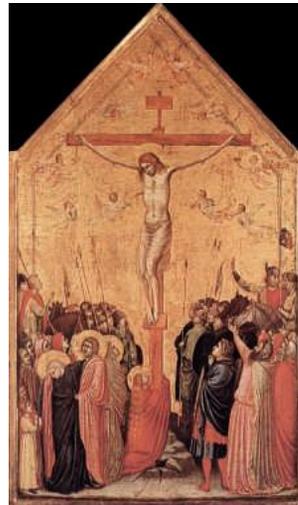
- 1 Corporações de Ofício
  - 2 Guildas
  - 3 Hansas
  - 4 Burgos
  - 5 Cidades Francas
- Núcleos urbanos que surgiram ao redor dos castelos e que deram origem a várias cidades medievais.
  - Associações de artesãos nas cidades medievais, formadas por mestres, jornaleiros e aprendizes.
  - Cidades que compravam a liberdade junto a um senhor feudal
  - Associações de mercadores nas cidades medievais.
  - Liga formada por cidades comerciais, na Baixa Idade Média.

- A 3, 1, 4, 2 e 5
- B 2, 3, 4, 5 e 1
- C 5, 3, 4, 1 e 2
- D 4, 1, 5, 2 e 3
- E 2, 4, 5, 1 e 2

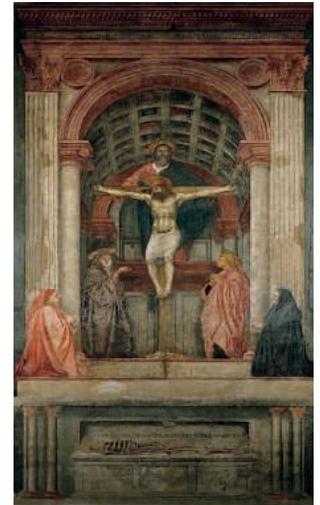
66 Na transição do Feudalismo para o Capitalismo tivemos:

- A a transformação de uma sociedade estamental, com fraca mobilidade vertical e posições sociais pela origem de nascimento, para uma sociedade de classes, com grande mobilidade vertical e posições sociais determinadas pelo poder econômico.
- B a transformação de uma sociedade de classes, com grande mobilidade vertical, para uma sociedade estamental, com fraca mobilidade vertical.
- C a passagem de uma sociedade de classes para uma sociedade de castas.
- D a desorganização de uma sociedade patriarcal, com a passagem para outra estamental.
- E a mudança de uma sociedade de castas para outra estamental

67 UFRGS 2019 Considere as imagens abaixo, em que é representada, de formas distintas, a crucificação de Cristo



A crucifixão (Giotto, c. 1330)



Trindade (Masaccio, c. 1427)

A comparação entre as duas pinturas mostra uma transformação fundamental na história da arte do Ocidente, que teve no chamado Renascimento italiano do século XV um de seus momentos principais. Assinale a alternativa que apresenta a principal característica do Renascimento italiano.

- A O desaparecimento das representações de anjos, indicando o advento do racionalismo filosófico e o abandono da metafísica religiosa.
- B O aprimoramento do realismo estético na representação humana, afirmando o predomínio do humanismo em detrimento do antropocentrismo.
- C O desenvolvimento da teoria da perspectiva geométrica, marcada pelo princípio do “ponto de fuga”, que favorecia a representação em profundidade dos espaços.
- D A representação de colunas jônicas, mostrando que o interesse em relação à Antiguidade grega ocorreu apenas a partir do *Quattrocento*.
- E A interiorização da cena representada, assinalando o desinteresse da arte renascentista pelas paisagens da natureza.

68 Fuvest No campo científico e matemático, o processo da investigação racional percorreu um longo caminho. *Os Elementos*, de Euclides, a descoberta de Arquimedes sobre a gravidade, o cálculo por Eratóstenes do diâmetro da terra com um erro de apenas algumas centenas de quilômetros do número exato, todos esses feitos não seriam iguais na Europa durante 1500 anos.

Moses I. Finley. *Os gregos antigos*.

O período a que se refere o historiador Finley, para a retomada do desenvolvimento científico, corresponde:

- A ao helenismo, que facilitou a incorporação das ciências persa e hindu às de origem grega.
- B à criação das universidades nas cidades da Idade Média, onde se desenvolveram as teorias escolásticas

- C ao apogeu do Império Bizantino, quando se incentivou a condensação da produção dos autores gregos.
- D à expansão marítimo-comercial e ao Renascimento, quando se lançaram as bases da ciência moderna.
- E ao desenvolvimento da Revolução Industrial na Inglaterra, que conseguiu separar a técnica da ciência.

## 69 PUC SP

[...] Outras coisas que vii, mui numerosas,  
 Pedem tempo que o verso meu não dura,  
 Pois lá encontrou, guardadas e copiosas,  
 Mil coisas de que andamos à procura.  
 Só de loucura não vii muito ou pouco  
 Que ela não sai de nosso mundo louco.  
 Mostrou-se-lhe também o que era seu,  
 O tempo e as muitas obras que perdia, [...] Vii mais o que ninguém suplica ao céu,  
 Pois todos cremos tê-lo em demasia:  
 Digo o siso, montanha ali mais alta  
 Que as erguidas do mais que aqui nos falta

Ludovico Ariosto. *Orlando Furioso*.  
 São Paulo: Atelier, 2002. p. 261

O trecho citado, de um livro de 1516, narra parte da viagem imaginária à Lua. Lá, o personagem encontra o que não há na Terra e não encontra o que aqui há em excesso. Pode-se identificar o caráter humanista do texto na:

- A certeza, de origem cristã, de que a reza (suplicar ao céu) é a única forma de se obter o que se busca.
- B constatação da pouca razão (siso) e da grande loucura existente entre os homens.
- C aceitação da limitada capacidade humana de fazer poesia (o verso meu não dura).
- D percepção do desleixo e da indiferença humanos (o tempo e as muitas obras que perdia)
- E ambição dos homens em sua busca de bens (Mil coisas de que andamos à procura).

- 70 Vunesp** ... tenho sido, durante muitos anos, um aderente à teoria de Copérnico. Isto me explica a causa de muitos fenômenos que são ininteligíveis por meio de teorias geralmente aceitas. Eu tenho coligido muitos argumentos para refutar estas últimas, mas eu não me arriscaria a levá-los à publicação. Há muito tempo que estou convencido de que a Lua é um corpo como a Terra. Descobri também uma multidão de estrelas fixas, a princípio invisíveis, ultrapassando mais de dez vezes as que se podem ver a olho nu, formando a Via Láctea

*Carta de Galileu a Kepler, 1597.*

Galileu não se arriscava a publicar essas ideias por temer:

- A a oposição que sofreria por parte de seus alunos e colegas da Universidade de Pisa, onde lecionava.
- B ser considerado um plagiador das ideias heliocêntricas defendidas por Copérnico e por alguns sábios florentinos.
- C que seus pressupostos geocêntricos contribuísem para aumentar as hostilidades contra a Igreja Católica.

- D que seus superiores o expulsassem da Ordem dos Franciscanos, à qual pertencia desde a adolescência.
- E ser acusado de heresia e ter de enfrentar o poderoso Tribunal do Santo Ofício, mantido pela Igreja.

- 71** O Renascimento, amplo movimento artístico, literário e científico, expandiu-se da Península Itálica por quase toda a Europa, provocando transformações na sociedade. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A o racionalismo renascentista reforçou o princípio da autoridade da ciência teológica e da tradição medieval
- B houve o resgate, pelos intelectuais renascentistas, dos ideais medievais ligados aos dogmas do catolicismo, sobretudo da concepção teocêntrica de mundo.
- C nesse período, reafirmou-se a ideia de homem cidadão, que terminou por enfraquecer os sentimentos de identidade nacional e cultural, os quais contribuíram para o fim das monarquias absolutas
- D o humanismo pregou a determinação das ações humanas pelo divino e negou que o homem tivesse a capacidade de agir sobre o mundo, transformando-o de acordo com sua vontade e interesse.
- E os estudiosos do período buscaram apoio na observação, no método experimental e na reflexão racional, valorizando a natureza e o ser humano.

- 72 UFSM 2020** Em 2019, completaram-se 500 anos da morte de Leonardo da Vinci, considerado um dos maiores expoentes do movimento denominado Renascimento Cultural. Esse movimento foi um marco importante na sociedade ocidental, pois promoveu uma mudança profunda na maneira de pensar, impactando crenças e valores que norteavam o homem europeu até então. Sobre as características do Renascimento Cultural, assinale a alternativa correta.

- A O conhecimento passou a ser dirigido pelo clero católico, que administrava escolas e universidades. Assim, essa nova visão de mundo foi compreendida a partir de um único caminho: o da fé e da religião.
- B Surgiu na Península Itálica no final do século XIV e início do XV. Foi marcado por um espírito científico, de valorização da razão e do raciocínio lógico, colocando o ser humano como centro do universo.
- C Surgiu na Península Itálica no século XVI. Promoveu mudanças políticas, econômicas e sociais baseadas nas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade.
- D Surgiu na Península Itálica no final do século XIV e início do XV. Nesse contexto, muitos artistas e intelectuais foram buscar inspiração num período considerado por eles de grandes realizações e esplendor: o Egito antigo.
- E Os renascentistas defendiam uma visão humanista, naturalista e teocêntrica, buscando superar a antiguidade clássica, período que classificaram como trevas, devido à falta de produção de conhecimento.

**73 PUC-RJ 2017** Os humanistas e artistas do Renascimento italiano apregoavam a “volta aos Antigos” como fundamento de suas ações no presente

Assinale a alternativa que expressa o que era entendido por “volta aos Antigos”

- A Dar continuidade ao pensamento medieval, em particular aos preceitos da Escolástica que apregoava a conciliação da fé cristã com a razão fundada na tradição grega de Platão e Aristóteles.
- B Tomar como fundamento exclusivamente as Escrituras Sagradas – o Antigo e o Novo Testamento na medida em que as formas culturais deveriam estar a serviço da religião.
- C Inspirar-se na arte e na cultura da civilização greco romana que teria sido desvalorizada pelo pensamento medieval, o qual limitava a liberdade do indivíduo
- D Imitar fielmente as atitudes dos homens da Antiguidade, em seu modo de escrever, falar, esculpir, pintar, construir, se vestir, entre outras. Assim, sentiam-se alcançando as glórias do passado.
- E Reagir ao movimento que defendia a autoridade do presente em relação ao Antigo e exigia uma ruptura total com o passado.

**74 Unicamp** Para as artes visuais florescerem no Renascimento era preciso um ambiente urbano. Nos séculos XV e XVI, as regiões mais altamente urbanizadas da Europa Ocidental localizavam-se na Itália e nos Países Baixos, e essas foram as regiões de onde veio grande parte dos artistas.

Peter Burke. *O renascimento italiano*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999. p. 64 (Adapt.).

- a) Cite duas características do Renascimento.
- b) De que maneira o ambiente urbano propiciou a emergência desse movimento artístico e cultural?
- c) Por que as regiões mencionadas no texto eram as mais urbanizadas da Europa nos séculos XV e XVI?

**75 Unesp** Hoje não vemos em Petrarca senão o grande poeta italiano. Entre os seus contemporâneos, pelo contrário, o seu principal título de glória estava em que de algum modo ele representava pessoalmente a Antiguidade [ ] Acontece o mesmo com Boccaccio [ ] Antes do seu *Decameron* ser conhecido [...] admiravam-no pelas suas compilações mitográficas, geográficas e biográficas em língua latina.

Jaco Burckardt. *A civilização da renascença italiana*.

Petrarca e Boccaccio estão intimamente relacionados ao:

- A nascimento do humanismo.
- B declínio da literatura barroca
- C triunfo do protestantismo.
- D apogeu da escolástica.
- E racionalismo clássico

**76 Fuvest 2017** Em uma significativa passagem da tragédia *Macbeth*, de Shakespeare, seu personagem principal declara: “Ouso tudo o que é próprio de um homem; quem ousa fazer mais do que isso não o é”. De acordo com muitos intérpretes, essa postura revela, com extraordinária clareza, toda a audácia da experiência renascentista.

Com relação à cultura humanista, é correto afirmar que

- A o mecenato de príncipes, de instituições e de famílias ricas e poderosas evitou os constrangimentos, prisão e tortura de artistas e de cientistas.
- B a presença majoritária de temáticas religiosas nas artes plásticas demonstrava as dificuldades de assimilar as conquistas científicas produzidas naquele momento.
- C a observação da natureza, os experimentos e a pesquisa empírica contribuíram para o rompimento de alguns dos dogmas fundamentais da Igreja.
- D a reflexão dedutiva e o cálculo matemático limitaram-se à pesquisa teórica e somente seriam aplicados na chamada Revolução Científica do século XVII.
- E a avidez de conhecimento e de poder favoreceu a renovação das universidades e a valorização dos saberes transmitidos pela cultura letrada

**77 Unicamp** Já fiz planos de pontes muito leves [...] Conheço os meios de destruir seja que castelo for [ ] Sei construir bombardas fáceis de deslocar, carros cobertos, inatacáveis e seguros, armados com canhões. Estou [...] em condições de competir com qualquer outro arquiteto, tanto para construir edifícios públicos ou privados como para conduzir água de um lugar para outro. E, em trabalhos de pintura ou na lava do mármore, do metal ou da argila, farei obras que seguramente suportarão o confronto com as de qualquer outro, seja ele quem for

Leonardo da Vinci. In: Jean Delumeau. *A civilização do renascimento*. Lisboa: Estampa, 1984 v 1 p 154

O texto anterior é parte da carta com que Leonardo da Vinci, em 1482, pedia emprego na corte de Ludovico, o Mouro. No trecho, estão alguns dos elementos principais que caracterizam o Renascimento como movimento cultural.

- a) Identifique três desses elementos.
- b) Como se dava o patrocínio dos artistas e técnicos do Renascimento?

**78 Unesp 2018** Ainda hoje a palavra Renascimento evoca a ideia de uma época dourada e de homens libertos dos constrangimentos sociais, religiosos e políticos do período precedente. Nessa “época dourada”, o individualismo, o paganismo e os valores da Antiguidade Clássica seriam cultuados, dando margem ao florescimento das artes e à instalação do homem como centro do universo

QUEIROZ, Tereza Aline Pereira de. *O Renascimento*, 1995. (Adapt.).

O texto refere-se a uma concepção acerca do Renascimento cultural dos séculos XV e XVI que:

- A projeta uma visão negativa da Idade Média e identifica o Renascimento como a origem de valores ainda hoje presentes

- B estabelece a emergência do teocentrismo e reafirma o poder tutelar da Igreja Católica Romana.
- C caracteriza a história da arte e do pensamento como desprovida de rupturas e marcada pela continuidade nas propostas estéticas.
- D valoriza a produção artística anterior a esse período e identifica o Renascimento como um momento de declínio da criatividade humana
- E afirma o vínculo direto das invenções e inovações tecnológicas do período com o pensamento mítico da Antiguidade.

**79 FGV-RJ 2015** Observe atentamente a imagem abaixo e responda às questões propostas



Imagem: *Alegoria da Primavera* de Sandro Botticelli, c. 1482. Galeria Uffizi, Florença, Itália. Têmpera sobre madeira, 205 cm x 314 cm.

- a) Aponte duas características da pintura que permitam identificá-la com o movimento cultural conhecido como Renascimento.
- b) Explique por que o Renascimento pode ser associado ao processo de transição da Idade Média para a Idade Moderna

**80 UFMG** Que obra de arte é o homem: tão nobre no raciocínio, tão vário na capacidade; em forma e movimento, tão preciso e admirável; na ação é como um anjo; no entendimento é como um Deus; a beleza do mundo, o exemplo dos animais

William Shakespeare. *Hamlet*.

O valor renascentista expresso nesse texto é:

- A o antropomorfismo.
- B o hedonismo.
- C o Humanismo.
- D o individualismo.
- E o racionalismo.

**81 IFBA 2016** Leia com atenção o texto sobre a Idade Média.

Idade Média: “Idade das Trevas” ou uma “Belle Époque”?

Contexto Europeu do século X ao século XIII

“Idade das Trevas” foi o termo adotado pelos humanistas do século XVII, quando generalizaram toda a civilização da Europa do século IV ao século XV como um

tempo de ruína e flagelo. Esta ideologia de obscuridade das trevas é resultado de fatos e acontecimentos negativos ocorridos no longo período da Idade Média, tais como as guerras, as invasões bárbaras, as crises da agricultura, as epidemias, a imposição da Igreja, a inquisição em relação aos hereges, a centralização da economia restrita aos feudos, as desigualdades sociais, dentre outros aspectos, mas que não justificam criar uma terminologia pejorativa para uma gigante e envolvente civilização que, em contraste com esse lado negativo, muito criou, muito inventou e muito desenvolveu, lembrando que o período medieval é o carro chefe da historiografia contemporânea.

Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/historia/idade-mediaidade-trevas.htm>>. Acesso em: 22 set. 2015.

Assinale a alternativa correta, considerando o período da Idade Média:

- A apesar da existência de servos, a Idade Média tinha nos escravos sua principal força produtiva.
- B nos Feudos, durante a Idade Média, surgiu a burguesia como classe econômica, porém, o poder da Igreja fez com que a burguesia tivesse pouca importância.
- C o pensamento medieval expressado no texto foi dominado pela burguesia, sobretudo no que se refere aos assuntos científicos, pois só as corporações de ofício tinham acesso a este conhecimento.
- D o texto aponta que o uso do termo “Idade das Trevas” não seria o melhor para definir a Idade Média, pois, apesar dos problemas e desigualdades sociais, esse período deixou grandes legados para a História Contemporânea.
- E o trecho “a imposição da Igreja, a inquisição em relação aos hereges...” (ref. 1) demonstra o poder da Igreja como classe dominante nos campos da economia e da política, cabendo aos servos somente o direito ao voto, porém, sem direito a se eleger a nenhum cargo político.

**82 Uern 2015** Observe a imagem.



Disponível em: <<http://www.taringa.net/posts/ciencia-educacion/13733285/html>>.

A Europa do século XIV foi marcada por desgraças e tragédias. O maior resultado desses problemas foi a crise do feudalismo e do regime senhorial. Assinale as principais tragédias e desgraças a que se referem a imagem e as informações anteriores

- A As desavenças entre católicos e protestantes que chegaram a provocar grandes massacres como o da Noite de São Bartolomeu, na França.
- B A fome, a Peste Negra e as guerras, tais como, a Guerra dos Cem Anos, entre Inglaterra e França, fatores inequívocos da decadência medieval.
- C As guerras pelos tronos, no contexto da formação dos Estados Nacionais, que geraram uma verdadeira guerra civil nos reinos recém-formados.
- D As perseguições atribuídas aos tribunais de inquisição, que levaram milhares de pessoas, inclusive membros da própria igreja, à condenação da fogueira

**83 UEPG 2016** Instituição detentora de grandes poderes do mundo medieval, a Igreja Católica exerceu forte influência religiosa, ideológica e política na Europa durante o feudalismo. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- 01 Os sacerdotes católicos dividiam-se em duas categorias: o clero regular (que vivia nos mosteiros) e o clero secular (que vivia fora dos mosteiros).
- 02 Beneditinos, franciscanos, dominicanos e carmelitas são algumas das congregações católicas existentes na Europa medieval.
- 04 A Questão das Investiduras foi resolvida por uma Bula Papal que atribuiu aos senhores feudais o direito de nomear religiosos, como padres e bispos.
- 08 Os Tribunais da Inquisição foram criados com objetivo exclusivo de expulsar da Igreja Católica os fiéis que, ao mesmo tempo, frequentavam templos protestantes e eram, por isso, considerados hereges
- 16 Única instituição religiosa medieval, a Igreja Católica inspirada nos princípios cristãos foi responsável pela promoção de um grande processo de reforma agrária na Europa.

Soma:

**84 Uece 2017** Durante o período medieval, a Igreja Católica, herdeira das tradições romanas, sobressaiu-se como a mais poderosa instituição e grande baluarte da cultura europeia. À medida que avançava e convertia novos povos ao cristianismo, ampliava mais ainda seu poderio espiritual e material, e fundia a cultura romana com a dos povos convertidos.

No que se refere ao papel da Igreja Católica na cultura europeia medieval, é correto afirmar que

- A a literatura medieval era dominada pelo tema religioso imposto pela Igreja Católica; nesse período não se escreveu sobre nada que não estivesse no Livro Sagrado.
- B a educação formal espalhou-se pela Europa através da Igreja Católica, à qual estavam ligadas as escolas e as universidades medievais.
- C a filosofia escolástica nascida nas universidades católicas opunha-se à fusão da fé cristã com o pensamento racional humanista

- D apesar de controlar a literatura, as artes plásticas ficaram livres de qualquer tipo de cerceamento religioso por parte da Igreja Católica

**85 Unesp 2017**



Andrea Mantegna. *Lamentação sobre o Cristo morto*, 1480. Pinacoteca de Brera, Milão.

A pintura representa no martírio de Cristo os seguintes princípios culturais do Renascimento italiano:

- A a imitação das formas artísticas medievais e a ênfase na natureza espiritual de Cristo.
- B a preocupação intensa com a forma artística e a ausência de significado religioso do quadro.
- C a disposição da figura de Cristo em perspectiva geométrica e o conteúdo realista da composição.
- D a gama variada de cores luminosas e a concepção otimista de uma humanidade sem pecado.
- E a idealização do corpo do Salvador e a noção de uma divindade desvinculada dos dramas humanos.

**86 Uefs 2017** Célebre desde o fim do século XIV, o personagem de Robin começa a despertar a curiosidade dos historiadores britânicos. Por volta de 1420, o cronista Andrew Wyntoun cita um certo Robin Hood e seu companheiro João Pequeno, bandidos “dignos de elogios”, que teriam atuado nas florestas de Inglewood e de Barnsdale durante a década de 1280. Outro cronista, Walter Bower, situa a ação do herói no fim da década de 1260. Em sua História da Grã-Bretanha, de 1521, John Mair apresenta uma nova versão da trajetória do personagem, afirmando que ele teria vivido na década de 1190, durante o reinado de Ricardo Coração de Leão

*A verdadeira história de Robin Hood.* Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/a\\_verdadeira\\_historia\\_de\\_robin\\_hood.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/a_verdadeira_historia_de_robin_hood.html)>.

Acesso em: 31 out. 2016.

O contexto histórico onde nasceu a lenda de Robin Hood registra

- A as bases da construção das monarquias nacionais, tendo a Inglaterra estabelecido o acordo de poder entre o monarca e os barões representantes da nobreza

- B os conflitos internos vividos pela Igreja Católica na Europa, dos quais logo resultaram os movimentos da Reforma protestante e da Contrarreforma católica.
- C as lutas comerciais entre as cidades italianas e o reino de Portugal, pela posse e pelo controle das rotas marítimas do comércio das especiarias do século XVI.
- D o confronto militar entre a Inglaterra e a Alemanha, por ocasião do processo de unificação alemã, que recebia a oposição dos ingleses.
- E o estabelecimento da colonização inglesa na Índia, quando a Guerra do Ópio selou a dependência dos indianos em relação aos traficantes ingleses.

**87 FGV 2017** Perante esta sociedade, a burguesia está longe de assumir uma atitude revolucionária. Não protesta nem contra a autoridade dos príncipes territoriais, nem contra os privilégios da nobreza, nem, principalmente, contra a Igreja. [...] A única coisa de que trata é a conquista do seu lugar. As suas reivindicações não excedem os limites das necessidades mais indispensáveis.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*, 1978.

Segundo o texto, é correto afirmar que

- A a burguesia, nascida da própria sociedade medieval, nela não tem lugar; para conquistá-lo, suas reivindicações são a liberdade de ir e vir, elaborar contratos, dispor de seus bens, fazer comércio,

liberdade administrativa das cidades, ou seja, não tem o objetivo de destruir a nobreza e o clero.

- B os burgueses, enriquecidos pelo comércio, reivindicam privilégios semelhantes aos da nobreza e do clero na sociedade moderna; acentuadamente revolucionários, os seus interesses significam título, terras e servos para garantirem um lugar compatível com sua riqueza.
- C o território da burguesia é o solo urbano, a cidade como sinônimo de liberdade, protegida da exploração da nobreza e do clero; para isso, cria o direito urbano, isto é, leis para o comércio, a justiça e a administração que, de forma revolucionária, asseguram-lhe um lugar na sociedade moderna.
- D a sociedade medieval tem um lugar específico para os burgueses, pois as liberdades, as leis, a justiça e a administração estão em suas mãos; tal situação tem o objetivo de breçar o poder político e econômico dos nobres e da Igreja, fortalecidos pela expansão da servidão e pelo declínio do comércio.
- E com exigências revolucionárias, como liberdade comercial, jurídica e territorial, a burguesia, cada vez mais rica, visa destruir a sociedade medieval; esta, por sua vez, barra a ascensão econômica e política da burguesia, ao fortalecer a servidão no campo e impedir as transações comerciais na cidade.

## Textos complementares

### O problema da servidão

Seria insuficiente e perigoso caracterizar essencialmente o modo de produção feudal pela “servidão”, sem precisar de que tipo e de que nível de servidão se trata. Engels o diz expressamente em várias cartas a Marx, em dezembro de 1822:

“É indubitável que a servidão e a submissão à prestação pessoais não são uma forma especificamente medieval ou feudal. Encontramo-las em toda parte sempre que o conquistador, para seu proveito, faz cultivar a terra pelos antigos habitantes. Desde cedo, isto ocorre, por exemplo, na Tessália. Esse fato chegou inclusive a conturbar minha visão e a de muitos outros, no que concerne à servidão na Idade Média. Estávamos inclinados a baseá-la somente na conquista. Isso fazia a coisa tão fácil, tão coerente [...]”

Toda a investigação histórica mais recente justifica essa advertência. A servidão medieval, na sua fase clássica, não provém exclusivamente de uma imposição súbita pela conquista, nem de uma evolução unilateral a partir de um estatuto servil antigo (colonato ou escravidão antiga). A servidão ou vassalagem resulta da convergência espontânea, sob a pressão conjugada dos fatos e da ação – paciente ou brutal – das classes dominantes, de estatutos pessoais bastante variados, que tendiam a uma situação de *fato* cada vez mais uniforme. O direito segue o fato. Cristaliza-o, não o cria.

Da mesma forma, no curso do período declinante da sociedade feudal, as condições econômicas (em graus diversos segundo as regiões) podem favorecer uma evolução que



**Fig. 21** Um clérigo, um cavaleiro e um servo. Símbolo da estrutura social da Idade Média.

conduz da servidão à liberdade. Mas esse fenômeno não se produz em todos os lugares ou pelo menos não se produz no mesmo ritmo. Não há portanto um “quadro” social possível, esquemático e que seja válido para toda parte. Existem lugares onde o servo podia, no século X, abandonar sua exploração, sendo sempre o homem em propriedade de seu amo. Mas, em outros, no século XVI, o antigo homem livre que não tinha vínculo pessoal com nenhum senhor ficava, em contrapartida

vinculado à sua exploração agrícola e já não a podia abandonar livremente. Isso é o que Engels chama “os inumeráveis graus de submissão à prestação pessoal e à vassalagem”, numa carta na qual distingue, referindo-se à Alemanha, a servidão marcada dos séculos IX e X, a servidão atenuada dos séculos XIII e XIV e a servidão regenerada do século XVI.

Por isso, da mesma forma que a escravidão não apresentou sempre e em toda parte um caráter de coação e desumanidade tão acentuados como na época de seu maior desenvolvimento, sem que por isso deixemos de falar em escravismo, da mesma forma seria abusivo considerar que o desaparecimento da forma clássica, típica da servidão, significa uma transformação fundamental do modo de produção feudal. Ainda que algumas guerras camponesas consigam suprimir a servidão feudal, nem por isso terminam com os direitos feudais (Catalunha, século XV). Se os camponeses perdem a guerra (Alemanha, século XVI) a servidão, em vias de ser atenuada, é restabelecida. Não esqueçamos que na Europa Oriental esta não desaparecerá senão depois de 1860

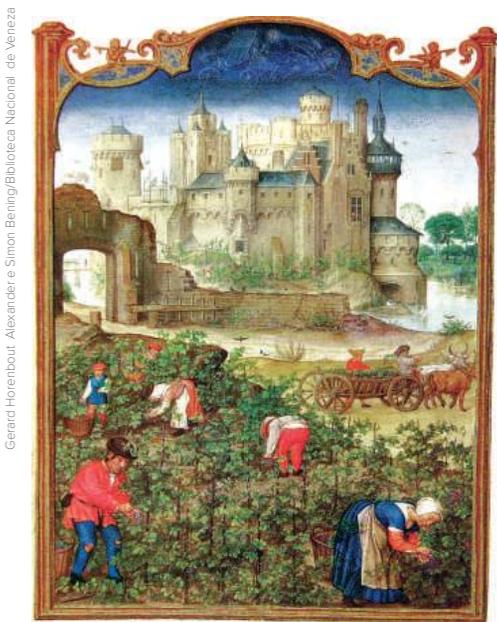


Fig. 22 Iluminura de 1510-1520 mostrando colheita de uvas em setembro.

Tampouco devemos esquecer que a colonização espanhola na América instala, mediante o sistema das *encomiendas*, uma variante da servidão. Grupos de índios eram confinados (*encomendados*) a um colono. Este devia “proteger” e catequizar os índios que trabalhavam para ele, assegurando sua própria subsistência. Essa submissão dos que trabalham aos que têm armas revela que o sistema está diretamente inspirado na Europa feudal. Por outro lado, como os *encomenderos* eram designados pela poderosa Monarquia espanhola, ou por seus agentes, a superestrutura neste caso era muito diferente daquela da Idade Média. Por outra parte, nas plantações tropicais (açúcar em Cuba) se impôs, em seguida, uma volta à grande propriedade cultivada por escravos em lugar da *encomienda* de espírito feudal.

Portanto, não devemos crer que se produz uma evolução contínua e unilateral do escravismo antigo à servidão, e da servidão à liberdade. A servidão nasce ou renasce da escravidão progressiva do camponês livre, mais do que de

uma atenuação da condição de escravo. Sua própria atenuação, seu próprio desaparecimento, depende por sua vez de condições objetivas em cada região, e do vigor e alcance da luta de classes. O desaparecimento da servidão no plano jurídico permitiu que subsistissem numerosas cargas e vínculos nascidos do modo de produção feudal.

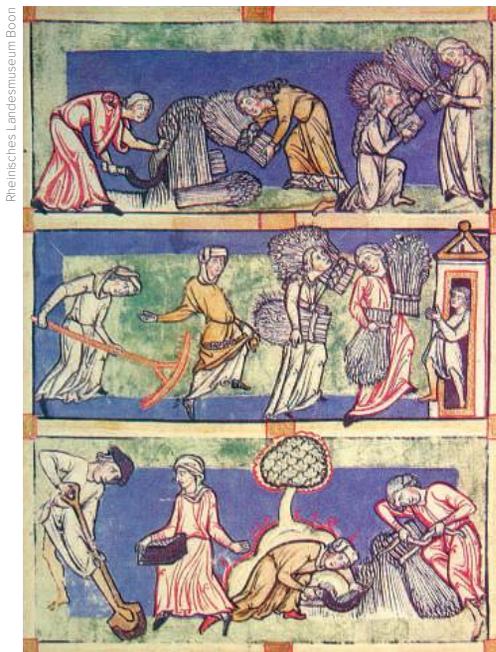
Charles Parain. In: Theo Santiago (Org.). *Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica*. São Paulo: Contexto, 2006.

## A crise geral do feudalismo

Durante os cem anos que se seguiram, uma crise geral iria abalar todo o continente europeu. Veremos que essa crise, retrospectivamente, apareceu como linha divisória dos destinos da Europa. As suas causas estão ainda por estudar e analisar de modo sistemático, embora os elementos do fenômeno estejam já bem determinados. O fator mais profundo dessa crise geral reside provavelmente, porém, no colapso dos mecanismos de reprodução do sistema num ponto limite das suas capacidades últimas. Parece particularmente claro que o motor básico que impulsionara durante três séculos toda a economia feudal, a recuperação das terras incultas, acabou por levá-lo para além dos limites objetivos da estrutura do terreno e da sociedade. A população continuava a aumentar enquanto era cada vez menor a rentabilidade das terras marginais ainda suscetíveis de conversão em função do nível técnico existente, e os solos deterioravam-se por causa dos erros de exploração e do caráter febril destas atividades. As últimas reservas de terras recuperadas de novo eram geralmente de fraca qualidade, com solos úmidos ou de reduzida profundidade, mais difíceis de cultivar, e nelas só se semeavam culturas inferiores, como a aveia. As terras arroteadas há mais tempo, por outro lado, achavam-se envelhecidas e esgotadas pela própria antiguidade do seu cultivo. O incremento da cultura de cereais fizera-se à custa de uma redução das pastagens: com isso sofrera, conseqüentemente, a criação de gado e o fornecimento de estrume para a lavoura. Assim, o progresso da agricultura medieval exigiu o seu próprio preço. O desbravamento de florestas e terras incultas não fora acompanhado por um correspondente trabalho de conservação nos casos mais favoráveis; os fertilizantes quase não eram aplicados e por isso o solo da superfície empobrecia rapidamente; as inundações e as tempestades de poeiras tornaram-se mais frequentes. Além disso, a diversificação da economia feudal europeia, com o aumento do comércio internacional, levou algumas regiões a uma diminuição da produção de cereais em benefício de outros ramos da agricultura (vinho, linho, lã e gado) e, conseqüentemente, a uma crescente dependência das importações, com os perigos inerentes.

Nesse panorama de equilíbrio ecológico cada vez mais instável, a expansão demográfica podia converter-se em sobrepopulação aos primeiros golpes de uma má colheita. Os primeiros anos do século XIV depressa seriam maculados por esses desastres: 1315-16 foram anos de fome na Europa. Começou o abandono das terras e a taxa de natalidade baixou, antes até dos cataclismos que mais tarde se abateram sobre o continente. Em algumas regiões, como o centro da Itália, as extorsões de rendas aos camponeses haviam já começado, no século XIII, a fazer baixar a sua taxa de reprodução. Simultaneamente, a economia urbana chocava-se então com graves

obstáculos ao seu desenvolvimento. Não há razões para crer que a pequena produção mercantil sobre a qual se baseavam as manufaturas tivesse sido ainda seriamente entravada pelas restrições impostas pelas guildas e pelo monopolismo patrício que governava as cidades. Mas o veículo fundamental de circulação de mercadorias fora, sem dúvida, apanhado pela crise: a partir das primeiras décadas do século XIV, uma escassez geral de dinheiro não deixou por certo de afetar a banca e o comércio. As razões subjacentes a esta crise monetária são obscuras e complexas, mas um dos fatores fundamentais residia nas limitações objetivas das próprias forças produtivas. Tal como na agricultura, também na extração mineira se atingira uma barreira técnica em que a exploração se tornara inviável ou fisicamente perigosa. A extração da prata, a que andava organicamente ligado todo o setor urbano e monetário da economia feudal, deixou de ser praticável ou lucrativa nos principais filões da Europa central, pois não havia forma de cavar jazigos mais fundos ou de depurar o minério menos rico. A extração de prata quase cessou no século XIV. Em Goslar, havia queixas sobre a subida do nível da água no fundo dos poços; também nas minas da Boêmia houve problemas com a água. A recessão começa na Áustria já no século XIII. Em Deutschbrod, a atividade mineira parou em 1321, em Freisach por volta de 1350 e em Brandes, nos Alpes franceses, cerca de 1320. A escassez dos metais levou a constantes aviltamentos da moeda em todos os países e, por conseguinte, a uma inflação galopante.



**Fig 23** Ilustração de manuscrito do século XIII destinado às freiras noviças, em que camponeses de uma herdade feudal trabalham na colheita.

Essa situação produziu, por sua vez, um alargamento do fosso entre os preços das cidades e os preços agrícolas. O decréscimo da população provocou uma contração na procura de bens de subsistência, de forma que os preços dos cereais caíram verticalmente depois de 1320. As manufaturas urbanas e as mercadorias de alto preço produzidas para o consumo dos senhores, pelo contrário, beneficiavam-se de uma clientela relativamente fixa, de elite, e tornaram-se progressivamente mais caras. Esse processo contraditório afetou

violentamente a classe nobre, pois o seu modo de vida tornara-se progressivamente mais dependente das mercadorias de luxo produzidas nas cidades (o século XIV iria assistir ao apogeu da ostentação feudal; a moda da corte da Borgonha conquistava a Europa inteira), enquanto a exploração da reserva e as prestações dos servos dos domínios produziam um rendimento cada vez mais baixo. Esse estado de coisas arrastou consigo a queda dos rendimentos senhoriais, a qual, por sua vez, deu azo a uma onda bélica sem precedentes, à medida que os cavaleiros tentavam reconstituir pelo saque suas fortunas.

Perry Anderson. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1982. p. 221-5.

## A jacquerie

Neste tempo revoltaram-se os Jacques em Beauvoisin, e começaram a ir em direção de Saint-Leu d'Esserent e de Clermont no Beauvoisin. Entre eles estava um homem muito sabedor e bem falante, de bela figura e forma. Este tinha por nome Guilherme Carlos. Os Jacques fizeram-no seu chefe. Mas ele viu bem que eram gente miúda, pelo que se recusou a governá-los. Mas, de fato, os Jacques tomaram-no e fizeram dele seu chefe, com um homem que era hospitalário, que tinha visto guerras. Também as tinha visto Guilherme Carlos, que lhes dizia que se mantivessem unidos. E quando os Jacques se viram em grande número, perseguiram os homens nobres, mataram vários e ainda fizeram pior, como gente tresloucada, fora de si e de baixa condição. Na realidade, mataram muitas mulheres e crianças nobres, pelo que Guilherme Carlos lhes disse muitas vezes que se excediam demasiadamente; mas nem por isso deixaram de o fazer.

Então, Guilherme Carlos viu bem que as coisas não podiam ficar assim; porque, se eles se separassem, os gentis-homens cair-lhes-iam em cima. Portanto, enviou os mais prudentes e os mais notáveis perante o preboste dos mercadores de Paris e escreveu-lhe que estava pronto a ajudá-lo e que ele também o ajudasse e socorresse, se necessário fosse. Por isso, ficaram contentes os generais dos três Estados e escreveram a Guilherme Carlos que estavam prontos a prestar-lhe socorro. Estes Jacques vieram até Gailfontaine. A condessa de Valois, que aí estava, desconfiou deles, fez-lhes boa cara e mandou dar-lhes víveres. Porque eles estavam acostumados a que, pelas cidades e lugares por onde passavam, as pessoas, mulheres ou homens, pusessem as mesas nas ruas; aí comiam os Jacques e depois passavam adiante, incendiando as casas dos gentis homens.

M. Simeon Luce. *Crônica dos Quatro Primeiros Valois*. In: *Antologia de textos históricos e medievais*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976. p. 332-3.

## A grande peste em Florença

Digo, pois, que já havíamos chegado ao ano profícuo da Encarnação do Filho de Deus, de 1348, quando na egrégia cidade de Florença, mais bela do que qualquer outra cidade itálica, sobreveio a mortífera pestilência. Por iniciativa dos corpos superiores, ou em consequência das nossas ações iníquas, esta pestilência, lançada sobre os mortais por justa ira de Deus e para nossa expiação, começou nas plagas orientais, alguns anos antes. Essa pestilência privava aquelas plagas de inumerável quantidade de pessoas vivas.

Sem tréguas, passara de um lugar a outro; e expandira-se miseravelmente para o Ocidente.

Naquela cidade de Florença, cuidado algum valeu, nem importou qualquer providência humana. A praga, quase no início da primavera do ano referido, começou, a despeito de tudo, a mostrar, horrivelmente, e de modo miraculoso, os seus efeitos. De muita imundície a cidade se purificou, por obra de funcionários para tal fim admitidos. Proibiu-se a entrada, nela, de qualquer enfermo. Muitos conselhos se distribuíram, para a conservação do bom estado sanitário. De nada valeram as súplicas humildes, feitas em grande número, ora por pessoas devotas isoladas, ora por procissões humanas alinhadas, e ora por outras formas dirigidas a Deus.

A peste não se comportou, em Florença, como se comportara no Oriente. No Oriente, a saída do sangue, pelo nariz, fosse lá de quem fosse, constituía sinal manifesto de morte inevitável. Em Florença, no começo, apareciam, tanto nos homens como nas mulheres, seja na virilha, seja na axila, determinadas inchações. Destas, algumas cresciam como maçãs; outras, como ovo; umas cresciam mais; outras menos; o vulgo dava-lhes a denominação de bubões. Das duas partes mencionadas do corpo, dentro em breve o citado tumor mortífero passava a repontar e a surgir por toda parte. Logo após, o aspecto da enfermidade começou a modificar-se; ela passou a pôr manchas negras ou lívidas nos doentes. Essas manchas se faziam presentes nos braços, nas coxas e em outras partes do corpo. Em algumas pessoas, as manchas se faziam grandes e raras; em outras, pequenas e abundantes. E, assim como primeiro, o bubão fora, e ainda continuava a ser, indício fatal de futura morte, assim também as manchas se tornaram mortíferas, depois, para aqueles em que elas se instalavam [ ]

No condado – deixando de lado os castelos, que, na sua pequenez, se assemelhavam às cidades – os trabalhadores, míseros e pobres, morriam. Caíam sem vida, pelas vilas esparsas

e pelos campos, juntamente com suas famílias, sem qualquer auxílio de médico, nem ajuda de servidor; morriam, não como homens, e sim como animais, pelas ruas, plantações, pelas casas, de dia e de noite, indiferentemente. Em consequência, os operários do campo, perturbados nos seus costumes, e como que transformados em habitantes lascivos da cidade, não se preocupavam com coisa alguma, nem coisa alguma desejavam fazer. Todos, como se esperassem pelo dia em que se veriam levados pela morte, esforçavam-se, com o máximo de diligência, não no sentido de ajudar a produção dos frutos futuros dos animais e das terras, bem como das passadas canseiras, e sim no sentido de consumir os frutos que se achavam presentes. Aconteceu, assim, que os bois, muas, as ovelhas, as cabras, os porcos, as galinhas, e até os cães, que são tão fiéis ao homem, passaram a vagar pelos campos a seu bel-prazer, por se verem expulsos da casa dos respectivos donos. Nos campos, as forragens abandonadas não só não haviam sido recolhidas, mas também nem sequer haviam sido ceifadas. Muitos animais, quase como seres pensantes, engordavam, porque pasciam bem durante o dia, passavam a noite em suas casas, e não sofriam restrições impostas por pastor algum.

Que mais se poderá dizer – deixando-se de lado o condado, para se voltar a tratar da cidade – a não ser que a crueldade do céu foi tanta – e talvez em parte o haja sido também a crueldade dos homens – que, entre março e julho, mais de cem mil criaturas humanas se tem por certo que foram tolhidas da vida, dentro dos muros da cidade de Florença? Nesse total se incluem tanto os indivíduos levados pela força da pestífera enfermidade, como os que, enfermos, foram mal-atendidos, ou que se viram abandonados às suas contingências, por causa do medo que os sãos nutriam.

Antes da ocorrência do episódio mortífero, ninguém teria dito que tanta gente houvesse dentro da cidade

Giovanni Boccaccio. *Decamerão*. São Paulo: Livraria Martins Editora. p. 35-6 e 41.

## Resumindo

- A divisão tradicional da História, atribuindo aos mil anos da Idade Média a condição de um único período, é falha e imprecisa.
- Um primeiro momento, sobre os escombros da ordem romana, diz respeito ao início da fusão de características que apontavam no caminho da ruralização, da fragmentação política e do predomínio de uma elite de guerreiros. Um segundo momento mostrou a cristalização dessas características, com a consolidação do feudalismo.
- A partir da Baixa Idade Média, a ordem feudal começa a mostrar os primeiros sintomas de esgotamento, abrindo espaço para o crescimento do comércio, a expansão em direção ao Oriente, a formação de um mundo urbano, o surgimento de uma burguesia e a formação das monarquias nacionais. Um quarto momento é o da expressão dos valores desse mundo urbano, com o Renascimento cultural.
- Em todos esses momentos, houve o crescimento extraordinário do poderio da Igreja Católica, enquanto elemento que atuou como um fio condutor para todo o período medieval. Sua afirmação determinou a própria afirmação do mundo feudal. Da mesma forma, a crise deste, necessariamente, gerou a intensificação das críticas à instituição, dado que mostra o vínculo orgânico entre a sociedade feudal e o poder da Igreja.

## Quer saber mais?



### Livros

- **MACEDO, José Rivair.** *Viver nas cidades medievais*. São Paulo: Moderna (Coleção Desafios), 1999.
- **LE GOFF, Jacques.** *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

## Exercícios complementares

**1 PUC-PR 2015** O Império Bizantino foi uma civilização na qual a religião tinha um lugar de grande destaque. Temas religiosos eram muito correntes entre a opinião pública em geral. Em diversos setores da vida bizantina havia forte influência religiosa. Em especial, na vida política havia uma conexão importante entre Estado e Igreja, chegando o imperador a ter um papel de destaque na vida religiosa em Bizâncio. Com base no exposto, indique o tipo de regime político que se desenvolveu no Império Bizantino.

- A Califado.
- B Monarquia absolutista
- C Cesaropapismo.
- D Monarquia eletiva.
- E Sacro Império Romano.

**2 UPE**



Iluminura do Saltério de Chludov. Bizantino, séc. IX. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/File:Clasm\\_Chلودov.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/File:Clasm_Chلودov.jpg)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

O Saltério de Chludov, hoje na Rússia, é um dos mais importantes documentos provenientes do Império Bizantino. Essa iluminura, em especial, retrata um importante movimento sociopolítico ocorrido nesse Estado, denominado de:

- A Cesaropapismo, a aliança entre o imperador e o patriarca
- B Iconoclasmo, o movimento pela destruição dos ícones religiosos.

- C Bizantinismo, a discussão interminável sobre temas exotéricos.
- D Cisma, a excomunhão mútua entre as igrejas Católica Romana e Ortodoxa Oriental.
- E Iluminismo, a política em prol da ilustração dos manuscritos.

**3 UFG 2014** Analise a imagem a seguir.



Disponível em: <[en.wikipedia.org/wiki/Hajj](http://en.wikipedia.org/wiki/Hajj)>. Acesso em: 25 abr. 2014.

- A imagem retrata um ritual religioso realizado periodicamente na cidade de Meca, na Arábia, pelos muçulmanos desde o século VII. Diante do exposto,
- a) identifique o evento retratado e explique o seu significado para a religião muçulmana.
  - b) explique a importância de Meca no processo de unificação da Península Arábica no século VII.

**4 Unesp** Os muçulmanos entenderam que deveriam constituir uma frota para o Mediterrâneo. O resultado inicial foi a conquista de Chipre e de Rodes. A Córsega foi ocupada em 809, a Sardenha em 810, Creta em 829, a Sicília em 827. As cidades fundadas pelos gregos na Sicília foram sendo conquistadas. Palermo caiu em 831, Messina em 843, Siracusa em 848, Taormina em 902.

Jacques Risler *A civilização árabe*, 1955

Esta ocupação resultou:

- A no clima de intolerância religiosa e de perseguição ao cristianismo no conjunto das regiões ocupadas pelos árabes.
- B na decadência acentuada do patrimônio cultural, científico e filosófico da civilização grega antiga e clássica.
- C na derrocada dos regimes democráticos do Ocidente, inspirados no modelo da antiga democracia ateniense.
- D na reconquista, pelos muçulmanos, de muitas regiões e cidades invadidas pelo movimento das Cruzadas europeias.
- E no aprofundamento da crise da atividade comercial europeia, com o conseqüente deslocamento da população para os campos.

**5 UFRN** A política expansionista dos árabes, durante os séculos VII e VIII d. C., possibilitou-lhes o contato cultural com diferentes civilizações. Com relação ao tratamento dado a essas civilizações, os árabes:

- A estimulavam, nos territórios dominados, a diversificação dos costumes por meio da religião.
- B controlavam hábitos culturais e práticas religiosas dos povos de todas as regiões conquistadas.
- C respeitavam costumes e crenças das nações dominadas, permitindo-lhes manter sua identidade cultural
- D promoviam intensa assimilação entre os povos dominados, por meio da cultura e da religião.

**6 UPE 2016** Por dupla graça de Maomé e Carlos Magno, pela criação efêmera, mas plena de significado histórico e humano, de um império cristão no interior das terras entre o Loire e o Reno, ao mesmo tempo romano e cristão.

PIRENNE, Henri *Maomé e Carlos Magno* Lisboa: Asa, 1992, p. 123 (Adaptado)

Esse trecho é um resumo da tese clássica do historiador Henri Pirenne sobre a formação da Europa. Após sua leitura, infere-se que o autor

- A opõe duas figuras históricas, Maomé e Carlos Magno, identificando duas civilizações opostas em seus valores e suas crenças, e, nessa oposição, estaria a gênese da Europa.
- B propõe uma civilização europeia, fundada nos princípios de unidade entre as duas mais importantes religiões monoteístas que se fundiram na gênese da Europa.
- C compõe as duas vertentes civilizacionais, o Cristianismo e o Islam, e o findado Império Romano, destruído pelos bárbaros, como gênese da Europa.
- D impõe como limites intransponíveis a fronteira entre os rios Loire e Reno, mantendo, assim, o espaço que Roma havia ocupado e, portanto, salientando a importância da Antiguidade para a gênese da Europa.
- E expõe dois projetos conflitantes de imperialismo, o Carolíngio e o Islamita, e afirma que, no calor dessa disputa, se deu a gênese da Europa.

**7 UFRGS** Após ter sido relegada, em grande parte, ao esquecimento, a obra do pensador grego Aristóteles voltou a ter uma significativa difusão na Europa Ocidental, em especial a partir do século XII, o que pode ser atribuído:

- A ao interesse da Igreja Católica em fundamentar a interpretação da *Bíblia* e de seus dogmas na utilização máxima das fontes disponíveis.
- B à preservação e ao profundo estudo da cultura greco-romana realizados pelos muçulmanos em seus centros de cultura, como os da Península Ibérica, onde foram traduzidos para o latim inúmeros manuscritos.
- C ao desejo dos povos de cultura germânica de compreender e assimilar a cultura dos antigos territórios imperiais.
- D à ruralização generalizada que atingiu a Europa Ocidental, com o fim do urbanismo e das relações comerciais, o que motivou a elite cultural a dedicar-se aos estudos teóricos.

E à ruptura religiosa entre os católicos do Ocidente e os ortodoxos bizantinos, que levou à migração de obras gregas ao Oeste do continente europeu.

**8 UFPR 2017** Explique o surgimento da expressão “Idade Média” e por que a expressão “Idade das Trevas” é considerada inadequada para se nomear o período entre a queda do Império Romano do Ocidente em 476, no século V, e a conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453, no século XV.

**9 UEPG 2019** A respeito da presença da Igreja Católica na Europa durante a Idade Média, assinale o que for correto.

- 01 Na medida em que o feudalismo se expandiu pela Europa e fracionou o poder político, a Igreja tornou-se a única instituição presente em todo continente. Essa combinação foi determinante para que a Igreja exercesse grande poder na Idade Média.
- 02 Os beneditinos, ordem religiosa que surgiu na Idade Média, tinham como prática a vida fora dos mosteiros. Foram eles que percorreram a Europa feudal pregando o catolicismo e arrebanhando novos adeptos para a Igreja Católica.
- 04 O conhecimento da escrita e da leitura no mundo feudal, algo praticamente restrito ao clero católico, foi uma potente forma de controle do poder político e espiritual por parte da Igreja Católica.
- 08 Uma das práticas da Igreja Católica medieval foi o ecumenismo, ou seja, o diálogo com outras religiões, especialmente as de origem cristã. Isso garantiu uma convivência pacífica entre as diferentes matrizes religiosas na Europa medieval.
- 16 Apesar do grande prestígio do clero no universo feudal, havia uma divisão entre alto e baixo clero. Enquanto o alto clero esteve próximo aos senhores feudais e outras instâncias de poder, o baixo clero teve seu cotidiano ligado aos camponeses e à vida simples dos feudos.

Soma:

**10 Famerp 2020** Como parte do acervo do Museu do Louvre, as obras *Estátua Equestre* e *Espada Joiosa* expressam o período de Carlos Magno, na alta Idade Média europeia (séculos VIII-IX). Sobre as características da dinastia carolíngia, assinale a alternativa correta.

- A Carlos Magno criou a Escola Palatina reunindo estudiosos de várias áreas e de diferentes regiões da Europa.
- B Sob o domínio dos carolíngios ocorreu uma separação entre o poder temporal e o poder espiritual.
- C O poder central do rei carolíngio se fortaleceu perante o enfraquecimento do poder local dos senhores feudais.
- D O Tribunal do Santo Ofício regulava de forma hegemônica os conflitos entre os senhores feudais carolíngios.
- E Carlos Magno manteve um período de paz permanente em seus domínios territoriais.

**11 FGV** A palavra “servo” vem de “servus” (latim), que significa “escravo”. No período medieval, esse termo adquiriu um novo sentido, passando a designar a categoria social dos homens não livres, ou seja, dependentes de um senhor. [...] A condição servil era marcada por um conjunto de direitos senhoriais ou, do ponto de vista dos servos, de obrigações servis.

Luiz Koshiba, *História: origens, estruturas e processos*

Assinale a alternativa que caracterize corretamente uma dessas obrigações servis.

- A Dízimo era um imposto pago por todos os servos para o senhor feudal custear as despesas de proteção do feudo
- B Talha era a cobrança pelo uso da terra e dos equipamentos do feudo e não podia ser paga com mercadorias e sim com moeda.
- C Mão-morta era um tributo anual e *per capita*, que recaía apenas sobre o baixo clero, os vilões e os cavaleiros.
- D Corveia foi um tributo aplicado apenas no período decadente do Feudalismo e que recaía sobre os servos mais velhos.
- E Banalidades eram o pagamento de taxas pelo uso das instalações pertencentes ao senhor feudal, como o moinho e o forno.

**12 UEM 2019** A Europa Ocidental, a partir do século V, viu-se dividida entre vários reinos, resultado da invasão dos povos germânicos. O reino dos francos, estabelecido no norte da Gália, teve na figura de Clóvis (da dinastia merovíngia) o rei que favoreceu o processo de ruralização do território europeu. Com Carlos Magno (dinastia carolíngia), o reino dos francos viveu grande renovação cultural, atraindo para a sua corte sábios das penínsulas itálica e ibérica. Acerca do reino dos francos, assinale o que for **correto**.

- 01 Durante a Alta Idade Média, a constituição dos reinos germânicos provocou uma excessiva fragmentação da posse de terras.
- 02 As vitórias militares de Clóvis contaram com o apoio da Igreja Católica Romana, decisivo para o projeto de unificação do território.
- 04 O feudalismo, como um sistema de organização econômico, social e político, foi estruturado no reinado merovíngio de Clóvis.
- 08 A grande expansão de território do período carolíngio fez que o papa Leão III coroasse Carlos Magno como imperador do Sacro Império Romano no ano 800.
- 16 A restauração do ensino no período de Carlos Magno foi marcada pela forte presença das chamadas artes liberais, o trívio e o quadrívio.

Soma:

**13 Uece** O camponês “nunca bebe o produto de suas vinhas, nem prova uma migalha do bom alimento; muito feliz será se puder ter seu pão preto e um pouco de sua manteiga e queijo. ”

Leo Huberman *História da riqueza do homem* 21 ed Rio de Janeiro: LTC, 1986. p. 6.

De acordo com o texto, assinale a alternativa verdadeira sobre as condições de vida dos camponeses medievais.

- A Os camponeses, chamados de servos, exerciam a função de escravos, pois podiam ser vendidos juntos com as propriedades de terras.
- B O sistema de deveres e obrigações sobre a posse da terra tornavam os servos livres para usufruir, como quisessem, de suas terras
- C Os servos possuíam terras produtivas em abundância, mas não tinham liberdade e nem instrumentos de trabalho.
- D A obrigação de trabalhar, sem pagamento, nas terras dos seus senhores, os colocavam numa vida miserável.

**14 Unesp 2019** Por muitíssimo tempo escreveu-se a história sem se preocupar com as mulheres. No século XII assim como hoje, masculino e feminino não andam um sem o outro. As damas de Guínes e as damas de Ardres tiveram todas por marido um ás da guerra, senhor de uma fortaleza que seu mais remoto ancestral havia edificado

(Georges Duby. *Damas do século XII: a lembrança das ancestrais*, 1997. Adaptado.)

O texto trata de relações desenvolvidas num meio social específico, durante a Idade Média ocidental. Nele,

- A as mulheres passavam a maior parte de seu tempo nas igrejas, o que incluía o trabalho de orientação religiosa, e os homens atravessavam as noites em tabernas e restaurantes.
- B os homens controlavam os espaços públicos, o que incluía as ações militares, e as mulheres, confinadas ao espaço doméstico, eram associadas à maternidade e, ocasionalmente, à santidade.
- C os homens responsabilizavam-se pelos assuntos culturais, o que incluía a instrução dos filhos, e as mulheres dedicavam-se ao preparo das refeições cotidianas e, ocasionalmente, de banquetes.
- D as mulheres eram obrigadas a pagar impostos, o que incluía o dízimo, e os homens, livres de qualquer tributo, conseguiam acumular mais bens e, ocasionalmente, enriquecer
- E os homens dedicavam-se ao comércio, o que incluía deslocamentos para regiões afastadas de casa, e as mulheres incumbiam-se do trabalho nas lavouras e, ocasionalmente, na forja de metais.

**15 UFG** Leia o texto a seguir, que se refere à história do significado do trabalho

Do ponto de vista da história, uma das revoluções do Cristianismo no Ocidente, reforçada pela tradição monástica hostil ao ócio, é ter feito do trabalho um valor.

Dominique Iogna Prat “Ordem (ns)” In: *Dicionário temático do ocidente medieval* Bauru, SP: Edusc: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. p 313 (Adapt.)

A respeito da história da concepção de trabalho, pode-se afirmar que, na:

- A Grécia Antiga, as atividades manuais eram consideradas socialmente superiores.
- B Roma Antiga, o estatuto da escravidão limitava o trabalho do escravo às atividades no campo
- C Roma republicana, o trabalho foi pensado como preço a ser pago pelo castigo decorrente do pecado original.
- D Idade Média, concebeu-se o trabalho como meio pelo qual o fiel poderia elevar-se de sua condição mundana.
- E Baixa Idade Média, o estatuto do trabalho nas cidades era semelhante ao da servidão nos campos

- 16 PUC-RS** Há de se notar, em especial, que a dupla necessidade que os autores [ ] sentiram de, por um lado, utilizar a insubstituível utensilagem intelectual do mundo greco-romano e de, por outro lado, vazá-la em moldes cristãos, facilitou ou criou, mesmo, hábitos intelectuais muito perniciosos: a sistemática deformação do pensamento dos autores, o perpétuo anacronismo, o raciocínio por citações isoladas do contexto. O pensamento antigo só humilhado, deformado e atomizado pelo pensamento cristão pôde sobreviver [ ]

Jacques Le Goff, 1964, p. 151. (Adapt.).

O fragmento do texto acima se refere:

- A ao tratamento dado às antigas fontes pagãs pela maioria dos pensadores medievais da Alta Idade Média, em que o essencial era o que os autores haviam dito e que podia ser utilizado conforme conviesse pela elite intelectual da Igreja Católica para servir aos propósitos do Cristianismo
- B à cultura renascentista, que deturpou o sentido das fontes originais, atitude justificada pela busca extremada do uso da razão, eliminando qualquer possibilidade de expressão dos indivíduos pelo sentimento, tônica da tradição antiga, presente nos textos.
- C ao período bizantino, em que as fontes grego-latinas precisavam sofrer um processo de releitura para se ajustar às concepções políticas e religiosas que combatiam as influências orientais presentes no pensamento ocidental.
- D à educação desenvolvida durante o Império Romano, em que a história escrita, antes da dominação de vastos territórios pelos exércitos romanos, precisava sofrer alterações em sua análise e interpretação, bem de acordo com a política externa romana: um império, um pensamento.
- E ao período de transição do Feudalismo para o Capitalismo, no qual a cultura precisava se adequar às novas transformações econômicas, políticas e sociais, sendo adotada como primeira medida a substituição do pensamento antigo pelo científico.

**17 UEG**

HAGAR

CHRIS BROWNE



O popular. Goiânia, 23 abr. 2005. Magazine.

A personagem Hagar, criada pelo cartunista Dick Browne, pode ser considerada um guerreiro viking que viveu na Europa durante a Idade Média. Analise as proposições a seguir acerca desse período histórico:

- I Do ponto de vista histórico, a situação mostrada na tira está correta, pois a expressão “Idade das Trevas” era de uso corrente na sociedade medieval
- II A expressão “Idade das Trevas”, utilizada na tira, é imprópria para designar a Idade Média, pois ela só surgiu durante a Idade Moderna
- III Expressões como “Idade das Trevas” ou “longa noite dos mil anos”, referindo-se à Idade Média, são historicamente coerentes, pois nesse período houve uma completa estagnação econômica, cultural e social na Europa

Marque a alternativa correta.

- A Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- B Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- C Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- D Apenas a proposição II é verdadeira.
- E Apenas a proposição III é verdadeira.

- 18 UFRGS 2018** Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações a seguir, sobre o período da chamada Idade Média

- A prática da vassalagem foi incorporada pelo império carolíngio e definiu uma das características principais do feudalismo.
- Os servos, de origem camponesa, eram submetidos aos vilões, indivíduos residentes nas cidades, para quem era devido o tributo conhecido como corveia
- O chamado “movimento das cruzadas” articulou interesses religiosos da Igreja com motivações econômicas da nobreza feudal, na busca de riquezas e conquistas de territórios
- O desenvolvimento dos núcleos urbanos e das práticas comerciais acarretou transformações nas formas da educação, com o aparecimento das primeiras universidades voltadas para a formação de profissionais em áreas como medicina e direito.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A V – V – F – F
- B V – F – V – V
- C V – F – V – F
- D F – F – V – V
- E F – V – F – V

**19 UFRGS** O assim denominado Grande Cisma do Oriente foi uma consequência:

- A da Reforma Calvinista, que, ao pregar a predestinação e o livre-arbítrio, acabou com a unidade da Igreja Católica.
- B da Querela das Investiduras, travada entre o Papa e o Imperador, a qual versava sobre a proibição de leigos concederem a posse de cargos na Igreja
- C da emergência do islamismo, que propiciou aos árabes um ponto de união e identidade, mas os separou dos ocidentais.
- D do confronto entre a Igreja de Roma e a de Constantinopla, que resultou na cisão entre os ramos grego e romano do catolicismo.
- E do conflito religioso que instalou um papa em Avignon e outro em Roma, perturbando por décadas a concórdia interna da Igreja.

**20 Unifesp** Terminada a Antiguidade, havia à disposição do Ocidente medieval duas concepções filosóficas fundamentais e distintas: a visão grega (resumida por Aristóteles) de que o homem foi formado para viver numa cidade, e a visão cristã (resumida por Santo Agostinho) de que o homem foi formado para viver em comunhão com Deus. Nos últimos séculos da Idade Média, com relação a essas duas filosofias, é correto afirmar que:

- A foram reconciliadas por São Tomás de Aquino ao unir razão (livre-arbítrio) com revelação (fé)
- B entraram em conflito e deram lugar a uma nova visão, elaborada por frades beneditinos e dominicanos.
- C continuou a prevalecer a visão grega, como se pode ver nos escritos de Abelardo a Heloísa.
- D sofreram um processo de adaptação para justificar a primazia do poder temporal ou secular
- E passou a predominar a visão cristã, depois de uma longa hegemonia da visão grega.

**21 Unifesp** O mosteiro deve ser construído de tal forma que tudo o necessário (a água, o moinho, o jardim e os vários ofícios) exerça-se no interior do mosteiro, de modo que os monges não sejam obrigados a correr para todos os lados de fora, pois isso não é nada bom para suas almas

Da Regra elaborada por São Bento, fundador da ordem dos beneditinos, em meados do século VI.

O texto revela:

- A o desprezo pelo trabalho, pois o mosteiro contava com os camponeses para sobreviver e satisfazer as suas necessidades materiais.
- B a indiferença com o trabalho, pois a preocupação da ordem era com a salvação espiritual e não com os bens terrenos.
- C a valorização do trabalho, até então historicamente inédita, visto que os próprios monges deviam prover a sua subsistência.

- D a presença, entre os monges, de valores bárbaros germânicos, baseados na ociosidade dos dominantes e no trabalho dos dominados.
- E o fracasso da tentativa dos monges de estabelecer comunidades religiosas que, visando a salvação, abandonavam o mundo

**22 UFSCar** A razão de ser dos carneiros é fornecer leite e lã; a dos bois é lavrar a terra; e a dos cães é defender os carneiros e os bois dos ataques dos lobos. Se cada uma destas espécies de animais cumprir a sua missão, Deus protegê-la-á. Desse modo, fez ordens, que instituiu em vista das diversas missões a realizar neste mundo. Instituiu uns – os clérigos e os monges – para que rezassem pelos outros e, cheios de doçura, como as ovelhas, sobre eles derramassem o leite da pregação e com a lã dos bons exemplos lhes inspirassem um ardente amor a Deus. Instituiu os camponeses para que eles – como fazem os bois, com o seu trabalho – assegurassem a sua própria subsistência e a dos outros. A outros, por fim – os guerreiros –, instituiu os para que mostrassem a força na medida do necessário e para que defendessem dos inimigos, semelhantes a lobos, os que oram e os que cultivam a terra.

Eadmer de Canterbury, século XI.

- a) Identifique o contexto histórico no qual as ideias defendidas pelo autor desse documento se inserem.
- b) Justifique a relação do documento com o contexto histórico especificado.

**23 UFG** Leia o texto.

Somos anões carregados nos ombros de gigantes Assim vemos mais, e vemos mais longe do que eles, não porque nossa visão seja mais aguda ou nossa estatura mais elevada, mas porque eles nos carregam no alto e nos levantam acima de sua altura gigantesca.

Jacques Le Goff. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003. p. 36.

As Universidades nasceram no Ocidente, nos séculos XII e XIII, no cenário do Renascimento urbano, ligadas ao desenvolvimento da escolástica e sob o peso da contribuição greco-árabe. O texto apresenta do acima é uma citação do mestre Bernard, professor do principal centro científico do século XII, a Escola de Chartres, e expressa uma nova concepção do que é a ciência e o conhecimento. Nesse período, conhecer significava:

- A produzir um saber singular, que se diferenciava da tradição clássica.
- B desenvolver a tradição por meio do comentário dos textos herdados da cultura antiga.
- C utilizar instrumentos científicos, que permitissem alcançar a verdade.
- D observar os fenômenos naturais para encontrar as leis que regiam seu funcionamento.
- E cultivar o espírito racional por meio da refutação da autoridade dos textos teológicos.

- 24 UFJF** Leia, com atenção, as considerações sobre o movimento conhecido como Cruzadas e, em seguida, faça o que se pede

Guerra proclamada pelo Papa em nome de Cristo e travada como iniciativa do próprio Cristo para a recuperação da propriedade cristã ou em defesa da Cristandade contra inimigos externos. O movimento das Cruzadas era em certo sentido uma extensão da guerra que estava sendo travada contra os muçulmanos na Espanha e na Sicília.

H R Loyn *Dicionário da Idade Média*

- Cite uma motivação de ordem religiosa e outra de ordem socioeconômica para o início das Cruzadas.
- Cite duas repercussões do movimento das Cruzadas para o ocidente medieval.

**25 UFSM**



A imagem é de uma das cenas do filme *Cruzadas*, que aborda alguns episódios do conflito entre cristãos e muçulmanos ocorrido entre os séculos XI e XIII. A respeito dessas Cruzadas, todas as afirmativas estão corretas, exceto:

- representaram a reconquista definitiva dos lugares santos e de Jerusalém, o que permitiu a adoção dos preceitos do Alcorão pelos cristãos.
- iniciaram-se com a reconquista cristã da Península Ibérica, já que, desde o século VII, grande parcela de seu território havia sido ocupada pela expansão muçulmana.
- contribuíram para a revitalização comercial e urbana da Europa Ocidental, destacando-se a importância econômica adquirida por cidades como Gênova e Veneza.
- ficaram marcadas pelas violações, saques e pilhagens promovidas pelos cruzados, um exemplo foi a tomada de Jerusalém em julho de 1099.
- foram operações militares de reconquista dos lugares santos de Jerusalém, configurando-se, conforme discurso cristão, como Guerra Santa prescrita aos cruzados em troca de remissão de seus pecados.

- 26 FGV** [ ] as cruzadas não foram as responsáveis pelas grandes transformações econômicas, mas produtos delas. Contudo, elas não deixaram de contribuir para os avanços daquelas transformações [ ] O intenso comércio

praticado pelas cidades italianas, Gênova e Veneza, cresceu bastante com a abertura dos mercados orientais, para o que as cruzadas desempenharam papel decisivo [...]

Hilário Franco Júnior. *As cruzadas*

Além da decorrência apresentada, pode-se atribuir a essas expedições:

- o desaparecimento das ordens mendicantes especialmente franciscanos e dominicanos, assim como a superação das heresias católicas.
- o fortalecimento nas relações de vassalagem em toda a Europa Ocidental e um forte retraimento do poder econômico da burguesia comercial.
- a estagnação das atividades comerciais entre algumas cidades comerciais do Mar do Norte – como Bruges e Gand – e as cidades do litoral oeste da África.
- a radicalização no processo de fragmentação político-territorial da Europa, com a importante ampliação do poder econômico da nobreza togada
- a relação entre os cruzados com bizantinos e muçulmanos, permitindo que a Europa voltasse a ter contato com algumas obras de filosofia greco romana.

- 27 Enem 2015** A casa de Deus, que acreditam una, está, portanto, dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Essas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada uma por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto... Assim a lei pode triunfar e o mundo gozar da paz

LAON, A. de In: SPINOSA, F. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

A ideologia apresentada por Aldalberon de Laon foi produzida durante a Idade Média. Um objetivo de tal ideologia e um processo que a ela se opôs estão indicados, respectivamente, em:

- justificar a dominação estamental/revoltas camponesas
- subverter a hierarquia social/centralização monárquica
- impedir a igualdade jurídica/revoluções burguesas
- controlar a exploração econômica/unificação monetária.
- questionar a ordem divina/Reforma Católica.

- 28 Uefs 2016** As monarquias nacionais que se formaram ao longo dos séculos XIII, XIV e XV, embora tenham sido uma nova forma de exercício do poder (poder centralizado), oposta às monarquias medievais, mantiveram em sua essência a mesma natureza destas. Apesar, inclusive, de toda a importância e participação da burguesia no processo de consolidação do Estado nacional, o poder continuou sendo exercido pela mesma classe dominante, a nobreza, só que agora concentrado na figura do rei.

(NEVES, 2000. p. 18 19)

A influência da burguesia na estruturação das monarquias europeias deu aos monarcas, entretanto,

- A a oportunidade para fortalecer os laços de cooperação com a Igreja Católica, responsável pela confirmação do poder real.
- B o cancelamento do direito de acesso às “cartas de franquia” pelas vilas agrícolas medievais
- C o poder de democratizar o acesso de servos, operários e trabalhadores braçais, aos estamentos mais elevados da sociedade.
- D a necessidade de dividir o poder de mando com representantes de outros reinos não cristãos do Oriente Médio.
- E os recursos necessários à organização de exércitos nacionais comandados por generais da confiança dos reis, excluindo os exércitos particulares da nobreza feudal

**29 UFU (Adapt.)** A imagem adiante foi concebida em 1434 pelo artista flamengo Jan van Eyck (1390-1441). A cena foi encomendada pelo mercador italiano Giovanni Arnolfini – retratado na tela ao lado de sua noiva, Jeanne de Chenany – e testemunhava a união conjugal desse casal



Jan van Eyck *O casal Arnolfini*, 1434  
Óleo sobre madeira, 82 x 60 cm. Galeria Nacional, Londres, Inglaterra.

Considerando o contexto social, econômico e artístico em que esse quadro foi pintado, assinale a alternativa incorreta

- A O quadro é indicativo de transformações históricas pelas quais passava a Europa desde a crise do Feudalismo. Ele testemunha a emergência de novas classes sociais e de novos sentidos para a arte no contexto da chamada Revolução Comercial, retratando uma cena cotidiana de pessoas comuns (no caso, burgueses).
- B No século XV, a presença de mercadores italianos no norte da Europa era comum. Flandres e a Península Itálica estavam conectadas entre si desde, pelo menos, o século XIII, fazendo parte de uma grande rede de comunicação comercial, marítima e terrestre constituída na Europa.
- C O quadro demonstra que a nascente burguesia europeia, do século XV em diante, passou a gozar de status social correspondente ao da nobreza. Isso

porque, ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, figurar em obras de arte era privilégio exclusivo dos grupos sociais de maior poder e prestígio.

- D A pintura flamenga do século XV dialogou com o Renascimento Italiano. A técnica da pintura a óleo, por exemplo, foi introduzida em Flandres e também na Itália naquela época. Essa técnica permitiu que pintores flamengos, florentinos e venezianos dessem mais realismo e vivacidade às suas obras.

**30 Unicamp** Em 1348, a peste negra invadiu a França e, dali para a frente, nada mais seria como antes. Uma terrível mortalidade atingiu o reino. A escassez de mão de obra desorganizou as relações sociais e de trabalho. Os trabalhadores que restaram aumentaram suas exigências. Um rogo foi dirigido a Deus, e também aos homens incumbidos de preservar Sua ordem na Terra. Mas foi preciso entender que nem a Igreja nem o rei podiam fazer coisa alguma. Não era isso uma prova de que nada valiam? De que o pecado dos governantes recaía sobre a população? Quando o historiador começa a encontrar tantas maldições contra os príncipes, novas formas de devoção e tantos feiticeiros sendo perseguidos, é porque, de repente, começou a se estender o império da dúvida e do desvio.

Georges Duby. *A Idade Média na França (987-1460): de Hugo Capeto a Joana D'Arc*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p. 256-8. (Adapt.).

- a) A partir do texto, identifique de que maneira a peste negra repercutiu na sociedade da Europa medieval, em seus aspectos econômico e religioso.
- b) Indique características da organização social da Europa medieval que refletiam a ordem de Deus na Terra.

**31 Fuvest** Nos séculos XIV e XV, a Itália foi a região mais rica e influente da Europa. Isso ocorreu devido à:

- A iniciativa pioneira na busca do caminho marítimo para as Índias.
- B centralização precoce do poder monárquico nessa região.
- C ausência completa de relações feudais em todo o seu território.
- D neutralidade da Península Itálica frente à guerra generalizada na Europa
- E combinação de desenvolvimento comercial com pujança artística

**32 UEM 2013** O período medieval compreende um intervalo de tempo de mais de mil anos (do século V ao XV) e reúne, na sua composição cultural, a presença de elementos greco-romanos, germânicos e cristãos, sem esquecer a civilização bizantina e islâmica. Sobre a Idade Média, assinale o que for correto.

- 01 Denominações da Idade Média, como “a grande noite de mil anos” ou “idade das trevas”, representam uma visão pessimista e tendenciosa da cultura medieval, divulgada pelo Renascimento.

- 02 A Alta Idade Média na Europa latina foi marcada pelas invasões bárbaras e pela formação dos primeiros reinos germânicos. A desagregação da antiga ordem e a insegurança dos novos tempos forçaram o despovoamento das cidades, provocando um forte processo de ruralização.
- 04 A patrística, influenciada pelo neoplatonismo e consolidada por Agostinho, constituiu-se pela “querela dos universais”. Essa corrente filosófica é responsável pelo surgimento das primeiras universidades da Europa.
- 08 Por intermédio dos árabes, surgiram as primeiras traduções de Aristóteles, que foram largamente utilizadas por autores como Tomás de Aquino, no século XIII, que realizou uma síntese entre o aristotelismo e a fé cristã
- 16 A influência da Igreja se manifestava tanto no plano espiritual quanto no plano político. Para contar com o apoio da Igreja, reis e chefes germânicos converteram-se ao cristianismo.

Soma:

**33 PUC-Rio** Sobre o conjunto de ideias que marcou o Renascimento é correto afirmar que:

- A** a Renascença contribuiu para o reforço de valores humanistas em toda a Europa. A valorização do Homem como “medida para todas as coisas” se tornou uma ideia importante para os pensadores renascentistas.
- B** as ideias dos pensadores renascentistas tornaram-se populares, influenciando movimentos revolucionários. Esses ideais seriam retomados no século XIX pelos socialistas.
- C** os pensadores do Renascimento recuperaram ideias da Antiguidade clássica, estando de acordo com as orientações religiosas da Igreja Romana
- D** a Igreja Católica, como principal compradora de obras de arte, se tornou uma defensora das ideias renascentistas
- E** como movimento intelectual, o Renascimento provocou uma ruptura na Igreja, dividida, a partir de então, em Igreja Ortodoxa e Igreja Romana

**34 UEG** A Europa do século XIV passava por uma profunda inquietação intelectual, caracterizada pela ideia de renovação cultural e por uma visão essencialmente crítica da sociedade. Esse fenômeno ficou conhecido como Renascimento.

A partir do exposto, julgue a validade das proposições que se seguem.

- I. A ampliação do raciocínio científico nessa época, com ênfase no método experimental, levou à refutação progressiva das interpretações dogmáticas e também a atitudes de valorização da razão.
- II. Passou-se a rejeitar os valores greco-latinos, objetivando preservar a pureza dos valores cristãos. Essa rejeição pode ser percebida em Tomás de Aquino e Santo Agostinho

- III. Estabeleceram-se condições para que o individualismo se difundisse. Assim, por exemplo, os artistas passaram a assinar as suas obras, enquanto os nobres e burgueses mandavam fazer retratos e estátuas de si mesmos.

Assinale a alternativa correta

- A** As proposições I e II são verdadeiras
- B** As proposições I e III são verdadeiras
- C** As proposições II e III são verdadeiras
- D** Todas as proposições são verdadeiras.

### 35 UEG



DA VINCI, Leonardo, “Nêmesis”. In: *Enciclopédia Barsa*, 1989 CD-ROM



Época. São Paulo: Globo. 28 ago 2006, p 85

Os padrões estéticos, longe de serem absolutos, são determinados por circunstâncias históricas específicas. Compare os padrões estéticos femininos das figuras apresentadas e julgue a validade das proposições a seguir.

- I. A figura 1 representa um modelo feminino da sociedade europeia do Renascimento, onde se valorizavam formas mais robustas, reflexo de uma época em que havia abundância de alimentos para a grande maioria da população.
- II. A figura 2 representa um padrão estético feminino da sociedade capitalista contemporânea, onde o corpo esbelto é continuamente exposto na mídia, tornando-se um modelo de beleza e um critério de aceitação social.
- III No Renascimento, as representações do corpo feminino ganham destaque em função da reavaliação da condição humana, fazendo com que o corpo deixe de ser fonte de pecado e torne-se fonte de investigação e deleite

Assinale a alternativa correta.

- A** Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- B** Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- C** Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- D** Todas as proposições são verdadeiras.

- 36 UFG** Não houve preocupação com as consequências da revolução copernicana senão depois de Giordano Bruno ter extraído dela certas consequências filosóficas. Bem depressa Giordano Bruno estava a afirmar a infinidade do mundo. Rejeitava, pois, por completo, a noção de “centro do universo”. O Sol, perdido o lugar privilegiado que Copérnico lhe atribuía, era um sol entre outros sóis, uma estrela entre estrelas.

Jean Delumeau. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994 p. 147 (Adapt.)

O texto refere-se à importância dos pronunciamentos de Giordano Bruno para a constituição da noção moderna de Universo, que se relaciona com

- A a definição de um Universo concebido como fechado e finito.
- B o abandono da ideia de um Universo criado por Deus.
- C a ruptura da concepção geocêntrica do Universo.
- D a percepção de que o Universo é contido numa esfera.
- E a compreensão heliocêntrica do Universo.

- 37 UFU** Observe a imagem a seguir.



Leonardo da Vinci. *Estudo para monumento dos Sforza*, 1488-89. Metalpoint on bluish prepared paper. Royal Library, Windsor, Inglaterra.

Considerando que o desenho acima é um esboço de Leonardo da Vinci para a edificação de um monumento ao poder dos “Sforza” de Milão e levando em conta o contexto artístico, cultural e político do Renascimento italiano, é correto afirmar que:

- I. a arte renascentista era autônoma em relação à política e à religião. Por isso, Leonardo da Vinci buscava retratar cenas de homens comuns, como as dos esforçados combatentes milaneses (“sforza”, como eram conhecidos), massacrados pelos espanhóis no final do século XV.

- II. o desenho constituía um instrumental importante, porém secundário, para a maior parte dos artistas do Renascimento. Seu domínio permitia, por exemplo, o planejamento de obras de pintura, arquitetura e escultura, mas ele não tinha valor artístico por si só.
- III. o porte físico e os movimentos vigorosos do cavalo, representados no desenho, simbolizam o poder militar dos Sforza. O domínio das artes da guerra era considerado, por muitos, dentre os quais Maquiavel, fundamental para a manutenção do poder dos chefes políticos.
- IV. os monumentos constituem uma parcela insignificante das obras artísticas do Renascimento. Em geral, as obras eram decorativas e voltadas para a contemplação em ambientes privados, atendendo ao gosto da nascente burguesia comercial, que as patrocinava através da figura do mecenas.

Marque a alternativa correta.

- A Apenas II e III estão corretas.
- B Apenas I e IV estão corretas.
- C Apenas I e II estão corretas.
- D Apenas III e IV estão corretas.

- 38 Unesp** Galileu, talvez mais que qualquer outra pessoa, foi o responsável pelo surgimento da ciência moderna. O famoso conflito com a Igreja católica se demonstrou fundamental para sua filosofia; é dele a argumentação pioneira de que o homem pode ter expectativas de compreensão do funcionamento do universo e que pode atingi-la através da observação do mundo real.

Stephen Hawking *Uma breve história do tempo*.

O “famoso conflito com a Igreja católica” a que se refere o autor corresponde:

- A à decisão de Galileu de seguir as ideias da Reforma Protestante, favoráveis ao desenvolvimento das ciências modernas.
- B ao julgamento de Galileu pela Inquisição, obrigando-o a renunciar publicamente às ideias de Copérnico.
- C à opção de Galileu de combater a autoridade política do Papa e a venda de indulgências pela Igreja.
- D à crítica de Galileu à livre interpretação da *Bíblia*, ao racionalismo moderno e à observação da natureza.
- E à defesa da superioridade da cultura grega da antiguidade, feita por Galileu, sobre os princípios das ciências naturais.

## Frete 1

### Capítulo 1 – As origens da presença europeia no Brasil

#### Revisando

1. A Expansão Marítima europeia tinha como um de seus objetivos a descoberta de novos mercados, fontes de riqueza e de metais preciosos, além de possibilitar um acesso mais fácil ao comércio entre Europa e Oriente. Ela consistiu, assim, em um poderoso impulso ao crescimento mercantil, superando a crise europeia do século XIV
2. Embora ligadas à nobreza, as monarquias nacionais europeias tiveram sua sustentação econômica totalmente vinculada ao crescimento do comércio. Assim, foram essas monarquias (e Portugal é um claro exemplo disso) as grandes responsáveis pela organização, financiamento e execução dos grandes empreendimentos mercantis, entre os quais a Expansão Marítima.
3. Embora não possa ser considerada uma revolução burguesa, a Revolução de Avis aproximou o Estado da camada mercantil, em Portugal. A partir daí, criou-se uma monarquia bem mais comprometida com os interesses do grupo mercantil e sendo diretamente apoiada por este. Daí a intensificação da relação entre o Estado e os grandes empreendimentos que possibilitaram a Expansão Marítima.
4. Havia por parte de Portugal um interesse claro na posse e no monopólio sobre o comércio com as Índias. Assim, ao estender os limites de domínio entre portugueses e espanhóis mais para o oeste, o Tratado de Tordesilhas assegurava aos portugueses o domínio sobre as duas margens do Atlântico, dando-lhes o monopólio da única rota conhecida até ali para o Oriente.
5. Foi a mão de obra indígena livre, ainda sob a forma de escambo. A escravização exigiria a montagem de uma estrutura de captura e de controle sobre a população indígena, inviável em um momento em que a presença portuguesa aqui ainda era dispersa e sem caracterizar uma ocupação efetiva.

#### Exercícios propostos

1. Porque as Cruzadas significaram um processo de guerras e conquistas por parte do mundo europeu. Porém, ao mesmo tempo, sua composição, englobando miseráveis de todas as regiões da Europa, era uma prova da estagnação da economia feudal e de sua incapacidade de prover a sobrevivência da população europeia em crescimento na Baixa Idade Média

2. B
3. A
4. D
5. D
6. E
7. D
8. Soma:  $04 + 08 = 12$
9. B
10. C
11. C
12. E
13. A
14. B
15. A centralização do poder nas mãos dos reis atendia aos interesses do comércio, no sentido de possibilitar a uniformização de pesos, medidas, moedas, leis e a abolição das fronteiras internas, beneficiando o comércio. Além disso, essa centralização possibilitava a criação de um Estado forte, capaz de conter as revoltas camponesas que ameaçavam o poder da nobreza.
16. O principal elemento para explicar essa precocidade é o fato de, ao longo de toda a Baixa Idade Média, Portugal ter estado às voltas com a Guerra de Reconquista, a luta pela expulsão dos árabes de seu território. Essa guerra fez com que os nobres se mantivessem unidos em torno do rei, impedindo a fragmentação política que caracterizou a Europa na era medieval.
17. Foi a revolução que consolidou a própria monarquia portuguesa, detendo os projetos de reincorporação de Portugal aos domínios de Castela. Além disso, ela significou a tomada do poder em Portugal pelo grupo de mercadores, aproximando a prática do Estado dos interesses desse grupo. É a partir daí que a monarquia portuguesa passa a ser a grande agente do desenvolvimento comercial, investindo em navegações e conquistas de áreas comercialmente importantes.
18. Podemos citar todo o processo de conquistas e busca de uma rota para as Índias, que acabou levando à conquista do território brasileiro, fenômeno que teve o Estado como o seu grande realizador.
19. C
20. C
21. B
22. Com a crise, que se alastrou por toda a Europa, as rotas terrestres tornaram-se inseguras. Assim, ampliou-se o comércio pela costa atlântica, tornando Portugal um importante entreposto comercial

23. Caso houvesse efetivamente a anexação, Portugal passaria a ser dominado por uma monarquia forte, diretamente ligada aos interesses da nobreza, sem qualquer vínculo com a atividade comercial desenvolvida por essa burguesia nascente.
24. B
25. B
26. A
27. D
28. C
29. C
- 30.
- a) A busca por especiarias foi uma importante motivação econômica da expansão marítima portuguesa, porque havia grande interesse nesses produtos, originários do Oriente, pela Europa, em função das suas propriedades de conservação dos alimentos
- b) São várias as ações que denotam o caráter inclusive religioso das conquistas. Entre elas, podemos citar a ação dos jesuítas, a construção de igrejas, a catequese das populações indígenas, o trabalho missionário de várias ordens religiosas e a monopolização do ensino por clérigos católicos
31. B
32. A
33. Mais do que a posse das terras brasileiras, o interesse português era o de garantir o controle sobre a navegação no Atlântico Sul, estendendo seus limites da África até o Novo Mundo. Assegurava assim o controle da única rota conhecida até então para as Índias, o contorno do litoral africano.
34. Holanda não era independente, mas parte dos domínios dos monarcas espanhóis. Inglaterra e França achavam-se enfraquecidas pela Guerra dos Cem Anos.
35. B
36. E
37. E
38. D
39. Pode-se citar: a importância do comércio com as Índias para Portugal; os meios utilizados para garantir o monopólio desse comércio, como os “pesados tributos”; e que, mesmo após cinco anos (1505) da chegada dos portugueses ao território americano, não há menção à importância do comércio ocidental.
40. Os grupos indígenas brasileiros viviam em um regime próximo à caça e coleta, praticando apenas uma agricultura rudimentar, sem a organização em Estado ou formas de divisão social e propriedade privada
41. Explica-se pelo fato de que a utilização da mão de obra escravizada só é possível mantendo-se um exército e uma

forte estrutura repressiva capaz de controlá-la, elementos inviáveis no tipo de exploração que Portugal impõe sobre o Brasil durante os trinta primeiros anos do século XVI.

42. D  
43. Soma:  $02 + 04 = 06$   
44. C  
45. D  
46. B  
47. Se entendermos por colonização a posse efetiva do território, seu povoamento, o desenvolvimento de uma atividade permanente, é evidente que a economia pau-brasil não teve esse caráter. Ao contrário, voltou-se apenas para o extrativismo, com a presença esporádica de portugueses na costa, apenas para carregar a madeira levada por indígenas até as feitorias.  
48. A  
49. E  
50. D  
51. D  
52. C  
53. As duas motivações presentes no texto seriam o uso da terra para o plantio e a catequização dos nativos, e são encontradas no seguinte trecho: “Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente”.

### Exercícios complementares

- 1 B  
2. C  
3. D  
4. Soma:  $02 + 04 = 06$   
5. D  
6. Soma:  $01 + 04 + 08 = 13$   
7 B  
8. A  
9. C  
10 D  
11 E  
12 B  
13  
a) Chegar às Índias e conquistar o mercado de especiarias.  
b) As embarcações maiores e as velas mais rápidas, além dos aperfeiçoamentos da bússola e do astrolábio  
c) Portugal logrou obter entrepostos comerciais na África e controle do comércio de especiarias para a Europa. Além disso, passou a dispor de um imenso território na América que viria a se transformar na sua principal fonte de riqueza.  
14 A

15. D  
16 Soma:  $01 + 02 + 04 = 07$   
17 D  
18 B  
19 C  
20. A  
21 E  
22 C  
23 Soma:  $04 + 08 = 12$

## Capítulo 2 – Mecanismos econômicos da colonização portuguesa no Brasil nos séculos XVI e XVII

### Revisando

- 1 As colônias, por meio de mecanismos como o monopólio comercial e sua complementaridade em relação à economia da metrópole, foram um dos principais instrumentos do mercantilismo para o enriquecimento interno da metrópole e o fortalecimento da monarquia.
2. Em primeiro lugar, a experiência anterior já desfrutada pelos portugueses em seus domínios africanos, quando aprenderam as técnicas e as condições necessárias ao cultivo de cana e à produção do açúcar, condições que sabiam estar presentes também no Brasil, bem como o fato de que havia um mercado para esse produto na Europa. Em segundo lugar, o próprio crescimento do mercado europeu, em função do metal proveniente da América Espanhola. Além disso, os portugueses também contavam com o interesse dos holandeses e a possibilidade de contar com seus capitais para essa atividade.
- 3 Nos marcos de uma economia agrária, escravista e voltada para o mercado externo, a sociedade colonial brasileira assumiu um caráter essencialmente rural, sendo as cidades e a vida urbana em geral amplamente secundárias. Nessa sociedade, todo o poder concentrava-se nas mãos de uma pequena elite de proprietários de terra e escravizados, os chamados homens bons. No extremo oposto, encontrava-se uma grande massa de escravizados, sendo que o abismo entre esses dois segmentos não chegava a ser preenchido por uma camada média, praticamente insignificante nesse período da história brasileira

### Exercícios propostos

1. E  
2.  
a) As colônias eram áreas de economia complementar e dependente à das metrópoles, tendo por função produzir gêneros que pudessem ser revendidos com lucro; fornecer metais preciosos, ou, no caso específico de a metrópole

contar com uma produção manufatureira, fornecer matérias-primas para essas manufaturas.

- b) Comercializando a produção colonial com as demais nações ou transformando suas matérias-primas em produtos manufaturados  
c) O lucro metropolitano verificava-se com a venda da produção colonial às demais nações, com a produção de manufaturas a partir das matérias-primas coloniais e também com o tráfico negreiro.

3. C  
4. A  
5 A  
6 E  
7 Pacto colonial é o nome genérico dado ao conjunto das relações entre metrópole e colônia, relações sempre definidas pela primeira. Entre elas, citamos o monopólio do comércio colonial pela metrópole, a complementaridade da economia colonial e a não concorrência da produção colonial com a da metrópole.  
8. B  
9. C  
10. C  
11. A  
12. B  
13. C  
14. A  
15. B  
16. B  
17. A burguesia estava interessada em ampliar o comércio e seu capital. Para as monarquias, o crescimento do comércio era a condição fundamental para seu fortalecimento. Nesse contexto, as colônias eram essenciais, devendo complementar a economia metropolitana com a produção de matérias-primas e gêneros exóticos que pudessem ser revendidos com enormes lucros, da provisão de metais preciosos e da absorção dos excedentes da produção metropolitana.  
18. B  
19. D  
20. Como principais motivações econômicas dos colonizadores, é possível destacar a conquista das terras dos indígenas e o uso da mão de obra dos nativos. As formas mais comuns de resistência dos indígenas ao domínio europeu, o qual previa a escravização dos nativos e a sua catequização, foram as fugas, as guerras e a antropofagia (canibalismo ritualístico).  
21 C  
22 Fundamentalmente, a aculturação desses povos, os quais, retirados de seu *habitat* e privados de sua estrutura social, tornaram-se presa fácil para os colonos que buscaram escravizá-los.  
23. B

24. C
25. B
26. D
27. B
28. *Plantation* é o termo técnico empregado para designar a lavoura extensiva, monocultora e voltada para o mercado externo. Normalmente é acompanhada pela mão de obra escravizada. Foi empregada pela colonização portuguesa em função da própria forma como se processou a colonização, voltada a atender as necessidades da metrópole e incorporando técnicas altamente rudimentares de produção.
29. B
30. C
31. D
32. E
33. A frase de Antonil caracteriza de forma clara o elitismo e o patriarcalismo que caracterizam a sociedade colonial brasileira, na qual a elite de senhores era o topo inexpugnável da pirâmide social, reservando a si todos os privilégios e um poder absoluto sobre o restante da sociedade.
- 34.
- a) Podem ser mencionados o choque cultural e o intercâmbio cultural.
- b) Há aqueles que defendem o direito dos indígenas à posse das terras e os que defendem seu uso para a exploração de minério, retirando sua manutenção da responsabilidade das populações indígenas.
35. A expansão do mercado europeu, gerada pelos metais vindos da América espanhola, criou uma maior disponibilidade de capitais.
36. C
- 37.
- a) O envio de mulheres aos colonos.
- b) O objetivo era o casamento com fins de procriação e, ao mesmo tempo, aliviar tensões sociais decorrentes da falta de mulheres, numa perspectiva patriarcal.
- c) Eles eram catequizadores, responsáveis pelo apaziguamento dos indígenas. Além disso, detinham o monopólio da educação no Brasil
38. Soma:  $01 + 04 + 08 = 13$
39. B
40. B
41. C
42. D
43. Podem ser mencionados, como fatores, a conversão dos indígenas ao catolicismo, a criação de reduções indígenas e a atuação dos indígenas como aliados dos colonizadores para a proteção do território. Como consequências, podem ser mencionadas a conversão dos indígenas, o estabelecimento de alianças

com os colonizadores e a assimilação de hábitos culturais europeus

44. A
45. Foi a primeira atividade econômica no Brasil colonial a fugir dos estreitos limites da faixa litorânea, permitindo a penetração para o interior da Colônia.
46. B
47. A busca das drogas do sertão, que mobilizou a presença de bandeirante em todo o vale amazônico.
48. Pelas dificuldades de se controlar o escravizado em uma estrutura de pecuária extensiva.
49. Soma:  $04 + 08 = 12$
50. C
51. E
52. C
53. C

### Exercícios complementares

1. D
2. C
3. A
4. Soma:  $02 + 04 + 08 + 16 = 30$
5. B
6. C
7. B
8. E
- 9.
- a) Na carta de Padre Manoel da Nóbrega, é promovida a defesa da guerra justa contra indígenas considerados bravos e hostis. Tal estratégia viabilizaria a escravização legítima de grupos nativos mais resistentes à presença dos portugueses. Na carta de Padre Azpicuelta, verifica-se a ação catequista, fosse por meio da doutrinação direta ou da criação de colégios, ambas aplicadas para o caso das populações ameríndias que estabeleceram contatos pacíficos com os colonizadores
- b) A ação catequista de missionários religiosos, como os padres da Companhia de Jesus, promoveu a conversão de grupos indígenas à religião cristã católica. Houve, nesse sentido, um processo de aculturação que alterou valores e padrões comportamentais das sociedades tribais nativas, não só no campo das práticas religiosas como também na organização das relações parentais, da divisão do trabalho, das alianças e hostilidades com outras tribos. O princípio da guerra justa foi aplicado como justificativa para o ataque e a perseguição de tribos hostis à colaboração pacífica com os agentes promotores da colonização. Além do extermínio de populações ameríndias, tal princípio constituiu o alibi para a escravização legítima dos nativos, flexibilizando, na prática, as proibições quanto ao aprisionamento desses grupos.

10. Soma:  $04 + 08 = 12$
11. Deverá se indicar que a partir de meados do século XVII o Império Português passou a depender cada vez mais da produção escravista brasileira e do tráfico de cativos africanos
- 12.
- a) Durante a Idade Moderna, a riqueza nacional estava fundamentada na acumulação de metais preciosos, o metalismo. Sendo o comércio a atividade econômica preponderante, as nações europeias adotavam o protecionismo, a balança comercial favorável e o monopólio sobre o comércio de suas colônias, visando a obtenção e o controle da evasão dos metais.
- b) Em razão dos entraves decorrentes das práticas protecionistas entre as nações europeias, as colônias, além de fornecer metais preciosos, gêneros tropicais e matérias-primas, absorviam manufaturas e outros produtos provenientes das metrópoles. Assim, por meio do pacto colonial, as colônias americanas constituíam um elemento vital para a balança comercial favorável e para o próprio enriquecimento da metrópole no contexto do mercantilismo.
13. A
14. D
15. C
16. A
17. B
18. Soma:  $02 + 04 + 08 + 16 = 30$
19. Soma:  $02 + 04 + 08 + 64 = 78$
20. E
21. D
22. B
23. A
24. A
25. C
26. C
27. C
28. Soma:  $02 + 04 + 08 + 16 + 32 = 62$
29. D

## Capítulo 3 – Aspectos políticos da colonização

### Revisando

1. A atitude portuguesa foi sempre de abrir a possibilidade de participação na vida econômica e, no momento em que essa economia apresentava lucros, exercer um controle mais rígido. É assim, por exemplo, com a mineração, a qual foi contando com uma opressão sempre maior da Coroa. Em termos administrativos, pode ser mencionada a criação do Governo-geral como forma de conter a dispersão gerada pelo sistema de capitânias.
- 2.
- a) Uma maior penetração em direção ao interior, possibilitando uma maior extensão

da área inicialmente ocupada, que antes era limitada a uma estreita faixa litorânea.

- b) A pecuária e o bandeirismo, notadamente de apresamento de indígenas e de busca das drogas do sertão.
- c) A permissão a que os capitães donatários concedessem sesmarias a particulares
- 3 Não completamente. Com efeito, por um lado, a expulsão dos holandeses contribuiu para agravar a crise, dada a concorrência que os holandeses passaram a representar com sua produção açucareira nas Antilhas. Por outro lado, já havia uma crise em curso, ainda durante a presença holandesa. Essa crise era resultante do declínio do mercado europeu, em função dos efeitos devastadores da Guerra dos Trinta Anos e da redução do fluxo dos metais da América espanhola para a Europa.

### Exercícios propostos

1. A
2. B
3. D
4. D
5. C
6. B
7. Uma grave crise econômica, além do fato de o Brasil ter sofrido ataques e invasões que eram fruto da política espanhola na Europa.
8. A
9. D
10. E
11. B
12. O sistema de capitanias hereditárias dividiu a América portuguesa em lotes de terras, cada uma sob a responsabilidade de um capitão donatário pertencente à nobreza portuguesa. Com o fracasso desse sistema, Portugal implantou o Governo-geral na Colônia. Como diferenças entre os dois sistemas, podem ser mencionadas a hereditariedade do poder das capitanias, enquanto o governador-geral era escolhido pela Coroa portuguesa, e a descentralização da administração colonial em relação ao sistema de capitanias, enquanto o Governo-geral foi uma medida voltada à centralização do poder
- 13 Soma:  $01 + 04 = 05$
- 14 B
- 15 Mais do que colonização, os espanhóis empreenderam uma conquista da América, o que, de alguma maneira, ajuda a entender a preocupação específica com o domínio da metrópole sobre sua área colonial. Com base no texto, verifica-se que no caso da América espanhola, os colonizadores sobrepuseram-se aos colonizados e foram muito mais rígidos em suas normas quando comparados com os colonizadores portugueses.

Estes, de alguma forma, se amalgamaram na sociedade colonial, sendo os laços de dependência e de dominação muito mais sutis quando comparados ao caso espanhol.

16. A
17. B
18. A
19. B
20. C
21. V; V; V; F; F
22. C
23. E
24. D
25. D
26. B
27. E
28. Soma:  $02 + 04 + 16 = 22$
29. C
- 30
- a) O interesse holandês no açúcar brasileiro, após terem sido privados desse comércio pelos espanhóis.
- b) A vida comunitária favorecia o ideal de resistência. Ao mesmo tempo, a desorganização das estruturas de dominação com a invasão holandesa dificultava o combate.
31. C
32. D
33. D
34. A
35. C
36. C
37. C
38. C
- 39 B
- 40 A principal razão é o fato de Salvador, além de ter uma produção relativamente grande de açúcar, ter também o porto por onde escoava o açúcar brasileiro para a Europa. Sendo a participação dos holandeses na economia açucareira ligada diretamente ao comércio, é natural que procurassem apoderar-se dessa região. O fato de Salvador ser, na época, a capital da Colônia não tem importância significativa.
41. As razões estão ligadas ao fato de que, com a União Ibérica, a Holanda, em guerra com a Espanha, viu-se privada do acesso ao comércio com o Brasil, restando-lhe apenas apossar-se do centro da produção açucareira. Esse período representou o apogeu da economia açucareira no Brasil; com a expulsão dos holandeses, anos depois, têm-se o agravamento da crise da região.
42. Dispondo de capitais para investir e controlando as redes de distribuição do produto, era natural que os holandeses buscassem uma composição com os produtores, oferecendo-lhes

condições para ampliar a produção, enquanto o mercado europeu foi capaz de absorver o produto.

43. D
- 44 C
- 45 E

### Exercícios complementares

- 1
- a) Os proprietários de terras, conhecidos como homens bons. O termo também incluía grandes comerciantes e nobres que faziam parte da administração portuguesa.
- b) Fiscalizar as condições da vida urbana (abastecimento, salubridade, posturas etc.); arrecadar tributos e administrar contratos; servir como justiça de primeira instância.
2. A expansão das fronteiras e o rompimento das linhas definidas pelo Tratado de Tordesilhas; a união das Coroas ibéricas foi fundamental para as invasões holandesas no Nordeste brasileiro em busca do domínio das regiões produtoras de açúcar, em função das guerras entre holandeses e espanhóis.
3. B
4. D
- 5 B
- 6 A
7. D
8. C
9. Soma:  $01 + 04 + 32 = 39$
10. A
- 11 D
- 12 E
13. B
- 14.
- a) Período da presença holandesa no Nordeste do Brasil, primeiro em Salvador na Bahia (1624-1625) e depois em Pernambuco (1630-1654), em decorrência dos conflitos entre Holanda e Espanha no contexto da União das Coroas ibéricas (1580-1640), quando Filipe II, rei da Espanha, proibiu a participação holandesa no comércio do açúcar brasileiro para a Europa.
- b) No período das invasões holandesas, o Brasil era uma colônia de Portugal, que por sua vez, estava sob influência do governo espanhol, em função da União das Coroas ibéricas. Portanto, o Brasil não era uma nação independente que foi invadida pelos holandeses, mas sim, apenas uma colônia ibérica.
- c) Presença holandesa no Brasil Colônia ou ocupação holandesa do Nordeste brasileiro no Período Colonial
- 15 B
16. E
17. O principal objetivo da presença holandesa no Brasil era participar da atividade açucareira. Como realizações

do governo de Nassau no Brasil holandês podem ser mencionados o estímulo financeiro aos senhores de engenho e a tolerância religiosa.

- 18. E
- 19. D
- 20. B
- 21. E

## Capítulo 4 – O século XVIII

### Revisando

1. O ouro era passível de ser encontrado numa área vastíssima e montanhosa. O controle sobre a população, impedindo seu acesso ao minério, seria virtualmente impossível. Assim, a Coroa teve que se render a essa circunstância e permitir a livre extração, buscando assegurar seus lucros através dos impostos. No caso dos diamantes, as condições eram diferentes. A área onde foram encontrados era relativamente pequena e ainda pouco povoada. Esse fato, aliado ao valor específico das pedras, fez com que a Coroa estabelecesse o estanco, visando obter uma parcela maior da riqueza gerada por eles.
2. Diferentemente dos engenhos que, ao lado da produção de exportação tinham uma pequena agricultura de subsistência, a mineração era uma atividade praticamente estéril. A grande população vivendo na região das minas e dedicada quase que exclusivamente à mineração tinha que ser abastecida de toda sorte de gêneros, desde alimentos básicos até produtos advindos da Europa. Dessa forma, portos, regiões agrícolas, áreas de pecuária, acabaram ficando vinculadas com as zonas de mineração, criando, pela primeira vez um sentido de unidade da vida da colônia.
3. Embora as ideias iluministas tenham surgido na Europa, em reação a uma realidade especificamente europeia (absolutismo, intervenção do Estado na economia, privilégios à nobreza), os princípios iluministas apresentavam uma clara identidade com a situação vivida pelas colônias. Após três séculos de colonialismo, já com elites locais imbuídas de interesses próprios conflitantes com os das metrópoles, as elites coloniais tiveram nas ideias de liberdade política, liberdade econômica e igualdade, a base teórica para suas lutas por liberdade.

### Exercícios propostos

1. B
2. B
3. C
4. D
5. Eram o principal órgão de controle sobre o ouro arrecadado, impedindo (ou voltadas a impedir) o contrabando por meio da oficialização do ouro que circulava
6. E

7. B
8. Pelo fato de o declínio da atividade agrícola ter gerado, por parte dos bandeirantes, a busca de outras fontes de riqueza, o indígena, cuja importância estava na sua utilização como mão de obra na atividade açucareira, já não significava-lhes os mesmos lucros. Assim, intensificou-se a penetração em direção às áreas mais altas, onde a possibilidade de descoberta de minérios era maior.

9. a) O surgimento de um amplo setor social intermediário na mineração, dado quase inexistente na economia açucareira  
b) À diversificação econômica gerada pela mineração, com o desenvolvimento paralelo do comércio e das atividades urbanas.
10. C
11. A crise portuguesa, agravada pelo endividamento e pela dependência cada vez maiores em relação à Inglaterra, fez com que o Brasil se constituísse na tábua de salvação da economia portuguesa.
12. É comum a afirmação de que a mineração foi responsável por uma certa democratização social, permitindo o acesso de um maior número de setores sociais à riqueza e ao prestígio na Colônia. Essa visão é contestada pela autora ao afirmar que, embora tenha havido uma maior diversificação da economia e maiores aberturas à população destituída, a riqueza e o poder continuaram exclusivamente concentrados nas mãos de uma pequena elite proprietária.
13. D
14. Soma:  $02 + 04 + 08 = 14$
15. A
16. A
17. C
18. Todas as afirmativas estão corretas. Com efeito, a liberação da entrada de manufaturados ingleses em Portugal, a partir do Tratado de Methuen, significou a estagnação da produção manufatureira em Portugal, incapaz de competir com os manufaturados ingleses. Podemos observar no gráfico que o auge da mineração no Brasil, e conseqüentemente, da entrada do ouro brasileiro em Portugal, coincide com o ponto alto nas importações portuguesas em relação à Inglaterra. Observe o período entre 1738 e 1760, apogeu da mineração, quando as importações portuguesas chegam a ultrapassar 1 milhão e meio de libras. A produção de algodão no Brasil, especialmente no Maranhão, que serviu para suprir a falta de uma matéria-prima mais relevante para a indústria têxtil inglesa, o algodão. E, de fato, se analisarmos o gráfico, veremos que, durante as guerras de Independência dos Estados Unidos (1775-1783), mais precisamente em 1781, o déficit português foi quase anulado. Em razão do Tratado de Methuen, assinado em 1703, produtos manufaturados

ingleses entravam no mercado português pagando baixas taxas alfandegárias, enquanto produtos de bem menos valor (como o vinho) eram vendidos para a Inglaterra em menores quantidades. Dentre as reformas importantes realizadas por Pombal, podemos citar a transferência da capital para o Rio de Janeiro, a instituição da derrama e a extinção da escravidão indígena.

19. A decadência da mineração fez com que os interesses prioritários se voltassem novamente para a agricultura. Ao mesmo tempo, a Revolução Industrial inglesa ampliava a necessidade desse país na obtenção de matéria-prima para a indústria do algodão. Entretanto, a obtenção pela Inglaterra destas matérias-primas sofreu um golpe, pois se iniciou a guerra de independência das colônias inglesas da América do Norte, suas grandes fontes produtoras. Assim, o algodão passou, mesmo que por um curto período, a ocupar um papel de destaque na economia colonial brasileira.
20. Foram conflitos localizados, inerentes à condição colonial, marcados por uma reação natural contra aspectos da exploração metropolitana. Nenhum deles apresentava condições de se alastrar pelo restante da Colônia ou de vir a obter sucesso em suas reivindicações.
21. D
22. B
23. C
24. A
25. a) Emboabas era o nome dado pelos bandeirantes paulistas aos portugueses que vinham para as áreas de mineração. Esses portugueses eram beneficiados pelas autoridades na posse das áreas mineradoras, gerando reações dos paulistas.  
b) Maior riqueza interna, ampliação do mercado interno, maior integração entre as várias regiões, bem como o desenvolvimento do comércio e a diversificação das atividades econômicas, com o crescimento da importância das cidades.
26. B
27. Na origem da luta está a proteção que as autoridades portuguesas davam aos comerciantes do Recife na sua luta por emancipação, contra os produtores de Olinda. Ao lembrarmos que esses comerciantes eram metropolitanos e a produção da Colônia era realizada por brasileiros, fica evidente o conflito entre os interesses dos dois polos, os comerciantes lutando para garantir o monopólio e os colonos lutando pela liberdade comercial.
28. E
29. A
30. A
31. a) Na Inconfidência Mineira, verificamos uma conspiração essencialmente da elite

mineradora. Já a Conjuração Baiana caracterizou-se por uma participação popular muito mais intensa, englobando setores pobres urbanos, pequenos camponeses, negros libertos e escravizados. A Revolução Pernambucana contou com participação abrangente: de setores populares, da classe média e até mesmo da elite e de militares.

b) Em que pese as diferenças ideológicas quanto ao projeto de um novo país, os três movimentos caracterizam-se pelo ideal de independência em relação a Portugal.

32. A

33.

a) Pelo fato de ter sido basicamente uma conspiração de intelectuais e membros da elite mineradora, denunciada às autoridades antes que tivesse qualquer ação efetiva.

b) O caráter da Inconfidência Mineira, como um movimento de elite, que não rompia com a estrutura escravista e elitista da sociedade, fez com que ela fosse tomada pela aristocracia que tomou o poder após a independência como o símbolo a ser cultivado do que seria o novo país. Assim, intensificou-se seu estudo, tomando-se a figura de Tiradentes como o grande ícone da luta brasileira pela liberdade, mas uma liberdade que não ameaçava os interesses da aristocracia.

34. C

35.

a) Em um quadro de dominação colonial, a reação contra esse domínio necessariamente era considerada um crime contra a Coroa a quem os brasileiros deviam obediência, mesmo que destituídos de qualquer direito.

b) Um castigo que servisse de exemplo a todos os que ousassem se rebelar contra o poder da Coroa.

36. D

37. E

38.

a) A Conjuração Baiana foi essencialmente popular, envolvendo setores da camada mais empobrecida da população, com a presença de homens brancos livres e pobres, negros libertos e escravizados. Propunha a abolição da escravidão, a república e o anticlericalismo, buscando uma sociedade mais justa e mais igualitária.

b) Trata-se da Inconfidência Mineira.

39. C

40. E

41. E

42. D

### Exercícios complementares

1. A

2. C

3. C

4. C

5. A

6. F; F; V; F; V

7. B

8. D

9. D

10. C

11. C

12. E

13. C

14. D

15. E

16. A

17.

a) A Conjuração Baiana ou Conjuração dos Alfaiates.

b) Esse movimento estava relacionado às novas ideias e fatos ocorridos na esfera internacional, como a independência dos Estados Unidos, em 1776, a Revolução Francesa, em 1789, e a independência do Haiti, em 1791

c) O fim da dominação portuguesa e o estabelecimento de uma sociedade democrática, incluindo o fim da escravidão, o voto universal e a abolição de todas as formas de preconceito.

d) Não se tratava de um movimento de elites. Assim, a repressão foi muito mais intensa do que, por exemplo, na Inconfidência Mineira. Cabe lembrar que no movimento das minas, o único a receber efetivamente a pena de morte foi Tiradentes, não por acaso o único entre os principais líderes que não vinha das camadas abastadas da população.

18. A

## Frente 2

### Capítulo 1 – Introdução ao estudo da História

#### Revisando

1. O ser humano ainda era caçador e coletor, vivendo do que a natureza lhe oferecia. Organizava-se em grupos de base essencialmente familiar (tribos), deslocando-se em busca do alimento (nomadismo). Não havia propriedade privada ou divisão social do trabalho.

2. Revolução Neolítica foi o desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, levando o ser humano a abandonar a condição de mero caçador e coletor para passar a ser produtor do seu alimento.

3. Embora todos os paralelos sejam naturalmente limitados, até pelas condições naturais diferentes e que levam a formas distintas de evolução, é possível afirmar que, no momento da chegada dos portugueses, alguns povos indígenas brasileiros possuíam modos de vida semelhantes aos de grupos humanos da Pré-história. Embora vivessem

essencialmente da caça e da coleta, já conheciam a agricultura. E sobre seus estágios de evolução social, podemos dizer que não haviam ultrapassado o nível tribal. Todavia, os períodos pré-históricos são apenas momentos na história humana e não devem ser fatores comparativos para culturas que se desenvolveram de formas tão diversas. As culturas e as condições de vida não são inferiores nem superiores, independentemente do nível técnico no qual se encontram: as sociedades humanas se adaptam de acordo com as próprias necessidades.

#### Exercícios propostos

1. C

2. D

3. C

4. D

5. D

6. B

7. A

8. D

#### Exercícios complementares

1. C

2. E

3. B

4. E

5. D

## Capítulo 2 – A Antiguidade Oriental

#### Revisando

1. O Estado egípcio era teocrático, ou seja, grande parte do poder do faraó apoiava-se na crença religiosa. Dessa forma, a religião era um poderoso aliado do poder político, estando este cercado de uma mística divina que ampliava largamente sua ascendência sobre a população. Entretanto, não podemos esquecer dois elementos centrais. Um deles é que a crença religiosa não substituiu o poder do Estado, baseado em instrumentos de administração, controle e de repressão, alicerçado em uma forte burocracia e em um exército poderoso. O outro elemento é que a grande importância da religião deu à camada sacerdotal um poder que, em certos momentos, chegou a rivalizar com o poder do faraó, como atestam os episódios ligados à revolução de Akhenaton.

2. A aldeia nada mais era do que o local de habitação e trabalho das comunidades camponesas, enquanto a cidade tinha sua população dedicada a outras tarefas que não a produção de alimentos. Na Antiguidade Oriental, as cidades foram centros administrativo religiosos que impuseram às aldeias (que abrigavam a imensa maioria da população) um

sistema tributário que incluía a absorção do excedente econômico e do trabalho pelo Estado.

3. O grande feito do Império Persa foi ter estabelecido uma unidade político-administrativa única que englobava as principais civilizações da Antiguidade Oriental. O efeito foi ter dado grande dinamismo às atividades econômicas, pela ampliação do espaço de sua atuação, livres de entraves e rivalidades locais.

### Exercícios propostos

1. C
2. D
3. B
4. B
5. C
6. O Estado, representado pela pessoa do faraó, o deus vivo, era proprietário de toda a terra agricultável. Os camponeses apenas a cultivavam, entregando a maior parte das colheitas aos armazéns estatais. Inexistia a propriedade privada de terra, e os camponeses deviam também períodos de trabalho coletivo compulsório nas obras de irrigação.
7. A afirmação estabelece o papel fundamental que o Rio Nilo desempenhou na formação da sociedade egípcia. Apesar das condições desfavoráveis ao desenvolvimento das atividades humanas (o Deserto do Saara), o Rio Nilo, por meio das enchentes anuais, fertilizava largas áreas paralelas a seu leito, depositando espessas camadas de húmus, o que possibilitava uma atividade agrícola intensa e o desenvolvimento de técnicas de irrigação. O Egito pode ser corretamente definido como “um oásis alongado”
8. E
9. Eram politeístas, adoravam deuses-astros e a religião ativou o desenvolvimento científico. No Egito ela estimulou a Medicina e, na Mesopotâmia, a Astronomia.
10. D
11. E
12. B
13. C
14. a) Modo de produção asiático. Características básicas: economia de base agrícola, corveia real, técnicas de regadio, Estado teocrático e burocratizado e sociedade estratificada.  
b) Isolamento, autossuficiência, baixa urbanização e conservadorismo.
15. E
16. B
17. C
18. B
19. B

20. B
21. E
22. E
23. B
24. E
25. B
26. D
27. A
28. C
29. C
30. B
31. D
32. E
33. B
34. C
35. E
36. B
37. D
38. A
39. C
40. C

### Exercícios complementares

1. Soma:  $04 + 08 = 12$
2. No Egito Antigo, o domínio da escrita era privilégio de poucos, e estes se colocavam a serviço do Estado, encarregados da organização da produção, da arrecadação, da estrutura religiosa e dos registros da historiografia oficial. Nas sociedades contemporâneas, os analfabetos funcionais, em razão das dificuldades na interpretação e no entendimento das informações escritas, têm, por conseguinte, dificuldades na articulação de conhecimentos que lhes tornem possível participar de forma consciente e verdadeiramente crítica da vida econômica, social e política. Assim sendo, alheios, em muitos casos, à consciência da própria existência e da condição de cidadania, tornam-se marginalizados e alvos da exploração inescrupulosa.
3. V; V; F; V; F
4. a) As civilizações que ocuparam a antiga Mesopotâmia eram organizadas, em termos sociais, em sociedades estamentais e, politicamente, em monarquias teocráticas.  
b) Trata-se do primeiro código de leis escritas da história, atribuído ao rei babilônico Hamurabi. Baseava-se no princípio do “olho por olho, dente por dente”, a chamada “Lei de Talião”
5. D
6. C
7. D
8. Soma:  $01 + 02 + 16 = 19$
9. F; F; F; F; V
10. C

11. O Nilo foi essencial para o desenvolvimento da civilização egípcia, trazendo possibilidades que levaram à sua prosperidade. Com condições naturais mais estáveis e a ausência de outros fatores que poderiam atrapalhar seu desenvolvimento, o Egito oferecia uma “vida boa” a alguns setores sociais.

## Capítulo 3 – A Antiguidade Clássica: o mundo greco-romano

### Revisando

1. O legislador Drácon (621 a.C.) estabeleceu as primeiras leis escritas em Atenas, tirando-lhes o caráter divino e a tradição de transmissão oral. Com isso, ele reduziu o poder dos governantes, que passavam a ter que se ater a uma legislação escrita e pública. Além disso, a existência de um código de leis válidas para todos os cidadãos criou o primeiro princípio de cidadania e, em Atenas, a igualdade jurídica. O também legislador Sólon (594 a.C.) estabeleceu uma constituição censitária, eliminando o monopólio do poder detido pelos eupátridas. Também aboliu a escravidão por dívidas.
2. Esparta era uma cidade oligárquica, em que uma minoria descendente dos dórios (espartanos ou espartíatas) monopolizava o poder político através do uso da força e da manutenção de uma estrutura desigual e estática. Atenas, ao contrário, foi a mais democrática e dinâmica das cidades gregas. Nela, as lutas sociais levaram à instalação de um regime democrático, instaurado pelo tirano Clístenes (508-507 a.C.), no qual todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou riqueza, podiam ter voz ativa nos negócios públicos.
3. A Confederação (ou Liga) de Delos foi uma associação de cidades gregas (especialmente aquelas que tinham interesses marítimo comerciais no Mediterrâneo oriental), sob a liderança ateniense, criada como um instrumento de aliança no contexto das Guerras Médicas. Após a vitória definitiva sobre os persas, que resultou na hegemonia grega no Mar Egeu e na autonomia das cidades gregas da Ásia Menor, Atenas impediu a dissolução da Confederação, dominando as antigas cidades aliadas, tornando-as tributárias e exercendo uma ação imperialista sobre elas. Diante do fortalecimento ateniense, que implicava a conquista da hegemonia sobre todo mundo grego, sua antítese, Esparta, aglutinou as cidades de regime oligárquico e/ou com menores interesses comerciais externos na Liga do Peloponeso, que enfrentou Delos no que acabou sendo o grande conflito interno do mundo grego, denominado Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.).

4. A causa original da rivalidade era o controle sobre as rotas comerciais do Mediterrâneo. Após a Terceira Guerra Púnica (150-146 a.C.), Cartago foi inteiramente destruída, tendo seus campos salgados, para perder a fertilidade, e sua população remanescente escravizada
5. O Senado, até então órgão supremo de poder, conservou apenas algumas prerrogativas (a administração da Itália e das províncias sem guarnições militares e o direito de indicar o sucessor do imperador); e Otávio, que inicia o Império, assumiu simultaneamente o exercício de vários cargos (o de *princeps senatus*, ou primeiro senador, que lhe permitia presidir o Senado; o de *imperator*, que lhe dava o comando supremo do exército; o de tribuno da plebe, que tornava sua pessoa inviolável; o de pontífice máximo, que lhe concedia a chefia da religião oficial, e o de Augusto, ou escolhido dos deuses, o que lhe dava um caráter sagrado). Assim, caracteriza-se o Império como um poder despótico e monárquico, no qual a autoridade do imperador suplantava a de qualquer outra instituição.
- 6.
- a) Afirmar que “Roma foi assassinada” é afirmar que o Império foi destruído exclusivamente por fatores externos (as invasões bárbaras, por exemplo); e afirmar que “Roma morreu de morte natural” significa dizer que uma disfunção de seus componentes estruturais inevitavelmente causou sua ruína.
- b) Ambas são insuficientes porque não se pode eleger exclusivamente fatores externos ou internos para explicar a desagregação do Império Romano. Foi a combinação dos dois tipos de fatores que acabou causando sua queda.
- 20.
- a) Geralmente denominada guerra entre Atenas e Esparta, foi a grande luta em busca da hegemonia no mundo grego que opôs as cidades agrupadas na Liga de Delos (liderada por Atenas) às coligadas na Liga do Peloponeso (liderada por Esparta) Durou de 431 a 404 a.C. Resultou na vitória da Liga do Peloponeso, com as conseqüentes guerras generalizadas e inócuas entre as cidades gregas pela imposição de uma situação hegemônica (primeiro de Esparta, depois de Tebas), que as esgotaram e acabaram facilitando a dominação macedônica (338 a C.)
- b) Os Jogos Olímpicos, realizados de quatro em quatro anos a partir de 776 a.C., na cidade de Olímpia, simbolizavam a integração dos gregos (ou helenos). Eram competições esportivas (corrida, disco, dardo, luta e outras modalidades) nas quais os melhores atletas de cada cidade competiam lealmente apenas pela glória da vitória. Durante sua realização, decretava-se um período de trégua sagrada, sendo considerado sacrilégio importunar os participantes.
21. C
- 22 B
23. Com a fusão entre as culturas orientais e o modo de vida helênico, o Período Helenístico foi marcado pelo respeito às religiões e costumes locais, o desenvolvimento das ciências, sobretudo a Astronomia e a Medicina, e a construção de grandes obras.
24. D
- 25 D
26. D
27. A
- 28
- a) Trata-se do teatro grego, especificamente da tragédia. Seus principais autores foram Ésquilo (525-456 a.C.), Sófocles (496-405 a.C.) e Eurípedes (485-406 a.C.). Na comédia, o maior representante foi Aristófanes (447-385 a.C.).
- b) Sua permanente atualidade deve-se ao fato de refletir a conduta humana diante da inexorabilidade do destino, utilizando-se de arquétipos de tipos psicológicos.
29. Foi o antropomorfismo, que fazia os deuses à imagem e semelhança dos seres humanos, compartilhando os mesmos comportamentos e emoções. Estimulou o pensamento especulativo e racional a respeito de todos os fenômenos naturais.
- 30 B
- 31 Soma: 01 + 02 + 04 = 07
32. A
33. C
34. D
35. C
36. D
- 37
- a) Em duas etapas. Primeiro, pela herança da rivalidade entre as cidades da Magna Grécia e Cartago, que resultou nas Guerras Púnicas (264-146 a.C.), cuja vitória deu a Roma o controle absoluto sobre o Mediterrâneo ocidental. Segundo, em razão da aliança celebrada pelo cartaginês Aníbal com Felipe V da Macedônia, durante a Segunda Guerra Púnica (218-201 a C.), os romanos intervêm nas áreas helenísticas do Mediterrâneo oriental, completando sua conquista durante o século I a.C.
- b) Controlando todo o Mediterrâneo, denominado *mare nostrum*, Roma estabelece de fato um império. As áreas conquistadas tornam-se províncias, passando a transferir suas riquezas para a Itália e estimulando o desenvolvimento comercial e marítimo de Roma
38. A grande razão da rivalidade crescente entre as duas cidades foi a luta pelo controle sobre as rotas comerciais do Mediterrâneo. Após a Terceira Guerra Púnica (150-146 a.C.), Cartago foi inteiramente destruída, seus campos salgados e sua população remanescente escravizada
39. D
40. C
41. D
42. A
- 43
- a) Augusto fortaleceu o exército, ampliou a repressão sobre os movimentos sociais nas províncias e combateu o banditismo.
- b) Apelidado *mare nostrum*, era a principal via de comércio que interligava as províncias e Roma.
- c) Desde a fundação da cidade e até o ano de 509 a.C., Roma viveu sob um governo monárquico. De 509 a C até 27 a C., a forma de governo foi republicana
44. D
- 45.
- a) Os irmãos Graco foram tribunos da plebe (Caio entre 133 e 132 a C e Tibério em 123 e 122 a C.) Sólon foi legislador entre Atenas (594 a C) e Pisístrato foi o primeiro tirano de Atenas (561-527 a C)
- b) Procuraram realizar uma reforma agrária, fixando o máximo que cada cidadão poderia ter de terras do Estado (*ager publicus*) Seu intuito era recriar o campesinato itálico, fazendo os plebeus pobres (proletários) retornarem ao campo, na qualidade de pequenos proprietários
- 46.
- a) Nascia-se escravo; tornava-se escravo pela derrota na guerra, ou sofria-se captura em regiões bárbaras, fora das fronteiras do Império.
- b) Nos serviços domésticos, nas atividades manufatureiras urbanas, no cultivo da terra, na mineração e como remadores (galés).

47.

- a) Patrícios (camada aristocrática); plebeus (também chamados de proletários, camada popular cada vez mais dependente da política de “pão e circo”); cavaleiros (também chamados de homens novos, ou equestres, camada composta de plebeus enriquecidos com o comércio e com a prestação de serviços ao Estado); clientes (homens livres agregados a famílias ricas), e um crescente número de escravos.
- b) Ao proporem a realização de uma ampla reforma agrária para restabelecer as condições de existência do campesinato itálico, limitando o máximo que cada cidadão podia possuir de terras do Estado, para fazer os proletários urbanos voltarem a ser pequenos proprietários rurais, os irmãos Graco, na verdade, estavam querendo “fazer o relógio da história andar para trás”, desconsiderando as transformações estruturais que a conquista do Mediterrâneo acarretara à sociedade romana. Eles obtiveram o apoio do “Partido Popular” (ligado aos cavaleiros), enfrentaram a ferrenha oposição do “Partido Aristocrático” (ligado aos grandes proprietários) e amargaram o desinteresse da maioria do proletariado em abandonar Roma e as demais cidades da Itália, inaugurando o período de graves crises sociais e generalizadas guerras civis, conhecido como crise da República romana (133-27 a.C.).

48.

- a) Trata-se do período de transição entre o final da República e o início do Império (3127 a.C.), que pôs fim às guerras civis, instaurando a *Pax Romana*, e concretizou uma mudança político-administrativa no Estado romano. Os plebeus foram beneficiados com a generalização da política de “pão e circo” e os patrícios e cavaleiros puderam usufruir de um período de estabilidade favorável ao desenvolvimento econômico.
- b) O Estado romano sofreu uma adequação necessária à nova realidade representada pela conquista do mundo mediterrâneo: as antigas magistraturas republicanas foram preservadas, mas destituídas do poder real; os cidadãos foram divididos em três categorias, segundo um critério censitário (a Senatorial, que possuía privilégios políticos; a Equestre, que permitia o acesso aos cargos públicos, e a Inferior); o exército teve seu efetivo reduzido e foi estacionado ao longo das fronteiras (o limes); o Senado conservou apenas algumas prerrogativas (a administração da Itália e das províncias sem guarnições militares e o direito de indicar o sucessor do imperador), e Otávio assumiu simultaneamente o exercício de vários cargos (o de *princeps*, ou primeiro cidadão, que lhe permitia presidir o Senado; o de imperador, que lhe dava o comando

supremo do exército; o de tribuno da plebe, que tornava sua pessoa inviolável; o de pontífice máximo, que lhe concedia a chefia da religião oficial, e o de Augusto, ou “escolhido dos deuses”, o que lhe dava um caráter sagrado). Na verdade, houve uma divisão de poderes, desigual certamente, entre o Senado (símbolo da República) e o imperador (símbolo dos novos tempos), que deu ao período 27 a.C. 235 d.C. o nome de Principado

49. A criação do Império como forma de governo eliminou a crise política e a instabilidade do período final da República. As disputas pelo poder, ditaduras e golpes característicos do último século da República foram substituídos por um Estado forte, rigidamente centralizado, apoiado no exército e capaz de impor a ordem e a estabilidade política e retomar o crescimento econômico.
50. C
51. A
52. D
53. A
54. O cristianismo disseminou-se entre os excluídos da sociedade romana, especialmente mulheres, pobres e escravos. Tinha um caráter secreto, de religião misteriosa de iniciados. A separação entre o clero e os fiéis era muito tênue. Os cultos tinham um caráter comunitário. A partir do século II a.C., começou a se hierarquizar, segundo a organização administrativa romana

55. E
56. B
57. E
58. C
59. A
60. B
61. A

### Exercícios complementares

1. A colonização grega dos séculos VIII e VII a.C. relaciona-se ao processo conhecido como “Segunda Diáspora”, vinculado à desintegração do sistema gentílico. Já a colonização do continente americano resultou da expansão marítimo-comercial europeia, inserida no contexto da transição feudo-capitalista. No caso da colonização grega, surgiram cidades-Estados que mantinham relações comerciais com a metrópole, mas não se subordinavam à economia desta, e a produção baseava-se no escravismo antigo. Já as colônias americanas da Idade Moderna não dispunham de autonomia econômica, pois estavam inteiramente subordinadas aos interesses da metrópole. Nelas também empregava-se o trabalho escravo, mas em moldes capitalistas, isto é, associado à acumulação primitiva de capitais

2. A

3. D

4.

a) Democracia ateniense.

b) Podem se destacar diversas características, entre elas a exclusão de homens até 18 anos, de mulheres, de metecos e de escravos do conceito de cidadão; o caráter participativo dos cidadãos nas reuniões na Ágora; o mecanismo do ostracismo ou da mistoforia; o funcionamento da Eclésia ou Boule; a importância da oratória ou o papel dos demagogos.

5. D

6. C

7. B

8. D

9. Soma:  $01 + 02 + 08 + 16 = 27$

10. B

11. Como traço central, podemos mencionar a democracia, que substituiu o governo aristocrático anterior. Como um dos principais problemas, é possível citar que houve limitações no exercício da cidadania

12. B

13. B

14.

a) Os principais motivos de disputa entre patrícios e plebeus eram: 1) Econômico-sociais, pois a plebe geralmente não possuía terras, trabalhando na cidade – no comércio ou em trabalhos manuais, como mão de obra (mas somente uma minoria dos plebeus conseguiu enriquecer com o grande comércio). Na área rural, a plebe era composta de camponeses livres, jornaleiros ou pequenos proprietários de terra de agricultura de subsistência. Nas guerras, recebiam quantias ínfimas dos espólios; sendo que as terras conquistadas iam quase todas para os patrícios. 2) Políticos, pois, devido à estrutura da República Romana, baseada no censo (ligado à riqueza agrícola), os patrícios tinham um poder de voto maior e também direitos maiores; podiam também ser eleitos para todos os cargos, diferentemente dos plebeus

b) As desigualdades diminuíram gradualmente após séculos de lutas em que os plebeus utilizaram como forma de protesto a secessão (afastamento temporário da cidade de Roma), conseguindo, no final do século III, um maior equilíbrio no poder político, chegando a poder ocupar todos os maiores cargos jurídicos e políticos (embora o senado permanecesse, sobretudo, nas mãos dos patrícios). As várias tentativas de solucionar o problema da redistribuição da terra pública para os plebeus com ampla reforma agrária (como as propostas pelos Graco) fracassaram. Essa questão só foi solucionada, parcialmente, pela chegada ao poder do plebeu Mário, que, no final do século II, permitiu o alistamento

militar à maioria da plebe. Como proletrários, os plebeus receberiam um salário e participação consistente no espólio das novas terras conquistadas. Com essa medida, aumentava-se o poder político dos líderes militares em Roma, que recebiam o apoio popular de seus soldados, e se associava cada vez mais a reforma agrária ao processo de expansão territorial

15. D
16. B
- 17.
- a) Horácio escreveu esse verso no momento em que o Império Romano se constituía. O poeta expressa com clareza o paradoxo de um império que conquistou militarmente os gregos, mas que culturalmente foi por eles dominado. A conquista não foi uma via de mão única.
- b) Podem ser considerados dois entre esses campos: 1) O Império Romano era bilíngue: no Mediterrâneo oriental e no Oriente Próximo, falava-se grego. 2) A arte romana era influenciada pela cultura helenística, enquanto os monumentos eram construídos em estilo coríntio. 3) Em parte das escolas ensinava-se a filosofia grega. 4) Havia o culto a deuses de origem grega, aculturados pelos romanos.
18. E
19. E
20. E
21. B
22. E
23. D
24. A
25. C
26. A

## Capítulo 4 – A Idade Média

### Revisando

1. Embora o conceito da *jihad* originalmente não tenha uma implicação agressiva, situando-se mais no plano da expansão da fé, ela foi o grande motivador e impulsionador da Guerra Santa. Um povo sofrendo as mazelas da pobreza, da escassez de alimentos e terras, teve no preceito da *jihad* um aspecto de justificação e de motivação para uma expansão que tinha razões na verdade econômicas.
2. Nesse momento, em que a Igreja consolidava-se como grande instituição europeia, cristalizava-se a ideia de um único poder, representado por Deus e exercido em seu nome pela Igreja. Trata-se da concepção de um poder universal, transcendendo os poderes nacionais e locais, assegurando à Igreja o papel de principal poder, inclusive

no plano político, na Europa. Entretanto, como uma instituição ligada, por definição, a um poder espiritual, não cabia à Igreja o papel administrativo ou militar. Tal papel seria reservado ao poder temporal, terreno. Assim, a Igreja constituiu o Império como uma expressão no plano temporal da mesma universalidade que ela exercia no plano espiritual. Por outro lado, o fato de ter sido o Imperador sagrado pelo papa enfatiza a supremacia do poder espiritual sobre o poder ou os poderes temporais, característica típica da alta Idade Média.

3. Uma característica fundamental era o baixíssimo nível técnico, resultando na pequena produtividade do sistema como um todo. Assim, o crescimento da produção, necessário para uma população e um consumo em crescimento constante, só era possível com a ocupação de novas terras para cultivo. No momento em que essas se esgotam (final do século X), o sistema como um todo estava fadado à decadência.
4. Ao lado do ascetismo, um sentimento comum em várias religiões, o crescimento do clero regular pode ser explicado como uma crítica (consciente ou não) por parte de setores do clero em relação ao excessivo apego da Igreja aos bens materiais e ao poder, que a afastava de sua tarefa fundamental, a atividade espiritual.
5. Apenas a religiosidade não poderia explicar as massas de milhares de camponeses, além de nobres e mesmo reis participando de expedições ao Oriente. Ao lado da religiosidade, obviamente presente, há que se levar em conta elementos como a fome, o esgotamento das terras cultiváveis na Europa, os primeiros movimentos das várias monarquias visando se fortalecer e o próprio crescimento do comércio, como alternativa para o esgotamento feudal. Nessas condições, o Oriente surgia como o horizonte de riqueza capaz de possibilitar a superação da crise.
6. O termo “aliança” assumiu uma conotação exclusiva de uma reciprocidade de interesses econômicos. A centralização do poder favoreceu o desenvolvimento do comércio, ao mesmo tempo que este gerava riquezas que permitiam ao rei arrecadar mais e se fortalecer. Entretanto, os vínculos que o rei estabelece são exclusivamente com a nobreza. É dela que o rei se cerca para a montagem do Estado, assegurando a essa classe o monopólio dos cargos públicos, terras e uma série de regalias que só foram encerradas com as revoluções burguesas a partir do final da Idade Moderna.
7. Ao lado do declínio acentuado da atividade urbana, caracterizando uma crise de retração, a crise do século XIV trouxe elementos como a fome, a peste e a guerra, que acentuaram profundamente

bastante grande a miséria e a fome das camadas camponesas. O resultado foi a ocorrência de revoltas de grandes proporções (como a *jacquerie*, na França, ou a revolta de Watt Tyler, na Inglaterra, cujo efeito foi aumentar a pressão sobre a nobreza, incapaz de fazer frente à luta dos camponeses).

8. Uma das razões é o fato de que a Itália fora a sede do Império Romano. Em nenhum lugar da Europa, os elementos da cultura clássica (base estética e filosófica do Renascimento) estavam tão presentes quanto ali. Também a Itália era a sede da Igreja, instituição que, em que pese seu caráter obscurantista, foi a grande repositória da cultura clássica, além de ser a única instituição culta na Europa. O próprio movimento humanista e as universidades, precursores do Renascimento, surgiram dentro da Igreja. Também há que se frisar a importância comercial das cidades do norte da Itália e sua autonomia política, o que dava à nascente burguesia uma riqueza e poder político ainda raros na Europa. Essa condição levou à ação dos mecenas, originalmente burgueses que usavam a arte e a cultura como forma de justificar sua nova condição social.

### Exercícios propostos

1. B
- 2.
- a) Caracterizam-se pelo cesaropapismo, a submissão da Igreja ao poder do Estado, não só em assuntos políticos, mas também em matéria doutrinária. Não se pode esquecer que desde 393 d.C. (Edito de Tessalônica) o cristianismo era religião oficial do Império, o que transformava o clero em uma categoria de “funcionários públicos”, como os demais burocratas.
- b) Arianismo, adotada entre vários povos germânicos, como os visigodos, ostrogodos e burgúndios.
3. A
4. C
5. C
6. A
7. Há um fator econômico, a pobreza da Arábia, o que tornava as regiões vizinhas muito atraentes à prática árabe do butim (conjunto de bens materiais e de escravos, ou prisioneiros, que se toma do inimigo no curso de um ataque; produto de roubo ou de pilhagem). Em termos sociais, havia a necessidade de encontrar terras férteis para uma população numerosa. Militarmente, verificamos a fraqueza dos Estados vizinhos, os Impérios Persa, Sassânida e Bizantino. E há ainda o aspecto religioso fundamental, a obrigatoriedade de expansão da fé através da Guerra Santa, insuflada pelo preceito da *jihad*.

8. D
- 9.
- a) Basicamente, a crescente fragilidade das estruturas imperiais após a crise do século III; a progressiva barbarização do exército romano, e a pressão dos hunos, que das estepes da Ásia central deslocavam-se para o Ocidente.
- b) Os visigodos, que se estabeleceram na Gália e depois na Península Ibérica; os vândalos, que conquistaram o norte da África e as ilhas do Mediterrâneo ocidental; e os ostrogodos, que dominaram a Itália e a Península Balcânica.
10. Da herança romana, destacam-se as instituições que deram origem à servidão, como o patronato e o colonato, e também o processo de ruralização. E da germânica, o *comitatus* e o benefício, que deram origem às relações de suserania e vassalagem, bem como a noção de Estado patrimonial.
11. B
12. C
13. B
14. B
15. D
16. Uma das principais características do sistema feudal foi a descentralização do poder político. No feudalismo, prevalecia o poder local dos nobres – os senhores –, que passaram a ter autoridade administrativa, judicial e militar em questões relacionadas a seus feudos. A atuação do Estado era enfraquecida, o que fortaleceu as relações pessoais, as quais eram definidas pelas trocas estabelecidas entre suseranos e vassalos.
17. A
18. B
19. A
- 20.
- a) A relação de exploração da mão de obra durante o feudalismo caracterizou-se pela servidão. Nessa forma de trabalho, os camponeses, em troca de proteção, estavam submetidos a pagar impostos e prestar serviços.
- b) Do ponto de vista econômico, o feudalismo caracterizou-se pela retração do comércio e pela produção de subsistência, essencialmente agrícola. Politicamente, o sistema era fragmentado, dividido em feudos controlados por nobres. A Igreja era uma instituição poderosa, tanto por mediar as relações entre nobres como por ser proprietária de terras.
21. B
22. As obrigações de um vassalo compunham-se de compromissos de reciprocidade estabelecidos nas relações horizontais (entre homens livres, entre iguais), não tendo contrapartida de ordem econômica. As obrigações servis definiam a condição de submissão dos servos aos senhores e sua exploração pelos homens livres (nobreza e clero). Eram relações verticais, que ligavam os livres aos não livres
23. O clero, maior proprietário de terras e veiculador da ideologia dominante. A nobreza, os senhores laicos que monopolizavam o poder feudal junto com o clero. E os servos, submetidos a pesada tributação e a várias obrigações, cuja função era prover os meios de subsistência do sistema feudal.
- 24.
- a) Manso senhorial, manso servil e manso comunal.
- b) O manso senhorial destinava-se a suprir as necessidades do senhor. O servil destinava-se basicamente a assegurar o sustento dos servos. O manso coletivo complementava as produções senhorial e servil.
25. B
26. C
27. A corveia era uma obrigação paga com trabalho compulsório nas terras do senhor (manso senhorial). Correspondia a cerca da metade do tempo útil dos servos, que podia variar dependendo da época e da região. A talha era uma parcela fixa da produção do manso servil da qual o senhor se apropriava.
28. B
29. B
30. A
31. A
32. A
33. D
34. D
35. D
36. A
37. D
38. A Igreja exercia uma função de controle social político, legitimando a dominação feudal. Ela também veiculava a ideologia do período, impondo normas éticas de comportamento. E como constituía um único canal de comunicação entre Deus e as pessoas, em uma época de forte religiosidade, a Igreja tinha um poder quase absoluto sobre o cotidiano e sobre as ideias da população.
39. Trata-se do conflito entre Igreja e Estado. Desde finais do século XI a Igreja procurou submeter todos os poderes temporais europeus a sua autoridade, em nome do universalismo que conceituava o papa como o pastor responsável pelo rebanho formado por todos os cristãos. Os momentos mais agudos deste conflito foram: a Querela das Investiduras (1073-1122), onde se enfrentaram o papa Gregório VII e o imperador Henrique IV, do Sacro Império Romano-Germânico, e a questão entre o papa Bonifácio VIII e o rei francês Felipe, o Belo, em 1306-1309, que resultou na transferência da sede do papado para a cidade de Avignon (Cativo da Babilônia, 1309-1377).
40. D
41. C
42. A
43. Soma: 04 + 08 = 12
44. E
- 45.
- a) No Mediterrâneo, as cidades-estados italianas como Veneza, Gênova e Pisa. No Báltico, a Liga Hanseática, que englobava as cidades do Mar do Norte e da região de Flandres
- b) Porque deram origem a uma poderosa burguesia comercial, interessada na livre circulação de pessoas e mercadorias, opondo-se aos interesses dos senhores feudais, que tiravam sua riqueza da terra e das taxas e pedágios cobrados sobre a circulação de pessoas e mercadorias.
46. B
47. A partir do século XII, generalizou-se a concepção de que, se alguém conseguisse permanecer um ano e um dia em uma cidade, sem ser expressamente identificado, estaria isento de toda obrigação servil, tornando-se um homem livre. Assim, as cidades passaram a atuar como um ímã, atraindo contingentes crescentes de servos que se evadiam dos feudos, o que acelerou o crescimento demográfico.
48. C
49. B
50. A
51. C
52. A
53. C
54. D
55. D
56. D
57. B
58. C
59. B
60. B
61. C
- 62.
- a) Foi uma rebelião camponesa contra a elevação das obrigações servis por parte dos senhores feudais. Castelos foram incendiados e feudos devastados.
- b) A grande fome, a peste negra, a Guerra dos Cem Anos e a ocorrência de várias sublevações na área rural e nas cidades.
63. D
64. C
65. D
66. A
67. C
68. D

69. B  
 70. E  
 71. E  
 72. B  
 73. C  
 74.  
 a) Antropocentrismo e racionalismo. Poderiam ser apontadas ainda: individualismo, hedonismo, naturalismo e universalismo.  
 b) A vida urbana possibilitou o surgimento de novos valores, ligados à expansão do comércio e, portanto, desenvolvimento de possibilidades individuais. Dessa maneira, influenciou a expressão artística do ponto de vista cultural ao mesmo tempo que criou condições materiais para seu desenvolvimento. Propiciou uma difusão de novas ideias e valores, o que veio a favorecer as práticas culturais e artísticas do período (inclusive quanto à prática do mecenato)  
 c) As cidades italianas estavam vinculadas ao comércio de especiarias pelo Mediterrâneo desde sua "reabertura", na época das cruzadas, e haviam constituído verdadeiro monopólio sobre o comércio oriental. Os Países Baixos, região de Flandres, era onde terminava a rota da Champagne e onde se desenvolveu intensa produção de tecidos, responsável por intenso comércio durante a Baixa Idade Média
75. A  
 76. C  
 77.  
 a) O avanço técnico, a preocupação estética, a busca do conforto e melhores condições de vida, a valorização do ser humano e o uso da ciência como forma de facilitar o cotidiano.  
 b) Por meio do mecenato, instituição fundamental para a produção cultural da época
78. A  
 79.  
 a) Temática que remete à Antiguidade Clássica e representação realista da natureza.  
 b) O Renascimento representa o momento de transição da Idade Média para a Idade Moderna, pois promoveu a valorização de valores burgueses, como a exaltação da ciência e das artes.
80. C  
 81. D  
 82. B  
 83. Soma:  $01 + 02 = 03$   
 84. B  
 85. C  
 86. A  
 87. A

### Exercícios complementares

1. C  
 2. B

3.  
 a) A imagem mostra muçulmanos em peregrinação a Meca, uma ação que corresponde a uma das cinco regras fundamentais do islamismo, estabelecidas pelo Alcorão.  
 b) Meca, antes mesmo do islamismo, já era um centro religioso e comercial da Península Arábica. A Caaba, templo sagrado para os árabes, localizava-se na cidade de Meca, e tornou-se um importante centro de peregrinação na Arábia pré-islâmica. Mais tarde, Maomé estabeleceu em Meca o centro religioso do islã, preservou a Caaba como um lugar sagrado, porém ligado ao deus único do islamismo. Meca acabou se transformando no centro político do islã, e a Arábia foi convertida, unificando-se, então, sob a autoridade do profeta.
4. E  
 5. C  
 6. A  
 7. B  
 8. A expressão "Idade Média" foi definida por humanistas europeus, no final do século XV, para se referir à Era Medieval de forma pejorativa, como um período obscuro. A expressão "Idade das Trevas" é inadequada para se nomear o período, pois traz a ideia de que nele não houve desenvolvimento relevante em nenhuma esfera, anulando a produção humana e importância do período.
9. Soma:  $01 + 04 + 16 = 21$   
 10. A  
 11. E  
 12. Soma:  $01 + 02 + 08 + 16 = 27$   
 13. D  
 14. B  
 15. D  
 16. A  
 17. D  
 18. B  
 19. D  
 20. A  
 21. C  
 22.  
 a) As proposições do autor inserem-se no contexto do feudalismo na Europa ocidental na Idade Média.  
 b) O documento justifica a organização da sociedade feudal fundamentada no teocentrismo decorrente do domínio ideológico e cultural exercido pela Igreja na Europa ocidental medieval.
23. B  
 24.  
 a) Entre as motivações de ordem religiosa podem ser citadas a recuperação de terras santas tomadas pelos muçulmanos e a retomada da cidade de Jerusalém,

- além de uma tentativa da Igreja de Roma de se impor frente à Igreja Ortodoxa e ao Império Bizantino. Entre as motivações socioeconômicas podem ser citadas a busca de novos territórios, o excedente populacional e o processo de expansão comercial, entre outras de mesma natureza
- b) Podem ser citados o domínio europeu das rotas comerciais do Mediterrâneo; a expansão das atividades comerciais e urbanas como feiras; o desenvolvimento dos setores sociais urbanos como a burguesia, e a maior presença de elementos culturais de origem oriental na Europa, entre outras.
25. A  
 26. E  
 27. A  
 28. E  
 29. C  
 30.  
 a) A peste negra insere-se no contexto da crise do século XIV e é considerada uma manifestação do esgotamento do sistema feudal. Quanto ao aspecto econômico, as altas taxas de mortalidade ocasionaram a escassez de mão de obra, levando à superexploração dos servos pelos senhores feudais e às consequentes revoltas camponesas, destacando-se as *jacqueries*, além de mudanças nas relações de trabalho. Tais eventos acabaram por gerar a crise do trabalho servil. Outro efeito da mortalidade foi a redução do mercado em um contexto de retomada do comércio que, juntamente à paralisação das rotas terrestres, em decorrência particularmente da Guerra dos Cem Anos, estimularam a expansão marítima e comercial europeia. Quanto ao aspecto religioso, a peste serviu de argumento para perseguições aos grupos considerados heréticos, culpados de atrair a ira divina, em razão de as interpretações sobre a peste estarem inseridas na mentalidade medieval marcada pelo cristianismo
- b) A concepção de sociedade, na Europa medieval, era determinada pela Igreja e fundamentada no teocentrismo. Assim sendo, a sociedade era estratificada, composta de três ordens: o clero, os que rezam; a nobreza, os que combatem; e os camponeses, os que trabalham.
31. E  
 32. Soma:  $01 + 02 + 08 + 16 = 27$   
 33. A  
 34. B  
 35. C  
 36. C  
 37. D  
 38. B